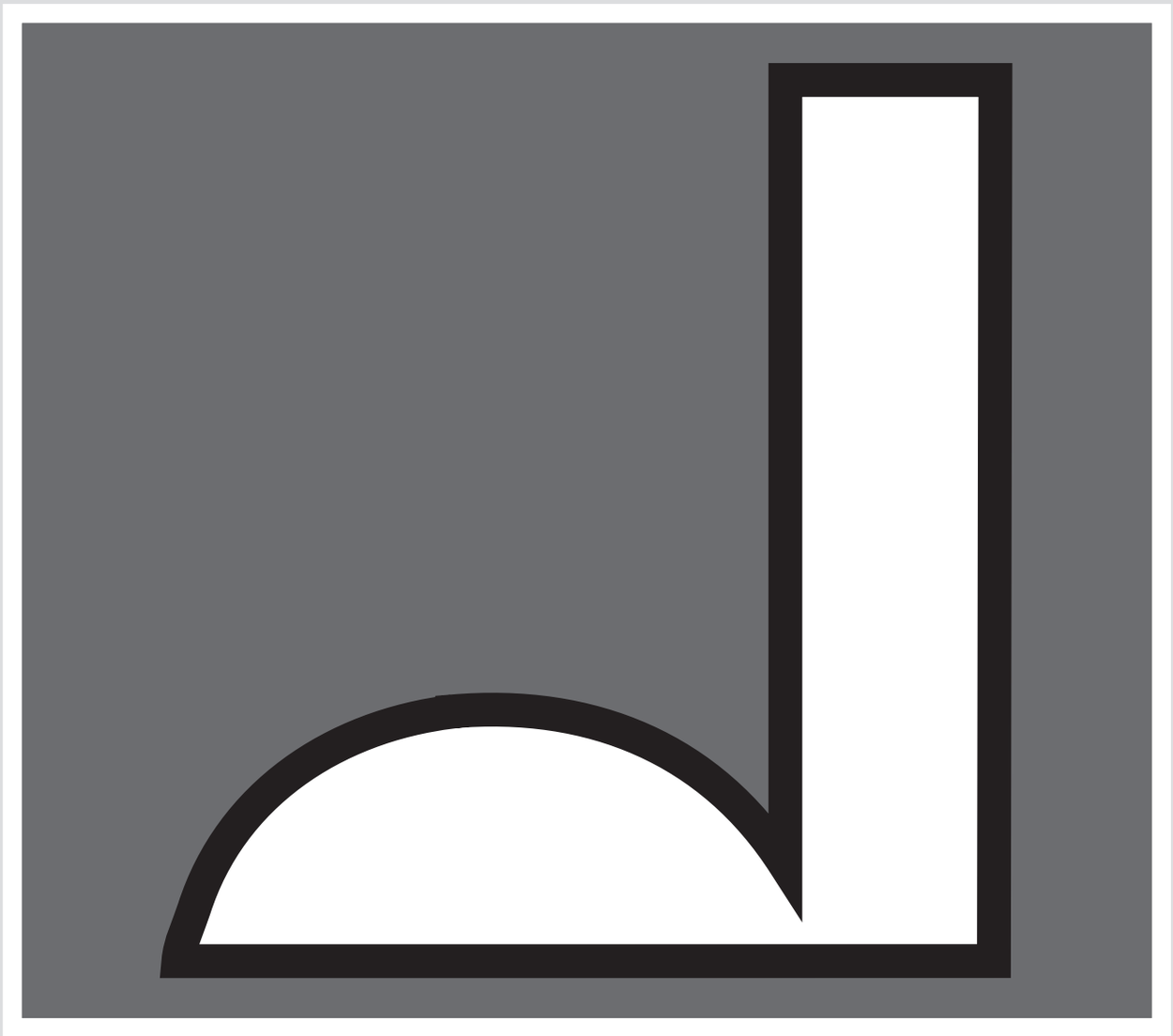
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 189 - QUARTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)
1º VICE-PRESIDENTE
Tião Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Alvaro Dias - (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO
Efraim Morais - (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO
Gerson Camata - (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO
César Borges - (PR-BA) (1)
4º SECRETÁRIO
Magno Malta - (PR-ES)

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria
(PMDB) - 21

Líder
Valdir Raupp - PMDB

.....

Líder do PMDB - 21

Valdir Raupp

Vice-Líderes do PMDB
Almeida Lima
Valter Pereira
Gilvam Borges
Leomar Quintanilha
Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira

Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21

Líder
Ideli Salvatti - PT

Vice-Líderes
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella
Francisco Dornelles

.....

Líder do PT - 12

Ideli Salvatti

Vice-Líderes do PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns

Líder do PR - 4

João Ribeiro

Vice-Líder do PR
Expedito Júnior

Líder do PSB - 2

Renato Casagrande

Vice-Líder do PSB
Antonio Carlos Valadares

Líder do PC DO B - 1

Inácio Arruda

Líder do PP - 1

Francisco Dornelles

Líder do PRB - 1

Marcelo Crivella

Bloco Parlamentar da Minoria
(DEM/PSDB) - 25

Líder
Mário Couto - PSDB

Vice-Líderes
Heráclito Fortes
Flexa Ribeiro
Demóstenes Torres
Eduardo Azeredo
Adelmir Santana
João Tenório
Kátia Abreu (1)
Papaléo Paes

.....

Líder do DEM - 12

José Agripino

Vice-Líder do DEM
Kátia Abreu
Jayme Campos
Antonio Carlos Júnior(1)
Maria do Carmo Alves(2)

Líder do PSDB - 13

Arthur Virgílio

Vice-Líderes do PSDB
Marconi Perillo
Alvaro Dias
Marisa Serrano
Cícero Lucena

PTB - 7

Líder
Epitácio Cafeteira - PTB

Vice-Líder
Sérgio Zambiasi

PDT - 5

Líder
Osmar Dias - PDT

Vice-Líder
Patrícia Saboya

PSOL - 1

Líder
José Nery - PSOL

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares
João Pedro
Gim Argello

1. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimuno Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 216ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *ELISEU RESENDE* – Homenagem pelo transcurso do centenário de nascimento do Deputado João Bello de Oliveira Filho..... 45912

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES* – Justificação a Projeto de Lei Complementar, que altera a Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, para proibir o contingenciamento orçamentário na área social em benefício ao pagamento de juros e serviço da dívida. 45913

SENADOR *OSMAR DIAS*, como Líder – Registro da visita do Ministro do Trabalho a Curitiba, ontem, para o lançamento de cartilha, preparada pelo cartunista Ziraldo, para conscientizar a sociedade brasileira sobre os aspectos negativos do trabalho infantil..... 45914

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Manifestação sobre o Dia de Homenagem à Consciência Negra e a Zumbi de Palmares. Comentários a artigos do Senador José Sarney intitulados "Um menino do Havaí" e "Obama e Fala". 45932

SENADOR *MÃO SANTA* – Alerta ao governo para a necessidade de contenção de gastos. 45934

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Registro da realização do 1º Simpósio Infra-Estrutura e Logística no Brasil. Defesa de mais investimentos em saneamento básico. 45936

SENADOR *ALVARO DIAS* – Questionamento sobre as medidas do governo federal para combater os efeitos da crise internacional na economia brasileira. 45937

1.2.2 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.363, de 2008, lido em sessão anterior. **Aprovado.**..... 45940

1.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Registro do lançamento, amanhã, da Frente Nacional pelo Piso Nacional do Magistério. 45941

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nº 474, de 2007, 167 e 168, de 2008..... 45942

1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *NEUTO DE CONTO* – Registro da realização da Conferência Internacional dos Biocombustíveis..... 45943

SENADOR *ROMEU TUMA* – Apelo à interferência do presidente Lula no sentido de encerrar a crise envolvendo a Polícia Federal e a ABIN. Comentários à matéria do jornalista Cláudio Humberto intitulada "Pedófilo processa Tuma e Magno Malta"..... 45944

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2008, de autoria do Senador Demóstenes Torres. 45945

Recebimento do Recurso nº 9, de 2008, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana. *Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, à matéria*..... 45945

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 1.377, de 2008, de autoria do Senadora Marisa Serrano, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 27 a 30 do corrente*. 45945

Nº 1.378, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 27 a 30 do corrente*. 45945

Nº 1.379, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no dia 19 do corrente*..... 45945

Nº 1.380, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso às Or-*

ganizações Rômulo Maiorana, de Belém do Pará, pelos 62 anos do jornal **O Liberal.** 45946

Nº 1.381, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando voto de congratulações ao jornal O Liberal*, pelo transcurso de seu 62º aniversário. 45946

Nº 1.382, de 2008, de autoria do Senador Jefferson Praia, *solicitando voto de congratulações à Universidade Federal do Amazonas pela realização da III Mostra Interinstitucional de Extensão (III MIEx/2008)*. 45946

Nº 1.383, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Igreja Adventista do 7º Dia da Cachoeirinha*. 45947

Nº 1.384, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao professor e primeiro Suplente de Senador João Faustino*..... 45947

Nº 1.385, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Ministro Marcos Vilaça, do Tribunal de Contas da União*. 45948

Nº 1.386, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Instituto Brasileiro de Mineração*. 45948

Nº 1.387, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Atlético Rio Negro Clube, de Manaus*. 45948

Nº 1.388, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros senhores Senadores, *solicitando o aditamento do Requerimento nº 1.357, de 2008, com a finalidade de antecipar para o dia 10 de dezembro o Período do Expediente da Sessão do Senado Federal a ser dedicado a homenagear a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais pelo transcurso dos seus 50 anos*. 45949

Nº 1.389, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 27 a 29 do corrente*. 45949

Nº 1.390, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança em homenagem à memória de Ramez Tebet, ao ensejo do segundo aniversário de sua morte. 45949

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *PEDRO SIMON* – Reflexões sobre a importância da vitória do Senador Barack Obama para a presidência dos EUA. 45950

SENADORA *IDELI SALVATTI*, como Líder – Comemoração pelos resultados da reunião do G-20, grupo dos 20 paises economicamente mais fortes..... 45959

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Anúncio de acerto com o Governador do Distrito Federal para que, em 18 de maio de 2010, o Distrito Federal seja declarado território livre do analfabetismo. 45961

SENADOR *RENATO CASAGRANDE* – Referência à palestra do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, no Interlegis, abordando o tema do desequilíbrio entre os Poderes. Importância das eleições para a Mesa Diretora do Senado..... 45965

1.2.9 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.388, de 2008, lido anteriormente. **Aprovado**. 45966

1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *MARCELO CRIVELLA* – Registro de reunião com o Governador do Rio de Janeiro para tratar do Morro da Providência. 45966

1.2.11 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, que *regulamenta a previsão, a execução e o controle de despesas de caráter sigiloso*. 45969

Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, que *altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que "dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não", para permitir o parcelamento do pagamento do DPVAT*. 45970

Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que *dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia na educação básica*. 45971

Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que *acrescenta dispositivos à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para incluir as definições de deficiência e estabelecer que a síndrome do escrivão constitui modalidade de deficiência física*..... 45972

Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2008, de autoria do Senador João Pedro, que *denomina Rodovia Francisco Nogueira o trecho da BR-319 compreendido entre a cidade de Manaus e o rio Tupunã, no Estado do Amazonas*..... 45979

1.2.12 – Pareceres

Nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 10, de 2007, de projeto de lei que *estabelece normas gerais para publicidade de produtividade no âmbito judicial*. **(Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008)** 45980

Nº 1.136, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº "S", nº 49, de 2000 (nº 164/2000, na origem), que *sugere a revogação do art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063, de 7 de março de 1940, bem como a edição de dispositivo compatível com a atual Lei de Seguros Privados (Decreto-Lei nº 73, de 1966),*

com a Constituição Federal e todos os demais diplomas legais que amparam os interesses do menor, objetivando a cobertura dos riscos, tais como acidentes, doenças, morte natural, violência física, inclusive a policial, a que estão expostos os menores de catorze anos. **(Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2008)** 45994

Nº 1.137, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2008 (nº 7.310/2006, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Arte da Ikebana-Sanguetsu*..... 46000

Nº 1.138, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2008 (nº 6.296/2005, na Casa de origem), que *denomina Viaduto Miguel Moreira Braga o viaduto de interseção da BR-060 com a BR-153, no Município de Anápolis, no Estado de Goiás.* 46002

Nº 1.139, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2008 (nº 7.523/2006, na Casa de origem), que *denomina Rodovia Feliciano Miguel Abdala o trecho da rodovia BR-474, entre as cidades de Caratinga e Ipanema, no Estado de Minas Gerais*. 46005

Nº 1.140, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2006, de iniciativa da CPI dos Bingos, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro*..... 46007

Nº 1.141, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *prevê nova cominação penal aos crimes que especifica e define o tipo de peculato-uso*. 46015

Nº 1.142, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 682, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *modifica o art. 19 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para garantir ao vigilante o recebimento de adicional de periculosidade*..... 46018

Nº 1.143, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Combate às Drogas e Entorpecentes, bem como da Semana Nacional de Combate às Drogas e Entorpecentes*..... 46021

Nºs 1.144, 1.145 e 1.146, de 2008, das Comissões de Assuntos Econômicos; de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas*..... 46026

1.2.13 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 85/2008, de 5 do corrente, *comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 682, de 2007*. 46102

1.2.14 – Ofício do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Nº 128/2008, de 11 do corrente, *comunicando a aprovação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2008*..... 46102

1.2.15 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 135/2008, de 29 de outubro último, *comunicando a aprovação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2006*..... 46102

1.2.16 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 194, de 2006, 682, de 2007, e 73, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário..... 46102

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008, resultante de parecer lido anteriormente..... 46102

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2008, resultante de parecer lido anteriormente..... 46102

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 55, 60 e 62, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente..... 46102

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 14 de novembro de 2008, e publicação no dia 17 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 447, de 2008, que *altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica. (Designação da comissão mista e estabelecimento do calendário para a sua tramitação)*..... 46103

1.2.17 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2008, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *dispõe sobre medidas de estímulo à prática de cidadania fiscal e dá outras providências*. 46104

Projeto de Lei do Senado nº 444, de 2008– Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, para proibir o contingenciamento orçamentário na área social em benefício do pagamento de juros e serviços da dívida*. 46133

1.2.18 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2008 (nº 760/2008, na Casa de origem), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Canaã do Brasil para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco*. 46135

1.2.19 – Comunicação da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2008; e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde será apreciado terminativamente. 46140

1.3 – ORDEM DO DIA

São os seguintes os itens que ficam transferidos para a Sessão Deliberativa Ordinária de amanhã:

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2008, que *dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil – BACEN, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da Susep, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira – SIDEC; altera as Leis nºs 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de 27 de maio de 1998; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nºs 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008). 46140

Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2008, que *dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, de que trata o art. 2º da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – Grupo DACTA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, dos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas – HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, dos Policiais e Bombeiros Militares dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, do Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, das Carreiras da área de Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos*

do FNDE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do INEP, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, dos Juizes do Tribunal Marítimo, de que trata a Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006, do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, do Quadro de Pessoal da AGU, de que trata a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da Tabela de Vencimentos e da Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária – GDATFA, de que trata a Lei nº 10.484, de 3 julho de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário – GDAPA, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – GDPST, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.882, de 9 de junho de 2004, e 11.357, de 19 de outubro de 2006, da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; dispõe sobre a instituição da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos – GEPR, da Gratificação Específica, da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – GSISP, da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo – GAEG e do Adicional por Plantão Hospitalar; dispõe sobre a remuneração dos beneficiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; dispõe sobre a estruturação da Carreira de Médico Perito Previdenciário, no âmbito do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Evandro Chagas e do Centro Nacional de Primatas e do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda; reestrutura a Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a nº Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003; cria as Carreiras de Especialista em Assistência Penitenciária e de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária; altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de l998, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.225, de 15 de maio de 2001, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.483, de 3 de julho de 2002, 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 11.356, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 10.855, de 1º de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 10.480, de 2 julho de 2002, 10.883, de 16 de junho de 2004, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.550, de 13 de novembro de 2002, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.882, de 9 de junho de 2004, 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivos das Leis nºs 8.829, de 22 de dezembro de 1993, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.479, de 28 de junho de 2002, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.882, de 9 de junho de 2004, 10.907, de 15 de julho de 2004, 10.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 441, de 2008)..... 46140

Item 3 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da Anvisa, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.*..... 46142

Item 4 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008..... 46142

Item 5

Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2008, que *dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras (proveniente da Medida Provisória nº 442, de 2008)*..... 46142

Item 6 *(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)*

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro)*..... 46142

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*..... 46143

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.* 46143

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.* 46143

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*..... 46143

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).* 46143

Item 12

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de 1ª (primeira) instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)*..... 46144

Item 13

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*..... 46144

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*..... 46144

Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 220, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*..... 46144

Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*..... 46144

Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001;90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.* 46144

Item 18 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.* 46145

Item 19 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.* 46145

Item 20

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).* 46145

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele).* 46145

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.* 46145

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.* ... 46145

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).* 46145

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do* caput *do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).* 46146

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).* 46146

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.* 46146

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.* 46146

Item 29

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem), que *denomina "Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.* 46146

Item 30

Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.* 46146

Item 31

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.* 46146

Item 32 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados,*

fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços..... 46147

Item 33 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*.... 46147

Item 34 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003,* que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.* 46147

Item 35

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*..... 46147

Item 36 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.* 46147

Item 37

Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito)*. 46147

Item 38

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*..... 46148

Item 39

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*..... 46148

Item 40

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.* 46148

Item 41

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos auto produtores de energia elétrica.*..... 46148

Item 42

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo *favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko,* que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontra em tramitação na Casa.*..... 46148

Item 43

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*..... 46148

Item 44

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*..... 46148

Item 45

Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras*..... 46149

Item 46 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC*..... 46149

Item 47

Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando *voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.*..... 46149

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR *PAULO PAIM* – Indignação quanto à situação dos aposentados em todo o país e anúncio da decisão de iniciar vigília a partir deste momento..... 46149

SENADOR *INÁCIO ARRUDA* – Considerações sobre a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI das ONGs. Apelo em favor da votação do Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2008, que trata de empréstimo do Estado do Ceará junto ao Banco Mundial. 46155

SENADOR *JOÃO PEDRO* – Registro da realização de Seminário Internacional sobre Biocombustíveis, em São Paulo. 46159

1.3.2 – Leitura de requerimento

Nº 1.391, de 2008, de iniciativa da CPI das ONGs, solicitando prorrogação do prazo de funcionamento daquela Comissão por 180 dias, a partir de 23 de novembro de 2008..... 46161

1.3.3 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Requerimentos nºs 1.377, 1.378, 1.379 e 1.389, de 2008, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados**. 46163

1.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR *VALDIR RAUPP*, como Líder – Solidariedade à vigília que está se iniciando hoje no Senado Federal. Registro de palestra proferida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, no Senado Federal. 46163

1.3.5 – Ofício do Presidente, em exercício, da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 86/2008, de 12 do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003. 46165

1.3.6 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, cujos pareceres foram lidos no Expediente da presente sessão, seja apreciado pelo Plenário. 46165

1.3.7 – Oradores (pronunciamentos em favor dos aposentados)

Senador Heráclito Fortes 46165
Senador Mário Couto..... 46177
Senador Mão Santa 46195
Senador Expedito Júnior..... 46211
Senadora Rosalba Ciarlini 46223
Senador Flexa Ribeiro 46227
Senador José Nery 46233
Senador Paulo Paim 46244

1.3.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *MARCONI PERILLO* – Apoio ao 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância..... 46246

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Registro da matéria intitulada "Dá para ajudar o Banco Central", publicada na revista **Exame**, edição de 30 de julho último. 46246

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro do artigo intitulado "Lehman Brothers, Marx & Sons", publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 16 de outubro último. 46249

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Registro do artigo intitulado "Perdendo a freguesia", publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 1º de setembro último. 46250

SENADOR *CÍCERO LUCENA* – Registro da matéria intitulada "Marta aplicou Lei Fiscal para deixar dívida de R$1 bilhão", publicada no jornal **O Estado de S.Paulo,** edição de 8 de setembro último. 46251

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Considerações sobre dados divulgados pelo IBGE referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, ano base 2007. Destaque para o papel fundamental do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. 46252

1.3.9 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 19, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 46252

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 18-11-2008

3 – EMENDAS

Nºs 1 a 268, apresentadas à Medida Provisória nº 446, de 2008..... 46263

4 – TERMOS DE REUNIÕES

Referentes às Medidas Provisórias nºs 445 e 446, de 2008..... 46852

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTA

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 216ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 18 de novembro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Papaléo Paes, Epitácio Cafeteira, Romeu Tuma, Neuto de Conto, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita Júnior, Expedito Júnior, Paulo Paim e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas do dia 18 de novembro de 2008, e encerra-se às 6 horas e 2 minutos, do dia 19 de novembro de 2008.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 18/11/2008 07:32:21 até 19/11/2008 06:02:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	X	
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 74 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Aliás, sem a proteção de Deus, não iniciamos nada.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu ainda acrescentaria: Nossa Senhora das Graças, que é a padroeira da minha cidade, Parnaíba.

Pela ordem, eu gostaria que V. Exª me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Eliseu Resende, por cinco minutos, pelo Democratas.

O SR. ELISEU RESENDE (DEM – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cafeteira, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria, hoje, de prestar uma breve homenagem a um homem que, por sua liderança, por seu trabalho incansável e por seu exemplo honrado, deixou marcas indeléveis na política mineira em um momento crucial da história do País, entre os anos de 1950 e 1980.

Estou me referindo, Sr. Presidente, ao Deputado João Bello de Oliveira Filho, cujo centenário de nascimento comemoramos este ano.

João Bello nasceu em 20 de setembro de 1908, em Santa Clara, no Estado do Rio de Janeiro, Município próximo à divisa com Minas Gerais, e foi justamente do outro lado da divisa, na cidade de Carangola, que se estabeleceu e iniciou sua carreira política. Em 1951, foi eleito Prefeito da cidade.

Entre suas realizações, destaca-se a criação de 58 escolas rurais, demonstrando já então um interesse pela educação que, de resto, continuaria marcando sua atuação política em prol de sua região, mesmo muito depois de findo seu mandato de Prefeito. Foi graças à sua intermediação política, por exemplo, que, em 1963, fundou-se em Carangola um colégio estadual que veio garantir ensino médio público e gratuito aos jovens de toda a região, colégio esse que, numa bela homenagem, recebeu o nome de seu pai, João Bello de Oliveira.

Ainda graças a seus esforços, já em 1965, anexos ao Colégio Estadual foram criados o Colégio Comercial Oficial Antônio Marques e o Colégio Normal Oficial. Conseguiu-se ainda que se montasse, sempre no Colégio Estadual, uma Oficina de Artes Industriais, que era sua menina dos olhos.

Em 1965, mais uma vitória de João Bello em favor da educação na região de Carangola: com a proposta do então Governador de Minas Magalhães Pinto de criar faculdades de Filosofia, Ciência e Letras em diversas cidades-pólo do interior mineiro, ele defendeu a criação de uma instituição de ensino superior em Carangola, o que se efetivou alguns anos mais tarde.

Findo o seu mandato como Prefeito de Carangola, João Bello iniciou uma bem-sucedida carreira parlamentar no Estado de Minas Gerais, elegendo-se Deputado Estadual por seis legislaturas, entre 1955 e 1979. Marcou com sua figura a Assembléia Legislativa mineira, portanto por quase um quarto de século.

Fechando seu currículo de serviços públicos, em 1978, durante o Governo de Aureliano Chaves, ocupou a Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos, deixando o cargo quando da saída do Governador Aureliano Chaves, escolhido para assumir a Vice-Presidência do País. Foi João Bello ainda Diretor do Banco do Estado de Minas Gerais, Diretor Comercial da Frigoríficos Minas Gerais – Frimisa e membro do Conselho de Administração da Usiminas.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores. João Bello foi, ao longo de toda sua profícua carreira como Deputado Estadual, um típico político mineiro, antes construindo pontes do que muros, antes buscando unir as diversas pontas que compõem o tecido social e político do que procurando acentuar as diferenças que nos separam.

Vice-Presidente do antigo Partido Republicano, por seu talento agregador e conciliador, era figura sempre chamada para participar das conversações e das negociações políticas e sempre estava presente como interlocutor nas por várias vezes complexas e difíceis relações que vigem mesmo entre aliados políticos.

Por tudo isso, Sr. Presidente, fiz questão de trazer a este Plenário a lembrança do Deputado João Bello pela passagem do centenário de seu nascimento. João Bello faleceu em 2002, em sua querida Carangola, deixando sua viúva, A SRA. Zenith Quintão de Oliveira, hoje com 93 anos, além de sete filhos, muitos netos e bisnetos.

À Dª Zenith e a toda a família deixo aqui minhas congratulações e a expressão de minha sincera admiração pela figura e pelo exemplo do saudoso Deputado João Bello.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Pela ordem, V. Exª tem a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Como um quadro vale por dez mil palavras, eu queria gravar para o Brasil a grandeza desses dois homens extraordinários, de idade avançada: V. Exª na Presidência e o nosso mineiro aqui, com uma

bela oratória, fazendo nós todos recordarmos a grandeza da política mineira. V. Exª dá um bom exemplo não só ao Senado, mas a todo o Poder Legislativo. Tão cedo aqui, V. Exª está presidindo a sessão e o Senador Eliseu Resende é o primeiro orador, a exaltar Minas e sua gente. Nossos parabéns. Somos felizes. Está no Livro de Deus que aos bem-aventurados, de quem eles mais gostam, Ele dá uma longa vida para que nela eles possam exercer suas atividades profissionais.

Então V. Exªs são os escolhidos de Deus.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Presidente, peço a palavra para falar em nome da Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – V. Exª falará logo após o Senador Inácio Arruda, orador inscrito. V. Exª é o seguinte.

O Senador Inácio Arruda não está presente.

O próximo orador inscrito é o Senador Antonio Carlos Valadares. O Senador Osmar Dias falará em seguida.

S. Exª dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou dando entrada, nesta Casa, em um projeto de lei complementar que visa alterar a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, para proibir o contingenciamento orçamentário na área social em benefício do pagamento de juros e serviços da dívida.

E justifico este projeto – um resumo dessa justificação – da seguinte forma: "O projeto busca incluir dispositivo legal que garanta a não limitação ou cancelamento dos recursos orçamentários destinados 'ao setor saúde, à Previdência Social, ao programa Bolsa Família e aos setores da cultura, da ciência e da tecnologia'. E, por conexão de mérito político e técnico, também busca suprimir da Lei de Responsabilidade Fiscal a regra que diz que 'não serão objeto de limitação orçamentária as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida'".

Ora, Sr. Presidente, entre a dívida e os problemas sociais que mais atingem o Brasil, considero ser prioritária a observância aos setores da saúde, da previdência, ao programa Bolsa Família, à cultura, à ciência e à tecnologia.

Portanto, o escopo da proposta é assegurar a efetividade da Emenda Constitucional nº 29, chamada de Emenda da Saúde; garantir a previdência social dos trabalhadores, a assistência social do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, além de viabilizar que os recursos destinados à cultura, à ciência e à tecnologia sejam verdadeiramente implantados e disponibilizados para o desenvolvimento do Brasil.

Segundo estudo do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) divulgado no dia 12 de novembro deste ano, o Brasil pagou em serviços da dívida mais do que o dobro dos gastos com educação, saúde e investimentos somados entre os anos de 2000 e 2007. Isto é, entre os anos de 2000 e 2007, os gastos da União com saúde, educação e investimentos corresponderam a 43,8% do total das despesas com juros.

Por conseguinte, segundo levantamento feito com base em dados do Governo, os juros responderam pelo desembolso de R$1,267 trilhão entre os anos de 2000 e 2007. Mas, no mesmo período, os gastos com saúde (R$310,9 bilhões), educação (R$149,9 bilhões) e investimentos (R$93,8 bilhões) somaram R$554,6 bilhões. Em resumo, entre os anos de 2000 e 2007, nós gastamos com o desembolso de pagamento de juros da nossa dívida R$1,267 trilhão e gastamos apenas R$554,6 bilhões com esses setores sociais – repito: saúde, educação e investimentos – que, certamente, se refletem na área social com a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida da população.

O aludido estudo aponta corretamente que esse pagamento com os serviços da dívida pode ser considerado um gasto improdutivo, pois não gera emprego e tampouco contribui para ampliar o rendimento dos trabalhadores. Termina, fundamentalmente, favorecendo a maior apropriação da renda nacional pelos detentores da renda da propriedade, ou seja, títulos financeiros.

Dessa forma, entendemos como necessária a inclusão de dispositivo na Lei de Responsabilidade Fiscal que garanta o não contingenciamento ou o cancelamento dos recursos orçamentários destinados à área social. É importante entender que a benquista responsabilidade fiscal não significa permitir uma transferência monumental de recursos para a porção mais rica da sociedade.

A corrente a favor das mudanças que assolou a América Latina por meio da eleição de governos progressistas e que, agora, tomou corpo nos Estados Unidos por meio do recém-eleito Presidente Barack Obama, bem como diante das causas da crise financeira mundial, está a indicar que as expectativas populares pelas mudanças exigem concretamente medidas de proteção ao emprego; de combate à pobreza; de investimentos em tecnologia, cultura e ciência; de serviços de saúde que dêem cobertura eficiente e de qualidade aos que não têm plano de seguro médico.

Definitivamente, responsabilidade fiscal, Sr. Presidente, não é uma agressiva política que beneficia os

especuladores e uma elite de gerentes de corporações financeiras, mas uma política que garanta a boa gestão dos recursos públicos, para satisfazer demandas sociais de quem trabalha e produz riqueza.

Sr. Presidente, quero crer que, com esse projeto, estamos dirigindo a nossa atenção, a nossa preocupação para setores sociais que precisam da garantia legislativa, da sua execução firme, séria e célere. O Brasil ainda é um país pobre, é um país subdesenvolvido. Ainda existem bolsões de pobreza em nosso território que precisam ser erradicados. E a sua erradicação precisa da compreensão e do entendimento dos mais ricos, dos setores capitalistas que obtiveram, ao longo de tantos anos, uma lucratividade impressionante.

Estamos diante – é bem verdade – de uma crise internacional cujos reflexos poderão se agravar se medidas também não forem tomadas no campo social. Não é apenas a preocupação com o capitalismo em si, com a preservação do sistema bancário e a eqüidade do sistema financeiro, para que ele funcione e direcione os seus recursos para o financiamento de investimentos que gerarão emprego e renda.

Oportunamente, Sr. Presidente – não neste, mas em outro discurso –, nós vamos mostrar que os organismos internacionais criados com o beneplácito, com o apoio e com o financiamento de todos os países, inclusive dos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como o Brasil, tipo o FMI, o Fundo Monetário Internacional, que, entre outras atribuições que lhe são conferidas, poderia ter fiscalizado melhor, poderia ter tido um controle maior da movimentação de capitais que ocorreu nos Estados Unidos e que gerou essa turbulência internacional financeira que está preocupando todos nós. O FMI vai precisar, sim, de melhorar a sua estrutura, de preocupar-se fundamentalmente com a aplicação de recursos dos bancos, do sistema financeiro. E que esse sistema financeiro não seja instrumento apenas do lucro desmedido, das aplicações indecorosas e temerárias, muitas das quais feitas única e exclusivamente usando o risco com o fito de obter o lucro a qualquer custo. E por isso que essa crise está aí, rondando o mundo inteiro, inclusive o nosso País.

Quero reconhecer que o Banco Central do Brasil está tomando medidas efetivas para que essa crise não se agrave. Agora, a nossa preocupação é que devamos tomar todas as medidas que forem urgentes e necessárias no intuito da preservação e da estabilidade do nosso sistema financeiro, entretanto sem causar maiores prejuízos, maiores danos sociais às camadas mais pobres da população. Ao longo de todos esses anos, se não fosse o Bolsa Família, que é praticamente uma dádiva do Estado, muitas pessoas estariam passando necessidade e morrendo de fome em nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a V. Exª a sua tolerância e quero crer que a Comissão de Justiça e as demais Comissões vão aprovar este Projeto, num demonstrativo do engajamento desta Casa na preocupação com os problemas sociais que afligem o nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, que falará pela Liderança do Partido Democrático Trabalhista. S. Exª disporá de cinco minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, recebemos em Curitiba o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, para uma missão que considero muito importante. Tempos atrás, a Superintendência da Delegacia do Trabalho do Paraná, por meio do superintendente João Graça, que é do nosso Partido, o PDT, teve a iniciativa de propor a criação de uma cartilha para conscientizar a sociedade brasileira sobre os aspectos negativos do trabalho infantil e, dessa forma, dar uma grande contribuição, que considero não só importante para o Brasil, mas também para o mundo, porque essa cartilha vai ser levada para outros países. E ela foi assinada pelo Ziraldo. Foi ele que, na verdade, fez a sua arte e produziu uma cartilha muito bem elaborada, fácil de entender, didática e que vai dar, Senadores Cristovam Buarque e Mão Santa, uma grande contribuição. Na verdade, são duas cartilhas: "Viva o trabalho" e "Saiba tudo sobre o trabalho infantil".

As pessoas reclamam que é preciso uma lei mais rigorosa porque existem muitas crianças trabalhando e elas deveriam estar brincando na escola. E é lá mesmo que as crianças devem estar, porque a legislação brasileira é muito clara. Não precisamos de uma lei mais rigorosa; precisamos é que ela seja cumprida. Para isso, tem que haver fiscalização, sim, mas antes até tem que haver a educação e a conscientização dos malefícios causados pela atividade da criança em alguma espécie de trabalho.

A lei é clara, e a sociedade não tem como mudá-la. Nela está escrito claramente assim: "aprendiz é o empregado com um contrato de trabalho especial e com direitos trabalhistas e previdenciários garantidos". O aprendiz tem de 14 a 16 anos. Agora, o trabalho é proibido até que se complete 16 anos de idade. Os adolescentes na faixa etária entre 16 e 18 anos podem trabalhar, mas com restrições: o trabalho não pode ser noturno, perigoso, insalubre, penoso, realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, nem

realizado em horários e locais que não permitam a freqüência à escola.

Está aqui na cartilha um resumo. E essa cartilha – como eu disse, assinada pelo Ziraldo –, com figuras para que também as crianças possam entender, vai trazer, sem nenhuma dúvida, uma grande contribuição para que a gente entenda, de uma vez por todas, que não é uma lei rigorosa que vai impedir que se utilize a mão-de-obra infantil, mas é a educação da sociedade e a conscientização. Porque o trabalho infantil traz malefícios nas três idades: quando a criança é colocada num trabalho, essa criança perderá a oportunidade de estudar, porque estará trabalhando; perdendo a oportunidade de estudar, ela vai, na sua adolescência, ter problemas para encontrar um primeiro emprego que seja digno, à altura das necessidades da sua manutenção e da sua família; e isso vai continuar, evidentemente, até a idade adulta e até a sua aposentadoria.

Então, não há como discutir esse assunto. Temos que ser intransigentes com ele. O trabalho infantil é proibido, mas é preciso que haja bom senso. Quando se proíbe o trabalho infantil, não estamos querendo dizer que uma criança não possa ajudar sua mãe dentro de casa, ajudar seu pai na sua pequena propriedade rural em serviços leves, onde ela vai, evidentemente, aprender junto com seu pai, com sua família. O que estamos dizendo aqui – e a cartilha esclarece bem isso – é da proibição do trabalho da criança, cuja mão-de-obra é utilizada, muitas vezes, de forma criminosa. É isso o que a lei proíbe. E a lei, ao proibir, exige que também os órgãos, como o Ministério do Trabalho, como as Superintendências do Trabalho, bem como todos os cidadãos brasileiros se incluam em uma campanha para combater o trabalho infantil.

Nós estamos entrando nessa campanha com essa cartilha apresentada, ontem, ao Brasil pelo Ministro Lupi, lá em Curitiba. Trata-se de uma iniciativa extraordinária do Ministro, que é de nosso Partido, e que tem dignificado, sim, a história do trabalhismo brasileiro com sua atuação diante do Ministério do Trabalho. Muita gente tem restrições ao Ministro, a sua forma de conduzir, mas eu tenho verificado seu esforço e, sobretudo, os resultados obtidos pelo Ministro Lupi no Ministério do Trabalho. Creio que ele está dando uma grande contribuição ao Governo Lula com sua determinação. Aqui está uma delas, Senador Cristovam...

Estou falando pela Liderança, mas, se me for permitido um minuto, ouvirei o Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Eu gostaria de saber se o Presidente teria a tolerância, considerando as circunstâncias, de me dar um minuto para dizer de minha satisfação, Senador Osmar Dias, de vê-lo aqui na tribuna, usando o tempo de nosso Partido para mostrar ao Brasil inteiro essas duas cartilhas. Eu tive a oportunidade de vê-las e quero dizer que, além do belo desenho e do belo texto que temos de Ziraldo, por trás está o belo exemplo político do Ministro Carlos Lupi, que tem se destacado bastante em muitas outras áreas, mas que, com isso, coloca no papel aquilo que ele já vem fazendo, ao longo de um ano, que é uma luta firme contra trabalho escravo e contra trabalho infantil – até porque essas duas coisas são a mesma. Uma criança trabalhando, na hora de estar na escola, está fazendo um trabalho escravo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Cristovam. E veja que o Ministro foi humilde. Ele fez questão de que constasse aqui neste livreto, nesta cartilha, a seguinte frase: "Cartilha projetada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Paraná, pelo Superintendente João Graça", que também é do nosso Partido. O Ministro poderia muito bem ter avocado para si a autoria desse projeto, mas ele, humildemente, reconheceu aqui a participação do João Graça e da Superintendência do Trabalho com seus servidores.

O Ziraldo esteve ontem lá no Paraná para apresentar o projeto, e espero que a imprensa do Paraná possa dar ampla divulgação para esse ato importante que aconteceu ontem em Curitiba, na capital do Paraná. É uma cartilha que vai para o Brasil e, se Deus quiser, para outros países, porque é uma boa iniciativa, um instrumento importante e especial mesmo, para conscientizar a sociedade brasileira de que lugar de criança é na escola, brincando, para se formar e exatamente se preparar para os desafios da vida, que serão imensos depois, na adolescência e na fase adulta. Essas duas cartilhas são um instrumento muito poderoso, Sr. Presidente, de educação e de conscientização.

Por isso, cumprimento aqui da tribuna o Ministro Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego, Presidente licenciado do PDT, que dessa forma dá, mais uma vez, uma demonstração de grande competência e sobretudo de sensibilidade para com um problema que aflige a população brasileira, nos preocupa, e que não é, evidentemente, exclusividade do Brasil,

Mas que no Brasil nos preocupa muito pelos números alarmantes de crianças que são utilizadas indevidamente e criminosamente no trabalho infantil. Aqui está o instrumento que eu gostaria, Sr. Presidente, de deixar para que constasse também nos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR OSMAR DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Carlos Lupi
Ministro do Trabalho e Emprego

André Figueiredo
Secretário-Executivo

Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela
Secretária de Inspeção do Trabalho

Cartilha projetada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Paraná

João Graça
Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Paraná

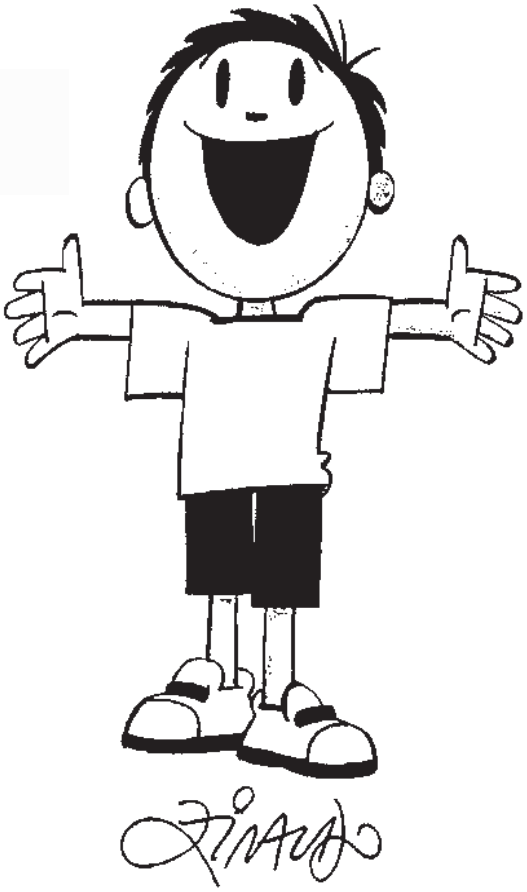


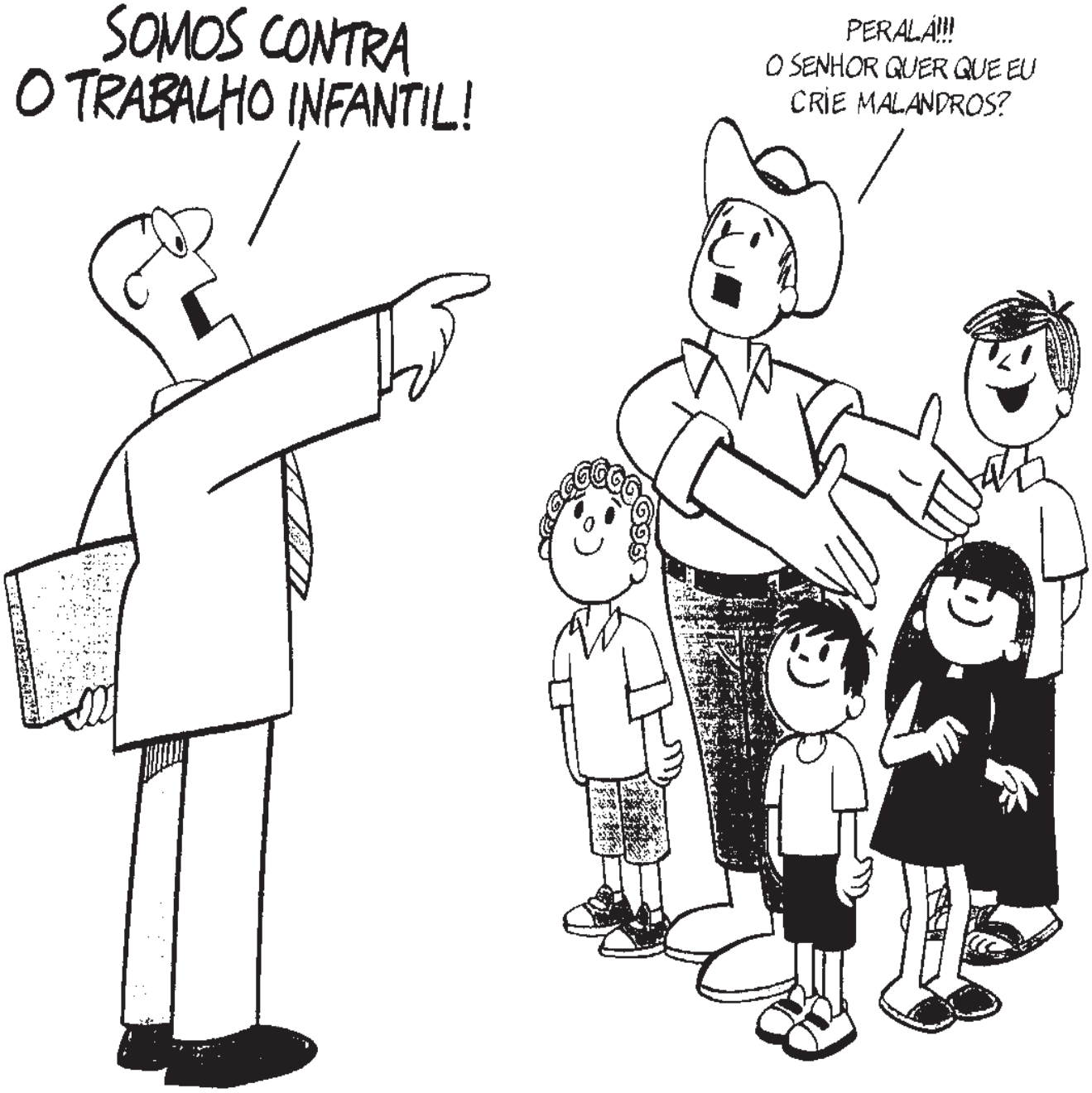
CONHEÇA TAMBÉM
A CARTILHA
SAIBA TUDO SOBRE
O TRABALHO INFANTIL
QUE ESCLARECERÁ
TODAS AS SUAS
DÚVIDAS!

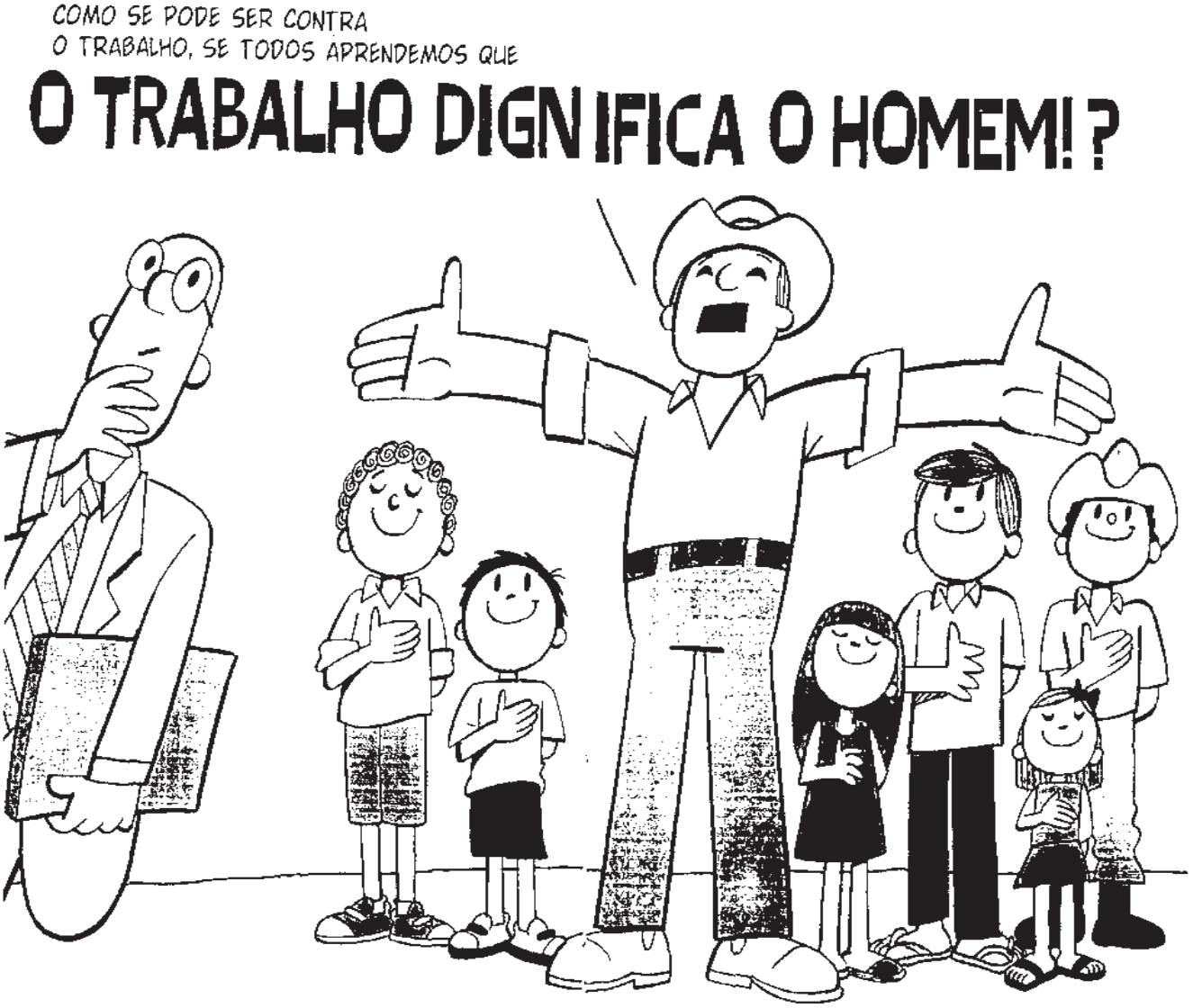
Ministério do Trabalho e Emprego

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

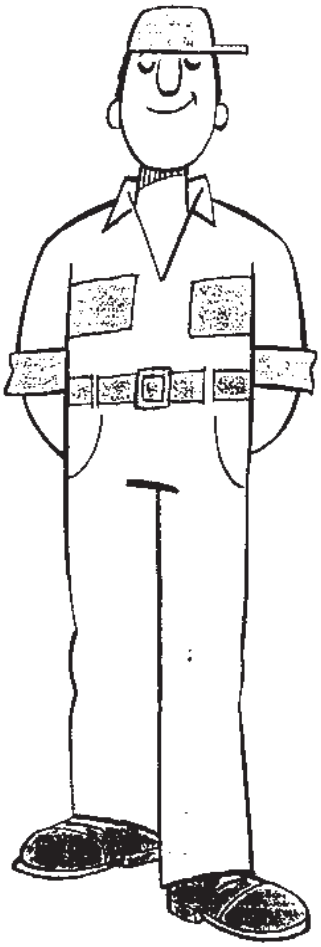
VIVA O TRABALHO!

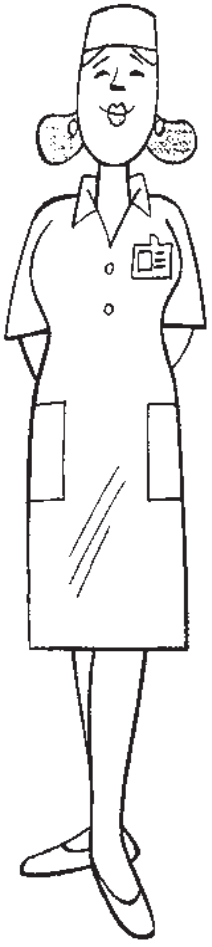



SOMOS CONTRA O TRABALHO INFANTIL!
PERALÁ!!! O SENHOR QUER QUE EU CRIE MALANDROS?


COMO SE PODE SER CONTRA
O TRABALHO, SE TODOS APRENDEMOS QUE
O TRABALHO DIGNIFICA O HOMEM!?

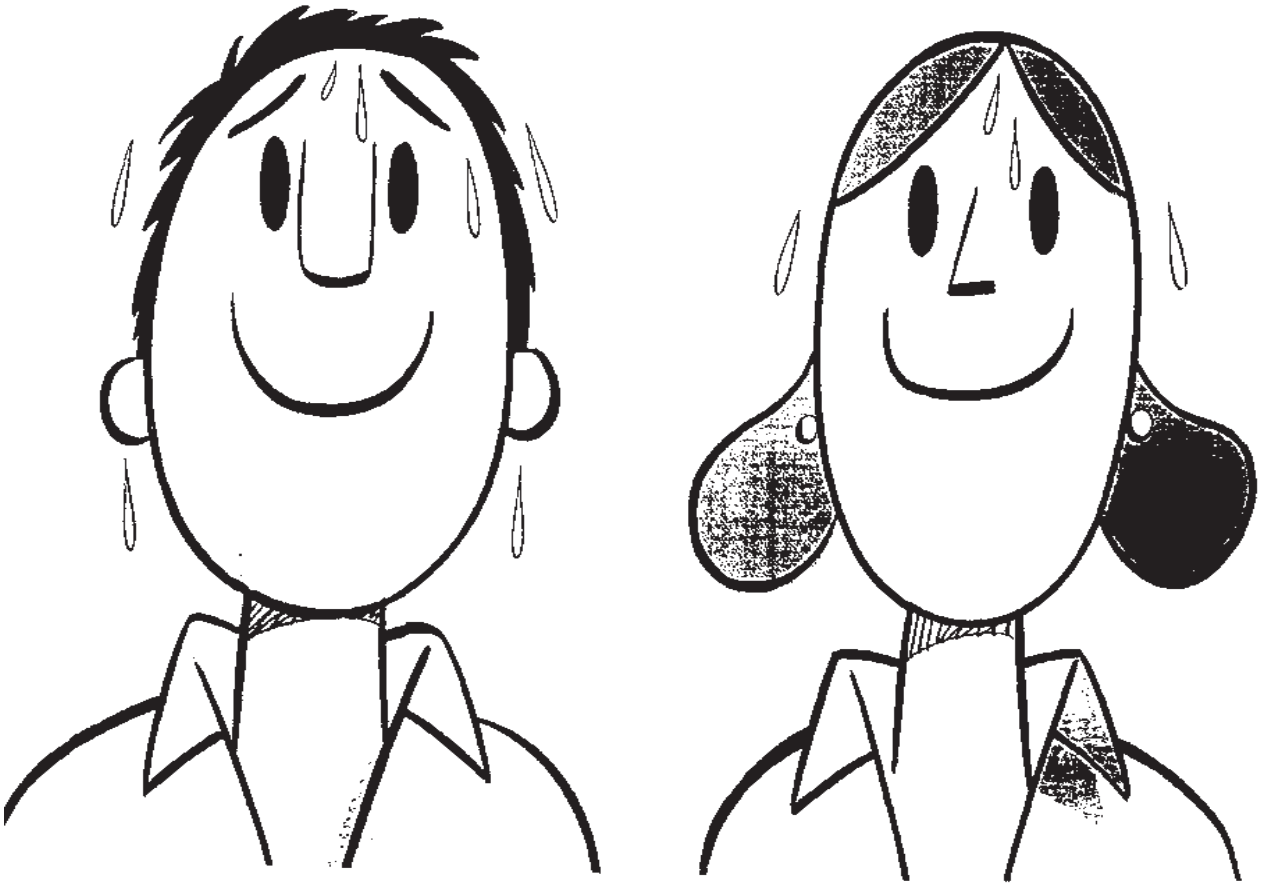
É CLARO.
O TRABALHO DIGNIFICA O HOMEM E A MULHER.





TEMOS DE CHAMAR
DE HOMEM
A ESPÉCIE HUMANA.
ORA, HOMENS SÃO
TODOS OS SERES
HUMANOS, SEJAM
HOMENS OU MULHERES.

E TODOS NÓS APRENDEMOS
QUE NOSSO SUSTENTO DEVE SER PAGO
COM O SUOR DO NOSSO ROSTO!!!



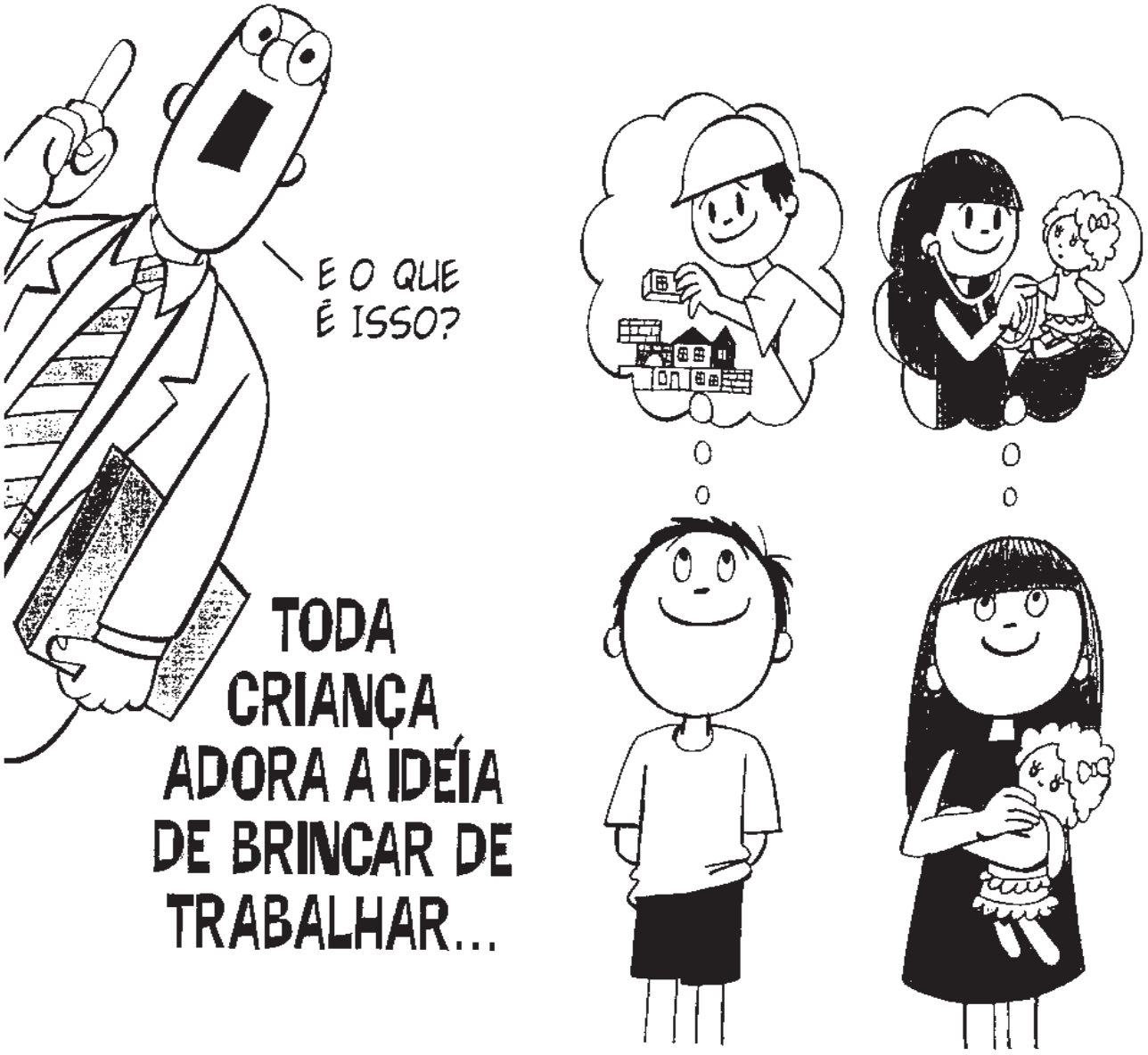
...SIMBOLICAMENTE, É CLARO...
E ISSO SIGNIFICA TRABALHO!

"Trabalho digno e protegido é aquele realizado com amparo legal e em local e condições que preservem a saúde e a segurança do trabalhador".

ENTÃO: TODO MUNDO DEVE TRABALHAR!

UM TRABALHO DIGNO E PROTEGIDO


TODO MUNDO,
MENOS NÓS!


E O QUE É ISSO?
TODA CRIANÇA ADORA A IDÉIA DE BRINCAR DE TRABALHAR...


CRIANÇAS BRINCAM DE TUDO QUE AS FAÇA PARECER ADULTOS!
CRIANÇAS GOSTAM DE BRINCAR DE MÃE E FILHA, DE CANTOR,
DE ASTRONAUTA, DE JOGADOR DE
FUTEBOL, DE PROFESSORA, DE LOJINHA...
CRIANÇAS GOSTAM DE BRINCAR DE TRABALHAR!
BANCO
"Brincar é importante para o desenvolvimento físico, psíquico, moral e social da criança".

CRIANÇAS
GOSTAM
DE AJUDAR
PAI OU MÃE
EM ALGUMA ATIVIDADE...
CRIANÇAS GOSTAM
DE SER ÚTEIS,
PRESTATIVAS...
CRIANÇAS GOSTAM
DE COLABORAR,
PARTICIPAR...

TODAS ESSAS
COISAS DEVEM
FAZER PARTE DA
VIDA DE UMA CRIANÇA.
E CRIANÇA TEM QUE SER
TRATADA COMO CRIANÇA,
ISTO É, COMO PESSOA
EM DESENVOLVIMENTO,
E NÃO COMO UM
TRABALHADOR. A MÃO-
DE-OBRA DE UMA CRIANÇA
NÃO DEVE SER EXPLORADA
PARA NENHUM FIM.

AS PESSOAS NÃO TÊM O DIREITO
DE SE SUSTENTAR COM O DINHEIRO
VINDO DO TRABALHO INFANTIL.

TRABALHO INFANTIL é igual a **EXPLORAÇÃO DE MÃO DE OBRA INFANTIL**

A ATIVIDADE INFANTIL NÃO PODE SER CONTADA COMO FORÇA DE TRABALHO PARA A FAMÍLIA, A SOCIEDADE E O ESTADO.

CRIANÇA TEM QUE SER FELIZ E PROTEGIDA HOJE PARA SE TRANSFORMAR NUM ADULTO SAUDÁVEL.

UMA CRIANÇA FELIZ É, ENTRE OUTRAS COISAS, AQUELA QUE É RESPEITADA PELOS PAIS, PELOS PROFESSORES E PELA SOCIEDADE.

UMA CRIANÇA QUE TEM SEUS DIREITOS GARANTIDOS IRÁ CRESCER FELIZ E SABER RECONHECER O VALOR DO TRABALHO.

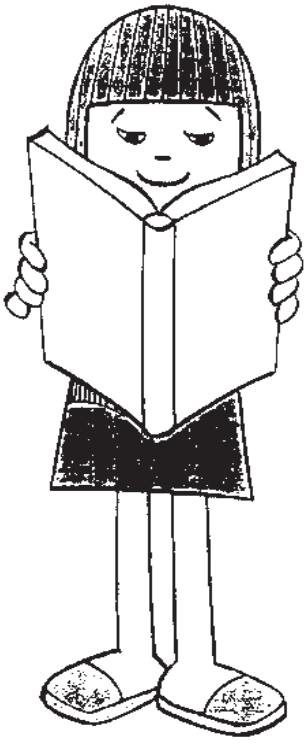


O TEMPO DE SER CRIANÇA É AQUELE DEDICADO AO LAZER E AOS ESTUDOS PARA QUE ELA SEJA FELIZ. ESSE TEMPO NÃO PODE SER DESPERDIÇADO COM TRABALHO OBRIGATÓRIO.

TEMPO DE CRIANÇA É TEMPO DE ESTUDO!

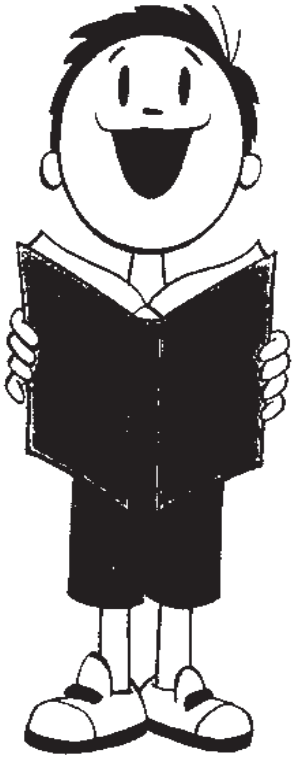


CRIANÇA TEM É QUE ESTUDAR!



PARA SER UM ADULTO MAIS FELIZ, CAPAZ DE ESCOLHER SEU DESTINO!

TEM QUE APRENDER A LER E ESCREVER DE VERDADE PARA ENTENDER O MUNDO E SEU PAPEL NELE.



CRIANÇA TEM É QUE APRENDER A GOSTAR DE LER!



CRIANÇA TEM QUE SABER FAZER AS QUATRO OPERAÇÕES!

TEM QUE APRENDER A SOMAR PARA DAR VALOR AO QUE GANHA OU AO QUE A VIDA LHE DÁ!

TEM QUE APRENDER A DIMINUIR PARA SABER RESPEITAR OS QUE TÊM MENOS.

TEM QUE APRENDER A MULTIPLICAR PARA SABER QUE PODE AJUDAR OS OUTROS E QUE TODOS JUNTOS VALEM MAIS QUE UM SÓ.

TEM QUE APRENDER A DIVIDIR PARA SER GENEROSA E AMAR SEU SEMELHANTE.

CRIANÇA QUE APRENDE SABE RESPEITAR O VALOR DA VIDA E DO TRABALHO

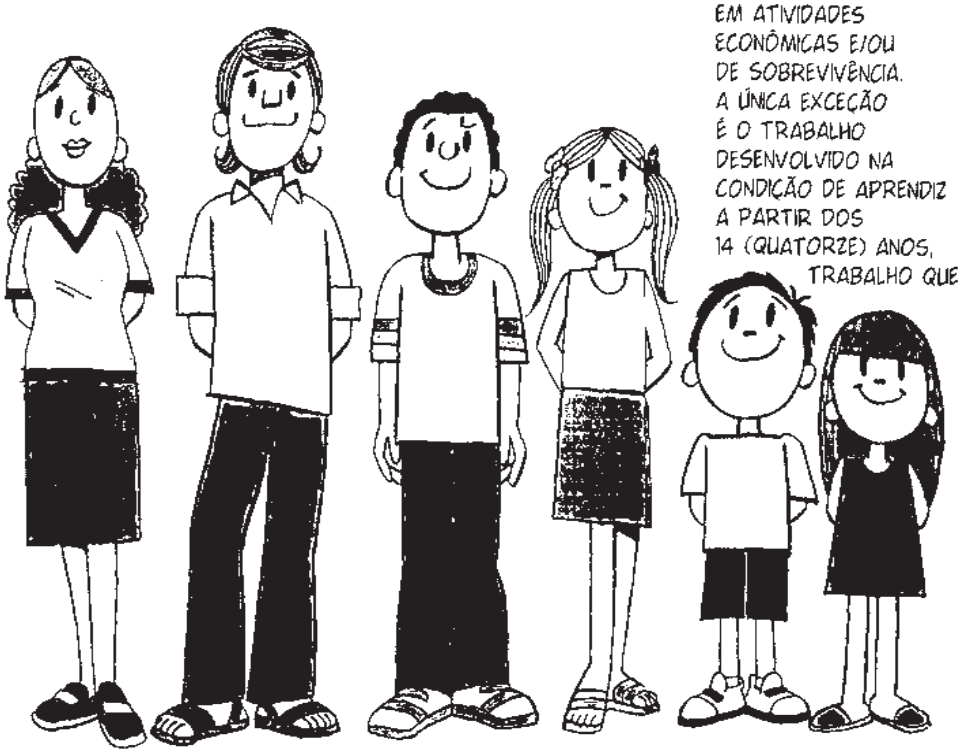
A MAIORIA DOS PAÍSES DO MUNDO TEM LEIS QUE PROÍBEM O TRABALHO INFANTIL. ESSES PAÍSES ASSINARAM UM DOCUMENTO INTERNACIONAL EM QUE ASSUMIRAM O COMPROMISSO CONJUNTO PELO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL.

O BRASIL ASSINOU ESSE DOCUMENTO!

PROCURE CONHECER AS LEIS QUE PROÍBEM O TRABALHO INFANTIL NO PAÍS E O QUE O BRASIL TEM FEITO PARA QUE ELAS SEJAM CUMPRIDAS!



TODOS OS PAIS DEVEM COMPREENDER QUE É JUSTAMENTE PARA FAZER CUMPRIR ESTAS LEIS QUE O GOVERNO DEVE EXIGIR QUE SUAS CRIANÇAS NÃO TRABALHEM.



A EXPRESSÃO TRABALHO INFANTIL, NO ÂMBITO DESTA CARTILHA, SIGNIFICA TODO E QUALQUER TRABALHO EXECUTADO POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM IDADE INFERIOR A 16 (DEZESSEIS) ANOS, SEJA ELE COM FINALIDADE DE LUCRO OU NÃO, EM ATIVIDADES ECONÔMICAS E/OU DE SOBREVIVÊNCIA. A ÚNICA EXCEÇÃO É O TRABALHO DESENVOLVIDO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ A PARTIR DOS 14 (QUATORZE) ANOS, TRABALHO QUE É PERMITIDO COM AS DEVIDAS RESTRIÇÕES ESTABELECIDAS NA LEGISLAÇÃO. O TERMO TRABALHO INFANTIL ABRANGE AINDA A FAIXA ETÁRIA ENTRE 16 E 18 ANOS DE IDADE, QUANDO EXERCIDO NAS ATIVIDADES DESCRITAS NO DECRETO 6481, DE 12 DE JUNHO DE 2008. ESSE DECRETO TRATA DA PROIBIÇÃO DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL, ATIVIDADES ESSAS QUE DEVEM SER IMEDIATAMENTE COMBATIDAS E ELIMINADAS, COMO PREVISTO NA CONVENÇÃO 182 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. E NÃO É SÓ ISSO! CONHEÇA AS RESTRIÇÕES NA LEGISLAÇÃO NACIONAL QUE TRATA DA PROTEÇÃO DO TRABALHADOR ADOLESCENTE NA CARTILHA "SAIBA TUDO SOBRE O TRABALHO INFANTIL".

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Na forma do Regimento, V.Exª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Concedo agora a palavra ao Senador Eduardo Suplicy como orador inscrito.

Logo após falará o Senador Mão Santa, grande representante do Piauí, para uma comunicação urgente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Epitácio Cafeteira, nesta semana teremos o dia de homenagem à consciência negra, a Zumbi de Palmares, dia 20. Por ter sido convidado para representar oficialmente o Senado Federal no encontro parlamentar do Banco Mundial, onde se reunirão mais de 150 Parlamentares do mundo inteiro, em Paris, estarei ausente nos dias 20, 21 e 22, pois, repito, estarei representando o Senado Federal nessa reunião.

O pronunciamento que eu gostaria de fazer em homenagem a Zumbi de Palmares o farei hoje, entretanto, relacionado à questão da consciência negra e aos passos que todos os africanos, afrodescendentes nas Américas têm dado. Eu gostaria de comentar, com muito respeito, dois artigos do nosso colega, ex-presidente e Senador José Sarney.

O primeiro publicado na **Folha de S.Paulo**, de 7 de novembro de 2008, *Um menino do Havaí*, em que ele começa dizendo que os Estados Unidos não vão mudar. Continuarão com seus problemas, entretanto. Mas, ao mesmo tempo, ele diz que a vitória de Obama não muda, mas muda tudo.

A mensagem que a América mandou ao mundo apaga todos os seus equívocos para situar-se no seu forte, que são as grandes idéias que semeou e mudaram a humanidade: a Declaração de Independência, com a palavra de Jefferson de que "todos os homens são iguais" e têm direito "à vida, liberdade e busca da felicidade.

E logo a seguir, diz José Sarney:

> A força da liberdade, seu poder criador, o sonho de tantos imigrantes de todas as raças e credos, tudo para a construção de uma sociedade democrática. Nada melhor para resumir o que aconteceu do que as palavras do próprio Obama em seu discurso de vitória: "Se alguém ainda duvida de que a América é um lugar onde tudo é possível, pergunta se o sonho dos pioneiros está vivo em nossos tempos e questiona o poder de nossa democracia, esta noite é a sua resposta".
>
> A vitória foi, assim, dos Estados Unidos. É o país que justifica ao mundo o porquê de sua liderança e sua capacidade de renovar-se, mesmo em meio a uma tempestade econômica que ninguém sabe quando começou e quando irá terminar.

E aí tece alguns elogios à rica biografia, à sua inteligência, ao seu talento político formado num cerco de segregação que o levou a escrever que "*o termo branco era extremamente incômodo em minha boca". Viveu, então, a capacidade de transitar "entre meus dois mundos", sabendo que "com um pouco de colaboração de minha parte os dois se conciliariam". Ele traz a esperança e a carga adicional de ser um símbolo à humanidade de reconciliação das raças e projeta o ideal de um mundo sem cor de pele e nivelado pelo sonho de Luther King: o caráter.*

Estou de acordo com essas observações do Senador José Sarney. Mas fiquei um tanto surpreso e discordo do seu outro artigo, e dada a importância do mesmo é que resolvi aqui comentá-lo. No seu artigo, *Obama e Fala*, de 14 de novembro, diz o seguinte:

> Sou dos que receberam a eleição de Obama como o surgimento de um novo e grande momento para a humanidade, mergulhada na pior crise dos últimos tempos. Sua mensagem despertou tanta confiança que não pode fracassar.
>
> Mas confesso que alguns sinais que ele tem dado não me animaram. Primeiro, a inclusão forçada no discurso da vitória de um cachorrinho para suas filhas. Depois, o excesso de retórica com a eleitora mais velha dos Estados Unidos, gesto com cheiro de demagogia e comum nos populistas sul-americanos.

E ainda comentou: E pior, a piada de mau gosto de não querer invocar as sessões espíritas de Nancy Reagan, viúva do presidente Reagan, para ouvir os conselhos de seu marido.

Ora, diz o Presidente José Sarney: Queremos um estadista, um homem de idéias que nos levem a afastar o desânimo e a imagem dos Estados Unidos neste momento tão crucial da história.

Não sei se o Senador José Sarney ouviu o discurso de Barack Obama ao vivo. Eu estava em Buenos Aires na terça-feira para quarta-feira, 4 de novembro, e acompanhei como tantas pessoas no mundo inteiro a transmissão ao vivo, por volta das três horas da manhã, daquele memorável discurso do Senador Barack Obama e pude acompanhar, ao final da tarde e início da noite, o número crescente de pessoas que compareceram ao parque de Chicago, ao Grant Park de Chicago, e até, quando eram 11 horas da noite em Chicago e três horas da manhã em Brasília e em

Buenos Aires, eis que então ele iniciou seu discurso para 100 mil ou 150 mil pessoas. Talvez o Presidente José Sarney tenha apenas lido e não observado. Mas o que eu pude constatar é que o Senador Barack Obama, naquele momento eleito Presidente da República, Presidente dos Estados Unidos, interagiu com aquela multidão com o espírito muito próprio dos norte-americanos. E se ele em algum momento fez uma observação a respeito de suas filhas, Sasha e Malia, amo vocês duas mais do que podem imaginar e vocês ganharam um novo cachorrinho que está indo conosco para a Casa Branca. Ora, dizer algo assim e dizer que até este cachorro não era de raça, era como um vira-lata tal como ele, quer dizer, se trata de uma observação feita de muito bom humor, como era próprio naquela noite de júbilo de confraternização com todos aqueles que com ele estavam partilhando daquela alegria. E os fatos mais importantes relativos ao pronunciamento de Barack Obama, sobretudo foi a consagração daquilo que ele havia falado ao longo de sua campanha, em discursos memoráveis, dentre os quais aquele em 18 de março, a respeito daquilo que havia expresso o seu pastor Jeremias, da sua igreja, exatamente o pastor que o havia casado e batizado as suas crianças, que entretanto havia feito uma observação que Barack Obama considerou um tanto estimuladora de maior divisão racial e, como ele justamente tem por objetivo construir uma sociedade de acordo, inclusive, com os ideais de Martin Luther King Jr., em que essas divisões de raças possam ser separadas, foi então que ele disse que tinha alguma divergência com o pastor que, entretanto, respeitava, porque era o pastor de sua igreja. Também ele estava ali consolidando e consagrando os ideais que colocou em seu extraordinário discurso de 24 de julho de 2008, em Berlim, onde ele mencionou que agora não é mais possível admitir muros entre velhos aliados de cada lado do Atlântico, que não podem continuar os muros entre os países que têm mais e os que têm menos, não podem continuar os muros entre raças e tribos, entre nativos e imigrantes, entre cristãos, mulçumanos e judeus. Não podem permanecer. Hoje são esses os muros que precisamos derrubar.

Essas coisas estavam, obviamente, na mente de todos, assim como, também, o mais longo discurso que ele fez, ao ser homologado pela convenção democrata, em 28 de agosto de 2008, exatamente ao se relembrar dos 40 anos do memorável discurso de Martin Luther King, **I have a dream** (Eu tenho um sonho), ao qual já me referi.

Portanto, eu gostaria de, com toda amizade e respeito que tenho para com o Senador José Sarney, discordar, quando, por exemplo, ele menciona que achou um exagero inadequado que tivesse Barack Obama homenageado a senhora de 106 anos, que, depois de tantas vezes impedida de votar, porque houve época, nos Estados Unidos, em que essa senhora esteve proibida de votar, porque, nos Estados do Sul, antes da grande campanha pelos direitos iguais de votação e pelos direitos civis levados adiante de forma vitoriosa por Martin Luther King Jr., por muitos anos, aos negros não era dado o direito de votar. Então, avalio que...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...foi um ponto alto das observações do Senador e Presidente eleito diretamente, quando observou que:

> Estas eleições contaram com muitos inícios e muitas histórias que serão contadas durante séculos. Mas uma que tenho em mente esta noite é uma mulher que votou em Atlanta. Ela se parece muito com outros que fizeram fila para fazer com que sua voz seja ouvida nessas eleições, exceto por uma coisa: Anne Nixon Cooper tem 106 anos. Nasceu apenas uma geração depois da escravidão, em uma era em que não havia automóveis nas estradas nem aviões nos céus, quando alguém como ela não podia votar por dois motivos: por ser mulher e pela cor de sua pele. Esta noite penso em tudo que ela viu durante o seu século nos Estados Unidos – a desolação e a esperança, a luta e o progresso, às vezes em que nos disseram que não podíamos e as pessoas que se esforçaram para continuar em frente com esta crença americana: podemos.
>
> Em uma época em que as vozes das mulheres foram silenciadas e suas esperanças descartadas, ela sobreviveu para vê-las serem erguidas, expressarem-se e estenderem a mão para votar. Sim, nós podemos.

E por aí ele seguiu.

Quero dizer que esse pronunciamento muito comoveu a todos que estavam assistindo.

Então, prezado Senador José Sarney, carinhosamente, quero dizer que, da minha parte, não fiquei decepcionado. Quero muito que o Senador Barack Obama, o Presidente Barack Obama acerte. Tenho muita vontade de com ele dialogar, dar sugestões a respeito do que ele pode fazer e colaborar para que, desde o Alasca...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...até a Patagônia, tenhamos, um dia, a implementação de medidas que possam homogeneizar os direitos so-

ciais e não haja mais muros que separem os Estados Unidos do México, da América Latina.

Vou prosseguir com o tema de homenagem a Zumbi dos Palmares, se possível, amanhã, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável.

V. Exª disporá de cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Presidente Cafeteira, Parlamentares presentes na Casa, brasileiras e brasileiros daqui e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, diariamente, debruço-me nessa mídia. Ela é bem imaginada para que se coloque nos principais jornais tudo o que versa sobre a política do momento. Depois, Cafeteira, de lê-la toda, quero facilitar a vida do Presidente Luiz Inácio.

Isto é para dar o equilíbrio. O Governo somos nós, os três Poderes. Quero fazer uma retrospectiva do que penso. Estamos numa crise? Estamos e temos de enfrentá-la. Presidente Luiz Inácio, para onde vamos, levamos nossa formação profissional. A minha é de médico-cirurgião, afeito a enfrentar dificuldades com firmeza. Vossa Excelência é ex-aluno das escolas do Senai, padrão, escolas técnicas do Brasil e mecânico.

Mas eu quero dizer o seguinte: Cafeteira, nós nos entendemos, porque aprendi muito com V. Exª. V. Exª tem cinco minutos, dá vinte, porque V. Exª pode ser eleito Presidente desta Casa. Mas é o seguinte: Cafeteira, nós queríamos dizer que, de repente, fui eleito Prefeito, viu, Cafeteira, da minha cidade. E quero lhe confessar que tive medo, viu, Renan. O Renan é um homem de coragem! Muita coragem! Já atravessou muita fogueira e sai aí ungido por Deus. Mas, Renan, tive medo. Fui eleito e tive medo. Confesso, cirurgião. Eu fui um cirurgião bom, muito bom. Então, aí eu comecei a meditar: que besteira, estava tão bem sendo cirurgião de uma Santa Casa, famoso e vou entrar nesse negócio de prefeitura. Vou me lascar! Aí, comecei a estudar, viu, Renan! Estudar! Acredito em Deus, no estudo. Não sei as crenças do Luiz Inácio. Mas acredito em Deus, no amor que acimenta a família, no estudo, que leva à sabedoria, e no trabalho. Renan, e eu com medo! Rapaz, mas que besteira, estava tão bom como médico, cirurgião famoso, bom, e agora eu vou me lascar, negócio de prefeito aí, que diabo! Aí, eu comecei a estudar. Adalgisinha dormia, e eu estudando, estudando, estudando. Aí, eu estou lascado! Cafeteira, e se aproximando o dia 1º. Cirurgião! E agora? Renan, lá pelas tantas da madrugada, e eu digo: estou lascado, vou me lascar, que besteira!

Aí eu li um livro, de capa amarela, de Frederick Taylor, o mago da administração. Outro dia, passei em um sebo e o vi. Comprei-o para recapitular, porque isso faz muito tempo. Aí comecei a ler. Depois de ter lido Henri Fayol, Taylor, o DASP do Getúlio Vargas e tal, Cafeteira, quando eu estava sem ânimo, aí ele diz que administrar é fácil*;* é como ser cirurgião. Aí, Renan Calheiros – Adalgisa dormindo ali –, pensei que era comigo mesmo. Ele deu o exemplo do cirurgião: tem que possuir decisão, trabalhar em equipe, ter tempo, começar uma obra e saber terminar. Tomei coragem, ânimo, e estou aqui.

Então, isso é o seguinte, Luiz Inácio. Às vezes, dá certo, como aconteceu com Juscelino Kubistchek. Os adversários diziam: "É, mas esse Mão Santa nem para..." Pelo contrário, está no íntimo o planejamento de um cirurgião. Por isso, o Juscelino deu certo e outros – estou citando apenas Juscelino.

Atentai bem, o pré-operatório é o planejamento; o transoperação em si é o ato; e o pós-operatório é o controle. O que é administração, segundo Henri Fayol? Planejar, designar ordem, coordenar e, no fim, o controle, o pós-operatório,... a pessoa. Então, está na mente. É rápido.

Então eu quero essa contribuição ao Luiz Inácio. Depois de ler essa mídia todinha e essa confusão – hoje estive na CAE, com o Presidente do BNDES e tudo –, o que é que tem aqui de melhor? Eu trouxe para ele o melhor. Eu tenho dúvida – assessor do Renan, espere um instante que quero fazer uma indagação a ele. Tancredo era agente do bem ou do mal? Ele era estadista ou burro? Estou em dúvida quando vejo aí a posição do Governo.

Quando ele foi eleito, ele era a esperança, Cafeteira. Tancredo, a esperança – a maior estupidez é perder a esperança, foi Ernest Hemingway quem disse isso –, o que foi que ele disse quando ganhou? Ele disse: "É proibido gastar". Não é verdade? Tinha lido, estudado Abraham Lincoln, que dizia: "Não baseie sua prosperidade em dinheiro emprestado". Sei que teve recessões, o Cafeteira sabe mais do que eu. Teve uma da Primeira Guerra, mas eu não tinha nascido; a da Segunda Guerra, não, nasci nela, 1942, viu, Cafeteira, então, um negócio e vivi. Aí surgiu um grande líder: Frank Delano Roosevelt, que enfrentou recessão e foi quatro vezes presidente. O que foi que ele disse? "Norte-americano, procure um trabalho, continue trabalhando; se não der certo, arrume outro trabalho". Aí ele foi mais adiante, o *New Deal*, Frank Delano Roosevelt, agora, na recessão, ô Luiz Inácio, ele disse: "Se eu colocar um bico de luz numa fazenda e uma

galinha na panela, este País estará salvo. As cidades poderão ser destruídas, mas o campo, não, porque o campo florescerá as cidades".

Então, eu queria dizer que são ensinamentos. Theodore Roosevelt disse o seguinte: "Nunca gaste antes de ganhar". E aqui o que vejo, Luiz Inácio? Agora, vamos e venhamos, esse Fernando Henrique aí é um estadista. Nunca votei nele, não. Votei no Quércia que era do meu partido, e, depois, por vizinhança ali, meu vizinho, votei no Ciro Gomes, não sei se ia dar certo, mas confesso. Mas que ele é, é, ele enfrentou dificuldades. Quando ele entrou, este País estava uma zorra, uma crise, a inflação era o maior monstro. Fui prefeitinho, 80% ao mês, isso era um monstro, Luiz Inácio. Olha, ele foi duro, esse Malan merece homenagem, foi duro!

Sei que Graciliano Ramos tentou, mas, foi ele quem fez a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ô Cafeteira, foi duro a gente pagar o que devia. Isso era uma zorra, ninguém sabia o que devia. E numa época dessas tinha a ARO – Antecipação de Receita Orçamentária –, e o nosso líder de Goiás não pegou. Os prefeitos, numa hora dessas, estavam correndo nos bancos, e os banqueiros a gente sabe como são: eles vieram foi do cão.

Atentai bem! Eles davam dinheiro para o prefeito derrotado e a dívida, era a ARO. Tirei a último ARO deste país. Fernando Henrique acabou com a ARO. Fui ao banco para fazer uma ponte e confessei – Antecipação de Receita Orçamentária. A gente tirava as receitas, Cafeteira, endividando o futuro, e os banqueiros aceitavam, os mesmos banqueiros, os mesmos que estão sendo socorridos. E, lendo isso que diz que é proibido gastar, então, Luiz Inácio, tome coragem.

Fernando Henrique também teve outra crise: a do apagão. Ô Cafeteira, foi um rolo doido. Mandou apagar as luzes da avenida de Teresina, da praia; um rolo doido, uma escuridão, mas tinha que enfrentar. Fez uma gestão de câmara com Pedro Parente, grande administrador, e acabou a apagão.

Ô Luiz Inácio enfrente essa crise. Estão dizendo que é marola. Não é.

Então, o melhor de todos esses artigos, a síntese não é minha não, é esse que diz: "Apesar da crise, gastos do governo aumentam muito". Ou Tancredo era estadista ou burro, porque, quando ele entrou, estava uma crise de dívida e ele disse: "É proibido gastar." Deus não quis que ele entrasse. Então, eu fico aqui com a matéria: "Apesar da crise, gastos do governo aumentam muito". Ô Renan, o que eu quero é porque nós temos consciência, e o Luiz Inácio tem que ver que nós não somos os aloprados que queremos vantagens, mas, dar essa experiência que temos, nós podemos dar.

Então, olha o que vem por aí! A Medida 440... É só de gastos! É só de gastos para funcionários da Fazenda e tal. Aí, vem outra Medida Provisória, a 441, também de gastos. Mais de 500... Aí, vem a 446, anistiando devedores da Previdência, a "pilantropia", aí. Então, essa farra de despesas... Tem de conter gastos! Tem de ter coragem, Luiz Inácio! Ó Luiz Inácio, tem de ter coragem! Eu não sei a quem ele vai recorrer. Eu sei que ele está arrodeado de aloprado por todo o lado. Mas tem que enfrentar, se ele já...!

Aqui as três medidas provisórias, e medida provisória já é nefasta, é imoral, é indecente e emperra o Congresso. Todo esse gasto, e ainda vem mais uma aí! Ninguém está contra a caridade do Bolsa Escola...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ..., a generosidade e caridade do Bolsa Escola. Ninguém é contra a caridade – fé, esperança e caridade. Mas que ela tem de modificar e encaminhar esse pessoal para o trabalho, tem! Porque é contra Deus! "Comerás o pão com o suor do teu rosto."

Eu sou muito mais o Apóstolo Paulo do que o Suplicy. Eu fico é com o Apóstolo Paulo. Quem não trabalha não merece ganhar para comer. Então, vamos transformar isso, rapidamente, no trabalho. Eu sei como fazer. É só entregar aos prefeitinhos, porque saberão encaminhá-los aos trabalhos, ganhando até mais. Eles estão mais próximos das necessidades.

Mas ainda vem aí mais 165 cargos para aqueles aloprados que vão ganhar R$10.148,00, pela porta larga da malandragem, sem concurso. Aí não dá! Então, eu queria...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela bondade de São Luis. Rapaz, o Cafeteira já está quase tendo o meu voto para Presidente desta Casa! Bigode e elegância; premiado e ele estendendo o ...

Mas, e na Bíblia? Ninguém pode ser contra Deus. "Sob os céus, há um propósito determinado para cada tempo. Há tempo de nascer, de morrer, de espalhar e de juntar". Vem com uma palhaçada, agora, de um fundo soberano. Fundo soberano para ir ao exterior e fomentar empresários do que não vai acontecer. Ó Luiz Inácio, aprenda! Fundo só tem um; é tudo enrolado. E pagador só tem um, é o povo; não tem negócio de Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário, não. Instrumentos da democracia. Poder é do povo que trabalha, do povo que paga imposto, do povo que paga a conta e não agüenta mais ser satirizado por esse governo do PT

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes e, logo após, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero comunicar à Casa, Senador Alvaro Dias, Senador Marconi Perillo, Senador Renan Calheiros, Senador Adelmir Santana, Senador Mão Santa, que, neste momento, na sala da Presidência, está havendo uma reunião com o Sr. Ministro da Previdência. Estão presentes os Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Mário Couto, o Senador Delcídio Amaral, o Presidente da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. Eu estava presente e retornarei em seguida a meu pronunciamento. Estamos discutindo a questão que tem relação com as aposentadorias, ou melhor, com os aposentados.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos dias 26 e 27 de novembro, será realizado o I Simpósio Infra-estrutura e Logística no Brasil – Desafios para um País Emergente. A iniciativa de tal evento é da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. Aqui quero fazer uma menção toda especial, se permitir o Senador Mão Santa, ao Senador Marconi Perillo, que é o Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, e a seu vice-Presidente, Senador Delcídio Amaral, que também está na reunião com o Sr. Ministro da Previdência Social.

Serão seis painéis: o primeiro tratará de saneamento básico, licenciamento ambiental e hidrovia; o segundo abordará transporte e logística; o terceiro, energia, fontes renováveis e etanol: o quarto, gestão pública, orçamento e investimentos públicos: o quinto, marcos regulatórios e infra-estrutura aeroviária, e o sexto, telecomunicações e desenvolvimento tecnológico.

Participarão do evento ministros de Estado, diretores de Agências Reguladoras – entidades importantíssimas para garantir a segurança jurídica dos investimentos privados na área de infra-estrutura –, representantes da iniciativa privada e de institutos de pesquisa, além de Senadores e membros da Consultoria Legislativa, a assessoria técnica do Senado Federal. Teremos, pois, uma gama muito variada de temas e representantes de diversos setores da sociedade e do Estado.

Dentre todos os temas, Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção especialmente para o primeiro, cujo objeto é saneamento básico, licenciamento ambiental e hidrovia. Em relação a esse painel, parece-me justo sugerir que seja aprofundado o debate sobre o papel do saneamento básico como forma de ajudar a saúde da população brasileira. Isso é relevante porque conforme reportagem da revista *Exame* desta semana "*a falta de coleta e tratamento [do esgoto] provoca doenças infecciosas e parasitárias, especialmente em crianças, elevando os índices de mortalidade*".

A mesma reportagem cita ainda Raul Pinho, Presidente do Instituto Trata Brasil, que constatou que "*para cada um real gasto em saneamento, economizam-se quatro reais em saúde*".

De acordo com outra reportagem, dessa vez no jornal **Folha de S.Paulo***,* de quatro de novembro do corrente ano, constatou-se que existe uma relação direta entre a queda de mortalidade infantil (crianças de um a quatro anos) e o aumento de coleta e tratamento de esgoto. Isso aconteceu em Estados como São Paulo, Santa Catarina, Espírito Santo, Maranhão – Estado que V. Exª, Sr. Presidente, representa como Senador – e Goiás. Diante das peculiaridades regionais do Brasil, Estados mais pobres têm menos condições de aumentar a rede de coleta de esgoto e realizar seu tratamento.

O meu Estado do Amapá, por suas características particulares, como a de ser um Estado ainda jovem, necessita de ajuda e colaboração da União para conseguir realizar um programa audacioso de saneamento básico. Com apenas vinte anos de existência e encrustado no coração amazônico, o Amapá precisa da colaboração do Governo Federal para assegurar com obras e saneamento básico tanto a melhoria das condições de vida do povo, como a preservação das incontáveis riquezas amazônicas.

Posto isso, eu gostaria de retornar um pouco à reportagem da revista **Exame** desta semana. A revista de negócios traça um perfil interessante do setor de saneamento básico em nosso País.

Eu quero aqui chamar a atenção sobre esta questão do saneamento básico porque é mais do que comprovado que o saneamento básico – quando falamos em água potável, em coleta e tratamento do esgoto sanitário – previne doenças, previne óbitos e diminui o custo do investimento do Governo na medicina curativa. No nosso Estado, o Estado do Amapá, cuja capital, Macapá, concentra 60% da população do Estado, nós temos um perfil nesta área principalmente de esgoto, de coleta de esgoto sanitário, um perfil que realmente dá vergonha para a saúde pública brasileira.

Então, se o Governo Federal não fizer o seu investimento – como deve e tem a obrigação de fazer – nos Estados que têm menos recursos, estará dando tratamento desigual para necessidades iguais. Os grandes Estados têm condições de patrocinar o seu saneamento básico; mas, os pequenos, infelizmente, pouco têm a investir além da sua subsistência na manutenção dos serviços que prestam, com grande sacrifício, à população.

A Bancada do Amapá destinou quantia significativa na emenda de bancada para fazer saneamento básico. Esperamos que essa previsão de recursos não seja boicotada ou, melhor dizendo (muitas vezes o termo correto mesmo é boicote), não tenha desprezada a sua importância quando for analisada na Comissão de Orçamento.

Posto isso, retorno ao que a revista nos fala sobre o perfil do saneamento básico no Brasil.

Em primeiro lugar, observa que são necessários aproximadamente 200 bilhões de reais para a universalização dos serviços. Hoje, no entanto, são investidos apenas 2 bilhões por ano. Precisa de 200 bilhões, e o Governo investe 2 bilhões por ano. Ou seja, no ritmo atual, seriam necessários 100 anos para que todos os brasileiros recebessem serviços de água potável, além de coleta e tratamento de esgoto.

É importante observar que a revista destaca o tratamento de esgoto como o nó do saneamento: "*embora 93% da população urbana tenha acesso à água tratada, menos da metade conta com coleta de esgoto. Para piorar, apenas um terço do material coletado recebe tratamento*".

A reportagem, é importante observar, destaca o papel do Congresso Nacional como responsável pela mais profunda mudança no setor nos últimos anos, mais do que a criação do Ministério das Cidades ou do PAC "lulista". Ou seja, que o Congresso Nacional tem muito mais importância nessas mudanças de o Governo abrir os olhos e investir em saneamento básico do que a própria criação do Ministério das Cidades e do PAC do Governo Lula.

Sr. Presidente, reproduzo o que afirma a matéria: "O grande impulso ao setor [de saneamento], porém, foi dado no início de 2007, com a aprovação da Lei Geral de Saneamento Básico. A lei regulamentou a atividade e acabou com o poder das companhias estaduais, que dominam o setor."

Ao criar um novo modelo, o Congresso levou em conta a eficiência, ou seja, o operador – seja ele estatal ou privado – poderá ser substituído se não cumprir as metas definidas.

De acordo com pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre 2006 e 2007, o acesso à rede de saneamento básico no Brasil teve o maior salto desde 2002, ou seja, de início a lei aprovada pelo Congresso Nacional já tem produzido resultados: em 2006, 53,23% dos brasileiros não possuíam acesso à coleta do esgoto; em 2007, esse percentual caiu para 50,56%.

O Congresso, de acordo com a revista *Exame* e com os dados da Fundação Getúlio Vargas, tem feito a sua parte, inclusive com incentivo à participação da iniciativa privada nesse setor. Parece-me, porém, que as regiões mais pobres necessitam da presença do Estado como ator. Assim, peço que mais financiamentos para o saneamento básico sejam destinados às regiões mais carentes do nosso País, em especial a Região Norte e o meu querido Estado do Amapá.

Encerro, Sr. Presidente, esta breve intervenção fazendo votos, mais uma vez, de que o Simpósio seja bem-sucedido e que o tema, sempre escondido nas agendas políticas, seja visto como prioritário. Espero que não tenhamos que aguardar ainda mais 100 anos para termos saneamento básico para todos, condição indispensável para a melhoria da saúde e das condições de vida de nossa gente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Epitácio Cafeteira, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Parabéns, Senador, por buscar um assunto tão importante, que tem afligido a população de todos os Estados. Ainda ontem, em São Paulo, houve uma denúncia de que a Companhia de Águas e Esgoto recolhe o esgoto, devolve ao rio, sem tratamento, e cobra a taxa. Quer dizer, além de não fazerem o tratamento e saneamento básico, ainda jogam ao rio os detritos e mostram, depois, o plantio de uma roça regada com a água do rio. E o senhor saber melhor do que eu o que vem junto disso. Parabéns, Senador.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, por permuta com o Senador Valter Pereira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, hoje a imprensa destaca que o Japão projeta a recessão da sua economia para até o ano 2010. A poderosa e organizada economia japonesa em recessão.

A Alemanha, a principal economia da Europa, da mesma forma, ingressa num período recessivo, depois de cinco anos de desempenho favorável.

Nos Estados Unidos da América do Norte, os dois contendores do último pleito que estabeleceram um enfrentamento, em determinados momentos, exacerbado na busca pelo poder na maior nação econômica do mundo se reúnem, se entendem, porque admitem a gravidade da crise econômica que se abate sobre aquela grande nação.

As diferenças políticas são colocadas num plano secundário em nome de um entendimento nacional que possibilite o enfrentamento competente e eficiente da crise.

O candidato republicano John McCain surpreendeu, logo após sua derrota, afirmando: "Ele foi meu ad-

versário; hoje é meu Presidente", e, agora, demonstra grandeza quando pretende somar-se aos democratas para contribuir na busca de solução no enfrentamento desta crise perversa que se abate sobre o mundo, a mais dramática desde 1929.

Senador Mão Santa, ficamos a imaginar: o Governo brasileiro não está sendo provinciano demais, adotando medidas tímidas para o enfrentamento da crise? Porque o Governo brasileiro não convocou ainda todas as forças vivas da nacionalidade suprapartidariamente, constituindo um comitê de crise para, reunindo especialistas de todas as origens, elencar as medidas mais inteligentes e eficazes no combate à crise para minimizar os efeitos dela sobre o povo brasileiro.

Isso, para mim, é surpreendente. Seria até confortável para o Presidente da República, que estaria dividindo responsabilidades. E este é o momento para dividir responsabilidades. Não há como ignorar a necessidade de pacto entre governos. Imagine, Senador Romeu Tuma, se não é o momento para um pacto, inclusive no Brasil, entre as nossas forças vivas representativas da economia nacional. É hora de abandonar o egoísmo. Os interesses localizados devem ser colocados num plano distante daquilo que é prioridade. Os Chefes de Estado se reúnem e, evidentemente, devem discutir a necessidade desse pacto entre governos. A crise é global e, portanto, as soluções para ela são globais.

Não se pode admitir que se pense apenas no sistema financeiro internacional e nacional, no nosso caso. As medidas administrativas com respaldo legislativo não podem focalizar apenas a administração do sistema financeiro. É claro que ele tem de ser protegido das turbulências econômicas. É evidente que tem de se buscar uma administração competente para o sistema financeiro, uma vez que ele é essencial no processo econômico, e as conseqüências advirão se não houver uma administração capaz de equilibrá-lo. Mas não basta.

A ameaça atual é muito mais de recessão do que de inflação. E essa ameaça de recessão, que atinge o mundo do euro, que chegou à Europa com muita força, alcançando nações economicamente poderosas, é evidente que é uma ameaça também para o nosso País. Diante dela, simultaneamente às medidas que visem a administrar com competência o sistema financeiro nacional, providências que possam alavancar programas de desenvolvimento econômico para o enfrentamento da recessão.

Ouvi reclamos, nos últimos dias, que preocupam muito. O Governo anunciou a liberação de bilhões de reais para agricultura, e há agricultores distantes do crédito. Reclamam da burocracia, não conseguem os financiamentos de que necessitam. O adubo não pode prescindir de financiamento. Sem adubo, há queda da produção e da produtividade, e a redução da produção pode ensejar a inflação de alimentos. Até há pouco, as multinacionais financiavam; agora não financiam, em razão da crise. Só resta o Banco do Brasil. E o Governo precisa liberar para valer. Os homens do campo dizem que esperam do Governo que fale menos e aja mais, porque não há facilidade da obtenção dos financiamentos necessários para alavancar a produção agrícola no País.

Nos últimos dias, reclamações também vieram de avicultores do Paraná, que são grandes exportadores. Diante do anúncio do Governo de que liberava bilhões de reais para os exportadores do País, animaram-se e buscaram o crédito. Não tiveram facilidades. Não conseguiram chegar ao Comitê de Crédito do Banco do Brasil. Os próprios gerentes da instituição ficam desconfortáveis; não conseguem dar resposta aos clientes que os procuram.

De outro lado, estamos verificando que há uma contenção dessas atividades. No Estado de São Paulo mesmo, uma grande empresa do setor foi à falência. Uma empresa denominada Frango Forte. Isso é um prenúncio de que a situação pode se agravar, e a avicultura é um setor da economia que proporciona emprego barato e, portanto, uma quantidade expressiva de empregos no interior do País. É uma atividade econômica e, como tal, fundamental para o Brasil. Não pode o Governo prescindir desse setor da nossa economia e dispensá-lo das atenções que merece.

Ainda animado pelos anúncios do Governo de bilhões de reais para empréstimos, um empresário foi ao BNDES na expectativa de financiar a construção de um grande **shopping** no norte do Paraná. E foi informado de que recursos para a construção de **shoppings** só há se for no Norte e no Nordeste do País. Sr. Presidente, não entendo por que essa discriminação. Não há por que estabelecer distinção entre Estados brasileiros. Não há. Temos que buscar, especialmente num momento de crise como este que estamos vivendo, estimular o crescimento econômico, a produção, para reduzir as conseqüências da recessão. A Organização Internacional do Trabalho anunciou que o mundo vai perder cerca de 20 milhões de postos de trabalho.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Romeu Tuma, vou concluir.

Seriam, assim, 20 milhões de trabalhadores desempregados. Não podemos estar distantes dessa realidade. Não podemos atuar na contramão dessa realidade.

Nós nos espantamos quando vemos o Governo priorizando, por exemplo, a criação do fundo soberano, que se destinaria inclusive a financiar empresas brasileiras com atividades no exterior, quando a prioridade indiscutível de qualquer momento, mesmo quando a crise está distante e não ameaça – mas sobretudo agora quando a crise é uma realidade – tem que ser os investimentos no nosso País.

É por essa razão que pedimos – e o Senado aprovou – auditoria do Tribunal de Contas da União nos empréstimos realizados pelo BNDES para outros países, como Venezuela, Peru, Paraguai, Equador, Angola e outros, porque entendemos que a prioridade é o nosso País e que sobretudo obras de infra-estrutura alimentadas com recursos brasileiros no exterior nos fazem falta aqui.

Estamos plantando a possibilidade de um apagão de médio e longo prazo, um apagão logístico de médio e longo prazo se não investirmos mais em obras de infra-estrutura. E estamos utilizando recursos nacionais para obras de infra-estrutura internacionais. É uma contradição que não conseguimos entender.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, concluo diante do soar da campainha, embora pretendesse ainda falar de outras medidas provisórias que tramitam nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Posso prorrogar, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador. Vamos ouvir o próximo orador.

Aliás, disseram aqui que se tratava do reordenamento do Estado brasileiro. Eu não imagino como se pode pretender reordenar o Estado brasileiro por meio de medida provisória, sem um amplo debate. É evidente que isso é muito pouco para significar reordenamento do Estado brasileiro. Trata-se apenas de acomodar interesses localizados na estrutura da administração pública federal. Interesses legítimos, justificáveis até, mas que não devem ser alcançados por medidas provisórias, que afrontam a Constituição do País.

E esse debate não deveria ser alimentado exatamente neste momento, com a criação de novos cargos para setores do Poder Executivo, com o setor Executivo já engordado por esse apetite incomensurável de cargos que sustentam a aliança política governamental, com inúmeros partidos que nomeiam e, por isso, são indispensáveis para esse atendimento de natureza política em uma relação, que eu costumo dizer, promíscua entre Executivo e Legislativo, partidos políticos e até o setor privado envolvido. Para a sustentação dessa relação, o Governo vai ampliando a máquina pública, gastando cada vez mais e, quase sempre, desnecessariamente. E, nesta hora de crise, não se houve falar em mecanismo de controle dos gastos públicos, e muito menos em reforma administrativa, para eliminar aquilo que é supérfluo, o paralelismo existente, a superposição de ações, para reduzir despesas correntes a favor de investimentos que podem ser fundamentais no enfrentamento da crise.

Sr. Presidente, muito obrigado pelo tempo extra que V. Exª me concedeu, mas continuo afirmando que seria muito bom para o Brasil se o Presidente Lula constituísse um comitê de crise e convocasse, suprapartidariamente, especialistas para opinarem, sugerirem e idealizarem medidas administrativas que possam blindar o povo brasileiro dos efeitos danosos da crise internacional.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Romeu Tuma?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pois não, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Era pela ordem, mas não poderia deixar de cumprimentar o brilhante pronunciamento do Senador e pedir aos brasileiros e brasileiras que não o ouviram que o sintonizem de noite, porque só isso valeria a abertura do Parlamento brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, acabei de receber um *e-mail* de um jornal do Piauí, independente. É o **Diário do Povo**. É de um empresário livre, independente. E o jornalista é da melhor estirpe: Zózimo Tavares. É a reencarnação daquele Carlos Castelo Branco.

Então, eu pedi permissão, porque aqui no subtítulo tem: "Bancada Federal silencia diante da maior crise vivida pelo setor elétrico". No Piauí. Apenas contestaria o jornalista, porque nós temos bradado, denunciado o Programa Luz para Todos, a corrupção da Gautama. Infelizmente, aí se instalou um estado mesmo da corrupção e é vergonhoso.

Então, queria ler os trechos mais importantes e dizer ao Piauí que nós estamos atentos. Falo em meu nome, no do Senador Heráclito Fortes e no do Senador João Vicente, que agorinha me deu poderes. Já denunciamos muito isso. Sob o título *O caos na Cepisa não incomoda*, diz trecho da matéria:

> Mas seria imperdoável não responsabilizá-lo por não cobrar, energicamente, soluções para a crise na empresa, que se arrasta e se agrava desde o começo de seu primeiro mandato.
>
> O Piauí é o Estado que tem, hoje, o terceiro pior fornecimento de energia em todo o País, só perdendo para o Amapá e Rondônia. A responsabilidade por tal situação é do próprio

> Governo Federal, pois, há décadas a Cepisa está federalizada.

Diz outro trecho da matéria:

> Por último, o Governo Federal nomeou para presidir a companhia um técnico da Eletrobrás que acumula a direção da Cepisa com as de outras empresas da região Norte do País. Por conta disso, ele não mora no Piauí. É um caso inédito em toda a história da empresa. Talvez isso explique a piora nos seus serviços nos últimos meses.
>
> Enquanto a Cepisa vive a pior crise de sua história, o Governador se enche de dedos para não melindrar o Governo Federal e a Bancada do Piauí emudece em Brasília.

Isso não é verdade. Nós temos denunciado a corrupção de lá. Aliás, esse é o motivo de nosso afastamento. Ajudamos o Luís Inácio se eleger em 94. Eu havia indicado o Diretor da Cepisa, mas, diante de tanta corrupção, eu tive que sair. Para isso, só havia uma maneira: instigar o José Dirceu, chamando-o de Zé Maldito. Não tenho nada contra ele, mas foi a única maneira de fazê-lo tirar quem eu havia indicado. Era a única maneira de eu não estar envolvido no antro de corrupção que reina na Cepisa. Então, foi a única estratégia. Eu que havia indicado. Mas aí a única tentativa foi essa. Eu cutuquei o cão, o José Dirceu, com vara curta e no dia seguinte ele tirou aquele que eu havia indicado. Graças a Deus! Eu tenho essa gratidão a ele, porque aí o meu nome ficou longe da maior corrupção que existe no Brasil, que é o Programa Luz para Todos.

Termina a matéria: "Como diria o jornalista Deoclécio Dantas, é uma lástima."

Deoclécio Dantas é outro jornalista ímpar, ex-líder político.

Depois vem outra matéria com o título *Demissões a vista*. Vão fazer um PDV, que ainda vai desempregar um bocado de famílias que trabalharam e se dedicaram... Então, lamentamos isso e contestamos, pois a Bancada federal do Senado sempre denunciou esse mar de corrupção. Como Cristo disse "afasta de mim esse cálice", afastei-me dessa podridão de corrupção que campeia no Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senadora Ideli...

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pois não, pela ordem...

Eu tinha que ler um requerimento. Peço licença para ler um requerimento da Senadora Ideli, aproveitando a presença de S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Em sessão anterior foi lido o **Requerimento nº 1.363, de 2008**, da Senadora Ideli Salvatti e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado Federal, no próximo dia 16 de dezembro, às 11 horas, destinada a comemorar 40 anos da Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Desculpe-me, Senador Goellner, era só para cumprir a...

Tem a palavra V. Exª.

Em seguida, falará a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de ter aparteado o Senador Alvaro Dias, do Estado do Paraná, em relação ao seu pronunciamento sobre a falta de crédito para a agricultura brasileira.

Eu gostaria de citar, rapidamente, uma matéria publicada hoje no jornal **Folha de S.Paulo**, no suplemento Dinheiro 1, às páginas B-1, B-3 e B-19, onde é feita uma ampla análise da conjuntura de crédito e da situação por que passam os produtores brasileiros, destacando, principalmente, a entrevista com o Governador Blairo Maggi e com o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. O Governador Blairo Maggi coloca a situação da agricultura numa situação como uma questão de estado.

Com todas as medidas que já foram tomadas para a renegociação da dívida dos produtores, ainda persistem indecisões bancárias, ainda persiste dificuldade na renegociação. Assim, os produtores estão entrando em colapso, tendo suas máquinas apreendidas, tendo seus nomes incluídos no Serasa por prestações vencidas a menos de trinta dias, o que lhes impede a concessão de novos créditos. A dificuldade que o produtor terá então será recorrente. Se já estava ruim, agora ficará ainda pior.

Então, eu gostaria de chamar a atenção do Governo para que o Ministério da Fazenda e o Ministério da Agricultura analisem a atual situação da agricultura e, principalmente, para que os dois Estados que o Ministro Stephanes cita como recorrentes da crise financeira, que são Mato Grosso e Goiás, recebam, então, um tratamento para uma solução definitiva dessa questão da renegociação das dívidas agrícolas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Tem a palavra a Senadora Ideli para uma comunicação inadiável.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente, pela aprovação do requerimento para realização da sessão especial em comemoração aos 40 anos da Eletrosul, uma das importantes empresas estatais do setor elétrico do nosso País.

Volto, mais uma vez, Senador Tuma, à tribuna para falar sobre o Piso Nacional do Magistério. Sei que V. Exª tem vindo várias vezes à tribuna para falar da gravíssima crise de segurança no Estado de São Paulo, sobre a greve, sobre o não-atendimento das reivindicações. Cada um dos Parlamentares tem, pela sua história de vida, um assunto que lhe é especial, um assunto que mexe com sua mente, com seu coração, porque tem a ver com a sua vida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – É do DNA.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Exatamente, Senador Romeu Tuma, é do DNA.

Sei muito bem o quanto toca V. Exª o assunto da segurança pública e da Polícia Federal. Da mesma forma acontece comigo: toda vez que tratamos da questão da educação, principalmente do reconhecimento a esse trabalho que milhões de homens e mulheres realizam em todo o País no exercício, na tarefa de educar, de preparar as gerações futuras. Porém, quando se trata do reconhecimento, como dizia aquele programa de humorismo, "o salário, ó!", continua deste tamanhinho, muito pequeno, não adequado a um trabalho tão importante como é o trabalho do magistério, o trabalho do professor.

Portanto, continuamos indignados com o fato de cinco Governadores – a Governadora Yeda Crusius, do PSDB do Rio Grande do Sul; o Governador Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina; o Governador Roberto Requião, do PDMB do Paraná; o Governador Cid Gomes, do PSB do Ceará; o Governador Puccinelli, do PMDB do Mato Grosso do Sul – com o apoio indiscutível de outros Governadores, como é o caso do Governador José Serra, do PSDB de São Paulo, e do Governador Aécio Neves, do PSDB de Minas Gerais – terem dado entrada na famigerada – temos que chamá-la de famigerada – ação direta de inconstitucionalidade para derrubar aquilo que é um anseio legítimo, justo, de dignidade dos professores, que é a lei que estabelece o Piso Nacional do Magistério.

Então, estamos, todos os dias, dentro das nossas possibilidades, trazendo novidades, trazendo este assunto e dizendo o que estamos fazendo para que esta verdadeira afronta ao Congresso Nacional... Foi o Congresso que a aprovou. Esta Casa aprovou por unanimidade. Não houve um Senador, não houve uma Senadora que ousou votar contra uma reivindicação desta magnitude, como é o caso da lei que estabelece o piso nacional. Até porque, em primeiro lugar, não é nenhum valor astronômico: são R$950,00. Senador Romeu Tuma, o salário mínimo para quarenta horas do profissional, na área do magistério, que tenha o nível médio. Apesar de ser só R$950,00, ainda é gradual: uma parte será paga a partir de 1º de janeiro, a outra vai completar somente a partir de 1º de janeiro de 2010.

E não dá para alegar desconhecimento. O projeto tramitou aqui durante quase um ano, um ano e sete meses, aproximadamente. Passou por quatro Comissões na Câmara, duas aqui no Senado Federal, plenário da Câmara, plenário do Senado, foi profundamente debatido, teve acordo, documento assinado com os representantes dos Governadores, representantes dos Prefeitos, concordando com o texto, com aquilo que estava sendo aprovado.

Portanto, é inadmissível a ADIn. Por isso, estamos em plena atividade. Estamos muito ativos. A Frente Parlamentar em Defesa do Piso será lançada amanhã, às 10 horas, no Auditório 10 da Ala das Comissões na Câmara dos Deputados. Além dos Parlamentares, estão sendo convidados representantes das Assembléias Legislativas, das Câmaras de Vereadores, do Movimento Sindical dos Professores, dos Movimentos Estudantis, porque queremos amanhã fazer um grande ato, às 10 horas, no Auditório 10 da Câmara dos Deputados, lançando a Frente Parlamentar em Defesa do Piso.

Às 16 horas, será o Ministro Joaquim Barbosa que vai receber uma comitiva de Parlamentares, de representantes da Frente, de todos aqueles que defendem a implantação do piso a partir de 1º de janeiro. Nós estamos muito animados com essa audiência com o Ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, porque o Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando, no seu parecer, foi contundente, muito firme ao dizer que é constitucional, sim; é legítimo, sim; é justo, sim. E mais,:o Dr. Antonio Fernando pede ao Ministro Joaquim Barbosa que arquive sumariamente a ADIn por ser absolutamente improcedente. Da mesma forma, o Advogado-Geral da União já se manifestou também contrário à ADIn de forma contundente.

E nós conseguimos ainda mais uma vitória, porque, como o Congresso Nacional não havia sido notificado para se pronunciar, o Advogado do Congresso, do Senado, Dr. Luiz Fernando, peticionou e ganhou. O Congresso ganhou o direito também de se manifes-

tar oficialmente na ADIn. E eu tenho certeza, tenho a convicção de que fará a defesa intransigente de uma lei que passou, por unanimidade, aqui nesta Casa e passou na Comissão de Constituição e Justiça tanto da Câmara quanto do Senado.

Portanto, amanhã, um dia muito forte, um dia muito firme em defesa do piso, com o lançamento da Frente, às 10 horas, no Auditório 10 da Câmara dos Deputados; e, às 16 horas, com a audiência com o Ministro Joaquim Barbosa, Relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade dos Governadores contra o piso salarial.

Por último, eu terminei de sair de uma solenidade muito importante, lá no Ministério da Defesa, com a participação dos representantes do Reitor da Universidade do Sul de Santa Catarina, Unisul. Foi feito mais um convênio de órgãos do Governo Federal com essa que é uma das nossas importantes universidades catarinenses, a Unisul, para os cursos de especialização, graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e ensino a distância, Senador Romeu Tuma.

Em 2005, a Unisul Virtual assinou convênio com o Exército para os cursos de formação do seu corpo funcional. Em 2006, foi a Marinha. Em 2007, foi a Aeronáutica. E, hoje, foi assinado o convênio entre a Unisul, o Ministério da Defesa, a Infraero, a Anac, o Hospital das Forças Armadas, a Escola Superior de Guerra e todos os setores militares no exterior. As missões militares no exterior também terão a formação, em parceria, no ensino à distância, com a Unisul.

Estão, portanto, de parabéns todo o corpo docente da nossa Unisul, a reitoria e também os órgãos das Forças Armadas e da segurança do nosso País para aperfeiçoarem-se e prepararem-se de forma mais adequada para enfrentar os grandes desafios da segurança no mundo de hoje.

Portanto, gostaríamos aqui de externar o nosso cumprimento, os nossos parabéns à reitoria, aos professores, a todo o corpo docente e também aos órgãos, como o Ministério da Defesa, que assinam, no dia de hoje, esse importante convênio.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senadora, eu queria cumprimentá-la pela defesa do piso salarial, até porque eu achava que iam reclamar de que era pouco.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Deviam ter entrado com uma ação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Para pedir um aumento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Exatamente, Senador Romeu Tuma. Deviam ter entrado com uma ação de inconstitucionalidade por ser tão pouquinho, até porque não foram os Estados mais pobres, com maior dificuldade que entraram, foram exatamente os Estados mais ricos. O famoso Sul maravilha, o Sudeste. Não tem cabimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – É o desamor ao ensino e àqueles profissionais do ensino que tanto sofrem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – A senhora tem experiência. Eu tenho na minha casa experiência. E sempre há esperança de que eles possam um dia ser reconhecidos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ganharem o que merecem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela importância que representam na infra-estrutura e no futuro do País.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com certeza.

Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Com a palavra, o Senador Neuto de Conto.

Peço licença, Senador, para ler dois atos administrativos.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Sim, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2007**, de autoria do Senador João Tenório, que *altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição do sistema de pecuária extensivo pelo sistema de pecuária intensivo* (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 555, de 2007);

– **Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2008**, de autoria do Senador Adelmir Santana, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Planaltina no Distrito Federal*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2008**, de autoria do Senador Adelmir Santana, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Samambaia, no Distrito Federal*.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos de Lei do Senado nºs 474, de 2007, 167 e 168, de 2008, aprovados,

vão à Câmara dos Deputados; e o de nº 555, de 2007, prejudicado, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – V. Exª tem a palavra, Senador Neuto.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Srªs e Srs. Senadores, iniciou no dia de ontem, na cidade de São Paulo, e vai até o próximo dia 21 do corrente a Conferência Internacional dos Biocombustíveis, que trata dos biocombustíveis como vetor do desenvolvimento sustentável.

O desafio e oportunidades que oferece esse encontro, Sr. Presidente, fazem com que essa fonte de energia renovável esteja presente numa roda de debate desses próximos três dias.

Estarei lá, no dia de amanhã, devidamente convidado para a mesa redonda parlamentar, onde inúmeros parlamentares do mundo e governos estarão representados para debater essa importante fonte de energia para o nosso País e para o próprio universo.

Levantamos alguns dados muito interessantes para esse debate, iniciando-se até pela matriz energética do Brasil, em que o petróleo e os derivados representam 37,4%. A biomassa, desde o biodiesel, o álcool, o etanol, representa 31,1% da nossa matriz; as hidrelétricas, 14,9%; o gás natural, 9,3%; o carvão, 6%; e o urânio, 1,4%.

A distribuição fundiária no Brasil é muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Neuto, V. Exª permitiria só anunciar a presença da Ana Clara Ferreira, que é a aluna premiada do 1º Concurso de Redação do Senado Federal à Bandeira Nacional; a mãe da aluna Ana Clara Ferreira, Viviane Valenga; Edilson José Krupek (coordenador); Irmã Francisca Maria da Silva (Diretora da Escola Imaculada Conceição de Maria do Paraná); e Maria Cristina (professora).

Ana Clara Ferreira, representante do Paraná, foi a premiada do I Concurso de Redação do Senado Federal – A Bandeira Nacional. A Mesa e provavelmente todos os Srs. Senadores a saúdam, e eu pediria a V. Exª, Senador Neuto de Conto, que o fizesse em nome do Senado.

O SR NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Com muita alegria e satisfação, somamo-nos, Sr. Presidente, para cumprimentar, aplaudir e homenagear as ilustres visitantes desta Casa pela conquista, através da redação, e principalmente pelo desenvolvimento da cultura do nosso País.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quanto à distribuição fundiária no Brasil, hoje, somente 5,5% do nosso território, ou 47 milhões de hectares de terra, são utilizados na produção de cereais. E a cana-de-açúcar, que é o grande debate, utiliza atualmente 6,9 milhões de hectares, ou 0,81% de nossas terras. São números que vamos levar para o debate, sim. Dessa quantidade, 50% ou 3,5 milhões de hectares são usados para o açúcar que nós consumimos, um terço, e dois terços exportamos para ajudar a alimentar o mundo.

No caso do álcool, do nosso etanol, ocupamos somente 3,4 milhões de hectares de terra, o que representa 0,41% dos solos brasileiros. Isso nos dá a potencialidade econômica e social que esse produto está a despertar, não só para o País – o álcool é responsável por abastecer 25% da nossa frota –, como ainda exportamos 10% da produção.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse produto não disputa com as terras que produzem alimentos a disponibilidade das áreas para expansão e também não recebe subsídios ou proteção comercial, que distorce o mercado. Esses números são significativos, importantes e, acima de tudo, dão-nos a força, a potencialidade que a cana-de-açúcar oferece ao Brasil e ao mundo.

As nossas terras, nos últimos 30 anos, de 1977, 1978 até 2007, 2008, cresceram, foram internadas no processo produtivo em torno de 1% ao ano, enquanto que a produtividade cresceu 10% ao ano; passou, só no período de 1977 a 2007, de 38 milhões de toneladas para 144 milhões de toneladas, que representam nada mais nada menos de 10% ao ano, números de muita importância para a nossa economia

Registramos, ainda, Sr. Presidente, que, nesse debate, em que se trava a discussão dessa alternativa de energia, deverão acontecer alguns fatos muito interessantes. E aqui vamos colocar alguns para que se possa melhor ilustrar. Hoje, o Brasil se utiliza somente de 3,4 milhões de hectares, 0,41% do nosso solo.

Os Estados Unidos, para produzirem praticamente a mesma quantidade que se utiliza do milho, usam 10 milhões de hectares e, desta quantidade, fazem com que o valor da cana-de-açúcar seja tão importante e tão significativo.

Com esse registro deixamos esta tribuna, dizendo que estaremos presentes para representar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, estaremos presentes para representar essa Casa, levando toda força, todo trabalho e toda luta dessa importante atividade no campo, que trará não só o abastecimento – como está sendo até aqui – da nossa frota, como a nossa segunda maior fonte de energia do País, mas certamente vai participar, com muita profundidade, como sendo o maior produtor e também o maior exportador da bioenergia para o mundo.

Agradeço a oportunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Neuto de Conto, V. Exª poderia ficar dois minutos na Presidência para eu fazer uma comunicação? (Pausa.)

O Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Neuto de Conto.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – V. Exª tem a palavra, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Neuto de Conto. Vou ser rápido.

Primeiro, quero fazer um apelo ao Presidente da República. Eu conversava, agora, com o Senador José Nery sobre a importância de o Presidente verificar, realmente, o que está acontecendo com a Polícia Federal e com a Abin. É um trabalho que traz uma amargura profunda àqueles que já participaram da área de segurança, porque há um sentido que nos assusta de haver a perspectiva de desmoralização das instituições. Hoje, todos os membros de todos os Poderes dão palpites do que aconteceu e não aconteceu dentro da Polícia e da Abin. Claro que se deve investigar sobre algum fato que traga qualquer prejuízo a algumas pessoas, mas jamais, Senador Suplicy, se trabalhar, com afinco, no sentido de desmoralizar a Instituição. Nós não podemos permitir que isso avance mais do que já avançou. Hoje, peguei o jornal *O Globo*, e há dez notícias a respeito, cada uma num segmento, sobre os fatos que ocorreram no inquérito que, desculpe, Senador, mas eu chamo de "saca grana", porque ali foi um saque de grana pra burro. Falam em 1,8 bilhão de corrupção. Eu fico assustado quando essas notícias andam, e parece que os culpados são os funcionários.

Estou fazendo um apelo, Sr. Presidente. Não vou entrar no mérito do que está sendo discutido, porque, Senador Suplicy, Senadora Ideli, não vou entrar no mérito de um inquérito que não conheço, daquilo que não vi, não estudei e não vi as peças. Mas a repercussão, o reflexo no seio da população é que se vai perdendo a confiança em órgãos da administração pública de atividades de Estado.

Estão aqui os representantes da Abin. E houve um acordo com o Senador Romero Jucá de fazer uma emenda de uma medida provisória. Estou aguardando a chegada dele para poder confirmar, como testemunha do acordo que foi feito. Mas não é isso que me preocupa. Preocupa-me o sentimento de cada um dos membros que trabalham na Polícia Federal; essa amargura profunda. Assim como eu tenho amor a essa Instituição, todos aqueles que lá trabalham também o sentem. Então, as agressões mútuas, a definição de alguns comportamentos por meio de outros Poderes da República têm trazido, sem dúvida nenhuma, uma intranqüilidade muito grande para aqueles que ainda militam lá, ou para aqueles que por lá passaram e sentem um amor profundo pela Instituição.

Senador, eu queria também elogiar o Senador Magno Malta, porque hoje eu me surpreendi. Eu estava na ONU representando o Senado, e o jornalista Cláudio Humberto, a quem conheço há muitos anos, escreve: *Pedófilo processa Tuma e Magno Malta*.

> O médico pediatra Eugênio Chipkevitch, pedófilo condenado a 114 anos de prisão por abusar sexualmente de adolescentes, está processando criminalmente o presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta (PR – ES), e o corregedor do Senado, Romeu Tuma. Segundo Malta, o advogado do pedófilo, Lari Cobra, diz que seu cliente foi "exposto a humilhação pública".

Pelo amor de Deus! Um homem que tem a coragem de usar medicina para a tara incurável da pedofilia, que teve filmes apreendidos na lata do lixo, trazendo a família para gozar das benesses de seu consultório e, dentro dele, abusar de crianças depois de anestesiálas, foi exposto por nós durante uma audiência pública da CPI da Pedofilia como sendo humilhado? Pelo amor de Deus! Eu não sei se Deus pode perdoar uma pessoa dessa.

Eu vou responder tranqüilamente o processo, porque eu acho que não denigre ninguém ser processado por um pedófilo que deveria estar atrás das grades, condenado a 114 anos.

Outra coisa. Queremos agradecer à Câmara por ter aprovado um projeto iniciado no Senado. O Presidente da Câmara colocou em votação e foi aprovado a posse de filmes, fotografias e tudo o que diz respeito à pedofilia.

E li com alegria no jornal **O Globo** de hoje: *Interpol e FBI prendem americano pedófilo que vivia escondido no Rio de Janeiro. Procurado nos Estados Unidos, criminoso usava documentos falsos.*

Fizemos aqui a aprovação também da Difusão Vermelha, que são os criminoso perigosos a quem a Interpol dá prioridade, na busca e apreensão e provável pedido de extradição daqueles que são criminosos em outros países. Como é o caso desse marginal procurado nos Estados Unidos e que está sob suspeita de ter praticado a pedofilia também no Brasil.

Eu quero dizer que a sociedade pode ter a certeza de que a CPI deste Senado não deixará de trazer à população a legislação pertinente, para punição de

todos os atos que denigrem a imagem.do ser humano através da pedofilia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Nós que agradecemos, Senador Romeu Tuma.

Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emenda ao **Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2008**, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o inciso IV e acrescenta o inciso V ao art. 27, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para organização do Ministério Público e dá outras providências, para estabelecer periodicidade nas audiências públicas e identificar as demandas sociais.*

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída na Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu **Recurso nº 9, de 2008**, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana, que *acrescenta § 2º, art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista.*

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **c**, do Regimento Interno.

É o seguinte o recurso:

RECURSO Nº 9, DE 2008

Requer, nos termos do art. 91, §§ 2º a 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2007, que "acrescenta § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista."

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 91, §§ 2º a 4º do RISF, que o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2007, que "acrescenta § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista" seja analisado pelo Plenário.

O pedido se justifica em função de entidades de proteção dos direitos dos consumidores defenderem uma discussão mais aprofundada da matéria que poderia trazer prejuízo aos consumidores.

Sala das Sessões, de novembro de 2008. – Senador **Renan Calheiros,** Senador **Geraldo Mesquita Jr**., Senador **Romero Jucá,** Senador **Wellington Salgado,** Senador **Mario Couto,** Senador **Lobão Filho,** Senador **Inácio Arruda,** Senador **Valdir Raupp,** Senador **Mão Santa**.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.377, DE 2008

Tendo sido designada por Vossa Excelência para participar da XV Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se nos próximos dias 28 e 29, na cidade de Montevidéu, no Uruguai, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para ausentar-me dos trabalhos desta Casa naquele período.

Em cumprimento do que prescreve o art. 39 do mesmo Diploma, comunico que do dia 27 ao dia 30 do mês corrente estarei ausente do País.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2008. – Senadora **Marisa Serrano.**

REQUERIMENTO Nº 1.378, DE 2008

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 combinado com o art.13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, minha participação nos dias 28 e 29 de novembro de 2008 da XV Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizará na cidade de Montevidéu, no Uruguai.

Para efeito do disposto no art. 39 comunico que estarei ausente do País no período de 27 a 30 de novembro de 2008.

Senado Federal, 18 de novembro de 2008. – Senador **Sérgio Zambiasi.**

REQUERIMENTO Nº 1.379, DE 2008

Tendo sido designado por Vossa Excelência, para representá-lo na abertura da Mesa Redonda Parlamentar, "Os Parlamentos e os Bicombustíveis", no dia 19 de novembro, requeiro, nos termos do art. 40, inciso II, alínea **b**, do Regimento Interno do Senado Federal,

licença dos trabalhos da Casa neste dia, para desempenhar a mencionada missão.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2008. – **Eduardo Azeredo.**

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.380, DE 2008

Requer voto de aplauso às Organizações Romulo Maiorana, de Belém-PA, pelos 62 anos do jornal O Liberal**, a ser comemorado amanhã, dia 15 de novembro de 2008.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso às Organizações Romulo Maiorana, de Belém-PA, por estar seu jornal, O Liberal, comemorando amanhã, dia 15 de novembro, 62 anos de vitoriosa existência.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento da Srª Lucidéia Maiorana, Diretora-Presidente das Organizações Rômulo Maiorana, do seu Diretor-Presidente Executivo, Sr. Rômulo Maiorana Júnior, aos demais membros da família, bem como a todos os jornalistas e demais funcionários que fazem de **O Liberal** motivo de orgulho para o Pará e a imprensa brasileira.

Justificação

A passagem dos 62 anos de criação do jornal **O Liberal**, de Belém-PA, amanhã, dia 15 de novembro de 2008, já foi saudada, neste Plenário, pelos Senadores paraenses Flexa Ribeiro e Mário Couto, mas não poderia deixar de juntar-me a eles e a outros integrantes desta Casa na justa homenagem que se presta aos que fizeram dele uma publicação que é motivo de orgulho para o Pará e para a imprensa brasileira. Tanto mais porque tenho a honra de figurar entre os seus articulistas. É preciso assinalar que a importância alcançada por **O Liberal** se deve à família Maiorana. Quando o empresário Rômulo Maiorana o adquiriu sua tiragem mal passava de 500 exemplares por dia. Ele investiu no jornal, modernizou-o e o transformou numa publicação de notável credibilidade. Depois de sua morte, a família deu continuidade ao empreendimento. Hoje, as Organizações Rômulo Maiorana são integradas pelo jornal, pela TV Liberal, pelas Rádios Liberal AM e FM, pela ORM Cabo, pelo Portal ORM e também pelo **Jornal da Amazônia**. Pela seriedade e contribuição que **O Liberal** tem dado ao Pará, à Amazônia e ao País, as Organizações Rômulo Maiorana tornam-se merecedoras da homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

REQUERIMENTO Nº 1.381, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de congratulação ao jornal **O Liberal**, pelo transcurso, no dia 15-11, de seu sexagésimo segundo aniversário.

Requeiro, ademais, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento de sua Presidente Lucidéia Maiorana; de seu Presidente Executivo Rômulo Maiorana Junior; de toda a família Maiorana, e de seus funcionários.

Justificação

A marca de 62 anos de história é um feito digno de elogios, respeito e admiração. Tal realização deve ser ainda mais ressaltada quando é conquistada por um veículo de comunicação, que presta serviços fundamentais ao povo do Estado do Pará e ao Brasil, como é o caso de **O Liberal**. Atingir seu 62º aniversário com a força e vitalidade de sempre é fruto de um trabalho desenvolvido com seriedade e competência que poderiam apenas dar a **O Liberal** um sinônimo: credibilidade. Por seus serviços prestados à sociedade paraense, na divulgação das qualidades do Pará e na cobrança por soluções aos problemas do Estado e do Brasil.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2008. – Senador **Flexa Ribeiro.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão encaminhados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.382, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações pela iniciativa da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em colaboração com a Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB), Centro Uni-

versitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA), Centro Universitário Nilton Lins, Centro Universitário do Norte (UNINORTE), Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), Faculdade Táhirih, Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Escola Superior Batista do Amazonas (ESBAM), Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO), Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), Universidade Paulista-AM (UNIP), Faculdade Martha Falcão e Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (FUCAP), em promover a III MOSTRA INTERINSTITUCIONAL DE EXTENSÃO (III MIEx/2008), realizada em Manaus, entre os dias 5 e 7 deste mês.

Requeiro, outrossim, que o voto de congratulações seja comunicado às instituições mencionadas acima.

Justificação

Essa louvável iniciativa, como bem lembrou a professora doutora Márcia Perales, pró-reitora de Extensão e da UFAM e coordenadora da mostra, é uma "celebração coletiva, que possibilita a um conjunto de Instituições de Ensino Superior amazonenses" estabelecer uma sólida "ponte" com a comunidade em geral para a troca de idéias e experiências utilíssimas para o desenvolvimento material e humano do povo do nosso estado.

Há que se ressaltar, ainda, a importante participação do interior amazonense no evento, pois todas as Unidades Acadêmicas da UFAM, localizadas em Cari, Humaitá, Benjamim Constant, Itacoatiara e Parintins estiveram presentes à III Miex, por meio da apresentação de comunicações orais, **banners**, minicursos e oficinas. No total, 30 trabalhos de extensão desenvolvidos no interior serão apresentados, o que mobilizou aproximadamente 50 professores e alunos cujos projetos foram aprovados.

A eles e a todos os demais responsáveis por essa história de sucesso na integração universidade/sociedade, ligados à UFAM, Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB), Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA), Centro Universitário Nilton Lins, Centro Universitário do Norte (UNINORTE), Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), Faculdade Táhirih, Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Escola Superior Batista do Amazonas (ESBAM), Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO), Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), Universidade Paulista-AM (UNIP), Faculdade Martha Falcão e Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (FUCAP), meus sinceros e comovidos parabéns.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2008. – Senador **Jefferson Praia.**

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – A Presidência encaminhará o voto de congratulações solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.383, DE 2008

Requer voto de aplauso à Igreja Adventista do 7º Dia da Cachoeirinha, pela louvável iniciativa de comemorar a data da Proclamação da República, em 15 de novembro de 2008.

Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à Igreja Adventista do 7º Dia da Cachoeirinha, pela louvável iniciativa de comemorar a data da Proclamação da República, em 15 de novembro de 2008.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do Diretor da Sociedade de Jovens União, Força e Ação, Carlos Antonio Magalhães Guedelha.

Justificação

Entidade religiosa e cívica, a Igreja Adventista do 7º Dia da Cachoeirinha, Sociedade de Jovens União, Força e Ação, promoveu programação especial, no dia 15 de novembro de 2008, para comemorar a data da Proclamação da República. É louvável a iniciativa, pelo que proponho ao Senado da República este voto de aplauso à entidade. Lamentei não poder comparecer, em virtude de compromissos ligados a minha função de Líder partidário.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.384, DE 2008

Requer voto de aplauso ao professor e primeiro Suplente de Senador João

Faustino, pelo lançamento do livro "A Escola que vivi".

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao professor e primeiro Suplente de Senador João Faustino, pelo lançamento, no dia 12 deste mês de novembro de 2008, na Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado Federal, de seu livro **A Escola que vivi**.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Em concorrida noite de autógrafos, no dia 12 deste mês de novembro de 2008, na Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado Federal, o professor norte-rio-grandense João Faustino, que é também primeiro Suplente de Senador, lançou seu livro **A Escola que vivi**. Trata-se de relato de sua experiência como educador. Ele é graduado em pedagogia e matemática pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas e na Universidade de Michigan (EUA). Foi Deputado Federal por quatro Legislaturas, presidiu a Comissão de Educação e Cultura da Casa e foi o Relator do projeto de lei que transformou as Escolas Técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Integrou também o Conselho Federal de Educação e foi Secretário-Executivo da Secretária-Geral da Presidência da República ao tempo em que eu era o Ministro-Chefe desse órgão. Hoje, é o Subchefe da Casa Civil do Governador José Serra, em São Paulo. À sua já notável contribuição para o ensino, no País, veio juntar-se o livro que acaba de lançar e que será preciosa fonte de informação e de inspiração para atuais e futuros educadores. Faz jus, portanto, à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.385, DE 2008

Requer voto de aplauso ao Ministro Marcos Vilaça, do TCU, também membro da Academia Brasileira de Letras, que, em 17 de novembro de 2008, se tornou Cidadão Honorário da Cidade do Rio de Janeiro, título a ele conferido pela Câmara Municipal da Capital do Estado do Rio.

Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao Ministro Marcos Vilaça, do TCU, também membro da Academia Brasileira de Letras, que, em 17 de novembro de 2008, se tornou Cidadão Honorário da Cidade do Rio de Janeiro, título a ele conferido pela Câmara Municipal da Capital do Estado do Rio.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e ao Vereador Aloísio Freiras, Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Justificação

É mais do que merecido o Título de Cidadão Honorário da Cidade do Rio de Janeiro, com o qual foi homenageado o Ministro (TCU) e Acadêmico (ABL) Marcos Vilaça. Afinal, sua vinculação com o Rio é notória. É a cidade que freqüenta, inclusive no exercício de sua condição de "imortal" da ABL. Com o voto de aplauso que ora proponho, o Senado da República presta merecido preito ao ilustre intelectual brasileiro.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.386, DE 2008

Requer voto de aplauso ao Instituto Brasileiro de Mineração, pela realização do I Congresso de Mineração da Amazônia, em Belém/PA.

Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao Instituto Brasileiro de Mineração, pela realização, de 10 a 13 de novembro de 2008, do I Congresso de Mineração do Amazonas.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento da diretoria do IBRAM.

Justificação

Com o voto de aplauso que ora proponho, o Senado da República presta merecida homenagem ao Instituto Brasileiro de Mineração, que promoveu, em Belém, de 10 a 13 de novembro de 2008, o I Congresso de Mineração do Amazonas. Paralelamente, será realizada, também em Belém, a EXPOSIBRAM, considerada a maior feira de mineração do mundo.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.387, DE 2008

Requer voto de aplauso ao Atlético Rio Negro Clube, de Manaus, pelo seu 95º aniversário de fundação.

Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos

Anais do Senado, voto de aplauso ao Atlético Rio Negro Clube, pelo transcurso, no dia 13 de novembro de 2008, de seu 95º aniversário de criação.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento da diretoria do Clube.

Justificação

Com o voto de aplauso que ora proponho, o Senado da República presta justa homenagem ao quase centenário Atlético Rio Negro Clube, um dos mais tradicionais e admirados de Manaus, pelo transcurso de seu 95º ano de fundação.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – A Presidência encaminhará os votos de aplausos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

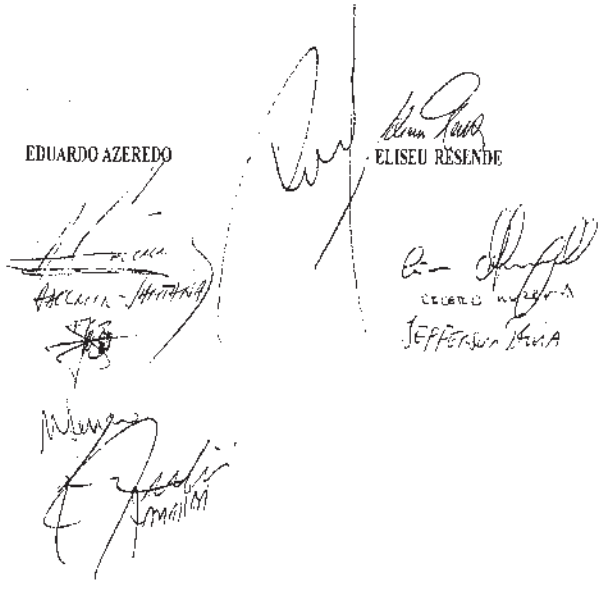
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.388, DE 2008

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, requeremos o aditamento do Requerimento nº 1.357, de 2008, com a finalidade de antecipar para o dia 10 de dezembro o período do expediente da Sessão do Senado Federal a ser dedicado a homenagear a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC) pelo transcurso dos seus 50 anos.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2008.



O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.389, DE 2008

Senhor Presidente,

Sendo membro titular da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa, no dia 27 de novembro de 2008, quando participarei da XV Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Comunico, ainda, que atendendo o disposto no art. 39, inciso I, estarei ausente do País no período de 27 a 29 de novembro do corrente ano.

Senado Federal, 18 de novembro de 2008. – Senador **Aloizio Mercadante.**

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.390, DE 2008

Requer voto de lembrança em homenagem à memória de Ramez Tebet, ao ensejo do segundo aniversário da morte do saudoso político, que soube dar dignidade aos seus dois mandatos no Senado, também como Prefeito de Três Lagoas, Deputado Estadual, Vice-Governador e Governador do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de lembrança em homenagem à memória do saudoso político Ramez Tebet, Senador, Prefeito de Três Lagoas, Deputado Estadual, Vice-Governador e Governador de Mato Grosso do Sul.

Requeiro, ainda, que o voto de lembrança seja levado ao conhecimento dos familiares do saudoso homenageado: Sra. Fairte, viúva; Simone e Eduarda, filhas, e Ramez e Rodrigo, filhos (gêmeos).

Justificação

Temos viva a lembrança da presença honrosa do ilustre Senador Ramez Tebet, que conosco conviveu, na condição de representante do Estado de Mato Grosso do Sul. Político correto, dignificou os mandatos

que o povo de seu Estado lhe conferiu e que não foram poucos: Prefeito de sua terra natal, Três Lagoas, Deputado Estadual, Vice-Governador e Governador de Mato Grosso do Sul.

Na ocasião em que se completam dois anos de seu falecimento, proponho ao Senado da República o voto de lembrança de que é merecedor esse inesquecível político de Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – A Presidência encaminhará o voto de lembrança solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O Sr. Neuto de Conto deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela ordem de inscrição, com a palavra o eminente Senador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, do PMDB.

Senador, desculpe-me, eu não havia visto a elegância de V. Exª no plenário. Inclusive, cumprimentá-lo pelo pronunciamento sobre Ramez Tebet ontem, que me emocionou bastante. V. Exª sempre com o coração maravilhoso de gaúcho, fez uma referência elegante da história de sua convivência com aquele ilustre amigo, parceiro, que teve um papel importante no Senado.

Com a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, essa coincidência de uma crise mundial tão intensa como esta, sem precedentes desde a de 1929, e a coincidência com a posse, agora em janeiro, do Presidente eleito dos Estados Unidos, Obama, nos leva a fazer algumas considerações.

Eu acho que o fenômeno Obama, eu fico com uma mágoa, assim, quando vejo que as coisas que acontecem nos Estados Unidos repercutem no mundo inteiro. Então, nós brasileiros ficamos aqui olhando mais para as coisas de lá que para as coisas daqui. Mas não há como fugir. Os Estados Unidos atingiram uma posição que a história da humanidade não tinha conhecido igual. O Império Romano dominou o mundo, praticamente. Mas era outra época. Não tinha rádio, não tinha televisão, não tinha jornal. A gente vê lá, em Jerusalém, os romanos estavam lá, dominavam, mas o povo de Israel vivia ali, com a sua igreja, com a sua fé, com a sua língua, com o seu espírito, com a sua tradição, com a sua história, não houve nenhuma influência do povo romano em Israel. Como não houve nos outros países dominados pelo Império Romano. É que Roma estava em Roma, os soldados romanos estavam ali dominando a cidade, mas a língua não se impunha, a música, a história e a civilização não se impunham. Hoje é o contrário. Tirando o Iraque e mais meia dúzia de lugares do mundo onde o americano está lá com as suas tropas, não precisam entrar com suas tropas para o mundo se dominar pela força dos Estados Unidos. Liga-se uma televisão e a produção americana é total. Pode-se ver no cinema. Acho aquele festival em Los Angeles, o Oscar, uma coisa impressionante, 2 bilhões de pessoas assistem. É um festival que entrega 40 prêmios à melhor música, ao maior compositor, ao maior cantor, ao maior autor, ao maior ator dos Estados Unidos. E entrega um prêmio ao melhor filme estrangeiro. O resto do mundo ganha um prêmio, o de melhor filme estrangeiro, e 50 prêmios são distribuídos aos americanos. É a realidade. É a realidade. E é esse mundo, e é esse dólar, e hoje estão aí reunidas as grandes nações, dizendo que alguma coisa deve ser feita. Onde foi que se originou esta crise? Lá, nos Estados Unidos. Porque lá, nos Estados Unidos, os bancos de investimento não têm controle e, não tendo controle, houve uma farra de gastos da construção civil. E, para cada dólar que o banco tinha, ele aplicava US$30,00, US$40,00, US$50,00. Então, iniciou o que está acontecendo.

O Presidente francês fala que o mundo deve ter uma nova esquematização da questão financeira e que não deve ficar na mão dos Estados Unidos apenas o controle mundial, como acontece hoje: Fundo Monetário, Banco Mundial... O americano é quem determina, fixa. E se vê de certa forma, hoje, que realmente a crise é enorme, mas não é como houve há 10 anos, por exemplo, quando a crise do México e a crise da Rússia atingiram o mundo inteiro. Hoje, a China tem a sua economia; a Índia tem a sua economia; o Mercado Comum Europeu hoje é uma estrutura cuja moeda, o euro, é uma realidade, mas não há como deixar de reconhecer que o americano é o americano.

A vitória de Obama significa um fato novo muito importante. Acho que nunca a prepotência americana existiu tanto no mundo quanto com o Presidente Bush. Foi o supra-sumo da vaidade, da pretensão. Vejo agora, há 10 dias, as Nações unidas, todos os votos menos dois, dos Estados Unidos e de Israel, a favor do término do bloqueio a Cuba. Lá se vão 50 anos! Não há mais razão para isso! O Fidel, politicamente, não existe. A exportação de teoria, de doutrina de Cuba para o exterior não existe! É um país que está lá, pacato, mas que sofre o esmagamento de um boicote cruel, incompreensível e injustificável, que é esse bloqueio.

À revelia do Conselho das Nações Unidas, à revelia do pensamento mundial, o Presidente Bush, mentindo à Nação e mentindo ao mundo, dizendo que o Iraque estava fabricando armas nucleares, armas de destruição da humanidade, e à revelia do pensava a ONU ou do que pensava o Conselho, fez a invasão. E hoje se sabe que era mentira, que os órgãos técnicos americanos sabiam que não era verdade! O Embaixador brasileiro que presidia a entidade de controle de armas mundiais foi demitido pelo americano, que fez uma reunião especial para demitir o nosso querido Embaixador. Ficou provado que, em cima de uma mentira – o americano já sabia que não havia arma –, invadiram o Iraque e estão lá até hoje.

O Obama é filho de negro, sim, mas o Obama, à margem disso, tem mostrado e mostrou, em sua caminhada, ser uma figura extraordinariamente profunda nas suas idéias, na pureza dos seus pensamentos, nas questões como a ética e a dignidade – na campanha, antes da campanha e depois de eleito. Tem demonstrado uma grandeza de ideais que temos de dizer que confiamos nele. Confiamos, e demais, em que ele terá condições de fazer o que espera. Digo que é um sinal dos mais importantes da história da humanidade.

Obama tem dito que um dos primeiros atos dele é terminar com o escândalo da penitenciária de Guantánamo, em Cuba. É um terror o americano ter um presídio onde estão pessoas que eles pinçam do mundo inteiro, sem lei, sem denúncia, sem defesa, sem nada, debaixo da tortura e de tudo o que se pode imaginar. O americano tem hoje essa chaga, que diz Obama que pretende extinguir.

Sr. Presidente, não vai ser fácil para o Obama. E não vamos imaginar que ele assumirá e, no dia seguinte, as coisas mudarão e que a realidade mundial desaparecerá. É claro que não. Vai levar tempo. Mas há algumas posições que dependem só dele e que são o simbolismo que pode representar muito para a humanidade. Se ele terminar com essa penitenciária, Sr. Presidente, fechar as portas e destruí-la, o mundo vai aplaudir de pé. Se suspender o bloqueio a Cuba, que não há quem não queira, o mundo vai aplaudir de pé. São atos como esses.

Nós, do Brasil, olhamos para o Obama. Nós, da América Latina, temos uma mágoa profunda: o americano não olha para nós senão como quintal. Aquela tese de que o Brasil, a América Latina é o quintal deles. A tese extraordinária lançada à América pelos americanos e que fez história na América. Quando a Argentina entrou nas Ilhas Malvinas, o americano ficou com a Inglaterra. A Argentina ficou falando sozinha.

Eu acho que o Obama pode ter uma palavra neste sentido: a Quarta Frota, que eles querem ressuscitar, de triste memória. Sexta-feira, o Governo brasileiro deu anistia ao Presidente João Goulart, à sua memória. Cassado pelo regime da ditadura, o único Presidente brasileiro que morreu no exílio – não lhe permitiram vir para se despedir de sua mãe nem para o enterro dela; só veio morto. E a ditadura ainda queria que ele fosse sepultado sem choro nem vela. Foi um ato de rebeldia da gente gaúcha, que não cumpriu a imposição do 3º Exército de que ele tinha de entrar em São Borja, ir para o cemitério e ser enterrado, sem gente, sem povo, sem ninguém. E toda São Borja, e toda a fronteira oeste, milhares e milhares de pessoas foram à rua pegar o caixão na mão e lhe deram a sepultura. Ganhou anistia, sim. Muita gente não sabe que o Jango renunciou por várias razões. Uma delas: a Quarta Tropa estava aqui. E quem ler as memórias do Embaixador Johnson verá que ele conta isso. Houve até uma certa mágoa da Marinha americana porque eles queriam que o Jango reagisse, porque a Quarta Tropa ia invadir. Aquilo que se fala, no sentido de que muita gente olha com cobiça a Amazônia, que olha com cobiça o Brasil, o seu tamanho, esperando fazer o Brasil do Norte e o Brasil do Sul, impediu o Jango de resistir, e a quarta tropa ficou, mas não entrou.

É essa quarta tropa que o Presidente Bush, em um dos últimos atos do seu governo, quer reabrir, quer recriar. A tropa que cuida do Atlântico Norte, que cuida do Atlântico Sul vai muito bem, obrigado. Não há problema algum. Por que criar a quarta tropa para o Atlântico Sul? Qual é o motivo? O petróleo na faixa marítima? É isso? Ou vai ser... Coitadinho do Presidente da Venezuela, que fala um pouco mais alto, mas que, desde o início até hoje, todo o petróleo ele vende da Venezuela, negocia, vai muito bem, obrigado. Não há problema algum. Fala do lado de cá, mas do ponto de vista do americano vai muito bem.

Esperam-se fatos novos com Obama. Fechar a penitenciária, símbolo do que tem de pior na humanidade hoje. Ali se formou a escola que ensinou a tortura na ditadura brasileira, no Chile, na Argentina, no Paraguai e no Uruguai. Para lá, levaram as pessoas para ensinar a torturar, a fazer sofrer o máximo possível e convencê-las a contarem o que sabiam e o que não sabiam e, assim, evitar a tortura e a morte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe concederei um aparte, Senador.

Ah, meu irmão Obama! Se V. Exª fechar essa penitenciária, terminar com esse escândalo, que é uma barbárie, V. Exª começará a ver o mundo lhe aplaudir, com algo que não depende de ninguém, só de V. Exª.

Ah, se V. Exª terminar com o bloqueio de Cuba, V. Exª haverá de ver a ONU que, por unanimidade... Tirando Estados Unidos e Israel, este último porque tem fidelidade e deve toda sua existência ao americano; não há nada de pessoal no voto de Israel. Há o voto porque o americano lhe dá sustentação permanentemente e ela tem que votar. Mas, o resto, os outros, uma enormidade de países que vivem e independem dos americanos, já venceram isso e votam contra o bloqueio.

Se V. Exª, Presidente Obama, fizer o fim desse bloqueio, V. Exª já estará começando a fazer um grande governo.

Nunca vi alguém chegar a um governo com uma expectativa tão fantástica de otimismo que nem essa.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador, V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe concederei, Senador.

É o mundo inteiro. É o mundo inteiro.

É negro? Sim, é negro. Mas vamos fazer justiça: a campanha do Obama não foi a campanha de negro, de é a vez do negro ou coisa parecida. Foi a campanha de alguém que tem uma grandeza de sentimento que emociona a gente. Alguém com um pai estrangeiro que casou com uma americana; de alguém que foi criado pela mãe, pela avó; que veio do nada e que cresceu, que subiu; que se formou em Harvard, a universidade mais importante, mais elitizada dos Estados Unidos e, formado em Harvard, foi para Chicago trabalhar na advocacia com gente simples, com gente humilde. Foi essa gente, graças a Deus... Tive mais conhecimento do que foi a ditadura, a violência, o arbítrio contra o negro nos Estados Unidos do que Obama. Sou muito mais velho do que ele. Quando ele nasceu, ele nasceu ali quando Kennedy e Johnson terminaram com aquele arbítrio.

Eu fui antes, eu tive lá, eu assisti rua de branco e rua de negro, Sr. Presidente. Eu assisti colégio de branco e colégio de negro. Eu ali olhei ônibus de branco e ônibus de negro; eu vi isso, chorando com mágoa, inacreditável, eu assisti esse espetáculo lá no sul dos Estados Unidos. Obama não assistiu. Graças a Deus, quando chegou a época dele, os direitos humanos existiam. Negro votava. Eu ali estive onde negro não votava.

Então, Obama não sentiu a marca e o ressentimento daquilo que deve e deveria atingir. Mas ele tem a grandeza, isso ele tem. A grandeza espiritual, a grandeza da pureza.

Como é lindo ver ele e a esposa mostrarem que se amam, que se entendem, que se respeitam! Um ilustre Senador, brilhante, fez um comentário brilhante sobre ele, mas achou que não ficou bem a Obama dizer que levaria um cachorro da filha para a Casa Branca, um cachorro vira-lata que nem ele. Eu achei fantástica essa expressão! Eu achei fantástica essa expressão! Demagógica? Como demagógica, se ele terminou a eleição e não precisa de voto? Eu achei importante a questão.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Me permite?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A filha dele sai de Chicago, a guriazinha, vai para a Casa Branca. O que ela quer? Quer isso? Quer aqui? Não. Eu quero um cachorrinho. Você vai ter, minha filha, um cachorrinho. Agora, qual vai ser o cachorrinho? Um vira-lata que nem eu. Vira-lata, Presidente dos Estados Unidos. É demagogia? Não! Não é demagogia. Olha, minha inveja é cristã. Mas eu sinto inveja. Quando eu vejo aquele debate entre os dois candidatos... Ali, um de um lado e outro do outro. A Nação americana assistindo, e o mundo assistindo! E eu assisti os quatro! Sim, que nem nosso querido Lula, em seus debates, estava lá ... Como é o nome dele, o que organizava toda a campanha dele? Que criou o “Lulinha, paz e amor.”

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Duda.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Duda Mendonça, que mudou a barba para ser bonitinha. A roupa dele que é, hoje, um modelo espetacularmente bonito e bacana.

Alguns até falam que ele teria feito Botox ou coisa parecida. Acho ridículo. Não vejo nada nesse sentido nem concordo com isso. Mas que o Lula que ganhou a primeira eleição foi o Lulinha paz e amor do Duda, foi! Ele lia tudo que diziam pra ele. Às vezes, eu olhava ele falando na televisão e estava lendo. Eu não estou discutindo isso, porque os outros também lêem. Mas, nos Estados Unidos, é diferente. Quem dá a palavra final, nos Estados Unidos, são os dois cara a cara, ali. Um fala e outro responde. Então, foi um debate sensacional. Outros de pé, uns conversando. Iam ali, debatiam, analisavam. E ali o Obama se revelou. Ali o Obama revelou a alma dele, o sentimento dele, o pensamento dele com relação aos Estados Unidos e ao mundo.

Não é por nada Presidente. Não é por nada! Nós estamos aqui, Sr. Presidente. O PSDB está todo... Veja o que eu estou fazendo! Eu estou falando aqui, e o Presidente Fernando Henrique está lá no Interlegis fazendo uma conferência. E está todo mundo lá. Então vamos ficar aqui, tchê! Quem quiser ir que vá. Mas eu acho que nós podemos fazer aqui, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu sugiro que o Presidente possa permitir um tempo para o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – V. Exª está homenageando o Presidente Fernando Henrique.

A fala de V. Exª é uma homenagem ao Presidente Fernando Henrique.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Também.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Sr. Presidente, um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – É uma extensão da homenagem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Também, Sr. Presidente.

Eu já vou dar o seu aparte. Já darei com o maior prazer, com o maior prazer.

E ali o Obama se revelou. O Obama se revelou! Revelou quem ele é. O sentimento dele. A mulher, a filha. A avó. Houve um pastor que, de uma maneira ridícula, quis encurralá-lo num canto, dizendo que ele era um radical, não sei o quê.

Ele teve categoria de ficar onde tinha de ter ficado. Que bom será o dia em que, no Brasil, teremos uma eleição assim, em que não votaremos no Duda Mendonça nem na criatura que o Duda Mendonça criar, para que o cidadão possa ser o que é, o que pensa, o que sente!

Primeiro, o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Caro Senador Pedro Simon, V. Exª externa hoje um sentimento com que muito compartilho. Aliás, há pouco, já havia tratado deste tema, inclusive dos artigos do nosso colega, o ex-Presidente e Senador José Sarney. Com o primeiro artigo dele, *Um menino do Havaí*, em que fez uma referência tão positiva ao Senador Barack Obama, concordei. Mas, quanto ao segundo artigo, em que, conforme V. Exª há pouco mencionou, ele não considerou adequada a menção bem-humorada feita por Barack Obama, de que suas filhas poderiam levar um cachorro que não fosse de raça...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Viralata.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...viralata como ele. Tive a oportunidade – e acredito que V. Exª também – de observar ao vivo aquela cena. Acho que o Senador José Sarney não captou o significado da interação da multidão esfuziante, em um momento de júbilo, de contentamento, em que ele disse coisas com bom-humor, como essa que V. Exª salientou. Para quem conhece a tradição norte-americana, falar sobre o cachorro que vai à Casa Branca é uma coisa muito interessante e adequada para aquele momento de alegria. Da mesma maneira ele também homenageou aquela senhora de 106 anos, que, por tanto tempo, conforme V. Exª acaba de registrar...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Cinco horas na fila esperando.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...para votar nele. Ela, senhora de 106 anos, que, por muitos anos, teve o direito de votar negado. Então, o fato de ele, simbolicamente, ressaltar aquela experiência também...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Achei lindo!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...foi tão bonito. Concordo com V. Exª. Queria apenas, compartilhando com a expectativa tão positiva que V. Exª tem, recordar aqui uma coisa interessante dita pela escritora Samantha Power, que visitou,há pouco o Brasil, por ocasião do lançamento do livro sobre Sérgio Vieira de Mello. Ela salientou uma característica que era de ambos: Sérgio Vieira de Mello e Barack Obama, de quem ela era amiga e assessora, Samantha Power disse: "Esses dois homens têm uma qualidade, que é a de não ter medo de falar com aquelas pessoas que pensam de outra maneira". Então, quando o Senador McCain, seu adversário, ficou preocupado que o Senador Barack Obama conversasse com seus adversários A, B ou C, ou o Presidente Hugo Chávez, ou o Presidente do Irã e assim por diante, eis que me fez lembrar essa observação de Samantha Power: o Senador Barack Obama não tem o receio de dialogar com pessoas que pensam de outra maneira, mesmo sendo adversários porque, de lá, poderá sair uma solução de paz, conversando com respeito e dignidade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito o aparte de V. Exª. Concordo inteiramente.

Concedo um aparte ao Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Pedro Simon, quero cumprimentar V. Exª pela fala. Como a de ontem, foi muito interessante, muito importante, muito **up to date** com a situação do mundo, muito atualizada. Estava lá naquela noite. Não em Chicago, mas em Washington, quando houve a recepção do Partido Democrata. A população de Washington, 65% é negra. Percebi o seguinte: no começo da festa a maioria era branca. Mas lá pela meia-noite já havia uma maioria bem brasileira, abraçando-se. Apareceu um conjunto espanhol com uma música, feita na hora, muito bonita, que dizia o seguinte: "**Como es el nombre del hombre/ el nombre del hombre/ el hombre se llama Obama**." Lá fizeram um carnaval. Parecia uma eleição no Brasil, a vitória de Lula, a segunda. Quero voltar a Cuba, quando V. Exª referiu-se ao bloqueio. O

que me recordo – e a gente tem de ler a história e não perder a memória da história – é que quando a União Soviética comprava todo o açúcar de Cuba e vendia à Europa pela metade do preço, prejudicando os produtores brasileiros de açúcar; quando a União Soviética mantinha Cuba dando-lhe petróleo, gás, comida, que o comunismo cubano era incapaz de produzir, Cuba não reclamava do bloqueio. Acabou a União Soviética, acabaram-se as mordomias, os armamentos e tal, e Cuba começou a reclamar do bloqueio. O povo de Cuba não tem internet não é porque tem bloqueio, não; é porque a ditadura cubana não deixa ter internet. O povo de Cuba não tem celular – só os do Partido é que têm, ainda é censurado – não é porque tem o bloqueio americano; é porque o ditador de Cuba não deixa ter telefone celular para o povo. O povo de Cuba não pode ler determinados livros e não pode ter rádio portátil não é porque tem bloqueio não; é porque o ditador de Cuba, comunista, ele e o da Coréia do Norte, não deixam o povo ter rádio portátil porque o povo tem que ficar dominado. São duas prisões: de um lado, é Guantánamo, uma prisão, e do outro é Cuba inteira, que é outra prisão. Tem que acabar com as duas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Obama diz muito bem. Ele não fala em terminar com o bloqueio, Senador, sem ter a contraparte. Ele diz com todas as letras que, na medida em que Cuba for normalizando a sua situação...

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Se acabar o bloqueio, o comunismo acaba.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como é que é?

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Se os Estados Unidos suspenderem o bloqueio, o comunismo cubano não agüenta seis meses. É simples acabar com o comunismo cubano: basta suspender o bloqueio, daí a seis meses acaba o comunismo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É isso aí. Dentro de seis meses terminou o comunismo cubano, que, aliás, terminou no mundo inteiro. Que aliás terminou no mundo inteiro. Então eu acho que o Obama termina com o bloqueio, termina com a penitenciária, que é uma chaga na história da humanidade. E se Obama pensar um pouco na Quarta Frota – pelo menos nós fomos falar com o embaixador americano e ele disse que a Quarta Frota era humanitária, estaria sendo criada para ajudar a América do Sul. Olha, mas eu digo aos senhores...:

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu estive nos Estados Unidos na vitória do Kennedy. Era diferente. Era o primeiro católico? Era, mas e daí? Os evangélicos americanos são mais rígidos do que os católicos, são mais firmes no pensamento do que os católicos.

Agora, não; agora é alguém com a profundidade de pensamento que é real. Alguém que é um casal, que é uma família, que mostra que vale a pena esperar. Sim, foi possível; a mudança foi possível.

Cá entre nós, no Brasil, tivemos isso um pouco. Ninguém pode deixar de reconhecer que o Lula na Presidência da República é um fato novo na história do Brasil. Homens que fizeram grandes transformações? Getúlio Vargas, mas ele era um filho da elite, da burguesia da época, dos grandes fazendeiros, dos grandes proprietários de terra do Rio Grande do Sul. Fernando Henrique, um grande brasileiro, mas filho de general, uma figura das mais ilustres e das mais importantes. Agora, um baixinho, sem um dedo, sem o curso primário, cuja família o pai abandonou e a mãe criou os nove filhos...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vieram em um pau-de-arara de Pernambuco para São Paulo, que foram jogados naquela floresta de cimento, bárbara e cruel. Ali, fez um curso técnico de mecânico e conseguiu um emprego, no qual fez vida sindical. E numa das épocas mais difíceis de se fazer vida sindical. Houve uma época, Sr. Presidente, V. Exª sabe, em que fazer vida sindical era bacana. A época do Dr. Getúlio, a época da legislação, a época da proteção, a época em que fazer vida sindical era área protegida, tinha apoio, estímulo e dinheiro. Sabemos que alguns líderes do passado tiveram um biografia muito triste. Não é o caso de Lula; ali, foi cadeia, e ele pegou cadeia.

Lembro-me de quando eu e o Teotônio Vilela estávamos no ABC, com a praça lotada de gente. O comandante do 2º Exército deu um prazo de duas horas para que todos saíssem, ou sairiam à bala. O Lula estava preso. As pessoas ali protestando contra essa prisão. Lembro-me da decisão genial do Teotônio, que falou – não me lembro se com um coronel ou um general: "O senhor está vendo aqui? São milhares de pessoas: mulheres, crianças e militares". Ele respondeu: "Ah, mas eu recebi uma ordem". Teotônio disse: "Ninguém vai se lembrar da ordem que o senhor recebeu. O que o mundo vai mostrar é a carnificina que vai acontecer aqui. E que o senhor será o responsável". Aí o militar se convenceu. Ele disse assim: "O povo sai da praça e uma hora depois os militares saem". E então o Teotônio conseguiu convencê-lo do contrário: "Coronel, o senhor tira as suas tropas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – V. Exª me permite? Peço desculpas por interrompê-

lo, mas é porque vivi esse problema. Quem convenceu as autoridades de Brasília a retirar os helicópteros e deixar o povo caminhar livremente fomos nós.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade. O cara não tinha autonomia, estava recebendo ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Minha homenagem ao Senador Teotônio Vilela, que ligou. Peguei-o na casa do Prefeito Tito Costa e levei-o para conversar com o Lula para tentar convencê-lo a estabelecer uma conversa para liquidar a grave. Desculpe-me por interrompê-lo, mas é um assunto que está dentro da nossa área.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Exª teve uma função muito importante e faço justiça a V. Exª. V. Exª foi uma das pessoas que dialogou com o coronel, que disse para ele: "Faça o acordo, faça o entendimento. Se o Senador está tomando a responsabilidade, diz que vai fazer, vamos fazer!". E V. Exª teve razão.

O coronel ou o general – não me lembro – aceitou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Era o Coronel Braga, Comandante da Polícia Militar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Exatamente, Coronel Braga.

E o Teotônio pegou o microfone: "Meus amigos, estou fazendo um entendimento com o coronel.

As tropas, os tanques, todo mundo vai sair, todos vão sair. Mas eu estou dizendo para ele que, dentro de uma hora, vocês, jovens, mães e crianças, sairão da praça e irão para casa. Não é sair da praça e fazer manifestação. Irão para casa". E foi o que aconteceu.

Felicito V. Exª pela lembrança e faço homenagem a V. Exª, porque num ato tão grave e tão sério, foi um dos grandes responsáveis por esse fato.

Saímos dali e fomos visitar o Lula na cadeia. O Lula chorou quando ouviu o fato. O Lula chorou quando tomou conhecimento desse fato. Esse Lula fez vida sindical nessa época.

Eu me lembro quando nós fomos, Senador Suplicy, lá no Tribunal Superior Militar para o julgamento do Lula, onde ele estava sendo julgado, prende, não prende, como incurso na Lei de Segurança Nacional. Então ele tem biografia. Tem. Chegou à Presidência da República? Chegou. É um grande nome? É um grande nome.

Eu vou ser muito sincero. A diferença entre o Obama e o Lula é uma: lá o Obama é o Obama. Tem o Partido Democrata, mas quem manda no governo americano é o Presidente da República. Quem nomeia ou não nomeia é o Presidente da República. E aqui não era o Lula. Era o PT.

Ah! Se o PT... Isso eu cobrei de Dom Evaristo Arns: "Dom Evaristo, o senhor transformou as comunidades de base da Igreja em núcleos para fazer o PT. E fez. E o senhor ensinou o PT a fazer greve, a atirar pedras, a fazer oposição. Isso o senhor ensinou.

Mas por que o senhor não ensinou o PT a governar? Por que o senhor não ensinou o PT o que fazer depois de estar no Governo?" A resposta dele nunca vou me esquecer na minha vida: "É, Senador, o senhor pode até ter razão, mas quem via aqueles jovens, aquela moçada, aquela gente do PT, a emoção, a alegria, o sentimento deles, eu até ordenava padre porque achava que eles estavam preparados para tudo". Infelizmente, o Cardeal não entendeu a diferença entre ser oposição e estar no governo.

Fazer oposição no PT, na época, a pessoa era líder sindical, ganhava um empreguinho, trabalhava de graça, não tinha o que fazer. Não era a mesma coisa que estar no Governo, assumir um cargo de confiança, ser diretor do Banco do Brasil ou da Petrobras, receber salários de R$15 mil, R$16 mil.

Esse PT é que fez mal para o Lula. Por isso, acho que agora o PT melhorou. Por isso sou fã dA SRA. Dilma. Hoje o PT da Dilma na Chefia da Casa Civil não é o PT do Sr. José Dirceu. Na época do José Dirceu, a corrupção toda saía da Casa Civil. Hoje não sei o que está acontecendo. Mas não se diga que nada está saindo dA SRA. Dilma, Chefe da Casa Civil.

Com maior prazer ouço V. Exª.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, vou lá atrás, numa parte do seu discurso em que V. Exª falou...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não é que V. Exª vá lá atrás. Eu que, indelicadamente, tinha que ter lhe dado o aparte lá atrás, e agora deveria estar-lhe concedendo o segundo. Mas faça os dois.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Não, não, de maneira alguma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Peço que não demorem muito, porque ele é o próximo orador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Mas não estou com pressa. Vou lá atrás quando V. Exª disse que foi lá e viu, viu ruas de brancos e de negros...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu vi.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Que havia banheiros de brancos e de negros nos Estados Unidos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu vi.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Eu quero dizer que isso continua havendo no Brasil, não de brancos e de negros, mas de pobres e de ricos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Este País tem ruas de pobres e ruas de ricos. Tem ruas de pobres, onde os ricos não entram, até com medo. E tem **shopping centers**, onde entram os ricos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador, desculpe-me, mas o IBGE reconhece que há favelas no Rio onde eles não entram nem para saber quem nasceu e quem morreu, porque não têm coragem de entrar.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Muito bem, mas aí é porque não têm nem coragem, mas, mesmo que tivessem coragem, não iriam lá, não iriam. Este País não é diferente dos Estados Unidos durante a segregação, só que, agora, não é a racial, agora é pelo crachá, agora é pela renda, é pelo cartão de crédito. Este é um País onde há hospital de ricos e hospital de pobres, mais separados do que nos Estados Unidos eram os hospitais de brancos e de negros. Não quero justificar o racismo americano, não. Quero que vejamos, também, com um espírito sábio, que não temos muita autoridade para criticar o racismo, por pior que seja, dos Estados Unidos. Aqui, aqui existe banheiro de pobre e banheiro de rico, banheiro público. Todos se chocam quando, nos Estados Unidos, viam um banheiro só para negros; na África do Sul, banheiro só para brancos. E aqui? Compare os banheiros dos aeroportos e os banheiros das rodoviárias. São banheiros para pobres separados de banheiros para ricos. Aqui tem, sim, praia de pobre e praia de rico. Não precisa haver muro separando, não precisa cobrar, como já existem praias onde se cobra para que as pessoas entrarem. Não precisa! A população pobre sabe que em algumas praias ela não deve entrar, e não entra. Os ricos têm guardas por ali. Você vai caminhar em algumas praias do litoral pernambucano – que conheço mais – e há momentos em que você percebe os guardinhas olhando se você tem pinta para poder passar ali ou não. Então, é racismo! Você não tem sequer que mostrar a carteirinha. Eles vêem, porque você rindo mostra que tem dentes, e os pobres, rindo, não mostram dentes. Eles sabem pela roupa, pelo seu jeito e pela cor também. Este é um Pais que tem, sim, racismo, e de outra forma. É um racismo que permite que você, preto, quando fica rico, torne-se branco. Você, então, não é tratado como negro, e sim como branco: você "embranquece". Isso é racismo também! Este é um País que tem, sim, o que é de pobre e o que é de rico! E quase sempre pobre é preto, e rico, branco. Agora, hoje temos o Obama nos Estados Unidos. Vamos observar aquela época, quando V. Exª esteve lá e viu, e vamos lembrar: ali começou a mudança que permitiu Obama se tornar Presidente, quando os Estados Unidos decidiram que os negros poderiam entrar nas escolas dos brancos! Foi ali que começou. Ainda havia segregação nos banheiros, nas ruas – aliás, ainda há, até hoje, ruas nos Estados Unidos onde quase toda a população é negra e outras onde ela é quase toda branca. Foi ali onde começou a mudança, quando os Estados Unidos disseram, por decisão governamental, e definida pela União... Se esses governadores que estão pedindo a inconstitucionalidade do piso salarial morassem lá, teriam pedido a inconstitucionalidade da lei do Presidente Eisenhower, quando ele decretou que os negros poderiam estudar nas escolas de brancos. Ainda bem que os Governadores de lá não foram iguais aos daqui, inclusive a Governadora do seu Estado, quando pediram a inconstitucionalidade. Pois bem, foi quando a escola ficou para brancos e negros que começou a possibilidade de um dia a gente ter um Presidente negro nos Estados Unidos – claro que ninguém imaginava que ia ter um tão genial como Obama, tão preparado como Obama, mas foi ali que começou. Mas os americanos fizeram algo mais do que a gente: eles colocaram ônibus para levar os estudantes negros e pobres para estudarem nos bairros dos brancos e ricos, coisa que, no Brasil, jamais alguém tem coragem de propor. Defendo escola igual para todos, mas não tenho, com toda a franqueza, o delírio de propor ônibus que levem os estudantes das famílias ricas, dos condomínios, para estudarem em escolas boas que a gente faria nas favelas. Isso, nem pensar a gente pensa aqui. Os americanos o fizeram.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E a recíproca também não: botar os pobres nas dos ricos.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Também, nem pensar nisso aqui! Eles não deixam também. Os americanos fizeram, há 50 anos, o sistema de ônibus para levar os estudantes, misturando-os, algo que até não é bom, pedagogicamente, que é tirar a criança de perto da escola para estudar longe, mas que foi necessário para criar uma consciência que quebrasse o preconceito racial, ou seja, os americanos elegeram, Sr. Presidente. Aqui, a gente não está criando as condições para eleger um Presidente que, de fato, venha desse lado, porque o Presidente Lula veio, mas ele chegou comprometido com o sistema inteiro, tirando o fato de ser mais generoso do que foi o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que deu apenas quatro milhões de Bolsa Escola, e o Presidente Lula deu dez milhões. Esses seis milhões são a diferença, e é uma diferença grande, mas não no conceito! No conceito, até piorou, porque desvinculou da educação. Fernando Henrique manteve com a educação. Até piorou, porque tirou a palavra escola e colocou a palavra família, que é mui-

to digna, mas é vinculada à pobreza, não é vinculada à educação. Então, nós precisamos fazer – e agradeço muito sua colocação e sua firmeza – essa reflexão. Aqui, nós estamos hoje, século XXI, como estavam os Estados Unidos 50 anos atrás. Só que, em vez de ser explicitamente banheiro de branco e banheiro de negro, aqui é banheiro de pobre e banheiro de rico; em vez de serem ruas de negros e ruas de brancos, aqui são ruas de pobres e ruas de ricos – não de negros e de brancos. O negro que enriquece pode entrar lá. E esta lembrança eu quero fazer: o que fez possível Obama ser Presidente foi quando os americanos decidiram que a escola seria, no máximo possível, igual para todos – porque ainda não é igual – e quando começaram a tomar essas medidas de misturar as crianças nos diversos bairros da cidade através do sistema de *bus*, como eles chamam lá. Lembre-se de que, naquele momento, foi preciso, Senador Tuma, colocar exército para garantir que jovens negros entrassem nas universidades dos brancos. Exército! O exército tem filmes mostrando isso, filmes verdadeiros. E há jovens, uma mulher, sobretudo jovem, passando pelo exército para entrar na universidade. E o Presidente bancou e mandou as tropas federais...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ia o ônibus com as crianças à frente, e atrás as tropas do exército, para garantir.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Isso mesmo. Tropas federais.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu vi! Desciam do ônibus para entrar na escola, e eles também entravam para manter a garantia da segurança.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Mas, aqui, cinco Governadores – do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Ceará –, estão, sem necessidade de tropas, tentando impedir que haja um piso único de salário para todos os professores. Felizmente, eles não estavam nos Estados Unidos 50 anos atrás – e não conseguiriam fazer –, senão Obama não seria o Presidente da República. Espero que o Supremo Tribunal... Ontem, o senhor fez aqui um apelo aos Juízes – e deu certo – para que não retirassem o Juiz De Sanctis.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que bela decisão: dois a um.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Estava precisando hoje que os elogiássemos. Espero que o Supremo Tribunal não acate esse pedido de inconstitucionalidade, que, no caso dos Estados Unidos, teria mantido o racismo e, aqui, manterá essa desigualdade vergonhosa que a gente tem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ficando apenas em um assunto de V. Exª, ontem, realmente, o Tribunal, a Câmara, por dois a um, não retirou o Juiz do caso. Manteve o Juiz. E agora está reunido o Conselho de Justiça para decidir se abre inquérito contra o Juiz ou não abre. Espero que não abra. Eu espero que não abra. Seria muito triste o Conselho de Justiça abrir inquérito para continuar essa questão, que tem que parar.

V. Exª tem autoridade, Presidente, mas esse conflito, em primeiro lugar, interno na Polícia, tem que acabar, mas, em segundo lugar, entre Supremo e Juízes de Primeira Instância, também tem que acabar. Acho que abrir no Conselho... Não foi para isso que nós criamos o Conselho, Sr. Presidente; não foi para isso. Abrir uma investigação em cima do Conselho, em cima do Juiz é muito triste!

Mas, Sr. Presidente, quando eu falei no Lula, eu queria apenas dizer que eu faço uma comparação entre o Lula, Presidente do Brasil, e o Obama, e até mais o Lula, que teve uma luta muito mais intensa. Não conseguiu tirar uma universidade, não conseguiu tirar um curso, foi operário, de operário a líder sindical e de líder sindical a Presidente da República. Mas veja como é triste a participação dos partidos no Brasil. Nos Estados Unidos, digam o que disserem dos partidos políticos, mas não dá para dizer que quem levou Bush a essa radicalização dele foi o Partido Republicano. Não! Ele foi muito mais radical do que o Partido Republicano! O Partido Republicano é radical. É! Mas o Bush foi o mais radical dentro do Partido Republicano. Reparem que o Ministro de Estado, Colin Powell, o grande homem que, durante muito tempo, foi o segundo homem americano, apoiou Obama, dizendo, com todas as letras, que não concordava com o que Bush tinha feito no seu segundo governo. Agora, aqui, no Brasil, infelizmente, é diferente. Os partidos políticos não ajudam, mas atrapalham. Não ajudam mas atrapalham!

Com todo o carinho, o PT atrapalhou muito o primeiro Governo do Lula. Atrapalhou muito o primeiro Governo do Lula! Espero que, agora, não aconteça isso. Acho que, no Governo do Lula, hoje, a Ministra é um fato novo. Espero que o PMDB não atrapalhe.

Mas, lá nos Estados Unidos, o Obama representa, realmente, o que de melhor podemos esperar: dignidade, seriedade e honradez.

Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mais um tópico daquilo que V. Exª observou. Primeiro, estou de acordo com V. Exª de que foi positiva a decisão dos juízes, para que o Juiz De Sanctis permaneça no caso que ele vinha examinando com tanta seriedade. Acho esse passo importante. Com relação ao que aconteceu nos Estados Unidos da América, também quero saudar o que, ainda ontem, V. Exª e o Senador

Cristovam Buarque observaram, que ali houve um exemplo notável.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Pedro Simon, já faz, praticamente, 55 minutos que V. Exª está na tribuna. Fique à vontade, mas lhe faço um apelo para que seja breve.

Vou dar continuidade.

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Serei breve, Sr. Presidente. Os Senadores Barack Obama e Hillary Clinton, Senador Pedro Simon, fizeram nada menos que 22 debates, até que houve a decisão final para a escolha de Barack Obama.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se não houvesse as primárias, não existiria o Obama. Quem ganharia seria a Senadora, que tinha toda a máquina do partido do lado dela.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E foi tão bonita a forma como os temas foram sendo tratados, como ambos colocaram seus pontos de vista! Muitas vezes eles eram comuns, mas havia diferenças, e, pouco a pouco, o povo, todos aqueles que votaram nos candidatos do Partido Democrata puderam chegar a uma decisão. V. Exª bem salientou o nível dos debates entre o Senador Barack Obama e o Senador John McCain; também esses, como os primeiros das prévias, das preliminares. Todos os debates foram transmitidos em cadeia nacional e muitas vezes até para o mundo. Nós, aqui, pudemos acompanhá-los, e isso foi muito positivo. Queira Deus possamos aprender um pouco dessa experiência democrática e possamos, os Partidos que integramos, ter experiências nessa direção. Os debates entre os candidatos constituem uma das melhores maneiras para que o povo possa definir bem qual o seu candidato. Um dos pontos mais bonitos do discurso de Barack Obama foi o agradecimento cavalheiresco que ele fez ao telefonema de John McCain.

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, é o último aparte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pois não.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – E prometo ficar no tempo regimental de três minutos, que é o tempo regimental do aparte.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Espere um pouquinho, Senador: dentro do tempo do orador. Faz uma hora que o Senador está usando a tribuna por respeito à grandeza do assunto que ele trata.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Então, V. Exª terá os três minutos, mas não regimentais, porque o tempo do Senador está ultrapassado. Mas o ouviremos com prazer – V. Exª está inscrito para falar a seguir, depois da Senadora Ideli Salvatti.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Peço desculpa ao Senador Pedro Simon, com todo o respeito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É o último aparte. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – É tão importante o pronunciamento de V. Exª que não temos direito de interrompê-lo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Marcelo Crivella ((Bloco/PRB – RJ) – Senador Pedro Simon, não quero deixar de participar deste momento solene, que vai ficar marcado na história do Senado. V. Exª, com lucidez, nos momentos supremos, manifesta-se e tem sido um grande orador nesta tribuna. Na questão do Supremo, sem interferir em outro Poder – e todos sabemos que o acórdão deve ser mantido e deve ser preservado –, V. Exª tocou no assunto com palavras inteligentes, e isso causou uma reação que faz bem para nós todos, profilática: manter o Juiz; não permitir que intolerância, truculência interfiram num processo que a Nação inteira acompanha e exige que vá ao fundo da verdade. Agora, V. Exª me permita extravasar meu sentimento com relação ao Rio de Janeiro: 1864, Brasil invadido pelo Paraguai na sua terra. Não havia Exército formal. Dom Pedro II lança um projeto chamado Voluntários da Pátria – saiu publicado no *Jornal do Commercio*, numa segunda-feira –, com o qual consegue que 30 mil negros participem da Guerra do Paraguai. Muitos morreram, mas muitos voltaram. Os que voltaram receberam sua alforria, mas não tinham trabalho nem moradia. Portanto, em 1870, eles têm permissão para ocupar o Morro da Providência. Por que esse nome? Porque disseram: "Negros alforriados da Guerra do Paraguai, ocupem o morro, e vamos tomar uma providência." Passaram-se 137 anos e, até agora, não se tomou nenhuma providência. O Presidente Lula, a meu pedido, lançou o Cimento Social, para levar àquelas casas urbanidade. V. Exª precisa ver

como sofri! O preconceito de uma elite conservadora e reacionária fez com que aquelas obras, Sr. Senador, fossem decretadas eleitoreiras, obras garantidas pela Constituição, uma redenção social e cívica na cidade do Rio de Janeiro. Foram consideradas eleitoreiras, foram embargadas e tiveram o repúdio de muitos jornais que representam a Direita, a antiga UDN. V. Exª toca num ponto extraordinário: há racismo. A palavra "racismo" vem do espanhol. A Espanha é uma esquina do mundo. Ali passaram os mouros, ali passou Aníbal com seus elefantes, ali passaram os romanos. Ali é a esquina e ali, na Espanha, nasce a palavra "raça", a que não dou nenhum valor. Só o dão aqueles que defendem uma origem zoológica do homem e que não conhecem os princípios cristãos. Não existe raça negra ou branca; existe raça humana, à imagem e semelhança de Deus. Temos um trabalho a fazer, todos nós: o de lutar para que essas coisas no Brasil sejam colocadas, enfrentadas e vencidas e, quem sabe, um dia, possamos celebrar uma eleição como os americanos. Muito obrigado pelo aparte de V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço, do fundo do coração, o aparte de V. Exª e agradeço a tolerância de V. Exª, Sr. Presidente.

Pelo que estou sentindo, o Fernando Henrique já deve ter terminado a palestra, porque o PSDB está aparecendo. Então, termino aqui também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado. Cumprimento V. Exª.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar a presença, no Congresso, no Interlegis, do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que iniciou o ciclo de debates sobre o Poder Legislativo. Tema de abertura: "Papel do Poder Legislativo nas democracias contemporâneas, crise de representatividade, pluralidade de instâncias normativas", a que o ex-Presidente deve dar continuidade na Interlegis.

Daqui, eu o cumprimento por ter tido essa iniciativa.

Tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti, como Líder, e, em seguida, o Senador Marcelo Crivella.

Senador Cristovam, eu havia anunciado V. Exª. Não sei se o Senador Crivella concorda. Senador Crivella, V. Exª concorda que o Senador Cristovam Buarque fale depois da Senadora Ideli e, em seguida, seja V. Exª? V. Exª está na frente, mas como V. Exª não estava presente, eu havia anunciado o Senador Cristovam Buarque.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pois não, Senador. Aguardo o pronunciamento do Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Vai ser importante.

Senadora Ideli, tem V. Exª a palavra como Líder do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o assunto é a crise que assola a grande maioria dos países em todo o mundo. No Brasil, ainda não sentimos seus efeitos. Todos dizem que, no ano que vem, teremos dificuldade maior – acho que, indiscutivelmente, teremos mesmo.

Mas, comparativamente a outras crises, a outros momentos – período em que o Brasil quebrou, e tivemos de recorrer ao Fundo Monetário Internacional, pedindo empréstimos para sobrevivermos minimamente; quando entramos em recessão; quando empresas quebraram e quando tivemos desemprego em massa –, a situação do Brasil, indiscutivelmente, comparada a outras crises, é melhor hoje. Vejam bem: sequer eram crises no centro da economia. Não eram crises como a que agora se dá nos Estados Unidos, não há sequer comparação. Muitos economistas dão conta inclusive de uma crise de dimensões maiores e piores do que a de 1929, até porque, em 1929, não tínhamos um sistema globalizado como temos hoje. Portanto, a crise foi nos Estados Unidos e só nos Estados Unidos; depois, tivemos crises no Japão e em países europeus.

Então, hoje, existe uma situação de gravidade, sim, mas as condições do Brasil para enfrentar essa crise são totalmente diferentes. Talvez até alguns não gostem de ouvir, fiquem irritados, Senador Romeu Tuma, ou tenham demonstrações de indignação, mas a verdade é esta: o Brasil, o Presidente Lula, as políticas adotadas de recuperação do poder de compra do brasileiro, o aumento da renda, a geração de empregos, a diversidade das exportações, os mercados abertos com vários e vários países, diminuindo a dependência dos Estados Unidos, tudo isso deu ao Brasil – juntamente com as reservas internacionais, os instrumentos econômicos que temos – as condições totalmente diferenciadas para enfrentarmos a crise, inclusive para que ela nos atinja o mínimo possível. Teremos, sim, não tenho dúvida, uma desaceleração no crescimento. No entanto, não está dado que teremos recessão, que teremos depressão, que, aliás, já está instalada em alguns países do mundo.

Mas, tem sido bastante interessante, porque o Presidente Lula tem conseguido adotar medidas – nos últimos dias, foi muito sintomático, muito emblemático o que aconteceu – de atuação macroeconômica, numa rodada do Grupo dos 20 países economicamente

mais fortes, incluindo, junto com o G7, os mais ricos, também os emergentes – o G20 nada mais é do que o grupo das principais economias; as que já estão estabilizadas, economias fortes, que foram a origem da crise, como é o caso dos Estados Unidos, depois com repercussão na Europa e no Japão, como também os países emergentes: Brasil, China, África do Sul, Índia e tantos outros. Então, essa rodada do G20, que aconteceu agora no final da semana passada, fez com que o Brasil voltasse dessa reunião com frutos, que muitos não acreditavam. Muitos não acreditavam que seria possível, numa reunião como essa, numa situação como a economia do mundo vive nesse momento, determinadas deliberações, como, por exemplo, a retomada da negociação da Rodada de Doha, que é muito importante para que possamos quebrar toda essa questão dos subsídios dos países ricos à sua produção agrícola, a fim de que os emergentes, principalmente os mais pobres do mundo, possam ter acesso, através de suas produções agrícolas, aos mercados, principalmente o dos Estados Unidos, o da União Européia, e daí para frente.

Outra questão importantíssima que saiu da Rodada de Doha foi a determinação da regulamentação dos mercados financeiros internacionais. Mexer naquele ninho do FMI, do BID e de todos os instrumentos que existem, e que, infelizmente, foram utilizados naquela lógica do Estado mínimo, do "mercado regula", infelizmente, está aí no que deram o Estado mínimo e o "mercado regula". Agora é Estado máximo; tem de comprar empresa; tem de colocar dinheiro público em banco; é isso que estamos acompanhando, o que está vivendo e acontecendo nos Estados Unidos.

Então, imaginar que o Brasil e os países que participaram da Rodada de Doha pudessem ter o resultado que tivemos, em que, na declaração final, foram incluídos os compromissos dos líderes em realizar uma reforma dos mercados financeiros, para que tenham mais transparência e regulação; a adoção de medidas fiscais, para melhorar o desempenho nas economias; mudanças no FMI; no Banco Mundial e em outras instituições multilaterais; e a retomada da Rodada de Doha ainda neste ano, até o final do ano. O conjunto de 47 medidas mostra que os governos estão empenhados em trabalhar para evitar que a crise piore ainda mais o desempenho econômico.

Portanto, ter saído dessa reunião, na qual estiveram reunidos, conversando e deliberando, os 20 maiores países do mundo, em que os ricos, o G7, tiveram de abrir, de se curvar, para dar oportunidade aos outros, até porque o crescimento, que será menor no ano que vem, será praticamente – eu diria quase que exclusivamente – sustentado pelos países emergentes. Os países que tiveram a capacidade de criar condições para crescerem, gerarem emprego, distribuírem renda, como é o caso do Brasil, estarão no centro do crescimento da economia.

Ao mesmo tempo em que houve essa reunião com esse resultado, em que o Brasil volta vitorioso – e esperamos agora que as medidas se concretizem, principalmente a Rodada de Doha, que ela, realmente, seja concluída até o final do ano –, nesse mesmo período, o Governo do Presidente Lula estava adotando, semana passada e nesta semana, medidas na microeconomia, para manter aquecido o consumo, para manter a economia rodando em todos os cantos do País, aquecendo setores de grande impacto, principalmente para a população de mais baixa renda.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Foi dessa forma que a Caixa Econômica, na segunda-feira passada, liberou R$1 bilhão, para a ampliação dos recursos destinados ao Construcard – um cartão da Caixa que permite financiamentos nas lojas, desde o material de construção até a mão-de-obra, para as pessoas fazerem reformas e ampliações em suas casas. Nada mais, nada menos do que o limite de R$7 mil por pessoa, passou para R$25 mil, com juros de 6% a 8% no máximo, e prazo de pagamento de oito anos.

Essa é uma medida benéfica para todos, para milhões de brasileiros que poderão financiar cada vez mais o seu material de construção.

No final da semana passada, entre quinta e sexta-feira, a Caixa anunciou a disponibilização de recursos de R$2 bilhões, para o varejo, exatamente para que as pessoas possam comprar – é o Credifácil da Caixa – diretamente, inclusive incentivar a concorrência, porque as grandes lojas, as grandes redes do comércio varejista têm as suas próprias financiadoras, têm o seu próprio sistema de financiamento de suas vendas, mas as redes menores não têm. Então, essa medida da Caixa é de fundamental importância, porque injeta na economia o crédito para as pessoas poderem comprar os seus equipamentos eletroeletrônicos, a sua televisão, o seu computador, os seus móveis, a sua geladeira, aquecendo a indústria desses equipamentos, e também permitindo que as pessoas possam melhorar a condição de vida em suas casas. Com isso acirra a concorrência, tendo em vista que esse recurso está disponibilizado para as redes menores e não para as redes de grande porte, que têm financiamento próprio.

E hoje, um novo empurrão dirigido exatamente para manter a economia aquecida. O Banco do Brasil liberou R$4 bilhões; a Caixa Econômica, R$4 bilhões,

para financiamento consignado de imóveis e material de construção, para os funcionários públicos de todo o Brasil. Além disso, também empréstimo direto para as pessoas poderem ter crédito pessoal da ordem de R$2 bilhões.

Portanto, são nada mais nada menos, Senador Romeu Tuma, que R$13 bilhões em recursos agora injetados na microeconomia. É dessa forma que o Presidente Lula vem enfrentando e adotando as medidas para que o Brasil e o povo brasileiro possam passar esta crise sem sofrer tanto as suas conseqüências, atuando no espírito e no patamar macro, reunindo-se com os principais países na rodada do G 20, do grupo dos 20 países mais importantes do planeta. Mas, também aqui no Brasil, preocupando-se em manter o consumo e o benefício para a população de menor renda, de menor faixa salarial.

É dessa forma que nós estamos agindo, e está corretíssimo o Presidente Lula em atuar nas duas pontas. Tudo que precisa ser feito para que se modifique o sistema financeiro internacional, para que se fiscalize, para que nós não tenhamos novamente, em curto espaço de tempo, uma outra crise da dimensão desta que estamos passando por irresponsabilidade de quem atuou na especulação imobiliária e financeira, e pelos instrumentos que existiam e sempre foram muito eficientes para fiscalizar os países do Terceiro Mundo, os países emergentes, como foi o caso do Brasil, em que o FMI cansou de vir aqui especular, bisbilhotar as nossas contas. Se tivessem feito 1/10 da bisbilhotice que fizeram conosco com o seu próprio sistema financeiro, talvez hoje nós não estivéssemos pagando essa conta tão amarga.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senadora Ideli, eu acho que os investimentos têm uma importância grandiosa na manutenção dos empregos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – É isso que aflige mais a população.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque. Em seguida, pela liderança, o Senador Renato Casagrande; e, posteriormente, o Senador Marcelo Crivella, como orador inscrito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Como orador inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Como orador inscrito. Só para intercalar. Agradeço a compreensão de V. Exª, sempre bom cristão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente quero agradecer ao Senador Marcelo Crivella, que teve a gentileza de me ceder a sua vez nesta tribuna.

Estamos discutindo e criticando Governadores que tentam impedir o piso salarial. Eu aqui vim elogiar o Governador do Distrito Federal e seu Vice-Governador por algo que acertamos agora e creio que, levando adiante, será um exemplo para o Brasil inteiro.

Acertamos que o Governador do Distrito Federal dê um prazo de 18 meses para, no dia 18 de maio de 2010, o Distrito Federal ser declarado território livre do analfabetismo. O Governador comprometeu-se a fazer todo o possível – e sabemos como, ele próprio, seus auxiliares – para que até lá tenhamos alfabetizado 55 mil dos 68 mil adultos ainda analfabetos. Com isso, a taxa de analfabetismo de adultos no Distrito Federal cairá 1%, taxa reconhecida no mundo inteiro como de país onde não há analfabetismo de adultos.

Quero dizer que este é um fato que tem algumas implicações que merecem ser analisadas e seguidas. Em primeiro lugar, o fato da cooperação entre Partidos diferentes, como o próprio Partido do Governador José Roberto Arruda, o Democratas, com o meu Partido, o Partido Democrático Trabalhista, em busca de uma realização para o povo brasileiro, e aí não importa qual é o Partido que vai se beneficiar.

Não sei, em 2010, onde estaremos o Governador e eu. Provavelmente, até em lados separados, diferentes do espectro político, como sempre estivemos no passado. Mas o que eu posso dizer é que, se o Distrito Federal puder colocar na saída do aeroporto, nas entradas da cidade, quando as pessoas vierem de Goiás e de Minas Gerais para cá, placas dizendo "Você está entrando em um território livre do analfabetismo", eu ficarei muito contente de aplaudir o Governador, não importa o Partido dele.

E isso é o que, aparentemente, vamos conseguir fazer. Nesta tarde, houve a posse do novo Reitor da Universidade de Brasília, o Professor José Geraldo de Sousa, que vai recuperar, com a sua eleição e a sua posse, a Universidade de Brasília dos anos anteriores, que estava em situação crítica diante da opinião pública. Na posse do novo Reitor, o Vice-Governador e o Ministro da Educação, Fernando Haddad, estavam presentes, assim como eu, tendo entregue ao Governador, dois dias atrás, a proposta de como fazer para erradicar o analfabetismo. O Vice-Governador cobrou do novo Reitor a participação da Universidade neste trabalho de erradicação do analfabetismo.

E o Ministro Fernando Haddad, sem que fosse ao menos cobrado, disse: "Não faltarão recursos ao Go-

verno do Distrito Federal para executar esse trabalho". Senador Eduardo Suplicy, veja o que é cooperação entre partidos diferentes e instituições, uma universidade. E com isso certamente as outras universidades do Distrito Federal virão também para esse projeto.

Um Ministro do Governo Lula deixa claro, por iniciativa própria, que não haverá falta de recursos – e não são muitos os recursos necessários. Por todas as contas que eu fiz, incluindo o pagamento de um salário mínimo ao analfabeto no dia em que ele escrever a sua primeira carta, um salário a mil alfabetizadores que serão contratados – e isso gerará empregos –, o custo de alimentação e transporte dessas pessoas que ainda não sabem ler. Todo esse custo deve chegar a R$30 milhões no prazo de 18 meses.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Com o maior prazer, Senador Eduardo Suplicy.

Mas esse é um valor perfeitamente possível e que espero, Senador Marcelo Crivella, que me cedeu este tempo, sirva de exemplo a outros Prefeitos que agora estão assumindo; sirva de exemplo a outros Governadores.

O Governador de Santa Catarina assinou o pedido para que se declare inconstitucional o projeto do piso salarial. Eu já havia conversado com ele no sentido de que Santa Catarina poderia ser o primeiro Estado, até antes do Distrito Federal. Não começou ainda. Isso é possível, e eu creio que poderei vir aqui dentro de 18 meses para parabenizar o Governador, mesmo que eu esteja de lado diferente do dele, e já será período eleitoral.

Eu direi: Governador José Roberto Arruda, o povo do Distrito Federal agradece a sua ousadia. Porque é uma ousadia grande marcar a data – o dia 18 de maio, que eu sugeri, sem nenhuma razão especial, apenas porque são os dezoito meses a partir de hoje – para que isso aconteça. E, a partir de agora, certamente, vão começar as cobranças, que quero que venham em cima de mim também, porque me sinto parte desse esforço e igualmente responsável por sua realização.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me um aparte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Passo a palavra ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentá-lo, Senador Cristovam Buarque, porque V. Exª apresentou uma sugestão factível, de bom senso, algo muito prioritário para as necessidades nacionais; e queira esse exemplo se espalhar pelo Brasil. Que bom que tanto o Governador José Roberto Arruda como o Ministro Fernando Haddad tenham abraçado e apoiado a sugestão para que o Distrito Federal, então, conforme V. Exª anuncia, em 13 de maio de 2010...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Dezoito de maio. É uma boa idéia 13 de maio.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) –... em 18 de maio que seja, se torne um território livre do analfabetismo. Aproveito também para enaltecer a proposição de V. Exª de que possa o Brasil seguir o exemplo da realização de debates entre candidatos, seja a Presidente, seja a Governador, porque isso é muito saudável para a democracia. O exemplo dos Estados Unidos pode perfeitamente frutificar. Parabéns.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

Ao Senador Crivella, que, na verdade, pelo direito, devia estar aqui falando, concedo um aparte.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Quero apenas cumprimentar V. Exª e dizer que a crise que avassala os mercados do mundo inteiro acaba contribuindo com os argumentos de V. Exª. E explico por quê. Lá nos Estados Unidos – e agora a Europa conservadora concorda também, assim como o Presidente Lula e sua equipe econômica – de que é preciso, para sair dessa crise, manter o consumo. Manter o consumo por qual via? Pagando melhores salários, financiando melhor as famílias que querem consumir. Lá nos Estados Unidos, por exemplo, eles vão aumentar o crédito educativo. Portanto, quando se fala, agora, em época de crise, em manter crescimento econômico, por que não, meu Deus do céu, pagar melhores salários aos nossos professores? Seria um gesto de justiça redentor. V. Exª tem toda razão. Aliás, V. Exª tem a aclamação desta Casa. Um homem que, com todas as virtudes, defende prioridade no projeto de educação para o povo brasileiro. Portanto, conte conosco. Estamos juntos nessa luta. Parabéns a V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador. O senhor traz uma dimensão que eu não tinha pensado: a dimensão do impacto econômico de criar mil empregos, mesmo que por 18 meses. E eu vejo a luta das centrais sindicais, exigindo do Governo Federal que, ao emprestar dinheiro às montadoras, exija delas que não demitam. Eu acho que é uma exigência correta, mas poderia ser diferente. Se demitir, o Governo contrata para ser alfabetizador, por exemplo, aquele que tiver competência para isso. Contrata para outras atividades. O Canadá entrou em crise há uns 10 anos e empregou todos os cientistas que existiam no país. Bancou isso, para evitar que esses cientistas, desempregados, saíssem do ramo. E aí, um investimento de 15 anos

para formar um cientista é perdido em seis meses, se ele não continuar em seu trabalho de cientista e buscar outro rumo. Gastaram dinheiro.

Como o Brasil fez, no período de Getúlio, com os pés de café. O Senador Duque é da minha idade e se lembra disso ou sabe da história disso. Com a crise, não tinha quem comprasse café. O Presidente disse: "Eu vou comprar o café e queimar, mas os pés continuam de pé, porque daqui a alguns anos a crise passará e o café continuará sendo produzido no Brasil". Tivessem deixado destruir aqueles pés de café, quando a crise passasse, nós não teríamos café para exportar.

Então, fico feliz de estar aqui dizendo que partidos diferentes se unem por um objetivo concreto e com a ousadia de um Governador que assume o compromisso de marcar uma data para declarar o Distrito Federal território livre do analfabetismo, e sob a fiscalização da Unesco e de outras instituições.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha para dizer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico à Casa que o Interlegis foi palco de uma palestra muito culta, muito elegante, muito correta, pronunciada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, muito concorrida e com transmissão via Internet para todas as Câmaras Municipais, todas as Assembléias Legislativas do País. Falou sobre o novo papel do Legislativo, rememorou o passado recente, referiu-se de maneira muito adequada a seus antecessores e procurou focar seus olhos de estadista no Brasil do futuro.

Eu, pela platéia pluripartidária que ali estava, pelo caráter plural das pessoas que formavam aquela seleta platéia, percebi que S. Exª, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, agradou em cheio a média das pessoas que ali estavam, porque não se tratava de proselitismo partidário e nem se tratava de jogo ideológico. Tratava-se da visão de um homem experimentado que foi Senador por doze anos, Ministro de Estado duas vezes, foi Líder de Bancada, Líder de Governo e Líder de Oposição nesta Casa e que foi, por duas vezes, Presidente da República, no período entre 1995 e 2002. Com uma longa experiência dentro da academia, uma longa experiência como professor em universidades brasileiras, a começar pela USP, e em universidades estrangeiras como Berkeley, Nanterre e tantas outras, acumulando, portanto, uma vivência que faz dele um personagem singular. Eu sempre digo que é muito comum alguém ter votos neste País. Não precisa muita coisa para ter votos, mas é muito difícil alguém com o currículo acadêmico do Presidente Fernando Henrique ter votos. Ele se elegeu em praticamente tudo o que quis ao longo da sua vida.

Foi um momento muito comovido para ele, porque reviu o Senado depois de tanto tempo, e um momento muito especial para os seus companheiros, a começar pelos seus companheiros do PSDB. Mas eu tenho certeza de que, para todos os que acorreram ao Interlegis para ouvir a palavra sábia de um homem que está em pleno vigor da sua capacidade de formular, da sua capacidade intelectual, todos eu creio que ganharam com a interação democrática com o homem que, acima de tudo, se revelou um grande democrata, porque seus oito anos de permanência no poder significaram muito do ponto de vista da estabilização da economia, mas significaram muito do ponto de vista da consolidação plena da democracia no Brasil.

A democracia se consolidou com Fernando Henrique: plena liberdade de expressão, plena liberdade de crítica. Jamais, num governo forte... E eu me lembro, temos a crônica do Governo Goulart, do qual meu pai foi Líder no Senado, um Governo que era de um democrata. Agora, era impossível a ele impedir as críticas que se amontoavam, em nível desestabilizador até. O Presidente Fernando Henrique não, foi um Presidente forte, que poderia muito bem ter usado de meios que levassem a cerceamento, parcial que fosse, das críticas da opinião. Não fez isso. Não se registra um só momento de violação de liberdade de imprensa naquele Governo. Não se registra um só momento de insubmissão em relação às regras da democracia ou de descumprimento da Constituição.

Portanto, eu registro a estabilidade da economia e registro a consolidação plena e irreversível da democracia no País como grandes legados daquele Presidente, esse homem público que hoje esteve aqui conosco, está conosco ainda, e que mais tarde será homenageado pelo Governador José Roberto Arruda, do Distrito Federal. Aliás, homenageado não. Receberá ele a homenagem póstuma à sua esposa, a inesquecível e correta e prolífica em sua obra, a antropóloga Ruth Cardoso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Um momento, Senador Tião Viana.

Senador Arthur Virgílio, eu não tive a oportunidade, e até fiquei sentido de não estar presente, por ter sido Líder do Presidente Fernando Henrique aqui no Senado Federal, durante certo período.

Fiz o anúncio da presença dele no Congresso Nacional, dizendo que traria muito orgulho aos Senadores sua vinda para proferir a palestra cujo tema anunciei da Presidência.

Cumprimento V. Exª e faço minhas as suas palavras.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Tião Viana. Em seguida V. Exª, Senador Renato Casagrande.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Romeu Tuma, do mesmo modo que o Senador Arthur Virgílio, trago os cumprimentos ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso pela brilhante palestra que proferiu sobre o Legislativo e os desafios do mundo contemporâneo, quando discorreu, com absoluta autoridade e honestidade intelectual, sobre o tema, expôs a realidade do desequilíbrio entre Executivo, Legislativo e outros Poderes países afora, discorreu sobre o movimento partidário do Império até os dias atuais, sobre a República brasileira e a nossa democracia. Foi de uma honestidade intelectual exemplar, não querendo se sobrepor nem induzir qualquer manifestação de juízo de valor contra o que se pensa hoje ser esse lastimável maniqueísmo, Governo e Oposição, que não é bom para ninguém, e relevou, sobretudo, o valor do fortalecimento da instituição partidária como caminho de fortalecimento da Instituição Poder Legislativo. Ou seja, apontou-nos caminhos. Hoje, o Presidente Fernando Henrique agiu como grande conselheiro da República, na condição de ex-Presidente, o que julgo absolutamente virtuoso. E todos os Senadores e representantes públicos que ali estavam tiveram um grande aproveitamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Meus cumprimentos, Senador Tião Viana.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria também de fazer o registro – rapidamente, Senador Casagrande – da presença entre nós, nesta Casa, no gabinete da Presidência e no auditório do Interlegis, de S. Exª, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, ex-colega nosso, Senador, e que proferiu a convite do Senado uma substantiva palestra sobre o momento do Poder Legislativo, suas perspectivas, seu papel na democracia.

Durante perto de uma hora, a palestra transcorreu, e, com a fluência que lhe é peculiar, com uma incrível riqueza de detalhes e de conhecimentos de política nacional e internacional, ele falou para uma platéia composta por parlamentares de todos os partidos. Ali estavam democratas como eu, tucanos, petistas, peemedebistas, líderes de vários partidos, Deputados e Senadores, Embaixadores, que puderam ouvir as opiniões de Fernando Henrique, que foi Presidente e Senador, sobre muitos temas, sobre o papel dos partidos políticos, sobre o papel do Legislativo, sobre o equilíbrio entre os Poderes, o Judiciário, o Legislativo e o Executivo, os perigos dos excessos. E ele colocou, entre muitas coisas brilhantes com que nos brindou hoje à tarde, uma coisa muito importante que nunca foi discutida.

É fato notório que na Constituinte, da qual participei, em 1988, o encaminhamento dos trabalhos legislativos se dava no sentido de se ter um regime parlamentarista, e, ao final, se não me engano por um voto, ganhou o regime presidencialista. E todo o encaminhamento do processo legislativo estava sendo feito no rumo de um regime parlamentarista, no qual cabia, pelo Governo da maioria estabelecida no Parlamento, o instituto da medida provisória, que passou a ser, ao longo do tempo, desvirtuado, aumentado, exorbitado, diminuindo os poderes do Poder Legislativo.

A medida provisória passou a ser um instrumento de excesso, e nunca ninguém, como ele mesmo salientou, estabeleceu o diálogo sobre isso. Já que houve um pecado de origem, por que não se estabelece um diálogo entre os Poderes Executivo e Legislativo sobre isso? Ok. Vamos pactuar a devolução de prerrogativas do Executivo – que não seja necessariamente por lei, que possa ser por decreto –, e, em compensação, o instituto da medida provisório vai ter diminuído o seu alcance. Nem tanto ao céu, nem tanto ao mar. Já que houve um pecado de origem, que é o instituto da medida provisória, que é próprio ou apropriado ao regime parlamentarista, por que não se pactua entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo a redistribuição de Poderes, para que não se exorbite de uma coisa que hoje é a regra e não a exceção? A medida provisória hoje é a regra e não a exceção.

Quero felicitar a presença do Senador Fernando Henrique, um brasileiro de muita qualidade, por quem tenho muita estima, que veio dar hoje, com a compreensão do Senador Renato Casagrande, uma aula de democracia e uma aula de política moderna,

limpa, séria e com patriotismo acima de tudo. Com esse registro, quero cumprimentar, em nome do meu Partido, S. Exª o ex-Senador e ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma (PTB – SP) – Muito bom, Senador.

Com a palavra, o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, embora não tenha participado da palestra, começo, fazendo referência à palestra do ex-Senador, ex-Presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

Nas palavras do Senador Arthur Virgílio, do Senador Tião Viana, do Senador José Agripino, Oposição e Governo –, S. Exª fez uma brilhante palestra, em que abordou o tema do desequilíbrio entre os Poderes.

Esse é um tema presente, hoje, na nossa Casa, Sr. Presidente, e que, mais do que nunca, tem de estar em debate, porque estamos chegando ao fim de mais uma sessão legislativa, chegando ao fim de 2008.

Vivenciamos um 2008, com processo eleitoral municipal, sob a gestão do Senador Garibaldi Alves Filho, que foi eleito, no final do ano passado, para governar e gerenciar a Casa pelo período de um ano, praticamente. Vivenciamos um 2008 atípico, tanto por termos um Presidente por um período menor de gestão, como por ter havido uma eleição municipal, que causa certa paralisação do processo legislativo. E vivenciamos um 2007 com escândalos nesta Casa, com problemas, com comissões e Conselho de Ética funcionando, com julgamentos de nossos pares. Então, vivenciamos, em 2007 e 2008, períodos anormais aqui dentro do Senado. Não anormais no Congresso, porque a Câmara dos Deputados, na legislatura passada, passou por dificuldades. Mas todas essas dificuldades e mais a falta de um planejamento do Congresso Nacional têm provocado esse desequilíbrio entre os Poderes. O principal responsável, na minha avaliação, por esse desequilíbrio é o próprio Poder Legislativo. É o próprio Poder Legislativo, que tem o dever de tomar pelas mãos a aprovação de algumas matérias e que não o faz.

Agora, temos de novo uma outra oportunidade, porque vamos debater, porque vamos escolher o novo Presidente da Câmara, a nova Mesa Diretora da Câmara, o novo Presidente do Senado, a nova Mesa Diretora do Senado. Aqui na Casa Legislativa, aqui no Senado, há um nome, o do Senador Tião Viana. Foi colocado pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, após conversa com os membros da Casa, com os Senadores, após debate desse tema.

Acho que devemos aproveitar a oportunidade, para refletir sobre o papel que o Congresso tem de exercer neste momento de redemocratização. Temos poucos anos de um período democrático mais longo. Neste momento em que as instituições estão em processo de aperfeiçoamento, creio que a eleição da Mesa Diretora da Câmara e do Senado é a grande chance que temos, para tentar recolocar o Congresso Nacional na posição de protagonista do processo democrático, do processo legislativo.

De vez em quando, ou praticamente todos os dias, assistimos nesta Casa à reclamação de que o Senado e a Câmara, de que o Congresso Nacional está deixando de legislar, de que quem legisla é o Poder Judiciário, de que quem legisla é o Poder Executivo.

Agora mesmo, o Senador Agripino fez um debate, no aparte que fez, sobre medida provisória. Precisamos ter a nossa agenda; o Congresso Nacional e a nossa Casa, o Senado da República, têm de ter a sua agenda, para que possamos fazer o nosso dever de casa, cumprir a nossa tarefa primeira de fazer esse grande debate sobre temas importantes da sociedade brasileira. Se não agirmos dessa forma, outros Poderes agirão por nós. Se não legislarmos, o Poder Judiciário vai legislar; se não legislarmos, o Poder Executivo vai legislar; se não regulamentarmos algumas das questões constitucionais, o Tribunal Superior Eleitoral vai regulamentar. Então, tem sido essa a prática nos últimos anos, e há de fato esse desequilíbrio. Acho que o Poder Judiciário está indo além do seu dever constitucional. Mas temos, além da reclamação, de ter aqui uma ação positiva, ativa, protagonista, propositiva, no sentido de resolvermos as questões.

Com relação à Mesa Diretora do Senado, considero que a posição mais adequada, Presidente, seria que pudéssemos ter um candidato que representasse o Senado. Se houver uma disputa entre a Oposição e o Governo, se a Oposição eleger o Presidente, vai ser um Presidente com uma tendência para a posição da Oposição; se o Governo eleger o Presidente, vai ser um Presidente com posição vinculada ao Governo.

Então, o mais adequado para nós, neste momento, é que pudéssemos construir uma candidatura – acho que o nome de Tião Viana é um excelente, tem outros bons nomes no Senado – que representasse o Senado, independentemente de posição do Governo e de posição da Oposição, mas que representasse essa agenda, que representasse esse novo Senado de que estamos precisando. Acho que temos condi-

ções e podemos ter maturidade para avançar numa proposta como esta.

Essa é uma reflexão que vamos ter de fazer. Temos temas importantes para serem discutidos e debatidos aqui no Senado da República. Não podemos abrir mão desses temas. Não podemos ficar "perdendo tempo" com temas menores, porque a sociedade exige as grandes reformas, grandes mudanças, como o aperfeiçoamento no sistema tributário nacional e no sistema político eleitoral e partidário; como a lei de licitações, como a lei do gás. São temas que estão na pauta da Casa para serem votados e que nós temos de dar conta deles, o que só ocorrerá se tivermos aqui uma agregação e lideranças com capacidade de puxar esse debate.

É nessa direção que o Senado tem de avançar nestes dias que temos ainda em 2008, mas especialmente a partir de 2009.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB– SP) – Muito bem, Senador.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella, orador inscrito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, estive hoje no Rio de Janeiro, bem cedo, numa reunião com o Vice-Governador Pezão, Governador em exercício. Tratamos do Cimento Social, obra pela qual tenho lutado, desde o princípio do meu mandato, para realizar no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador, V. Exª me permite ler um expediente rapidamente? Será descontado o tempo, porque ainda não marquei. V. Exª permite?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Se V. Exª me der o tempo necessário...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Sem dúvida alguma, com a prorrogação que V. Exª exigir.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Srªs e Srs. Senadores, foi lido anteriormente o Requerimento nº 1.388, de 2008, do Senador Eduardo Azeredo e outros Srs. Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 1.357, de 2008, que o Período do Expediente da sessão do dia 10 de dezembro próximo seja dedicado a homenagear a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pelo transcurso do seu 50º aniversário.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pois não, Senador Marcelo Crivella, vou contar de V. Exª o tempo agora.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu dizia, Sr. Presidente, que estive, no Rio de Janeiro, em reunião com o Governador para tratar do Morro da Providência. Agora, por que o Cimento Social no Morro da Providência?

Quero recapitular essa página da nossa história.

Em 1864, o Brasil foi invadido pelas tropas do Paraguai. Tínhamos um exército de apenas 15 mil homens. O Brasil vinha do seu período colonial com a tentativa das províncias de se separarem, no momento em que a espada conciliadora de Caxias fundiu a unidade territorial moral/política da nossa Pátria. Portanto, não estávamos em condições de enfrentar o exército de 80 mil homens do Paraguai, que tomou o Rio Grande do Sul e uma parte de Mato Grosso.

Sr. Presidente, Dom Pedro II, lá no Rio de Janeiro, publica, numa edição de segunda-feira, do **Jornal do Comércio**, uma lei chamada Voluntários da Pátria.

O que era essa lei? Era dar oportunidade aos escravos – estou falando de 1864, Senador Paim, a escravidão acaba em 1888 – de serem alforriados se aceitassem lutar na Guerra do Paraguai. Para lá vão 30 mil negros. Muitos morrem, muitos voltam. Voltam quando? Em 1870. E aí encontram alforria, mas sem trabalho e sem moradia. E é dada a esses homens a oportunidade, eu diria, é dada a autorização de ocuparem o Morro da Providência. Assim surge a primeira favela brasileira.

Improvisaram suas casas – os heróis da guerra – no Morro da Providência, e que tem esse nome porque disseram a eles: "Olha, vocês aguardem, porque nós vamos tomar uma providência". Passaram-se 137 anos, e hoje o Morro da Providência continua sendo um monumento hediondo e, desgraçadamente, perpétuo da desigualdade e da exploração do homem pelo homem.

Então é por isso que o Cimento Social, uma obra de caráter redentor, precisa acontecer naquele morro, naquela comunidade, para ajudar as famílias a terminarem suas casas.

Foi para isso que fizemos o esforço de colocar essa obra no PAC. Mas que reação, Mão Santa! Que dificuldade! Que luta!

Por ocasião da assinatura do convênio, a prefeitura... Não sei se V. Exª lembra, houve aquele incidente da vaia no Maracanã, na abertura dos jogos Pan-Americanos e não houve então condições políticas de a obra ser feita como deveria ser feita, como era minha intenção fazer, do Presidente Lula, do Ministério das Cidades e do prefeito da capital. Não houve condições políticas. Então o Presidente determinou que o Exército fosse para ali.

Infelizmente, nós todos lamentamos o trágico episódio que acabou vitimando os três rapazes, entregues pela insanidade de um tenente, de um jovem formado pelas melhores escolas brasileiras, pela Academia Militar das Agulhas Negras, que, num momento de loucura, acabou levando aqueles jovens à morte.

Mas nós não podemos abdicar do nosso dever. Nós não podemos abdicar de terminar a obra.

É por isso que eu, hoje, estive conversando com o Governador do Estado. Dediquei minhas emendas parlamentares a essa obra.

Eu queria citar aqui, Mão Santa, o que hoje sai na **Folha Online**. Olha só:

> Negros recebem menos e ficam mais tempo desempregados, aponta Seade.
>
> O rendimento médio da população negra na região metropolitana de São Paulo [no Rio não é diferente] ficou em R$4,36 por hora no ano passado, pouco mais da metade dos rendimentos recebidos pelos não-negros (R$7,98). Além disso, segundo levantamento da Fundação Seade, divulgado nesta terça-feira, a taxa de desemprego para os negros estava em 17,6% em 2007 e o índice dos não-negros era de 13,3%.

Está aqui o retrato do que é a primeira comunidade carente do Brasil e que deu origem a tantas outras, espalhadas pelas regiões metropolitanas das principais cidades brasileiras, numa injustiça histórica que temos o dever de redimir, de mudar.

A pesquisa do Sead não é diferente da pesquisa do Ipea. O Ipea diz a mesma coisa: "Renda de negros e pardos é menor que a metade da dos brancos".

O Projeto Cimento Social é uma redenção, eu diria, histórica, que todos nós devemos...

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com maior prazer, Senador Francisco Dornelles.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Eu queria cumprimentar V. Exª, Senador, pelo importante Projeto Cimento Social, desenvolvido por V. Exª em uma das zonas mais carentes, mais pobres do Rio de Janeiro. E quero dizer que em toda a minha vida política, uma das decisões mais brutais, mais violentas que tenho assistido foi a decisão de determinados membros do Ministério Público que determinaram a paralisação das obras que estavam sendo realizadas. Milhares de pessoas foram ao desemprego. Se eles achassem e entendessem que havia uso político dessas obras, que aplicassem uma multa e tomassem uma medida contra o candidato. Mas paralisaram as obras de uma forma extremamente irresponsável. Um projeto que V. Exª desenvolve com a maior competência e que honra V. Exª pelo espírito social. De modo que fico extremamente satisfeito, Senador, de ver que V. Exª manteve hoje um encontro com o Vice-Governador do Estado e espero que esse projeto seja restabelecido e seus objetivos sejam alcançados. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Dornelles, a palavra de V. Exª é cicatrizante e traz alento à minha alma.

Sr. Presidente, é muito importante, e aqui faço um apelo para que a emenda de bancada, que não é só minha, mas dos 46 Deputados e nós Senadores, que temos direito à emenda de bancada, seja empenhada a fim de que esse projeto continue.

Como não há um marco regulatório que discipline a atuação das Forças Armadas em projetos como esse, embora tenha existido essa atuação lá no Haiti, há uma certa hesitação do Comandante do Exército em continuar a obra. Não vejo nisso, Sr. Presidente, nenhum abandono da missão histórica do Exército de lutar sempre em favor das causas legítimas e justas do nosso povo. O Exército cumpre o seu papel histórico sempre nos momentos graves da Nação, mas há uma certa hesitação pelo trauma de um oficial, agora prestes a ser condenado por mais de 15 anos de cadeia.

Então, vamos fazer com o Estado, vamos fazer a cessão do contrato. O Exército devolve o saldo dos recursos que lhe haviam sido alocados, e a emenda parlamentar é então consignada ao Governo do Estado, para que a obra continue. Aquela população – como disse o Senador Dornelles – castigada pela decisão, também, a meu ver, precipitada, impensada do Ministério Público Eleitoral, já que há na Constituição Brasileira dispositivo que garante que obras começadas no Orçamento anterior não sejam paralisadas pelo processo eleitoral, ali tinha todo o amparo. Eu acho, como disse V. Exª, que o grande punido foi o povo do Morro da Providência que, até agora, aguarda a retomada das obras.

É uma obra de caráter histórico. Por isso eu gostaria que o Exército a concluísse, porque foi lá que a

comunidade começou com os voluntários da Guerra do Paraguai. Caxias defendia que todos os brasileiros, independente de serem negros, índios, pardos, mestiços e até estrangeiros, que vestissem a farda do Exército fossem considerados cidadãos, de acordo com a Constituição outorgada de 1824.

Infelizmente, o único partido político da ocasião, o Partido Republicano Paulista, sabendo que a escravidão desgastava o Império, não apoiou a medida, e a Abolição viria a acontecer apenas 18 anos depois, caindo a escravidão junto com o Império, porque nos últimos anos cumpriu o papel, sob o sacrifício de uma geração de negros, de desgastar o Império.

Sr. Presidente, fica aqui o meu apelo, fica aqui o meu clamor.

Sr. Presidente Garibaldi, eu pediria a V. Exª que me concedesse um pouco mais de tempo. Fui interrompido pelo Senador Romeu Tuma que havia me prometido que me iria ressarcir do tempo que tomou.

Apenas para concluir, Sr. Presidente, essa obra do Morro da Providência vai revitalizar, vai colocar telhado na casa das pessoas – e hoje temos focos de dengue naquelas lajes –, vai emassar, vai pintar, trocar portas e janelas. As casas em que a obra já foi executada no período em que o Exército ali esteve ficaram adequadas. Isso traz cidadania a um grupo de pessoas que espera, e há muito tempo, uma providência. O nome nasce disto. Eles esperam uma providência eu diria da fraternidade, da solidariedade do povo brasileiro para resgatar essa desigualdade que já surge desde a época da escravidão.

Com palavra V. Exª.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Não vou tirar muito o tempo de V. Exª, porque realmente me comprometi na Presidência a dar o tempo da leitura do projeto que foi apresentado. O Senador Dornelles e V. Exª fazem um par do Rio de Janeiro. Se os dois falam a mesma linguagem, é porque a importância não pode ser desprezada, e tudo o que se fizer em benefício do povo sofrido do Brasil, no Rio, em São Paulo ou em qualquer lugar, tem que ser atendido e aceito pelo Governo. Quantos aposentados não devem haver lá, Senador, que hoje perderam um pouco a esperança de ter uma melhoria debaixo do teto em que moram? V. Exª não precisa mais do voto; infelizmente, não reconheceram, e o Governo agiu em razão do acontecido, que nada tinha a ver com o fato do Cimento Social. Não tem nada; é um crime, que o senhor não pode misturar. Se alguém comete um homicídio, pratica um delito, ele não estava na atividade-fim para o qual foi escalado. Ele pegou na segurança e alterou o comportamento que é normal num Oficial do Exército formado, como V. Exª diz. Então, o processo corre, mas não poderia nunca prejudicar o andamento do projeto.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – V. Exª me honra com o aparte lúcido e – eu diria – esclarecedor.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que hoje, no Rio de Janeiro, negros, brancos, pobres e mestiços, quase um milhão, que vivem nas comunidades carentes, precisam de um projeto que lhes ajude a terminar a casa onde moram.

Vivem de maneira improvisada. Ali grassa todo tipo de enfermidade. Na Favela da Rocinha, por exemplo, nós temos a maior incidência de tuberculose do Brasil, porque as pessoas vivem em locais onde o sol não penetra, onde as paredes são úmidas, onde crescem fungos. Crianças brincam, muitas vezes, ao lado de esgotos, que não só cheiram mal; uma bola que cai ali, uma criança pega com a mão e, daqui a pouco, essa mão está na boca – e ela estará infeccionada.

Meu Deus do céu, nesta terra nós temos calcário, argila, gesso, minério de ferro, matéria-prima de todos os cimentos; uma terra onde nós temos madeira, alumínio, pólos petroquímicos com verniz, com tintas, com plásticos, com borracha, com alumínio; temos uma população imensa, uma mão-de-obra abundante, esperando ser treinada e empregada, eu diria até que como um vigia aguarda pela aurora. Será que, com essa abundância de meios, é justo, a essa altura de nosso desenvolvimento, nós termos tantos brasileiros morando em barracos, em favelas que não terminam nunca, que não acabam nunca?! Qual o sentido disso? O que nos falta para redimir essa população e dar a eles – eu diria – o que todos merecem: uma casa própria, ainda que em um local que não seja o mais adequado, mas que é, de longa data, o que eles ocupam? Há, ali, naquela comunidade, pessoas que já estão na quarta e na quinta geração e não conseguiram terminar sua casa.

Então, fica aqui, Sr. Presidente, o meu apelo. Tenho certeza de que vou encontrar a sensibilidade do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda, para que a Emenda de Bancada, que não é só minha, mas é da Bancada do Rio de Janeiro, seja imediatamente empenhada; que o Exército, por suas razões, devolva os recursos que restaram das obras que não foram concluídas.

Quero agradecer aqui da tribuna do Senado todo o empenho do Comandante Enzo que, desde o primeiro momento, viu naquela obra um valor, viu, eu diria, um

resgate histórico, mas que por razões alheias a nossa vontade, por um infortúnio do destino, por uma armadilha desses episódios que a gente não consegue prever, acabou sendo maculada por um crime que todos nós lamentamos, mas não abrimos mão, não abdicamos do direito de prosseguir, de fazer justiça, de terminar a obra e de entregar àquela população condições adequadas para sua residência.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Muito obrigado pela tolerância de V. Exª.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 436, DE 2008

Regulamenta a previsão, a execução e o controle de despesas de caráter sigiloso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São consideradas despesas de caráter sigiloso as relacionadas com dados ou informações cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possa acarretar risco à segurança da sociedade e do Estado.

Parágrafo único. Excetuando-se as justificadas restrições, pela natureza da despesa, ao princípio da publicidade, aplicam-se às despesas de caráter sigiloso todos os princípios relativos à despesa pública, em especial o da prestação de contas.

Art. 2º Na elaboração dos orçamentos, as despesas de caráter sigiloso devem ser individualizadas em rubrica própria, por unidade orçamentária.

Art. 3º A unidade gestora que executar despesas de caráter sigiloso deve organizar uma prestação de contas ostensiva e outra reservada, específica para as despesas de caráter sigiloso.

§ 1º Em relação às despesas de caráter sigiloso, a prestação de contas ostensiva, de natureza ordinária, deve apresentar apenas os seus valores, segregando-as em empenhadas, liquidadas, pagas, além das inscritas em restos a pagar ou em despesas de exercícios anteriores, com a consignação dos respectivos totais e do total geral.

§ 2º A prestação de contas reservada, específica para as despesas de caráter sigiloso, deve ser elaborada detalhadamente, nos moldes da prestação de contas ordinária, mas somente será tornada disponível ao controle externo e aos órgãos de controle interno.

§ 3º O sigilo da documentação será transferido aos órgãos de controle que analisarem as prestações de contas.

§ 4º Os servidores e autoridades que analisarem as informações devem possuir credencial de sigilo necessária para tratar dos dados que as compõem, sendo-lhes aplicáveis as sanções administrativas, civis e penais cabíveis, no caso da divulgação desautorizada desses dados.

§ 5º As sessões de análise de contas e os documentos nelas exarados devem respeitar o grau de sigilo das informações.

Art. 4º A execução mediante regime de adiantamento de despesas sigilosas, assim definidas nos termos da legislação aplicável aos dados e informações cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possa acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, far-se-á rigorosamente nas mesmas condições que qualquer outra despesa, ressalvadas apenas as seguintes disposições:

I – os ordenadores de despesa autorizados à execução de tais despesas serão apenas aqueles especificados em decreto;

II – os instrumentos utilizados serão destinados exclusivamente à realização de despesas desta natureza, assim definidos no ato de concessão do respectivo adiantamento, vedada a utilização de uma mesma conta corrente ou cartão para realizar simultaneamente operações normais e de natureza sigilosa;

III – a classificação contábil de tais despesas deverá evidenciar o seu montante e a sua natureza sigilosa;

IV – O acesso aos documentos e registros da despesa, bem como ao processo documental de prestação de contas, ficará restrito ao ordenador de despesas, aos seus superiores hierárquicos e aos órgãos de controle interno e externo, aos quais será transferido sem qualquer ressalva o sigilo das informações respectivas;

V – os dados informatizados serão mantidos nas mesmas condições de quaisquer despesas, podendo a sua integração aos demais dados da execução financeira e orçamentária contemplar código específico de sigilo para evitar a divulgação, exclusivamente, dos dados relativos ao objeto da compra e ao fornecedor.

Art. 5º A Comissão Mista do Congresso Nacional destinada ao controle de atividades de inteligência deve analisar os montantes aplicados em despesas sigilosas e, caso necessário, pode solicitar ao Tribunal de Contas da União apoio para essa análise.

Parágrafo único. Constitui quebra de decoro parlamentar a divulgação de informações protegidas por sigilo, na forma que dispuser os regimentos internos das Casas do Congresso, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em legislação específica.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O grande dilema presente na discussão do tema despesas sigilosas é, por um lado, a sua necessidade para a existência e funcionamento de algumas atividades do Estado (inteligência, segurança, defesa, entre outros), e, por outro, a necessidade do estabelecimento do indisponível controle e de impedir a existência de um estado dentro do próprio Estado.

Esta proposição procura criar um rito específico para o planejamento, execução e prestação de contas dessas despesas, de forma a garantir a efetividade do controle externo, sem que se comprometa o seu caráter sigiloso e as necessárias restrições à publicidade de certas informações que podem comprometer a segurança e os destinos do Estado e da Nação.

Ao mitigar, minimamente, a publicidade dessas despesas aos limites do sigilo indispensáveis à consecução das atividades em que ele se faz necessário, garante-se a observância dos demais princípios aplicáveis à Administração Pública previstos na Constituição Federal.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2008. – Senador **Renato Casagrande.**

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 437, DE 2008

Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que "dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não", para permitir o parcelamento do pagamento do DPVAT.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 12. .....

.....

§ 3º O pagamento do seguro poderá ser parcelado de forma semelhante à permitida no pagamento do IPVA. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto que ora apresentamos possui um objetivo singelo, mas de enorme alcance para todos os proprietários de veículos.

Trata-se da possibilidade de parcelar o pagamento do DPVAT (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não), cujo valor, no caso de ônibus e microônibus para aluguel ou aprendizado, chega a quase R$480,00. Tal valor é particularmente elevado para transportadores autônomos, como é o caso de muitos proprietários de veículos para o transporte escolar.

O parcelamento dessa taxa permitiria uma melhor programação financeira para seu pagamento, evitando o peso excessivo gerado por sua cobrança em uma única parcela. Some-se a isso o fato de que no modelo atual a cobrança da parcela única do DPVAT se dá de forma concomitante com a cobrança da primeira parcela do IPVA, o que gera grande carga financeira a seus devedores, pois esse período é marcado por diversas outras obrigações de monta, como matrículas escolares e pagamentos de outros impostos, como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

Por esses motivos, pedimos o apoio dos nobres pares ao projeto que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2008. – Senador **Renato Casagrande.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974

Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

.....

.....

Art. 12. O Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta lei.

§ 1º O Conselho Nacional de Trânsito implantará e fiscalizará as medidas de sua competência, garantidoras do não licenciamento e não licenciamento e não circulação de veículos automotores de vias terrestres, em via pública ou fora dela, a descoberto do seguro previsto nesta lei. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

§ 2º Para efeito do parágrafo anterior, o Conselho Nacional de Trânsito expedirá normas para o vencimento do seguro coincidir com o do IPVA, arquivando-se cópia do bilhete ou apólice no prontuário respectivo, bem como fazer constar no registro de ocorrências nome, qualificação, endereço residencial e profissional completos do proprietário do veículo, além do nome da seguradora, número e vencimento do bilhete ou apólice de seguro. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992).

.....

.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 438, DE 2008

Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia na educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Poder Público deve manter programa de diagnóstico e tratamento de estudantes da educação básica com dislexia.

Art. 2º O diagnóstico e o tratamento de que trata o art. 1º devem ocorrer por meio de equipe multidisciplinar, da qual participarão, entre outros, educadores, psicólogos, psicopedagogos e médicos.

Art. 3º As escolas de educação básica devem assegurar às crianças e adolescentes com dislexia o acesso aos recursos didáticos adequados ao desenvolvimento de sua aprendizagem.

Art. 4º Os sistemas de ensino devem garantir aos professores da educação básica cursos sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia, de forma a facilitar o trabalho da equipe multidisciplinar de que trata o art. 2º.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no ano letivo subseqüente ao da data de sua publicação.

Justificação

A dislexia é uma disfunção neurológica que afeta a aprendizagem na área da leitura e da escrita. Não é considerada doença. É, porém, dificuldade no processamento da linguagem para reconhecer, reproduzir, associar e ordenar os sons e as letras, de modo a organizá-los A pessoa com dislexia é, em maior ou menor grau, incapaz de compreender o que lê, apesar de possuir inteligência, audição e visão consideradas normais.

As causas da dislexia são ainda muito debatidas entre os especialistas. Fatores socioafetivos, neurológicos, fonológicos e até visuais e auditivos são apontados. No entanto, a descoberta de quatro genes ligados à dislexia levou, recentemente, à admissão do caráter hereditário da maioria dos casos. Embora os indivíduos com dislexia quase sempre nasçam com o problema, ele pode, ainda, ser originado por acidente vascular cerebral (AVC).

A dislexia constitui questão de grande relevância no processo educativo infantil, pois as crianças com a disfunção apresentam, naturalmente, ritmo inadequado de aprendizagem. Uma vez que a linguagem está presente em todos os campos do conhecimento humano, a dislexia pode influenciar negativamente o desempenho em todos os componentes curriculares. Assim, por exemplo, deficiências no aprendizado de matemática podem ter origem na dificuldade de leitura dos enunciados das questões apresentadas ao estudante, e não na inabilidade de raciocínio lógico.

Além disso, a criança com dislexia, devido às suas dificuldades de acompanhar o processo de aprendizagem dos demais alunos, tende a sentir-se frustrada e, pelo menos uma parte delas, pode desenvolver problemas emocionais e comportamentos anti-sociais, como excessiva agressividade ou retraimento.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), determina a integração preferencial dos estudantes com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino, mas admite que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (art. 58).

A dislexia não preceitua atendimento em classes ou escolas específicas. Todavia, demanda serviços especializados, após um diagnóstico muitas vezes difícil e demorado.

Para que as crianças com dislexia tenham o devido apoio, este projeto de lei determina que o Poder Público mantenha programa de diagnóstico e de tra-

tamento de estudantes da educação básica com essa disfunção.

O diagnóstico e o tratamento serão feitos por equipe multidisciplinar, com a participação de educadores, psicólogos, psicopedagogos e médicos, entre outros profissionais. O projeto também assegura às crianças com dislexia o acesso aos recursos didáticos adequados ao desenvolvimento de sua aprendizagem. Por fim, estabelece que o Poder Público garanta aos professores da educação básica cursos sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia, de forma a facilitar o trabalho da equipe multidisciplinar em questão.

Estamos convictos de que as normas ora sugeridas representarão a abertura de um novo horizonte para os jovens com dislexia, bem como para as suas famílias.

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio parlamentar para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

CAPÍTULO V
Da Educação Especial

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

.....

(*Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa*.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 439, DE 2008

Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para incluir as definições de deficiência e estabelecer que a síndrome do escrivão constitui modalidade de deficiência física.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a viger acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 1º-A. Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II – deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos;

III – incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Art. 1º-B. É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra em qualquer das seguintes categorias:

I – deficiência física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, síndrome do escrivão, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II – deficiência auditiva – perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um deci-

béis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas freqüências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

III – deficiência visual:

a) cegueira – acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica;

b) baixa visão – acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV – deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais das seguintes áreas de habilidades adaptativas:

a) comunicação;

b) cuidado pessoal;

c) habilidades sociais;

d) utilização dos recursos da comunidade;

e) saúde e segurança;

f) habilidades acadêmicas;

g) lazer;

h) trabalho;

V – deficiência múltipla – associação de duas ou mais categorias de deficiência."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Projeto de Lei que proponho aos meus pares decorre de clamor que recebi da Srª Veraci Torres da Silva, residente na cidade-satélite de Taguatinga, em Brasília. Ela é portadora de um tipo de distonia focal, conhecida acomo "câimbra do escrivão". É moléstia já diagnosticada pelo modelar hospital Sarah, de Brasília. Como a Srª Veraci, muitas outras pessoas são portadoras dessa deficiência, que impede a pessoa de escrever. Depreende-se daí que a elas torna-se difícil levar vida normal.

A proteção às pessoas portadoras de deficiência está expressa na Constituição Federal e, especialmente, na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que a regulamenta. O art. 1º, § 2º, considera que as normas dessa Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Embora a sociedade brasileira tenha apresentado significativa evolução no tratamento das pessoas portadoras de deficiência, no momento existe uma categoria especial de portadores de deficiência que está à margem dos benefícios legais. São os indivíduos que têm a chamada síndrome do escrivão – uma distonia focal que ocorre durante o ato de escrever – e que, embora restrita ao membro que está sendo utilizado, causa intenso desconforto e dificulta à escrita, que pode tornar-se irregular e ininteligível.

Com o tempo, as contrações musculares anormais tornam-se mais freqüentes e intensas e podem ocorrer durante a realização de outros movimentos ou mesmo durante o repouso. Nessa fase, podem ocorrer episódios de dor nos músculos acometidos e, embora quase sempre os sintomas permaneçam focais, às vezes podem progredir e acometer outros músculos.

Na maioria das vezes, o início dos sintomas ocorre na idade adulta, geralmente após os 30 anos de idade, quando essas pessoas já estão inseridas no mercado de trabalho, onde sofrem preconceito e encontram severos problemas para exercer sua atividade laboral. Como não se encaixam de forma expressa nos critérios legais de definição de deficiência, encontram muitas dificuldades em exercer os direitos já garantidos por lei a esse segmento da população.

Como as definições das várias formas de deficiência estão expressas no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que não pode ser alterado pelo Poder Legislativo, pretendemos trazê-las para a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, acrescentando, de forma explícita, a síndrome do escrivão, como uma categoria de deficiência. Dessa forma, os portadores dessa síndrome não mais necessitarão procurar a via judicial para exercerem seus direitos legais.

Do exposto e devido à relevância que a matéria possui para os trabalhadores afetados pela síndrome do escrivão, submetemos à apreciação desta Casa o presente projeto de lei, para o qual pedimos a aprovação dos nobres parlamentares.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989.

Regulamento

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos desta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - na área da educação:

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;

c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;

e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;

f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

II - na área da saúde:

a) a promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, à imunização, às doenças do metabolismo e seu diagnóstico e ao encaminhamento precoce de

outras doenças causadoras de deficiência;

b) o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidente do trabalho e de trânsito, e de tratamento adequado a suas vítimas;

c) a criação de uma rede de serviços especializados em reabilitação e habilitação;

d) a garantia de acesso das pessoas portadoras de deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados, e de seu adequado tratamento neles, sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;

e) a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado;

f) o desenvolvimento de programas de saúde voltados para as pessoas portadoras de deficiência, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a integração social;

III - na área da formação profissional e do trabalho:

a) o apoio governamental à formação profissional, e a garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional;

b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns;

c) a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privado, de pessoas portadoras de deficiência;

d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regulamente a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas portadoras de deficiência;

IV - na área de recursos humanos:

a) a formação de professores de nível médio para a Educação Especial, de técnicos de nível médio especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores para formação profissional;

b) a formação e qualificação de recursos humanos que, nas diversas áreas de conhecimento, inclusive de nível superior, atendam à demanda e às necessidades reais das pessoas portadoras de deficiências;

c) o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a pessoa portadora de deficiência;

V - na área das edificações:

a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.

Art. 3º As ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal; por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas portadoras de deficiência.

§ 1º Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias.

§ 2º As certidões e informações a que se refere o parágrafo anterior deverão ser fornecidas dentro de 15 (quinze) dias da entrega, sob recibo, dos respectivos requerimentos, e só poderão se utilizadas para a instrução da ação civil.

§ 3º Somente nos casos em que o interesse público, devidamente justificado, impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação.

§ 4º Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, a ação poderá ser proposta desacompanhada das certidões ou informações negadas, cabendo ao juiz, após apreciar os motivos do indeferimento, e, salvo quando se tratar de razão de segurança nacional, requisitar umas e outras; feita a requisição, o processo correrá em segredo de justiça, que cessará com o trânsito em julgado da sentença.

§ 5º Fica facultado aos demais legitimados ativos habilitarem-se como litisconsortes nas ações propostas por qualquer deles.

§ 6º Em caso de desistência ou abandono da ação, qualquer dos co-legitimados pode assumir a titularidade ativa.

Art. 4º A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível erga omnes, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

§ 1º A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

§ 2º Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer legitimado ativo, inclusive o Ministério Público.

Art. 5º O Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas.

Art. 6º O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou particular, certidões, informações, exame ou perícias, no prazo que assinalar, não inferior a 10 (dez) dias úteis.

§ 1º Esgotadas as diligências, caso se convença o órgão do Ministério Público da inexistência de elementos para a propositura de ação civil, promoverá fundamentadamente o arquivamento do inquérito civil, ou das peças informativas. Neste caso, deverá remeter a reexame os autos ou as respectivas peças, em 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, que os examinará, deliberando a respeito, conforme dispuser seu Regimento.

§ 2º Se a promoção do arquivamento for reformada, o Conselho Superior do Ministério Público designará desde logo outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

Art. 7º Aplicam-se à ação civil pública prevista nesta Lei, no que couber, os dispositivos da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa:

I - recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta;

II - obstar, sem justa causa, o acesso de alguém a qualquer cargo público, por motivos derivados de sua deficiência;

III - negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho;

IV - recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial, quando possível, à pessoa portadora de deficiência;

V - deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que de esta Lei;

VI - recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

Art. 9º A Administração Pública Federal conferirá aos assuntos relativos às pessoas portadoras de deficiência tratamento prioritário e apropriado, para que lhes seja efetivamente ensejado o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, bem como sua completa integração social.

§ 1º Os assuntos a que alude este artigo serão objeto de ação, coordenada e integrada, dos órgãos da Administração Pública Federal, e incluir-se-ão em Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, na qual estejam compreendidos planos, programas e projetos sujeitos a prazos e objetivos determinados.

§ 2º Ter-se-ão como integrantes da Administração Pública Federal, para os fins desta Lei, além dos órgãos públicos, das autarquias, das empresas públicas e sociedades de economia mista, as respectivas subsidiárias e as fundações públicas.

~~Art. 10. A coordenação superior dos assuntos, ações governamentais e medidas, referentes às pessoas portadoras de deficiência, incumbirá a órgão subordinado à Presidência da República, dotado de autonomia administrativa e financeira, ao qual serão destinados recursos orçamentários específicos.~~

~~Parágrafo único. A autoridade encarregada da coordenação superior mencionada no caput deste artigo caberá, principalmente, propor ao Presidente da República a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, seus planos, programas e projetos e cumprir as instruções superiores que lhes digam respeito, com a cooperação dos demais órgãos da Administração Pública Federal.~~

~~Art. 10. A coordenação superior dos assuntos, ações governamentais e medidas, referentes a pessoas portadoras de deficiência, incumbirá à Coordenadoria Nacional para a Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), órgão autônomo do Ministério da Ação Social, ao qual serão destinados recursos orçamentários específicos.~~ (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)

~~Art. 10. A coordenação superior dos assuntos, ações governamentais e medidas referentes a pessoas portadoras de deficiência caberá à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.~~ (Redação dada pela Medida Provisória nº 437, de 2008).

Art. 10. A coordenação superior dos assuntos, ações governamentais e medidas, referentes a pessoas portadoras de deficiência, incumbirá à Coordenadoria Nacional para a Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), órgão autônomo do Ministério da Ação Social, ao qual serão destinados recursos orçamentários específicos. (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)

Parágrafo único. Ao órgão a que se refere este artigo caberá formular a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, seus planos, programas e projetos e cumprir as instruções superiores que lhes digam respeito, com a cooperação dos demais órgãos públicos. (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)

~~Art. 11. Fica reestruturada, como órgão autônomo, nos termos do artigo anterior, a Coordenadoria Nacional, para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde.~~ (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)

~~§ 1º (Vetado).~~

~~§ 2º O Coordenador contará com 3 (três) Coordenadores Adjuntos, 4 (quatro) Coordenadores de Programas e 8 (oito) Assessores, nomeados em comissão, sob indicação do titular da Corde.~~

~~§ 3º A Corde terá, também, servidores titulares de Funções de Assessoramento Superior (FAS) e outros requisitados a órgão e entidades da Administração Federal.~~

~~§ 4º A Corde poderá contratar, por tempo ou tarefa determinados, especialistas para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.~~ (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990)

Art. 12. Compete à Corde:

I - coordenar as ações governamentais e medidas que se refiram às pessoas portadoras de deficiência;

II - elaborar os planos, programas e projetos subsumidos na Política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, bem como propor as providências necessárias a sua completa implantação e seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos e as de caráter legislativo;

III - acompanhar e orientar a execução, pela Administração Pública Federal, dos planos, programas e projetos mencionados no inciso anterior;

IV - manifestar-se sobre a adequação à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência dos projetos federais a ela conexos, antes da liberação dos recursos respectivos;

V - manter, com os Estados, Municípios, Territórios, o Distrito Federal, e o Ministério Público, estreito relacionamento, objetivando a concorrência de ações destinadas à integração social das pessoas portadoras de deficiência;

VI - provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil de que esta Lei, e indicando-lhe os elementos de convicção;

VII - emitir opinião sobre os acordos, contratos ou convênios firmados pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, no âmbito da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

VIII - promover e incentivar a divulgação e o debate das questões concernentes à pessoa portadora de deficiência, visando à conscientização da sociedade.

Parágrafo único. Na elaboração dos planos, programas e projetos a seu cargo, deverá a Corde recolher, sempre que possível, a opinião das pessoas e entidades interessadas, bem como considerar a necessidade de efetivo apoio aos entes particulares voltados para a integração social das pessoas portadoras de deficiência.

~~Art. 13. A Corde contará com o assessoramento de órgão colegiado, o Conselho Consultivo da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.~~ (Revogado pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

§ 1º A composição e o funcionamento do Conselho Consultivo da Corde serão disciplinados em ato do Poder Executivo. Incluir-se-ão no Conselho representantes de órgãos e de organizações ligados aos assuntos pertinentes à pessoa portadora de deficiência, bem como representante do Ministério Público Federal.

§ 2º Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar sobre o desenvolvimento da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

II - apresentar sugestões para o encaminhamento dessa política;

III - responder a consultas formuladas pela Corde.

§ 3º O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por trimestre e, extraordinariamente, por iniciativa de 1/3 (um terço) de seus membros, mediante manifestação escrita, com antecedência de 10 (dez) dias, e deliberará por maioria de votos dos conselheiros presentes.

§ 4º Os integrantes do Conselho não perceberão qualquer vantagem pecuniária, salvo as de seus cargos de origem, sendo considerados de relevância pública os seus serviços.

§ 5º As despesas de locomoção e hospedagem dos conselheiros, quando necessárias, serão asseguradas pela Corde.

Art. 14. (Vetado).

Art. 15. Para atendimento e fiel cumprimento do que dispõe esta Lei, será reestruturada a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, e serão instituídos, no Ministério do Trabalho, no Ministério da Saúde e no Ministério da Previdência e Assistência Social, órgão encarregados da coordenação setorial dos assuntos concernentes às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 16. O Poder Executivo adotará, nos 60 (sessenta) dias posteriores à vigência desta Lei, as providências necessárias à reestruturação e ao regular funcionamento da Corde, como aquelas decorrentes do artigo anterior.

Art. 17. Serão incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subseqüentes, questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas portadoras de deficiência no País.

Art. 18. Os órgãos federais desenvolverão, no prazo de 12 (doze) meses contado da publicação desta Lei, as ações necessárias à efetiva implantação das medidas indicadas no art. 2º desta Lei.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de outubro de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

JOSÉ SARNEY
João Batista de Abreu

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 25.10.1989

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última, a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 440, DE 2008

Denomina Rodovia Francisco Nogueira o trecho da BR-319 compreendido entre a cidade de Manaus e o rio Tupuna, no Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado Rodovia Francisco Nogueira o trecho da rodovia BR-319 compreendido entre a cidade de Manaus e o rio Tupunã, no Estado do Amazonas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Francisco do Nascimento Nogueira (1936-2007), nascido no dia 27 de janeiro de 1936, no Município do Careiro-Castanho, no Estado do Amazonas, prestou relevantes serviços ao Brasil como professor do Ensino Fundamental, como articulador e organizador da classe trabalhadora rural e, também, como ativista dos movimentos sociais, em especial os vinculados à reform agrária.

Ingressou no magistério em 1958, como professor rural distrital, na localidade de Boca do Paraná do Curarizinho, no Município do Careiro-Castanho (AM). Em fevereiro de 1969, incorporou-se ao Movimento de Educação de Base (MEB), entidade ligada à Arquidiocese de Manaus, onde exerceu a função de monitor. Nessa época, colaborou na fundação da Sociedade Beneficente Nossa Senhora da Conceição, filiada à Cáritas Diocesana de Manaus.

Em 1972, Francisco Nogueira fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Itacoatiara (AM). Posteriormente, contribuiu para a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Careiro, no Município Careiro-Castanho (AM), e tornou-se o primeiro presidente dessa instituição.

Em 1973 e em 1979, participou, na condição de delegado eleito, do 2º e do 5º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, ambos realizados em Brasilia. Também ajudou a formar, em 1975, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Amazonas (FETAGRI – AM), ocasião em que se elegeu Secretário-Geral da entidade. Em 1976, atuou como instrutor de sindicalismo e delegado da FETAGRI-AM. No exercício de suas funções, colocou em funcionamento 20 sindicatos rurais, entre eles o de Humaitá, no sul do Amazonas, região de conflito agrário e fündiario.

Em 1977, Francisco Nogueira, como 1º suplente da diretoria da FETAGRI – AM, implementou as políticas do Setor de Terras, Cadastramento e Colonização dessa instituição. A função lhe permitiu realizar ações ligadas ao sindicalismo rural nos 61 municípios do interior do Amazonas. Atuou na Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade vinculada à Igreja Católica, em ações voltadas à melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural. Francisco Nogueira representou a CPT/AM no Congresso Nacional desta entidade, em setembro de 1981, na cidade de Goiânia (GO).

Na política partidária, Francisco Nogueira agiu como fundador e membro orgânico do Partido dos Trabalhadores. Exerceu mandato de vereador pelo Partido entre 1997 e 2000, no município do Careiro-Castanho (AM), e militou no Diretório Municipal do PT nesse Município.

Em 1983, ajudou na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em São Paulo, e participou, em 1985, do Congresso Nacional dessa entidade, corno representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amazonas.

Em 1991, Francisco Nogueira participou, em Brasília, de um ato em defesa BR-319, denominado SOS BR-319. A rodovia havia sido obstruída por falta de manutenção e, por isso, centenas de famílias ficaram isoladas dos centros urbanos e impedidas de comercializar sua produção agrícola.

Fazia parte da Comissão Executiva do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Careiro-Castanho e era membro do Diretório Estadual do PT/AM, no momento em que veio a falecer, vítima de acidente de trânsito.

O homenageado foi um dos primeiros assentados do Programa de Reforma Agrária no Amazonas; era defensor da agricultura familiar e da economia solidária. Viveu para lutar pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais do Estado do Amazonas. Por sua luta, que é a mesma luta dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, Francisco do Nascimento Nogueira merece essa deferência da Nação, qual seja o registro de seu nome no trecho da BR-319 que atravessa a região onde ele nasceu, lutou para dignificar a vida dos trabalhadores e onde veio a falecer.

Eis, pois, os motivos pelos quais espero ver aprovado, pelos membros deste Parlamento, o projeto ora apresentado.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2008. – Senador **João Pedro.**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões Competentes.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.135, DE 2008

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Sugestão nº 10, de 2007, de projeto de lei que estabelece normas gerais para publicidade de produtividade no âmbito judicial.

Relator: Senador **Leomar Quintanilha**
Relator **ad hoc:** Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

Esta Comissão examina a sugestão de projeto de lei encaminhada pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul (CONDESESUL), que estabelece normas gerais para publicidade de produtividade no âmbito judicial.

A proponente atenta, na justificação, para a dificuldade de acesso, no âmbito judicial, a dados de natureza quantitativa. Argumenta, a propósito, que as estatísticas não são valorizadas, (sobressaindo, não raramente, o quantum de) processos acumulados (em lugar da) produtividade. Em arrimo à conveniência da medida alvitrada – consistente na imposição de divulgação, no sítio dos tribunais na Internet, do valor total recebido pelas serventias extrajudiciais a título de emolumentos (art. 1º, bem como da publicação, também na Internet, do número e da natureza de processos recebidos e julgados por vara judiciária (art. 2º) –, consigna que será possível, com a adoção dela, melhorar *não* apenas o funcionamento do Poder Judiciário, mas também o dos cartórios, por meio da fiscalização levada a efeito da sociedade, que será facilitada.

II – Análise

O art. 102-E. do Regimento Interno do Senado Federal admite o encaminhamento, a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de sugestão formulada por associação (art. 102, inciso I), com possibilidade de conversão em proposição legislativa, na hipótese de oferecimento de parecer favorável (art. 102, parágrafo único, inciso I), ou de encaminhamento ao Arquivo, caso o parecer lhe seja contrário (art. 102, parágrafo único, inciso II).

Em que pesem os bons desígnios que animam a entidade autora, não vemos como possa a sugestão, em sua segunda parte (art. 29, convolarse em projeto de lei, pelas razões que indicamos a seguir.

É que a legislação já prevê a realização de levantamento estatístico destinado a aferir a produtividade do Poder Judiciário. Precisamente esse, destaque-se, o escopo do inciso IV do § 4º do art. 103-B da Constituição Federal (inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004), segundo o qual incumbe ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário. No sítio do CNJ na Internet (www.cnj.gov.br), a propósito, encontram-se os relatórios estatísticos referentes a 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, contendo informações mais amplas e, mesmo, necessárias (porquanto dão conta, inclusive, do custo de manutenção do Judiciário em cada unidade federativa) ao atendimento do princípio da publicidade do que as vislumbradas pela associação responsável pela proposta em apreço.

Ademais desse óbice – concernente à juridicidade da norma **in faciendo**, que precisa, efetivamente, inovar o ordenamento jurídico positivo –, a iniciativa para instaurar o processo legiferante, no particular, pertence, com exclusividade, aos órgãos do Poder Judiciário. A esse respeito, cumpre anotar que, no contexto da Justiça Federal, a Lei nº 5.010, de 30 de maio 1966 (que também concorre para a injuridicidade parcial da Sugestão nº 10, de 2007, por ausência de originalidade), prescreve (art. 6º) competir ao Conselho da Justiça Federal (CJF) elaborar e fazer publicar, anualmente até 30 de março, relatório circunstanciado dos serviços forenses de primeira instância, relativos ao ano anterior (inciso VIII), e estabelecer normas para a distribuição dos feitos em primeira instância (inciso IX) – regulando parcial, mas satisfatoriamente, o objeto da sugestão sob análise.

Na página do CJF (www.cjf.gov.br) e da Justiça Federal (www.jf.gov.br) na Internet acham-se anuários estatísticos de considerável completude, que incluem, entre outros dados, a movimentação processual, as receitas fiscais, o número de habitantes por juiz, o número de varas e subseções judiciárias.

Dessarte, ainda que ultrapassado o primeiro dos obstáculos indicados – a injuridicidade –, a estipulação da obrigatoriedade de realização de compilação estatística acerca da natureza dos processos recebidos por vara judiciária acabaria por incidir em outro, mais grave, de natureza constitucional-formal, por dever materializar-se, necessariamente, ou por alteração da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN – Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979) – mediante atribuição de competência adicional ao Conselho Nacional da Magistratura – ou por modificação da lei de organização judiciária de cada Estado da Federação, o que só se pode dar por provocação inaugural do tribunal de justiça. Em ambos os casos, reforça-se a iniciativa inderrogável do Judiciário.

Quanto ao primeiro aspecto da sugestão (art. 1º, impende registrar o caráter alvissareiro da inovação

ventilada. Trata-se, a toda vista, de justa homenagem ao princípio magno da publicidade, que deve permear toda a administração pública (nela incluídas, em senso lato, as delegações notariais e de registro). É preciso, não obstante, declinar que, conquanto seja viável, tecnicamente, estatuir, em sede de legislação federal, o dever dos notários e registradores de reportarem aos tribunais de justiça o valor total dos emolumentos recebidos no ano anterior, não se revela possível, sob o ângulo constitucional, impor a esses mesmos tribunais a obrigação de fazê-lo publicar (tal relatório), ainda que na Intenet.

Duas são as razões: uma delas reside no fato de a competência da União restingir-se, **in casu***,* ao estabelecimento de deveres para os notários e registradores – excluída a possibilidade de instituição de obrigação de caráter administrativo para os tribunais, vez que o projeto de lei para tanto deveria alterar a LOMAN, o que somente se pode dar por provocação do Supremo Tribunal Federal (alternativamente, poder-se-ia fazê-lo por lei estadual modificadora da lei orgânica do Judiciário do Estado e, excepcionalmente, por portaria do tribunal de justiça, subsistindo, em ambos os casos, o obstáculo constitucional); **a outra**, na divisão de competências legislativas entre os Poderes e os níveis da federação.

Realmente, tal medida se insere no bojo do poder-dever de fiscalização dos cartórios extrajudiciais conferido, pelo texto constitucional, ao Poder Judiciário ("lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário", nos tennos da CF, art. 236, § 1º). De fato, de acordo com Nelson Nery Junior (Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante, 2004, p. 338), enquanto a concessão da delegação das funções notarial e registradora é atribuição do Poder Executivo (delegação de competência), ao Poder Judiciário (cabe) apenas a fiscalização (dessas) atividades, restando implícito que a este Poder não cabe a delegação. E prossegue:

> (cabe) ao Judiciário única e exclusivamente a fiscalização desses serviços e a aplicação de penalidades administrativas, salvo a perda de delegação, somente aplicável pela autoridade delegante (Poder Executivo).

Na mesma direção, João Roberto Parizzato (Serviços notariais e de registro, 1995, p. 70-71) argumenta que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, **mas por delegação do Poder Público**, cabendo (ao Judiciário) **o dever de fiscalizar os serviços outorgados a terceiros**, para que sejam prestados de modo eficiente, adequado, com rapidez e qualidade satisfatória para os usuá rios, exercendo, assim, controle administrativo sobre seus serviços (os destaques não pertencem ao original).

Vê-se que, se é o Judiciário o Poder competente para a fiscalização das serventias extrajudiciais – e a publicação da arrecadação dos cartórios insere-se nesse cenário –, a normatização pretendida pela entidade autora da sugestão ou i) deve ter por veículo a lei de organização judiciária estadual – para cuja alteração é competente, com exclusividade, o respectivo tribunal de justiça – ou ii) deve enformar-se em portaria editada pela corregedoria judiciária ou, por fim, iii) deve dirigir-se, apenas, aos notários e registradores, na forma de obrigação geral insculpida na Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 ("Lei dos Cartórios"). Qualquer expediente diferente macula a proposição de inconstitucionalidade insanável.

Desse modo, e em face do aduzido, a parte normativa da Sugestão nº 10, de 2007, passível de aproveitamento, deve ter por objeto a alteração do art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994:

> Art. 30. São deveres dos notários e dos oficiais de registro:
>
> .....
>
> XV – encaminhar à corregedoria do tribunal, para fins de publicação, até o dia 31 de março de cada ano, relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior.

Com essa modificação, cremos preservar parte da idéia nuclear da Sugestão nº 10, de 2007, escoimando-a, especialmente, do vício de iniciativa que encerra.

III – Voto

Em vista do exposto, opinamos pelo acolhimento da Sugestão nº 10, de 2007, na forma do seguinte projeto de lei do Senado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corrêgedoria do tribunal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XV:

Art. 30. .....

.....

XV – encaminhar à corregedoria do tribunal, para fins de publicação, até o dia 31 de março de cada ano, relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2008. – Senador **Leomar Quintanilha**.

SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

SUGESTÃO Nº 10, DE 2007

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05 / 11 / 2008 , OS SENHORES SENADORES

PRESIDENTE:	
RELATOR:	RELATOR "AD HOC" SEN. FLÁVIO ARNS
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PR/PSB/PC DO B/PRB/PP)	
FLÁVIO ARNS (RELATOR "AD HOC")	1 – SERYS SLHESSARENKO
FÁTIMA CLEIDE	2 – EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM (PRESIDENTE)	3 – MARINA SILVA
PATRÍCIA SABOYA	4 – IDELI SALVATTI
INÁCIO ARRUDA	5 – MARCELO CRIVELLA
JOSÉ NERY(vaga cedida ao PSOL)	
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	1 – MÃO SANTA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	2 – ROMERO JUCÁ
PAULO DUQUE	3 – ROSEANA SARNEY
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4 – VALTER PEREIRA
GILVAM BORGES	5 – JARBAS VASCONCELOS
BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)	
CÉSAR BORGES	1 – (VAGO)
ELISEU RESENDE	2 – HERÁCLITO FORTES
ROMEU TUMA	3 – JAYME CAMPOS
GILBERTO GOELLNER	4 – VIRGÍNIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	5 – MÁRIO COUTO
CÍCERO LUCENA	6 – LÚCIA VÂNIA
MAGNO MALTA	7 – PAPALÉO PAES
PTB	
	1 – SÉRGIO ZAMBIASI
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARAGRÁFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Sugestão de Projeto de Lei:

Normas gerais para publicidade de produtividade no âmbito judicial.

Art. 1º O valor total dos emolumentos recebidos no ano enterior por cada cartório deverá constar do site oficial do Tribunal para ciência pública, até o mês de março do ano seguinte.

Art. 2º Todo Tribunal deverá publicar na internet a produtividade de cada vara judicial semestralmente constando a quantidade de processos recebido; e finalizados, bem como a natureza dos mesmos.

Art. 4º A presente lei será regulamentada em até 180 dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contráno.

Justificatição

Uma das grandes dificuldades no meio judicial é o acesso a dados. As estatisticas não são priorizadas e não raramente valorizam processos acumulados em vez de produtividade (entrada e saída). Com essa mudança cultural, a custo baixo com a ajuda da interna, será possível haver una melhora na avaliação social do trabalho, pois a ímprodutividade não ficará oculi a na média geral, mas a sociedade poderá acompanhar um verdadeiro **ranking**, como já se observa em alguns tribunais.

No tocante à publicidade dos emolumentos dos cartórios extrajudiciais é uma medida salutar para se venficar a estrutuia sistémica, haja vista que é uma atividade privada delegada como os bancos e deve apresentar uma espécie de balancete para controle social.

CONDESESUL - CONSELHO DE DE -ESA SOCIAL DE ESTRELA DO SUL

CNPJ 03.005.604/0001-19 - LEI DE UTILIDADE PÚBLICA MUNIC IPAL 714/02 - LEI DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL 14.769/03
Rua Iraí de Minas, s/n.° - CEP 38.5: 5-000 - Estrela do Sul - Minas Gerais
CRIADO EM 03 DI MARÇO DE 1.999

CONDESESUL
CONSELHO DE DEFESA SOCIAL DE ESTRELA DO SUL - MG
Segurança Participativa

Estrela do Sul, 20 de março de 2007

Ofício nº: 070/2007

Assunto: Sugestões de Projeto de Lei e Audiência Públi a

Emitente: ZOILDA DA PAZ
Presidente do Condesesul
Estrela do Sul - MG

Remetente: EXMO. SR.
SENADOR PAULO PAIM
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Brasília-DF

Prezado Senador,

O Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul-(CONDESESUL) encaminha as sugestões, em anexo, para delibe ração da Egrégia Comissão.

Segue documentação que comprova a legitimidade da entidade, conforme Regimento Interno do Senado.

Pede deferimento.

Zoilda da Paz
Presidente

Aos (21) vinte e um dias do mês de março de 2006, às 16:30 horas, no salão do Júri do Fórum Padre Lafaiete situado na Rua Francisco de Vasconcelos, nº 125, centro, reuniram-se: A presidente do Conselho Zoilda da Paz, a primeira tesoureira Maria Aparecida da Silva Cunha, o DD representante do Ministério Público Dr. André Luís Alves de Melo, Sargento da Polícia Militar André Rodrigues de Oliveira (Sargento Rodrigues), Dra. Ana Cristina Marques Bernardes, delegada de Polícia, Lycurgo Rafael Farani membro do conselho fiscal, Euza Maria de Amorim, José Sebastião de Aguiar, Mara Filomena de Resende, Dr. Luís Antônio Galante, Bartolomeu Domingos Carneiro Carvalho, Patrícia Garcia Borges, Luciana Barbosa Guimarães, Sargento Onofre de Grupiara, Sargento Frank de Cascalho Rico, Soldado Bernardo, Tenente Caixeta, Sargento Barbosa da Polícia do Meio Ambiente, Dr. Márcio Henrique Amaral Dias, Dr. Ivan Cardoso de Melo, Dr. Newton Joaquim Vieira, Mário Lúcio Rosa, Flávio Pereira Barros. Teve início a Assembléia Geral com uma oração, leitura e assinatura da ata da última reunião. A presidente agradeceu a presença de todos e apresentou o sargento Barbosa da Polícia do Meio Ambiente. Em seguida passou a palavra ao Dr. André que explicou todo o processo de eleição e comunicou que os trabalhos serão fiscalizados por ele,. Dra Ana Cristina e Tenente Caixeta. A eleição iniciou em 3ª convocação com o número de presentes de acordo com os termos do Art. 12, os quais elegeram e deram posse a nova diretoria por aclamação do Condesesul ficando assim constituído o biênio março/2006 a março/2008; a votação foi por aclamação de chapa única.

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente
FOTOCÓPIA é reprodução
fiel do documento que me
foi apresentado.
SANTA RITA DA ESTRELA,
20/03/2006 Dou fé.

- Presidente: Zoilda da Paz.
- Vice Presidente: Bartolomeu Domingos Carneiro Carvalho
1ª Secretaria: Patrícia Garcia Borges
2ª Secretaria: Luciana Barbosa Guimarães
1ª Tesoureira: Maria Aparecida da Silva Cunha
2ª Tesoureira: Euza Maria de Amorim
Assessores Jurídicos: Dr. Luiz Antônio Galante e Dr. Márcio Henrique Amaral Dias
Relações Públicas: Flávio Pereira Barros e Mário Lúcio Rosa
Conselho Fiscal: - Lycurgo Rafael Farani,- José Coelho de Resende e - Ivan Cardoso de Melo
Suplentes: - Mara Filomena Resende - José Sebastião Aguiar - Dr. Newton Joaquim Vieira

Para realização desta reunião extraordinária foram enviados convites para as cidades de Grupiara, Cascalho Rico e Estrela do Sul para os seguintes órgãos: Prefeituras, Câmaras municipais, Igrejas, Bancos, Correios, Escolas, Apae, Padarias, Açougues, bares, Sindicato, Satipel, Plantar, Resinas, Lojas e Leilão. Dr. André agradeceu o trabalho desenvolvido pela diretoria e na oportunidade felicitou os membros da nova diretoria. Em seguida sargento Rodrigues disse que os pedreiros já deram início a reforma da última casa da vila policial. A presidente agradeceu a confiança nela depositada, felicitou os novos membros e agradeceu a presença de todos. A próxima reunião ficou marcada para o dia 18/04/2006 às 16:30 horas. Nada mais havendo, eu Luciana Barbosa Guimarães, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes.

Patrícia Garcia Borges

Flávio Pereira Barros

Luciana B. Guimarães

Diretor Designado

Capitulo I

Denominação, regime jurídico, sede, duração e finalidade

Artigo 1º - Sob a denominação de Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul/MG, a partir de agora aqui denominado simplesmente **CONDESESUL**, fica nesta data, constituída, por prazo indeterminado, uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que se regerá pelo presente estatuto, bem como por normas de direito e disposições legais pertinentes. Possui CNPJ nº 03.005.604/0001-19, e também pelos artigos 53 a 61 do Novo Código Civil, e lei 8.742/93, atuando como Organização Social Não Governamental.

§ Único: O Condesesul atua como Conselho Comunitário de Segurança Pública = CONSEP.

Artigo 2º - A base territorial e o foro do **Condesesul** serão o Município e a Comarca de Estrela do Sul/MG, com sede e endereço provisório na cidade de mesmo nome, junto ao Quartel da Companhia da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, sediado à Rua Irai de Minas, s/nº.

Artigo 3º - A finalidade do **Condesesul** será sempre a de dar apoio e suporte técnico, material e jurídico, aos órgãos encarregados pela segurança pública, proteção ao meio ambiente e defesa do consumidor, em todo o Município de Estrela do Sul/MG e que envolvam interesses da Comarca estrelassulense.

Artigo 4º - O **Condesesul** passa a ser constituído por todas as pessoas, físicas e jurídicas, que tenham vontade de participar e/ou colaborar na solução dos problemas relacionados com a segurança pública, proteção ao meio ambiente e defesa do consumidor, e que envolvam interesses e bem estar de toda a comunidade estrelassulense.

Artigo 5º - Por sua vez, a Policia Militar do Estado de Minas Gerais, pelo Comando da respectiva Companhia / PM sediada em Monte Carmelo / MG, aqui representada pelo Capitão Vander Cândido Goulart, assume o compromisso de envidar todos os esforços no sentido de prestar aos membros do **Condesesul** o assessoramento técnico necessário às suas finalidades e missões, trabalhando de forma conjunta e solidária, aceitando a colaboração, apoio e suporte oferecidos.

Capítulo II

Da administração

Artigo 6º - São órgãos da administração do **Condesesul** :

I - Assembléia Geral
II - Conselho Fiscal
III - Diretoria
IV - Conselho Consultivo

Artigo 7º - Qualquer membro da administração do **Condesesul**, mesmo aqueles que exerçam cargo de direção, não receberá nenhuma remuneração pelo exercício de seus respectivos mandatos.

Parágrafo Único: Qualquer cidadão pode pleitear e atuar no Conselho Fiscal e na Diretoria, desde que seja membro da assembléia, inscrito há mais de 180 dias da eleição e tenha reputação ilibada, o que será avaliado pela diretoria.

Da Assembléia Geral

Artigo 8º - A Assembléia Geral será sempre constituída pelos associados contribuintes, inclusive pessoas jurídicas, bem como pelos membros da Diretoria e dos Conselhos, podendo haver associados beneméritos por ato coletivo da diretoria, mas sem direito a voto, se não contribuirem.

§ Primeiro: Qualquer cidadão poderá filiar-se ao **Condesesul** mediante contribuição mensal e aprovação da Diretoria, podendo ser isentado por relevantes serviços prestados ao **Condesesul**.

§ Segundo: Os associados que não participarem efetivamente ou financeiramente, poderão ser excluídos por ato da Diretoria.

Artigo 9º - A Assembléia Geral deverá sempre reunir-se, ordinariamente, uma vez por ano, na primeira quinzena do mês de setembro, mediante convocação editalícia efetivada com antecedência mínima de 10 (dez) dias, por designação do Presidente do **Condesesul.**

Artigo 10º - A Assembléia Geral poderá ser também convocada extraordinariamente, quando se fizer necessário, pelo Presidente do **Condesesul** ou também por um terço (1/3) dos membros do seu quadro social, formado pelos fundadores, filiados e beneméritos.

Artigo 11º - **Compete à Assembléia Geral**:

I - Eleger e destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal em seus respectivos cargos;
II - Julgar anualmente o relatório e as contas da Diretoria, depois de devidamente examinadas pelo Conselho Fiscal;
III - Reformar o Estatuto e dissolver a entidade, mediante decisão da maioria absoluta (metade mais um) dos membros de seu quadro social (fundadores, filiados e beneméritos);
IV - Aprovar o Regimento Interno, que deverá ser apresentado pela Diretoria na primeira convocação da assembléia, incluindo nele a regulamentação do processo eleitoral de escolha da Administração e Conselho Fiscal, permitida uma reeleição para o mesmo cargo em exercício;
V - Resolver soberanamente os demais assuntos e interesse da entidade.

Artigo 12° - *Para as deliberações relativas à destituição da Diretoria, bem como* alteração estatutária exige-se a concordância de 2/3 dos presentes à assembléia especialmente convocada para esse fim. (Art 59 do NCC)

§ Primeiro: No caso do parágrafo acima, a matéria somente poderá ser levada à votação estando presente em primeira convocação a maioria absoluta, em segunda convocação por deliberação de no mínimo 1/3 dos presentes.

§ Segundo: Nos demais casos, a instalação da assembléia se dará com a presença de 1/5 dos associados ou qualquer número em segunda convocação, *sendo que as decisões da Assembléia serão* tomadas mediante maioria absoluta de seus membros inscritos; ou apenas pela maioria dos presentes, na segunda chamada, caso não *haja quorum na primeira hipótese.*

§ Terceiro: Ou ainda, por decisão judicial através de iniciativa do Ministério Público, se estiver sendo utilizada para fins ilícitos ou não existir mais de fato.

§ Quarto: Os associados que não estiverem em dia com a contribuição, nem participarem frequentemente das reuniões , não serão computados nos quoruns.

Artigo 13° - A Assembléia Geral será sempre presidida pelo presidente do **Condesesul.**

Do Conselho Fiscal

Artigo 14° - O Conselho Fiscal compor-se-á de três (03) membros efetivos, com igual número de suplentes, eleito juntamente com a Diretoria, pela Assembléia Geral.

Artigo 15° - Compete ao Conselho Fiscal:

I - Examinar as contas, escritas e documentos da Diretoria, emitindo parecer, de deverá ser anexado ao relatório daquela;
II - Dar parecer, quando solicitado, sobre todos os assuntos de interesse da entidade, especialmente financeiros;
III - Aprovar, por maioria a indicação feita pela Diretoria, para a escolha de membros beneméritos.

Da Diretoria:

Artigo 16° - A Diretoria é o órgão executivo do **Condesesul** e compõe-se de :

I - Presidente
II - Vice Presidente
III - 1° Secretário

IV - 2° Secretário
V - 1° Tesoureiro
VI - 2° Tesoureiro
VII - Assessor Jurídico
VIII - Assessor Técnico I
IX - Assessor Técnico II
X - Assessor Técnico III
XI - Assessor Técnico IV
XII - Relações Pública

Artigo 17° - O mandato da Diretoria, eleita pela Assembléia Geral, será de vinte e quatro (24) meses, incumbindo-lhe privativamente:

I - Exercer a representação legal do **Condesesul** para todos os efeitos de direito;
II - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto;
III - Realizar, dentro das possibilidades, as finalidades do **Condesesul**;
IV - Gerir os recursos financeiros e administrar interesse seconômicos do **Condesesul**;
V - Aprovar a inscrição de filiados ao **Condesesul**, mediante registro em livro próprio, bem como indicar, ao Conselho Fiscal, a escolha de membros beneméritos;
VI - Designar, preferencialmente dentre os membros do Conselho Consultivo, comissões de atividades representativas e promocionais, visando melhor atender às finalidades do **Condesesul**;
VII - Deliberar conclusivamente, depois da manifestação favorável da maioria simples (metade mais um) dos membros do Conselho Consultivo, sobre necessárias doações financeiras e de material, bem como cessões de bens e direitos, sejam aos órgãos da administração pública (federal, estadual ou municipal) ou sejam diretamente à própria Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, via de seus legítimos representantes e respectivo Comando no Município de Estrela do Sul/ MG.

Artigo 18° - A Diretoria sempre reunir-se-á com presença da maioria de seus membros em exercício, por convocação de seu Presidente ou substituto legal.

Artigo 19º - Ao Presidente compete:

I - Superintender as atividade do **Condesesul**;
II - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
III - Convocar a Assembléia Geral;
IV - Representar o **Condesesul**, ativa e passivamente, em atos judiciais e extrajudiciais, com poderes amplos e necessários, inclusive o de constituir bastante procurador, ato este que deverá ser
outorgado juntamente com outro membro da Diretoria;
V - Assinar, sempre com as participações (assinaturas) do tesoureiro e do secretário, em qualquer documento que represente obrigação ao **Condesesul,** incluindo contratos, compromissos, recibos, títulos de crédito (*inclusive cheques)* e outros, autorizando, nas mesmas condições, pagamento de despesas e contas da entidade;
VI- Constituir, dentre os membros do quadro social e/ou Conselho Consultivo, Grupos de Trabalho para fins promocionais e outros julgados necessários para os objetivos da entidade;
VII - Decidir sobre assuntos urgentes, dando conhecimento imediato à Diretoria, na primeira reunião subseqüente.

Artigo 20º - Ao **Vice Presidente** compete substituir o Presidente em seus impedimentos e vacância do cargo, bem como em suas ausências, havendo delegação expressa para tanto.

Artigo 21º - Compete **ao 1º Secretário** atender ao expediente, redigindo e assinando juntamente com o Presidente, atas e correspondências, bem como participando dos instrumentos que gerem obrigação ao **Condesesul** (contratos, compromissos, recibos, títulos de crédito, inclusive **cheques**, e outros), organizando toda a documentação e livros da entidade, que ficarão sob sua guarda e responsabilidade.

Artigo 22º - Compete ao **2º Secretário** auxiliar, havendo delegação expressa, e substituir o 1º Secretário, em seus impedimentos e vacância do cargo.

Artigo 23º - Ao **1º Tesoureiro** compete a responsabilidade sobre o acervo de todos os bens e direitos do **Condesesul,** bem como sobre a arrecadação de fundos, controle financeiro e
obrigações fiscais da entidade, elaborando balancetes, participando do pagamento despesas e assinando, juntamente com o Presidente e Secretário, documentos que gerem compromissos ao conselho, incluindo contratos, recibos e títulos de crédito, inclusive *cheques*,

Artigo 24º - Ao **2º Tesoureiro** compete auxiliar, havendo delegação expressa, e substituir o 1º Tesoureiro, em seus impedimentos e vacância do cargo.

Artigo 25º - Ao **Assessor Jurídico** compete, em conjunto e sempre com a colaboração da **Defensoria Pública Estadual e Municipal** que atua na Comarca de Estrela do Sul/ MG, dar orientação e consultoria jurídica aos órgãos de administração do conselho (Diretoria e Conselho Fiscal), bem como emitir parecer na elaboração de documentos que venham gerar obrigações e vantagens ao **Condesesul** , orientando quando da constituição da Assembléia Geral e processo eleitoral, podendo também atuar como procurador legalmente constituído, quando houver necessidade de agir na defesa dos interesses e direitos da entidade.

Artigo 26º - Ao ocupante do cargo de **Relações Públicas** compete o relacionamento com os órgãos de comunicação, bem como a divulgação das atividades e promoções do **Condesesul,** *sendo o porta voz da administração da entidade.*

Artigo 27º - Os cargos de Assessores Técnicos I, II, III e IV, que não são eletivos, serão sempre ocupados respectivamente pelo Comandante da Companhia da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais atualmente sediada no Município de Monte Carmelo / MG, bem como pelo imediato Comandante da Fração localizada neste Município de Estrela do Sul / MG e pelo Comandante do Grupo da Polícia Ambiental e pelo ocupante do cargo de delegado de polícia, considerados que são como membros natos da Diretoria do **Condesesul** e que terão como competência a colaboração e o trabalho solidário visando atingir os objetivos e finalidades da entidade, fornecendo assessoramento técnico e participando efetivamente das atividades e promoções da administração do conselho.

Do Conselho Consultivo

Artigo 28º - Ao Conselho Consultivo compete manifestar, por maioria simples (metade mais um), sobre doações financeiras e de material, bem como a cessão de bens da entidade, participando preferencialmente de comissões representativas junto a órgãos governamentais e de comissões promocionais designadas pela Diretoria, cabendo-lhe também exercer direito de opinar e orientar a administração do **Condesesul,** quando consultado sobre assuntos de interesses aos objetivos e finalidades do conselho.

Artigo 29º - O Conselho Consultivo será sempre composto dos seguintes membros:

II - Presidentes das Câmaras Municipais que fazem parte da Comarca de Estrela do Sul/MG, como membros natos desde que em exercício;

III - Um (01) representante, além do gerente do Banco do Brasil S/A, que deverá ser oficialmente indicado pela direção da agência local;

IV - Um Diretor de Departamento de Educação e Ambiental no âmbito municipal ou cargo equivalente, como membro nato;

V - Presidentes em exercício de sindicatos, entidades de direito civil sem fins lucrativos e associações, inclusive de moradores, bem como assistenciais, filantrópicas, beneficentes, esportivas educacionais, *que tenham real interesse em participar* das atividades e promoções do **Condesesul**, desde que legalmente constituídas e consideradas de utilidade pública por lei municipal, o que será deferido pela Diretoria, após requerimento escrito;

VI - Um (01) representante de cada uma das igrejas, templos, cultos ou religiões que tenham sede na Comarca de Estrela do Sul/MG e que estejam oficialmente autorizadas a funcionar, inclusive por alvará concedido pela administração municipal, e desde que requeiram a Diretoria, por escrito.

§ Primeiro: Os membros do Conselho Consultivo não terão direito a voto na assembléia, *exceto na caso de filiado, contribuinte ou* isentado da contribuição por relevante serviço prestado.

§ Segundo: A posse da Diretoria será presidida pelo mais idoso.

Capítulo III

Dos fundos e patrimônio

Artigo 30º - O **Condesesul,** para atender aos encargos e custeio de seus objetivos e finalidades, terá uma receita constituída pelos seguintes fundos:

I - Contribuições dos filiados
II - Doações
III - Subvenções
IV - Auxílios e legados
V - Convênios
VI - Outros

Artigo 31º - O patrimônio do **Condesesul** será constituído por bens imóveis, móveis, veículos e equipamentos que venha possuir.

Artigo 32º - A destinação financeira, além da aquisição do próprio patrimônio do **Condesesul,** será exclusivamente para atender aos órgãos encarregados da segurança pública, proteção ao meio ambiente e defesa do consumidor, bem como para os encargos e despesas operacionais, além de custos e obrigações técnico-administrativas.

Artigo 33º - Os membros fundadores, beneméritos, associados e conselheiros fiscais e consultivos do **Condesesul** não terão nenhuma responsabilidade solidária e nem mesmo subsidiária por atos e decisões da Diretoria, como também pelas obrigações assumidas pela entidade.

§ Único: Os membros da Diretoria somente respondem solidariamente se comprovado a má-fé e desvio voluntário de recursos e finalidades

Artigo 34º - A associação aplicará suas rendas, recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional, e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Artigo 35º - No caso de dissolução e extinção do **Condesesul** , o seu acervo e patrimônio, igualmente por decisão majoritária da Assembléia Geral Extraordinária, será doado a entidade filantrópica ou, na sua falta, a entidades beneficentes sem fins lucrativos, com sede no Município de Estrela do Sul/MG e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), sempre respeitando a prioridade da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais quanto aos veículos, equipamentos e móveis a ela anteriormente cedidos.

Artigo 35-A - Caso a associação obtenha alguma qualificação social e perca este título, entregará todo o patrimônio permanente adquirido e disponíve , com recursos advindos desta condição, para que seja transferido a instituição que possua a qualificação social respectiva.

Artigo 36º - O **Condesesul** não distribuirá qualquer participação em possíveis saldos positivos, pretensos lucros, supostas bonificações ou mesmo dividendos, sob nenhuma forma ou pretexto, sejam a filiados, membros, diretores ou conselheiros, sejam a mantenedores, e aplicará sempre sua receita, fundos e patrimônio exclusivamente nos fins e objetivos da entidade.

Artigo 36º A - Os membros da Assembléia Geral e da Diretoria tem direito a voto, desde que presente na reunião e com a contribuição mensal atualizada se não for o caso de isenção e também deve ter requerido a inscrição ao **Condesesul** no mínimo 15 (quinze) dias antes da reunião.

Capítulo IV

Disposições transitórias

Artigo 37º - A Assembléia Geral de Fundadores, especialmente convocada pelo Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca, Doutor Carlos Henrique Perpétuo Braga, e pelo Ilustre Representante do Ministério Público, Doutor Sebastião Naves de Resende Filho - por aclamação e unanimidade dos participantes da reunião inaugural e que assinaram a primeira (1ª) ata de constituição e fundação do **Condesesul** resolveu indicar como membros da **Diretoria** e **Conselho Fiscal**, por um primeiro mandato excepcional de três (03) anos, os seguintes fundadores:

Diretoria

Presidente	-	José Coelho de Resende
Vice-Presidente	-	Valter Davi Gonçalves
1ª Secretaria	-	Zoilda da Paz
2ª Secretaria	-	Maria Aparecida da Silva Cunha
1ª Tesoureiro	-	Márcio Antônio Silva
2º Tesoureiro	-	Euza Maria de Amorim
Assessor Jurídico	-	Luiz Antônio Galante
Assessor Técnico I		- Comandante da Companhia da Policia Militar, atualmente sediada em Monte Carmelo/MG

Assessor Técnico II -	Comandante imediato da Fração/PM neste Município de Estrela do Sul/MG
Assessor Técnico III-	Comandante do Grupo da Polícia Ambiental e da Rodoviária
Assessor Técnico IV-	Ocupante do cargo de Delegado de Polícia da Comarca
Relações Públicas -	Benedito Prudêncio

Conselho Fiscal

Efetivos:	-	Lycurgo Rafael Farani
	–	Mara Filomena Santos Resende
	-	Belkis Luciano de Almeida Amaral
Suplentes:	-	Noeli de Fátima Araújo de Araújo
	–	Marovico Rosa da Silva e
	–	João Mendes Vieira

Capítulo V

Disposições finais

Artigo 38º - Todo associado tem o direito de participar das reuniões e dos projetos desenvolvidos pela entidade, tendo também o dever de contribuir e colaborar participando das reuniões e dos projetos.

Artigo 39º - O **Condesesul** não poderá ter ou assumir qualquer conotação de ordem política, sendo totalmente vedada, neste aspecto, a menor ingerência meramente partidária por parte de seus membros (filiados, fundadores, beneméritos, diretores ou conselheiros).

Artigo 40: O Condesesul poderá aviar pedidos administrativos e ajuizar ações judiciais na defesa dos seus interesses, dos seus associados, bem como na defesa coletiva e difusa dos seus objetivos institucionais, sem necessidade de autorização específica da Assembléia.

Artigo 41º - Os casos omissos deste Estatuto e que não sejam da competência exclusiva da Assembléia Geral, poderão ser resolvidos pela Diretoria, por decisão da maioria simples (metade mais um) de seus membros efetivos reunidos.

Estrela do Sul, 19 de abril de 2005

Zoilda da Paz (Presidente)

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente FOTOCÓPIA é reprodução fiel do documento que me foi apresentado.
ESTRELA.
20 03 2009 Dou fé.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 103-B. O conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução sendo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....

§ 4º Compete ao conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

.....

IV – representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

.....

Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. (Regulamento)

§ 1º – Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 35,
DE 14 DE MARÇO DE 1979

Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

.....

LEI Nº 5.010, DE 30 DE MAIO DE 1966

Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994

Artigo 236 da Constituição Federal
Mensagem de veto

Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios)

.....

Art. 30. São deveres dos notários e dos oficiais de registro:

I – manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia, guardando-os em locais seguros;

II – atender as partes com eficiência, urbanidade e presteza;

III – atender prioritariamente as requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhes forem solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em juízo;

IV – manter em arquivo as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade;

V – proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada;

VI – guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão;

VII – afixar em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, as tabelas de emolumentos em vigor;

VIII – observar os emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício;

IX – dar recibo dos emolumentos percebidos;

X – observar os prazos legais fixados para a prática dos atos do seu ofício;

XI – fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que devem praticar;

XII – facilitar, por todos os meios, o acesso à documentação existente às pessoas legalmente habilitadas;

XIII – encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados, obedecida a sistemática processual fixada pela legislação respectiva;

XIV – observar as normas técnicas estabelecidas pelo juízo competente.

.....

PARECER Nº 1.136, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 49, de 2000 (nº 164/2000, na origem), que sugere a revogação do art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063, de 1940, bem como a edição de dispositivo compatível com a atual Lei de Seguros Privados (Decreto-Lei nº 73, de 1966), com a Constituição Federal e todos os demais diplomas legais que amparam os interesses do menor, objetivando a cobertura

dos riscos, tais como acidentes, doenças, morte natural, violência física, inclusive a policial, a que estão expostos os menores de catorze anos.

Relatora: Senadora **Serys Slhessarenko**

I – Relatório

Submete-se à apreciação desta Comissão o Ofício "S" nº 49, de 2000, da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral da República no Estado do Rio de Janeiro, com o seguinte teor:

> Tendo em vista deliberação tomada na reunião extraordinária realizada no dia 23 do mês de maio do corrente ano [2000], informo a Vossa Excelência que no Processo Administrativo nº 08120.001137/94-26, ref Rel. 010/00/FPTD, ("Representação Cláusula abusiva. Seguro de acidentes pessoais. Exclusão de menores de 14 anos. Circular 029/91 – Susep. Fundamentação técnica no art. 109, do Decreto nº 2.063/40.") a Câmara deliberou oficiar essa Egrégia Casa do Poder Legislativo, no sentido de recomendar a revogação do art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063/40 e a edição de dispositivo compatível com a atual Lei de Seguros Privados (Del, 73/66), a Constituição Federal e todos os demais diplomas legais que amparam os interesses do menor, objetivando a cobertura dos riscos, tais como acidentes, doenças, morte natural, violência física, inclusive a policial, a que estão expostos os menores de 14 (quatorze) anos.

A matéria foi distribuída ao Senador Amir Lando, em 24 de outubro de 2000, que apresentou seu relatório em 29 de dezembro daquele mesmo ano.

Não tendo sido votado o relatório e tendo em vista o afastamento do Senador Amir Lando para o exercer o cargo de Ministro de Estado, a matéria foi redistribuída a esta Relatora, em 10 de fevereiro deste ano.

II – Análise

Concordamos **in totum** com o relatório apresentado pelo Senador Amir Lando, que integra o processado, motivo pelo qual reproduzimos, quase que na íntegra, o seu texto.

O referido dispositivo do Decreto-Lei nº 2.063, de 7 de março de 1940, cuja revogação é sugerida, proíbe a contratação de seguro de vida do menor de catorze anos, nos seguintes termos:

> Art. 109. É proibida a estipulação de qualquer contrato de seguro sobre a vida de menores de quatorze anos de idade, sendo, porém, permitida a constituição de seguros pagáveis em caso de sobrevivência, estipulando-se, ou não, a restituição dos prêmios em caso de falecimento do segurado.

Da análise do processo que deu origem ao Ofício encaminhado a esta Casa, verifica-se que ele foi motivado pelo voto-vista proferido pelo Subprocurador-Geral da República Moacir Guimarães Morais Filho (fls. 48 a 50).

De acordo com o referido voto, o dispositivo legal retrotranscrito não teria sido recepcionado pela Constituição Federal e, ainda, "trata-se de proibição registrada historicamente em outros países em virtude de notícias de abuso de menores para facilitar o recebimento da soma segurada, o que, nos dias atuais, não persiste mais fundamentação para sua acolhida".

Quanto à não-recepção da norma pela Constituição, alega-se:

> 3. Entendo, entretanto, que o art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063, de 7-3-40, embora consista em legislação específica, porquanto o Código Civil Brasileiro, ao tratar de contrato de seguro, silencia a respeito da possibilidade, ou não, de estipulação de seguro sobre a vida de menor de 14 anos, não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988.
>
> 4. Com efeito, não mais subsiste referida proibição, porque o ordenamento jurídico vigente, especificamente a Carta Constitucional de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, criou ampla sistemática de amparo aos interesses do menor, determinando à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária dos menores, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
>
> 5. Com efeito, o art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063/40, consubstanciado no art. 11 da Circular nº 29/91 da SUSEP, não mais subsiste, conforme dito, em virtude da ampla proteção dada, atualmente, à pessoa do menor.

Esse entendimento é controverso. Tanto é assim que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), órgãos aos quais compete a normatização e fiscalização das atividades de seguros, têm reproduzido o texto legal em suas resoluções e circulares, mesmo após a Constituição de 1988.

Também não fomos convencidos pela argumentação do voto-vista citado quanto à não-recepção da norma legal pela Constituição. O seguro sobre a vida do menor não aproveita a ele mesmo, mas ao beneficiário indicado, razão pela qual entendemos que o artigo em análise não vai de encontro às disposições constitucionais mencionadas, não afastando, portanto, a recepção da norma legal pela Constituição.

Todavia, no mérito, a sugestão merece acolhida.

Pedro Alvim (**O Contrato de Seguro**, 3ª edição, Forense, Rio de Janeiro, 1999, pp. 225 e 226), após discorrer sobre a atenção que o seguro sempre mereceu dos legisladores em razão de sua relevância para o meio social, tece os seguintes comentários a respeito da necessidade de defesa deste contra a cobertura de riscos que possam atentar contra a ordem pública:

> Sempre houve, por isso, restrições à cobertura de certos riscos. A política seguida pelo legislador reflete, de um modo geral, a situação cultural da época, os costumes, a moralidade predominante, etc.
>
> As primeiras legislações continham um leque de proibições bem maior que as atuais. A medida que o seguro foi se difundindo e aprimorando suas condições técnicas, houve maior compreensão de sua finalidade, desaparecendo, então, os fatores negativos de distorção de seus objetivos. Conseqüentemente, caíram em desuso as normas legais que preveniam os abusos, tanto de seguradores, como de segurados. (...).
>
> A maioria das legislações ainda veda o seguro de vida de uma terceira pessoa, salvo se o interessado provar algum interesse. Nosso Código Civil só o admite, mediante prova de interesse na preservação da vida do segurado, a qual é dispensada se for descendente, ascendente, irmão ou cônjuge do proponente (art. 1.472) [art. 790 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que substituiu o Código Civil de 1916]. Mas na França e em outros países a legislação se contenta com a simples autorização do segurado ao terceiro.

E, especificamente em relação ao dispositivo legal em análise, comenta:

> Um caso curioso de proibição, entre nós, é o de seguro sobre a vida do menor. Registra a história do seguro que houve abuso, com sacrifício de inocentes para facilitar o recebimento de soma segurada, por isso foi vedado em vários países. O Código Civil, no entanto, é omisso a respeito. Posteriormente, a legislação especial proibiu qualquer estipulação sobre a vida de menor de quatorze anos (Decreto-Lei 2.063/40). A lei em vigor (Decreto-Lei nº 73/66) também silencia sobre o seguro de menor. (...)

Compartilhamos esse entendimento. Não vemos razão para a proibição da contratação de seguro sobre a vida de menores contida no art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063, de 1940. Se no passado havia motivos que justificavam esta vedação legal, já não mais subsistem.

Ademais, a legislação securitária e a jurisprudência afastam o direito daqueles que pretendem receber a indenização mediante fraude.

Quanto à segunda sugestão contida no Ofício, entendemos desnecessária a "edição de dispositivo compatível com a atual Lei de Seguros Privados (Lei nº 73/66), a Constituição Federal e todos os demais diplomas legais que amparam os interesses do menor, objetivando a cobertura dos riscos, tais como acidentes, doenças, morte natural, violência física, inclusive a policial, a que estão expostos os menores de 14 (quatorze) anos", tendo em vista não haver, à luz do ordenamento jurídico [salvo o referido art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063, de 1940], qualquer impedimento à contratação de seguros com as referidas coberturas.

III – Voto

Por todo o exposto, concluímos este relatório pela apresentação do seguinte projeto de lei:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 442, DE 2008

Revoga o art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063, de 7 de março de 1940.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063, de 7 de março de 1940.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFS **Nº** 49 **DE** 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/10/2008, **OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel	
RELATOR: Senadora Serys Slhessarenko	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)[2]	
SERYS SLHESSARENKO	1.INACIO ARRUDA
MARINA SILVA	2.FRANCISCO DORNELLES
EDUARDO SUPLICY	3.CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4.EXPEDITO JÚNIOR
IDELI SALVATTI	5.MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6.MARCELO CRIVELLA[8]
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1.ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2.WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3.LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4.VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5.JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6.NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1.ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL[1]	2.JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3.JOSÉ AGRIPINO
MARCO ANTÔNIO COSTA[6]	4.ALVARO DIAS[4]
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5.VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6.FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7.JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8.MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9.MÁRIO COUTO
PTB[5]	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1.MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1.CRISTOVAM BUARQUE

Atualizada em: 28/10/2008

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....

DECRETO-LEI Nº 2.063, DE 7 DE MARÇO DE 1940

Regulamenta sob novos moldes as operações de seguros privados e sua fiscalização.

.....

Art. 109 É proibida a estipulação de qualquer contrato de seguro sobre a vida de menores de quatorze anos de idade, sendo, porém, permitida a constituição de seguros pagáveis em caso de sobrevivência, estipulando-se, ou não, a restituição dos prêmios em caso de falecimento do segurado.

.....

DECRETO-LEI Nº 73,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.

.....

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

.....

Art. 790. No seguro sobre a vida de outros, o proponente é obrigado a declarar, sob pena de falsidade, o seu interesse pela preservação da vida do segurado.

.....

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Amir Lando**

I – Relatório

Vem a esta Comissão o Ofício epigrafado, da 3º Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República no Estado do Rio de Janeiro, com o seguinte teor:

> Tendo em vista deliberação tomada na reunião extraordinária realizada no dia 23 do mês de maio do corrente ano, informo a Vossa Excelência que no Processo Administrativo nº 08120.001137/94-26, ref. Rel. 010/00/FPTD,("Representação Cláusula abusiva. Seguro de acidentes pessoais. Exclusão de menores de 14 anos. Circular 029/91 – Susep. Fundamentação técnica no art. 109, do Decreto nº 2.063/40.") a Câmara deliberou oficiar essa Egrégia Casa do Poder Legislativo, no sentido de recomendar a revogação do art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063/40 e a edição de dispositivo compatível com a atual Lei de Seguros Privados (Del. 73/66), a Constituição Federal e todos os demais diplomas legais que amparam os interesses do menor, objetivando a cobertura dos riscos, tais como acidentes doenças, morte natural, violência física, inclusive a policial, a que estão expostos os menores de 14 (quatorze) anos.

II – Análise

O referido dispositivo do Decreto-Lei nº 2.063, de 7 de março de 1940, cuja revogação é sugerida, proíbe a contratação de seguro de vida do menor de quatorze anos, nos seguintes termos:

> Art. 109. É proibida a estipulação de qualquer contrato de seguro sobre a vida de menores de quatorze anos de idade, sendo, porém, permitida a constituição de seguros pagáveis em caso de sobrevivência, estipulando-se, ou não, a restituição dos prêmios em caso de falecimento do segurado.

Da análise do processo que deu origem ao Ofício encaminhado a esta Casa, verifica-se que ele foi motivado pelo Voto-Vista proferido pelo Subprocurador-Geral da República Moacir Guimarães Morais Filho (fls. 48 a 50).

De acordo com o referido voto, o dispositivo legal retrotranscrito não teria sido recepcionado pela Constituição Federal e, ainda, "trata-se de proibição registrada historicamente em outros países em virtude de notícias de abuso de menores para facilitar o recebimento da soma segurada, o que, nos dias atuais, não persiste mais fundamentação para sua acolhida".

Quanto à não-recepção da norma pela Constituição, alega-se:

> 3. Entendo, entretanto, que o art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063, de 7-3-40, embora consista em legislação específica, porquanto o Código Civil Brasileiro, ao tratar de contrato de seguro, silencia a respeito da possibilidade, ou não, de estipulação de seguro sobre a vida de menor de 14 anos, não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988.
>
> 4. Com efeito, não mais subsiste referida proibição, porque o ordenamento jurídico vigente, especificamente a Carta Constitucional de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, criou

> ampla sistemática de amparo aos interesses do menor, determinando à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária dos menores, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
>
> 5. Com efeito, o art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063/40, consubstanciado no art. 11 da Circular nº 29/91 da SUSEP, não mais subsiste, conforme dito, em virtude da ampla proteção dada, atualmente, à pessoa do menor.

Esse entendimento é controverso. Tanto é assim que o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgãos aos quais compete a normatização e fiscalização das atividades de seguros, têm reproduzido o texto legal em suas resoluções e circulares, mesmo após a Constituição de 1988.

Também não fomos convencidos pela argumentação do voto-vista citado quanto à não-recepção da norma legal. O seguro sobre a vida do menor não aproveita a ele mesmo, mas ao beneficiário indicado, razão pela qual entendemos que o artigo em análise não vai de encontro às disposições constitucionais mencionadas, não afastando, portanto, a recepção da norma legal pela Constituição.

Todavia, no mérito, a sugestão merece acolhida.

Pedro Alvim, (**O Contrato de Seguro**, 3ª edição, Forense, Rio de Janeiro, 1999, págs. 225 e 226), após discorrer sobre a atenção que o seguro sempre mereceu dos legisladores em razão de sua relevância para o meio social, tece os seguintes comentários a respeito da necessidade de defesa deste contra a cobertura de riscos que possam atentar contra a ordem pública:

> Sempre houve, por isso, restrições à cobertura de certos riscos. A política seguida pelo legislador reflete, de um modo geral, a situação cultural da época, os costumes, a moralidade predominante etc.
>
> As primeiras legislações continham um leque de proibições bem major que as atuais. À medida que o seguro foi se difundindo e aprimorando suas condições técnicas, houve maior compreensão de sua finalidade, desaparecendo, então, os fatores negativos de distorção de seus objetivos. Conseqüentemente, caíram em desuso as normas legais que preveniam os abusos, tanto de seguradores, como de segurados. Ainda figura em nosso Código Comercial a proibição do seguro de vida, a exemplo do que se passava em outros países. Este ramo de seguro, tão florescente nos dias atuais, gerou inicialmente especulações e abusos que induziram as autoridades a proscrevê-lo.
>
> A maioria das legislações ainda veda o seguro de vida de uma terceira pessoa, salvo se o interessado provar algum interesse. Nosso Código Civil só o admite, mediante prova de interesse na preservação da vida do segurado, a qual é dispensada se for descendente, ascendente, irmão ou cônjuge do proponente (art. 1.472). Mas na França e em outros países a legislação se contenta com a simples autorização do segurado ao terceiro.

E, especificamente em relação ao dispositivo legal em análise, comenta:

> Um caso curioso de proibição, entre nós, é o de seguro sobre a vida do menor. Registra a história do seguro que houve abuso, com sacrifício de inocentes para facilitar o recebimento de soma segurada, por isso foi vedado em vários países. O Código Civil, no entanto, é omisso a respeito. Posteriormente, a legislação especial proibiu qualquer estipulação sobre a vida de menor de quatorze anos (Decreto-Lei nº 2.063/40). A lei em vigor (Decreto-Lei nº 73/66) também silencia sobre o seguro de menor. O Anteprojeto de Código Civil, todavia, considera nulo tal seguro.

Compartilhamos esse entendimento. Não vemos razão para a proibição da contratação de seguro sobre a vida de menores contida no art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063, de 1940. Se no passado havia motivos que justificavam esta vedação legal, já não mais subsistem.

Ademais, a legislação securitária e a jurisprudência afastam o direito daqueles que pretendem receber a indenização mediante fraude.

Quanto à segunda sugestão contida no ofício, entendemos desnecessária a *"edição de dispositivo compatível com a atual Lei de Seguros Privados (Del. 73/66), a Constituição Federal e todos os demais diplomas legais que amparam os interesses do menor, objetivando a cobertura dos riscos, tais como acidentes, doenças, morte natural, violência física, inclusive a policial, a que estão expostos os menores de 14 (quatorze) anos",* tendo em vista não haver, à luz do ordenamento jurídico, qualquer impedimento à contratação de seguros com as referidas coberturas.

Por todo o exposto, concluímos este parecer pela apresentação do seguinte projeto de lei:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2008

Revoga o art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063, de 7 de março de 1940.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Revoga-se o art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063, de 7 de março de 1940.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – Senador **Amir Lando**, Relator.

PARECER Nº 1.137, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2008 (nº 7.310/ 2006, na casa de origem), que institui o Dia Nacional da Arte da Ikebana-Sanguetsu.

Relatora: Senadora **Fátima Cleide**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 55, de 2008, de autoria do Deputado Rodrigo Maia, pretende instituir o Dia Nacional da Ikebana-Sanguetsu, a ser comemorado, anualmente, em 23 de setembro.

De acordo com a proposição em apreço, a finalidade da iniciativa é difundir e celebrar a cultura dos arranjos florais, como elementos de harmonização e embelezamento dos ambientes e da convivência.

Além disso, fica estabelecido que a data de publicação da lei resultante da aprovação desse projeto demarca o início de sua vigência.

Em sua justificação, o autor da proposta argumenta que a Ikebana-Sanguetsu, arte de harmonização por meio dos arranjos florais, revitaliza as energias gastas pelos cidadãos das grandes metrópoles, contribuindo, dessa forma, para que eles alcancem dias de paz e de equilíbrio.

Á proposição, não foram oferecidas emendas.

II – Análise

Ikebana, que significa Ka-dô, o caminho da flor (Ka = flor; Dô = caminho), teve origem no Japão. As características naturais do país, associadas aos aspectos culturais de seu povo, tais como a valorização da natureza e o hábito de oferecer flores a Buda, muito contribuíram para o surgimento dessa arte dos arranjos florais.

Assim como outras artes tradicionais japonesas, a Ikebana, hoje, não tem fronteiras. É largamente praticada em países com culturas e costumes diversos. Apesar disso, todas as escolas, desde a clássica, que teve início no século VI, com registros escritos datados do século XVI, a outras ramificações desenvolvidas a partir do século XIX e intensificadas no século XX, quando escolas com tendências estéticas contemporâneas foram fundadas, mantêm o objetivo comum de enfatizar a beleza das plantas e das flores, tendo como base os princípios da tradição japonesa.

No Brasil, os imigrantes japoneses foram os responsáveis pela divulgação da Ikebana. Inicialmente, os professores ensinavam somente aos moradores da colônia japonesa, pois era difícil a comunicação com pessoas de idioma diferente. No entanto, com o passar do tempo e em decorrência de uma integração social e cultural mais ampla, várias pessoas não pertencentes à colônia começaram a ser iniciadas nessa arte. Assim, gradativamente, cresceu o interesse pela Ikebana juntamente com a curiosidade por outras manifestações artísticas e pela cultura japonesa de modo geral.

Com sua história de 500 anos, a Ikebana é praticada com uma grande variedade de materiais e de estilos, que foram absorvidos e desenvolvidos pelas diferentes escolas. Em nosso País, estão representadas 14 escolas, todas filiadas à Associação de Ikebana do Brasil.

Nesse contexto, concordamos com o autor da proposta em apreço, quando argumenta que a prática da Ikebana contribui para que a sociedade alcance dias de paz e de equilíbrio. Concordamos também com a data escolhida para a estimular e difundir essa arte de arranjos florais: o dia 23 de setembro marca o início da primavera e, no Brasil, comemora-se o Dia da Juventude. Nada mais acertado, pois a primavera representa o desabrochar das flores que trazem luz e alegria ao mundo. Da mesma forma, a fase da juventude prenuncia o nascer da vida adulta, com seus desafios e responsabilidades.

No entanto, julgamos inadequado particularizar um estilo e uma escola de Ikebana para homenagear. Acreditamos que o intento do autor do PLC 55/2008 seja o de destinar um dia do ano para estimular e difundir a prática da Ikebana, uma arte de arranjos com flores que, independente do estilo e da escola a que esteja vinculada, envolve os indivíduos em experiências alegres e pacíficas.

A Ikebana Sanguetsu corresponde a um estilo, Kado Sanguetsu, criado pelo mestre Mokiti Okada. A Academia de Ikebana Sanguetsu desenvolve suas atividades no recinto da comunidade messiânica brasileira desde 1974, e vem se esforçando para que a arte dos arranjos florais chegue a um número crescente de pessoas.

Conforme citado anteriormente, existem hoje vários estilos e escolas de Ikebana que, apesar de algumas diferenças básicas, buscam o mesmo objetivo: despertar a sensibilidade do homem para que ele, em

harmonia com a natureza, destaque, com seus arranjos, a beleza das flores e de outros produtos naturais como galhos e folhas.

Assim sendo, insistimos, não nos parece adequado eleger apenas um estilo e uma escola a que se destine a homenagem.

De resto, cabe observar que não encontramos óbices de natureza constitucional ou jurídica que dificultem a tramitação da matéria que consideramos redigida em boa técnica legislativa.

III – Voto

Pelas razões expostas, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2008, na forma do substitutivo a seguir apresentado.

EMENDA Nº 1 – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 55, DE 2008

Institui o "Dia Nacional da Ikebana".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o "Dia Nacional da Ikebana", a ser anualmente comemorado em 23 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 11 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 055/08 NA REUNIÃO DE 11/11/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	SEN. CRISTOVAM BUARQUE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE RELATOR	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
~~RENATO CASAGRANDE~~	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)

PARECER Nº 1.138, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2008, (nº 6.296/2005, na casa de origem) que "denomina Viaduto Miguel Moreira Braga o viaduto de interseção da BR-060 com a BR-153, no Município de Anápolis, no Estado de Goiás".

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**

I – Relatório

De iniciativa do Deputado Rubens Otoni, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 60, de 2008, tem o objetivo de denominar Viaduto Miguel Moreira Braga o viaduto de interseção da BR-060 com a BR-153, no Município de Anápolis, no Estado de Goiás.

Informa o autor do projeto que, nascido, em 1957, no Município de Hidrolina, Goiás, Miguel Moreira Braga mudou-se para Anápolis aos 15 anos de idade para trabalhar na TCA, importante e reconhecida empresa de transporte urbano de passageiros. Lá fez carreira, desde auxiliar até diretor, numa trajetória de duas décadas de dedicação.

Paralelamente à vida empresarial, trabalhou em proveito público, seja na condição de líder classista, dirigente do sindicato representativo do setor e diretor da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA), seja como líder religioso, pastor da Igreja Internacional da Renovação, integrada por mais de três mil membros.

Reconhecido por seus múltiplos trabalhos comunitários e méritos pessoais, Miguel Moreira Braga recebeu o título de Cidadão Anapolino, conferido pela Câmara Municipal, tendo sido também condecorado pela Polícia Militar, pela Força Aérea Brasileira e pela Prefeitura de Anápolis.

Ainda nas palavras do autor da proposição, o homenageado era um "ícone de Anápolis", figura carismática e querida, que nunca se omitiu na defesa das populações desassistidas.

Vítima de acidente automobilístico, Miguel Moreira Braga faleceu precocemente, aos quarenta e oito anos, no dia 3 de novembro de 2005.

Na Câmara dos Deputados, o projeto mereceu a aprovação unânime das Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Recebido nesta Casa no último 14 de maio, foi submetido com exclusividade a esta Comissão.

II – Análise

A iniciativa encontra abrigo constitucional no âmbito da competência da União, ente ao qual compete, nos termos do art. 22, XI, legislar privativamente sobre "trânsito e transporte". Atende igualmente aos requisitos para a iniciativa legislativa estabelecidos nos arts. 48 e 61 da Carta Política.

Quanto à juridicidade, verifica-se a adequada observância dos critérios fixados tanto na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite a atribuição, a título supletivo, de "designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à nação ou à humanidade" às vias e terminais integrantes do Sistema Nacional de Transportes, quanto na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que veda a atribuição de "nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta".

Quanto à técnica legislativa, não há ressalvas a fazer, estando o projeto de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, adoto os argumentos do autor e considero justa e merecida a homenagem proposta.

Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO do PLC nº 60, de 2008.

Sala da comissão, em 11 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 060/08 NA REUNIÃO DE 11/11/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: ~~[illegible]~~ Sen: PAULO PAIM	
EVENTUAL	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
~~RENATO CASAGRANDE~~	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	~~6- ROMEU TUMA~~
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA RELATOR
	PTB
SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
	PDT
CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 22. compete privativamente à União legislar sobre:

.....

XI – trânsito e transporte;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49. 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, 1. (Redação dada Dela Emenda Constitucional nº 41. 19-12-2003)

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos territórios;

c) servidores públicos da União e territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos estados, do Distrito Federal e dos territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de

lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

LEI Nº 6.454, DE 24 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do plano nacional de viação, e dá outras providências.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

PARECER Nº 1.139, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2008 (nº 7.523/2006, na Casa de origem), que "denomina Rodovia Feliciano Miguel Abdala o trecho da rodovia BR-474, entre as cidades de Caratinga e Ipanema, no Estado de Minas Gerais".

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Mauro Lopes, homenageia Feliciano Miguel Abdala, atribuindo seu nome a trechos da BR-474, entre as cidades de Caratinga e Ipanema, em Minas Gerais.

Em sua justificação, o autor informa que o homenageado foi um pioneiro do ambientalismo brasileiro.

Nascido em 1908, desde a década de 40, lutou pela preservação da Mata Atlântica do leste mineiro. Nos anos 80, doou 12 mil metros quadrados de sua propriedade à Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, área que se transformou na Estação Biológica de Caratinga, importante unidade de pesquisa em Biologia. Após sua morte, em 2000, a família transformou sua propriedade em Reserva Particular do Patrimônio Natural, em parceria com organizações não-governamentais.

A proposição foi aprovada nas Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição, Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

No Senado, foi distribuída exclusivamente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

II – Análise

A matéria é de competência da União (art. 22, XI, da Constituição Federal), não havendo reserva de iniciativa em favor do Poder Executivo.

A Lei nº 6.682, de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, permite que seja dado a trecho de via o nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à humanidade.

O homenageado foi um precursor da defesa do meio ambiente, tendo atuado em uma época em que esse tema ainda era desconhecido da opinião pública. Em um raro gesto de desprendimento, ofereceu a própria fazenda, transformada em Estação Biológica, o que viabilizou não apenas a preservação da natureza, mas também o desenvolvimento da ciência brasileira. A família, imbuída do mesmo espírito, transformou sua propriedade na Reserva Particular do Patrimônio Natural Feliciano Miguel Abdala.

Nada mais justo, portanto, que a homenagem ora proposta.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e no mérito, pela aprovação do PLC nº 62, de 2008.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 062/08 NA REUNIÃO DE 19/11/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Sen. CRISTOVAM BUARQUE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
~~RENATO CASAGRANDE~~	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO RELATOR
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

XI – trânsito e transporte;

.....

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979

Dispõe sobre a Denominação de Vias e Estações Terminais do Plano Nacional de Viação, e da outras providências.

.....

PARECER
Nº 1.140, DE 2008

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2006, de iniciativa da CPI dos Bingos que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.*

RELATOR: Senador **JARBAS VASCONCELOS**

I – RELATÓRIO

Apresento a esta Comissão Relatório reformulado ao PLS nº 274, de 2006, *que criminaliza a exploração de jogos de azar e torna mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.* A presente reformulação tem como objetivo substituir a versão anterior encaminhada a esta Comissão em agosto de 2007, ocasião em que o PLS nº 209/2003, que trata de assunto correlato, a persecução penal nos crimes de lavagem de dinheiro, não havia ultimado sua tramitação nesta Casa, o que veio a ocorrer em 08/05/2008, tendo sido encaminhado à Câmara dos Deputados.

O PLS nº 274, de 2006 sobre o qual apresento o Relatório constou na Pauta desta Comissão em 20/08/08, após lido o relatório, o ilustre Senador Antonio Carlos Valadares apresentou Voto em Separado, onde argumenta, em linhas gerais, a similaridade dos Projetos acima referidos e sugere uma cominação de pena maior para o crime de exploração de jogos de azar.

II – ANÁLISE

O direito penal é matéria de competência privativa da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, *ex vi* dos arts. 22, I e 48, *caput*, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

O Relatório Final da conhecida "CPI dos Bingos", que investigou a utilização das casas de bingo para o crime nos anos de 2004 e 2005, trouxe fortes indícios de ligação das empresas que exploram jogos de azar com o crime organizado, promovendo a lavagem de dinheiro. Pode-se dizer que as recentes operações da Polícia Federal sobre o tema são desdobramentos das investigações iniciadas por essa CPI.

Como resposta às suas conclusões, os membros da CPI dos Bingos apresentaram o PLS nº 274, de 2006, entre outras proposições não menos importantes, adotando a estratégia legislativa de criminalizar o jogo de azar. Ou seja, o PLS retira o ilícito de exploração de jogo de azar da Lei das Contravenções Penais (LCP – Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941) e o inseri no Código Penal. Assim, tal conduta, que tem trazido variados danos à sociedade e ao erário, conforme demonstrado no Relatório Final daquela CPI, passa a ser punida como crime, submetendo os seus agentes a maior rigor normativo.

O Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2006 é composto de 4 artigos. O art. 1º tipifica a exploração de jogos de azar inserindo novo tipo penal ao Código Penal. A criminalização da exploração de jogos de azar constitui seu principal objetivo; o art. 2º sugere modificações na lei de crimes de lavagem de dinheiro, (lei 9.613/1998), apresentando efeitos secundários ao objetivo principal do Projeto; o art. 3º é apenas para cumprimento da cláusula de vigência, previsto na lei 95/98; e o art. 4º prevê revogação de dispositivos para adequação das mudanças previstas no Projeto.

Por tratarem de questões meritórias os artigos 1º e 2º do Projeto merecem maior explanação.

No que tange ao art.1º do PLS nº 274, de 2006, há previsão de novo dispositivo ao Código Penal, o art. 232-A, que criminaliza a exploração de jogos de azar e prevê *pena de reclusão, de um a três anos, e multa*. No Voto em Separado o Senador Antonio Carlos Valadares sugere aumento da *pena de cinco a dez anos de reclusão e multa*, com o argumento de que a penalidade prevista no Projeto não alcançaria o objetivo de endurecer a punição aplicada à conduta, em decorrência do disposto *no art. 33, § 2º, alínea c, do Código Penal*, que possibilita a substituição por penas restritivas de direito e de cumprimento em regime aberto. A despeito disso tomamos posicionamento diferenciado, pois de acordo com o Voto em Separado, apenas faria sentido criminalizar condutas que fossem punidas com pena privativa de liberdade acima de quatro anos. Pensamos que a previsão contida no PLS nº 274/2006, representa de fato, uma punição mais severa do que a prevista na Lei de Contravenções Penais.

Ademais, acentuar a pena privativa de liberdade nos moldes sugeridos pela Emenda constante do Voto em Separado, de reclusão de cinco a dez anos, e multa, implicaria ferimento ao princípio da proporcionalidade, pela severidade da resposta penal em comparação com a mediana gravidade da conduta em exame.

De forma a exemplificar, basta consultar tipos penais em vigor com penas semelhante à proposta, o crime de estupro, por exemplo, é punido com pena de reclusão, de 6 a 10 anos, ou seja, a aprovação da emenda sugerida acabaria por deformar o sistema penal, tornando-o, ponto incongruente em relação a todo resto.

Já em relação ao art. 2° do PLS 274, de 2006, este vem no sentido de alterar dispositivos da Lei 9.613, de 1998, que trata de crimes de lavagem de dinheiro. Por tratar de tema já explorado e perfeitamente contemplado no PLS n° 209, de 2003, aprovado por esta Casa em 08/05/2008, manifesto-me pela supressão integral do presente artigo, conforme sugerido pelo diligente Senador Antonio Carlos Valadares.

Portanto, pelas razões já expostas, opino pela rejeição da Emenda n° 1, por não vislumbrar motivo que justifique a elevação da pena proposta. Quanto à Emenda n° 2, que propõe a supressão do art. 2° do PLS n° 274, de 2006, manifesto-me pelo seu acolhimento, razão pela qual reformulamos o parecer anteriormente apresentado, oferecendo a nova redação à Ementa.

III – VOTO

Em razão do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 274, de 2006, com as seguintes Emendas:

EMENDA N° 1 – CCJ

Dê-se a Ementa do PLS n° 274, de 2006, a seguinte redação:

"Altera o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 –Código Penal, para criminalizar a exploração de jogos de azar".

EMENDA N° 2 – CCJ

Suprima-se o art. 2° do Projeto de Lei do Senado n° 274, de 2006, renumerando-se os atuais arts. 3° e 4°.

Sala da Comissão, 05 de novembro de 2008.

Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 274 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/11/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel	
RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO	1.INÁCIO ARRUDA
MARINA SILVA	2.FRANCISCO DORNELLES
EDUARDO SUPLICY	3.CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4.EXPEDITO JÚNIOR
IDELI SALVATTI	5.MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6.MARCELO CRIVELLA
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1.ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2.WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3.LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4.VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5.JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6.NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1.ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL	2.JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3.JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4.ALVARO DIAS
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5.VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6.FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7.JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8.MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9.MÁRIO COUTO
PTB[5]	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1.MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1.CRISTOVAM BUARQUE

Atualizada em: 30/10/2008

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, *b*; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

Art. 4º A epígrafe, grafada em caracteres maiúsculos, propiciará identificação numérica

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal.

.....

Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

.....

§ 2º - As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

.....

c) o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.

.....

Documento anexados pela Secretaria-Geral da Mesa, nos termos do art 250, parágrafo único, do Regimento Interno

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **JARBAS VASCONCELOS**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para análise, nos termos do art. 101, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 274, de 2006, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou a relação das casas de bingo com o crime organizado, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, o qual criminaliza a exploração de jogos de azar e os inclui no rol dos crimes antecedentes de lavagem de dinheiro.

A proposta torna a exploração de jogos de azar conduta criminosa, tipificada pelo Código Penal, punida com pena de reclusão, inclui a conduta no rol dos crimes antecedentes de lavagem de dinheiro e cria novo instrumento de persecução penal na Lei de Lavagem de Dinheiro, a indisponibilidade de bens.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O direito penal é matéria de competência privativa da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, *ex vi* dos arts. 22, I e 48, *caput*, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

O Relatório Final da conhecida "CPI dos Bingos", que investigou a utilização das casas de bingo para o crime nos anos de 2004 e 2005, trouxe fortes indícios de ligação das empresas que exploram jogos de azar com o crime organizado, promovendo a lavagem de dinheiro. Pode-se dizer que as recentes operações da Polícia Federal sobre o tema são desdobramentos das investigações iniciadas por essa CPI.

Como resposta às suas conclusões, os membros da CPI dos Bingos apresentaram o PLS nº 274, de 2006, entre outras proposições não menos importantes, adotando a estratégia legislativa de criminalizar o jogo de azar. Ou seja, o PLS retira o ilícito de exploração de jogo de azar da Lei das Contravenções Penais (LCP – Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941) e o realoca no Código Penal. Assim, tal conduta, que tem trazido variados danos à sociedade e ao erário, conforme demonstrado no Relatório Final daquela CPI, passa a ser punida como crime, submetendo os seus agentes a maior rigor normativo.

Além disso, a proposta melhor sistematiza a apresentação do tipo penal: a LCP adotara estratégia confusa, ao separar loteria e jogo do bicho do tipo penal do jogo de azar. O PLS propõe mantê-los dentro do mesmo tipo penal, deixando para a lei federal a previsão de exceções e a especialização da criminalização.

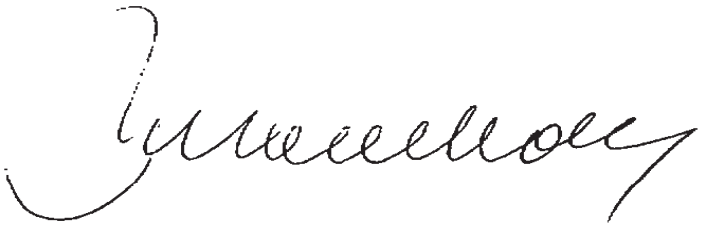
Outrossim, o PLS inclui a nova figura típica no rol dos crimes antecedentes de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613, de 1998) e prevê um novo instrumento de persecução penal: a indisponibilidade de bens. Trata-se de inegável avanço para a nossa Lei de Lavagem de Dinheiro.

III – VOTO

Em razão do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2006.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

PARECER Nº 1.141, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que prevê nova cominação penal aos crimes que especifica e define o tipo de peculato-uso.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

Vem a esta Comissão para exame, nos termos do art. 101, II, **d**, do Regimento Interno, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 194, de 2006, de autoria do ilustre Senador Demóstenes Torres, que prevê nova cominação penal para crimes cometidos contra a Administração Pública e define o crime de peculato-uso.

O projeto sob exame propõe a criação de um novo tipo penal, o peculato-uso, nos Códigos Penal e Penal Militar, e aumenta as penas dos crimes de emprego irregular de verbas públicas (art. 315 do CP), concussão (art. 316 do CP), prevaricação (art. 319 do CP), condescendência criminosa (art. 320 do CP) e advocacia administrativa (art. 321 do CP). O projeto ainda faz uma diferenciação das cominações penais para os crimes de responsabilidade cometidos por prefeitos.

Até o momento não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

II – Análise

A matéria está adstrita ao campo da competência privativa da União para legislar sobre direito penal, conforme dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal.

Não identificamos vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade no projeto.

O projeto faz alterações no Código Penal (CP), no Código Penal Militar (CPM) e no Decreto-Lei nº 201, de 1967, que trata dos crimes de responsabilidade dos prefeitos municipais. Em primeiro lugar, o projeto propõe a criação de uma nova figura penal, o peculato-uso. Essa figura já pode ser encontrada no citado decreto-lei que trata dos crimes de responsabilidade dos prefeitos (art. 1º, II). O PLS sob exame propõe estendê-la a todos os agentes públicos. A figura do peculato, em nosso CP, art. 312, apenas se refere à apropriação ou

desvio de valor ou bem público. O novo tipo estende o campo de incidência penal para incluir o uso indevido de valor ou bem público, sem apropriação ou desvio. Como é um crime menos grave, a pena proposta é menor (o máximo em abstrato cai pela metade), o que nos parece razoável. A mesma alteração foi proposta para o CPM.

O projeto ainda aumenta a cominação abstrata de várias penas de crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública. Em nenhuma das alterações toca-se nas espécies de pena (reclusão ou detenção), apenas na quantidade. De uma forma geral, somos a favor do rigor punitivo sempre que se tratar de crimes contra o Estado praticados por seus próprios agentes. Os aumentos nos parecem razoáveis, percebendo-se a intenção do autor do projeto, quanto ao grave crime de emprego irregular de verbas públicas (art. 315), de impedir a incidência do rito do juizado especial, ao propor a majoração do máximo da pena hoje prevista. Crimes comuns no Brasil, como o da prevaricação (art. 319), de fato há muito tempo demandam uma atualização penal.

Em relação aos crimes de responsabilidade de prefeitos, o projeto também propõe uma atualização das penas. O § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 1967, apenas traz hoje duas cominações penais genéricas para os mais de vinte tipos penais presentes no artigo: para os dois crimes mais graves do dispositivo (peculato e peculato-uso), reclusão de dois a doze anos; e, para os demais, detenção de três meses a três anos. O PLS teve o cuidado de estabelecer uma valoração mais minuciosa dos tipos penais constantes do referido artigo, sem perder de vista a realidade brasileira.

Julgamos tratar-se de aperfeiçoamento bem-vindo e necessário de nossa legislação penal.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2006.

Sala da Comissão, 29 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 194 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29 / 10 / 2008 **, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE: Senador MARCO MACIEL	
RELATOR: Senador EDUARDO SUPLICY	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)[2]	
SERYS SLHESSARENKO	1.INACIO ARRUDA
MARINA SILVA	2.FRANCISCO DORNELLES
EDUARDO SUPLICY	3.CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4.EXPEDITO JÚNIOR
IDELI SALVATTI	5.MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6.MARCELO CRIVELLA[8]
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1.ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2.WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3.LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4.VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5.JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6.NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1.ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL[1]	2.JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3.JOSÉ AGRIPINO
MARCO ANTÔNIO COSTA[6]	4.ALVARO DIAS[4]
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5.VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6.FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7.JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8.MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9.MÁRIO COUTO
PTB[5]	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1.MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1.CRISTOVAM BUARQUE

Atualizada em: 28/10/2008

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 194, DE 2006

TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESSARENKO					1 – INACIO ARRUDA				
MARINA SILVA					2 – FRANCISCO DORNELLES				
EDUARDO SUPLICY (Relator)	X				3 – CÉSAR BORGES	X			
ALOIZIO MERCADANTE	X				4 – EXPEDITO JÚNIOR				
IDELI SALVATTI					5 – MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 – MARCELO CRIVELLA				
TITULARES – PMDB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PMDB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
JARBAS VASCONCELOS	X				1 – ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON	X				2 – WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
ROMERO JUCÁ					3 – LEOMAR QUINTANILHA				
ALMEIDA LIMA					4 – VALDIR RAUPP	X			
VALTER PEREIRA	X				5 – JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES					6 – NEUTO DE CONTO				
TITULARES – BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ADELMIR SANTANA	X				1 – ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL (Presidente)					2 – JAYME CAMPOS	X			
DEMÓSTENES TORRES					3 – JOSÉ AGRIPINO				
MARCO ANTÔNIO COSTA					4 – ALVARO DIAS				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				5 – VIRGINIO DE CARVALHO				
ARTHUR VIRGÍLIO	X				6 – FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO					7 – JOÃO TENÓRIO				
LÚCIA VÂNIA					8 – MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI					9 – MÁRIO COUTO				
TITULAR – PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EPITÁCIO CAFETEIRA					1 – MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR – PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
OSMAR DIAS					1 – CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 **SIM:** 12 **NÃO:** – **ABSTENÇÃO:** – **AUTOR:** – **PRESIDENTE** –

SALA DAS REUNIÕES, EM 29 / 10 / **2008**

Senador MARCO MACIEL
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE *QUORUM* (art. 132, § 8°, do RISF)

U:\CCJ\2007\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 29/10/2008)

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

PARECER Nº 1.142, DE 2008

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 682, de 2007, de autoria da Senadora SERYS SLHESSARENKO, que modifica o art. 19 da Lei nº 7.102 de 20 de junho de 1983, para garantir ao vigilante o recebimento de adicional de periculosidade.

Relator: Senador **José Nery**

I – Relatório

Em análise nesta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 682, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que cria o adicional de periculosidade para os trabalhadores do setor de vigilância patrimonial e pessoal e de transportes de valores.

O projeto altera o art. 19 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para determinar que o adicional devido a esse título para a categoria é de trinta por cento sobre o salário, excluídos da base de cálculo os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucro das empresas.

Ao justificar sua proposta a autora argumenta que, não obstante tratar-se de uma compensação imperfeita, o adicional que se propõe aos vigilantes destina-se a conferir um apoio financeiro a esses trabalhadores e aos seus familiares, em contraponto ao elevando risco que enfrentam no cotidiano do trabalho que realizam.

Até o momento, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

É lamentável que ainda seja preciso que se estabeleçam, pela via legislativa, critérios e adicionais para disciplinar o trabalho realizado em condições insalubres, perigosas e penosas porque persiste em nosso convívio a necessidade de execução de tarefas em condições que atentam contra a saúde e a segurança do trabalhador.

Entendemos que os referidos adicionais devem funcionar não só como indenização, ainda que precária, pelo desgaste da integridade física do trabalhador e pelos acréscimos das despesas com saúde dele decorrentes, mas também como inibidor da perpetuação de condições de trabalho insalubres, perigosas e penosas.

Devem sinalizar, para os empregadores, a vantagem de se investir em incrementos tecnológicos que visem senão eliminar, ao menos diminuir as condições que ensejam seu pagamento.

No caso específico dos vigilantes, a situação é ainda mais crítica, pois, para reduzir, efetivamente, o perigo a que se submetem, é preciso encontrar soluções para a violência urbana que aflige a população do nosso País.

Concordamos com a ilustre autora acerca da necessidade do estabelecimento desse adicional para os vigilantes que se submetem a ofício com alta exposição a risco para a sua integridade física.

O regime da Consolidação das Leis do Trabalho somente reconhece como passíveis de recebimento de adicional de periculosidade as condições de exposição a substâncias inflamáveis e explosivas (art. 193). Essa hipótese foi ampliada para os trabalhadores do setor elétrico, por intermédio da Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985.

Agora é o momento de se estender para os trabalhadores do setor de vigilância patrimonial e pessoal e de transportes de valores, a mesma proteção, reconhecendo-se, pela via legislativa, o desgaste físico e psicológico a que estão sujeitos.

III — Voto

Em razão do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 682, de 2007.

Sala da Comissão, 15 de julho de 2008. – Senador **José Nery Azevedo**, Líder do PSOL.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 682, DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/11/2008 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADORA PATRÍCIA SABOYA Patrícia Saboya

RELATOR: SENADOR JOSÉ NERY

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
PATRÍCIA SABOYA (PDT)	1- FÁTIMA CLEIDE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- SERYS SLHESSARENKO(PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	3- EXPEDITO JÚNIOR (PR)
PAULO PAIM (PT)	4- (vago)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB)
INÁCIO ARRUDA (PC do B)	6- IDELI SALVATTI (PT)
JOSÉ NERY (PSOL) (por cessão)	7- MAGNO MALTA (PR)
PMDB TITULARES	**PMDB SUPLENTES**
ROMERO JUCÁ	1- LEOMAR QUINTANILHA
(vago)	2- VALTER PEREIRA
(vago)	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- NEUTO DE CONTO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	5- (vago)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	**BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)**
DEMÓSTENES TORRES	1- ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	2- HERÁCLITO FORTES
KÁTIA ABREU	3- RAIMUNDO COLOMBO
SALBA CIARLINI	4- ROMEU TUMA (PTB)
EDUARDO AZEREDO	5- CÍCERO LUCENA
LÚCIA VÂNIA	6- SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7- MARISA SERRANO
PTB TITULARES	**PTB SUPLENTES**
MOZARILDO CAVALCANTI	1- ADA MELLO
PDT TITULARES	**PDT SUPLENTES**
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 682, DE 2007

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B, PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B, PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PATRÍCIA SABOYA (PDT)					1- FÁTIMA CLEIDE (PT)	X			
FLÁVIO ARNS (PT)	X				2- SERYS SLHESSARENKO(PT)			X	
AUGUSTO BOTELHO (PT)					3- EXPEDITO JÚNIOR (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				4- (vago)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)					5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB)				
INÁCIO ARRUDA (PC do B)					6- IDELI SALVATTI (PT)				
JOSÉ NERY (PSOL) (RELATOR)	X				7- MAGNO MALTA (PR)				
PMDB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PMDB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCÁ					1- LEOMAR QUINTANILHA				
(vago)					2- VALTER PEREIRA				
(vago)					3- PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP					4- NEUTO DE CONTO				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					5- (vago)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					1- ADELMIR SANTANA				
JAYME CAMPOS	X				2- HERÁCLITO FORTES				
KÁTIA ABREU	X				3- RAIMUNDO COLOMBO				
ROSALBA CIARLINI					4- ROMEU TUMA (PTB)				
EDUARDO AZEREDO	X				5- CÍCERO LUCENA	X			
LÚCIA VÂNIA	X				6- SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					7- MARISA SERRANO				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- ADA MELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL					1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 09 NÃO: – ABSTENÇÃO: – AUTOR: 01 SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 11 /2008.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Patrícia Saboya.

PRESIDENTE

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Vide texto compilado

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....

Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22-12-1977.)

§ 1º O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22-12-1977.)

§ 2º O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22-12-1977.)

.....

LEI Nº 7.369, DE 20 DE SETEMBRO DE 1985

Regulamento

Institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade.

.....

PARECER Nº 1.143, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Combate às Drogas e Entorpecentes, bem como da Semana Nacional de Combate às Drogas e Entorpecentes.

Relator: Senador **Magno Malta**
Relator ad hoc: Senador **Sérgio Zambiasi**

I — Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 73, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, tem a finalidade de criar o Dia Nacional do Combate às Drogas e Entorpecentes, que deverá ser celebrado no dia 26 de junho de cada ano, e a Semana Nacional de Combate às Drogas e Entorpecentes, que será aquela que incluir essa data. É o que determinam os arts. 1º, 2º e 3º da proposição.

O art. 4º é a cláusula de vigência da lei, prevista para a data da sua publicação.

Cabe a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte apreciar o projeto em caráter terminativo.

Na justificação, o autor da proposição enfatiza os efeitos danosos causados pelas drogas ilícitas, pelo álcool e pelo tabaco. Esses efeitos comprometem não só a saúde dos usuários dessas substâncias, mas, também, a estrutura das famílias a que pertencem. Os danos justificariam o empenho dos Três Poderes e da sociedade no sentido de alertar a todos contra os riscos da dependência física e psíquica causada pelas drogas, por meio de campanhas esclarecedoras.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

O projeto em apreciação tem a finalidade de determinar a criação de duas efemérides importantes destinadas a conscientizar a sociedade brasileira sobre os malefícios do uso de drogas ilícitas e de outras que, mesmo consideradas lícitas, causam efeitos desastrosos para a saúde dos seus usuários. Entre as substâncias ou produtos lícitos que podem ser prejudiciais à saúde destacam-se o tabaco, o álcool e os solventes de colas. Até mesmo os medicamentos psicotrópicos ou entorpecentes, o antitussígeno codeína e alguns moderadores ou estimulantes do apetite podem ser prejudiciais à saúde, quando utilizados de maneira inadequada.

O tabagismo é a principal causa de enfisema pulmonar e de câncer do pulmão. A Organização Mundial da Saúde estima que anualmente ocorram, no mundo, cerca de quatro milhões de mortes por doenças relacionadas com o tabaco. Os danos à saúde causados pelo tabagismo representam um enorme encargo para os fumantes e as suas famílias, mas a sociedade também paga pela perda de capacidade produtiva e pelos gastos públicos e privados com as doenças causadas por esse vício.

O álcool causa efeitos mais danosos ainda que o tabaco, pois, além de prejudicar a saúde dos dependentes, a intoxicação alcoólica tomou-se o principal fator associado a acidentes de trânsito. As estatísticas revelam que, no Brasil, mais de trezentas mil pessoas foram vitimadas por esse tipo de acidente em 2002. Em cerca de 50% dos casos, pelo menos um dos envolvidos encontrava-se sob os efeitos do álcool. Das mais de trinta mil vítimas que perderam a vida nesses acidentes, cerca de 60% estavam alcoolizadas.

Alguns medicamentos, principalmente os benzodiazepínicos, os barbitúricos, as anfetaminas e os ano-

rexígenos, também podem causar dependência física e psíquica, quando utilizados sem prescrição médica ou em desacordo com a orientação do profissional prescritor. O uso inadequado desses medicamentos também precisa ser combatido.

Embora o número de usuários de drogas ilícitas seja menor que o de tabaco e de álcool, há outro importante aspecto que não pode ser desprezado quando se aborda o assunto. Trata-se da criminalidade e da violência associadas ao tráfico e ao uso daquelas drogas, principalmente da maconha, da cocaína, do **crack**, da merla e das anfetaminas ilegais, conhecidas como **ecstasy**, bolinhas e rebites.

Não é necessário recorrer às estatísticas para compreender a gravidade da situação das grandes cidades brasileiras em relação à violência gerada pelo tráfico e pelo uso de drogas. Basta que o cidadão ou a cidadã veja os noticiários de televisão para se deparar, quase que diariamente, com cenas de tiroteios, prisões, mortes e transtornos para as famílias e a sociedade, causados por embates entre policiais e traficantes.

A criação do Dia e da Semana Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes é uma medida que, certamente, contribuirá para conscientizar a população sobre os danos que acabamos de mencionar. É importante que essas efemérides sejam criadas por lei, para que o Poder Público sinta-se no dever de promover eventos com essa finalidade.

O Dia Nacional Antidrogas já havia sido criado por meio de decreto sem número, de 4 de maio de 1998. Esse ato foi revogado por outro de mesma natureza, também sem número, de 28 de maio de 1999, que instituiu a Semana Nacional Antidrogas. Além da inadequação do apositivo "Antidrogas", a falta de embasamento legal desobriga o poder público de promover os eventos destinados a cumprir o que é previsto apenas em decreto.

É importante registrar que o dia 26 de junho foi escolhido pelo autor do projeto para ser o Dia Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes porque nessa data comemora-se o Dia Internacional contra o Abuso de Drogas e o Tráfico Ilícito – também referido como Dia Internacional de Combate às Drogas –, criado pela Organização Mundial da Saúde.

A medida proposta pelo PLS nº 73, de 2008, é de inegável mérito, pois define um dia e uma semana em que deverão ser promovidos eventos destinados a conscientizar a população sobre os riscos da drogadição.

Não vislumbramos óbices quanto à constitucionalidade e à juridicidade, pois as medidas propostas destinam-se a educar a população e a proteger e defender a saúde, matérias sobre as quais compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente.

Quanto à técnica legislativa, o PLS nº 73, de 2008, respeita os preceitos instituídos pela Lei Complementar (LCP) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, exceto em alguns aspectos que podem ser sanados por meio de substitutivo. O enunciado do art. 1º da proposição faz referência apenas ao "Dia". Para harmonizar-se com o conteúdo da proposição, é necessário que o dispositivo faça referência, também, à "Semana". Ademais, até o art. 9º dos atos normativos referidos no art. 59 da Constituição Federal, os pontos logo depois da numeração dos artigos não devem ser grafados. Consideramos, também, que a lei deve determinar que o Poder Público promova eventos destinados a cumprir a finalidade básica da criação das efemérides.

A fim de adequar o projeto a esses detalhes técnico-legislativos, apresentamos um substitutivo para apreciação desta Comissão.

III – Voto

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2008, na forma do seguinte:

EMENDA Nº1-CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 2008

Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes, bem como da Semana Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei institui o Dia Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes e a Semana Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes.

Art. 2º Fica instituído o dia 26 de junho de cada ano como o Dia Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes.

Art. 3º Fica instituída a Semana Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes, que será aquela em que incidir a data estabelecida no art. 2º.

Art. 4º O Poder Público promoverá eventos destinados a conscientizar a população sobre os efeitos danosos causados à saúde, à família e à sociedade pelo uso e pelo tráfico das drogas ilícitas e das substâncias entorpecentes não-medicamentosas; pelo uso do álcool e do tabaco; e pelo uso inadequado ou sem prescrição médica dos medicamentos psicotrópicos ou entorpecentes.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Comissão,

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 073/08 NA REUNIÃO DE 28/10/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	- SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA RELATOR
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- MARCO ANTÔNIO COSTA
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI RELATOR AD HOC	(VAGO)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTU A E ESPORTE LISTA DE VOTAÇÃO NOMINA EMENDA SUBSTITUTIVA AO PLS 73 / 08

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X				PATRÍCIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO				
FÁTIMA CLEIDE	X				MARINA SILVA				
PAULO PAIM					ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES				
INÁCIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
JOÃO RIBEIRO					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
TITULARES – PMDB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - PMDB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCÁ				
GILVAM BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP	X				VALTER PEREIRA	X			
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
LOBÃO FILHO					(VAGO)				
GERSON CAMATA					NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
(VAGO)					ADELMIR SANTANA				
HERÁCLITO FORTES					(VAGO)				
VIRGINIO DE CARVALHO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				JOSÉ AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO					MARCO ANTÔNIO COSTA	X			
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA	X			
MARCONI PERILLO					CÍCERO LUCENA				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALÉO PAES					SÉRGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR – PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				(VAGO)				
TITULAR – PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CRISTOVAM BUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 28/10 / 2008

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 2008

Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes, bem como da Semana Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Dia Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes e a Semana Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes.

Art. 2º Fica instituído o dia 26 de junho de cada ano como o Dia Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes.

Art. 3º Fica instituída a Semana Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes, que será aquela em que incidir a data estabelecida no art. 2º.

Art. 4º O poder público promoverá eventos destinados a conscientizar a população sobre os efeitos danosos causados à saúde, à família e à sociedade pelo uso e pelo tráfico das drogas ilícitas e das substâncias entorpecentes não-medicamentosas; pelo uso do álcool e do tabaco; e pelo uso inadequado ou sem prescrição médica dos medicamentos psicotrópicos ou entorpecentes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2008.

Senador
Presidente

Senador
Relator

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I – emendas à Constituição;

II – leis complementares;

III – leis ordinárias;

IV – leis delegadas;

V – medidas provisórias;

VI – decretos legislativos;

VII – resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto
Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

PARECERES
Nºs 1.144, 1.145 E 1.146, DE 2008

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas.

Parecer nº 1.144, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos (Preliminar)

RELATOR: Senador **DELCÍDIO AMARAL**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, que *dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas*, é de autoria do eminente Senador PAULO PAIM.

A proposição objetiva atualizar as aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados, e pela União, aos seus inativos e pensionistas, até a data da publicação da lei que for originada pela aprovação deste projeto, de forma a restabelecer o poder aquisitivo dos benefícios, considerando-se para este efeito o número de salários mínimos que representavam na data de sua concessão, determinando-se, por fim, ao Poder Executivo, o prazo de 60 (sessenta) dias para a regulamentação da matéria.

Na sua justificação, o eminente autor apresenta as seguintes razões para fundamentar sua iniciativa, *verbis*:

> *O presente projeto de lei tem por objetivo recompor o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões mantidas pela Previdência Social, como também das pagas pela União aos seus inativos e pensionistas.*
>
> *Para tanto, propõe-se a atualização dos valores desses benefícios, de forma a restabelecer a relação que possuíam com o valor do salário mínimo, quando de sua concessão*
> *A medida reveste-se da maior importância, visto que tanto os benefícios contemplados com a revisão prevista no art. 58, do ADCT, da Constituição Federal, quanto os concedidos após 1988 já sofreram tamanha deterioração em seus valores reais que urge sejam tomadas providências no sentido de recuperar seu poder de compra. Para tanto, o critério não poderia ser diferente daquele consagrado na Constituição Federal, ou seja, a equivalência em números de salários mínimos que as aposentadorias e pensões possuíam quando foram concedidas.*

No prazo regimental, à proposição não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90 inciso I c/c o art. 99 inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos dar parecer sobre o presente projeto de lei.

A pretensão contida nesta proposição é legítima e demonstra grande sensibilidade social por parte de seu autor, o eminente Senador PAULO PAIM.

Entretanto, nesta Comissão, a nossa análise deve se ater aos aspectos técnicos, jurídicos e financeiros, de forma a garantir, caso aprovado, a efetividade de qualquer proposição.

Os benefícios previdenciários do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) já foram objeto de atualização, segundo comando contido no art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, reconstituindo-se o poder aquisitivo, expresso em número de salários mínimos, que tinham na data de sua concessão, obedecendo-se a este critério até a implantação do plano de custeio e de benefícios referidos no art. 59 da ADCT da CF.

Assim, segundo o comando constitucional transitório, a correspondência dos benefícios previdenciários ao salário-mínimo teve sua vigência limitada à data de implantação dos planos de custeio e benefícios da Previdência Social, o que se efetivou com a publicação das Leis nºs 8.212, e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991.

Após esta data, os reajustes dos benefícios do RGPS passaram a observar o disposto no § 2º do art. 201 da Constituição Federal, posteriormente renumerado como § 4º deste mesmo artigo, que assegura o reajustamento dos benefícios, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

Ressalvado o disposto no § 2º do art. 201 do texto constitucional vigente, que assegura valor mínimo equivalente a um salário mínimo para os benefícios previdenciários, resta vedado, por força do disposto no art. 7º inciso IV da Constituição Federal, a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, inclusive o de servir de indexador para reajuste dos benefícios do RGPS.

Ainda assim, emerge o disposto no § 5º do art. 195 da Constituição Federal, que assevera:

> ***Art. 195.*** .....
>
> ***§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.***

Não resta dúvida que a proposição em análise prevê não apenas o restabelecimento, mas a majoração dos benefícios previdenciários, uma vez que de acordo com o disposto no § 4º do art. 201 da CF eles são periodicamente reajustados, preservando-se o seu valor real, nos termos da lei.

Esta majoração, caracterizada pela excepcionalidade da recomposição com base no número de salários mínimos expressos na época da concessão do benefício, necessitaria de fonte adicional de recursos, não indicados pela proposição.

Em relação aos benefícios mantidos pela União, aos servidores inativos e pensionistas, a matéria parece eivada de inconstitucionalidade a teor do disposto no art. 61, § 1º, inciso II, alínea *a* e *c* da CF, *verbis*:

> ***Art. 61.*** .....
>
> *§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:*
> *I –* .....
> *II – disponham sobre:*
>
> *a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica* ***ou aumento de sua remuneração;***
> *c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e* ***aposentadoria.*** *(grifos nossos)*

Vislumbro, assim, vício de inconstitucionalidade em face da iniciativa da matéria, no que se refere ao reajuste das aposentadorias e pensões dos servidores públicos da União, que é privativa do Presidente da República.

Não se pode, portanto, adentrar ao exame dos aspectos econômicos e financeiros da proposição, se paira dúvida sobre sua constitucionalidade, aspecto que deve ser objeto de melhor exame, não por esta Comissão, mas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

III – VOTO

Em face do exposto, considerados os argumentos antes expendidos, requeremos seja aprovada consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, para que esta se manifeste preliminarmente sobre a constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2003.
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/09/05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
VAGO	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3- VAGO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
GERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
JOSÉ MARANHÃO	8-VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (SEM PARTIDO)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)
PDT	
OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES

Atualizada em 15/09/2005

OF.161/2005/CAE Brasília, 21 de setembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor

Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senado Federal

Assunto: **Audiência prévia da CCJ**

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Requerimento nº 41-CAE/2005, em anexo, encaminho a Vossa Excelência o PLS nº 58, de 2003, que "dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas", uma vez que esta Comissão deliberou, nos termos do art. 101, I, combinado com o art. 133, V, *d*, do RISF, para que seja ouvida essa douta Comissão e posterior exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

Respeitosamente,

Senador LUIZ OTÁVIO
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

REQUERIMENTO Nº 41 – CAE / 2005

Nos termos do art. 101, I, combinado com o art. 133, V, *d*, do R.I.S.F., requeiro audiência prévia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para análise da constitucionalidade e juridicidade do PLS nº 58, de 2003, que "dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas", e posterior exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 2005.

Senador DELCÍDIO AMARAL

Aprovado em 21/09/2005.

PARECER Nº 1.145, DE 2008, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, E JUSTIÇA E CIDADANIA (EM AUDIÊNCIA SOLICITADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS)

RELATOR: Senador **RODOLPHO TOURINHO**

I – RELATÓRIO

Tramita nesta Comissão o PLS nº 58, de 2003, do Senador PAULO PAIM, que tem por objetivo recompor o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas. Considera, para esse efeito, o número de salários mínimos que representavam os benefícios na data da sua concessão.

Em sua justificação, o autor do projeto afirma que a medida se reveste de grande importância tendo em vista que os referidos benefícios já sofreram tamanha deterioração em seus valores reais que se torna premente a tomada de providências para a recuperação do seu poder de compra. Dessa maneira, o projeto propõe a recuperação do critério de atualização dos benefícios previdenciários dado pelo art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT).

Ao ser submetido à avaliação da Comissão de Assuntos Econômicos, por meio do Parecer do Senador DELCÍDIO AMARAL, algumas questões foram levantadas:

I – ressalvado o disposto no § 2º do art. 201 da Constituição Federal (CF), que assegura valor mínimo equivalente a um salário mínimo para os benefícios previdenciários, resta vedado, por força do disposto no art. 7º, inciso IV da Carta Magna, a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, inclusive o de servir de indexador para reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

II – em decorrência do argumento acima exposto, a proposição não apenas prevê o restabelecimento, mas a majoração dos benefícios previdenciários, indo de encontro com o § 5º do art. 195 da Constituição, o qual indica que nenhum benefício da seguridade social poderá ser majorado ou estendido sem correspondente fonte de custeio total;

III – por fim, relativamente aos benefícios mantidos pela União, a matéria apresenta inconstitucionalidade tendo em vista ser de iniciativa exclusiva do Presidente da República leis que disponham sobre aumento de remuneração e aposentadoria de servidores, nos termos do art. 61, § 1º, inciso II, alíneas "a" e "c" da CF.

Desse modo, em face dos aspectos relatados, requereu o mencionado relator, nos termos do art. 101, inciso I, combinado com o art. 133, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a manifestação prévia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para análise da constitucionalidade e juridicidade do PLS nº 58, de 2003.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99, III, do RISF, a análise do mérito é de competência da Comissão de Assuntos Econômicos. Não obstante, esta Comissão não se restringirá apenas ao exame da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, como impõem o art. 101, inciso I, e a ressalva do inciso II do mesmo artigo do RISF, de maneira a contribuir de forma mais rica ao debate desta proposição no Senado Federal.

A recomposição do poder de compra dos benefícios previdenciários é uma questão candente no debate atual. Observa-se que as partes envolvidas, (governo, aposentados e pensionistas) apresentam argumentos fortes e válidos para defenderem suas posições.

Com relação aos representantes do governo, estes alegam estarem cumprindo a Constituição, que garante a reposição do poder de compra dos benefícios previdenciários. Atualmente, a aferição do poder aquisitivo dos aposentados e pensionistas é feita com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

As decisões de governo tomadas nos últimos anos apontam no sentido de melhorar a distribuição de renda sem comprometer as metas fiscais, por meio do salário mínimo. Isso implica reajustá-lo com ganhos reais e, em contrapartida, inviabilizar a concessão de igual atualização para os benefícios da previdência com valores acima de um salário mínimo. Para estes, simplesmente repassam-se os custos inflacionários como forma de manter o poder aquisitivo.

Relativamente aos aposentados e pensionistas, pesam a seu favor dois fortes argumentos. Em primeiro lugar, se persistirem os ganhos reais para o mínimo, sem que sejam repassados aos benefícios previdenciários acima desse valor, no curto prazo, milhares de benefícios estarão no piso, ou seja, serão equivalentes a um salário mínimo.

Em segundo lugar, o custo de vida de pessoas com mais de 60 anos é superior ao custo de vida do resto da população. Segundo o Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que considera as famílias com 50% de idosos, o custo de vida dessas famílias é superior ao das famílias sem idosos. Entre 1994 e 2004, a inflação medida pelo IPC-3i ficou em 224,30%, enquanto que o índice da população em geral (IPC da FGV) foi de 175,96%.

A grande questão reside, então, no fato de que não existe índice fixado em lei, nem o modo de cálculo, apenas o enunciado de que o reajuste deve preservar o valor real do benefício. Significa dizer que nada impede que não se adote um índice que calcule corretamente o custo de vida da terceira idade. Inclusive, há dúvidas sobre a eficiência do INPC em medir a inflação para essa faixa da população.

Ademais, a realidade brasileira demonstra que os aposentados e pensionistas têm cumprido função social da maior importância, uma vez que a renda deles têm sido fundamental para a paz social, para união das famílias e para o desenvolvimento dos municípios onde vivem. No Brasil, o idoso com renda não vai para asilos nem é abandonado pela família. Cumpre o papel de garantir o sustento de filhos e netos.

É importante deixar claro que é necessário buscar alternativas. Exemplo maior foi a "PEC Paralela", da qual fui relator, que promoveu importantes ajustes na Reforma da Previdência, especialmente: (i) a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria para portadores de deficiência;(ii) criação de um sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas e carências inferiores às vigentes pará os demais segurados do RGPS, permitindo, inclusive, a adesão de donas de casa; (iii) para os servidores públicos que se aposentem na forma do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, estabeleceu-se a paridade plena entre os proventos de aposentadoria e os vencimentos dos congêneres em atividade; entre outras medidas.

Muitos avanços foram possíveis, ao contrário do que "os pessimistas de plantão" apontavam. Portanto, a questão da atualização dos benefícios não pode ser tratada como um problema insolúvel, como um estado de coisas. Se nada for feito, o governo estará numa cômoda condição, pois respeita estritamente os termos da lei, ainda que, para isso, tenha de sacrificar os segurados da previdência que, por direito e mérito, têm benefícios superiores ao salário mínimo. O Senador PAULO PAIM teve a sensibilidade de enxergar essa questão e agora nos cabe a missão de propor alternativa que seja viável.

Nesse particular, inicialmente devem ser sanados os vícios de inconstitucionalidade, ou seja, retirar da proposta qualquer atualização de aposentadoria de servidores públicos e a vinculação dos benefícios ao número de salários mínimos da data da sua concessão.

Entendo que seria mais conveniente propor um parâmetro de atualização dos benefícios, procurando assegurar a coerência interna dos pagamentos realizados pelo INSS, ou seja, que não seja permitido ou que haja uma limitação para o processo de arrocho das aposentadorias acima de um salário mínimo.

Nesse sentido, proponho a criação de um índice de correção previdenciária, que corresponderia ao resultado da divisão do salário de benefício do segurado pelo salário de benefício mínimo pago pelo Regime Geral de Previdência Social, na data da concessão do benefício, de forma individualizada para cada segurado. Esse cálculo resgataria o poder de compra do segurado em relação à estrutura de valores vigente no momento em que teve direito ao seu benefício.

Para a aplicação do índice de correção previdenciária deverá ser observado um período de transição de cinco anos, após os quais será integralmente utilizado para o reajuste dos benefícios da previdência social. Esse tempo será importante para que o Estado tenha condições de dimensionar e adequar as necessidades de arrecadação para fazer frente à atualização proposta.

Para o mecanismo de transição é necessário comparar o cálculo do índice em dois momentos. O primeiro, o próprio índice de correção previdenciária, calculado pelos valores pagos no momento da concessão do benefício; e o segundo, utilizando a mesma fórmula, porém aplicada aos valores pagos no momento da publicação da lei.

Certamente o segundo cálculo acima referido será inferior ao índice de correção previdenciária. Assim, a diferença apurada entre os dois resultados deverá ser progressiva e anualmente paga, de forma que, para cada ano, haja um "índice de correção previdenciária de transição". Ao final de cinco anos esse índice corresponderá ao índice de correção previdenciária propriamente dito, resgatando-se definitivamente o poder de compra da data da aposentadoria.

Esse mecanismo fará com que o Estado pratique uma justa atualização da remuneração dos segurados da previdência, protegendo os benefícios de uma queda sistemática frente ao piso do INSS. É importante ressaltar que os segurados com os benefícios mais próximos ao salário mínimo são os que mais sofrem com o atual arrocho praticado.

Para melhor ilustrar a proposta, simulamos a seguinte situação: Na data da concessão do benefício, o valor da aposentadoria para um segurado foi de R$ 500,00 e o salário mínimo da época era de R$ 200,00. Hoje, o benefício do segurado é de R$ 700,00 e o salário mínimo R$ 350,00.

Nesse caso, o ICP do segurado é 2,5 (500/200) e o ICP_0 é 2,0 (700/ 350). Ao longo dos próximos cinco anos essa diferença terá de diminuir até ser atingido o ICP de 2,5.

Vamos agora observar os reajustes no período de transição e o cálculo dos fatores de correção previdenciária de transição para cada ano. Primeiramente o cálculo dos fatores:

$$ICP_1 = ICP_0 + \left(1 \times \frac{ICP - ICP_0}{5}\right) = 2{,}0 + \left(1 \times \frac{2{,}5 - 2{,}0}{5}\right) = 2{,}1$$

seguindo o mesmo cálculos para os anos anteriores temos que

$ICP_2 = 2,2$
$ICP_3 = 2,3$
$ICP_4 = 2,4$
$ICP_5 = 2,5 = \text{ICP}$

Vejamos a simulação, tomando, ademais, os salários mínimos escolhidos pelo governo para cada ano. Nesse caso, além da fórmula do fator de correção previdenciária, vale a fórmula do benefício durante o período de transição.

$$SB = SBM \times ICP_n$$

Assim teremos a seguinte situação:

	Hoje	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8
MSB	350	370	385	405	430	460	475	490	510
% de reajuste	-	6%	4%	5%	6%	7%	3%	3%	4%
ICP_n	2	2,1	2,2	2,3	2,4	2,5	2,5	2,5	2,5
SB	700	777	847	931,5	1032	1150	1187,5	1225	1275

A partir do Ano 5 valerá em definitivo o ICP que, no caso do pressuposto segurado, é de 2,5.

Vale relembrar que o ICP é individual, tanto quanto o valor do benefício. O índice de reajuste dado ao salário mínimo é que será geral e estendido a todos os benefícios.

III – VOTO

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 58, de 2003, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58 , DE 2003

Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º No reajuste anual dos benefícios mantidos pela Previdência Social, além do disposto no art. 41 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, deverá ser observado o índice de correção previdenciária.

§1º O índice de correção previdenciária corresponde ao resultado da divisão do salário de benefício pelo salário de benefício mínimo pago pelo regime geral de previdência social, na data da concessão do benefício, de forma individualizada para cada segurado, segundo a fórmula constante do Anexo I desta Lei.

§ 2º O salário de benefício atualizado de cada segurado será o produto do salário mínimo de benefício, reajustado com base nos percentuais definidos pelo regime geral de previdência social, pelo índice de correção previdenciária, conforme a fórmula constante do Anexo II desta Lei.

Art. 2º A forma de reajuste preconizada pelo art. 1º será aplicada de forma progressiva, incidindo inicialmente sobre um cinco avos da diferença entre o índice de correção previdenciária e o resultado da divisão do salário de benefício do segurado pelo salário de benefício mínimo pago na data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. A sistemática referida no *caput* será aplicada anualmente, cumulativa e sucessivamente, até completar cinco cinco avos da mencionada diferença, segundo as fórmulas constantes dos Anexos III e IV desta Lei.

Art. 3º Após o período de transição de que trata o art. 2º, a cada reajuste anual concedido pela Previdência Social, o resultado da divisão do novo salário de benefício do segurado pelo novo salário de benefício mínimo não poderá ser inferior ao valor correspondente ao índice de correção previdenciária.

Art. 4º A aplicação do índice de correção previdenciária estará condicionada à previsão e à estimativa de recursos constantes na lei de diretrizes orçamentárias e às respectivas dotações de recursos na lei orçamentária anual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
Cálculo do índice de correção previdenciária

$$ICP = \frac{SB_0}{MSB_0}$$

Onde:

ICP = Índice de correção previdenciário;

SB_0 = Salário de benefício do segurado na data de sua concessão;

MSB_0 = Menor salário de benefício pago pelo RGPS na data da concessão de SB_0.

ANEXO II
Atualização do benefício

$$SB = MSB \times ICP$$

onde:

SB = salário de benefício atualizado;

MSB = menor salário de benefício reajustado conforme percentual definido pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

ICP = índice de correção previdenciária

ANEXO III
Atualização do benefício durante o período de transição

$$SB = MSB \times ICP_n$$

onde:

SB = salário de benefício atualizado;

MSB = menor salário de benefício reajustado conforme percentual definido pelo RGPS;

ICP_n = índice de correção previdenciária do respectivo ano de transição.

ANEXO IV
Cálculo do índice de correção previdenciária no período de transição

$$ICP_n = ICP_0 + \left(n \times \frac{ICP - ICP_0}{5} \right)$$

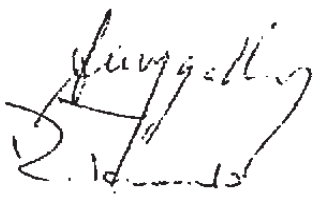
onde:

ICP_n = Índice de correção previdenciária do respectivo ano da transição;

ICP_0 = Resultado da divisão do salário de benefício do segurado pelo salário de benefício mínimo pago pelo RGPS, cujos valores correspondam aos pagos na data da publicação da lei;

n = número de anos decorridos após a entrada em vigor da lei, até completar cinco períodos;

Sala da Comissão, 06 de dezembro de 2006.



, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS **Nº** 58 **DE** 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06 / 12 / 2006 **, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE :	
RELATOR:	Vencido Sen. Rodolpho Tourinho
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO (Relator)
JOÃO BATISTA MOTTA	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-LÚCIA VÂNIA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, [1], PL, PPS e PRB)	
ALOIZIO MERCADANTE	1- DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM (autor)
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA[2,3]
PMDB	
VALTER PEREIRA	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-(VAGO) [5]
(VAGO) [4]	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 01/12/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.
(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.
(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.
(4) O Senador Roberto Cavalcanti deixa o exercício do cargo em 1.12.2006 em virtude da reassunção do titular, Senador José Maranhão.
(5) O Senador Geovani Borges deixa o exercício do cargo em 25.11.2006 em virtude da reassunção do titular, Senador Gilvam Borges.

PARECER Nº 1.146, DE 2008, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS.

RELATOR: Senador EXPEDITO JÚNIOR

I – RELATÓRIO

Tramita nesta Comissão o PLS nº 58, de 2003, do Senador PAULO PAIM, que tem por objetivo recompor o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas. Considera, para esse efeito, o número de salários mínimos que representavam os benefícios na data da sua concessão.

Em sua justificação, o autor do projeto afirma que a medida se reveste de grande importância tendo em vista que os referidos benefícios já sofreram tamanha deterioração em seus valores reais que se torna premente a tomada de providências para a recuperação do seu poder de compra. Dessa maneira, o projeto propõe a recuperação do critério de atualização dos benefícios previdenciários dado pelo art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT).

Ao ser submetido à avaliação da Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado substitutivo por meio do Parecer do então Senador RODOLPHO TOURINHO, por meio do qual o texto foi profundamente alterado. Podem-se destacar alguns aspectos da nova proposição:

I - foram sanados alguns dos vícios de inconstitucionalidade presentes na proposta original, ou seja, foi retirada qualquer atualização de aposentadorias de servidores públicos e a vinculação dos benefícios ao número de salários mínimos da data da sua concessão;

II - foi criado o índice de correção previdenciária, que corresponderia ao resultado da divisão entre o salário de benefício do segurado e o salário de benefício mínimo pago pelo Regime Geral da Previdência Social, na data da concessão do benefício, de forma individualizada para cada segurado.

Observa-se que não houve apenas discussão sobre a constitucionalidade e a juridicidade, permitindo-se que o texto passasse por uma completa reestruturação quanto ao mérito da questão.

A matéria deveria ter sido discutida novamente pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Entretanto, em 9 de abril de 2008, foi aprovado Requerimento nº 248, de 2008, do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, no qual requeria a dispensa de parecer da CAE sobre o PLS nº 58, de 2003, tendo em vista encontrar-se esgotado o prazo daquela Comissão. (art. 119, Regimento Interno). Nesses termos, a presente proposição foi encaminhada para esta Comissão de Assuntos Sociais.

II – ANÁLISE

A recomposição do poder de compra dos benefícios previdenciários é uma questão permanente na agenda política. As decisões de governo tomadas nos últimos anos apontam no sentido de melhorar a distribuição de renda sem comprometer as metas fiscais, por meio do salário mínimo. Isso implica reajustá-lo com ganhos reais e, em contrapartida, inviabilizar a concessão de igual atualização para os benefícios da previdência com valores acima de um salário mínimo. Para estes, simplesmente repassam-se os custos inflacionários como forma de manter o poder aquisitivo.

Nos últimos anos o salário mínimo vem passando por uma curva de correções bastante acentuada, carregando consigo o piso da previdência, ou seja, o menor valor dos benefícios previdenciários. Entretanto, os valores acima desse piso não conseguem acompanhar esse ritmo de recuperação, gerando situações paradoxais em que os beneficiários, que, há poucos anos, ganhavam mais que um salário mínimo, vêem-se na situação de ganhar, hoje, o piso nacional da economia.

Se fizermos uma simulação a partir da realidade de hoje em relação à média dos benefícios (R$ 659,00) pagos pela previdência, e adotando o aumento fixo para o salário mínimo em 8% a.a. e em 5% a.a, para os benefícios, teremos que, o cidadão aposentado que ganha esse valor, após dezessete anos, passará a ganhar benefício correspondente ao salário mínimo.

Além desta questão intertemporal, o custo de vida de pessoas com mais de 60 anos é superior ao custo de vida do resto da população. A realidade brasileira demonstra que os aposentados e pensionistas têm cumprido função social da maior importância, uma vez que a renda deles tem sido fundamental para a paz social, para união das famílias e para o desenvolvimento dos municípios onde vivem. No Brasil, o idoso com renda não vai para asilos nem é abandonado pela família. Cumpre o papel de garantir o sustento de filhos e netos.

A questão da atualização dos benefícios não pode ser tratada como um problema insolúvel, como um estado de coisas. Se nada for feito, o governo estará numa cômoda condição, pois respeita estritamente os termos da lei, ainda que, para isso, tenha de sacrificar os segurados da previdência que, por direito e mérito, têm benefícios superiores ao salário mínimo.

O Senador Paulo Paim teve a sensibilidade de enxergar essa questão e apresentou o PLS nº 58, de 2003; submetido à avaliação da Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado na forma de substitutivo que alterou o texto profundamente. Não houve apenas discussão sobre a constitucionalidade e a juridicidade da proposta original, permitindo-se que o texto passasse por uma completa reestruturação quanto ao mérito da questão, sem, entretanto, que se tenha perdido o objetivo original da proposição.

Coube ao então Senador Rodolpho Tourinho a missão de aprimorar o texto, nos apresentando uma alternativa inteligente e viável. A criação de um parâmetro de atualização dos benefícios, que assegure coerência interna dos pagamentos realizados pelo INSS, não permite que haja arrocho das aposentadorias acima de um salário mínimo.

Tal parâmetro, denominado "índice de correção previdenciária", corresponde ao resultado da divisão do salário de benefício do segurado pelo salário de benefício mínimo pago pelo Regime Geral de Previdência Social, na data da concessão do benefício, de forma individualizada para cada segurado. Esse cálculo resgata o poder de compra do segurado em relação à estrutura de valores vigente no momento em que teve direito ao seu benefício.

Para a aplicação do índice de correção previdenciária deverá ser observado um período de transição de cinco anos, após os quais será integralmente utilizado para o reajuste dos benefícios da previdência social. Esse tempo será importante para que o Estado tenha condições de dimensionar e adequar as necessidades de arrecadação para fazer frente à atualização proposta.

Para aqueles que alardeiam os perigos do impacto sobre as contas públicas, deve-se ressaltar que a aplicação do índice dependerá de dotação orçamentária aprovada pelo Congresso e que a aplicação do índice no cálculo do benefício será gradativa, atingindo seu valor máximo após cinco anos da vigência da lei. Ademais, os sucessivos recordes de arrecadação do governo demonstram plena capacidade de equacionar neste prazo esta dívida com os aposentados brasileiros.

Desta forma, o texto do substitutivo ao PLS nº 58, de 2003, ao contrário do que se pode imaginar, não se trata de vinculação ao salário mínimo, como estava no texto original do projeto, mas de uma recuperação gradativa do poder de compra, no prazo de 5 anos, permitindo a adequação orçamentária ano a ano. O índice proposto tem como referência o menor salário de benefício pago pelo Regime Geral da Previdência Social, configurando-se efetivamente em uma política permanente que assegure o valor justo e digno para o aposentado.

Esse mecanismo fará com que o Estado pratique uma justa atualização da remuneração dos segurados da previdência, protegendo os benefícios de uma queda sistemática frente ao piso do INSS.

III – VOTO

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 58, de 2003, nos termos do substitutivo aprovado pela CCJ.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58 DE 2003 EMENDA Nº 01 – CCJ / CAS (SUBSTITUTIVO)	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05 / 11 /2008 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA PATRÍCIA SABOYA Patrícia Saboya.	
RELATOR: ~~SENADOR EXPEDITO JÚNIOR~~ A pedido da ROSALBA CIARLINI	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO**
PATRÍCIA SABOYA (PDT)	1- FÁTIMA CLEIDE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- SERYS SLHESSARENKO(PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	3- EXPEDITO JÚNIOR (PR)
PAULO PAIM (PT) (Autor)	4- (vago)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB)
INÁCIO ARRUDA (PC do B)	6- IDELI SALVATTI (PT)
JOSÉ NERY (PSOL)	7- MAGNO MALTA (PR)
PMDB TITULARES	**PMDB SUPLENTES**
ROMERO JUCÁ	1- LEOMAR QUINTANILHA
(vago)	2- VALTER PEREIRA
(vago)	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- NEUTO DE CONTO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	5- (vago)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	**BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)**
DEMÓSTENES TORRES	1- ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	2- HERÁCLITO FORTES
KÁTIA ABREU (s/voto)	3- RAIMUNDO COLOMBO
ROSALBA CIARLINI	4- ROMEU TUMA (PTB)
EDUARDO AZEREDO	5- CÍCERO LUCENA
LÚCIA VÂNIA	6- SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7- MARISA SERRANO
PTB TITULARES	**PTB SUPLENTES**
MOZARILDO CAVALCANTI	1-ADA MELLO
PDT TITULARES	**PDT SUPLENTES**
JOÃO DURVAL	1-CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

PLS Nº 58, DE 2003 EMENDA Nº 01 – CCJ / CAS (SUBSTITUTIVO)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B, PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B, PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PATRÍCIA SABOYA (PDT)					1- FÁTIMA CLEIDE (PT)				
FLÁVIO ARNS (PT)	X				2- SERYS SLHESSARENKO(PT)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					3- EXPEDITO JÚNIOR (PR)				
PAULO PAIM (PT)			X		4- (vago)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB)	X			
INÁCIO ARRUDA (PC do B)					6- IDELI SALVATTI (PT)				
JOSÉ NERY (PSOL)	X				7- MAGNO MALTA (PR)				
PMDB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PMDB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCÁ					1- LEOMAR QUINTANILHA				
(vago)					2- VALTER PEREIRA				
(vago)					3- PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP					4- NEUTO DE CONTO				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					5- (vago)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					1- ADELMIR SANTANA				
JAYME CAMPOS	X				2- HERÁCLITO FORTES				
KÁTIA ABREU					3- RAIMUNDO COLOMBO				
ROSALBA CIARLINI (RELATORA)	X				4- ROMEU TUMA (PTB)	X			
EDUARDO AZEREDO	X				5- CÍCERO LUCENA	X			
LÚCIA VÂNIA					6- SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				7- MARISA SERRANO	X			
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- ADA MELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL					1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 11 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: 01 SALA DAS REUNIÕES, EM 05/11/2008.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Patrícia Saboya

PATRÍCIA SABOYA
PRESIDENTE

TEXTO FINAL
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2003

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2003

Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º No reajuste anual dos benefícios mantidos pela Previdência Social, além do disposto no art. 41 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, deverá ser observado o índice de correção previdenciária.

§ 1º O índice de correção previdenciária corresponde ao resultado da divisão do salário de benefício pelo salário de benefício mínimo pago pelo regime geral de previdência social, na data da concessão do benefício, de forma individualizada para cada segurado, segundo a fórmula constante do Anexo I desta Lei.

§ 2º O salário de benefício atualizado de cada segurado será o produto do salário mínimo de benefício, reajustado com base nos percentuais definidos pelo regime geral de previdência social, pelo índice de correção previdenciária, conforme a fórmula constante do Anexo II desta Lei.

Art. 2º A forma de reajuste preconizada pelo art. 1º será aplicada de forma progressiva, incidindo inicialmente sobre um cinco avos da diferença entre o índice de correção previdenciária e o resultado da divisão do salário de benefício do segurado pelo salário de benefício mínimo pago na data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. A sistemática referida no caput será aplicada anualmente, cumulativa e sucessivamente, até completar cinco avos da mencionada diferença, segundo as fórmulas constantes dos Anexos III e IV desta Lei.

Art. 3º Após o período de transição de que trata o art. 2º, a cada reajuste anual concedido pela Previdência Social, o resultado da divisão do novo salário de benefício do segurado pelo novo salário de benefício mínimo não poderá ser inferior ao valor correspondente ao índice de correção previdenciária.

Art. 4º A aplicação do índice de correção previdenciária estará condicionada à previsão e à estimativa de recursos constantes na lei de diretrizes orçamentárias e às

respectivas dotações de recursos na lei orçamentária anual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo I

Cálculo do índice de correção previdenciária

$$ICP = \frac{SB_0}{MSB_0}$$

Onde:

ICP = Índice de correção previdenciário;

SB_0 = Salário de benefício do segurado na data de sua concessão;

MSB_0 = Menor salário de benefício pago pelo RGPS na data da concessão de SB_0

Anexo II

Atualização do benefício

$$SB = MSB \times ICP$$

onde:

SB = salário de benefício atualizado;

MSB = menor salário de benefício reajustado conforme percentual definido pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

ICP = índice de correção previdenciária

Anexo III

Atualização do benefício durante o período de transição

$$SB = MSB \times ICP_n$$

onde:

SB = salário de benefício atualizado;

MSB = menor salário de benefício reajustado conforme percentual definido pelo RGPS;

ICP_n = índice de correção previdenciária do respectivo ano de transição.

Anexo IV

Cálculo do índice de correção previdenciária no período de transição

$$ICP_n = ICP_0 + \left(n \times \frac{ICP - ICP_0}{5} \right)$$

onde:

ICP_n = Índice de correção previdenciária do respectivo ano da transição;

ICP_0 = Resultado da divisão do salário de benefício do segurado pelo salário de benefício mínimo pago pelo RGPS, cujos valores correspondam aos pagos na data da publicação da lei;

n = número de anos decorridos após a entrada em vigor da lei, até completar cinco períodos;

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais

OF. Nº 86 /2008 – CAS

Brasília, 12 de novembro de 2008.

Senhor Presidente,

Nos termos do §2° do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou no dia 05 de novembro de 2008, em turno único, o Substitutivo, relatado pela Senadora Rosalba Ciarlini, ao PLS 58 de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, e no dia 12 de novembro de 2008, não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, foi definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,

Senador PAPALÉO PAES
Presidente em exercício

Excelentíssimo Senhor
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

.....

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

.....

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

.....

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

.....

§ 5º - Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

.....

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

.....

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

.....

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

.....

Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

.....

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

.....

Art. 41. (Revogado pela lei nº 11.430, de 2006)

.....

LEI Nº 11.430, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2006.

Altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, e 9.796, de 5 de maio de 1999, aumenta o valor dos benefícios da previdência social; e revoga a Medida Provisória nº 316, de 11 de agosto de 2006; dispositivos das Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.444, de 20 de julho de 1992, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e a Lei nº 10.699, de 9 de julho de 2003.

Mensagem de veto

Conversão da MPv nº 316, de 2006

.....

Comissão de Assuntos Sociais

OF. Nº 86 /2008 – CAS

Brasília, 12 de novembro de 2008.

Senhor Presidente,

Nos termos do §2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou no dia 05 de novembro de 2008, em turno único, o Substitutivo, relatado pela Senadora Rosalba Ciarlini, ao PLS 58 de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, e no dia 12 de novembro de 2008, não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, foi definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,

Excelentíssimo Senhor
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

Senador PAPALÉO PAES
Presidente em exercício

Documento anexado pela Secretaria-Geral da Mesa, nos termos do art. 250, parágrafo único, do Regimento Interno.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.
REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 15 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Havendo número regimental declaro aberta a 27ª Reunião Ordinária Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se a realização de Audiência a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 58 de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim e Relatoria do Senador Expedito Júnior, que já está se dirigindo para cá. Gostaria de chamar à Mesa os nossos queridos convidados, Sr. Carlos Eduardo Gabas, Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social. Eu gostaria de afirmar que a nossa Presidente já está a caminho daqui, eu estou começando a reunião e ela já assumirá a posição aqui.

O Dr. Cleber Ubiratan de Oliveira, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. O Sr. Hermélio Soares Campos, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP. O Sr. Paulo César Régis de Souza, Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e Seguridade Social - ANASP. Senador Expedito Júnior, o nosso Relator, acaba de chegar como havia prometido.

[palmas]

O tempo destinado a cada expositor será de dez minutos com prorrogação com tolerância de cinco, após as exposições abriremos aos Senadores para fala e discussão.

Pergunto ao Excelentíssimo Senador Expedito Júnior, Relator da matéria, se gostaria de usar a palavra antes do início das exposições? E comunico que a lista de inscrições já está aberta. Senador Expedito Júnior? Vamos começar ouvir primeiro... Então, passo a palavra ao Sr. Carlos Eduardo, espera a ordem é essa aqui, desculpe, a ordem das falas é essa aqui. A ordem das falas está aqui.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Augusto Botelho, me permite só para ajudar nos encaminhamentos?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pois não, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Dra. Assunta está numa outra atividade da Previdência que queremos, o eixo é o mesmo, lá no Petrônio, ela ficou lá e mandou o Dr. Rodrigo que está aqui representando ela nesse evento. Eu gostaria que convidá-lo ele para a Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pela ordem de fala seria a Dra. Assunta, primeiro, depois o Dr. Cleber, o Dr. Paulo César, o Dr. Hermélio e o Dr. Carlos Eduardo. Então, o Dr. Rodrigo assume a sua cadeira e começa a falar. Dr. Rodrigo Costa Passos, Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares da Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Receita Federal do Brasil - ANFIP, muito ativa a ANFIP aqui na Casa.

V.Exa. tem dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos para exposição, com a palavra. E aquele contador marca ali automaticamente, eu não sei se está disparando quando falta um minuto. Está disparando? Quando falta um minuto ele dispara automático, não é a gente que aperta nenhuma campainha, não.

SR. RODRIGO COSTA PASSOS: Bom dia, Srs. Membros, bom dia Srs. Senadores. É um prazer muito grande estar aqui na Comissão. É como sempre digo, numa Comissão de Assuntos Sociais e bem mais interessante discutir essa parte de previdência de Seguridade, do que numa Comissão de Assuntos Econômicos, numa Comissão de Tributação da Câmara, uma Comissão de Reforma Tributária em que se prevalecem números.

Aqui nessa Comissão obviamente temos que dar prioridade para número, mas aqui também se discute o valor social, não só números, não só questão de déficit de quanto vai gastar ou não, mas sim, o investimento social em cada segmento da sociedade.

A ANFIP, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil representa 12 mil auditores fiscais, a gente tem um trabalho ao longo dos últimos 50 anos de estudo da Seguridade Social. Eu tenho aqui, depois eu vou passar para os Srs. Senadores, já mandamos, já caminhamos para os Senadores, mas se algum outro Senador tiver interesse, o que a gente chama de análise da Seguridade Social. É um anuário publicado pela ANFIP mostrando os números da Seguridade Social, o que representa a Seguridade Social em seus números.

Ao contrário do que muitos dizem o nosso sistema de Seguridade Social que foi sabiamente implementado pelo Constituinte em 1988, que hoje nós estamos homenageando aqui no Auditório Petrônio Portela. Nesse exato momento estamos fazendo algumas homenagens, como por

exemplo, o Presidente, ao Senador Cabral, ao Deputado que na época foi Relator da Subcomissão da Seguridade Social que é o Deputado Mosconi, que é hoje é Deputado Estadual em Minas. Então hoje nós estamos fazendo uma homenagem, porque em 88 ele foi Relator da Subcomissão que tratou da Seguridade. Então nós estamos nesse momento também fazendo uma homenagem a ele, ali no Auditório Petrônio Portela.

O Constituinte foi muito sábio, quando nos Arts. 194 e 195 da Constituição criou fontes próprias e exclusivas de financiamento da Seguridade Social, porque Seguridade Social congrega as áreas de Previdência, Saúde e Assistência. Hoje nós temos um texto da reforma tributária que vai ser lido hoje à tarde, que coloca em risco isso que eu vou falar aqui hoje. Eu vou falar aqui hoje sobre números, sobre contas segregadas da Seguridade, sobre superávit da Seguridade.

Hoje às 14h00 está para ser apresentado esse relatório pelo Relator Sandro Mabel da reforma tributária, que como eu disse aqui, trata mais de números não preocupa tanto com essa parte conceitual, essa parte principiológica da Seguridade Social e da sua importância para diminuição da pobreza. Nós últimos oito anos a gente tem visto uma diminuição da pobreza, aumento da renda muito pela distribuição de renda da Seguridade Social.

E esse relatório a ser apresentado hoje à tarde, ele retira as fontes exclusivas da Seguridade Social, retira as fontes próprias da Seguridade Social e coloca todas essas receitas da Seguridade em impostos que vai ser um, digamos um bolo único, a ser distribuído. A Seguridade ficaria com 38,8% da soma de alguns impostos, esse é o novo modelo, que a nosso ver representa um retrocesso em relação à Seguridade Social.

Mas o assunto hoje aqui que é o PLS do Senador Paulo Paim, ele diz respeito a reajuste dos aposentados que não ganham salário-mínimo, pelo mesmo valor do salário-mínimo. A gente tem provado ao longo dos anos, a ANFIP tem provado ao longo dos anos, que a Seguridade sempre trabalha com superávit, não adianta querer falar em déficit de Previdência, déficit de Previdência.

O que é déficit de Previdência? Eles pegam uma única receita da Seguridade que é receita sobre folha de pagamento, compara a despesa com o pagamento dos aposentados, do setor urbano e rural e chega-se num número negativo nesse caso, se for olhar somente a receita de folha com despesa de segurados, de benefícios, chega-se a um número negativo. Mas qual que é a Filosofia da Seguridade? Não é negar a folha de pagamento e contrapor com despesa de benefício.

Nós temos sistema de Seguridade, nós temos várias fontes, temos fontes de faturamento, lucro líquido, até dezembro do ano passado tínhamos C P M F, todas destinadas a financiar a Seguridade Social. E a Seguridade tem sido, digo, repito, superavitária ao longo dos anos.

Para os senhores terem uma idéia em 2005, nós tivemos um superávit de 62,6 bilhões de reais, correspondia a 2,92% do PIB brasileiro. Em 2006, 50,8 bilhões de reais o correspondente a 2, 18% do PIB. E o ano passado em 2007, tivemos 60, 9%, ou seja, quase 61 bilhões de reais de superávit, 2, 38% do PIB. Então a Seguridade Social com suas fontes de financiamento ela arrecada 2,38% do PIB brasileiro a mais do que gasta. Então teoricamente nós temos uma gordura, valores a ser disponibilizados para a área de Previdência, Assistência e Saúde na ordem de 61 bilhões de reais.

Esse ano vai ser menos por causa da queda da CPMF, esses valores como eu fiz 2005, 2006 e 2007, ainda tínhamos CPMF, então a gente no próximo ano que seria esse ano 2008, teríamos que deduzir a conta da CPMF, mesmo assim a Seguridade Social continua sendo superavitária. E perguntam: vamos investir esses recursos onde? Vamos ver, tínhamos que investir os recursos em Seguridade Social. E o que é pagamento de aposentado? Seguridade Social. [soa a campainha]

Então nós temos recursos hoje para darmos reajustes aos aposentados que ganham mais de um salário, pelo mesmo valor do salário mínimo como está no Projeto de Lei do Senado Federal? Sim, temos recursos. O Estado Brasileiro não pode dizer que não tem recursos para dar aos aposentados igual aos que recebem um salário-mínimo. Essa é a questão financeira, a questão dinheiro. Tem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dr. Rodrigo... Só, desculpa Presidente, mas, uma coisa aqui que é só para ficar bem claro, V.Exa. está falando do superávit de quase 61 bilhões.

SR. RODRIGO COSTA PASSOS: Isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como o Governo considera que é deficitária, ele só se baseia na folha e pagamento e não nas outras arrecadações? Então, a contabilidade voltada para o déficit e não para apresentar o superávit?

SR. RODRIGO COSTA PASSOS: Sim, a apresentação--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, seria uma prestação enganosa? Desculpa, não é uma expressão que eu queira usar, mas não estou encontrando outra.

SR. RODRIGO COSTA PASSOS: Não digamos enganosa, o Governo ele pega uma perna da Seguridade que é a Previdência, pega uma receita, uma única receita que é folha de pagamentos, que é a contribuição sobre folhas de pagamentos e mais umas pequenas outras receitas, SIMPLES, mas basicamente folha de pagamento e contrapõe o gasto com o pagamento de benefício com essa única fonte, mas nós temos várias outras fontes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É só a contribuição, independente da Previdência?

SR. RODRIGO COSTA PASSOS: Só a contribuição das pessoas filiadas à Previdência Social.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele não calcula o resto do [ininteligível] incluído na Seguridade Social?

SR. RODRIGO COSTA PASSOS: Não, inclusive esses números que eu estou apresentando, são números do próprio Ministério da Previdência.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Rodrigo, desculpa estar interrompendo é porque uma coisa que fica na cabeça da gente, uma dúvida é uma interrogação muito forte.

SR. RODRIGO COSTA PASSOS: Exato é um--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sobre esse comportamento que o Ministério da Fazenda, o Planejamento apresenta, quando aqui quer fazer greve de banho para poder pagar o salário igual e o projeto do Senador Paulo Paim, que foi aprovado no Senado.

Então, nós não queremos que ele faça greve de banho, porque ele disse que vai ter que comprar perfume por atacado aqui, mas eu acho que V.Exa. está entrando num terreno--

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Romeu Tuma--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Num terreno para argumentar, desculpa--

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): V.Exa. está inscrito após Relator e um outro--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, eu peço desculpas.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Está bom.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque estava um negócio que está... Atravessa... A gente não consegue entender perfeitamente o que é o déficit previdenciário.

SR. RODRIGO COSTA PASSOS: Essa conta que cai num déficit que já melhorou um pouco, porque os outros governos chamavam de déficit, esse Governo já chama de necessidade de financiamento. Mas essa conta do déficit é uma conta não completa, digamos assim, não é completa. A conta completa tem 60, 9 bilhões de reais que são todas as receitas de Seguridade, COFINS, PIS, até então, CPMF, menos todas as despesas da Seguridade que são despesas com Assistência Social, Saúde e Previdência, nessa conta [soa a campainha] sobra sim, 61 bilhões de reais. Então, dinheiro tem. Dinheiro para pagar os aposentados tem, essa é a questão financeira.

Agora a questão principiológica, a questão de princípios. O aposentado ele contribui durante toda a sua vida com uma expectativa de

percepção de benefícios. Se ele contribui com uma expectativa de percepção de benefícios de dez salários mínimos e, depois, se o reajuste for diferenciado entre os aposentados que ganham um salário-mínimo e os que ganham mais de um salário-mínimo; esses dez salários mínimos vão diminuir para oito, vai diminuir para cinco, vai diminuir para três, que depois vai diminuir para um, colocando uma linha a longo tempo.

Então, ao longo da percepção da aposentadoria que é quando o aposentado mais precisa que é quando os gastos com plano de saúde aumentam, que é quando os gastos com remédio aumentam, ele vê o seu benefício sendo reduzido em números de salários mínimos, isso é extremamente injusto. Nós estamos hoje aqui no prédio do Senado Federal, quem construiu esse prédio foram os aposentados. Quem construiu essa mesa foram os aposentados. Quem construiu as ruas que dão acesso ao Senado foram os aposentados e não é justo, depois, na época da vida que se mais precisa de valores e que se contribuiu para isso a vida inteira, na hora do seu benefício há uma discriminação, quem ganha um salário-mínimo e quem ganha mais de um.

Sim, quem ganha o salário-mínimo obviamente está na Constituição, tem que receber o reajuste pelo salário-mínimo. E quem recebe mais do que o salário-mínimo por questão de justiça, por questão principiológica e por questões financeiras, porque dinheiro há, também deveriam receber o mesmo reajuste, ou seja, o reajuste pelo salário-mínimo. É isso que a gente prova nesse livro, que é o livro que está pela ANFIP. É isso que nós comprovamos que a Seguridade Social existe dinheiro, que não há déficit e que nós temos 61, bilhões de reais a serem aplicados em Seguridade Social.

Então, eu fico muito feliz de estar aqui na Comissão. É uma Comissão que eu sei que trata a parte humana, a parte filosófica, a parte principiológica, a parte de justiça, principalmente, com as pessoas que construíram o nosso País, com as pessoas que construíram os nossos prédios, as nossas ruas, as nossas estradas. Se o País hoje está desenvolvendo, está num crescimento econômico bom, digamos assim, ou quase bom é porque fez-se trabalho de infra-estrutura.

E, quem botou a mão na massa, quem fez trabalho de infra-estrutura, quem trabalhou, quem colocou as pedras, quem fez as estradas, quem fez porto, quem fez rodovia, quem fez toda a estrutura que hoje o País usufrui para crescer são os atuais aposentados. Então eles merecem o reajuste digno, que é no mínimo, igual ao salário-mínimo. É isso que eu gostaria de falar, obrigado.

[palmas]

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente, Senador Augusto Botelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Fale, Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu gostaria de fazer a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Está inscrito após o Senador Romeu Tuma.

Com a palavra o Dr. Cleber Ubiratan de Oliveira, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

SR. CLEBER UBIRATAN DE OLIVEIRA: Bom dia a todos Srs. Senadores, Srs. membros da Mesa e demais presentes aqui. Bom, eu gostaria de fazer algumas considerações iniciais basicamente relacionados aos aspectos financeiros e, também, as questões fiscais que envolvem os pleitos que tratam relativamente a Previdência Social, em particular o Projeto de Lei do Senador Paulo Paim.

Se a gente olha um pouco a perspectiva, ou o horizonte que nós trabalhamos do ponto de vista de política fiscal recentemente a gente consegue identificar avanços significativos no País, isso é inegável pelos indicadores que nós temos hoje tanto da dívida--

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A Presidente chegou, eu vou passar Presidência para ela e dizer que nós começamos...

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom dia a todos, eu quero inicialmente pedir desculpas pelo atraso, mas o trânsito estava terrível. Vamos dar continuidade aqui que esse assunto é de extrema importância e nós queremos que os resultados sejam os melhores possíveis.

Eu quero agradecer a todos que aqui vieram e passar a palavra agora para o Dr. Cleber Ubiratan de Oliveira, dar continuidade.

SR. CLEBER UBIRATAN DE OLIVEIRA: Obrigado. Bom, como então eu estava destacando, do ponto de vista fiscal eu acho que é inegável hoje a gente reconhecer que o País avançou significativamente para uma posição que, mantida a nossa perspectiva de responsabilidade fiscal, ela tende a consolidar uma sustentabilidade importante para o País.

Nesse aspecto eu acho que é significativo identificar tanto a evolução da dívida liquida que ela tem caído significativamente - e aqui eu destaco tanto às esferas federal quanto estadual e municipal, bem como também os resultados primários que tem contribuído, significativamente, para que esse esforço fiscal ele consiga ser bastante positivo e proporcionar ao País, condições para que consigamos enfrentar situações adversas como atualmente nós temos, com muito mais robustez do que no passado.

Esse esforço fiscal de fato ele tem um aspecto muito significativo porque ele é bastante, digamos, homogêneo ao longo de todos os

segmentos. Se a gente olha um pouco a parte de Estados e Municípios tem sido bastante significativa a contribuição, em termos de União da mesma forma e das empresas estatais, também. No que se refere a União - e eu vou entrar na questão previdenciária - eu acho que tem sido bastante significativo o comportamento do resultado primário da Previdência nos últimos anos.

Se a gente olha um pouco e, focando pela questão da apuração tradicional, apuração tradicional do resultado previdenciário, ou seja, da necessidade de financiamento do regime previdenciário, a gente observa que há uma inflexão nesse resultado a partir de 2006, quando o resultado primário era deficitário em 1. 8% do PIB; a partir de 2007, ele passou a ser deficitário em 1. 76% do PIB. E, para esse ano as estimativas que nós temos no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira é de um resultado primário de 1. 34% do PIB. Esse resultado ele vem sendo atingido ao longo do tempo, através de um conjunto de ações e iniciativas que tem buscado conferir à Previdência Social uma sustentabilidade no pagamento dos benefícios previdenciários, vis-à-vis a sua arrecadação.

O que a gente consegue identificar, então, nesse período é uma melhora do resultado. Essa melhora do resultado contribui para dividendos para a economia como um todo e, tende ao longo do tempo, a contribuir efetivamente para que o País tenha uma posição fiscal sólida e possa se defrontar com situações diversas com muito mais propriedades e muito mais capacidade da resposta.

O pleito colocado pelo Deputado Paim, o projeto do Deputado Paim ele trata de uma questão que eu acho que é fundamental que é a questão do reajuste dos benefícios da Previdência e trata da forma... Eu acho que alguns aspectos que eu gostaria de dar uma sublinhada que ao longo do tempo a gente consegue, mirando um pouco para trás dar uma olhada de como é que as coisas... Como se comportaram efetivamente a política de reajuste dos benefícios da Previdência e quais os impactos da proposta aqui posta.

Eu vou colocar nesses aspectos, depois eu acho que o Dr. Gabas aqui com muito mais propriedade, terá condições de explanar com detalhes sobre os pontos aqui postos, também.

Bom, desde 1988 com a Constituição a política de reajustes dos benefícios da Previdência Social, ela tem sido orientada para garantir o poder de compra dos beneficiários. Então, se a gente observa os reajustes postos a partir de 88, isso em consonância com o que está no § 4º, do Art. 201 da Constituição Federal, a gente observa que comparando os reajustes concedidos no período - e o indicador é o INPC - a gente consegue identificar ganhos reais significativos.

Então, em períodos de tempo a partir de 98 até 2001, o ganho real tem sido em torno de quase 2%. 2003 a 2008, a estimativa é de seja de 0.89%. No período anterior de 95 a 98, o ganho real em torno de 18%.

Então, se a gente pega esse período de 95 a 2008, mais de 22% tem sido o ganho real, quando se trata da correção dos benefícios pelo IN PC.

Bom, quanto à questão que eu acho que foi posta aqui, a questão de financiamento--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permite, Dr. Cleber, só para ajudar.

SR. CLEBER UBIRATAN DE OLIVEIRA: Sim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O senhor fala 22% de ganho real no salário-mínimo.

SR. CLEBER UBIRATAN DE OLIVEIRA: Corrigido... No salário-mínimo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Salário mínimo... Porque o debate todo aqui - só para situar para ficar claro para o Plenário, é: como é que fica a situação dos salários daqueles que ganham... Eu diria um pouquinho mais que o salário-mínimo. Esses 22% que o senhor se refere é sobre o salário-mínimo.

SR. CLEBER UBIRATAN DE OLIVEIRA: Não, é o INPC, é o INPC, acima do salário-mínimo. É o ganho real... Isso, o período inteiro. De 95 a 2008, 22% pegando o INPC, que é a correção dos demais benefícios, contra a correção efetuada no período.

Bom, tem um aspecto que é importante dar o destaque é a questão da sustentabilidade e do financiamento de recursos para a Previdência Social. Nesse caso, de fato eu acho que a gente tem que olhar um pouco também a Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange seus aspectos relativos à criação de despesas de caráter continuado. O Art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, culminado, também, com o Art. 24 e, o Art. 194, § 5º da Constituição, culminam com a questão da indicação de fontes, para nenhuma despesa ser criada sem a respectiva indicação de fonte.

Eu acho que essa é uma preocupação básica que nós temos e é uma preocupação fundamental, para que a proposta [soa a campainha] em tela, ela seja considerada desde esse ponto de vista também sobre a factibilidade, da sustentabilidade das contas da Previdência Social.

O aspecto que eu acho que também é importante dar um destaque relaciona-se também à questão financeira no que tange aos eventuais passivos, ao passivo decorrente de se trazer para dentro das contas da Previdência, um reajuste que poderia ter e tem diversas ações na Justiça quanto a esse aspecto. Uma conta de médio e longo prazo ela indica que as necessidades de financiamento para a Previdência elas seriam afetadas de maneira significativa, na medida em que o Projeto de Lei em tela fosse aprovado.

Um aspecto que eu acho que é relevante é o fato de que, considerando-se um horizonte até 2050 - a Previdência revisou projeções

em relação a isso -e as necessidades de financiamento se elevariam em cerca de quase 7% do PIB; ou seja, um valor significativo que do ponto de vista de contas públicas ele é bastante expressivo. A gente sabe de fato da questão relativa ao impacto social da medida como um todo, porém, do ponto de vista fiscal essa medida... Eu trouxe esses números aqui, porque eles devem ser colocados em clara discussão, porque de fato eles têm um efeito significativo sobre as contas públicas. Isso tende a agravar o resultado que a gente espera de uma Previdência, uma Previdência Social que seja sustentável ao longo do tempo.

Eu só queria dar esses números aqui e depois me colocar à disposição para qualquer tipo de colocação.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Queremos agradecer ao Dr. Cleber Ubiratan de Oliveira pela sua exposição. Claro que, com certeza, após as falas dos convidados que aqui estão nós vamos ter um momento para o debate e para tirarmos as dúvidas.

Antes de anunciar a palavra do Sr. Paulo Régis de Souza, Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social, ANASP, eu gostaria de comunicar o ofício que chegou a essa Presidência do Chefe de Assessoraria Parlamentar do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Gabinete do Ministro, informando: "Para informar a V.Exa., que esse Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, considera-se representado pelo Ministério da Previdência Social", isso em relação à não vinda do representante do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, ele aqui está sendo representado, também, pelo Dr. Carlos Eduardo Gabas.

Passamos a palavra, agora, para o Dr. Paulo César Régis de Souza. O senhor terá dez minutos e, se for necessário nós poderemos dar mais um pouco.

SR. PAULO CÉSAR RÉGIS DE SOUZA: Eu não vou ocupar nem o tempo de dez minutos, os nossos palestrantes aqui já de números já foram brilhantes, não é? Primeiro meu bom dia a todos. Eu sou Paulo César, eu sou representante da Associação dos Servidores da Previdência Social, represento 80 mil servidores, 53 associados. Naturalmente que estou aqui para apoiar o projeto do Senador Paulo Paim, como já apoiamos o do famigerado Fator Previdenciário.

Eu vi vários números aqui do nosso novo colega da ANFIP e da Fazenda e, os números para os nossos aposentados e quero crer que não representam absolutamente nada; o que representa é o dia-a-dia, o remédio caro, a falta de comida, o transporte que está muito ruim e o salário-mínimo aviltado, horrível, muito ruim, muito baixo, eu acho que esse que é o grande problema.

Eu acho que nós temos que discutir com o nosso aposentado é isso. Naturalmente que aqui na Comissão os números são outros, como bem levantou aqui o nosso Senador por São Paulo, que ele precisa saber dos números. Os nossos aposentados querem que saber é do salário, porque lá é que está ruim.

Déficit da Previdência, que é histórico, cada governante que entra a primeira coisa que ele faz o que é? "O déficit da Previdência vai derrubar o País, vai... Os aposentados não vão receber". Mas a Previdência sobrevive a isso há 86 anos. Há 86 anos a Previdência paga em dia. Eu estou a 35 nela e tenho orgulho de atender o meu cliente que é o segurado. E não atendemos melhor, porque dentro da Previdência de vez em quando passam por lá uns descompromissados que querem mudar o sistema de Previdência, mas sempre tentando levar para iniciativa privada.

Bom, nós estamos aqui para apoiar, na verdade, o projeto do Senador Paim, dizer que a finalidade nossa é defender a Previdência Social e os servidores públicos. Como foi retirado daqui, eu tinha preparado um material naturalmente para defender aqui os servidores públicos, mas gostaria de parabenizar a todos os aposentados pela luta. Estivemos agora recentemente lá em Goiás, em Caldas Novas com eles, eles fizeram um brilhante trabalho lá com mais de 1000 pessoas e tem lutado incessantemente aqui.

Temos no Senador Paim um defensor muito ativo para nós. Acho que deveríamos até fazer um busto futuramente para ele, porque é um dos Senadores mais ativos em defesa do aposentado. E quero deixar os números aqui para os meus colegas, especialmente para o Gabas, que eu acho que ele tem muito para explicar mais do que eu.

Eu estou aqui para defender o segurado e, o Gabas está para explicar por que as agências nossas são ruins, porque faltam funcionários. E, por que não devemos só reajustar o salário mínimo ou aqueles que ganham um pouquinho acima do salário-mínimo, não; deveremos é pagar o justo porque os aposentados assim merecem, porque pagaram para isso. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dr. Paulo, parabéns pela rapidez, pela síntese, objetividade, em poucas palavras eu acho que já disse tudo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Falou com o coração.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente e rapidez. Eu espero que essa audiência ajude a que tenhamos rapidez em resolver essa questão, que o Senador Paulo Paim vem encabeçando essa luta, todos nós somos solidários, o Senador Mário Couto, Senador Romeu Tuma, todos que aqui vieram e mais outros que

não estão; mas com que certeza, também, se ombreiam nessa luta que é muito nobre, é muito importante, inclusive já tive oportunidade de expor--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [ininteligível] No domingo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [ininteligível].

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Romeu Tuma, muito obrigada pela lembrança, mais uma vez e agradecer todos aqui. Agora, nós queremos passar a palavra para o Sr. Hermélio Soares Campos, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP.

SR. HERMÉLIO SOARES CAMPOS: Bom dia Sra. Presidente, Srs. Membros dessa Mesa e àqueles que estão aqui para falar em benefício dos aposentados e, àqueles que estão defendendo aqui, aquilo que seria a receita para pagar um direito líquido e certo, porque aquilo é que fizemos.

Eu sou a prova fiel daqueles que durante anos a fio trabalharam e trabalharam muito. Eu paguei durante 38 anos a Previdência, para depois me aposentar e só não me aposentei antes exatamente, pela preocupação de não ter condições de dar à minha família aquilo que eu dava enquanto estava trabalhando.

E dito e certo, porque a Constituição de 88, a Constituição Cidadã, previu tudo isso principalmente na área social e da assistência previdenciária. Mas apenas dois anos consecutivos, ela conseguiu manter aquilo que ela estabelece que é o direito de receber sem irredutibilidade. Foi quando do ato das Disposições Constitucionais Transitórias - que o Art. 58 determinava que durou durante dois anos - a partir daí, o nosso inferno zodiacal começou.

Dizemos inferno zodiacal, por que é exatamente aí que nós estamos embutidos. Por quê? Porque a partir desse momento nós... Eu, por exemplo, paguei durante um período grande por 20 salários, depois 15, depois caí naquela situação de pagar por 10 salários e acabei me aposentando com 9 salários, hoje estou ganhando quatro salários mínimos, estou perdendo dois mil reais por mês, que isso cada treze meses o senhor imagina o que é.

Não se pode manter uma casa que cai o telhado, que vaza... Coisa que tem coisa para fazer. Não se pode consertar um carro que compramos com o maior sacrifício e que já temos 12, 13, 14 anos que estamos com ele. E não se pode mais, nem comprar isso que somos obrigados a ter que são os nossos remédios para nos mantermos em situação de vida.

[palmas]

SR. HERMÉLIO SOARES CAMPOS: Agora, não podemos nem pensar em falar em termos condições de ter uma vida melhor como a gente fazia quando estava trabalhando, que na semana e nos feriados a gente ia com a família para uma praia, outra hora para um lugar bucólico viver com os filhos lá. Eu que tive... Nós tivemos em casa sete filhos e lutamos com sacrifício para que eles todos chegassem ao ponto que hoje estão, estão sofrendo as mesmas conseqüências que nós estamos sofrendo.

Mas Srs. e Sras., além disso tudo o que ocorre conosco aposentados e pensionistas brasileiros do regime geral da Previdência Social, é que eles só pensam naquilo que se chama "o cifrão", não pensam naquilo que é a garantia de sobrevivência digna de um povo que trabalhou a vida toda e que construiu esse País. Tem viúvas pensionistas que ganham 60% de uma aposentadoria mínima que o companheiro deixou, outras ganham 80% e outras ganham 100%, também de uma aposentadoria de um salário-mínimo que não representa nada, porque nem o salário-mínimo elas não estão recebendo mais.

Então, isso é uma coisa que a gente fica absolutamente preocupado. Eu tenho 85 anos e estou na luta até hoje por que enquanto eu não conseguir ver a Justiça sendo feita, voltar a ser aquilo que nós pagamos para ter direito eu vou continuar. Morro nas entidades de luta onde nós estamos trabalhando, mas não saio enquanto vida tiver para ver a vitória de termos--

[palmas]

SR. HERMÉLIO SOARES CAMPOS: O direito de receber pelo que pagamos. Nós não temos condições de pagar um plano de saúde, temos que agüentar filas de SUS, essas filas de SUS que a pessoa morre antes do exame ser feito. E além de tudo, o desrespeito aos idosos apesar de um estatuto maravilhoso que foi feito com tanto sacrifico pelos senhores aqui, e que nós deveríamos ter esse estatuto respeitado e não tem.

A própria família de muitos companheiros aí o desrespeito acontece e a acontece nas ruas, acontece nas casas, nos bancos em tudo quanto é lugar, principalmente nos bancos onde ficamos horas e horas para receber um benefício, às vezes, até na chuva sem um sanitário próprio, sem nada e sem respeito principalmente.

Nós estamos cientes de que os senhores observarão e farão Justiça nesse momento em que nós sabemos que a Previdência não é deficitária; nós sabemos que a Previdência ela está no seu melhor momento, agora, nós não temos culpa dos desvios daquilo que se chama REFIS.

Ainda, agora, o Supremo Tribunal Federal o que fez conosco gente! Ele acaba de dizer que é apropriação indébita não é mais crime, isso é um absurdo! Enquanto fala que a Previdência está quebrada, eles fazem... Toda hora eles dão àqueles que não pagam a Previdência eles dão ainda

mais tempo e, agora, reduziram o tempo com cinco anos a dívida se extingue.

Ora, isso é absurdo nós não podemos concordar com uma coisa dessas, porque nós sabemos que a Previdência suporta tudo isso, desde que não haja os desvios, desde que não haja as renúncias fiscais e, desde que também os REFIS não sejam aviltantes como estão sendo agora.

Além do mais, nós sabemos que todos os governos construíram os seus mandatos com dinheiro de Previdência com a dívida histórica, essa dívida histórica está em mais de trilhões de reais, entretanto, se ela estivesse na Previdência hoje a Previdência seria segura; teria condições para o resto de sua existência de pagar tudo o que ela precisa pagar através principalmente dos débitos que os governos devem e que não pagam. Muito obrigado e desculpe.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Sr. Hermélio.

SR. HERMÉLIO SOARES CAMPOS: Hermélio Soares Campos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Hérmélio Soares Campos. Ouvindo o senhor falar eu lembro que eu já disse em plenário, que essa questão eu acho que cada um de nós tem conhecimento mais de perto. Eu tenho um pai com 84 anos que sofre essa mesma situação e que a gente vê que se não fossem hoje os filhos, que ele também lutou tanto como mestre de obras para que a gente fosse formado e tivesse condição, hoje ele estaria, realmente, numa situação muito grave.

Nós é que temos que chegar perto, porque o que recebe do que se aposentou hoje é uma distância muito grande.

SR. HERMÉLIO SOARES CAMPOS: [Manifestação fora do microfone] Temos aposentados que recebem os filhos, que estão desempregados que levam netos e tem que dividir o indivisível com eles.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Porque na realidade isso retorna tudo para a sociedade, movimenta a economia é uma forma social também de distribuição de renda. Acho que isso é uma questão... Mas nós estamos aqui exatamente para ouvir a todos, debater e termos a melhor orientação da luta que o Senador Paim encabeça, mas que todos nós somos partícipes e queremos chegar a denominador comum e que seja bom para o aposentado.

Passamos agora a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Gabas, Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social [soa a campainha], aqui também representando o Ministério do Planejamento.

SR. CARLOS EDUARDO GABAS: Muito bom dia a todos e a todas. Eu quero cumprimentar a Senadora Rosalba, Vice-Presidente da Comissão

de Assuntos sociais, na pessoa de quem cumprimento todos os nossos amigos Senadores, figuras importantes na República.

Eu quero cumprimentar os aposentados, meus amigos aposentados na pessoa do Varley, recém eleito Presidente da COBAP, onde eu tive o prazer também de comparecer na sua posse. Eu quero parabenizar os aposentados que se reuniram em Caldas Novas e fizeram um trabalho, além de um trabalho brilhante, uma disputa pela Presidência da COBAP, civilizada, em alto nível.

O meu amigo Robson estava apresentando única chapa, também, parabéns Robson pela maneira como vocês fizeram a discussão lá em Caldas Novas. E parabéns pelo Presidente que vocês elegeram que é uma pessoa comprometida com as causas dos aposentados, com as lutas dos aposentados, pessoa que eu conheço há muito tempo, já que vim também no Movimento Sindical militei junto com o Varley e sei do seu comprometimento do seu compromisso com a categoria dos aposentados.

Eu gostaria de tecer alguns comentários... Eu não vou falar de números porque eu tenho aqui, eu vou falar de um número só para esclarecer talvez o nosso amigo Senador Romeu Tuma e o Senador Paulo Paim, meu companheiro, mas os números foram colocados. Eu vou falar um pouco de conceitos do que nós estamos discutindo, de quais os conceitos que nós estamos discutindo.

Primeiro o conceito de Seguridade Social, o Rodrigo tem razão. O meu amigo companheiro Rodrigo tem razão, se eu colocar um painel explicando as fontes da Seguridade Social e aí, não se pode confundir a Seguridade Social com Previdência Social, porque a Seguridade está acima da Previdência. A previdência é um dos pilares da Seguridade, que é formada por Previdência Saúde e Assistência.

Então se eu pegar o orçamento da Seguridade obviamente ele é maior que o da Previdência sobra mesmo dinheiro, agora, a Previdência Social ao longo de muitos anos e o Paulo lembrou isso, ela tinha um viés muito privatista as pessoas queriam muitos... Eu era do Movimento Sindical na época e quero aqui dizer que a Previdência só não foi privatizada nos moldes da Argentina e do Chile, porque os aposentados que aqui estão e os sindicalistas na época se opuseram a essa privatização.

E para vocês terem uma idéia o Chile e a Argentina reconheceram que o modelo que eles implantaram que seguiram o consenso de Washington, que seguiram a cartilha do FMI esse modelo faliu. Eles agora estão retomando o modelo solidário, o modelo de repartição, o modelo em que quem hoje paga custeia a aposentadoria de quem já trabalhou, já contribuiu para a construção da riqueza do País, então, é esse modelo que nós defendemos.

E, desde 2003 quando o Presidente Lula assumiu a Presidência do Brasil nós temos lutado para melhorar em vários aspectos a vida dos

aposentados, o atendimento nas agências, nós realizamos concurso depois de 18 anos. Uma entidade como a Previdência Social, ficar 18 anos sem fazer um concurso público, sem abrir uma agência, sem reformar as agências existentes!

Nós estamos agora com um projeto para ser discutido nessa Casa de ampliação das agências em mais 715 postos, porque precisa pelo atendimento... A nossa meta é colocar uma agência em municípios acima de 20 mil habitantes, todos os municípios que tem mais de 20 mil habitantes terão uma Agência da Previdência Social.

Estamos fazendo um planejamento que vai de 2008 a 2015, com meta clara: até 2011 nós queremos esses postos instalados para atender os aposentados. Mas não vamos falar de estrutura, vamos voltar para os conceitos de Previdência, Saúde e Assistência dentro da Seguridade Social.

Eu posso provar para vocês e nós provamos ao Presidente Lula e o Presidente Lula, imediatamente assumiu, assimilou o discurso de que a Previdência não tem déficit. A Previdência deficitária, a Previdência no passado era o motivo de quebradeira no País: "Olha, não pode reajustar... - inclusive o salário-mínimo - não pode reajustar o salário-mínimo porque a Previdência quebra e, se a Previdência quebrar o País quebra".

E o Presidente Lula discutindo aqui com esta Casa com o Congresso Nacional, o Senado e com a Câmara esta Casa, as duas Casas, o Congresso Nacional, aprovou uma política de recuperação do salário-mínimo e a Previdência não quebrou. Pelo contrário, quando nós começamos a colocar mais recursos na economia às contas da Previdência melhoraram. Lógico, se você tem mais economia, uma economia pujante uma economia que gera emprego, que gera contribuição, a Previdência melhora. Tudo isso vinculado ao crescimento do País.

Então, o crescimento do País é o fator preponderante para que as contas da Previdência fiquem equilibradas. Hoje após a separação das contas é uma outra coisa que eu quero falar, as Administrações anteriores debitavam na conta da Previdência, despesas que não são da Previdência. Eu vou falar de algumas delas, as renúncias das filantrópicas.

Eu conceitualmente e pessoalmente sou favorável às filantrópicas. Eu acho que o Governo por si só, não tem condições de atender a todas as demandas da população, por isso nós temos que usar. É constitucional isso, nós temos que utilizar dos serviços das entidades filantrópicas, mas a Previdência Social não pode pagar a conta dessas renúncias, essas renúncias têm que ser custeadas pelo tesouro e nós estamos colocando isso na contabilidade, na nova contabilidade da Previdência Social.

O SIMPLES Nacional e, agora, o micro empresário individual, são políticas importantíssimas para formalização dos pequenos empresários, para inserção destes pequenos empresários na proteção previdenciária,

mas essa conta a Previdência não pode pagar sozinha é uma conta da sociedade brasileira e outras contas.

As contas das exportações de produtos rurais, da isenção de contribuição previdenciária sobre as exportações, a Previdência não pode pagar essa conta sozinha, porque as pessoas que trabalham nessas empresas elas aposentam. As pessoas que trabalham nos hospitais filantrópicos, nas universidades filantrópicas elas se aposentam e a Previdência não pode pagar essa conta.

Por isso, nessa nova contabilidade nós já apresentamos ao Presidente Lula a Previdência Pública urbana, caminha para o azul em pouco espaço de tempo. Em alguns meses deste ano já operou no azul, e é isso que nós queremos mostrar para a sociedade com total transparência, não tem por que esconder isso.

Para este Governo, a Previdência não é fator de quebradeira do País, pelo contrário, a Previdência tem incluído pessoas e tirado pessoas da situação abaixo da linha da pobreza, situação de miséria. A Previdência Social é a maior política de redistribuição de renda do País, ela foi construída e tem que cumprir um papel de justiça social.

Então, o que nós temos que discutir é como é que nós estabelecemos essas regras. O Governo Federal, o Executivo Federal, está disposto, está sempre aberto à discussão que esta Casa apresenta; que o Senado apresenta; que a Câmara apresenta. Estive já em várias discussões com o meu companheiro Senador Paulo Paim e estamos abertos a fazer as discussões.

Hoje, às 14h00, o Ministro José Pimentel estará com o Presidente do Congresso Nacional, e os Senadores, a Bancada e, vão discutir quais as alternativas que nós temos, para que o poder de compra do aposentado seja recuperado e é sobre isso que nós precisamos focar.

[palmas]

SR. CARLOS EDUARDO GABAS: Nós temos plena convicção, de que é preciso recompor esse poder de compra, já houve a recomposição do salário-mínimo e os que ganham acima do salário-mínimo precisam dessa recomposição. Agora, a nossa preocupação é sobre qual fundamentação nós vamos fazer isso? Porque se eu trouxer aqui, e o Senador Romeu Tuma fez uma pergunta: Ora, mas se aposentava lá atrás com um número de salários mínimos... A Constituição de 88, em um dos seus artigos trouxe essa obrigatoriedade, Art. 58 do ADCT. E disse o seguinte: "Até a criação da Lei de Custeio e Benefícios da Previdência guarda-se essa proporção, depois essa proporção não existe mais".

De lá para cá nós não falamos mais em número de salário-mínimo, nem para pagar e nem para cobrar. Não há mais a cobrança: "Ah, eu recolho sobre dez salários mínimos". Não existe mais isso. A cobrança é feita sobre um [soa a campainha]. Posso continuar Senadora? Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu vou lhe dar mais cinco minutos.

SR. CARLOS EDUARDO GABAS: A cobrança é feita em cima do que o segurado percebe de renda e nós conseguimos para equilibrar a Previdência, incluir milhões, 10 milhões de trabalhadores na proteção previdenciária, ou seja, eles contribuem. Agora, o que nos preocupa é essa discussão do modelo, porque nós ficamos resistindo anos e anos contra a privatização da Previdência. E quando eu falo privatização não é venda, não é leilão da Previdência é fazer o que se fez nos outros regimes, que estão aqui próximos da gente na América Latina: é rebaixar o teto de um tanto que obriga o cidadão a correr para a iniciativa privada.

Em 2003, quando o Presidente Lula fez a proposta de reforma do sistema publico que eu defendi, que era para reduzir um pouco as diferenças dos servidores públicos com os servidores da iniciativa privada; eu como servidor público defendi as mudanças, acho que foi importante a gente fazer uma discussão sobre a Previdência, sobre o custeio da Previdência Pública.

Naquele momento nós investimos 17 bilhões de reais para pagar quase 20 milhões de aposentados pensionistas e investimos 38 bilhões de reais para pagar 942 mil servidores. Então, era uma discrepância muito grande. A sociedade estava pagando uma conta que ela precisa saber se ela quer pagar e é essa a discussão que nós vamos fazer.

O modelo que nós vamos discutir que certamente sairá desta Casa é o modelo que tem que sobreviver ele tem que perdurar, porque nós podemos ressuscitar uma discussão que eu fui veementemente contra, o Presidente Lula nos orientou dessa forma, que era a desvinculação do piso previdenciário do salário-mínimo. Essa discussão vocês sabem que veio, veio forte já várias vezes e nós achamos que é um erro desvincular.

Então nós temos que tomar o cuidado de conforme nós caminharmos ressuscitar discussões que venham no sentido de desvincular salário mínimo de piso previdenciário é incorreto isso. Agora, que se precisa discutir uma política de recuperação das perdas isso é admissível, isso é possível que a gente discuta.

Agora, a forma como vai fazer nós temos que fazer com que ela tenha sustentabilidade no futuro, porque corremos o risco de discutir uma forma agora ela é aprovada e o poder se alterna - graças a Deus ele se alterna, tem se alternado. Num futuro que nós não sabemos quando, aquelas mesmas mentes que pensaram em desvincular piso, em privatizar a Previdência, em deixar os aposentados à margem do crescimento do País, isso é fato; essas pessoas podem voltar e dizer o seguinte: "Nós temos que fazer uma reforma radical, agora, porque o País não sustenta esse modelo de Previdência".

O Brasil é modelo de Previdência para o mundo. Não é só para América Latina é para o mundo, o nosso modelo está sendo copiado em

vários países do mundo. Nós recebemos aqui delegações e delegações, recentemente o México veio aprender como é que se faz proteção previdenciária rural, porque lá não tem é zero, o trabalhador rural lá não tem nenhuma proteção. Então, nós temos que manter e ampliar a nossa proteção previdenciária aos aposentados e aos que vão se aposentar e esse regime precisa ter sustentabilidade.

Alguns números foram colocados aqui e eu pedi para distribuir para os Srs. Senadores e para quem mais quiser ter acesso, porque são públicos, se vocês quiserem depois discutir esses números nós estamos à disposição, agora, é preciso fazer uma discussão que nos leve a um modelo que seja sustentável. Nós não podemos chegar em 2020, 2015, com comprometimento do PIB maior do que a suportável pela Previdência Social.

É preciso ampliar os benefícios, é preciso estabelecer uma política de recuperação, mas é preciso apontar as fontes. Porque existem discussões dentro da Seguridade que são inegáveis, por exemplo, o benefício da LOAS. Ele tem uma regra que constantemente o Ministério de Desenvolvimento Social busca a Previdência para rediscutir, que é a limitação da renda per capita para acesso ao benefício, hoje é um quarto do salário-mínimo.

Eu tenho convicção de que uma pessoa não vive com um quarto do salário-mínimo, isso é precisa rediscutir e vai ser rediscutido nesta Casa. Então, isso sai do orçamento da Seguridade. A ampliação dos Programas de Saúde é preciso que seja feito também e, o Ministro Temporão insistentemente pede recurso, sai da Seguridade.

Então não, não pode haver uma competição [soa a campainha] é preciso olhar para todo o conceito de Seguridade Social as três políticas e, esse orçamento tem que dar conta de prover recursos para que os três orçamentos, as três políticas sejam aplicadas, ampliadas e benéficas para o conjunto da população.

Então nós temos desafios pela frente, esses desafios estão claramente colocados pelo Presidente Lula e para nós da Previdência, pelo Ministro José Pimentel, que tem um conhecimento profundo de Previdência, tem uma vivência sobre providência e é uma pessoa altamente equilibrada; tem compromisso, tem raízes na sociedade organizada, tem raízes junto aos trabalhadores e tem sensibilidade.

Os desafios colocados, primeiro, ampliação da cobertura previdenciária. Nós temos um número de informais muito grande ainda, quase 40 milhões de trabalhadores não tem nada de Previdência, nós precisamos trazer esses trabalhadores para a proteção previdenciária. Nós precisamos melhorar a qualidade da arrecadação tem muita sonegação, muito desvio ainda e mais que isso, a qualidade da recuperação fiscal.

O que é a recuperação fiscal? Empresas que são devedoras e deve passar por essa Casa essa discussão, também, e precisam pagar suas

dívidas. Nós temos mais de um trilhão de reais, entre todas as receitas públicas que estão na prateleira, precisa trazer esse dinheiro para os cofres: como é que nós vamos fazer isso? Melhorando todos esses conceitos, todas essas formas de financiamento, certamente, haverá dinheiro bastante para que a gente possa pagar dignamente os aposentados, para que a gente possa ter uma política de saúde, para que a gente possa ter uma política assistência social para quem não é contribuinte da Previdência.

E para que o Presidente Lula no exercício do seu Poder Executivo, o Senado Federal no exercício do seu poder de mandatário da sociedade, a Câmara Federal e os outros poderes da República, que a gente possa em conjunto, verdadeiramente, transformar fazer do Brasil um País de todos. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigado Dr. Gabas, agora, eu gostaria de passarmos a palavra aos Srs. Senadores que já estão inscritos. Eu pediria que usassem no máximo cinco minutos e que as perguntas pudessem ser respondidas após a fala dos Senadores, as perguntas que os Senadores irão fazer aos expositores para que sejam respondidas depois.

Eu passo a palavra ao Relator, Senador Expedito, V.Exa. terá cinco minutos.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Vou cumprir os cinco minutos, Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] Dez para ele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza, ele é o Relator, tem direito a dobrar.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu quero inicialmente cumprimentar a Presidente, Senadora Rosalba, cumprimentar os nossos demais Senadores desta Casa, cumprimentar os nossos convidados, os nossos aposentados que vieram de longe em romaria, para contribuir também com esta audiência que nós estamos fazendo.

Aliás, é uma audiência que não foi proposta por nós, deixar bem claro isso, que essa audiência foi proposta pelo Líder do Governo para que nós pudéssemos aqui discutir e debater um pouquinho mais sobre o projeto do Senador Paulo Paim; que a meu ver eu acho que não tem mais o que discutir nesse projeto, esse projeto está pronto para ser votado. Nós já temos a nossa idéia, a nossa tese, nós discutimos muito aqui, mas eu acho que nós estamos cada vez mais inovando.

Eu acho que esta Casa é a Casa do povo e nós temos que discutir, nós temos buscar as soluções juntos. Não ainda a gente querer também achar que nós vamos decidir daqui e o Governo que cumpra, está certo, eu acho que é importante que se busque esse entendimento, mas eu

gostaria antes de entrar no assunto eu gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim. Eu fiz isso quando estava pronto para ler o meu relatório, um verdadeiro representante aqui dos aposentados brasileiros, Senador Paulo Paim, tem defendido e muito.

[palmas]

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): O Senador Paulo Paim ele vai abrindo as trincheiras e aqueles que querem segui-lo vão ajudando nessa empreitada. Eu não poderia deixar de nesses seguidores de cumprimentar aqui o Senador Mário Couto que é praticamente tem sido um bravo, lutando quase todos os dias, usando a tribuna do Senado também em defesa dos aposentados brasileiros.

[palmas]

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Quase que todo dia eu escuto o Senador Mário Couto defendendo os aposentados brasileiros. Bem, eu vou voltar um pouquinho atrás, eu vou voltar no projeto ainda do Senador Paulo Paim. E, graças ao Senador Paulo Paim é que nós temos tendo a oportunidade de discutir este novo modelo, este novo projeto apresentado pelo Senador Rodolpho Tourinho já corrigidos os vícios de iniciativa na CCJ e, hoje nós estamos tendo a possibilidade de debater este projeto provocado pelo Senador Paulo Paim.

O Senador Delcídio Amaral ele foi o Relator na CAE e ele identificou alguns vícios de iniciativa, encaminhou então o projeto para a Comissão de Constituição e Justiça, onde tivemos o Senador Rodolpho Tourinho que corrigiu aquilo que o Senador Delcídio Amaral entendia e, nós também concordamos com ele, que era vício de iniciativa.

Na CCJ o Relator o Senador Rodolpho Tourinho ele fez com que a nova fórmula ela fique valendo a partir desta nova lei que nós vamos discutir e, com certeza estaremos aprovando; eliminando as possibilidades de dívidas de atrasados, mas para quem já está aposentado freia-se a continuidade do arrojo e perdas progressivas e para os novos aposentados impede-se o efeito da perda gradativa.

Retirou qualquer referência a reajuste de servidores públicos para eliminar a inconstitucionalidade apontada pelo Senador Delcidio Amaral e que vai tratar tão somente, então, do poder de compra dos aposentados do [soa a campainha] Regime Geral da Previdência - não é possível, já deu cinco minutos?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Relator tem direito a mais cinco.

[palmas]

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Retirou da proposta a vinculação do benefício ao número de salário-mínimo na data da sua concessão, o que é era também apontado pelo Senador Delcídio Amaral como inconstitucionalidade. Criou um parâmetro novo para atualização do

poder de compra dos benefícios que é dado, agora, o nome de índice de correção previdenciária o ICP.

Eu fico feliz de não discutirmos aqui sobre números, a minha preocupação quando dessa discussão aqui hoje, era que nós iamos encher aqui de técnicos e que ia encher a nossa cabeça aqui de números que nós íamos sair sem entender nada. E nós entendemos, assim como acho que o Carlos Eduardo, que gostei muito da tua fala, eu acho que a decisão é uma decisão política, nós temos que partir neste campo político.

Com esse novo formato cada aposentado - os antigos e os novos - na data da sua aposentadoria apresenta ter então um ICP individual, que será o fator a ser usado, cada cálculo dos reajustes para o resto da vida; ou seja, cada aposentado vai pegar o seu índice, vai multiplicar pelo menor valor do benefício pago pela Previdência.

O texto também ele não vincula ao salário-mínimo, exatamente vai de acordo com a sua fala e outra coisa, a implantação vai ser gradativa ano a ano em cinco anos. Esta é a nova proposta então do Senado Rodolpho Tourinho.

Eu não vou entrar nos cálculos, porque essa questão matemática aqui nós vamos passar aqui hoje a manhã inteira discutindo sobre essa questão dos cálculos. Eu não vou entrar nos cálculos, eu vou entrar só na questão - que já foi comentado aqui por vários... Principalmente pelos aposentados e também por vocês. O custo de vida de pessoa com mais de 60 anos ele é bem superior ao custo de vida hoje do resto da população brasileira.

Eu vi aqui a demonstração do nosso Presidente e a realidade brasileira ela demonstra que os aposentados e pensionistas, eles têm cumprido assim uma função social de maior importância, uma vez que a renda dos aposentados tem sido fundamental, principalmente para a paz social. Eu não tenho dúvida disso é o entendimento também dessa Comissão.

A paz social para a união das famílias, para o desenvolvimento dos municípios onde vivem no Brasil, o idoso com renda não vai para asilo. Graças a Deus, hoje o idoso tem um papel fundamental, porque ele cumpre o papel de garantir o sustento aos filhos, aos netos. Se nós analisarmos vários outros países, nós vamos ver uma situação diferente onde os idosos estão sendo encaminhados para os asilos. Graças a Deus aqui no Brasil nós temos uma função, onde o idoso cumpre um papel diferente.

A questão da atualização dos benefícios não pode ser tratada como um problema insolúvel, não pode ser tratada aqui, como eu já disse como números. Não vamos discutir sobre essa questão, vamos discutir sobre a questão da vontade política, da determinação. Vamos discutir aqui a questão dos conceitos, como disse aqui o Dr. Carlos Eduardo.

Eu não tenho dúvida que na hora que nós discutirmos aqui sobre a questão do conceito, nós vamos ter certeza que quem mais contribuiu para este País, inclusive para a nossa permanência, porque estamos aqui hoje foram os idosos que contribuíram para o desenvolvimento da Nação, do Estado.

[palmas]

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): E se nada for feito, eu não tenho dúvida disso, o Governo estará numa incômoda condição. Respeita estritamente os termos da lei, se você pegar a lei fria e discutir em cima da lei, pode certeza que nós não vamos achar os números, nós não vamos ter condições de fazer a recomposição.

Agora, se nós tivermos uma vontade política e como disse V.Exa., que o Ministro Pimentel e, eu não tenho dúvida que o Presidente Lula que veio da base, que tem sensibilidade, que tem as raízes com os trabalhadores brasileiros, eu não dúvida que nós vamos encontrar isso junto.

Eu acho o que projeto é bom, eu acho que o projeto [soa a campainha] está pronto para ser votado - eu vou concluir, Sra. Presidente - eu acho que o projeto pode ser aperfeiçoado? Pode assim como foi já, quando foi na CAE, com o Senador Delcídio, como foi agora com o Senador Rodolpho Tourinho e como estamos discutindo aqui agora.

Mas eu entendo que este é o momento de nós já decidirmos sobre essa questão da votação do projeto. O projeto está pronto há um compromisso dessa Comissão de votar no dia 05, não é isso, Senador Paim? Há um compromisso de votarmos já no dia 5. Há essa discussão hoje com o Presidente, Senador Garibaldi.

Então, eu acredito que ainda podemos discutir sobre algumas dúvidas deste projeto, na presença hoje do Ministro e, na presença também do Senador Garibaldi que representa o Congresso Nacional. É possível que no dia 05, na próxima quarta-feira, estaremos prontos aqui nessa Comissão [soa a campainha] para votarmos esse projeto.

Eu acho o que apoio o Dr. Carlos Eduardo praticamente declarou por várias vezes aqui na sua fala, eu fiquei muito feliz quando não discutimos aqui números. E vamos discutir sim, sobre a determinação política do Governo. E eu não tenho dúvida de uma pessoa que veio da base, uma pessoa que veio da classe operária, um operário que chegou a Presidente do Brasil; eu não tenho dúvida que o reconhecimento dele para com os nossos aposentados é o mesmo pensamento do Senador Paulo Paim, que inclusive é do mesmo Partido do Presidente Lula.

Por isso é que eu acredito que nós vamos, no dia 05, entregar o nosso relatório, ler o nosso relatório, ler o nosso parecer, será aprovado nessa Comissão e ainda vamos ter o Governo engajando também para que possamos ter toda a base... A oposição eu não tenho dúvida que vai

votar está aqui um dos líderes da minoria que é o Senador Mauro Couto, daqui a pouco vai fazer uso da palavra.

Eu não tenho dúvida que o Senador Paulo Paim que é da base aliada, assim como o Senador Expedito que é da base aliada. Nós vamos arregimentar todo mundo para que nós possamos ver esse projeto sendo votado aqui no Senado e, não acontecer o que está acontecendo com os projetos que nós estamos votando aqui no Senado e estão paralisados na Câmara dos Deputados.

Vamos fazer uma movimentação para que a Câmara dos Deputados também ouça esse apelo, ouça o apelo dos aposentados a voz rouca das ruas, como dizia sobre o Presidente Lula, para que nós possamos então estar minimizando os problemas dos aposentados brasileiros.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Parabéns, Senador Expedito, eu tenho certeza, que o trabalho que o senhor está realizando, realmente é um trabalho que merece de todos nós o respeito e o mérito.

Eu passo agora a palavra ao Senador Paulo Paim, que tem já cara de causa dos aposentados. Eu vou dizer isso por que eu sou Senadora agora--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cara e sangue.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora nesse novo mandato e, desde antes eu era Prefeita, estava sempre acompanhando o desenrolar do Congresso e o Senador Paulo Paim já era, vamos dizer assim, o padrinho das questões da boa causa, que essa é uma boa causa, uma justa causa dos aposentados. Então, foi um prazer muito grande a vida ter nos encaminhado para que pudéssemos estar juntos na defesa dessa questão.

Parabéns Senador Paulo Paim V.Exa. tem sido persistente... E eu tenho quando na infância havia um ditado lá, no Ceará onde eu estudava que sempre repetiam: "Insista, persista e não desista que o seu dia chegará". E se Deus quiser, dia 05 será o nosso dia.

[palmas]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Rosalba, muito obrigado pelas palavras, Dr. Rodrigo, Sr. Hermélio, Dr. Cleber, amigo e companheiro Sr. Carlos, chamam de Gabas, a gente vê ali, Carlos, mas chama Gabas e o Dr. Paulo César, Sr. Paulo César.

Deixa eu falar aqui, eu espero que a Mesa... Como eu sou o único autor do requerimento agora da Audiência Pública, porque era eu o Romero, o Romero não está eu tenho cinco dele e mais os cinco meus, então eu tenho dez, já comecei bem com a Matemática.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu conheço, já estou conhecendo bem o senhor, já coloquei dez minutos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Audiência Pública... Mas deixa eu falar rapidamente. Eu vou tentar buscar um pouco da história nesses meus dez minutos, olha quando nós falávamos no salário-mínimo de cem dólares diziam que nós éramos oportunistas, demagogos e que ia quebrar o País. Felizmente provamos que não era verdade. O salário-mínimo hoje vale no mínimo 200 dólares e dobrou o poder de compra, eu nem quero entrar na questão somente dos dólares.

Quando nós aprovamos um projeto que deu 147% de reajuste para todos os aposentados e pensionistas, eles usaram os mesmos termos, resultado: Foi dado os 147, não quebrou coisíssima nenhuma e a Previdência continuou superavitária. Qual a minha indignação? E eu tenho que retratar aqui a minha indignação.

Eu penso num outro modelo de Previdência, eu não consigo pensar nesse daí. Como é que eu vou explicar que um Ministro do Supremo Tribunal se aposenta com 25 mil reais, não tem fator previdenciário, tem paridade e tem integralidade. E, o trabalhador que ganha mil reais quando vai se aposentar, pega o fator, se aposenta com 600 e, em seguida, porque ele não tem paridade nem com o salário-mínimo, ele passa a ganhar 415 é inexplicável, não tem como explicar. E isso vale para o Executivo e para o Legislativo, o princípio é o mesmo. Então eu sonho com uma Previdência universal, eu quero o direitos e deveres igual para todos.

[palmas]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só isso. É só isso que eu quero, mais nada que isso. Mais nada que isso.

[palmas]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu tenho que expressar aqui esse meu sentimento. Eu confesso que eu tive uma oportunidade, conversei com o Presidente Lula e ele pediu, naturalmente, que eu falasse com os Ministérios das áreas correspondentes.

Por isso Dr. Cleber quando o senhor falou ali num reajuste real de 22%, eu fiquei aqui meio inquieto e já meio que interpelei. Na tabela que eu tenho aqui não aparece esse aumento real 22%, se quiser a gente pode entrar no número detalhadamente, mas eu com aqui de 95 a 2008, mas eu vou pegar os últimos dez anos.

Últimos dez anos:

98, Salário-mínimo 8.33, aposentado 4.8;

99, Salário-mínimo 4.6, aposentado 4.6;

2000, 11.3 para o salário-mínimo, 5.81 para o aposentado;

2001, 19. 21 para o salário-mínimo, 7.6 para o aposentado;

2002, 11. 11 para o salário-mínimo, 9.20 para o aposentado;

2003, 20% para o salário-mínimo, 19.71 para o aposentado;

2004, 8. 33 para o salário-mínimo, 4. 53 para o aposentado;

2005, 15.38 para o salário, 6. 35 para o aposentado;

2006, 16.67 para o salário-mínimo, 5. 01;

2007, 8.57 para o salário-mínimo, 3. 3 para o aposentado;

2008, 9.21 para o salário, 5% para o aposentado.

Mesmo querendo voltar para trás a 95, porque que eu estava aqui dentro do Congresso Nacional, todas as leis eu aprovei e votei, e muitas delas eu participei do debate. Acontece que de 93 a 94, nós tínhamos já uma perda de 20%. Quando chegou em 95 houve 42.86 para o salário-mínimo e 42.6 para o aposentado, não quebrou a Previdência. 96, 12.6 para o salário-mínimo, 15% para o aposentado, não quebrou a Previdência.

Mas se você voltar para trás 93,94 descontar a perda que nós tínhamos lá atrás de 20%, você vai fazer todo o acumulado, sabe qual é a perda que tem, pegando de 95 até hoje? 94.5. Por isso que eu poderia perguntar para os senhores, isso aqui não é partidário, não é Governo Lula, eu estou pegando uma retrospectiva histórica. Eu fui a 95 e vim a 2008, demonstrando o seguinte: É inevitável, se nós não fizermos nada, e é nossa obrigação, isso é suprapartidária. Nós podemos fazer todas as projeções que logo, logo ali na frente todos os aposentados do Regime Geral da Previdência vão estar ganhando um salário-mínimo. Isso é inevitável.

Isso é inevitável, isso é Matemática, ninguém vai me provar uma Matemática diferente. E é justo que eu que paguei, sobre 6, sobre 7, sobre 8, não importa, porque eu pago depende o que eu ganhava. É justo que depois eu me aposente com um salário-mínimo? E aquele que pagou com salários altos, vai se aposentar com o salário integral? Eu estou dando um exemplo do Ministro do Supremo, mas eu posso pegar os Três Poderes, inclusive o meu do Legislativo, e eu estou aqui no Legislativo.

Eu já estou quase com 30 anos de casa, quando eu sair daqui eu vou chegar lá em Canoas, na minha querida Canoas - felizmente elegi um Prefeito depois de 30 anos - quando eu chegar lá em Canoas eu vou chegar com o salário de 16 mil para o resto da vida, agora, o pião que me trouxe para cá, que ganhava mil reais, ele vai estar com 600 "pilas". "Paim, nem os meus mil eu não tenho direito e você volta com 16?"

[palmas]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me desculpem, mas com que cara eu volto para casa? Eu quero voltar para casa um dia, eu quero

voltar. Isso aqui termina isso aqui é passageiro, eu termino aqui.. Um dia eu volto para casa. Eu vou ter que ver meu companheiro do lado da minha casa, da fábrica da Bassen(F), Madef e Coemsa, que fizeram uma história de luta e que deu agora a vitória para o nosso Partido. Como é que eu vou explicar para eles?

Gaba, você tem uma história e eu conheço a tua história também. Só o que eu estou querendo é discutir o modo dele Previdência. E claro que esse modelo ninguém aqui é irresponsável de só apontar: "paguem as perdas", não é isso. Nós queremos debate, nós queremos construir por isso apresentamos o fim de fator.

Por isso apresentamos a Emenda ao 42 e, por isso apresentamos a PEC 10, a PEC 10 que garante a idade mínima, nós queremos o debate da idade mínima. Não temos receio nenhum, que tem que enfrentar... Vamos discutir qual é a idade mínima. Qual é a tendência mundial? É o mundo todo discutir a idade mínima. E por que nós temos que esse famigerado fator que na alavancada do salário do aposentado reduz em 40%.

O que o queria dentro desses meus três minutos dizer é que eu tenho aqui, eu tenho dezenas de papel aqui.

[palmas]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria só dizer para vocês que é inaceitável... É inaceitável nós temos que fazer essa mudança. Isso e quero repetir não uma questão partidária, não é uma questão da oposição ou do Governo. Nós temos que sentar e discutir é justo ou não é justo? Eu acho uma enorme injustiça o que nós estamos fazendo, "nós" eu digo nós todos no longo dessas décadas, o que nós estamos fazendo com o aposentado. Tudo o que foi dito aqui em matéria da situação do aposentado nós temos que assinar em embaixo. Ninguém tem dúvida que os planos de saúde fazem você pagar, pagar, e depois eles aumentam o aposentado desiste do plano porque não pode pagar, tudo que ele pagou ele perdeu e vai ter que ir para o Sistema Único de Saúde.

Ninguém tem dúvida que a inflação para o aposentado é muito mais alta, mas é natural, é da vida. Eu hoje não preciso de alguém para me cuidar, mas quando eu chegar com 80, 90, cem anos eu vou precisar de alguém para me cuidar. E a vida é assim é um processo irreversível. É remédio, é alimentação balanceada, é a caminhada, é um exercício. E não pode aquele que construiu - e aqui o Sr. Hermélio foi muito feliz, eles construíram esse País.

Se hoje meu amigo Gabas, nós estamos nesse momento bonito da história com uma economia sobre controle, o mundo todo em estresse devido a questão econômica e nós de forma sólida dizendo: "Aqui no País é diferente". Mas alguém construiu isso, isso não é um passe de mágica, foram as gerações anteriores, foram tantos que já faleceram e tantos que estão aqui na expectativa.

Olha, eu viajei muito esse País na campanha das eleições municipais, como todos viajaram, o que éramos mais cobrados era isso. Eu dizia lá: "Esperem terminar as eleições, não vamos fazer desse debate um debate a favor desse ou daquele; depois os projetos estão lá e nós vamos aprofundar o debate da mudança da Previdência".

Enfim, o que eu quero pedir Gabas, eu vou falar hoje à tarde, é claro que eu vou à reunião do Presidente, a minha intenção não é criar constrangimento para ninguém, nós queremos achar saída. Nós criamos uma frente Parlamentar suprapartidária, então todos os Partidos não tem um Partido que não está nela aqui no Senado. Nós queremos somente fazer com o que aposentado tenha direito pelo menos, a receber um reajuste que recomponha o seu poder de compra é mais do que justo eu acho que está maduro isso.

Olha, ontem esteve aqui no Congresso um Técnico do IPEA, sabe o que ele disse? E me autorizou se fosse o caso até a citar do nome dele aqui, eu vou citar o Técnico do IPEA, Sr. João Sicsú, Diretor do IPEA ele disse o seguinte: "Nesse momento em que há tanto investimento para recuperar o sistema financeiro, por que a gente não investe também para alavancar a economia no salário-mínimo e no valor dos aposentados e pensionistas que estão tão defasados?" [soa a campainha].

Esse Diretor do IPEA aponta que o caminho não é só... Claro, que temos que debater o sistema financeiro, botar o dinheiro do banco e o banco não libera o dinheiro para os empréstimos que as empresas precisam. Quem sabe não é reativar o mercado interno, valorizando instrumentos outros pode ser Bolsa Família, salário-mínimo e também os benefícios dos aposentados que estão com uma defasagem aqui, como eu dizia, em torno de 95%.

Esse debate e a crise do momento, para mim não traz nenhum prejuízo, para que a gente construiu aquilo que eu chamo de uma Previdência universal, direitos iguais para todos da área pública e da área privada. Mas claro, sem o famigerado fator previdenciário que é uma invenção, infelizmente de mais ou menos 10 anos atrás que surgiu aqui no Brasil e nenhum País do mundo adota.

Eu não conheço um País do mundo que adote o fator previdenciário e nem grupo de pensão privado. O grupo de pensão privado que adotar o fator no outro dia o contribuinte sai. [soa a campainha]. Como é que eu vou ficar nesse tal de grupo de pensão privado, que adota o fator que confisca os meus 40% já na arrancada".

Mas em resumo. O que eu quero nesse momento é estabelecer, eu acho que toda a frente Parlamentar, que nós todos fazemos parte é um sistema de diálogo ao Governo, para nós construirmos uma Previdência justa, somente isso. Eu entendo o que momento é esse o País está preparado para esse momento, milhões de pessoas estão nesta expectativa.

Por isso nós queremos meu Relator, primeiro, eu quero para concluir, cumprimentar o Senador Rodolpho Tourinho que sem sombra de dúvida, construiu um substitutivo equilibrado mostrando qual é o caminho. E, cumprimentar o Senador Expedito Júnior que acatou na íntegra o substitutivo ora criado para nós estabelecemos esse debate.

Mas para mim nós tínhamos que votar todos esses projetos, a PEC 10 que trata da idade mínima. Veja bem, eu estou usando a palavra "idade mínima" e assumo toda a responsabilidade. Eu conversei com todas as centrais sindicais, com todas as confederações, eles aceitam o debate da idade mínima.

Eu meu reuni no meu gabinete com todos eles. Discuti o fim do fator e o reajuste dos aposentados, no mínimo, no mínimo, de um percentual que acompanhe o PIB, porque se o PIB está crescendo é porque alguém trabalhou alguém produziu; não há por que os aposentados e os pensionistas não terem direito, pelo menos a esse mesmo reajuste.

Isso é uma questão para mim somente de Justiça. Mas se não for o PIB, se tiver uma outra proposta que garanta ao aposentado e pensionista a recomposição do seu poder de compra, para que ele possa viver e envelhecer com dignidade, eu tenho certeza que a COBAP, enfim, o movimento sindical, social está aberto a esse debate.

Terminou o meu tempo eu não quero usar--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na realidade, nós já lhe demos mais cinco minutos, mas o senhor tem—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem dez, além dos dez.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não tem somente esse tempo, tem todo o tempo--

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Todo o tempo que for necessário, Senador, porque essa causa justa ele é de todos nós e o senhor interpreta muito bem--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu só concluir nesses minutos, então--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Os nossos pensamentos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu só concluir, depois eu sei que outros Senadores querem falar.

Ontem, ainda, nós estávamos preparados e eram 16 Parlamentares, Senadores, a começar um processo de obstrução aqui no Senado até que não votasse e não tivéssemos um diálogo para essa questão dos aposentados e pensionistas.

Entendemos a situação do Governo das duas MPs que são fundamentais devido a crise, nós tivemos um diálogo com o Presidente, Garibaldi e ajustamos que teríamos uma conversa hoje. Como disse o Pimentel, ele vai estar aqui, para nós entabularmos o processo de discussão e negociação para resolver a situação dos aposentados.

Eu acho que foi uma posição madura mais do que nunca dessa Casa, buscando alternativas, mas pode ter certeza Gabas, pode ter certeza do que eu vou dizer aqui agora: se nós não construirmos nenhuma saída, talvez eu vou te convidar para a vigia no Natal, aqui dentro do Senado da República.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A emoção do Senador Paulo Paim, é um sentimento da indignação com a injustiça. Se existe uma dor que dói é da injustiça, essa é uma dor tão profunda que muitas vezes a gente não consegue de forma nenhuma explicar.

Então, eu quero aqui dizer Senador Paulo Paim, que realmente nós estamos com o senhor, com toda a frente Parlamentar nesta luta e concordo [soa a campainha] chegou a hora não pode mais esperar.

Passo a agora a palavra ao Senador Romeu Tuma por cinco minutos. Depois o Senador Mário Couto, que também tem sido todos dois--

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Defensores.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente me permita?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois, não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ali na CCJ, está votando o FUNDEP é o Fundo de Investimento do Ensino Técnico Profissionalizante, eu sou autor do projeto. Eu tenho que ir ali defender eu volto para cá, eu pediria que se eu pudesse sair por cinto minuto e volto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Toda a permissão--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está autorizado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): V.Exa. tem.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Dr. Carlos Eduardo, se depender dos aposentados ele está eleito de novo.

[palmas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sra. Presidente Rosalba, Srs. convidados que aqui vieram expor esta aflição que alcança uma grande parte da sociedade brasileira que são os aposentados. Eu conversava com o Ministro Paim, que deveria ser também Ministro do Trabalho talvez, pelo que ele conhece e pelo que ele luta dentro da sua capacidade de ser um líder sindical como V.Exa., o nosso Gabas, ele que dentro da formação de líder sindical, conhece profundamente quais realmente as alterações que precisam ser feitas para recuperação salarial dos aposentados.

Eu vi aqui com muita emoção o depoimento do nosso Hermélio e, algumas coisas me causaram um pouco de surpresa, até por desconhecer a decisão do Supremo sobre apropriação indébita. Então eu tirei agora no computador os Arts. 168 a 170, que é apropriação indébita.

E o 168-A, ele é apropriação indébita da previdenciária, é específico o artigo referente a Previdência, que tem vários itens que responsabilizam àqueles que descontam o salário e não repassam. E só pode ser anistiado, em tese, não ser condenados, se durante o processo eles cumprirem a obrigação de pagamento e comunicarem que o fizeram.

Então se não pagarem, se guardarem esse dinheiro para uso e investimento ou para comprar uma brilhante casa da praia, ele tem que ser condenado, não há possibilidade dessa anistia que V.Sa.... Eu vou procurar saber qual foi a decisão do Tribunal... Pois não, desculpas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu ia até escrever um artigo sobre isso, a decisão é a seguinte, o artigo até que eu escrevi: "É Roubar a Previdência Agora Pode". Qual é a decisão? Se o cidadão, o empresário não utilizar o dinheiro para comprar, nesses casos barco, casa ou qualquer um--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Bem pessoal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bem pessoal não tem problema, ele também não vai preso e não também não precisa pagar a Previdência.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas, então, ele já tem uma isenção antecipada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já tem uma isenção antecipada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, não vai descontar mais ninguém. Aliás, desconta, e não paga. Isso é crime não dá para não ser crime.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Exatamente. Com o REFIS, o ladrão... O caloteiro já não vai preso. E, agora pior ainda, porque agora ele vai roubar e está protegido.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas aqui tem um artigo, que se ele deixar de pagar a prestação imediatamente o processo continua, porque já devia ter aberto um processo imediatamente após o

conhecimento dos membros da Previdência Social. Eu não estou discutindo o aspecto do Direito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, o senhor desculpe--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque nós estamos aqui buscando a solução para recuperação do salário do aposentado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso perfeito, perfeito.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Esse dinheiro vai fazer falta--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso.

— **SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Pelo menos a exposição que o senhor fez vai fazer falta, como disse também o representante da receita aqui. E agora nós--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se o senhor me permite. Porque nós estamos com um grande problema aí, é que agora nós não temos na Previdência quem cobre e nem quem fiscalize. Porque quem cobra foi para a AGU e quem fiscaliza foi para a Fazenda, então nós estamos *in off*.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Hoje eu recebi um manifesto dos funcionários da Previdência que estão sendo encostados, estão criando um outro cargo. Eu não vou discutir isso aqui, porque eu não li profundamente ainda o memorial que me mandaram. Eu não quero atrapalhar Presidente, mas são coisas que vão se somar e trazer dificuldades para todo mundo.

E quando se fala em salário, eu li aqui um trecho do relatório do Rodolpho Tourinho que aqui foi falado sobre o aspecto social e a solidariedade. V.Sa., falou em cifrão. O cifrão como é? É um S cortado por dois traços verticais. Se tirar os dois traços verticais, fica um 'S' de solidariedade.

Então o que pensa o Governo? Em arrecadar e não pagar para ter solidários àqueles que mais sofrem que são os aposentados. Eu sou aposentado, mas estou trabalhando, estou tendo o salário. Mas eu vou ao hospital, o INCOR toda semana e vejo emocionado àquelas filas para pegar dois ou três comprimidos.

E muita gente é abandonada num asilo, porque os filhos não têm como sustentar e o salário que eles recebem não dá para colaborar na formação do salário familiar. Então, esta cooperação é um assunto social importantíssimo, porque ela alcançar a dignidade da pessoa humana que nós não podemos relegar ao segundo plano.

[palmas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nós temos lutado... E esta aqui o nosso líder, eu até brinquei que ele quer fazer greve de banho. Mas se precisar faremos greve de fome, porque eles estão passando fome, os aposentados que não tem a dignidade salarial recebida. Isto é uma luta

profunda que o Paim tem trazido e nós estamos solidários com ele. [soa a campainha]

Então esta Audiência Pública Presidente, ela paz traz uma visão à sociedade em geral pela televisão e pelos que aqui se encontram, no sacrifício às vezes, sem dinheiro para a condução de chegar aqui e encontrar algum caminho para aqui chegar, porque o salário não deu para pagar a passagem que nós vamos lutar.

Lutar mesmo para vingar essa proposta, que ela é digna e respeitosa. E, tenho certeza que os membros do Governo que aqui se encontram, pelo que expuseram são sensíveis a esta busca, só encontrarmos a forma correta para que isto aconteça. Obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Romeu Tuma pelas suas palavras, a sua posição que tem sido presente em todas as discussões sobre essas questões do aposentado.

E queremos agora passar a palavra ao Senador Neuto do Couto, ou Senador Mário Couto, quem escreveu aqui foi? Você escreveu errado, viu?

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Para mim é uma honra ser o Neuto do Couto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mário, é que o Botelho aqui usou mesmo uma letra de médico, mas daquela de médico mesmo quando já está depois da 50ª consulta que ninguém entende nada.

Senador Mário Couto, desculpa Senador, realmente V.Exa. realmente é uma figura que tem marcado a sua luta. Chegando, às vezes, até alguém acha que o senhor está chegando aos extremos de propor a vigia, de propor a greve de fome. Mas eu acho que aqui tem momentos que realmente a indignação é tão grande, não se encontram caminhos e tem que chegar ao extremo para se conseguir a solução de algo que é tão justo.

Meu Deus do Céu! Como dói a gente ver isso, essa história que vem se repetindo a tantos anos, mas que com a sua garra, com a sua luta Senador Mário, eu tenho certeza que vem para nos fortalecer a não desistirmos.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente, antes mesmo de saudar a Mesa, eu gostaria de fazer um apelo a V.Exa.. Se V.Exa. pudesse me dar alguns minutos a mais dos cinco minutos, porque eu gostaria de fazer um relato desde quando os projetos começaram a ser questionados aqui no Senado, para que os nossos convidados possam ter uma visão de onde o nosso limite está chegando. Mas agradeço. Eu quero saudar a Mesa, quero dizer do prazer de poder receber todos os aposentados nesta manhã aqui nesta Comissão.

Primeiro, eu queria Sr. Hermélio, dizer a você: Olha a data... Olhe, Sr. Hermélio, olhe como a coisa já chega a um limite - a um limite. Carlos, eu saio daqui meio satisfeito viu, Carlos? Tomara que isso aconteça... Depois eu chego lá em você. Mas Hermélio vê, a data... Olhem Srs. convidados, olhem a data desse projeto do Senador Paulo Paim, quando ele foi proposto pelo Senador Paulo Paim Olhe, a data: 2003! 2003!

O 296 do Redutor, também é de 2003, Sr. Hermélio. Agora, de lá para cá, sabe quantos meses este projeto ficou na mão de um Senador para dar um parecer neste projeto? Nos dois projetos? Sabe quantos meses? Nove dentro uma gaveta, nove! Pelo amor de Deus! Presidente, Carlos, isso é uma questão de sensibilidade Carlos.

Eu não sou candidato em 2010, nem 2014, não sou. Eu estou falando com sensibilidade, o projeto não é meu, os projetos que estão aí são de um Senador da Base do Governo. E a própria Base do Governo engaveta nove meses um projeto, o que é isso, Carlos? Isso é falta de sensibilidade Carlos, ninguém me põe na cabeça outra coisa.

[palmas]

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): E o que é nós fizemos? Vamos fazer, então, uma pressão, a palavra é essa; a palavra é essa e vai ser sempre até resolver o problema, me chame de radical ou não, não me interessa. O que me interessa é resolver a situação dos aposentados desse querido Brasil, isso é que me interessa.

Então, vejam bem... Então vamos partir, agora, para dizer o Presidente: "Ó, se não votar no Senado esses projetos, nós vamos fazer greve; nós vamos fazer vigília; nós não vamos tomar banho para abraçar o Presidente Lula fedorento".

[palmas]

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): E aí, Carlos, os projetos vieram para pauta, foram votados os projetos. E vem uma baita de uma interrogação, Carlos, será? E eles sabem disso. Será que na Câmara dos Deputados esses projetos vão ser aprovados? Aqui no Senado foram e o 58 será a unanimidade.

A unanimidade, porque hoje nós temos uma Frente Parlamentar de Proteção dos Aposentados, que vai ao Ministro agora, dizer o seguinte ao Ministro: "Ministro, nós vamos relatar, mostrar, toda a situação dos aposentados que já foi bem mostrado aqui". Carlos, eu liguei a televisão outro dia, Carlos, e vi um aposentado ser seguido diariamente por um canal de televisão.

Este aposentado ele ia uma semana, um dia por semana na CEASA, colher as frutas que jogavam no chão, logicamente meio podre ou podre, para poder comer. Todo dia que ele chegava na casa dele, ele passava duas horas com a respiração problemática. Depois de 15 dias o aposentado morreu sem poder comprar o remédio para a doença dele.

Essa é a mostra dos aposentados desse País, Carlos! Não é outra. O aposentado hoje, Carlos em quatro anos são os números estatísticos que mostram isso, inquestionáveis.

Em quatro anos, nos últimos quatro anos, os aposentados perderam Presidente, 40% do seu salário, Presidente. O que quer dizer, que daqui a mais seis anos, eles vão receber só o papel. Não recebem mais nada, Presidente.

[palmas]

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): E, então, Presidente, quando nós questionamos as greves, apoiados por vários Senadores, inclusive logicamente da base governista, o Paim cansou de dizer que isso aqui não é questão partidária. É um Senador líder da minoria, do PSDB, apoiando um projeto de um Senador do PT. Por quê? Porque é digno de se respeitar.

Então veja, meu nobre Hermélio, veja só. Votaram os projetos, aprovaram os projetos a unanimidade, os projetos parte deles estão na Câmara e um está aqui ainda porque voltou. Voltou para ser votado, já deveria ter votado há muito tempo esse projeto que está aqui hoje.

Aí é o seguinte, lá na Câmara vai ser aprovado os projetos dos aposentados? Eu tenho profundas dúvidas, uma interrogação imensa, se quiserem que eu digo o que eu penso eu vou dizer, porque eu não tenho medo de ninguém. Não vai ser aprovado, não vai. Sabe por quê?

Porque eu fui lá com o Presidente, com o Presidente do Senado, eu fui lá, com o Presidente do Senado e, a primeira pergunta que o Presidente da Câmara me fez foi o seguinte: "Qual é o seu Partido?" Pelo amor de Deus! Me humilhou, me humilhou.

Eu estou ali questionando uma causa dos aposentados, que sofrem, mas que sofrem muito neste País, não precisa nem falar todos já falaram o quanto está sofrendo o aposentado deste País. Vá questionar a Previdência... Eu tinha cinco anos de idade a Previdência já era deficitária nunca ajeita isso! São os aposentados que criaram esse problema? Que culpa tem os aposentados?

Então, nós fizemos o seguinte e é bom que todos saibam. Nós fomos ontem ao Presidente, ontem era o dia "D", Carlos. Ontem viriam se tivesse um acordo os projetos de urgência da crise, os projetos não, as Medidas Provisórias para que a gente votasse, não iam ser votados. Não iam ser votados.

Eu posso garantir aos aposentados que hoje nós temos mais que a maioria dos Senadores em favor dos aposentados aqui no Senado, topando fazer qualquer tipo de coisa.

[palmas]

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Topando fazer qualquer tipo de coisa. Se convidar para a greve é greve; se convidar para greve de fome é greve de fome; se convidar para uma marcha em direção ao Planalto, é uma marcha em direção ao Planalto. Nós temos a maioria absoluta hoje aqui na Casa inclusive da oposição: Maioria absoluta!

Então, nós vamos fazer o seguinte... Ontem nós fomos ao Presidente, mostramos ao Presidente que nós íamos tomar decisões contundentes, que não era hora, que nós respeitávamos a crise desse País, que não era hora, mas nós queríamos uma palavra definitiva em função dos problemas dos aposentados, já! Já colocando uma proteção sabendo que os projetos de lá, se tem dúvida se vão ou não serem aprovados.

O que o Presidente, fez? Ligou ao Ministro e disse: "Ministro, a questão é esta, os Senadores estão aqui, os projetos de Medidas Provisórias - já vou terminar- as Medidas Provisórias não serão votadas, em primeiro plano. Em segundo: começa na terça-feira a vigília dos Senadores e quantos querem participar da vigília. Em terceiro: depois da vigília, nós vamos fazer uma marcha de Senadores em direção ao Planalto".

[palmas]

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Isso é bom para o País? Não é bom para o País. É isso que nós temos queremos? Não. Não! Mas estão empurrando a gente para isso. Então empurrando a gente nessa direção. E vão dizer depois: "Os Senadores estão atrapalhando Brasil, está aí a crise e eles não estão votando!". Pô, mas esqueçam o que já fizeram com os aposentados. Ninguém pode esquecer.

Nós chegamos ao limite. Ao limite, Carlos. Eu estou muito satisfeito em dizer [soa a campainha] que você vai sentar para estudar. Eu estou curioso para ver, vamos sentar, vamos estudar, não é isso que os Senadores querem, não é isso, nós não queremos isso.

Aliás, nós vamos ao Ministro hoje, para deixar claro à Nação – e eu vou fazer um pronunciamento hoje mesmo, na tribuna do Senado. Nós queremos deixar claro à nação de que nós temos consciência da crise, sabemos o momento em que o País passa, mas nós queremos resolver o problema dos aposentados.

[palmas]

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Nós não queremos ser radicais. Nós não queremos ser radicais, absolutamente, mas se os problemas dos aposentados não forem resolvidos, nós vamos ser radicais.

Então nós vamos mostrar hoje ao Ministro a nossa boa vontade de negociação [soa a campainha] e, quanto tempo já se passou para se ter essa oportunidade, nós vamos ter hoje às 14h00. Não adianta falar mais aqui - já vou terminar Presidente - da situação dos aposentados. Mas eu

te confesso amigo, eu te confesso: isso é uma questão de sensibilidade, está claro isso.

Senador Expedito Júnior é de um Partido, o Senador Paulo Paim é de um Partido, o Senador Romeu Tuma é de um Partido, Senador Mário Couto é de um Partido, Senador Cícero Lucena é de um Partido, Senador Botelho é de um Partido, isso é uma questão conjunta de todos os Senadores sensibilizados com a situação dos aposentados deste País.

Nunca prova Carlos, não adianta colocar, número, número, número que colocarem é inquestionável a situação dos aposentados deste País, ninguém consegue provar para ninguém que os aposentados não estão à míngua e na miséria nesse País, morrendo de fome!

[palmas]

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Ninguém consegue dizer ao contrário, ninguém, Senadora! Não adianta pôr número na minha cabeça, ninguém me convence, porque eu estou tendo vendo a prática; eu estou vendo o dia-a-dia; eu estou vendo a situação; eu estou vendo o aumento do plano de saúde e estou vendo o salário do aposentado reduzir. Agora, Senadora, ou a gente resolve ou vai ser no pau mesmo!

[palmas]

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, pela ordem só.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só para esclarecer, que o Presidente que o Senador se refere, é o Presidente da Casa, não é o Presidente da República, é o Presidente da Casa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Deixar claro, quando o Senador Mário Couto, ele faz referência [soa a campainha] Ao Relator que ficou engavetando o projeto por nove meses, eu quero deixar claro até para que não pairem dúvidas--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não foi o senhor--

[risos].

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Não, mas como o senhor não disse nomes... Eu recebi o projeto é julho, em agosto eu entreguei o meu relatório pronto, menos de um mês.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Parabéns, Senador Expedito Júnior, o senhor foi rápido.

Senador Mário Couto o senhor com toda essa força que demonstra nos estimula, cada vez mais, a não abrirmos mão desse momento.

Eu gostaria de passar a palavra agora ao Senador Cicero Lucena, representante da Paraíba, que seja muito bem vindo. Está retornando de uma licença de quatro meses e que volta logo, vamos dizer assim, com o pé direito aqui na defesa dos aposentados. Muito obrigada.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Senadora Rosalba.

Srs. e Sras. Senadoras, convidados e também os representantes aqui dos aposentados. Senadora eu vou fazer o apelo para que essa votação seja o mais rápido possível e, que ela seja aprovada também porque esse é o desejo da grande maioria dessa Casa, até para que a gente não tenha um outro aposentado que é o Senador Mário Couto, porque da forma que ele está defendendo esse projeto, ele vai terminar quebrando os dois braços dele de tanto bater nas mesas e na tribuna dessa Casa.

Mas eu pergunto Senadora, Srs. e Sras. aqui presente quem? Quem pode ser contra esse belíssimo projeto do Senador Paulo Paim? Quem? Quem não tem sensibilidade; quem não tem compromisso; quem não respeita o próximo; quem não se preocupa com aqueles que muitas vezes não tem o mínimo para a sobrevivência? Quem pode ser contra?

Essa é a grande incógnita que nos leva a refletir que um assunto tão importante, de uma dimensão tão grande como essa, passe tanto tempo a ser debatido, a ser manipulado, a ser discutido, algo que é que tão óbvio, que é estão justo que é tão necessário. E ai onde eu acho que a condução da radicalização que está tomando conta dessa Casa pela maioria dos Senadores, é por demais verdadeira, oportuna e necessária.

É importante Senador Paulo Paim , Senadores aqui presentes e outros que participaram e que defendem e que defenderão esta proposta, nós tirarmos um pouco essa discussão, dizer que nós estamos apenas defendendo os aposentados. Não. Nós estamos defendendo a Justiça desse País.

Nós estamos defendendo os trabalhadores, porque se essa regra se mantiver, o atual trabalhador que amanhã vai se aposentar também

estará sujeito a essa injustiça. Então, nós não estamos defendendo apenas os aposentados que aqui estão representados.

A solução proposta é de uma visão de futuro como deve ser a prática pública. É um compromisso de fazer Justiça, como é dever de cada um dos legisladores ou de cada um cidadão. É um basta. Nós temos que dar um basta a uma prática que, infelizmente, muitas vezes predomina no nosso País, é a condição de "que se eu estou bem pouco me preocupam aqueles que estão precisando ou necessitando", Senador Paulo Paim.

Daí nós termos o compromisso, o dever de fazer com que àqueles que eventualmente busque nas entre linhas da legislação dizer que é inconstitucional que não poderia atrelar ao salário-mínimo, mas que já foi resolvido no tempo, nos relatores e no relatório do atual, Senador Expedito Júnior, o que é nós estamos fazendo?

Pelo contrário. Nós estamos querendo fazer cumprir o Art.7º, do inciso IV, onde diz: "Que não pode se vincular os reajustes ao salário-mínimo". O que existe hoje é a vinculação, porque estamos transformando todos os aposentados em recebedores de salários mínimos.

Com o achatamento que está ocorrendo nós estamos atrelando todos a terem o salário-mínimo como a referência do seu salário. Então, nós estamos sim, cumprindo a legislação, nós estamos sim, tendo prática, procedimento e ação em favor da cidadania, do respeito àqueles que mais precisam.

Aqui já foi dito, está no relatório, os Senadores já ilustraram a questão do custo de vida do aposentado, do mais experiente, todos nós sabemos disso. Se você não ocupou o cargo público você sabe; se você é um cidadão que olha para o lado se preocupa com o próximo você também sabe; se você é próprio aposentado ou o familiar, mais ainda, porque sofre na pele. Daí eu me somar a responsabilidade, porque nós sabemos que estamos vivendo momentos de graves necessidades das grandes decisões.

Porque a crise que antes se dizia que não chegava aqui, que depois passou por marola e, hoje já vai em *tsunami* [soa a campainha], todos nós temos responsabilidade. Todos nós temos que estarmos juntos oposição, situação, cidadão, Governo, todos no sentido de que nós vamos votar as matérias necessárias para enfrentar essa situação.

Nós estamos com essa consciência. O Senador Mário Couto falou de uma forma muito clara, queremos debater, mas com isso não queremos esquecer os problemas que vivem àqueles que mais necessitam e que mais precisam. Se nós estamos tendo a capacidade da encontrar solução para salvar banqueiros, para salvar grandes construtoras, empresários que procederam de forma errada ou equivocada, não para fazer acusações leviana--

[palmas]

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Se nós temos competência, capacidade e temos orçamento e temos recursos para isso, como é que nós não temos capacidade... Ou será que falta vontade para alguns de encontrar solução de sobrevivência de quem tanto já contribuiu para nossa Nação? E aí Senadora, todo e qualquer procedimento prática, no sentido de radicalizarmos o encontro dessa solução, contará com o meu apoio; com a minha solidariedade. Com o meu trabalho e também com o meu reconhecimento ao Senador Paulo Paim e aos outros, que de forma positiva colaboraram para que esse projeto chegasse aonde chegou e que junto estaremos defendendo o povo brasileiro. Meu muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora ouvindo a todos os inscritos, nós vamos passar as considerações finais, pela mesma ordem de exposição.

Mas antes eu gostaria de agradecer a todos que aqui vieram, não somente os expositores, os Srs. Senadores que eu sei como é o dia-a-dia dessa Casa, talvez os que estão nos assistindo não entendam, mas são muitas Comissões e todas tratam de questões muito importantes. Muitas vezes o Senador como agora há poucos instantes o Senador Paulo Paim teve que sair, porque estava relatando uma questão importante na CCJ.

Outros aqui vieram e assinaram... O Senador Romeu Tuma, mas tenho certeza que se só existisse hoje esta Comissão e não tivéssemos a responsabilidade de estarmos presentes também em outras Comissões... A Agricultura está num debate importante. A de Assuntos Econômicas também, essa deve estar pegando fogo, porque a questão da crise, então são muitas questões que estão sendo tratadas ao mesmo tempo e precisam de quorum.

Mas se existisse só essa reunião, eu tenho certeza, que nós seríamos aqui senão todos, mas podemos dizer a grande, a grande maioria. Porque o que nós sentimos em cada Senador, independente de Partidos, é uma questão suprapartidária mesmo para esta Casa, é o sentimento de que nós temos a obrigação de dar essa resposta ao Brasil.

Nós aqui viemos com a expectativa dos nossos Estados e da nossa população, para corresponder à confiança que eles nos deram no voto. O voto que colocaram com o coração, que colocaram com o seu pensamento de ter alguém que aqui venha para defender às questões que são comuns a todos os brasileiros. E essa é uma questão de todos os brasileiros.

O Senador Paim, quando o senhor diz que quer voltar para o seu Estado. Quer voltar com aquele sentimento de dever cumprido, eu também quero e, sei que cada um dos Senadores aqui querem voltar de cabeça erguida, podendo olhar no olho, o cidadão do Rio Grande do Norte que é o meu Estado, como os senhores olham da Paraíba, do Pará de São Paulo, lá de Rondônia, também, olhar dizendo: "Você me colocou lá e eu a palavra Justiça Social, solidariedade, a questão de igualdade que é tão

comum ser encontradas nos discursos, nós lá nos juntamos, lutamos e conseguimos fazer".

Realmente, não é somente para os que estão aqui já de cabelos prateados que estão no outono da vida, que merecem o respeito maior, o reconhecimento maior que é fruto de uma caminhada de tantas dificuldades. Se vocês olharem para trás, quantos obstáculos vocês tiveram que superar? Quantos desafios, quantas lutas!

E agora que era hora de poder, vamos dizer assim, descansar pouco, eu não digo nem aproveitar, mas ter a tranqüilidade de ver o resultado de tanto que construíram é a hora da maior angústia, da maior dificuldade.

Quantos que começaram essa luta Senador e hoje já não estão aqui para se juntarem a todos nós; pessoas de 85 anos, como o Dr. Hermélio, que aqui falou, colocou que não vai desistir jamais, então, veja como a coisa... E os que estão trabalhando, os trabalhadores desse Brasil!

Então a questão é essa, nós temos, sim, e falo aqui como representante do meu Estado. Eu quero aqui inclusive cumprimentar Silberto Raimundo da Silva, que aqui representa a Federação do Rio Grande do Norte, é Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos na Área de Cultura e Planejamento--

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em seu nome a todos os nossos irmãos do Rio Grande do Norte. E, dizer que chegamos, realmente... Eu acho que está havendo um consenso sobre isso Senador Paim, sabemos que está havendo uma crise que tem conseqüências no nosso País.

Também nós não podemos simplesmente colocar vendas nos olhos e dizer que não estamos vendo, ela existe, está acontecendo, já reflete na economia em vários pontos, mas nós não podemos em função agora dessa crise, deixar que a crise dos aposentados continue, perdure de forma nenhuma. Eu acho que momento é de dar solução e só podemos dar solução, realmente, levando essas questões às esferas maiores. E, se for necessário como bem colocou aqui o Senador Mário Couto é de vigília, de obstrução de votações, tudo o que for necessário.

Esse é o sentimento que eu levo ao meu Partido e, tenho certeza que todos estamos juntos nessa luta--

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Parabenizar ao Senador Paim , parabenizar ao Senador Expedito que tem se dedicado também à causa, a todos que participaram desse projeto, contribuindo, mas eu quero que essa Casa receba... É uma forma de nós resgatarmos a credibilidade dos políticos, porque nós sabemos que a população hoje desacredita, não confia, por quê? Porque exatamente em

momentos como esse, onde a população clama por Justiça, que nós temos a missão, que nós recebemos do povo a delegação de aqui lutar por essa Justiça, que nós temos que dar respostas.

Então, eu acho o que povo está convocando é a voz rouca das ruas que diz através dos aposentados, dos seus filhos, das suas famílias, de seus amigos, todos, que dizem: Chegou a hora, está lançada, agora é a hora de dar decisão. Muito obrigada a todos que aqui vieram--

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Parabenizar a vocês aposentados que são exemplo de luta para todos nós. Porque eu vejo, vocês caminhando pelos corredores, aqui, nos Estados em busca de apoio, incansáveis, mostrando que estão determinados na luta--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora só--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Que tem garra e que isso faz mostrar a força do povo brasileiro. Muito obrigada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Cumprimentar V.Exa. pelas palavras, mas eu acho que os pronunciamentos dos Senadores, fora as explicações dos expositores, nós estamos botando um obstáculo intransponível, para continuar o extermínio dos aposentados pela inanição, pela fome e pela falta de direitos sociais--

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito bem, Senador. Agora, com a palavra para [interrupção no áudio] o Presidente da Associação Nacional dos Auditores fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP.

SR. RODRIGO COSTA PASSOS: Eu gostaria de agradecer o convite, a ANFIP já está há mais de 60 anos defendendo os aposentados, defendendo a Previdência Social. Vamos continuar fazendo e, como disse a Senadora Rosalba, esse projeto não significa gasto, significa investimento.

E não é só é investimento social não, é investimento no Brasil. Se você achata o salário, o vencimento de um aposentado, ele vai comprar menos carne, ele vai menos à padaria, ele vai menos à farmácia. Com isso você vai demitir o balconista da farmácia; vai demitir a pessoa da padaria; vai demitir a pessoa que trabalha no açougue. Vai diminuir a cobertura da Previdência Social, vai prejudicar a Previdência.

Com isso você diminui a pessoa que trabalha no campo, que cuida do gado; diminui a pessoa que planta o trigo; que planta o arroz, que planta o feijão; diminui o operário que trabalha na indústria farmacêutica. Então, olha a caos social que um achatamento de salário do aposentado causa. Não é só essa questão social é o investimento no País.

O aposentado contribui muito para o crescimento no País, para a cobertura previdenciária e para o desenvolvimento dos municípios, principalmente os municípios menores, que esse salário dos aposentados representa mais de 80% dos municípios; o salário do aposentado representa quase todo o gasto em compras em serviços para aquele município.

Então esse projeto, parabenizo, de antemão que eu sei que ele vai ser aprovado aqui dia 05, ele não significa um investimento social, ele significa um investimento no nosso Brasil. Obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu passo agora para o Dr. Cleber Ubiratan de Oliveira. Só complementando, o Dr. Rodrigo, eu lembro que foi instituída a aposentadoria rural - eu fui Prefeita três vezes - e a cidade que eu administrei tem 133 comunidades rurais.

Então, eu andava por todas elas e vi o quanto isso repercutiu, do que surgiu de mais vidas nas comunidades e nas cidades do Interior, principalmente as pequenas cidades. Então, o que senhor está colocando já mostra [soa a campainha] que quanto mais investirmos no aposentado - eu estou sendo penalizada por mim mesma... Quanto mais nós investirmos no aposentado mais é recurso que vai impulsionar o desenvolvimento do País.

Passamos a palavra ao Dr. Cleber.

SR. CLEBER UBIRATAN DE OLIVEIRA: Eu queria agradecer então pelo convite também formulado aqui ao Ministério da Fazenda, de estar podendo debater aqui no Senado esse importante projeto do Senador Paulo Paim.

Reconhecer que de fato a proposta de discussão dos temas previdenciários que tem sido conduzida pelo Senador, ela é bem ampla e de certo sentido, casa com um conjunto de preocupações que o Governo tem em relação à questão da sustentabilidade da Previdência.

Eu acho que esse é um aspecto fundamental com o projeto e as discussões aqui no Senado, eu acho que evoluíram bastante. Eu acho que desde o relato pelo Senador Mário Couto em relação ao processo como é que ele foi tratado na Casa, como é que evoluiu como é que se chegou a aprimoramentos em relação ao projeto; acho que é significativo de todo o processo Parlamentar e eu acho que o Executivo também sempre aberto às discussões nesse sentido.

Eu acho o que Gabas colocou muito bem também a preocupação nossa não, é uma discussão de modelo... Não é uma discussão de modelo, eu acho que é fundamental a gente ter em mente também toda uma série de preocupações, que eu acho que além de resolver o problema dos aposentados ou seja, de tratar de uma forma que inclua os aposentados;

que faça com que o poder de compra dos aposentados seja mantido, seja, melhorado. Isso também se coadune também com uma preocupação que nós temos no Governo, que eu acho que é também um bem público também que é efetivamente a estabilidade fiscal.

Eu acho que é esse é um desafio que nós temos pela frente de discutir, de seguir trabalhando nessas questões e inserir essa discussão também nesse contexto. Então eu acho que do ponto de vista do Ministério da Fazenda a preocupação sempre foi essa, de mostrar-se e eu acho que bastante sensível aos pontos que foram colocados aqui.

A realidade foi exposta de sua forma mais clara e, ao mesmo tempo também [soa a campainha] colocar as nossas preocupações em relação a temática, dentro do ponto de vista fiscal. Agradeço a todos, obrigado.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Dr. Cleber.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu queria permissão para--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Sr. Estava inscrito realmente, mas como foi finalizado e o senhor não estava aqui, mas eu acho que todos concordam que nós possamos dar a palavra ao Senador José Nery, que inclusive representa um Partido, é o seu líder, e é muito importante estar nessa luta com todos nós.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, Senadora Rosalba, Srs. Senadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Cinco minutos, Senador.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Ilustres convidados. Estive no início da nossa Audiência Pública, mas como aqui temos que responder a vários compromissos nas Comissões ao mesmo tempo, fui à Comissão de Agricultura para uma Audiência Pública e também na Comissão de Relações Exteriores. Sendo o único Parlamentar do PSOL, acabo aqui tendo que responder a várias tarefas o que de certa forma dificulta a participação como gostaria em todas as Comissões.

Mas queria manifestar a minha opinião a respeito do projeto, do PLS 51 de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, para dizer da mais absoluta necessidade e justeza da sua aprovação. A questão da atualização das aposentadorias e pensões restabelecendo o poder aquisitivo, levando em consideração os salários mínimos que eles representavam quando da sua concessão. Mesmo que não seja exatamente como é de Justiça e requer o projeto do Senador Paim, mas

Justiça deverá há que ser feita aos aposentados que tiveram seus salários e suas pensões, corroídas pela inflação, pela desvalorização, o que leva a indigência e ao sofrimento, milhares, milhões de aposentados nesse País.

Então, quando no atual momento dessa grave crise financeira internacional, e se pergunta: grave crise financeira internacional para quem? Para um sistema capitalista que se acostumou a lucrar fácil, nessa ciranda financeira do sistema bancário internacional, que virou não é? Que agora todos, inclusive, parte... O Governo sim, e parte da oposição, acha que tem que arranjar um meio... É só olhar a manchete do Jornal do Senado de hoje.

Acha que tem que arranjar um meio para salvar, na verdade, não são os interesses das economias dos países, dos povos, da nação, não. São os interesses daqueles que historicamente lucraram com a ciranda financeira. Então, se há urgência, e se muitos concordam com a urgência: "Ah, porque a crise agora tem que ter um... Arranjar uma solução". Mas não se verifica a crise, o sofrimento de milhões, de milhares não só dos aposentados, mas de milhões e milhares de excluídos desse País que padecem e que precisam das políticas públicas para ter uma vida digna.

Portanto, Sra. Presidente e Srs. Senadores, Sras.. Senadoras, ilustres convidados, se há busca de soluções para àqueles que só lucraram nesse período não é? Que sempre viveram à custa da ciranda, da exploração, do acúmulo de forma muitas vezes até criminosa.

Então, há que ter solução sim, para o problema dos aposentados como aqui demonstrado. Não se tem déficit na Previdência, o que se tem é a necessidade de recompor e fazer o Brasil se reencontrar com seus verdadeiros filhos, com os verdadeiros construtores desse País, [soa a campainha] que ofereceram a sua contribuição para construir esse País e hoje são tratados da forma que são tratados.

Então, atualizar o valor das aposentadorias é algo fundamental, inclusive essa questão, Reforma da Previdência em 2003, da forma como foi conduzida foi motivo de uma grave crise política interna aos Partidos dos Trabalhadores, onde a nossa hoje, Presidente Nacional, Senadora Heloísa Helena foi expulsa por votar contra uma reforma da Previdência, que de certa prejudicava direito adquirido especialmente dos servidores públicos.

Então, é hora sim, de encontrarmos a melhor solução, o acordo para votar esse projeto que tem um alcance um largo alcance social, portanto, companheiros e companheiras aposentadas, trabalhadores e trabalhadoras desse País. Nessa questão, não só contam com o nosso voto, mas com o nosso apoio decidido a esta causa.

Portanto, a nossa posição Sra.. Presidente é pela aprovação. Se não for tão qual como queremos Senador Paim , porém é preciso encontrar uma acordo e uma fórmula pela qual possamos fazer e garantir a

atualização das aposentadorias e dos pensionistas. Muito obrigado. É a nossa posição, é o nosso voto e o nosso apoio. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador, é muito bom saber que estamos também contando com o senhor e com o seu Partido nessa luta.

Passamos agora à palavra ao Sr. Paulo César Régis de Souza, Presidente da Associação Nacional dos Servidores, três minutos para suas considerações finais.

SR. PAULO CÉSAR RÉGIS DE SOUZA: Mas o que é? Primeiro, está me chamando de "o objetivo". Melhor ser rápido, não é? Bom, primeiro dizer que a nossa Mesa ficou muito mais bonita e mais elegante com a presença da Senadora. Segundo parabenizar, agradecer aqui o convite por ter participado desse grande debate.

Dizer que eu estou orgulhoso de estar aqui na frente e ver a emoção do Senador Paim e do Senador Romeu Tuma, quando falavam sobre os aposentados inclusive com lágrimas. Fiquei emocionado também de ver a luta de vocês.

Meus parabéns e parabéns a todo o Senado pelo trabalho que estão executando. Parabéns também ao Senador, por ser ter sido tão rápido, talvez tão rápido quanto eu na minha fala não é? E que o projeto saiu rápido, mas estão de parabéns principalmente os aposentados pela luta.

O nosso amigo Gabas aqui, que é meu colega previdenciário foi sensível, me parece, a todos os problemas aqui levantados e ele é o porta voz nosso aqui, junto ao Ministro José Pimentel, que eu tive oportunidade até de viajar com ele, agora, a Fortaleza e até conversamos um pouquinho sobre o projeto.

Então, estão de parabéns a todos, parabéns a Senadora também, ao nosso amigo Hermélio pelo excelente pronunciamento em favor dos aposentados. E dizer que está presente aqui também o MOSAP, que é Movimento de Aposentados e Pensionistas--

[palmas]

SR. PAULO CÉSAR RÉGIS DE SOUZA: Dos servidores públicos e apóia integralmente o projeto--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Doutor, o MOSAP cuida do meu imposto de renda há 20 anos.

SR. PAULO CÉSAR RÉGIS DE SOUZA: Está certo, mas é a emoção que eu vi do Senador Tuma já não primeira vez, porque eu fui assistir um debate dele também lá em São Paulo; quando ele falava das Professoras lá na época, ele também se emocionou a mesma coisa, da mesma forma eu.

Meus parabéns a todos. Muito obrigado e felicidades.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, como sempre o senhor é objetivo e rápido. [soa a campainha] Agora, vamos passar para o Sr. Hermélio Soares Campos, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP.

SR. HERMÉLIO SOARES CAMPOS: Inicialmente, eu gostaria de agradecer a ilustre Senadora, Presidente desta Comissão, Senadora Rosalba e aos Senadores que distinguiram com suas referências à minha pessoa e aos companheiros e companheiras aposentados que aqui estão.

Eu queria dizer rapidamente o seguinte, que a nossa preocupação vai mais longe ainda é de que de a gente sabendo que mesmo se pagando, está sujeito a ter uma aposentadoria que possa chegar ao salário-mínimo. Isso leva muitas pessoas a deixarem de entrar para a Previdência de pagar a Previdência, porque sabem que vai pagar e que vai ter uma aposentadoria de um salário-mínimo. Então, eles esperam até mais tarde e vai pagar isso com uma situação que vai dificultar cada vez mais a Previdência.

E também eu queria me referir ao seguinte, além de termos condições e sermos um dos instrumentos para que os municípios cresçam naqueles primeiros cinco dias de pagamento das aposentadorias, nós ainda acabamos esse ano passado de sermos os responsáveis pelo crescimento da economia e principalmente do PIB; quando se criou o empréstimo consignado e nós tínhamos necessidades prementes com as dificuldades de sobrevivência de fazer esse empréstimo, que chegou a mais de 42 bilhões só no primeiro ano, todo retirado dos nossos proventos, para que a gente tivesse condições de fazer uma reforma numa casa, de comprar, um remédio, fazer uma operação e outras coisas mais.

E, estamos encalacrados que jamais estamos conseguindo sair desses empréstimos, isso que é lamentável e muito obrigado a todos.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigado. Eu queria só aqui informar, que o projeto no dia 05 que vai ser apreciado no dia 05 é o Item nº 1.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passemos agora para o Dr. Carlos Eduardo Gabas. Esse nome é difícil de esquecer que meu filho mais novo o nome é Carlos Eduardo.

SR. CARLOS EDUARDO GABAS: Obrigado, Sra. Presidente.

Primeiro eu fico muito feliz de acompanhar essa discussão que já o fazia antes através da oportunidade que me deu o meu companheiro Paim, de fazer essa discussão aqui no Senado.

Ao longo da minha história, os meus amigos aposentados que me conhecem sabem - eu sou servidor da Previdência, desde o concurso de 1985. E tenho vivido todas essas mudanças que passaram a Previdência Social, sempre junto com os aposentados e com os trabalhadores na defesa de uma Previdência Social justa, pública, gratuita e que consiga cumprir com o seu papel social.

Fico contente que o Senador Mário Couto guardou meu nome, gravou o meu nome, viu Senador? Fico feliz, me achei importante, agora. Mas como um técnico também com uma vivência política, sindical, partidária, sei do que nós estamos falando. Sei da responsabilidade que esta Casa tem que as duas casas têm o Senado e a Câmara na discussão e na votação dos projetos.

Em todos os momentos tanto eu quanto os meus companheiros de Governo, porque fica aquela impressão de que o Ministro Guido Mantega ou o Secretário Nelson Machado são contra qualquer tipo de melhoria para os aposentados. Isso não é verdade, o Nelson Machado foi Ministro da Previdência, fez mudanças importantes para os aposentados. Nós antecipamos data-base, nós unificamos data-base, antecipamos pagamentos, tudo isso sobre o comando do Nelson Machado.

Sobre o comando do Luiz Marinho, que eu quero aqui mandar o meu abraço, Ele foi eleito Prefeito de São Bernardo do Campo com uma votação expressiva, conseguiu vencer as eleições e vai imprimir o seu ritmo de trabalho - que eu tive oportunidade e o prazer e a honra de conviver com ele - vai imprimir em São Bernardo do Campo e certamente fará uma excelente gestão.

Eu quero dizer que nós devemos, discutir, aprovar e acompanhar esse projeto que nós aprovamos. Porque no futuro, se nós não fizermos uma discussão e uma aprovação fundamentada, nós vamos ter que estar aqui de novo, gritando contra reformas que retirem direitos dos trabalhadores. Isso não admissível. Não é admissível lá na frente a gente querer rever as regras que nós mudamos agora para pior.

O Governo Presidente Lula, eu quero deixar bem claro, desde o seu início tem trabalhado para melhorar a vida dos aposentados. E o Presidente tem nos chamado a atenção para um aspecto importante que pouco se discute, as pessoas tem vivido mais, graças a Deus os nossos aposentados tem a possibilidade de ter uma vida mais longa, a nossa geração certamente e a dos trabalhadores atuais, terá uma vida também mais longa graças aos avanços da medicina, da biotecnologia, das pesquisas genéticas. Nós vamos viver mais.

Agora pouco se discute sobre políticas públicas para os aposentados e pensionistas; para as pessoas da terceira idade; pouco se discute sobre

lazer; sobre recreação; sobre saúde; sobre acessibilidade. Muitos aposentados não têm condições de entrar em alguns estabelecimentos porque não tem acessibilidade, porque já caminham mais devagar tem escadas íngremes, não tem elevadores.

Então, eu quero chamar a atenção de todos nós aqui, especialmente dos Senadores que têm as suas bases nos municípios, o Senador acabou de citar o meu amigo Jairo Jorge que estimulem políticas públicas para os aposentados; que estimulem acessibilidade; que estimulem entretenimento, porque o aposentado que cuida do espírito, que cuida da sua alma, vive mais vive melhor. O aposentado que tem o carinho da sociedade vive melhor. E cabe ao Poder Público prover essas condições.

Então nós temos sim, que discutir uma alternativa de recuperação das perdas, o Governo sempre colocou isso na pauta, nunca se furtou a fazer essa discussão. Há que se ter responsabilidade eu nem citei isso, Senador Paim, porque eu sei da responsabilidade que os Senadores e os Deputados têm, então, não é preciso dizer, não é preciso cobrar isso.

Mas eu sei que essa discussão será muito bem feita e nós devemos acompanhar essas votações acompanhar a implementação e no futuro, com a alternância do poder que se fará certamente, graças a Deus que é assim; nós possamos estar aqui defendendo melhorias maiores para os aposentados e não retrocesso, não reformas como foi feito no passado que retiram direitos.

Nós queremos ampliar os direitos, consolidar os direitos dos aposentados, trazer uma vida digna, trazer uma vida que as pessoas possam usufruir daquilo que construíram, essa é a nossa proposta. Para isso nós estamos à disposição para fazer discussões, os números foram colocados vocês têm acesso a eles.

A opção como eu disse é uma opção política, onde nós vamos investir os recursos de Previdência Social que são arrecadados e quais as fontes - como o Senador Romeu Tuma muito bem colocou - quais as fontes de custeio como nós vamos melhorar a arrecadação? Como nós vamos diminuir a sonegação? Como nós vamos diminuir a evasão fiscal? Para que tenhamos recursos para pagar os nossos aposentados e pensionistas. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente, Presidente, Presidente--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dr. Gaba, só uma coisa não esqueça que ele lhe deu a promissória para o senhor pagar.

[risos]

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente, só para dizer ao Dr. Carlos que eu gravei o vosso nome, por que V.Exa. , eu desse até na minha fala, que eu estava satisfeito com V.Exa.--.

SR. CARLOS EDUARDO GABAS: Obrigado, Senador.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Foi o primeiro homem do Governo que eu ouvi dizer assim: "Vamos discutir a perde dos aposentados". Se V.Sa. for hoje, agora, às 14h00, que eu acho que V.Exa. vai com o Ministro e nós, diga isso ao Ministro. Diga isso ao Ministro, só isso. Por isso é que eu gravei vosso nome, não vou esquecer mais porque eu vou lhe cobrar sempre.

[palmas]

SR. CARLOS EDUARDO GABAS: Obrigado, pela gentileza Senador e o Ministro é sensível a essa causa, certamente. Junto com vocês vamos construir uma alternativa.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Senadora Rosalba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos passar a palavra aqui ao--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Só para agradecer a presença--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ao nosso Relator.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Agradecer a presença de todo mundo, agradecer à presença dos nossos aposentados brasileiros. E reafirmar... Além de agradecer a V.Exa. que já incluiu, já estava incluído na pauta desde a reunião passada na última reunião nossa aqui, ficou definido Senador Paulo Paim que nós faremos a Audiência Pública no dia 29 e votaríamos no dia 05.

Então, eu quero cumprimentar a V.Exa. por já ter incluído como Item nº 1 da Pauta, que nós deveremos votar na próxima quarta-feira. Fazer aqui por intermédio do Sr. Hermélio, fazer aqui um convite a todos os aposentados brasileiros que venham novamente a esta Casa, acompanhe a votação da próxima quarta-feira, que com certeza, já deu para ter uma noção.

Já deu para vocês terem uma noção do entendimento que há já nesta Casa, entendimento de que praticamente aqui não tem Partido Político, aqui todo mundo defende o projeto quando é bom.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, com pedido e urgência em seguida a votação.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): O meu medo--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O projeto é terminativo na Casa.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): É já é terminativo na Casa. O meu medo não é aqui no Senado, o meu medo é na Câmara dos

Deputados. Lá o Governo passeia, lá o Governo tem a maioria absoluta, não é como aqui no Senado que é muito disputado.

E fica o meu receio de que o esse projeto possa não ter, eu não vou dizer a mesma velocidade, porque desde 2003 que ele está tramitando aqui, mas desde quando eu assumi como Relator, nós demos a ele a velocidade que os aposentados merecem, os aposentados brasileiros. Um grande abraço a todos vocês e que Deus nos ilumine.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Paulo Paim , o senhor que é o autor tem todo o direito.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só queria mais, só para agradecer a todos os painelistas, o Rodrigo, Sr. Hermélio, o Dr. Cleber, o Dr. Gabas, deixar o Carlos Eduardo fora, e o Sr. Paulo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Carlos Eduardo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só dizer que foi uma bela Audiência Pública, quando a gente propõe uma Audiência Pública com um debate como esse, alguns pensam que vai haver uma aquela batalha campal entre a situação e oposição, nada disso foi visto aqui, pelo contrário. O Dr. Cleber e o Dr. Gabas também ambos com muita tranqüilidade, com muita, eu diria solidariedade, vamos achar caminhos, isso é muito bom.

Eu queria cumprimentar, se me permite ainda, Senadora, minha Senadora Rosalba, todos aposentados que estão presentes. Eu sei que no dia 05 virão para cá em torno de 500 aposentados pelas informações que eu recebi, peço só que as salas laterais se possível, a gente possa reservar.

Só lembrar uma coisinha, o acordo foi feito para não pedirem vista ao dia 5, se pedir vista não adianta pedir vista, porque vai ser vista coletiva, a gente marca outra reunião os aposentados vêm tudo de novo e vota. Cada um vai ter que mostrar a sua cara no bom sentido. Então a melhor coisa é construir um acordo, se não votar vai ser lamentável, o acordo é não ter pedido de vista e votar o dia 05.

Então, eu queria aproveitar esse momento para mais uma vez, eu sei que eles estão cansados é natural isso, mas que efetivamente vamos estar todos aqui no dia 05, para votar esse projeto, com certeza.

Eu quero só reafirmar isso, Gabas, se puder levar para o Governo essa sugestão, nós entendemos que podemos construir um acordo no conjunto dos projetos, Fator 42 e esse. Isso é o ideal, com isso todos ganham, ganham os aposentados, ganha a sociedade brasileira, ganha a Previdência, o mérito é Gol de placa para todos.

Então salva da palmas a pedido do Senador Romeu Tuma para os aposentados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Para os aposentados.

[palmas]

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Senadora Rosalba Ciarlini, me permite.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Finalizando.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu preciso fazer uma correção, me permite?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois, não.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Hoje o Senador Paulo Paim me ligou preocupado--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Hoje eu estou bem boazinha.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): "Expedito, já está na hora, onde que você está?". E eu estava me deslocando para cá. E ele disse: "Está preparo?". Eu falei: "Estou preparado". Eu preciso fazer um registro até para que o povo brasileiro, principalmente os aposentados saibam disso.

Nós tivemos durante todo esse nosso relatório a consciência a mão, os pareceres do nosso servidor o Wagner, o Wagner--

[palmas]

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): O Wagner que é bom que se lembre, ele era o Chefe de Gabinete do Senador Rodolpho Tourinho e, foi ele que ajudou a preparar todo esse relatório, já na época do Senador Rodolpho Tourinho e graças a Deus, quis o destino, que o Wagner fosse lotado no meu gabinete.

Então parabéns a este exemplar servidor público que é o servidor Wagner.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Parabéns, você realmente é um homem de sorte.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Porque teve Wagner, para lhe auxiliar. Agradecer a todos.

Agora eu queria só aqui complementar uma coisa ao Dr. Carlos Alberto também ao Dr. Cleber que representa o Governo. Vocês estão sentindo que nós estamos unidos nessa questão o que nós não queremos é uma solução e uma solução que realmente venha a acontecer.

Por termos uma negociação não vamos abrir mão de prazos, porque a questão muitas vezes é o seguinte: "Bem, tudo bem está aprovado, agora vamos negociar" e, depois, se esquecem disso. Não. Nós queremos qualquer conversação Senador Paim, isso bem claro, dizer que ela tem que vir com prazo definidos e prazos que não sejam longos, porque nós não podemos mais esperar.

Agradecer a todos e dizer sonho que se sonha sozinha é apenas um sonho, sonho que sonhamos juntos se torna realidade. Esse vai se tornar em realidade.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está encerrada a Audiência Pública.

Sessão encerrada às 12h51.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 85/08 – PRES/CAS

Brasília, 5 de novembro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 682, de 2007, que "Modifica o art. 19 da Lei nº 7.102 de 20 de junho de 1983, para garantir ao vigilante o recebimento de adicional de periculosidade", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

Atenciosamente, Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

Ofício nº 128/2008/S.CE

Brasília, 11 de novembro de 2008

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em turno suplementar, na reunião realizada nesta data, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2008, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Paim que, "Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Combate às Drogas e Entorpecentes, bem como da Semana Nacional de Combate às Drogas e Entorpecentes".

Atenciosamente, Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Ofício nº 135/08–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 29 de outubro de 2008

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2006, que "Prevê nova cominação penal aos crimes que especifica e define o tipo de peculato-uso", de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com referência aos Ofícios nºs 85, de 2008 – CAS; 128, de 2008 – CE; e 135, de 2008 – CCJ, que acabam de ser lidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis, para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§3º a 5º do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 194, de 2006; 682, de 2007, e 73, de 2008**, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi encaminhado à publicação Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre a Sugestão nº 10, de 2007, que conclui pela apresentação do **Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008**, que estabelece normas gerais para publicidade de produtividade no âmbito judicial.

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno e, posteriormente, nos termos do art. 102-E, parágrafo único, I, do Regimento Interno, a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame do mérito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foi encaminhado à publicação o Parecer nº 1.136, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/49, de 2000, concluindo pela apresentação do **Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2008**, que *revoga o art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063, de 7 de março de 1940*.

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "f", do Regimento Interno. E, posteriormente, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para exame do mérito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foram encaminhados à publicação os **Pareceres nºs 1.137 a 1.139, de 2008**, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre as seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2008** (nº 7.310/2006, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Arte da Ikebana-Sanguetsu*;
– **Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2008** (nº 6.296/2005, na Casa de origem), que *denomina Viaduto Miguel Moreira Braga o viaduto de interseção da BR-060 com a BR-153, no Município de Anápolis, no Estado de Goiás*; e
– **Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2008** (nº 7.523/2006, na Casa de origem), que *denomina Rodovia Feliciano Miguel Abdala o trecho da*

rodovia BR-474, entre as cidades de Caratinga e Ipanema, no Estado de Minas Gerais.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN**) –** O Senhor Presidente da República adotou, em 14 de novembro de 2008, e publicou no dia 17 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 447, de 2008, que "Altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica".

Nos termos dos §§ 2º e 3º do art 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	**Suplentes**
Bloco da Minoria (DEM/PSDB)	
José Agripino (DEM)	Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	Antonio Carlos Júnior (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	Marisa Serrano (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PCdoB/PP/PRB)	
Ideli Salvatti (PT)	Inácio Arruda (PCdoB)
João Ribeiro (PR)	Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	Francisco Dornelles (PP)
PMDB (Maioria)	
Valdir Raupp	Almeida Lima
Wellington Salgado de Oliveira	Leomar Quintanilha
Valter Pereira	Neuto De Conto
PTB	
Epitácio Cafeteira	Sérgio Zambiasi
PDT	
Osmar Dias	Patrícia Saboya
*** PSOL**	
José Nery	

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

DEPUTADOS

Titulares	**Suplentes**
Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)	
Henrique E. Alves (PMDB)	Vinícius Carvalho (PTdoB)
Maurício Rands (PT)	Edinho Bez (PMDB)
Mário Negromonte (PP)	Beto Faro(PT)
Luciano Castro (PR)	Benedito de Lira (PP)
Jovair Arantes (PTB)	José Carlos Araújo (PR)
Hugo Leal (PSC)	Arnaldo Faria de Sá (PTB)
Bloco (PSDB/DEM/PPS)	
José Aníbal (PSDB)	Ronaldo Caiado (DEM)
Antonio Carlos M. Neto (DEM)	Moreira Mendes (PPS)
Fernando Coruja(PPS)	Bruno Rodrigues (PSDB)
Bruno Araújo (PSDB)	José Carlos Aleluia (DEM)
Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)	
Sergio Petecão (PMN)	Ana Arraes (PSB)
Márcio França (PSB)	Vieira da Cunha (PDT)
***PRB**	
Léo Vivas	

Também de acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

– Publicação no **DO**: **17-11-2008**
– Designação da Comissão: **18-11-2008(SF)**
– Instalação da Comissão:
– Emendas: **até 23-11-2008** (6 dias após a publicação)
– Prazo na Comissão: **17-11-2008 a 30-11-2008**(14º dia)
– Remessa do processo à CD: **30-11-2008**
– Prazo na CD: **de 1º-12-2008 a 14-12-2008** (15º ao 28º dia)
– Recebimento previsto no SF: **14-12-2008**
– Prazo no SF: **de 15-12-2008 a 7-2-2009** (42º dia)
– Se modificado, devolução à CD: **7-2-2009**
– Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **8-2-2009 a 10-2-2009** (43º ao 45º dia)
– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **11-2-2009** (46º dia)
– Prazo final no Congresso: **25-2-2009**

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a Mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, DE 2008

Dispõe sobre medidas de estímulo à prática da cidadania fiscal e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - As pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil ou no exterior, contribuintes do imposto de renda na forma da legislação vigente, poderão, observado o disposto no art. 2º e os demais preceitos e condições desta lei, introduzir alterações na declaração de bens e direitos apresentada no exercício financeiro de 2007, independentemente da data de sua aquisição, para fins de:

I - Inclusão de bens e direitos no país não declarados em exercícios anteriores;

II - Inclusão de bens e direitos no exterior não declarados em exercícios anteriores, assegurando-se ao contribuinte, a seu critério, a opção de:

a) promover a declaração diretamente em seu nome;

b) efetuar a declaração através de instituição financeira sediada no país ou no exterior, na condição de seu agente fiduciário, observado o disposto no art. 6º;

c) internar ou não os recursos mantidos no exterior.

Art. 2º - A utilização do benefício previsto no art. 1º implica o pagamento do imposto de renda através de cota única, com tributação definitiva, sobre o valor global dos bens ou direitos adicionados, de acordo com as seguintes alíquotas:

I – 8% na hipótese de que trata o inciso I do art. 1º;

II – 15% na hipótese de que trata o inciso II do art. 1º a qual poderá ser reduzida para 8% se o contribuinte internar no país, parcial ou totalmente, os recursos declarados.

Parágrafo Único - As alíquotas de tributação previstas nos incisos I e II deste artigo ficarão reduzidas à metade se o contribuinte aplicar no mínimo 50% do valor dos bens e direitos adicionados, em cotas de fundos de investimentos destinados a aplicação de recursos em projetos de infra-estrutura, observadas as seguintes regras:

a) os fundos de investimentos previstos neste parágrafo serão disciplinados pela Comissão de Valores Mobiliários;

b) as cotas dos fundos de investimentos organizados especificamente para os propósitos desta lei somente podem ser resgatadas após o decurso do prazo de 5 anos da data de sua aquisição, admitida sua negociação no mercado de valores mobiliários.

Art. 3º - As pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil ou no exterior, contribuintes do imposto de renda na forma da legislação vigente e que não se utilizarem dos benefícios assegurados por esta lei na forma do art. 1º, poderão atualizar os bens e direitos constantes de sua declaração apresentada no exercício financeiro de 2007, pelo valor de mercado em 31 de dezembro de 2007.

Parágrafo Único - A utilização do benefício previsto neste artigo implica o pagamento do imposto de renda através de cota única, com tributação definitiva, sobre o valor acrescido ao montante dos bens ou direitos, à alíquota de 4%.

Art. 4º - No exercício financeiro de 2009, ano-base de 2008, as pessoas jurídicas poderão incluir na declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica, bens ou direitos não computados em exercícios anteriores na determinação do lucro tributável e da contribuição social sobre o lucro líquido, inclusive os mantidos no exterior.

§ 1º – Os valores adicionados na forma deste artigo ficarão sujeitos ao imposto de renda e à contribuição social sobre o lucro líquido, exigível de uma só vez, em cota única, às alíquotas exclusivas de respectivamente 10% e 8%, excluídas quaisquer deduções a título de incentivo fiscal.

§ 2º - As pessoas jurídicas referidas neste artigo que não se utilizarem do benefício nele estabelecido poderão atualizar os bens de seu ativo permanente a preços de mercado, tributando-se pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, a diferença positiva entre o novo valor atribuído e o valor contábil pelo qual estavam registrados, às alíquotas de respectivamente 5% e 4%.

Art. 5º - Fica instituído programa de recuperação fiscal destinado a promover a regularização de créditos tributários da União, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas relativos a tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos, observadas as seguintes regras:

a) o ingresso no programa dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o caput deste artigo, mediante requerimento à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

b) na hipótese de crédito com exigibilidade suspensa por força do disposto no inciso IV do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, a inclusão no programa dos respectivos débitos fica condicionada ao encerramento do feito por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial e de qualquer outra, bem assim à renúncia do direito sobre os mesmos débitos sobre o qual se funda a ação;

c) os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irretratável e irrevogável;

d) os débitos incluídos na consolidação ficam dispensados de multa moratória e sujeitos a juros de mora de 3% ao ano, contado da data de sua constituição e poderão ser parcelados em até cento e oitenta prestações mensais e sucessivas;

e) o débito objeto do parcelamento será consolidado no mês do pedido e será dividido pelo número de prestações, que serão acrescidas de juros correspondentes à 50% da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, a partir do mês subseqüente ao da consolidação, até o mês do pagamento;

f) a opção pelo parcelamento de que trata este artigo exclui a concessão de qualquer outro, admitida a transferência dos saldos de parcelamentos anteriores para a modalidade desta Lei, excluída em qualquer hipótese a restituição de tributos, multas ou encargos moratórios já recolhidos;

g) a opção referida neste artigo deverá ser formalizada até o último dia útil do sexto mês subseqüente ao da publicação desta Lei e abrange exclusivamente os débitos cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2007;

h) a concessão do parcelamento independerá de apresentação de garantias ou de arrolamento de bens, mantidas aquelas decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamento ou de execução fiscal.

Art. 6º - Compete ao Conselho Monetário Nacional:

I - estabelecer os critérios e condições a serem observados pelas instituições financeiras que atuarem como agentes fiduciários de contribuintes para os fins previstos no inciso II do art. 1º referentes a padrões de controles que assegurem:

a) certificação por auditor externo independente da efetiva existência dos bens ou direitos declarados;

b) conhecimento do contribuinte e da origem dos recursos por este declarados, inclusive histórico de seu relacionamento bancário;

c) sistema de segurança sobre inalterabilidade do contribuinte com o qual contratou a prestação de serviços fiduciários;

d) responsabilidade do contribuinte pela declaração, através do agente fiduciário, da renda proporcionada pelos bens declarados sujeitos à tributação em cada exercício financeiro, informações que ficarão à disposição das autoridades competentes para fins de fiscalização.

II – estabelecer normas disciplinando o controle de recursos ingressados no país de titularidade de contribuintes que se utilizarem da faculdade de tributação prevista no inciso II do art. 2º, observadas as seguintes regras:

a) o ingresso de recursos no país será efetuado através do mercado de câmbio regulamentar;

b) transferência dos recursos através de instituições autorizadas a operar com câmbio.

III – estabelecer normas sobre:

a) autorização de funcionamento de correspondentes cambiais vinculados a instituições autorizadas a operar em câmbio no Brasil;

b) abertura de conta corrente bancária em moeda estrangeira no país.

Parágrafo Único – A Receita Federal do Brasil e o Banco Central do Brasil instituirão normas regulamentares, no âmbito de suas respectivas competências, sobre o procedimento a ser adotado pela instituição financeira que atuar como agente fiduciário do contribuinte, para fins de inclusão de bens e direitos, na forma do disposto no inciso II do art. 2º.

Art. 7º - A Receita Federal do Brasil estabelecerá normas a serem observadas pelos contribuintes para fins de utilização dos benefícios concedidos por esta Lei em termos de procedimentos e formulários de declaração de bens e direitos e de adesão ao programa de consolidação de débitos.

Art. 8º - Com base nas declarações de bens e direitos a que se referem os artigos 1º, 2º, 3º e 4º desta Lei e ainda na consolidação de débitos do contribuinte prevista no art. 5º, não será permitido:

I – contestar as declarações apresentadas nos exercícios anteriores e nem instaurar processo de lançamento *ex officio* ou qualquer outro procedimento de natureza administrativa ou judicial, por inexatidão ou falta de declaração de rendimentos;

II - proceder a lançamentos de qualquer espécie para:

a) cobrança de imposto de renda das pessoas físicas;

b) cobrança de imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e demais tributos das pessoas jurídicas.

III - aplicar penalidades de qualquer natureza, inclusive multas e juros moratórios.

Art. 9º - A declaração de bens e direitos e a opção pela consolidação de débitos acompanhada do pagamento do imposto previsto nos artigos 2º, 3º, 4º e 5º extinguirá a punibilidade:

I - dos crimes contra a ordem tributária, econômica e financeira de que trata a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990;

II – dos crimes abaixo especificados previstos no Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal:

a) do crime de descaminho, previsto no artigo 334 e seu parágrafo primeiro;

b) dos crimes de falsidade material de documentos públicos e privados previstos nos artigos 297 e 298;

c) do crime de falsidade ideológica previsto no artigo 299;

d) dos crimes contra a previdência social previstos nos artigos 168-A e 337-A.

III - dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional de que trata a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986.

Parágrafo Único: Estão excluídos das disposições deste artigo os crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

Art. 10 – Os rendimentos de pessoas físicas oriundos de participações em pessoas jurídicas domiciliadas no exterior ficarão sujeitos ao seguinte regime de tributação exclusivo pelo imposto de renda:

I - 15% sobre o valor do lucro apurado em cada exercício, independentemente de sua distribuição, quando se tratar de investimento em pessoas jurídicas domiciliadas em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20%, ressalvados os lucros apurados até 31 de dezembro de 2007, que ficarão sujeitos à alíquota de 2%;

II – nos demais casos não haverá incidência de imposto de renda sobre os dividendos recebidos.

§ 1º – A Secretaria da Receita do Brasil baixará normas regulando a forma e prazos de apuração e de recolhimento do imposto previsto no inciso I deste artigo, com base em informações prestadas pelo contribuinte que deverá manter documentação hábil comprobatória;

§ 2º – A não incidência de imposto prevista no inciso II deste artigo abrange tanto os dividendos pagos sobre ações, como sobre certificados delas representativos emitidos no país ou no exterior.

Art. 11 – A Receita Federal do Brasil considerando o papel do contabilista como responsável legal pela elaboração das demonstrações contábeis do contribuinte, poderá celebrar convênio com o Conselho Federal de Contabilidade visando realçar a importância de seu múnus para a administração tributária e promoção da cidadania fiscal, prevendo a realização de cursos, palestras, publicações e outros eventos direcionados ao atendimento desse objetivo.

Art. 12 - As empresas não obrigadas à elaboração das demonstrações financeiras previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, poderão aderir às disposições da mencionada legislação cabendo ao Conselho Federal de Contabilidade definir:

I - níveis de aderência aos padrões de contabilidade de que trata a legislação referida neste artigo, conforme o porte, faturamento, valor de patrimônio líquido e o objeto social da empresa;

II - situações em que será exigida auditoria externa independente, plena ou limitada, das demonstrações financeiras das aderentes em função de seu objeto social, da relevância de seus indicadores econômico-financeiros, da exploração de concessões ou de autorizações do poder público;

III – termo de compromisso de adesão ao padrão contábil que, uma vez assinado pela empresa, deverá ser arquivado no registro público de inscrição de seus atos constitutivos.

Parágrafo Único - O Conselho Federal de Contabilidade estabelecerá normas de escrituração simplificada da contabilidade das micro e pequenas empresas com base no regime de caixa, ajustável no final do exercício ao regime de competência, por contabilista legalmente habilitado.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

1. Tenho a honra de submeter à apreciação dos nobres pares o Projeto de Lei adiante comentado:

1.1. A proposição tem por objetivo valorizar a cidadania fiscal em seqüência às medidas que têm sido adotadas ao longo dos últimos anos pelo legislador e pelo Poder Executivo, no sentido de:

a) promover a melhoria do ambiente institucional e o desenvolvimento do país;

b) remover os obstáculos que, ao longo das últimas décadas, emergiram dos sucessivos planos de estabilização monetária fracassados, que quebraram regras contratuais, desrespeitaram direitos adquiridos e acarretaram incertezas jurídicas para os agentes econômicos;

c) atenuar os efeitos do longo período inflacionário que induziu poupadores e investidores a buscarem proteção contra a desvalorização da moeda em outros ativos financeiros ou moedas estrangeiras ou sistemas econômicos;

d) neutralizar o aumento da carga fiscal conseqüência de medidas emergenciais para fazer frente às crises internacionais como as da Rússia, do México, Asiática e ainda a flutuação do Real quando da migração para o regime de câmbio flutuante.

1.2. De outro lado, o emaranhado da legislação tributária brasileira de difícil compreensão e entendimento pela complexidade de suas regras e quantidade exagerada de atos normativos (LC, LO, Decretos, Portarias, Instruções, Atos Declaratórios, etc.) acarreta a insatisfação do cidadão com o baixo retorno social dos tributos em termos de:

a) pouca contrapartida de investimentos na educação, habitação, saúde, segurança pública, infra-estrutura, etc;

b) tolerância do Estado com a economia informal que gera enormes distorções no sistema produtivo tais como sonegação fiscal, descumprimento de direitos trabalhistas e previdenciários, contrabando, pirataria, concorrência desleal e outras práticas lesivas aos saudáveis princípios da economia de mercado;

1.3. Paralelamente, a Fazenda Pública reagiu desenvolvendo uma postura extremamente conservadora focada exclusivamente na arrecadação ignorando pleitos mínimos de justiça fiscal, tais como:

a) dedução de gastos com instrução e cultura;

b) tabelas de retenção de fonte desatualizadas;

c) exigência desnecessária de certidões negativas para atos importantes da vida empresarial e civil;

d) volumoso contencioso fiscal judicial e administrativo provocado pelo excesso de exação que viola as limitações constitucionais do poder de tributar, levando a conflitos freqüentes entre fisco e contribuinte inserto em um regime processual administrativo defasado e arcaico.

1.4. Da mesma forma foi mantida, e por vezes exacerbada, a rigidez e arcaísmo da legislação cambial brasileira, que desestimulava ou até vedava a manutenção de recursos declarados no exterior, impunha limites de compra de moeda externa para fins de viagem e ainda a proibição legal de residentes no país manterem conta corrente bancária em moeda estrangeira em instituições financeiras no país.

1.5. Igualmente, a presença da corrupção na vida pública brasileira, que mina os valores da sociedade pela corrosão da ética e dos costumes privilegiando os que dela vivem ou se aproveitam, em detrimento do progresso econômico e social, além da nova ordem econômica mundial como a globalização e o grande volume de recursos que transita entre os diversos sistemas econômicos, vem exigindo cada vez mais do poder público medidas de controle sobre a natureza das atividades desempenhadas pelos indivíduos e empresas, em nome da segurança das nações e defesa contra o ingresso na economia de recursos de origem criminosa:

a) adicionalmente, a adoção do princípio da tributação sobre a renda em bases universais buscando a neutralidade, sem a adequada preparação do arcabouço jurídico interno, levou empresas e indivíduos a programarem seus investimentos para países com tributação menos onerosa e estimuladora do ingresso de capitais;

b) essa realidade, sumariamente descrita, trouxe conseqüências para os contribuintes, que desenvolveram uma cultura de sonegação fiscal com práticas não lícitas, bem como levaram-nos à adoção de medidas de defesa, tais como a agressividade na elisão fiscal e a pactuação de transações através de contratos de gaveta.

2. Assim, o presente projeto de lei, considerando os fatos acima relatados, procura atender às expectativas e anseios da sociedade no sentido de estimular as pessoas físicas e jurídicas a aderirem a um novo modelo de relação fisco e contribuinte que contempla a regularização, mediante tributação favorecida, de sua situação fiscal pretérita, com o objetivo de:

2.1. Ensejar a repatriação de capitais e declaração de recursos gerados pela atividade econômica lícita, não declarados na forma da legislação vigente.

2.2. Contribuir para aumentar a transparência dos agentes econômicos pela maior visibilidade de sua situação econômica e financeira, fator de desenvolvimento e de expansão das atividades econômicas pela facilitação do acesso ao crédito mais abundante e de menor custo;

2.3. Igualar o Brasil a países europeus que utilizaram mecanismos semelhantes para atrair capitais de nacionais anteriormente investidos em sistemas bancários estrangeiros, inclusive em países com tributação favorecida;

2.4. Reduzir os níveis de dependência do país de moedas estrangeiras, à medida que tais capitais, ao ingressarem no Brasil, reforçarão as reservas cambiais líquidas;

2.5. Permitir o acréscimo da arrecadação tributária no médio-longo prazo pela transformação de arrecadação potencial em efetiva mediante a incidência dos tributos sobre as receitas futuras do investimento financeiro.;

2.6. Permitir a alavancagem de capital nacional para investimentos em infra-estrutura, setor tão carente de recursos para financiar projetos estratégicos nas áreas de energia, ferrovias, rodovias, aeroportos, saneamento, construção civil, gás e petróleo.

3. A utilização de mecanismos de tributação favorecida para a inclusão na economia formal de bens e direitos dos contribuintes não é novidade no brasil e nem no exterior, pois foram largamente utilizados como instrumentos de política tributária e econômica, diante de quadros econômicos e políticos que requeriam tratamento diferenciado para o enfrentamento de dificuldades, atração de investimentos e criação de condições para o desenvolvimento econômico – social:

3.1. O anexo I, descreve os incentivos fiscais concedidos no Brasil no período compreendido entre os anos de 1964 e 2000;

3.2. O anexo II, historia os regimes fiscais especiais concedidos por estados estrangeiros com a mesma finalidade da presente proposta.

4. A partir desse raciocínio, foram definidos os objetivos e características que atendam da forma mais eficiente possível os interesses do país e da sociedade, levando em conta:

4.1. A realidade do ordenamento jurídico pátrio, que reclama soluções mais ágeis e inovadoras para a solução de problemas de elevado interesse nacional;

4.2. O estágio atual de desenvolvimento econômico e social do país e a necessidade de sua ampla inserção na economia global de forma a manter e ampliar a plena a competitividade da economia brasileira nos mercados nacionais e internacionais;

4.3. A importância para o país de continuar avançando nas reformas micro-econômicas em benefício:

a) das contas nacionais pelo aumento da arrecadação de tributos;

b) dos trabalhadores, pela melhoria dos indicadores nacionais em termos de aumento de renda e de sua melhor distribuição e do crescimento do emprego;

c) do setor produtivo e dos contribuintes;

d) da redução da economia informal em prol da justiça social e do bem estar da população;

4.4. Assim, tendo em vista esses objetivos maiores, apresentamos o presente projeto de lei destinado a incentivar a prática de Cidadania Fiscal elaborado de forma a contemplar todos os aspectos abordados nesta exposição de motivos, conforme descrito no item 5, cabendo preliminarmente as seguintes considerações sobre os PRINCÍPIOS JURÍDICOS, que o fundamentam:

a) a razão pela qual poderão ser beneficiários pessoas físicas residentes e domiciliados em território nacional e ainda pessoas físicas residentes e domiciliadas no exterior decorre do princípio da isonomia, que a proposição procura resguardar;

b) sob a ótica do Direito Tributário, a Constituição de 1988 em seu artigo 150, II, determina que, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

c) a matéria também encontra resguardo no caput do art. 5º da CF, segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade

do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, segundo os termos lá detalhados;

d) de outro lado, o art. 150, II da CF delimita o princípio inserto no caput do art. 5º da CF, cujos efeitos se estendem por todo o ordenamento jurídico pátrio:

I - a referida norma objetiva, na esfera tributária, tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual;

II – portanto, impõe a obrigatoriedade de serem tratados de forma isonômica todos aqueles a quem for facultado enquadrar-se no projeto de Cidadania Fiscal, objeto da proposição;

5. As matérias reguladas no projeto de lei estão dispostas em 13 artigos, de acordo com a seguinte estrutura:

5.1. PESSOAS FÍSICAS QUE SE UTILIZAREM DO BENEFÍCIO FISCAL (Arts. 1º e 2º)

a) faculdade de inclusão na declaração do exercício financeiro de 2007, de bens e direitos, independentemente da data de sua aquisição, mediante o pagamento do imposto de renda exclusivo, conforme abaixo:

I – 8% no caso de bens e direitos no país;

II – 15% no caso de bens e direitos no exterior alíquota que poderá ser reduzida para 8% se o contribuinte repatriar os recursos mantidos no exterior, admitida a representação fiduciária do contribuinte através de instituição financeira autorizada à prestação desse serviço, nos termos de normas que vierem a ser estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;

b) as alíquotas de tributação previstas acima poderão ser reduzidas à metade se o contribuinte aplicar 50% dos recursos incluídos na declaração de bens e direitos em fundos de investimentos destinados à aplicação de recursos em projetos de infra-estrutura disciplinados pela Comissão de Valores Mobiliários, cujas cotas de participação serão irresgatáveis durante o prazo de 5 anos, admitida sua negociação no mercado;

5.2. PESSOAS FÍSICAS QUE NÃO SE UTILIZAREM DO BENEFÍCIO FISCAL (Art. 3º)

Em nome da equidade e como princípio de justiça, o projeto confere ao contribuinte exemplar o direito de também beneficiar-se de vantagem fiscal

consistente na faculdade de atualizar o valor dos bens e direitos constantes de sua declaração de 31 de dezembro de 2007, aos valores de mercado dessa data, mediante o pagamento de imposto de renda, à alíquota de 4%.

5.3. TODAS AS PESSOAS FÍSICAS (Art. 10)

O projeto disciplina a tributação de rendimentos obtidos pelas pessoas físicas em sociedades organizadas nos chamados "paraísos fiscais", matéria hoje *sem regra específica, o que se procura corrigir com proposta* de tributação equiparada ao regime fiscal previsto para os investimentos em títulos de renda fixa no Brasil, com regra de transição em relação ao estoque de lucros formado anteriormente à nova Lei.

5.4. PESSOAS JURÍDICAS QUE SE UTILIZAREM DO BENEFÍCIO FISCAL (Art. 4º)

O projeto permite também, que as pessoas jurídicas possam incluir na sua declaração de informações econômico-fiscais, bens ou direitos não computados em exercícios anteriores na determinação do lucro tributável e da contribuição social sobre o lucro líquido, mediante o pagamento em cota única desses tributos, às alíquotas exclusivas de respectivamente 10% e 8 %.

5.5. PESSOAS JURÍDICAS QUE NÃO SE UTILIZAREM DO BENEFÍCIO FISCAL (Art. 4º, § 2)

Igualmente é concedida à pessoa jurídica em situação fiscal regular vantagem fiscal consistente na faculdade de atualização dos bens integrantes de seu ativo imobilizado a preços de mercado mediante tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, às alíquotas de 5% a 4%, respectivamente, incidente sobre a diferença de valor apurada.

5.6. CONSOLIDAÇÃO E PARCELAMENTO DE DÉBITOS (Art. 5º)

a) na esteira de um projeto de estímulo à Cidadania Fiscal, não poderia ficar de fora programa de indução do contribuinte à regularização de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil;

b) em épocas recentes foram editadas leis concedendo benefícios dessa natureza, mas o rigor das regras estabelecidas principalmente em termos de multas e encargos financeiros, pouco animaram os contribuintes a aderirem aos modelos de consolidação instituídos;

c) assim, propõe-se que nova oportunidade seja dada ao contribuinte para a satisfação de suas obrigações fiscais mediante regras mais simples e menos onerosas como:

I – possibilidade de consolidação e parcelamento de qualquer débito fiscal junto à Receita Federal do Brasil, com dispensa de multas moratórias e incidência de juros de mora de 3% ao ano e cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2007;

II – parcelamento da dívida em até 180 prestações mensais e sucessivas, acrescidas de juros correspondentes a 50% da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP;

5.7. REGIME CAMBIAL (Art. 6º)

O projeto aprimora a competência do Conselho Monetário Nacional para disciplina das normas cambiais do país referentes a:

a) regras de prestação de serviços por parte das instituições financeiras autorizadas a representar fiduciariamente contribuintes que declararem bens no exterior;

b) regime de controle dos capitais repatriados para fins de tributação e de registro;

c) combate ao câmbio paralelo de moeda estrangeira, através da instituição do correspondente bancário vinculado a instituição financeira autorizada a operar em câmbio;

d) autorização para residentes manter conta corrente em moeda estrangeira em instituições financeiras no país.

5.8. EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE (Arts. 8º e 9º)

a) dada a relevância do projeto de que trata esta exposição de motivos, torna-se absolutamente imperiosa dar ao contribuinte a segurança jurídica de que sua adesão a qualquer das suas disposições afasta, inequivocamente, a aplicação de penalidades, principais ou acessórias de natureza tributária e particularmente, de caráter penal;

b) dessa forma, o projeto explicita a exclusão de penalidades de qualquer natureza ao contribuinte que se utilizar dos benefícios fiscais assegurados pela futura Lei, com ressalva expressa dos crimes de lavagem de dinheiro previstos na

legislação, por envolver recursos de origem criminosa não amparados pelo estado de direito.

5.9. REGULAMENTAÇÃO DAS MATÉRIAS (Art. 6º, parágrafo-único)

É dada a competência à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Banco Central do Brasil para regulamentarem, no âmbito de suas respectivas competências, as matérias disciplinadas no projeto de lei.

5.10. MODERNIZAÇÃO CONTÁBIL E TRANSPARÊNCIA (Art.11 e 12)

a) um projeto que contemple estímulo à prática de Cidadania Fiscal requer dos contribuintes postura de transparência e compromissos com suas obrigações tributárias que provêem os recursos para que o Estado cumpra adequadamente sua missão constitucional;

b) por isso, em relação às pessoas jurídicas, é fundamental que a contabilidade brasileira se paute por padrões de transparência e confiabilidade migrando, tanto quanto possível, para o modelo instituído pela Lei 11.638/07, que se aplica às sociedades anônimas e às empresas de grande porte:

I - há a necessidade de estimular as empresas de porte médio a adotar políticas claras sobre sua postura e procedimentos no relacionamento com o mercado, público e comunidade (stakeholders), em contraste com a situação atual caracterizada por um alto nível de evasão fiscal, desrespeito a princípios éticos básicos não detectáveis pelos demonstrativos contábeis atualmente utilizados e a limitação do acesso aos mercados consumidores, de crédito e demais produtos dos mercados financeiros e de capitais;

II – assim, o projeto institui regra dando competência ao Conselho Federal de Contabilidade para estabelecer níveis de padrões de contabilidade, conforme o porte, atividades e relacionamento contratual com o poder público das empresas que poderão inclusive, ficar sujeitas à auditoria externa independente, plena ou restrita, como por exemplo:

1º) beneficiárias de repasses de recursos públicos;

2º) empresas sujeitas ao "patrimônio de afetação";

3º) pessoas jurídicas sujeitas a prestar as informações previstas na Lei 9.613/98 (lavagem de dinheiro);

4º) emissoras de tickets ou vales para consumo de bens e serviços e ainda para eventos ou espetáculos públicos;

5º) concessionárias de serviços públicos;

6º) vencedores de licitações para contratos relevantes celebrados com o serviço público;

7º) operadoras de loterias;

8º) empresas contratadas por companhias abertas para a prestação de serviços terceirizados (contratos relevantes);

9º) filiais/subsidiárias de empresas multinacionais.

c) no tocante às empresas de pequeno porte:

1º) o regime contábil já está disciplinado no artigo 27 da Lei Complementar no. 123/06, que estabelece que: "(...) as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do comitê gestor;

2º) a esse respeito, o projeto propõe medida simples de contabilização em regime de caixa, transformável para o de competência no final do exercício através de contabilista legalmente habilitado.

d) o projeto destaca ainda o papel fundamental do contador na consecução do objetivo de transparência e prestação de contas dos agentes econômicos.

6. CONCLUSÃO

Com isso, ilustres colegas, o país poderá atingir o objetivo de ver repatriado parcela significativa dos recursos de brasileiros investidos e não declarados e/ou declarados parcialmente no exterior e ainda bens e direitos não declarados e/ou declarados parcialmente por pessoas físicas e/ou jurídicas no território nacional, de forma isonômica e com neutralidade tributária.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 2008.

Senador DELCÍDIO AMARAL

ANEXO I

ESTÍMULOS FISCAIS CONCEDIDOS PELO BRASIL ENTRE 1964 E 2000

1. Lei nº 4.506 de 30/11/64:

1.1. O Art. 82 permitiu que as pessoas físicas pedissem retificação das declarações de bens, relativas a 1963 e 1964, para efeito de inclusão de valores, bens e *depósitos, mantidos no estrangeiro, e anteriormente omitidos, eximindo-as de* qualquer penalidade.

1.2. O Art. 83 suspendeu, por prazo determinado, a aplicação da penalidade prevista no art. 18 da Lei nº 4.131/62, que previa que a ausência de declaração de bens no exterior importava em que os valores e depósitos bancários no exterior fossem considerados produto de enriquecimento ilícito e como tais objetos de processo *criminal, para que fossem* restituídos ou compensados com bens ou valores existentes no Brasil, que por sua vez poderiam ser seqüestrados pela Fazenda Pública.

2. Lei nº 4862 de 29/11/65, cujo Art. 10 permitiu a retificação de declarações de bens nos exercícios de 1963, 1964 e 1965 apresentadas às repartições e à do imposto de renda e à Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC).

3. Decreto-lei nº 326 de 08/05/67 que concedeu a redução de 50% (cinqüenta por cento) da multa devida, inclusive a moratória, e permitiu o pagamento em parcelas mensais, iguais e sucessivas, até o máximo de 36 (trinta e seis) de todos os débitos relativos aos tributos federais, excetuado o imposto de renda, apurados em processos fiscais ou notificados até a data do decreto-lei, bem como aqueles em que, até 30 (trinta) dias a partir da sua vigência, fossem espontaneamente declarados pelo contribuinte.

4. Lei nº 5.514 de 21/10/68, em seu art. 1º autorizou o Ministro da Fazenda a conceder, mediante despacho fundamentado, remissão total ou parcial de créditos tributários, relativos aos exercícios fiscais de 1961 a 1966, resultantes da incidência do Imposto Único sobre Lubrificantes Líquidos e Gasosos, decorrentes da recuperação de óleos lubrificantes usados.

5. Decreto-lei nº 400 de 30/12/68, o Art. 7º cancelou o imposto incidente sobre produtos usados, que teriam sofrido processo de industrialização, e nos casos em que houve mudança de destinação da mercadoria, caso decorrido mais de três anos, todos para fins do Imposto sobre Produtos Industrializados.

6. O Decreto-lei nº 401 de 30/12/68, art. 23, reduziu a multa para contribuintes que requeressem parcelamento de débito fiscal dentro de prazo de 60 dias, e desobrigou os contribuintes do recolhimento do imposto sobre lucro imobiliário.

7. O Decreto-lei nº 2.040 de 30/06/83:

7.1. O Art 1º restringiu a possibilidade de instauração de processo fiscal, com base em acréscimo patrimonial a descoberto, nos casos de inclusão, na declaração de bens relativa ao exercício financeiro de 1984, de valores depositados em cadernetas de poupança do sistema financeiro da habitação, ou aplicados em ORTN's ou em títulos da dívida pública estadual ou municipal.

7.2. Esse dispositivo era aplicável às pessoas físicas que, a partir da publicação do DL, e até 31 de outubro de 1983, realizassem os depósitos, ou custodiassem os títulos adquiridos, pelo prazo mínimo de dois anos.

8. Lei nº 9.964 de 10/04/2000, que instituiu o programa REFIS permitindo a consolidação e parcelamento de tributos federais.

ANEXO II

ESTÍMULOS FISCAIS CONCEDIDOS POR ESTADOS ESTRANGEIROS

1. O fenômeno da guerra fiscal não se restringe tão somente à disputa por investimentos pelos Estados federados brasileiros.

1.2. É, via de regra, um fenômeno que ocorre em escala mundial, a partir do desenvolvimento dos instrumentos tecnológicos de informação que propiciaram o atual fluxo de capitais voláteis e, em menor grau a relativa facilidade de transferência de ativos fixos e de capital humano entre os países;

1.3. Os estados nacionais não levam em consideração quando decidem questões de política tributária, os benefícios ou malefícios impostos a outros estados;

1.4. Por outro lado, a competição tributária leva ao surgimento, em nível global, do denominado *"treaty-shopping"*;

1.5. Embora tratados sejam assinados para evitar a bi-tributação sobre a renda, suas diferenças terminológicas findam por oferecer aos detentores do capital, oportunidades de otimização de sua carga tributária;

1.6. Esses contribuintes, quando vislumbrada uma carga tributária considerada compatível com suas expectativas, tendem a tomar decisões no sentido de permanecer em seus países de origem;

1.7. As administrações tributárias de outros países decidiram por abrir janelas de oportunidade que impactaram sobremaneira a competição internacional pelo capital, como adiante descrito.

2. ITÁLIA

2.1. O governo italiano buscou, por meio da implementação do plano denominado *"Scudo Fiscale"*, implementado pela Lei (Legge) nº 409/2001 e legislação correlata, atrair capitais de nacionais investido no exterior, entre 01/11/2001 e 15/05/2002, por meio da legalização e da repatriação de recursos detidos por nacionais que residissem em qualquer país, cujo capital estivesse investido em filiais de bancos estrangeiros na Itália, ou que tivessem investimentos decorrentes de participação societária por interposta pessoa;

2.2. Nesse país, os intermediários, embora fossem responsáveis pela recepção e encaminhamento das declarações apresentadas às autoridades fiscais competentes e responsáveis pela retenção e recolhimento dos valores devidos aos cofres públicos em nome do declarante, e neste particular, sujeitos à imposição de

penalidades caso não fossem cumpridos os prazos e formalidades previstos, não eram responsabilizados pela veracidade dos valores declarados;

2.3. Houve, entretanto, vedação à repatriação nos casos em que os montantes envolvidos eram recursos decorrentes de lavagem de dinheiro, extorsão, seqüestro, usura, ou crimes decorrentes de associação;

2.4. Foi permitida a legalização e a repatriação de recursos, desde que fiscalmente residentes na Itália no exercício correspondente, pertencentes pessoas físicas, inclusive profissionais liberais e autônomos, de pessoas jurídicas não comerciais, e de sociedades simples ou equiparadas pelo Código Civil Italiano

2.5. O procedimento de adesão ao *"Scudo Fiscale"* dependeu do preenchimento e entrega da denominada "Declaração Reservada", que pôde ser apresentada pelo declarante à bancos, nos Correios, à Sociedades de Gestão de Economias (Societá di Gestione del Risparmio – SGR), à Sociedades de Intermediação Imobiliária (Societá di Intermediazione Mobiliare - SIM), ou à Sociedade Fiduciária (sociedade administradora de bens de terceiros):

a) essa declaração devia conter a opção do declarante pela repatriação, quando ficou incumbido a apresentar ao "intermediário" a declaração conjunta de todas as operações financeiras, atribuindo-lhes a taxação correspondente, válida para depósitos, ações, quotas, obrigações, anteriores a agosto de 2001; Essas declarações eram arquivadas, mas não sujeitas a monitoramento fiscal;

b) a outra opção era a de legalização onde o contribuinte apresentava a declaração (que perderia parcialmente sua "reserva"), em conjunto com o certificado emitido pelo intermediário não-residente, que atestava o valor envolvido:

I - Nesta hipótese ficaram contemplados os casos de depósitos em dinheiro, investimentos de natureza diversa, imóveis, direitos reais, objetos preciosos, obras de arte, que fossem mantidos anteriormente a 27 de setembro de 2001;

II - A estipulação de prazos de fatos geradores visou evitar que contribuintes praticassem a partir da publicação das leis, atividades que pudessem se enquadrar nas hipóteses de legalização ou de repatriação;

III - Adicionalmente, que os respectivos bens e/ou direitos legalizados, fossem mantidos fora do controle das autoridades fiscais;

IV - A apresentação da declaração reservada teve como premissa ser irreversível, cabendo ressaltar, que a apresentação de declarações reservadas podia ocorrer em momentos distintos.

c) as declarações reservadas, tinham como característica, ainda, a obrigatoriedade de que fossem declarados que a propriedade dos bens ou direitos são anteriores a 27/08/2001:

I - Outrossim, era possível que fossem preenchidas em moedas distintas (Liras ou Euros);

II - não se sujeitavam à taxas ou selos, e deviam ser preenchidas em 4 vias, sendo uma via para o intermediário;

III - uma via para o contribuinte; e duas vias para futuras necessidades, p.e. futura repatriação.

2.6. Ao contribuinte elegível para o benefício, além do pagamento do imposto de 2,5% do valor dos bens e direitos declarados, existia a obrigatoriedade de subscrição de 12% do valor declarado em títulos públicos de dez anos com rendimento pré-fixado de 1,9 % a.a:

a) Adicionalmente, fora facultado ao declarante atribuir aos bens e direitos o valor histórico ou de mercado;

b) Os benefícios abarcados pela remissão fiscal eram limitados somente aos valores declarados;

c) Por outro lado, a autoridade fiscal reservou-se ao direito de desconsiderar as vantagens concedidas se configurada hipótese do art. 81 do T.U.I.R. (Rendimentos de pessoas físicas de natureza diversa). (T.U.I.R. – Testo Único Imposte sui Redditi, análogo ao Regulamento do Imposto de Renda Brasileiro (RIR).

2.7. Dentre outros, os principais benefícios aos contribuintes foram:

a) a extinção da punibilidade decorrente das violações da legislação fiscal e previdenciária do período de aquisição relativo aos bens e direitos declarados, ressalvado os casos de delitos decorrentes de associação ou corrupção;

b) no caso de legalização, os valores declarados não puderam ser investigados;

c) Em caso de repatriação, fora negado à autoridade fiscal o conhecimento do conteúdo dos bens e direitos apresentados ao intermediário, que deveria manter o sigilo correspondente;

d) a extinção da punibilidade dos crimes anteriores à aquisição dos bens declarados, ainda não transitados em julgado;

e) a modificação dos prazos prescricionais os quais foram reduzidos em lei:

I - para declaração incorreta, com multa imposta de até L$ 300 mm - de 7,5 anos para 5 anos:

II - nos casos de declaração incorreta com multa maior que L$ 300 mm – de 15 anos para 10 (dez) anos;

III - nos casos de fraudes contra o Estado – de 15 anos para 10 anos;

IV - e no caso falência fraudulenta – de 22,5 (vinte e dois anos e meio) anos para 15 (quinze) anos.

2.8. Outra característica da legislação italiana diz respeito aos efeitos na sucessão, pois foi permitido ao declarante de forma automática transferir os bens repatriados aos seus sucessores, desde que cumpridas as formalidades da lei denominada "antiriciclaggio", e desde que submetidas à disciplina ordinária de monitoramento fiscal.

2.9. Foram impostas obrigações e penalidades aos intermediários, como:

a) multa de L$ 500 mil a L$ 4 mm por preenchimento incorreto das declarações de legalização ou de repatriação;

b) de 5 a 25% (cinco a vinte e cinco por cento) dos valores declarados em caso de não preenchimento das declarações especificadas em lei.

2.10. Foram estabelecidas obrigações de:

a) identificar os contribuintes;

b) arquivar as operações;

c) comunicar casos suspeitos de "reciclaggio" ou de atividades terroristas.

2.11. Foram repatriados aproximadamente 60 bilhões de Euros o que gerou uma arrecadação ao erário em torno de 1,5 bilhões de euros.

3. **ALEMANHA**

3.1. Alemanha criou seu plano de remissão fiscal por meio da Lei de Promoção à Cidadania Fiscal denominada *"Strafbefreiungserklärungsgesetz – StraBEG"* implementada em 23.12.2003, que serviu como alternativa ao já existente dispositivo legal da auto-denúncia denominada *"Selbstanzeige"* disposta no ordenamento contributivo denominado "*Abgabenordnung - AO*", em seu parágrafo § 371, o que acarretou na possibilidade de, para algumas situações, serem combinados os referidos dispositivos:

a) as alíquotas praticadas, em geral, tornaram a lei *"StraBEG"* mais benéfica que o referido dispositivo legal que constava no parágrafo § 371 do AO;

b) esta lei aplicou-se a fatos geradores compreendidos entre os períodos de 1993 e 2002, sem a obrigatoriedade de serem repatriados os recursos envolvidos.

3.2. Definiu entre os beneficiários tanto pessoas físicas (PF's) como pessoas jurídicas (PJ's) que tivessem omitido, em todo ou em parte, informações quanto à existência de bens e direitos e conseqüentemente tributos, recolhidos à menor e/ou tributos não recolhidos sobre rendimentos declarados, também em todo ou em parte:

a) adicionalmente, rendimentos não declarados, relativamente aos bens e direitos em questão e que foram auferidos no período compreendido pela remissão fiscal, cujo impacto fosse negativo ao erário naquele período;

b) observou-se que, para que o contribuinte pudesse aderir ao plano de remissão fiscal, deveriam observar o enquadramento em dispositivos legais que são respectivamente:

I - Parágrafos §§ 370 e 371a do ordenamento contributivo "*Abgabenordnung - AO*", os quais enumeram os fatos geradores da sonegação fiscal;

II - Parágrafo § 26 b, c da Lei de imposto sobre o faturamento *"Umsatzsteuergesetz – UstG"*, a qual aborda determinantes de prejuízo a arrecadação do imposto sobre o faturamento para estabelecimentos comerciais;

III - Parágrafos §§ 378 a 380 do ordenamento contributivo "*Abgabenordnung - AO*", os quais elencam as hipóteses de descumprimento da ordem tributária.

3.3. Cabia aos contribuintes residentes na Alemanha:

a) efetuar a apuração dos montantes envolvidos de acordo com o disposto em lei;

b) preencher e encaminhar à autoridade competente, para cada ano-calendário de competência, termo de Declaração de Livramento de Ilícitos Tributários – *"Strafbefreiende Erklärung"*.

3.4. Os contribuintes declarantes faziam jus aos seguintes benefícios fiscais:

a) para aquelas declarações entregues no período compreendido entre 1.1.2004 e 31.12.2004 a aplicação de alíquota de 25% sobre todos os valores discriminados com a obrigatoriedade de recolhimento do valor em questão apurado, em até 10 dias a partir do recebimento da declaração pela autoridade fiscal competente;

b) para aquelas declarações entregues ou ainda passiveis de entrega no período compreendido entre 01.1.2005 e 31.03.2005, foi aplicada alíquota de 35% (trinta e

cinco por cento) sobre todos os valores discriminados com a obrigatoriedade, de recolhimento do valor em questão apurado em até 10 (dez) dias a partir do recebimento da declaração pela autoridade fiscal competente.

3.5. Importante ressaltar que pela legislação alemã, era vedada a aplicação da lei aos fatos geradores de ilícitos tributários ocorridos após 17.10.2003, regra estabelecida para impedir que contribuintes em situação regular perante o fisco, de forma voluntária, viessem a cometer ilícitos para beneficiarem-se da remissão fiscal.

3.6. Muito embora as alíquotas previstas em lei sejam relativamente altas, se comparadas com as alíquotas vigentes no Brasil, elas eram aplicadas sobre bases de cálculo específicas, que consideram a natureza da atividade econômica exercida pelo declarante:

a) assim, ocorreu a apuração da base de cálculo em separado e de forma reduzida, sobre a qual foi aplicada a alíquota de 25% ou 35%, respectivamente sobre:

I - rendimentos auferidos e não discriminados ou;

II – aos rendimentos auferidos e discriminados apenas em parte, relativamente a bens e direitos.

3.7. No que concerne às pessoas físicas, aplicaram-se os dispositivos da lei de imposto de renda das pessoas físicas – *"Einkommensteuergesetz – EstG"*, parágrafos:

a) parágrafo § 2 *EStG* – que versa sobre a tipificação dos rendimentos tributáveis, c/c;

b) parágrafos § 13, 14 *EStG* – que versa sobre rendimentos de exploração de atividade rural e florestal;

c) parágrafos § 15, 16, 17 *EStG* – que versa sobre rendimentos de exploração de atividade empresarial comercial;

d) parágrafo § 18 *EStG* – que versa sobre rendimentos de exploração de atividade empresarial autônoma;

e) parágrafo § 19 *EStG* – que versa sobre rendimento de exploração de atividade assalariada;

f) parágrafo § 20 *EStG* – que versa sobre rendimentos obtidos que acresçam o patrimônio;

g) parágrafo § 21 *EStG* – que versa sobre rendimentos de exploração de atividade de arrendamento;

h) parágrafos § 22, 23 *EStG* - que versa sobre rendimentos de exploração de outras atividades.

3.8. No caso de pessoas jurídicas, aplicou-se o parágrafo § 8 da lei de imposto de renda das empresas *"Körperschaftsteuergesetz - KStG"*, que por sua vez, remete ao parágrafo § 2 da lei de imposto de rendas das pessoas físicas - *EStG* e demais parágrafos acima elencados.

3.9. Após o enquadramento descrito, em relação à natureza dos rendimentos auferidos, e conforme descrição dos rendimentos acima demonstrada, houve necessidade de se apurar quais as espécies de tributos que tinham sido impactadas pelos rendimentos auferidos (Ex. IRPF, IRPJ, etc...), e sobre estes rendimentos o declarante aplicou percentuais diferenciados para a formação da base de cálculo, conforme adiante exposto.

3.10. A medida visou devolver ao erário, ao menos em parte, os impostos que deixaram de ser recolhidos sobre ganhos auferidos e que impactaram os seguintes tributos, calculados por meio da aplicação dos seguintes percentuais (para a formação da base de cálculo) sobre os tais ganhos não declarados ou declarados a menor:

a) Imposto de Renda das Pessoas Físicas - *ESt – 60%;*

b) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - *KSt – 60%;*

c) Imposto sobre o Faturamento - *USt- 30% ;*

d) Imposto sobre o Patrimônio - *VermSt – percentual subsidiário;*

e) Imposto sobre atividade empresarial comercial - *GewSt – 10% e 100%;*

f) Imposto sobre Sucessões - *ErbSt – 20%;*

g) Impostos retidos na fonte - *LSt e KESt* – percentual subsidiário estabelecidos em outros dispositivos legais.

3.11. Finalmente, cabe ressaltar que sobre os rendimentos declarados de forma incorreta e que implicaram no recolhimento de mais de um tributo, coube a aplicação das referidas alíquotas para a formação da base de cálculo de forma cumulativa.

3.12. Paralelamente ao plano de remissão fiscal na Alemanha, outras iniciativas/projetos foram implementados, o que reforçou a oportunidade do programa naquele país, cabendo relatar a recepção no ordenamento jurídico alemão da Diretriz da União Européia para a harmonização da tributação de rendimentos - juros – Diretriz 2003/48/EG de 03.06.2003, que tem como justificativa o

descompasso na tributação em nível do bloco europeu, que apresenta alíquotas não harmonizadas.

3.13. Esta diretriz foi recepcionada pela Regulamentação de Informação de Juros, denominada "*Zinsinformationsverordnung - ZIV*" de 26.01.2004, que implicou em alterações na legislação do imposto de renda das pessoas físicas, as quais basicamente foram:

a) introdução do parágrafo § 24c da lei de imposto de renda das pessoas físicas - *EStG* , o qual versa sobre a obrigatoriedade de apresentação de informe de rendimentos anuais (equivalente à DIRF brasileira;

b) a inserção do parágrafo § 45 e da lei de imposto de renda das pessoas físicas - *EStG*, o qual versa sobre a obrigatoriedade do governo de incorporação da diretriz ao ordenamento jurídico interno;

c) o parágrafo § 50b S. 1 da lei de imposto de renda das pessoas físicas - *EStG*, o qual versa sobre o direito de controle por parte das autoridades fiscais.

3.14. Outra alteração significativa naquele ordenamento diz respeito à possibilidade de, a partir de julho de 2005, os 25 países integrante do bloco europeu tornarem operacional o mecanismo de troca de informações entre o país de residência/domicílio do investidor e o país onde se encontram os investimentos.

3.15. Pelo mecanismo, os investidores não serão identificados, mas a eles serão atribuídos números de identificação prevendo-se ainda que:

a) sobre os rendimentos auferidos e tributados, os impostos auferidos serão mantidos no país onde se encontram as aplicações à razão de 25%;

b) os restantes 75% ser encaminhados ao país de residência/domicílio dos investidores.

3.16. Tal dispositivo ainda não se aplica para a Suíça, Bélgica e Luxemburgo, para os quais ficaram estipulados regras específicas de transição com alíquotas diferenciadas de retenção na fonte de:

a) 15% a partir de 1.07.2005;

b) 20% a partir de 1.07.2008;

c) 35% a partir de 01.07.2011.

3.17. Pela nova sistemática, fica facultado ao investidor aderir ou não ao sistema:

a) Em caso negativo, sujeitar-se-á as alíquotas indicadas devendo ser levados em consideração todos os tratados para evitar a bi-tributação desses investimentos, ficando a cargo do país de residência/domicílio do investidor adotar as providências para que não ocorra a bi-tributação;

b) O intuito da Alemanha é tributar estes ganhos auferidos (juros) à alíquota de 25% em detrimento das alíquotas até 2004 praticadas, via de regra de 30% e de 35% em alguns casos específicos.

3.18. A outra inovação verificada no ordenamento alemão diz respeito à incorporação das Diretrizes da União Européia para implementação da Lei de Modernização da Estrutura de Mercado de Capitais – Diretrizes 2001/107/EG e 2001/108/EG de 21.01.2002, que teve por objetivo tornar a Alemanha um mercado de fundos de investimentos mais competitivo em relação a mercados em países como Irlanda, Luxemburgo e Inglaterra, que são atualmente mais atrativos e são grandes receptores de recursos de pessoas físicas e jurídicas alemãs.

3.19. Dentre outros, pretendeu esse país equiparar o tratamento tributário de fundos situados no exterior a fundos locais que via de regra eram privilegiados, por meio do uso do mecanismo *"Halbeinkünfteverfahren"* para fundos no exterior com base no disposto no § 3, inciso 40 da Lei de IRPF (§§ 3, 40 *EStG*) em que apenas 50% dos ganhos auferidos estão sujeitos à tributação.

3.20. A autoridade fiscal alemã avaliou os resultados auferidos nesse país até o final de 2004 e pelas suas estimativas, os beneficiários puderam legalizar o montante aproximado de €$ 980 milhões, equivalente a apenas 20% do inicialmente previsto pelo governo.

4. ESTADOS UNIDOS

4.1 O plano de remissão fiscal implementado pelos Estados Unidos da América foi introduzido pela Lei *"American Jobs Creation Act of 2004, Section 422"*, assinada em 22.10.2004 pelo Presidente George W. Bush e incorporando o *"Homeland Investment Act (HIA) – (H.R. 4520)"*, o qual previu a concessão de remissão fiscal, tendo como beneficiários apenas pessoas jurídicas que auferissem dividendos provenientes de empresas coligadas no exterior (mínimo de 10% (dez por cento) de participação no capital).

4.2. A adesão à remissão fiscal foi limitada no tempo, tendo sido contado o prazo de 120 dias apenas, a partir da data da sua promulgação e facultada aos beneficiários a adesão apenas durante o ano-fiscal de 2004, ou seja, o ano da entrada em vigor da referida norma ou o ano-fiscal de 2005, sendo posterior à entrada em vigor da referida norma.

4.3. Os Estados Unidos da América, muito embora não possuam programa declarado de remissão, trouxe ao seu ordenamento um nova legislação que

aproxima-se desse objeto e, de acordo com as autoridades locais, essas inovações visavam:

a) a redução do déficit interno no país em US$ 75 bilhões em 05 anos;

b) o aumento do volume de investimentos empresariais;

c) o incremento do Produto Interno Bruto americano e a criação de aproximadamente 600 mil novos empregos;

d) a atração de capital excedente e investido fora do país em aproximadamente US$ 500 bilhões de dólares americanos (*cash balances*).

4.4 O plano de remissão fiscal americano consistiu basicamente em tributar o excedente dos dividendos distribuídos nos últimos 03 a 05 anos do período elegível a adesão ao plano de remissão fiscal, por coligadas no exterior a seus acionistas, e que estão aplicados fora do país, pela imposição da alíquota de IR de 5,25%, bastante reduzida se comparada à alíquota corrente, de 35%.

4.5. A legislação pesquisada possibilitou a dedução de 85% da base de cálculo tributável, pela utilização do plano como uma alternativa à sistemática de aproveitamento de "*Tax Credits*", definidos pela lei norte-americana como sendo impostos pagos por subsidiárias no exterior passíveis de compensação com impostos devidos localmente.

4.6. Para que a adesão ao programa ocorresse de fato, fez-se necessário que a empresa beneficiária, anteriormente à fruição do benefício, apresentasse plano de investimento dos valores repatriados ao território americano, que fosse aprovado pelo "*board*", ou seja, presidência e diretoria corporativa, e pelo "*Executive Committee & Management Committee*", ou seja, equivalente ao conselho de administração.

4.7. Este plano fora denominado pela lei como sendo o "*Domestic Reinvestment Plan*" ou Plano de Reinvestimento Doméstico, que deveria necessariamente contemplar contratações e retenção de colaboradores, investimentos em infra-estrutura, treinamentos, empréstimos (retro-emprestimo), ou mesmo novos investimentos financeiros, pois os valores repatriados não poderiam ser direcionados para a remuneração dos acionistas.

4.8. Para tornar efetivo o benefício, a legislação desse país previu que os dividendos sujeitos à dedução de 85% da base de cálculo deviam exceder a média anual de dividendos distribuídos, discriminados nas declarações anuais de rendimentos dos beneficiários, exceção feita apenas àquelas entregues após 30/06/2003, tendo, entretanto, sido permitida inclusão na base de cálculo os seguintes dividendos distribuídos:

a) aqueles apurados e recebidos por subsidiárias "*(actual dividends received by CFC's)*";

b) aqueles ainda não tributados até o montante dos investimentos feitos pela subsidiaria em bens e direitos nos EUA;

c) aqueles apurados e previamente tributados.

4.9. A legislação norte-americana trouxe algumas limitações à fruição do benefício, *dentre as quais, podem ser citadas:*

a) os dividendos sujeitos a dedução eram limitados a US$ 500 milhões, restritos àqueles discriminados nas demonstrações financeiras anteriores (inclusive) a 30/06/2003, auditadas, e ainda não utilizadas para fins fiscais, (desde que comprovado o re-investimento permanente fora do território americano) ou que não houvesse sido discriminadas nas demonstrações financeiras como reinvestimento *permanente, das três hipóteses o maior valor,* tendo se aplicado a alíquota de 35% sobre o montante de rendimentos retidos *"retained earnings"* e foi permitida a aplicação da alíquota alternativa ao restante;

b) empréstimos com empresas do grupo, cujos passivos não foram saldados pela mutuária coligada deviam ser excluídos dos dividendos dedutíveis para fins de apuração da dedução de 85%, tendo como base os montantes em aberto acumulados até 03.10.2004 - *"related party debt"*;

c) não foi permitida a dedução de "*Tax Credits*", definido como a compensação de lucros ou prejuízos acumulados sobre a parcela de impostos no exterior recolhidos, em relação aos montantes que serão repatriados;

d) foi vedada a dedução de quaisquer despesas relacionadas à parcela dedutível desses dividendos.

4.10. Ainda em relação ao ordenamento jurídico norte-americano, mereceu atenção da equipe técnica as normas reguladoras dos *International Banking Facilities,* aprovadas em agosto 1981, cujo objetivo principal era de simplificar a regulação de instituições bancárias com sede nos EUA, visando evitar a migração dessas instituições para paraísos fiscais, cujo destino no passado buscava evitar a respectiva sujeição ao alto nível de regulação do sistema bancário americano:

a) as normas reguladoras das IBF's permitiram que os bancos norte-americanos oferecessem serviços a não-residentes, livres de algumas exigências do FED e de alguns impostos estaduais e locais, melhorando sua competitividade em relação à bancos de outros países por depósitos e operações de crédito para não-residentes, permitiu a utilização de escritórios locais para esses fins, e a manutenção de "booking" em separado, e exigiu que os depósitos fossem de no mínimo US$ 100 mil;

b) para as instituições financeiras, o regime do IBF trouxe alguns benefícios como:

I - as instituições detentoras de IBF's puderam reduzir o custo de captação de recursos estrangeiros, uma vez que não estavam sujeitos ao regime de constituição de reservas estabelecidos pela regulação bancária norte-americana;

II – para os correntistas tornou possível a oferta a não-residentes da possibilidade de abertura de contas cujo saque poderia ocorrer mediante aviso de um mínimo de 2 dias, e passou a ser permitida a oferta a instituições financeiras estrangeiras de contas para depósitos *"overnight"*;

c) essa legislação trouxe também, benefícios ao sistema bancário norte-americano em uma visão macroeconômica, pois permitiu aos bancos fruírem de opções de derivativos para proteção de suas matrizes de riscos cambiais ou de flutuações de taxas de juros;

d) após um ano de vigência, US$ 34 bilhões foram transferidos para IBF's, a partir de filiais de bancos norte-americanos, sendo 85% a partir dessas filiais e o restante de instituições financeiras de outras nacionalidades, tendo esse regime permitido o retorno de operações antes realizadas *off-shore* para os EUA (em junho de 2004, existiam 263 IBF's, sendo que 155 se localizavam no Estado de Nova Iorque).

5. **BÉLGICA**

5.1. Na Bélgica o mecanismo de remissão fiscal foi introduzido pelo Ato de Remissão Fiscal - *Déclaration Libératoire Unique*, publicado oficialmente em 31.12.2003, com vigência a partir 01.01.2004, e até o final do ano-calendário, tendo como beneficiários apenas as pessoas físicas:

a) a legislação belga teve por objetivo arrecadar bens, direitos e rendimentos existentes e não declarados, ou declarados de forma insuficiente e que não foram tributados ou apenas foram tributados em parte;

b) tais bens, direitos e rendimentos necessariamente deveriam ser oriundos de rendimentos profissionais – *"black money"*, de rendimentos de investimentos - *"grey money"*, ou de ativos – *"assets"*.

5.2. No caso belga, é importante ressaltar que a introdução da medida também visou acompanhar a Diretriz Européia que abrangeu a Harmonização da Tributação de Rendimentos de Juros – Diretriz 2003/48/EG de 03.06.2003, a exemplo da Alemanha, uma vez efetivada a operacionalização do sistema de troca de informações entre países do bloco no tocante a rendimentos de juros auferidos em país do bloco europeu que fosse diverso do país de residência / domicílio do contribuinte.

5.3. A legislação desse país permitiu a repatriação de recursos, mediante a imposição das alíquotas de 9% em qualquer caso, de 6% para os casos em que houvesse reinvestimento na economia belga ou em país membro do Bloco Europeu por 03 anos, prevista a aplicação de alíquota adicional punitiva de 6%, para os casos em que exigências da lei não fossem atendidas.

5.4. A adesão à remissão ocorria quando o contribuinte transferisse os recursos envolvidos para instituição financeira belga presente no território ou para seguradora belga presente no território mediante contratação de plano de seguro de vida ou de capitalização.

5.5 Assim como no caso da Itália, houve a figura do intermediário, basicamente a instituição financeira ou seguradora, às quais cabiam preencher e entregar a declaração à autoridade fiscal acerca da repatriação dos recursos, que corria sob sigilo:

a) as alíquotas aplicáveis foram respectivamente de 9 e 6 % e ao contribuinte foi permitido optar por não repatriar os valores em questão, mantendo-os em conta de investimento no exterior;

b) no caso de opção pelo não repatriamento, a declaração preenchida era encaminhada às autoridades fiscais competentes, mantidas as mesmas alíquotas, mas o processo corria de forma não-sigilosa.

5.6. Essa lei trouxe consigo uma ressalva, relativa ao tratamento das denominadas *bearer securities* - ações ao portador depositadas em território belga, onde houve a possibilidade ao enquadramento no regime de remissão fiscal mediante a aplicação da alíquota de 9% desde que fosse comprovada a sua aquisição em data anterior a 01.06.2003 e que o investimento permanecesse registrado em nome do aplicador (identificado) pelo prazo de 03 anos.

5.7. O plano de remissão fiscal belga teve uma adesão inferior às expectativas, tendo sido repatriados apenas €$ 200 milhões.

6. **OUTROS PAÍSES**

Além dos regimes descritos, podem ser citadas as leis (ou projetos de lei), da África do Sul, da Argentina e da Rússia, que em comum representam a pretensão dos estados nacionais em competirem pelo fluxo internacional de capitais.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 444, DE 2008–COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, para proibir o contingenciamento orçamentário na área social em benefício do pagamento de juros e serviços da dívida.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º .....

.....

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do ente e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

.....

§ 6º Os recursos destinados ao Fundo Nacional de Saúde ao custeio da previdência social, ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e ao Fundo de Cultura e da Ciência e Tecnologia, não poderão ser objeto de contingenciamento orçamentário ou financeiro, nem passíveis de cancelamento. (NR)

Justificação

O objeto do Projeto é alterar a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), para proibir o contingenciamento orçamentário na área social em benefício do pagamento de juros e serviços da dívida.

Por conseguinte, o Projeto busca incluir dispositivo legal que garanta a não limitação ou cancelamento dos recursos orçamentários destinados ao setor saúde, à previdência social, ao programa bolsa família e aos setores da cultura, da ciência e tecnologia (Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 9º, § 6º). E, por conexão de mérito político e técnico, também busca suprimir da LRF a regra que diz que não serão objeto de limitação orçamentária as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dúvida (Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 9º, § 2º).

Lei de Responsabilidade Fiscal	Projeto Senador Valadares
Art. 9º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.	Art. 9º. (igual)
§2º. Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas por lei de diretrizes orçamentárias.	§2º. Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, e as ressalvadas por lei de diretrizes orçamentárias.
Não tem correspondente.	§6º. Os recursos destinados ao Fundo Nacional de Saúde, ao custeio da previdência social, ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e ao Fundo de Cultura e da Ciência e Tecnologia, não poderão ser objeto de contingenciamento orçamentário ou financeiro, nem passíveis de cancelamento.

Portanto, o escopo da Proposta é assegurar a efetividade da Emenda Constitucional nº 29, chamada de Emenda da Saúde; garantir a Previdência Social dos trabalhadores, a Assistência Social do Fundo de Combate e Erradicação da pobreza, além de viabilizar que os recursos destinados à Cultura, à Ciência e à Tecnologia sejam, verdadeiramente, implantados e disponibilizados para o desenvolvimento do Brasil.

Segundo estudo do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) divulgado no último dia 12 de novembro deste ano, o Brasil pagou em serviços da dívida mais do que o dobro dos gastos com educação, saúde e investimentos somados entre 2000 e 2007. Ou seja, entre os anos 2000 e 2007, os gastos da União com saúde, educação e investimentos corresponderam a 43,8% do total das despesas com juros.

Por conseguinte, segundo o levantamento, feito com base em dados do governo, os juros responderam pelo desembolso de R$1,267 trilhão de 2000 a 2007. No mesmo período, os gastos com saúde (R$310,9 bilhões), educação (R$149,9 bilhões) e investimentos (R$93,8 bilhões) somaram R$554,6 bilhões. Isto significa que os juros responderam por 7% ao ano, em média, do total da renda nacional.

O aludido estudo aponta corretamente que esse pagamento com os serviços da dívida "pode ser considerado um gasto improdutivo, pois não gera emprego e tampouco contribui para ampliar o rendimento dos trabalhadores, termina fundamentalmente favorecendo a maior apropriação da renda nacional pelos detentores de renda da propriedade (títulos financeiros)".

Desta forma, entendemos como necessária a inclusão de dispositivo na LRF que garanta o não contingenciamento ou cancelamento dos recursos orçamentários destinados à área social. É importante entender que a benquista responsabilidade fiscal não significa permitir uma transferência monumental de recursos para a porção mais rica da sociedade.

A corrente a favor das mudanças que assolou a América Latina, por meio da eleição de governos progressistas e que agora tomou corpo nos Estados Unidos, por meio do recém-eleito presidente Barack Obama, bem como diante das causas da crise financeira mundial, está a indicar que as expectativas populares pelas mudanças exigem concretamente medidas de proteção ao emprego; de combate à pobreza; de investimentos em tecnologia, cultura e ciência; de serviços de saúde que dêem cobertura eficiente e de qualidade aos que não tem plano de seguro médico. Definitivamente, a responsabilidade fiscal não é uma agressiva política que beneficia especuladores e uma elite de gerentes de corporações financeiras, mas uma política que garanta boa gestão dos recursos públicos – para satisfazer demandas sociais de quem trabalha e produz riqueza.

Salas das Sessões, 18 de novembro de 2008. – Senador **Antonio Carlos Valadares** – PSB – SE.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

(...)

Seção IV
Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas

Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea **c** do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade especifica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no **caput**, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

Art. 10. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho, PMDB – RN) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 289, DE 2008

(Nº 760/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Canaã do Brasil para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 251 de 9 de maio de 2005, que outorga permissão à Fundação Educativa Canaã do Brasil para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO ORIGINAL Nº 760, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Canaã do Brasil para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 251, de 9 de maio de 2005, que outorga permissão à Fundação Educativa Canaã do Brasil para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 11 de julho de 2008. – Deputado **Bilac Pinto,** Presidente em exercício.

MENSAGEM Nº 187

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 235, de 20 de abril de 2005 – Fundação Fênix de Educação e Cultura, no Município de São José do Egito – PE;

2 – Portaria nº 251, de 9 de maio de 2005 – Fundação Educativa Canaã do Brasil, no Município de Petrolina – PE;

3 – Portaria nº 398, de 23 de agosto de 2005 – Fundação Chico Florentino, no município de Pesqueira – PE;

4 – Portaria nº 410, de 8 de setembro de 2005 – Fundação João Sotero – Fundacaru, no Município de Belo Jardim – PE.

Brasília, 8 de abril de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 194 EM

Brasília, 17 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.017146/2005-73, de interesse da FUNDAÇÃO EDUCATIVA CANAÃ DO BRASIL, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

2. De acordo com art. 13, § 1º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado do processo correspondente.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira**.

PORTARIA Nº 251 , DE 9 DE MAIO DE 2005.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.017146/2005-73, e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 668-1.07/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA CANAÃ DO BRASIL para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Petrolina, no Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EUNÍCIO OLIVEIRA
Ministro de Estado das Comunicações

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE ÁUDIO
COORDENAÇÃO DE RADIODIFUSÃO – REGIÃO NORTE E NORDESTE

PARECER Nº 119 /2005/CONEN/CGLO/DEOC/SC – MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53000.0171146/2005.
INTERESSADA: FUNDAÇÃO EDUCATIVA CANAÃ DO BRASIL
ASSUNTO: Outorga de serviço de radiodifusão educativa.
EMENTA: Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.
CONCLUSÃO: À apreciação da douta CONJUR.

I – DOS FATOS

A FUNDAÇÃO EDUCATIVA CANAÃ DO BRASIL, com sede no Município de Olinda, Estado do Pernambuco, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Petrolina/PE, mediante utilização do canal 218/E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira que estipulou, dentre seus objetivos, executar e manter serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação que tutela os serviços de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

O cargo de Diretora Presidente está ocupado pela Sra. **Zeneide Maria de Souza Costa**, cabendo a ela a representação ativa e passiva da entidade, nos atos de sua administração.

Compõem a Diretoria da entidade, ainda, a Sra. **Maria Oliveira de Souza** (Diretor Vice-Presidente), a Sra. **Geane de Lima Silva** (Diretor Secretário) e a Sra. **Zenilda Oliveira Souza** (Diretor Tesoureiro).

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE ÁUDIO
COORDENAÇÃO DE RADIODIFUSÃO – REGIÃO NORTE E NORDESTE

II. DO MÉRITO

A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está prevista na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea "a").

É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço. A eficácia do correspondente ato está condicionada à deliberação do Congresso Nacional.

O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe deu o Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no D.O.U. de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

> *"Art.13*
> *(...)*
> *§1º - É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos".*

A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no D.O.U. de 19 de abril de 1999 (fl. 08).

O deferimento da outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declaração nos autos (fl. 101, 102, 103 e 104).

Também formulou pedido para outorga de permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, naquela localidade a Fundação Cultural de Petrolina (processo 53000.001643/2003).

III. CONCLUSÃO

Face à correta instrução do processo, em observância aos dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, sugerimos o envio destes autos à douta Consultoria Jurídica deste Ministério, para apreciação.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE ÁUDIO
COORDENAÇÃO DE RADIODIFUSÃO – REGIÃO NORTE E NORDESTE

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer "sub-censura".

Ao Coordenador das Regiões Norte e Nordeste.

Brasília, 25 de abril de 2005.

SILVANA OLIVEIRA MORENO
Advogada - Região Norte / Nordeste

Submeta-se ao Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio.

Brasília, 25 de abril de 2005.

MARCELO FIUZA LIMA
Coordenador - Região Norte / Nordeste

De acordo. Ao Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 25 de abril de 2005.

ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2008, que acaba de ser lido, tramitará com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, e da Resolução nº 1, de 2007, do Senado Federal, o Projeto lido será apreciado terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, **b**, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero comunicar aos Senadores que não teremos hoje a Ordem do Dia, que fica transferida para amanhã. Amanhã, sim, vamos realizar as votações das medidas provisórias previstas para hoje.

São os seguintes os itens transferidos para a sessão deliberativa ordinária de amanhã:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2008, que *dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil – BACEN, de que trata a Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da Susep, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira – SIDEC; altera as Leis nºs 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de 27 de maio de 1998; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nºs 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008)*.

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 441, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2008, que *dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, de que trata o art. 2º da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – Grupo DACTA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, dos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas – HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, da Carreira Previdenciária, de*

que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, dos Policiais e Bombeiros Militares dos Ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, do Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União -GIAPU, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, das Carreiras da área de Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do FNDE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do INEP, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, dos Juízes do Tribunal Marítimo, de que trata a Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006, do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, do Quadro de Pessoal da AGU, de que trata a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da Tabela de Vencimentos e da Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária -GDATFA, de que trata a Lei nº 10.484, de 3 julho de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário-GDAPA, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária-GDARA, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – GDPST, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.882, de 9 de junho de 2004, e 11.357, de 19 de outubro de 2006, da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal-GSISTE, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; dispõe sobre a instituição da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos-GEPR, da Gratificação Específica, da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática– GSISP, da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo-GAEG e do Adicional por Plantão Hospitalar; dispõe sobre a remuneração dos beneficiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; dispõe sobre a estruturação da Carreira de Médico Perito Previdenciário, no âmbito do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Evandro Chagas e do Centro Nacional de Primatas e do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda; reestrutura a Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a nº Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003; cria as Carreiras de Especialista em Assistência Penitenciária e de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária; altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de l998, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.225, de 15 de maio de 2001, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.483, de 3 de julho

de 2002, 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 11.356, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 10.855, de 1º de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 10.480, de 2 julho de 2002, 10.883, de 16 de junho de 2004, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.550, de 13 de novembro de 2002, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.882, de 9 de junho de 2004, 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivos das Leis nºs 8.829, de 22 de dezembro de 1993, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.479, de 28 de junho de 2002, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.882, de 9 de junho de 2004, 10.907, de 15 de julho de 2004, 10.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 441, de 2008).

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição.)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno.)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003*.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008*.

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 29, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 442, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2008, que *dispõe sobre as operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 442, de 2008)*.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal.)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).*

O PLC nº 27, de 2008, tramitou em regime de urgência constitucional (art. 64, § 1º – CF), de 24/03 a 01/07/08, quando foi aprovada a Mensagem nº 460, de 2008, de retirada da urgência.

O prazo de apresentação de emendas, nos termos do art. 375, I, do Regimento Interno, transcorreu no período de 25 a 31/03/08.

A matéria volta a tramitar em regime de urgência constitucional (art. 64, § 1º – CF), nos termos da Mensagem nº 200, de 2008, do Presidente da República, lida em 6/10/2008.

(Sobrestando a pauta a partir de 21/11/2008)

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

12

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de 1ª (primeira) instância, e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 994, de 2007, e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Álvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de Subemendas que apresenta.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*.

20

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem), que *denomina "Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre", o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá*.

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,

Relator: Senador Geovani Borges.

30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 208, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007*.

Parecer favorável, sob nº 1.039, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Mo-

rais, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007.)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta*

dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos*.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de* Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

42

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

43

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

44

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Ca-

valcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

45

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

46

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

47

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sendo assim, encerro a Ordem do Dia com essa comunicação.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Jayme Campos, pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero apenas, no dia de hoje, cumprimentar todos os conselheiros e conselheiras tutelares porque hoje é o dia dessas pessoas que têm prestado relevantes serviços ao Brasil, sobretudo porque eles cuidam dos direitos das crianças e dos adolescentes deste País. E nós tivemos o privilégio, Senador Paulo Paim, de encaminhar a esse Congresso que está sendo realizado na cidade de Luziânia 37 delegados do Estado do Mato Grosso. E, certamente, o Congresso Nacional apoiará as ações de todos os conselheiros e conselheiras tutelares deste imenso País, porque muitos conselhos implantados nas cidades brasileiras não têm, lamentavelmente, o apoio suficiente para uma boa prestação de serviço. De tal forma que eu, particularmente, quero registrar as minhas homenagens a todos os conselheiros e conselheiras tutelares deste imenso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente desta Casa, Senador Garibaldi Alves Filho, Senadoras e Senadores, nós estamos travando uma batalha de números e dados sobre a situação dos aposentados e também dos pensionistas.

Sr. Presidente, confesso que a indignação quanto à situação dos aposentados não é só minha. Tenho certeza que a indignação é de todo o povo brasileiro.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que, numa pesquisa realizada no meu Estado, 97% da população gaúcha se posicionou a favor dos projetos que o Senado aprovou, ou seja, o fim do fator previdenciário, o reajuste dos aposentados nos mesmos moldes do salário mínimo e para que haja a recomposição das perdas, nem que seja em cinco anos.

Há meses, temos protelado, Sr. Presidente, a decisão que vamos tomar no dia de hoje. Primeiro esclarecendo: os três projetos são datados de 2003. De 2003 para cá, eu, praticamente, negociei, dialoguei com todos os Ministros da Previdência. Não chegamos a um entendimento. Nós dialogamos em audiências públicas com, praticamente, todos os setores dos Governos. Não chegamos a um entendimento.

Por isso, Sr. Presidente, na última terça-feira, depois de dialogar, na sala de V. Exª com o Ministro da Previdência, com V. Exª, marcamos para hoje um outro encontro, com a presença do Presidente da Comissão do Orçamento, Deputado Mendes Ribeiro, e também com o Relator da Comissão de Orçamento, Senador Delcídio Amaral. Novamente, Sr. Presidente, não houve nenhum entendimento sobre a situação dos aposentados e dos pensionistas.

Os números que, infelizmente, são colocados à opinião pública fogem totalmente da verdade. Olha, um número colocado foi de que, se fossem aprovados na Câmara os três projetos que aprovamos aqui, no Senado, o gasto seria em torno de 27% do PIB do próximo ano – R$3,2 trilhões –, o que daria um gasto aproximado de até R$1 trilhão. Depois, reduziram, dizendo que o gasto seria em torno de R$180 bilhões. E agora reduziram mais: R$76 bilhões. Eu já vi dados até de R$27 bilhões, de R$12 bilhões, de R$9 bilhões, de R$8 bilhões.

Sr. Presidente, nenhum desses dados caminha no campo da verdade, o que culminou, no nosso entendimento, na medida em que vamos tomar a partir deste momento, depois da reunião que tivemos na sala de V. Exª, em que foi feito um acordo de que, na próxima quarta-feira, o Ministério da Previdência traria uma contraproposta dos três projetos que o Senado aprovou: o fim do fator, o reajuste dos aposentados e a reposição das perdas.

Ouvimos o que foi colocado na reunião. Todos os presentes chegaram ao entendimento de que a peça orçamentária não atende ao requisito para sustentar as propostas. Em nenhum momento, isso foi colocado, o que, no meu entendimento, significa uma quebra de confiança. E, com a quebra de confiança na mesa de negociação, informo à Casa que faremos hoje uma vigília que vai iniciar-se agora até amanhã pela manhã. Faremos aqui, com aqueles Senadores que puderem ficar – sabemos que a maioria tem compromisso –, um bom debate sobre a importância da Previdência, do reajuste dos aposentados e dos pensionistas.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Inscreva-me para um aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ouço o Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Paulo Paim, estávamos esperando que V. Exª fosse à tribuna, porque é o grande coordenador desta árdua tarefa que V. Exª, há muito tempo, vem tocando. Combinamos que V. Exª seria o nosso portador na tarde de hoje e, por isso, eu ainda não tinha feito nenhuma interferência. Não me motivei, em nenhum momento, a ir à tribuna hoje à tarde, porque, confesso, estou triste. Em determinados momentos da reunião, Senador, senti que o Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Mendes Ribeiro, teve boa intenção em resolver o problema. Senti também que o Relator Delcídio Amaral teve boa intenção em resolver o problema. O grande problema, a má vontade está totalmente determinada: a má vontade é do Ministro da Previdência Social. Quando da primeira reunião, Senador, ele começou a inventar, inventar – repito a palavra – que nós estávamos sentados para discutir 105 projetos, o que não era verdade, comecei a desconfiar do Ministro. Saímos da reunião de hoje com alguma coisa encaminhada, Presidente Garibaldi. Eu até fiquei feliz. Mas não entendi mais nada quando fui comunicado de uma entrevista que o Ministro deu lá fora, ao sair da reunião, dizendo, Senador José Agripino, que nós, Senadores, tínhamos concordado na reunião que não havia orçamento para isso, que nós, Senadores, tínhamos concordado com isso. Pura inverdade! Então, Ministro que falta com a verdade não é uma pessoa confiável na primeira reunião, na segunda reunião, na terceira reunião, na quarta reunião. A má vontade, Senador, está altamente esclarecida na tarde de hoje. É a má vontade do Ministro da Previdência Social, que inventa números, cria números, dificultando todo o processo de diálogo e de entendimento. Por isso, saiba V. Exª que entraremos em vigília hoje, alertando a Nação, como prometemos, fazendo o alerta à sociedade brasileira. Usarei a tribuna para mostrar como vivem os aposentados brasileiros. Isso é dolorido, porque o próprio Presidente da República declarou, no seu primeiro mandato, que não aceitava o fator e hoje está contra o projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ouço o Senador José Agripino, Líder do Democratas.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Paulo Paim, tive oportunidade de, mais uma vez, ao lado de V. Exª, ao lado do Senador Mário Couto, ao lado de vários Senadores de vários partidos, participar da

reunião ocorrida no gabinete do Presidente do Senado, sob a Presidência do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, presentes o Ministro da Previdência e o Relator do Orçamento, para tratarmos de um assunto que já foi aprovado nesta Casa. Por iniciativa de V. Exª, nós votamos, e eu me orgulho de, meses atrás – bem antes da crise, há meses, bastante tempo atrás –, termos aprovado, por unanimidade desta Casa, duas matérias importantes: uma, que faz justiça ao aposentado, concedendo a ele aumento semelhante ao aumento concedido ao salário mínimo, 9,4% contra 5% de aumento concedido aos aposentados. Para fazer justiça, nós votamos um projeto, aprovado por unanimidade nesta Casa, concedendo aos aposentados os mesmos 9,4% aos aposentados do regime geral da Previdência que se deu ao reajuste do salário mínimo. O segundo ponto: o fim do fator previdenciário. Foram duas matérias de iniciativa de V. Exª que contaram com o apoio unânime do Senado. Votamos, por unanimidade, há mais de seis meses. E essas matérias se encontram na Câmara dos Deputados, dormindo. Colocaram uma pedra sobre esses assuntos. O que se deseja? Que se retire a pedra. Ou ata ou desata; ou assume que aprova ou assume que não aprova, mas que se estabeleça um diálogo em torno do assunto. Para isso, as Lideranças que estiveram reunidas hoje, como eu, como V. Exª, no gabinete da Previdência, fomos lá para provocar o Ministro da Previdência e o orçamento, pelo seu Presidente e pelo seu Relator, para que encontremos o caminho. Eu estava presente e vi claramente o desafio de V. Exª: "Abro mão do fator previdenciário em troca da idade mínima". Isso fala quem quer dialogar, quem quer encontrar caminho para um mínimo de conquista pela via do diálogo, ou que nos convençam com argumentos de que isso não é possível. O que se deseja, na verdade, é fazer justiça e fazer com que a Câmara, provocada por nós, aprove uma coisa que já votamos há mais de seis meses e que já aprovamos. Quero cumprimentar V. Exª, quero cumprimentar todos aqueles que estão querendo uma definição sobre este assunto. Quem tem responsabilidade está na hora de assumi-la. Nós estamos assumindo a nossa. Que o Governo se pronuncie: sim ou não; talvez, não dá mais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador José Agripino Maia.

Concedo um aparte ao Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, gostaria de manifestar a impossibilidade de estar aqui hoje à noite e até amanhã nesta vigília que será promovida. Vou debater, em São Paulo, amanhã cedo – mas retornarei ao Congresso Nacional –, a política nacional de acesso a medicamentos. O Senador Tião Viana e eu temos uma preocupação muito grande com essa área, para que seja regulamentada. Quero falar da total solidariedade com V. Exª, com os aposentados e pensionistas, em relação ao três projetos já mencionados. Penso que isso não seja apenas de nossa parte; o Senado Federal, por unanimidade, já considerou esses projetos prioritários. E lembro aqui uma observação que li no dia de ontem, são apenas duas linhas: "Em 2003, a dívida do Brasil [dívida pública] era de R$965 bilhões; em 2007, já havia fechado na casa do trilhão: R$1,3 trilhão. Somente as altas das taxas de juros em 2008, que já somam 2,5%, geram um aumento na dívida, no período de um ano, da ordem de R$19 bilhões. Ninguém discutiu com a sociedade se os juros seriam aumentados em 2,5%, aumentando a dívida em R$19 bilhões. Ninguém perguntou se não seria mais interessante destinar esses recursos para aposentados e pensionistas, o que seria suficiente, e mais do que suficiente, para atender as necessidades da área". Então, as prioridades têm que estar objetivadas a favor do ser humano, a favor do brasileiro, particularmente daquelas pessoas que deram o melhor de si na vida ativa, no trabalho, no mundo do trabalho. Então, quero externar este ponto de vista a V. Exª. Já o tenho feito em outras ocasiões também, mas particularmente para aposentados e pensionistas. E quero dizer novamente que esta luta vai continuar no Congresso Nacional a favor dessas pessoas todas pelo Brasil. Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Faço questão de reafirmar, mais uma vez, que o Governo brasileiro tem de enfrentar esse debate dos idosos, dos aposentados e dos pensionistas.

Confesso que terei uma reunião, nesta semana, com as centrais sindicais. Olha, o que dá vontade mesmo é de, nessa reunião com as centrais sindicais, dizer: se todos nós, celetistas do Regime Geral da Previdência, vamos acabar ganhando somente um salário mínimo, por que pagar sobre dez salários mínimos? Alguém me disse: "Ah, mas se um juiz do Supremo se aposenta com R$ 25 mil, ele paga sobre R$25 mil". Pois bem. E por que o trabalhador que paga sobre R$3 mil não pode se aposentar com os R$3 mil, se o limite é R$3.038,00? Se um trabalhador paga sobre R$2 mil, por que não pode se aposentar com R$2 mil? Se um paga sobre R$1 mil, por que não pode se aposentar com R$1 mil? Por que os trabalhadores celetistas, que são – queiramos ou não – os mais pobres, têm o fator? Cada vez que ele encaminha o pedido do benefício, ele tem um redutor de 40%, se for mulher, e de 35%, se for homem. E os altos salários não têm – o Executivo não tem, o Legislativo não tem e o Judiciário não tem. Eu

não quero reduzir direito de ninguém. Eu quero apenas assegurar que aqueles que têm o salário menor, que são os celetistas, tenham o mesmo direito. Vamos fazer uma previdência universal, igual para todos. É só isso que estamos pedindo.

Ouço o Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, temos que encarar a previdência não como uma assistência que o Governo presta ao trabalhador, ao assalariado. A previdência é, na verdade, um sistema, um seguro que tem a parte do trabalhador, a contribuição do trabalhador e a contrapartida. E o Governo tem que dar a sua contrapartida. O sistema previdenciário tem que responder a sua contrapartida como um contrato. E o que estamos sentindo é exatamente que aí o Governo falha. Infelizmente, o Governo falha. Falha por quê? Porque ele coloca, no lombo da previdência, outros gastos de outras áreas, inclusive da área da assistência, que deveria ter o seu fundamento no orçamento. Tinha que ter o seu fundamento na parte contributiva geral, na contribuição de impostos. As receitas de tributos é que tinham que arcar com a possibilidade pela assistência. Infelizmente, o Governo tem-se esquivado de enfrentar essa questão. V. Exª tem um projeto que tramita aqui há quantos anos, Senador Paim? É de 2003?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – De 2003, mas eu já tinha apresentado, inclusive, na Câmara. Reapresentei em 2003. Tem mais de dez anos.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Veja, então uma coisa está acontecendo de bom: esse tumor está vindo a furo; agora está vindo a furo; e precisava vir, sim. V. Exª, hoje, está sofrendo uma série de imprecações. Quero dizer a V. Exª que os aposentados deste País que hoje sofrem uma defasagem danosa, ruinosa, estão aplaudindo V. Exª. E seus colegas do Senado e da Câmara – tenho certeza de que, na Câmara, quem tem a mínima clareza está ao lado de V. Exª – todos estão aplaudindo V. Exª também. V. Exª, neste instante, recebe aqui o meu aplauso. E amanhã vou fazer um pronunciamento, analisando os números, porque os números são estarrecedores. O Senador Arns apontou alguns para mostrar onde estão os furos, onde é possível atacar, onde está o dinheiro que pode custear a previdência. E nós temos que ir exatamente nessa direção. Não podemos permitir que agiotagem passe a ter primazia neste País em detrimento, em prejuízo daquele que derrama o seu suor, daquele que trabalha uma vida toda e, quando chega à velhice, quando chega à terceira idade, em que precisa comprar os remédios mais caros para enfrentar as patologias próprias da terceira idade, exatamente nesse momento, ele vai sofrer essa perda. Meus parabéns a V. Exª pela luta incessante, que, tenho certeza, não vai parar por aqui. V. Exª vai continuar e vai ter parceiro ao seu lado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Valter Pereira, eu agradeço a V. Exª.

Só para dar um dado: a Seguridade Social, no ano passado, teve um superávit de R$62 bilhões. Numa retrospectiva histórica – podem pegar os últimos 20 anos –, é *superávit* todos os anos. A pergunta que fica: para onde foi o dinheiro da Seguridade Social dos 20 anos?

Mas hoje me apresentaram a seguinte conta: "Se aprovarmos seu projeto, isso vai dar um déficit na Previdência de R$76 bilhões". Eu perguntei: "Qual é a data?". "A data é infinita, é desde que a Previdência foi inventada". Eu disse: "Mas, meu amigo, o meu projeto tem uma referência. A referência é a data em que foi criado o Fator Previdenciário, 1999". Então, se você pegar só o prejuízo que tiveram os aposentados de 1999 até hoje, em 8 anos, ele já ultrapassa os 70%. Se eles têm um prejuízo de 70%, é porque houve alguém que ficou com o dinheiro dos aposentados e dos pensionistas. Ninguém está propondo voltar há 60 anos, quando a Previdência foi criada. Daí, a dívida do Estado brasileiro com os idosos ultrapassa R$3 trilhões – aí sim, ultrapassa. Mas é claro que ninguém está propondo isso.

O que proponho na PEC 23, de que V. Exª foi o Relator, Senador Valter Pereira? Eu digo: "O dinheiro da Seguridade Social não pode ser destinado para outros fins". V. Exª foi Relator e aprovou no plenário. Está aqui. Só aprovar essa PEC é suficiente. É só aprovar a PEC que diz o seguinte: "O dinheiro da Seguridade Social não será, em hipótese alguma, destinado para outros fins". Só isso. Se fizermos a aprovação dessa PEC, não tem problema. Vamos pegar o Orçamento da Seguridade Social de hoje, dentro da peça orçamentária, sem buscar em nenhuma outra área mais recursos, e vamos dizer o seguinte: "Dentro da peça orçamentária, esse dinheiro só pode ser destinado para a Seguridade". Todos nós sabemos que Seguridade é saúde, assistência e previdência. Vamos deixar com a Previdência o que é da Previdência. Se fizermos isso, com certeza absoluta...

Mas teremos uma longa noite pela frente. Esses são alguns dados. Tenho centenas de dados; estão acumulados ali, na minha mesa. Voltaremos à tribuna quantas vezes for necessário até chegarmos às 6 horas da manhã.

Por enquanto, Sr. Presidente, agradeço.

Obrigado a V. Exª por ter tentado mediar para encontrarmos uma solução. Ainda espero que, com essa pequena vigília, que é um ato de amor, de solidariedade e de carinho com os nossos idosos, sensibilizemos os Deputados para que eles votem a matéria.

Quanto ao Presidente Lula, fico com a última frase dele: "Se o Congresso votar os projetos, eu não veto".

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Heráclito Fortes, depois o Senador Mário Couto.

Antes de dar a palavra a V. Exª, quero prorrogar a sessão por mais uma hora, já que o primeiro tempo da sessão já se esgotou.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Era sobre isso que eu queria falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª tem alguma proposta?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu só queria fazer uma solicitação, oficialmente, se o Senador Heráclito me permitir.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Claro.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria solicitar oficialmente a V. Exª que pudesse prorrogar a sessão até às 6h da manhã, porque queremos falar até a exaustão sobre esse assunto. Não queremos fazer vigília dormindo aqui, no plenário; nós queremos fazer vigília falando sobre o assunto. Que seja um, dois, três, quatro, cinco Senadores, mas vamos até a exaustão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mário Couto, V. Exª poderá pedir as prorrogações, mas não pode pedir de uma vez só. V. Exª vai pedindo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Apenas estou alertando V. Exª, porque, se vamos ficar até às 6h da manhã, o plenário necessita, obviamente, de uma série de providências. Por isso estou alertando e pedindo oficialmente a V. Exª. É um direito de cada Senador solicitar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª tem razão. Nós faremos funcionar o plenário, que é o que deseja V. Exª.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Exatamente isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são duas comunicações. Primeiro, quero avisar à Casa e ao País que encaminhei a V. Exª um pedido de prorrogação da CPI das ONGs contendo 44 assinaturas. Rogaria a V. Exª que, após a conferência das mesmas, fizesse a leitura para os efeitos necessários.

Segundo ponto: em entendimento com o Senador Inácio Arruda, vamos reunir a Comissão às 19h para tratar de assuntos administrativos. Rogamos aos Srs. membros da CPI das ONGs que compareçam à Sala 2 das Comissões.

Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Heráclito Fortes e todos os membros da CPI das ONGs pela importância dela. Ainda hoje, os jornais publicaram matéria sobre a falta de fiscalização no dinheiro que é enviado às ONGs.

Eu gostaria de cumprimentar S. Exª. Eu assinei o pedido de prorrogação e espero um dia ter oportunidade de fazer parte dela.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero lembrar ao Senador João Pedro que o Senador Inácio Arruda já está na tribuna há algum tempo.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Exª está muito rigoroso.

Eu serei rápido, quero chamar a atenção sobre a questão levantada pelo Senador Heráclito Fortes e gostaria que V. Exª pudesse dar um parecer acerca da prorrogação, levando em consideração, Sr. Presidente, a Lei nº 1.579, em seu art. 5º, § 2º, que diz:

A incumbência da Comissão Parlamentar de Inquérito termina com a sessão legislativa em que tiver sido outorgada, salvo deliberação da respectiva Câmara, prorrogando-a dentro da Legislatura em curso. Por conta da proposta indevidamente assinada por vários Senadores e evidentemente que a prorrogação de 180 dias ultrapassa esta Legislatura, eu gostaria que a Mesa pudesse se manifestar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para contrapor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para contrapor, com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O nobre Senador João Pedro...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria que a Mesa Diretora, V. Exª, desse um parecer. Não estou pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Depois da contradita do Senador Heráclito, vamos dar o parecer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Essa é matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Só estou aqui lamentando a situação do Senador Inácio Arruda.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas o Senador Inácio Arruda é parte, ele é o Relator da Comissão.

Lamento a falha da assessoria dada ao Senador João Pedro, já que o PT é composto do que há de melhor aqui em termos de técnicos e assessores, mas essa questão já é matéria vencida. Temos casos, Drª Cláudia, de prorrogações.

De forma que lamento que a assessoria, na avidez de que a CPI das ONGs não prossiga, que os fatos não sejam apurados, tenha entrado nessa filigrana regimental, que já está em....

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não é regimental; é lei.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, não, não.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – É lei. Estou querendo que a Mesa se manifeste acerca de uma lei em vigor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Exª há de convir que esse assunto já é matéria vencida, e há casos aqui de prorrogação. De forma que o Presidente Garibaldi não irá colaborar, tenho certeza, para que não haja o prosseguimento das apurações desse fato, até porque isso nos levaria ao vício de se criar uma outra CPI, o que não é o que desejamos. Queremos retomar exatamente o que já foi iniciado pelo relator Inácio Arruda e fazer o que precisamos, que é apurar; não deixar nada por baixo do tapete, principalmente, Senador João Pedro, depois que o Governo mandou para esta Casa a Medida Provisória nº 446.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, para fazer uma contradita.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Exª tem a palavra, pela ordem. Lembre-se do Senador Inácio Arruda.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Como diz o Senador Heráclito Fortes, o Senador Inácio Arruda é parte interessada.

Presidente Garibaldi, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, precisamos ter tranqüilidade para encerrar uma CPI que começou em outubro de 2007. Não é verdade que queremos colocar alguma coisa para baixo do tapete. Temos um relatório com mil, duzentas e tantas páginas, Presidente. Precisamos ter prazo para encerrar essa CPI.

A CPI trabalhou – temos dados, temos elementos – para ser concretizada. Por que prorrogá-la por 180 dias e contrariando a lei?

Nesse sentido, Presidente Garibaldi – V. Exª é zeloso –, temos uma CPI com trabalho consistente, com material consistente – o Relator poderia se manifestar, porque está na tribuna. Podemos concluí-la, sim, dando uma contribuição ao Brasil, sem precisar desses 180 dias. Temos material, porque essa CPI trabalhou e trabalhou muito. Foram várias as audiências, foram várias as oitivas, as discussões. Não há por que prorrogar a CPI por 180 dias, principalmente contrariando uma lei em vigor no nosso País.

O SR. HERÁCLTO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, eu queria passar às mãos do Senador João Pedro, que já foi Relator da CPI da Aviação, a Jurisprudência do Supremo.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – É do Supremo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Aqui, Sr. Senador!

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – É do Supremo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu queria perguntar ao Senador João Pedro: quantos sigilos foram quebrados? Que destino teve a apuração dos fatos da Finatec? Dizer que, nessa CPI, não houve fatos colocados por baixo do tapete?!

Senador Valter Pereira, V. Exª é da Comissão: quantas vezes nós nos reunimos, quantas reuniões foram canceladas, quantas reuniões não tiveram quórum por manobra da Base do Governo?

Não vamos tratar desse assunto aqui, em plenário, que não fica bem.

Agora, querer, Senador João Pedro, que a CPI não funcione, que seja prorrogada?!

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não. Não é isso, não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Estamos atentando contra a autonomia do Senado da República, e não é bom se fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador João Pedro, V. Exª pediu uma decisão da Mesa.

Segundo o § 4º do Regimento Interno, "em qualquer hipótese, o prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito não poderá ultrapassar o período da Legislatura em que foi criada." Nossa Legislatura atual vai até o dia 31 de janeiro de 2011. Portanto, eu queria deixar bem claro isso a V. Exª, como também dizer que a prorrogação não precisa ser votada – e esse foi outro ponto, a partir da nova Constituição, que está fazendo 20 anos. A prorrogação não precisa ser votada.

Espero que V. Exª compreenda que estamos cumprindo a Constituição e o Regimento Interno.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, solicitei que a Mesa se manifestasse acerca da Lei nº 1.579, no seu § 2º, art. 5º, que diz: "Art. 5º: A incumbência da Comissão Parlamentar de Inquérito termina com a sessão legislativa".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador João Pedro, V. Exª está se valendo da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Que está em vigor, conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Diz V. Exª que está no § 2º, não é isso?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Diz o seguinte: "A incumbência da Comissão Parlamentar de Inquérito termina com a sessão legislativa em que tiver sido outorgada, salvo deliberação da respectiva Câmara, prorrogando dentro da legislatura em curso".

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT– AM) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Acontece que a Constituição não prevê isso, que está disciplinado na Lei de 1952, que diz o seguinte:

As comissões parlamentares de inquérito serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Como se vê, prevalece o que diz a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acho que é importante que a gente estabeleça um debate lá na Comissão Parlamentar de Inquérito, mas o Plenário, em determinadas horas, tem que examinar a matéria, face ao espaço prolongado de existência da CPI. Acho que, talvez, a gente precise trazer para cá um conjunto de informações do que já ocorreu e como tem ocorrido.

Não quero tratar do que é o funcionamento da CPI, mesmo porque temos uma sessão administrativa daqui a pouco. Acho que a gente pode dialogar e, se for necessário, a gente faz o debate também aqui, no plenário, porque é uma tribuna nossa. Não tem jeito.

Um fala, o outro fala, e fica parecendo que há coisas que foram ditas e que outras não devem ser ditas. Então, é preciso esclarecer melhor as coisas.

Há um pedido de prorrogação da CPI. Tenho a opinião de que a gente poderia tratar da CPI num prazo bem mais curto, pois há tempo mais do que hábil para resolvermos o problema da CPI. Não vejo que se possa ir muito além do que já se foi na CPI; temos feito várias tentativas, o Senador João Pedro é testemunha disso, assim como os Senadores Valter Pereira, Heráclito Fortes, não só quando estava na presidência da Comissão, mas também quando fazia parte dela, S. Exª sabe que fizemos várias tentativas para examinar e votar requerimentos. Uns foram votados favoravelmente, outros, rejeitados, porque é parte do debate político.

Então, gostaria que nós fizéssemos essa reunião – já estamos convocados pelo presidente – e, se for necessário, amanhã a gente pode fazer um bom debate sobre opiniões em relação a essa questão da CPI das ONGs. Inclusive em relação à Medida Provisória nº 446, que, tenho a impressão, tem ligação, mas é necessário esclarecer o que é a Medida Provisória nº 446, no Plenário, porque senão fica parecendo que ela tenta encobrir alguma coisa da CPI – sou da opinião que não é exatamente isso o que ocorre com a Medida

Provisória nº 446. Então, acho que precisamos esclarecer qual o significado dela, numa boa oportunidade, pois já é Medida Provisória, já está em vigor, vai ter de ser votada por nós, vamos examiná-la melhor, mas talvez, antes de ela chegar ao Plenário do Senado, haja necessidade de darmos a respeito da MP nº 446.

Sr. Presidente, quero entrar num outro tema, o real tema da minha fala, já que fiquei aqui na expectativa.

Como o tema era CPI – estou na CPI, sou seu Relator –, acho que devemos, talvez amanhã, no máximo, dar uma opinião clara a respeito do que é a CPI. Se for necessário, durante a vigília, talvez possamos voltar ao tema.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Exª ainda está na questão? Não entrou no tema do pronunciamento?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não entrei.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pronto. Então, Sr. Presidente, quero aproveitar para dizer que a decisão já foi tomada pela Mesa. Agora, quero fazer um apelo ao Senador João Pedro, que é o representante, é o Líder do PT na Comissão, que ajude a Comissão a funcionar, fazendo com que os membros do seu Partido, da Base, estejam presentes. Aí, concordo em gênero, número e grau com o Senador Inácio Arruda: poderíamos limitar o tempo de 180 dias, que é o prazo regimental, que foi feito apenas por segurança, mas nós podemos reduzi-lo, desde que...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Proponho que em 30 dias possamos concluir a CPI, até porque ela tem material para isso.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Se pudermos concluir em 30 dias, bem; se não pudermos, temos 180 dias. Nós temos a segurança do prazo. Agora, há a disposição de redução, desde que cheguemos ao entendimento no sentido de apuração, de quebra de alguns sigilos que estão lá, de algumas medidas que devem ser tomadas, e que nós poderemos discuti-las numa reunião administrativa. Acredito até que se V. Exª entender hoje, pelo tempo, difícil, poderíamos marcar para amanhã de manhã. Existe boa vontade de nossa parte. Concorda, Senador João Pedro, que em vez de hoje, marquemos para amanhã de manhã? A que horas, Senador?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Melhor. Às 9 horas, às 19h30min, no máximo...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Às 9 horas? Às 10 horas?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ...para não conflitar com as demais.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Exª faz c*ooper* de manhã? Não vamos perturbá-lo. Não vamos atrasar o ...

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Amanhã é quarta-feira, dia de CCJ, dia de várias Comissões. Acho que o ideal seria quinta-feira, pela manhã.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, quinta-feira,...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Amanhã, às 9h30min dá certo. Poderemos demorar um pouquinho para até chegarmos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Não há problema.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Amanhã, às 9 horas e 30 minutos. Concordam?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sr. Presidente, o assunto está resolvido. Amanhã, às 9h30min, haverá reunião na Comissão. Apelo aos secretários e aos assessores da Comissão que articulem os comunicados, para que, amanhã, possamos fazer essa reunião. Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Valter Pereira, concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Inácio Arruda, entendo que o Presidente agiu de acordo com o Regimento. Não vou entrar na discussão, mas acredito que o Regimento é claro ao dispor que o período pode alcançar a Legislatura.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Certo.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – De qualquer forma, é preciso entender que uma elasticidade muito ampla da CPI pode também acarretar desgastes. É uma questão política, que cabe uma avaliação, que deve ser feita no âmbito da CPI. Portanto, acho que nessa primeira reunião da CPI, o que deve ser colocado inicialmente é essa questão de ordem: vamos prorrogar, por qual prazo a prorrogaremos, e estabelecermos o limite. A partir daí, acho que está resolvida a questão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Dentro do tempo dado, estabelecermos um critério de funcionamento e resolvermos.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Isso aí.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – OK.

Obrigado, Senador Valter Pereira.

Sr. Presidente Augusto Botelho, que dirige a sessão neste momento, primeiro, quero fazer uma solicitação à Mesa. Está pronta para ser votada importante matéria de interesse do Estado do Ceará. Refiro-me ao segundo empréstimo feito com o Banco Mundial, no valor de US$241 milhões, muito, mas muito impor-

tante para o nosso Estado. Ele vai dar continuidade ao empréstimo conhecido como Swap I, também de US$240 milhões, que vem sendo aplicado com muito critério pelo Governador Cid Gomes, para a inclusão social e desenvolvimento. É um projeto que atende as áreas de educação, saúde, assistência social e também trabalha com investimentos na área de infra-estrutura rodoviária, portuária e aeroportuária, no Estado do Ceará. O projeto é de largo alcance para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

O primeiro empréstimo, no valor de US$240 milhões, está atendendo, entre outras questões que considero centrais, pois vamos ter em cada microrregião do Estado do Ceará – são mais de 20 microrregiões no Estado do Ceará –, uma policlínica, para atender a população daquelas regiões, que hoje concentram seus atendimentos basicamente em Fortaleza. Toda a população do Estado do Ceará tem de recorrer aos hospitais, de média e alta complexidade, na cidade de Fortaleza, às vezes, para resolverem as questões, tem-se de deslocar um paciente por 550 quilômetros de carro, uma correria, às vezes, ocorrem acidentes com as próprias ambulâncias no percurso, quando poder-se-ia existir uma policlínica médica em uma dessas regiões em funcionamento, para garantir atendimento adequado, com várias especialidades médicas atendendo naquela unidade. É uma conquista para o nosso Estado, um grande trabalho do Governador Cid Gomes, do nosso Secretário de Saúde, João Ananias, e de toda a sua equipe, em espalhar as condições adequadas de atendimento à saúde da população por todas as regiões. Com esse empréstimo, o Governador está recuperando, aparelhando as unidades de ensino, de educação média e superior, está investindo na produção científica e tecnológica do nosso Estado, o Ceará. É um espaço, é um recurso, é um dinheiro que vai ajudar na inclusão social e no desenvolvimento, no progresso do nosso Estado. Ajudar o Estado do Ceará a se desenvolver, a progredir, é ajudar o Nordeste brasileiro e o Brasil.

Portanto, quero apelar a V. Exª, para que o PRS nº 57, de 2008, que trata do empréstimo de US$240 milhões para o Estado do Ceará, seja apreciado imediatamente após a votação das duas Medidas Provisórias, previstas para amanhã. É o intervalo que teremos, porque a pauta será trancada logo a seguir. Votadas essas Medidas Provisórias, uma outra Medida Provisória, a de nº 442, irá trancar a pauta. E aí, talvez tenhamos mais uma semana inteira de espera, para alcançarmos outras oportunidades de votação de matérias que não são relativas às Medidas Provisórias.

Portanto, Sr. Presidente, é um projeto muito importante para o nosso Estado. E eu quero ligar a esse projeto uma decisão importante do Governo do Estado, depois de tomadas todas as medidas necessárias no Estado do Ceará, que foi a ordem de serviço dada ontem à noite, lá no bairro do Bom Jardim, um dos maiores bairros da cidade de Fortaleza, que se liga aos Municípios vizinhos de Caucaia, Maranguape e Maracanaú. Formam um conjunto de Municípios que estão ligados à região metropolitana e que são cortados pelos rios Maranguapinho e Ceará. Esses dois rios são responsáveis hoje pelas principais enchentes na cidade de Fortaleza, na cidade de Caucaia e na cidade de Maracanaú. Esses rios, no período de chuvas, embora seja curto no meu Estado e, às vezes, em alguns anos, não se tenha chuva nenhuma, mas nos períodos em que chove, e nessa região do litoral chove de forma mais normalizada, esses dois rios, ao se unirem, e o rio Maranguapinho mesmo sozinho, já provocam grandes inundações na nossa cidade.

Ontem, Sr. Presidente, o Governador do Estado, acompanhado de Parlamentares, Secretários de Estado, Secretários Municipais e Prefeitos da região metropolitana, anunciou a ordem de serviço para início de um trabalho de macrodrenagem da região metropolitana que vai beneficiar diretamente 3.500 famílias que estão dentro do leito do rio. Então, em todo período de chuvas, essas famílias são expostas àquela inundação, causando prejuízo imenso às famílias, às pessoas, causando vítimas. Já algumas dezenas de crianças e mesmo adultos foram levados pelas águas e faleceram em função da violência das correntezas nos períodos de chuvas.

Sr. Presidente, esta obra, que teve a sua ordem de serviço dada ontem pelo Governador do Estado, vai significar um investimento, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento do Presidente Lula, de R$395 milhões. Repito, Sr. Presidente: R$395 milhões! É a maior obra de macrodrenagem da região metropolitana; é o maior investimento em todos os tempos da história do Ceará numa obra de contenção de enchentes, de controle de enchentes e de beneficiamento da população que está lindeira ao rio Maranguapinho, ao rio Ceará e ao rio Cocó.

Sr. Presidente, eu que participei daquele ato posso dizer que foi um momento também emocionante, porque havia dezenas de lideranças comunitárias populares que lutam, desde muito tempo, do final dos anos 70, quando aquela região começou a ser ocupada pelas famílias mais pobres que, não tendo para onde ir, terminavam tendo de morar dentro dos rios, dentro

das lagoas, porque no período da estiagem ficava ali seco, quando não tinha chuva, que lá no Ceará chamamos de inverno... E quando não tinha inverno no Ceará, ficava tudo sequinho, e as populações, então, iam ocupando o próprio leito do rio.

Lutamos intensamente, Sr. Presidente. Quantas manifestações, quantas mobilizações para a Prefeitura de Fortaleza, para o Palácio do Governo, nós realizamos com a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, que tive a oportunidade de presidir! Quantas manifestações, quantos movimentos realizamos para que pudéssemos ter essa grande obra de saneamento ambiental, com drenagem, esgotamento sanitário, construção de casas, recuperação de mata ciliar, construção de bosques, construção de áreas de lazer. É talvez, posso dizer, um sonho daquelas primeiras pessoas que se manifestaram no final da década de 70, início da década de 80, que se mobilizaram e se reuniram com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, em Fortaleza, para planejar e dizer aos governantes da época que tinha jeito, que era possível recuperar o rio Cocó, o rio Maranguapinho, o rio Ceará; que as pessoas tinham onde morar adequadamente e que era preciso um projeto.

Desenvolvemos essa luta. Algumas pessoas já faleceram, já nos deixaram, já não estão mais entre nós, mas estavam ali nas batalhas. Reunimos o IAB, a Universidade Federal do Ceará; por último, um grande movimento chamado Planefor reuniu lideranças comunitárias, empresariais, acadêmicas, para construirmos um projeto que significasse recuperar os rios que cruzam e cortam a cidade de Fortaleza e a região metropolitana.

Quero fazer um registro. Estava ali dirigindo o Planefor uma figura muita especial. Temos que dedicar também essa causa de recuperação da cidade de Fortaleza a figuras como essas. Trato aqui, Sr. Presidente, do Sr. João Parente, que comandou essa organização chamada Planefor, que reuniu empresários, lideranças comunitárias e sindicais, governantes, intelectuais, que se dedicaram a planejar o desenvolvimento da região metropolitana de Fortaleza, mostrando que não haveria solução para as enchentes em Fortaleza se não fosse ligada com os Municípios da região metropolitana.

Nós compreendemos isso. Em 2004, fizemos um amplo debate, uma ampla discussão, envolvendo já o Instituto da Cidade, e fizemos essa proposição que já partia lá de trás, da Federação de Bairros e Favelas, do Instituto dos Arquitetos, da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Ceará, da Escola de Arquitetura da Universidade Federal, da Escola de Geografia da Universidade Federal. E aqui abro um parêntese também para prestar homenagem a essa luta do povo, a um grande geógrafo, cearense, professor da Universidade Federal, uma pessoa respeitadíssima não só no Ceará, mas no nosso País inteiro, o Professor José Bozaquiel da Silva, que nos ajudou emprestando o seu conhecimento, aquilo que ele aprendeu na universidade, para ajudar as lideranças comunitárias e o povo mais simples e mais pobre da nossa cidade.

Sr. Presidente, quero registrar, portanto, que em 2004 o Instituto da Cidade abraçou essa causa, desenvolveu uma proposta, que, ao final, foi abraçada por uma outra liderança do movimento social, que veio do movimento estudantil, que veio da União Nacional dos Estudantes – vamos concluir dentro de poucos momentos, Sr. Presidente –, que abraçou, digamos assim, a parte de finalização daquilo que era o sonho das lideranças comunitárias, que era o sonho do movimento social, dessas figuras extraordinárias do povo, lá do IAB, lá do Alberto, do Prata, do Cartaxo, que hoje dirige a Secretaria das Cidades no Estado do Ceará, junto com os dirigentes das lideranças populares. As mais simples pessoas do povo discutiram esse projeto que agora está em curso no Estado do Ceará, fruto do Plano de Aceleração do Crescimento e da determinação do Governador do Estado do Ceará e da Prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins.

Então, Sr. Presidente, eu quero falar por último do Presidente da Funasa, porque foi a Funasa que, em 2005, resolveu contratar o projeto para formatar o projeto executivo. Não fosse esse passo dado pela Funasa, o nosso projeto não teria entrado no Plano de Aceleração do Crescimento. Foi a perspicácia, a capacidade e o sentimento de ligação com o povo do atual Presidente da Funasa, Danilo Fortes, que fez com que ele contratasse esse projeto e agora ele pudesse estar sendo executado pelo Governo do Estado do Ceará, que é o Projeto de Macrodrenagem da Região Metropolitana de Fortaleza, que vai ajudar as famílias mais pobres.

E as etapas de ontem, Sr. Presidente, não começaram pelos bairros mais ricos. Nós estamos começando esse grande projeto pelos bairros mais carentes, das pessoas mais simples, mais humildes e os mais populosos bairros da cidade de Fortaleza e da região metropolitana, que, ao mesmo tempo, vão ter a sua cidade recuperada, o seu rio recuperado, e a geração de milhares de postos de trabalho que vêm com essa obra.

Portanto, meus parabéns a essas figuras extraordinárias do povo, que lutaram quase trinta anos para alcançar um objetivo, e agora o conquistaram, fruto da presença de um governante popular e democrático do nosso País, que é o Presidente Lula, e, ao mesmo tempo, de governos dedicados e determinados no Estado do Ceará, como é o caso da Prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, e do Governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda. Tenho certeza de que o projeto será bom, porque ele veio das bases. Então, vai atender às necessidades das pessoas.

V. Exª falou pela liderança. Agora, pela ordem de inscrição, falará o Senador João Pedro. A seguir, o Senador Mário Couto, pela liderança também.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Quem vai falar, Sr. Presidente: eu ou o Senador João Pedro?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – V. Exª será pela liderança, após o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero registrar o seminário internacional que está sendo realizado em São Paulo. Começou no dia de ontem, vai até sexta-feira, e tem a participação de praticamente quarenta países.

Trata-se de um tema importante, novo, em que o Brasil tem destaque pela pesquisa, pelo que vem realizando nesse debate, nessa discussão e na produção do biodiesel.

O biodiesel é um tema novo. E vários países, estudiosos, economistas, sociólogos, ambientalistas procuram participar a fim de compreender a transição do ciclo do petróleo para a energia limpa, para a energia renovável.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, esse seminário internacional tem inclusive a participação desta Casa. Amanhã, haverá uma mesa redonda, às 18 horas, com a participação de vários Parlamentares de outros países, e a Casa será representada por vários Senadores.

O Senador João Tenório nos representa formalmente, mas vários Senadores participarão. Amanhã, estarei viajando, e vou participar desse debate por conta da importância do biodiesel para o nosso País.

O Brasil avançou e muito do ponto de vista da tecnologia, principalmente com o etanol, extraído da cana. Temos tecnologia de ponta, concluída por instituições renomadas: algumas universidades, como a Unicamp, e a Embrapa. Nos últimos anos, o setor privado pesquisou e o Brasil avançou, e muito, na produção do etanol, na tecnologia; avançou, e muito, do ponto de vista de ocupar territórios, com a produção principalmente em São Paulo.

Mas chamo a atenção para a importância de discutirmos não sobre o biodiesel pelo biodiesel. O Brasil deve avançar mais e mais na produção do biodiesel, da energia limpa.

Um outro produto importante vem do dendê, pesquisado também pela Embrapa. E é esse ponto que quero discutir, por conta da Amazônia e da importância de termos tanto o etanol extraído da cana como o biodiesel do dendê, no sentido de ele ser produzido com justiça social, com respeito absoluto à questão ambiental e às questões sociais.

A discussão que quero fazer no dia de amanhã, no seminário, é de que é possível combinarmos a produção do dendê na Amazônia sem derrubar a floresta. O dendê pode ser trabalhado nas áreas degradadas, na faixa onde a política de ocupação da Amazônia, principalmente depois dos anos 70, por conta da colonização da Amazônia, em que houve agressão à região, com desrespeito à questão ambiental, é bastante caracterizada, e nós podemos corrigir o que foi degradado com o plantio do dendê. E aí nós combinarmos a questão ambiental com a renda.

Senador Valdir Raupp – que é da região –, precisamos combinar a produção do biodiesel levando em consideração os trabalhadores, as trabalhadoras. Nós podemos fortalecer muito a economia familiar, podemos fortalecer outros setores da nossa economia, mas precisamos valorizar o cidadão, a cidadã. Por quê? O Brasil já foi o maior produtor de cana-de-açúcar e de açúcar. O maior produtor de açúcar.

E aqui vou refletir sobre os ciclos que o Brasil teve. Mas o povo continuou pobre. O Brasil foi o maior produtor de ouro. Os ciclos econômicos no Brasil são muito claros. O que o café representou na história do ciclo econômico brasileiro? A pujança. O açúcar, o ouro, o café, a pecuária, a borracha da nossa região. A borracha representou mais de 30% do PIB brasileiro. E o povo ficou na miséria.

O biodiesel pode ser sim uma fonte de riqueza, desde que obedeça compromissos sociais. Precisamos romper, definitivamente, com a concentração de riqueza. Definitivamente, com a concentração de riqueza. O Brasil tem terras, nós temos um território imenso, uma população significativa, mas erramos na hora de distribuir a riqueza.

Portanto, eu chamo a atenção, primeiro porque, na questão do biodiesel, o Brasil tem tecnologia. A Embrapa deu e vem dando contribuições importantes. Mas espero que isso obedeça a este compromisso: à eqüidade com o nosso povo, que trabalha, mas que, na hora de se dividir a riqueza, fica sem ela.

Então, Presidente Augusto Botelho – V. Exª também é um homem da Amazônia e conhece a região –, precisamos fazer o debate e combinar o crescimento econômico, a ocupação da Amazônia, o crédito, a assistência técnica, o mercado, os preços com a nossa população.

O Seminário Internacional – inclusive, foi o Brasil que o suscitou; o Presidente Lula vem fazendo essa discussão – foi aberto pela Ministra Dilma, da Casa Civil, e está acontecendo. Amanhã vamos ter a participação do Senado brasileiro. Estarei lá, sei que a Senadora Marina Silva também vai participar, bem como vários Senadores.

Espero que seja um ambiente não só nacional, mas também, pela participação de vários Senadores e Deputados de outros países, um momento rico do ponto de vista de fazermos a discussão do biodiesel, levando em consideração estes compromissos: o social, o ambiental e o econômico. Que o Brasil tire lições dos ciclos econômicos, das oportunidades e produza o biodiesel, mas levando em consideração os compromissos com o nosso povo. Não basta só o Governo querer. É preciso que a sociedade brasileira entenda que precisamos romper com a concentração de renda, aproveitando esses momentos importantes da economia, do avanço da tecnologia, para disponibilizar tudo isso, no sentido de fazer com que as pessoas vivam com dignidade, bem. E viver bem é fazer uma política de descentralização, de romper com essa cultura da concentração de renda em nosso País.

É grande, então, a expectativa com o Seminário Internacional. Espero que os Senadores que irão participar, principalmente os da nossa Região, lá da Amazônia, possam contribuir com o debate, no sentido de fazer com que na Amazônia haja ciclos econômicos do ponto de vista da confiabilidade, mas, principalmente, repartição dessa riqueza. É possível ter biodiesel do dendê; a Embrapa pesquisou isso nos últimos 25 anos, e ainda não estamos plantando o dendê.

A Colômbia vem plantando dendê. Os países do entorno do Brasil estão levando e comprando dendê. O Pará tem um plantio significativo de dendê. Hoje, para cada dez litros da produção do biodiesel do dendê, oito litros vêm dos projetos de dendê lá no Estado do Pará.

Espero que o dendê seja plantado, trabalhado, do ponto de vista comercial, nos outros Estados da Amazônia, mas levando-se em consideração o componente ambiental. Não podemos mais derrubar floresta por conta de um novo projeto.

Considero o dendê um novo projeto. Estamos dando os primeiros passos. É possível, sim, trabalhar o dendê, obedecendo, rigorosamente, aos estudos da Embrapa, e fazer essa experiência inovadora nas áreas degradadas da Amazônia. São muitas. E aí podemos plantar o dendê, extrair o óleo, o biodiesel, e ter, inclusive, o seqüestro do carbono. O dendê é uma espécie que pode contribuir em muito. Os dados da Embrapa mostram que o dendê pode, inclusive, atender a essa demanda do seqüestro do carbono.

Então, Sr. Presidente, quero parabenizar os organizadores do Seminário Internacional. Não é só o Governo brasileiro, mas o Governo do Presidente Lula incentivou, suscitou esse debate. Estão aí países da Europa, da África, da América Central, os Estados Unidos, para não só conhecer a tecnologia do biodiesel no Brasil, mas também travar o debate.

Esse debate é profundo, porque, principalmente no item social, precisamos avançar, para sermos justos com os trabalhadores, com as trabalhadoras – com aqueles trabalhadores que estão hoje produzindo o etanol nos canaviais principalmente do Estado de São Paulo.

Então, quero dar os parabéns pela realização do Seminário. Espero, sinceramente, que o Seminário possa apontar linhas, pontos, diretrizes, no sentido de termos saídas, para melhorar a qualidade de vida da humanidade, do planeta. Precisamos evoluir com ciência e tecnologia, para obtermos energia limpa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Antes de passar a palavra ao Senador Valdir Raupp, que permutou com o Senador Mário Couto, eu gostaria de ler um requerimento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº. 1.391, de 2008.

Em aditamento aos Requerimentos nºs 201, 217, e 1.324 de 2007 e 515, de 2008. Requeremos seja prorrogado o prazo de funcionamento em 180 (cento e oitenta dias), a partir de 23 de novembro de 2008, da Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de onze Senadores titulares e sete suplentes, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007, mantendo seu limite de despesas em R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 2008.

1.		HERACLITO FORTES
2.		WELLINGTON SALGADO
3.		EFRAIM MORAIS
4.		JEFFERSON PRAIA
5.		ELISEU RESENDE
6.		VALTER PEREIRA
7.		Marisa Serrano.
8.		Gerson Camata
9.		LÚCIA VÂNIA
10.		PEDRO SIMON
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		GERALDO MESQUITA JR
19.		MARCO MACIEL
20.		
21.		
22.		CICERO LUCENA
23.		

	Tião Viana	Tião Viana
		ADELMIR SANTANA
26.		GILBERTO GOELLNER
27.	L. Quintanilha	LEOMAR QUINTANILHA
28.	Cesar Borges	Cesar Borges
29.		
30.		ANTONIO CARLOS JUNIOR
31.		JOSÉ AGRIPINO
32.		RAIMUNDO COLOMBO
33.		
34.	Papaléo Paes	Papaléo Paes (PAPALÉO)
35.		
36.	ALVARO DIAS	
37.		JARBAS VASCONCELOS
38.		DEMÓSTENES TORRES
39.		MOZARILDO
40.		CRISTOVAM
41		JOSÉ NERY
42		Agripino
43		Mario Couto
44		VIRGINIO DE CARVALHO

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – O requerimento lido contém subscritores em número suficiente para a prorrogação solicitada, nos termos do art. 152 do Regimento Interno, e será publicado, para que produza os devidos efeitos.

Em votação os Requerimentos nºs 1.377, 1.378, 1.379 e 1.389, de 2008, lidos anteriormente.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Com a palavra, o Senador Valdir Raupp, pela Liderança do PMDB, por permuta com o Senador Mário Couto.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de iniciar a minha fala, desejo manifestar aqui a nossa solidariedade, em nome da Bancada do PMDB, ao nobre Senador Paulo Paim, também ao Senador Mão Santa, ao Senador Mário Couto, ao Senador Efraim, ao Senador João Pedro, que se encontra ainda no plenário, com relação às melhorias salariais para os aposentados do Brasil.

Nós entendemos que a perda, realmente, tem sido substancial nos últimos anos, e que, se não houver pelo menos a correção da inflação, ao longo do tempo o salário vai diminuir cada vez mais.

De forma que eu quero declarar aqui a nossa solidariedade à vigília que vai ser feita, que se vai iniciar hoje aqui, em relação a esse projeto. Sempre tenho dito que, quando se trata de projeto apoiado pelo Paulo Paim, que é um membro do Partido dos Trabalhadores, partido do Presidente da República, eu, como Líder da Bancada do PMDB, que é um partido da Base Aliada, não tenho como ir contra, porque todos os projetos dele têm sido projetos bons e sempre de interesse da sociedade brasileira, principalmente dos menos favorecidos do nosso País.

Parabéns, Senador Paulo Paim!

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero fazer um registro da passagem, esta tarde, do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso pelo Senado Federal. Ele esteve em reunião no Gabinete da Presidência, onde estive com a grande maioria dos Senadores desta Casa. Posteriormente, passando pelo Interlegis, pronunciou palestra sobre o papel do Parlamento nas democracias contemporâneas, sobre a crise de representatividade e a pluralidade de instâncias normativas, no contexto de um ciclo de debates promovido pelo Senado Federal, por iniciativa do Presidente Garibaldi Alves Filho, que tem tido sempre a criatividade de realizar esse tipo de evento.

Essa questão, Srªs e Srs. Senadores, desnecessário dizer, é de crucial importância para o nosso amadurecimento democrático. Se o parlamento ainda é o coração da democracia, a diminuição de sua importância é um sinal de alerta que não podemos deixar passar despercebido, pois implica o risco fatal de falência de nossas instituições democráticas.

Precisamos entender adequadamente as transformações pelas quais passa a instituição parlamentar, não só no Brasil, mas em todo o mundo.

A presença aqui do ex-Presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso para discutir essa questão é singularmente importante, não só pela grande experiência que possui, tendo sido Presidente da República por oito anos consecutivos, por dois mandatos, após uma bem-sucedida carreira parlamentar – foi Senador da República e Líder da nossa Bancada do PMDB, no Senado Federal; como Ministro da Fazenda do nosso País, também teve uma brilhante atuação –, como também pelos extensos conhecimentos e pela erudição que acumulou em sua profícua carreira acadêmica.

Conhecendo bem a questão por todas estas perspectivas: a perspectiva do legislador, sujeito ao tempo mais lento e refletido do parlamento e da política; a de Chefe do Executivo, sujeita a todas as pressões imediatistas da administração; e a do acadêmico, que, vendo o problema como que "de fora" tem o privilégio do distanciamento, a contribuição do ex-Presidente foi extremamente rica e sugestiva, deixando-nos a todos que assistimos a palestra com vasto material para reflexão.

Antes de encerrar, eu quero aqui saudar a iniciativa do Presidente Garibaldi Alves de promover esse ciclo de debates, que continuará na próxima semana com inúmeros convidados ilustres, lembrando que esse ciclo retoma uma de suas preocupações mais constantes e mais marcantes deste seu mandato à frente do Congresso Nacional.

Desde seu discurso de posse, tem chamado o Presidente nossa atenção para a questão da enxurrada de medidas provisórias que tiram do Legislativo, se não inteiramente a prerrogativa de legislar, pelo menos interfere fortemente com seu poder de definir sua agenda. Isso é um problema grave, que representa, em última instância, uma interferência no próprio exercício da atividade soberana, uma vez que o parlamento não é apenas responsável pela legislação, é também o local privilegiado da representação dos interesses que compõem a sociedade.

Concluindo, Sr. Presidente, quero deixar aqui a expressão de minha satisfação de ter a oportunidade de ouvir, mais uma vez, as palavras esclarecedoras do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e conclamar

a todos que prestigiem, na próxima semana, a continuação desse importantíssimo ciclo de debates que o Senado Federal está organizando no Interlegis.

Sr. Presidente, espero realmente que esse ciclo de debates, promovido pelo Senado Federal por meio do Interlegis, possa trazer conhecimento para as pessoas que vão até lá participar e também para as pessoas que assistirão de suas casas, por meio da Internet, da TV Senado. São palestras importantíssimas para o Senado Federal, para o Congresso Nacional e para o País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador do Piauí...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Pela ordem, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria me congratular com o Líder do PMDB, o Senador Valdir Raupp. Não somos do PSDB, somos do PMDB, somos liderados pelo Senador Raupp, mas S. Exª traduziu o nosso sentimento de respeito e admiração ao estadista Fernando Henrique Cardoso – estivemos na palestra que proferiu no Interlegis. Realmente, feliz do país que tem um homem de cultura, de visão de um estadista como Fernando Henrique Cardoso.

Nunca votei em Fernando Henrique Cardoso. Votei em Quércia porque ele era o candidato do PMDB. Depois, por vizinhança, votei no Ciro Gomes.

Mas nós reconhecemos que o País é muito feliz. É até bíblico. Que a Bíblia diz assim: "Deus dá aos seus uma longa vida", e que, no exercício de todos os dias dessa longa vida, cada vez ele se engrandeça no exercício da sua profissão. Então, Fernando Henrique Cardoso apareceu como esse abençoado, e é um estadista. Centenas e centenas de líderes do Brasil foram espontaneamente, e todos nós nos enriquecemos. É o Montesquieu dos dias de hoje, mostrando e entendendo bem o jogo da democracia, que o povo é soberano, e aquilo que Mitterrand, no final de sua vida, deixou escrito: fortalecer os contrapoderes. E mostrou todas as análises dos momentos em que cada poder é forte. E este aqui tem esta tradição: nos momentos difíceis da Pátria, tem mostrado a sua pujança e a sua grandeza.

Hoje o Senador Mário Couto faz um chamamento em defesa dos humilhados, injustiçados velhinhos aposentados. Então, neste exato momento, indubitavelmente, este Poder se agiganta diante da mesquinhez do Poder Executivo e a falta também de justiça do Poder Judiciário, porque Rui Barbosa, que está ali, ensina-nos, quando diz: "Justiça tardia é uma injustiça manifesta". E isso é o que nós estamos fazendo com os velhinhos aposentados.

Então, como Fernando Henrique diz, isso são momentos, e há momentos de grandeza. Por isso, hoje, com essa vigília convocada pelo Mário Couto, nós engrandecemos o Poder Legislativo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma correção.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT RR) – Senador Raupp, eu gostaria de, com o apoio do Plenário, prorrogar a sessão por mais quarenta minutos. (Pausa.)

Está prorrogada a sessão por quarenta minutos.

Com a palavra o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero apenas fazer uma correção, porque acabei trocando o nome do nosso grande Senador Heráclito Fortes, pois falei Efraim, que é um grande Senador também. Tenho certeza de que o Heráclito não ficou diminuído por eu ter trocado o nome dele.

Então, eu queria registrar a presença do Senador Heráclito Fortes, que também está participando da vigília em defesa dos aposentados do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Tem a palavra o Senador Paulo Paim, pela ordem. A seguir, falará o Senador Heráclito Fortes, por permuta com o Senador Mário Couto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Botelho, por favor, duas questões.

Primeiro, cumprimento o Senador Valdir Raupp pela sua posição clara, não deixando dúvida ao País de que o PMDB está junto nessa caminhada em defesa dos aposentados.

Segundo, Senador Botelho, eu já havia conversado com a Drª Cláudia Lyra, no sentido de lermos o PLS nº 58, para que ele, uma vez lido, seja remetido à Câmara dos Deputados, encontrando-se com os outros dois projetos que lá estão. Então, faço um apelo a V. Exª. Se pudesse ler, seria uma homenagem ao próprio Senador Heráclito Fortes e a nós que estamos no plenário neste momento, porque, a partir deste momento, ele passa a tramitar de forma mais acelerada em direção à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 86 /2008 – CAS

Brasília, 12 de novembro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou no dia 5 de novembro de 2008, em turno único, o Substitutivo, relatado pela Senadora Rosalba Ciarlini, ao PLS nº 58 de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, e no dia 12 de novembro de 2008, não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, foi definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Papaléo Paes,** Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Com referência ao expediente lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º e 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, seja apreciado pelo Plenário.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, por permuta com o Senador Mário Couto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero dizer ao caro amigo Valdir Raupp que, em hipótese nenhuma, me senti diminuído. V. Exª cometeu um equívoco. A presença do Efraim Morais aqui é tão marcante que ninguém consegue ausentá-lo deste plenário. Ainda mais quando alguém, com corpo semelhante e sentado à distância, promove a possibilidade dessa confusão. Diminuindo-se algo neste plenário é o campo visual de V. Exª, que não conseguiu divisar dois fraternos amigos seus devido à distância que nos separava.

De qualquer maneira, quero dizer a V. Exª que o Senador Efraim Morais, se estivesse em Brasília, aqui estaria participando desta vigília cívica. E a sua própria presença aqui e suas palavras de apoio ao gesto e à atitude do Paulo Paim já são uma demonstração, em primeiro lugar, da independência e dos bons propósitos de V. Exª. Aliás, muito disso, meu caro Senador Raupp, é produto da fraternidade com a qual nós vivemos como Deputados Federais – V. Exª, eu Senador Paulo Paim e vários outros. E conseguimos trazer para esta Casa esses laços que são altamente positivos para essa convivência harmônica entre os Senadores da República.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, elogiar a determinação do Senador Mário Couto, que vinha pregando a necessidade desta vigília cívica há pelo menos seis meses, e agora ela se realiza. É a primeira delas. Espero que não seja a última.

Senador Paulo Paim, é muito fácil explicar a quem nos ouve neste momento o porquê do inconformismo de Senadores da República com relação ao comportamento do Governo em não querer atender à reivindicação dos aposentados.

Se este fosse um assunto novo na conjuntura programática do Partido de V. Exª, nós justificaríamos as pressões que fazem contra essa sua proposta. Mas nós todos e o Brasil sabemos que a proteção aos aposentados foi durante muitos anos uma das bandeiras de luta do Partido dos Trabalhadores quando oposição. Por outro lado, com um verdadeiro batalhão de líderes e paralíderes que o Partido tem neste plenário, teve tempo suficiente para manifestar o seu desagrado, as suas limitações. Vetar, por que não fez? Porque preferiu passar um calote no eleitorado idoso deste País, uma vez que essa tramitação se deu em período eleitoral, e era mais cômodo para a base do Governo enganar os aposentados naquele instante, para só mostrar as suas garras perseguidoras agora.

Querer atribuir a V. Exª uma atitude precipitada não convencerá os milhares de brasileiros que nos ouvem, porque essa pregação é siamesa na vida pública de V. Exª. Nasceu com V. Exª, e tenho certeza de que, no momento em que V. Exª largá-la por qualquer outro tipo de compromisso, estará desvirtuado e se tornará um monstro, porque vai perder a credibilidade construída ao longo de 26 anos de mandato e que não se pode jogar fora. "O homem é dono da palavra guardada e é escravo da palavra enunciada", diz o Eclesiastes. E nós não podemos, Senador Paim, sob pena de cairmos na vala comum do descrédito, prometer em praça pública o que não podemos cumprir para depois, na frieza e na insensibilidade dos gabinetes, tomar decisões como a que querem tomar agora, diferentes daquilo que se passou para a opinião pública.

Por outro lado, torna-se mais difícil para a base do Governo, no momento de crise que vivemos, justificar este garroteamento à atitude de um Senador do seu Partido no exato momento em que o Governo dá provas de que não está preocupado com o Erário público.

Senão vejamos: no momento em que o Governo diz que não tem recursos para atender a V. Exª e se chega ao ponto de, em tom de ironia, dizer que é preciso criar um país do Paulo Paim apenas para atender aos seus caprichos ou vaidades, esse mesmo Governo remete a Medida Provisória nº 446, que anistia

de maneira graciosa entidades filantrópicas que não prestaram conta, malversaram, esbanjaram e jogaram no ralo o dinheiro público.

Esses quatro bilhões é um número inicial, mas os estudos que estão sendo feitos mostram que já vai a quase sete bilhões esse Papai Noel antecipado.

Por outro lado, eu pergunto, Senador Paulo Paim, à Nação que nos ouve: este Governo que não tem recursos para dar garantia àquele que deu toda a sua vida pelo País como é que tem dinheiro para socorrer as montadoras? Como é que levanta linha de crédito para atender às montadoras? Como é que levanta linha de crédito para atender aos banqueiros? Como é que levanta linha de crédito para atender às construtoras que fizeram empreendimentos perigosos, temerários, arcando com responsabilidades que não podiam honrar?

E agora, para que a bicicleta não caia e os empresários desses setores não se espatifem no chão, vem o Governo, que vira as costas para o aposentado, e oferece gratuitamente socorro aos que se aproveitaram da ciranda financeira para especular num mercado inseguro e tenebroso, que sempre foi o do dólar e o da especulação com a moeda externa.

Como é que nós podemos enfrentar os nossos avós – que ainda tenho, é o meu caso –, os pais, os tios ou o velhinho desconhecido que a gente encontra na fila mendigando a oportunidade de ser atendido num hospital brasileiro ou os que estão nos bancos à espera de receber um salário ínfimo e impiedoso?

Senador Paulo Paim, uma das coisas corretas embora desvirtuadas desse atual Governo foi o Bolsa Família. É uma tentativa de distribuição de renda. Mas eu pergunto a V. Exª: vamos imaginar a casa de um velhinho aposentado, quer seja lá do Rio Grande do Sul, quer seja do meu Piauí, quer seja da parte pobre de Minas Gerais, um velhinho que trabalhou a vida inteira recebendo uma migalha, e um filho ou um neto ao seu lado, que nunca trabalhou um dia e recebe mais do que ele com a Bolsa Família.

Chamo a atenção para esse fato. O ideal é que os dois ganhem bem, porque não adianta se tirar de um bolso e colocar em outro. Perde a autoridade o Governo quando defende a tese da redistribuição da renda, quando tira do velho que trabalhou, que tem as mãos calejadas de uma vida toda dada pelo País e pela família, vendo a discrepância de ter os netos, os filhos, os parentes e aderentes recebendo mais sem ter prestado um dia sequer de serviço.

É a inversão da pirâmide!

Nós não podemos de maneira alguma, Senador Paulo Paim, concordar com isso. Daí porque achamos que essa vigília cívica é importante, é necessária e é moral. Louvo a atitude de V. Exª. Não é a primeira vez que o vejo numa caminhada solitária nesses anos de Senado contra o seu Partido, não que V. Exª tenha mudado de opinião, mas a orientação do seu Partido, sim. De forma, Senador Paim, que talvez seja por isso que o Rio Grande do Sul o respeita e o homenageia. Mas quando o Rio Grande do Sul homenageia um cidadão como V. Exª, o sopro dos ventos do minuano percorre o Brasil inteiro, porque o eco dessa sua luta chega aos mais distantes rincões desta Pátria.

Concedo a V. Exª, com muito prazer, um aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, quero cumprimentar V. Exª, que mais uma vez na tribuna mostra toda a sua solidariedade com os idosos do nosso País. Eu queria, Senador, que todos entendessem que esta vigília simbólica que nós estamos fazendo neste momento – vejo aqui no Plenário também agora os Senadores Casagrande, Eduardo Azeredo e Zambiasi mostrando a sua solidariedade e numa demonstração de que este movimento não é contra ninguém, é a favor dos aposentados –, nós queremos nesta vigília sensibilizar a Câmara para que vote o fim do fator e o reajuste dos aposentados, acompanhando o percentual dado ao mínimo. O PL nº 58, que ora foi lido pelo Senador Botelho, está pronto também para ir à Câmara dos Deputados. Senador Heráclito Fortes, para que ninguém diga que estamos com uma postura radical. Essa vigília é para que se abra um processo de negociação e que a gente possa, então, em cima dos três projetos, já listados por V. Exª, construir o entendimento entre o Executivo e o Legislativo, pensando somente nos idosos, ou seja, os aposentados e pensionistas de nosso País. O que nós queremos, na verdade, é caminharmos para uma Previdência universal e igual para todos! Todos; Executivo, Legislativo, Judiciário e a área privada. Parabéns a V. Exª. V. Exª foi Deputado Federal comigo. V. Exª sabe que, lá naquele período, nós já dizíamos – e V. Exª me acompanhou – que o salário poderia, sim, ultrapassar os 100 dólares e não iria quebrar a economia. Hoje, provamos que é fato e é real. Quando aqui o Senado aprovou a PEC Paralela, dizia-se que era demagogia, que iria quebrar o País. Aprovamos a PEC paralela e nada aconteceu. Se quisermos extrapolar um pouquinho, posso lembrar até da questão da CPMF. Eu, inclusive, votei e discuti com V. Exª...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Verdade.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Tivemos um debate aqui, de alto nível, mas a informação que eu tinha era de que iria quebrar o País. Saiu a CPMF, e o País não quebrou coisíssima nenhuma. O dado que eu tinha eram R$80 bilhões – R$40 bilhões diretos mais

R$40 bilhões, devido a não fiscalização que a Receita não poderia fazer, porque não teria mais a CPMF. E nada aconteceu. Então, não venham para cima de mim – ninguém – com terrorismo outra vez. Esta é a hora de discutirmos, com seriedade e com responsabilidade a questão dos idosos de nosso País, ou seja, dos aposentados e pensionistas. Eu não vou chamar ninguém de irresponsável.

Mas quando alguém chama outros de irresponsáveis, com certeza absoluta, porque este que chama os outros está tendo um ato de irresponsabilidade. Parabéns a V. Exª.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – PI) – Eu agradeço a V. Exª. e registro a chegada de mais uma voluntária aqui, no caso a Senadora Rosalba Ciarlini, que tem tido ao longo da sua vida parlamentar nesta Casa, recente, está no seu segundo ano de mandato, mas com experiência administrativa que tem no Rio Grande do Norte, com a liderança que tem em Mossoró, desde o início pontificou-se na defesa dos aposentados e vem com toda garantia trazer o sal que é abundante em Mossoró para temperar essa discussão que com certeza irá noite adentro.

Senador Casagrande, com maior prazer.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado Senador Heráclito pela concessão do aparte, mas eu quero também manifestar a minha opinião com relação ao tema dos gastos correntes do Governo. Não quero tratar só de aposentado, porque tratar só de aposentado é destacar um tema perto dos demais gastos. Nós estamos votando Medidas Provisórias aqui, a 440 e a 441, que proporcionam grande despesa para o Governo; a 440 de quase R$22 bilhões em 2011, a 441 também despesa para o Governo de R$9bilhões. Obrigado Senadora Rosalba. Nós certamente teremos no decorrer dos próximos dias mais debates que possam imputar gastos ao Governo Federal. Acho que o Governo deve controlar os seus gastos correntes. Acho que o Governo deve não só num item, mas deve, sim, no âmbito geral, de fato, estabelecer um controle, especialmente nos gastos que são permanentes. Mas deve ter um controle, porque nós temos que ter recursos além do pessoal, além da Previdência, tem que ter recurso para investimentos em infra-estrutura. Mas não se pode aqui deixar de reconhecer que, de fato, há uma grande demanda na sociedade com relação à correção da aposentadoria do INSS neste País. Nós não podemos esconder isto. Eu não quero, aqui, fazer nenhum discurso irresponsável. Eu sei que isto, certamente, não poderá ser feito abruptamente, mas esse debate nós temos que fazê-lo, porque nós o temos feito e o Presidente Lula tem tido um comportamento adequado na hora em que tem corrigido o salário mínimo acima da inflação, com ganho real e isso é importante para os aposentados que têm salário mínimo. De fato, quando se corrige o mínimo por um valor, por um percentual e as outras aposentadorias por um percentual menor, isso acaba criando uma distorção nas aposentadorias. Quem contribuiu com mais de um mínimo – que é o que a legislação permite – acaba ficando, no decorrer do tempo com um salário reduzido e achatado. Então, eu acho que esse processo, Senador Paim que foi autor da proposta, pode levar este Congresso e o Governo a fazerem um debate irresponsável sobre o tema, não só com relação aos aposentados, mas também com relação aos gastos correntes do Governo. Mas, sem sombra de dúvida, o reconhecimento de que a questão dos aposentados é uma questão que está batendo às nossas portas porque há, de fato, uma redução do valor real do salário e que nós temos que fazer um debate com os aposentados. Mas agora um debate responsável porque, cada vez mais, nós teremos mais aposentados pelo aumento do tempo de vida, da expectativa de vida das pessoas no nosso País. Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu concordo em gênero, número e grau com V. Exª. E acho que chegou o momento de o Governo dar uma demonstração de preocupação com a carga previdenciária.

Nós temos, aqui, um caminho. O aumento da idade de aposentadoria do servidor público está aí para ser votado. Os tribunais estão perdendo valores na plenitude...

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES. Fora do microfone.) – Na aposentadoria compulsória.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois é, na compulsória.

Os tribunais estão perdendo valores na plenitude do exercício das suas faculdades, Senador Tuma. Nós estamos perdendo pessoas brilhantes e, na maioria, na quase totalidade das vezes, as peças de reposição não correspondem na substituição. As universidades estão perdendo professores, pesquisadores. Era o primeiro ponto para diminuir esse bolo.

V. Exª, Senador Casagrande, que tem sido um defensor intransigente do Governo nesta Casa, mas um defensor responsável, abre exatamente a janela que é de Paulo Paim, que propõe a discussão, e não simplesmente que se feche a porta, que se bata na cara do aposentado, que tem pouca perspectiva de vida, dando-lhe apenas um não.

Se o Governo tivesse sensibilidade, apelaria, quem sabe, para o "talvez", "vamos ver como é que fica". Mas esse "não", da maneira grosseira com que foi colocado, é uma ingratidão.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Atenderei V. Exª em seguida; eu ouviria a Senadora Ciarlini, o Senador Tuma e V. Exª, Senador, com o maior prazer.

Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Efraim, quer dizer, Senador Heráclito, desculpe-me.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Dois a zero.

A SRA. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Heráclito Fortes, na realidade, sempre que V. Exª vem à tribuna, com o seu preparo, com a sua inteligência, com a sua experiência, com a sua maneira de se colocar, esclarece bastante e nos traz grandes ensinamentos. O que mais nos deixa indignados nessa questão dos aposentados é exatamente não se fazer uma avaliação do que está ocorrendo dentro dessa nova realidade. Hoje, a longevidade, a expectativa de vida cresceu. E V. Exª bem colocava que tem valores que estão indo para a compulsória e que poderiam ainda contribuir muito. Desde que cheguei a esta Casa, venho acompanhando toda essa questão de forma afirmativa, de forma solidária, de forma a dizer aos aposentados que está na hora, realmente, de tentarmos corrigir todas as injustiças que o Senador Paulo Paim tem tido como sua bandeira maior de defesa nesta Casa. Aliás, Senador Paulo Paim, mais uma vez, quero dizer que reconheço a sua luta e parabenizo-o por ela. Quando aqui chegamos, trazemos o sentimento do povo do nosso Estado, das pessoas que encontramos. E agora, recentemente, nesse final de semana, tive a oportunidade de ser abordada por dezenas de pessoas sobre essa questão.

Há uma expectativa, e cada um conta uma história de vida dolorosa, de pessoas que trabalharam uma vida toda, deram tudo de si, contribuíram com o seu trabalho, com o seu suor, com suas idéias, com a sua luta, para engrandecer o nosso País e, quando chegaram à idade em que mais precisavam de recursos, sentiram-se desprotegidos, abandonados, porque, na realidade, o que recebiam era bem inferior a tudo que contribuíram durante toda uma vida. Eles se sentem enganados, a verdade é essa; sentem-se enganados, porque, durante todo o período do trabalho, a cada mês do seu salário, ou de forma, inclusive, voluntária, aqueles que faziam pagamento autônomo contribuíam pensando que, um dia, quando parassem, teriam uma vida digna para poder descansar um pouco de tanta luta. Infelizmente, nós sabemos, já foi debatido aqui, analisado, nas audiências públicas, em toda essa luta, que isso não vem acontecendo. Então, nós queremos apelar, e, neste momento, estou aqui para me somar a todos que estão neste plenário, nesta vigília, para dizer à Nação que nós estamos vigilantes, nós estamos aqui somando forças para que a nossa voz e o nosso grito possam diminuir a insensibilidade. O Senador Casagrande dizia muito bem aqui, Senador Heráclito, que tantas despesas do Governo poderiam ser avaliadas, analisadas, reformuladas, mas que o aposentado não pode mais esperar. Na audiência pública, havia pessoas em idade tão avançada, mas que ainda continuam dando forças a todos e a nós, para que não desistíssemos, que persistíssemos em encontrar uma solução. Hoje, tive oportunidade de participar da reunião que se realizava com os representantes do Governo na Presidência, e saímos sem que se mostrasse uma luz, sem que pudéssemos chegar aqui, como V. Exª bem colocou, dizendo, talvez: vamos estudar, vamos analisar, vamos projetar para o futuro como fazer essa recomposição. Fica aqui a minha posição, que é inarredável, em defesa dos nossos aposentados. Sei que é a de todos que aqui estão, porque precisamos, sim, encontrar a solução. O Governo, que tem sido sensível a tantas outras questões sociais, não pode deixar ao abandono, ao desamparo, ao engano, milhares e milhares de homens e mulheres, na hora em que mais eles precisam de tranqüilidade e de segurança.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Exª o aparte.

Quero lembrar ao Senador Mão Santa – eu e o Mão Santa temos uma diferença de mais ou menos quatro anos de idade, sendo ele um pouco mais velho que eu – que somos de uma geração no Piauí em que os homens se aposentavam para cuidar dos netos, dos filhos e viver com tranqüilidade. Aposentadoria no Brasil hoje virou sinônimo de pesadelo, de tormento, porque o achatamento salarial chega numa rapidez tão grande, que o cidadão tem que procurar outro mecanismo de sobrevivência, por meio de funções paralelas, de bicos aqui, de bicos acolá, fazendo com que o aposentado, em vez de ser premiado pela luta e pela vida dada ao País ou ao Estado, passa a ser um punido.

Senador Romeu Tuma, com o maior prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Heráclito, primeiro, agradeço a Deus, que o trouxe de volta a este plenário, a essa tribuna.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Muito obrigado.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Com o mesmo vigor, com a mesma disposição, com a mesma coragem de servir a população do seu Estado e do Brasil. V. Exª, há pouco, teve uma discussão sobre a prorrogação de uma CPI muito importante, cuja investigação não podemos desprezar, a investigação da corrupção

que se manifesta tão abertamente. Foi uma CPI criada por V. Exª, que conseguiu todas as assinaturas. Espero que o Presidente tenha prorrogado a CPI.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Já foi lida.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Fico satisfeito e cumprimento V. Exª. Outro dia, fiquei profundamente amargurado, Senador Heráclito. Senador Mão Santa e Senador Paim, fui abordado por um senhor alquebrado, com dificuldade nos movimentos dos braços e das pernas, para caminhar, que, chorando, me pediu, pelo amor de Deus, para verificar o que estava acontecendo com os aposentados. Ele era metalúrgico da indústria automobilística e ganhava R$4 mil por mês. Ele estudou na mesma escola do Senai em que o Lula estudou. Deu-me o endereço e tudo. Pedia pelo amor de Deus, porque ele já estava com dois salários mínimos, e caindo para um. Quer dizer, a contribuição dele estava sendo cada dia menos favorável à sua aposentadoria. Ele dizia: "Pelo amor de Deus, preciso morrer em paz e com alguma coisa que eu possa oferecer à minha família. Não posso pagar nem o meu tratamento. Tenho de ficar em filas, desesperado, porque vão cortando, a cada ano, um pedaço do meu salário e um pedaço da minha vida". Não podemos nos silenciar ou virar as costas para isso. Vejam a coragem do Senador Paim, sendo do PT, do partido do Governo – não é partido de apoio ao Governo; é o partido do Governo –, de apresentar o projeto, de fazer um estudo em profundidade, já que é profundo conhecedor das leis trabalhistas, o que sempre demonstrou nestes seis anos que estamos juntos aqui. Na Câmara, também fez belos trabalhos, inclusive o Código da terceira idade, da idade a que nós pertencemos. Acho que tínhamos de dar este recado nesta hora, como pediu o Senador Mário Couto, uma mensagem que batesse às portas do Palácio do Planalto para o Governo se sensibilizar e trazer alguma coisa mais real para atender a essa parte sofrida da sociedade, que hoje, muitas vezes, tem de sair de casa e viver em um asilo porque nem a família tem condições de mantê-los com a aposentadoria que recebem. O desemprego está chegando aí, e o salário do aposentado, às vezes, sustenta filhos, netos. Todos são sustentados com migalhas que se pode dividir. Parece um campo de concentração, onde um pão era pesado em uma tampa de garrafa para poder ser distribuído com eqüidade. Quem lê a História verifica isso. Então, Senador Heráclito, cumprimento V. Exª e não poderia deixar de dar meu abraço cheio de emoção ao Senador Paim pela coragem de apresentar o projeto e a dignidade de manter sua luta em benefício do aposentado. Nós estamos do seu lado, apoiando e conferindo todo tema que possa ser discutido. E graças a Deus V. Exª está aí, hoje, tranqüilo, sorriso sempre alegre, mas firme e convincente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Exª, Senador Tuma. Quero dizer que a coragem do Senador Paim iguala-se à de V. Exª. V. Exª, que tem desafiado a lei da gravidade, enfrentando problemas de saúde, vem aqui dar depoimento dessa natureza. Daí por que essa idolatria que o povo de São Paulo tem por V. Exª, essa sensibilidade de que V. Exª é possuidor, de se emocionar com a dor, com o sofrimento daqueles que o procuram. Sei o que é isso; sei o quanto São Paulo o considera e o estima, e é exatamente por isso que V. Exª tem essa cadeira cativa representando o maior Estado brasileiro.

Senador Mário Couto, com o maior prazer.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Heráclito Fortes, primeiro, quero agradecer a V. Exª a sua postura. Todos nós sabemos que V. Exª, há poucos dias, esteve no hospital e fez uma cirurgia. Hoje, V. Exª, até esta hora, está aqui, comungando com os nossos pensamentos e trabalhando por um fato que sensibiliza a maioria dos Senadores desta Casa. Então, inicialmente, quero dar os parabéns. Eu estava aqui, olhando para V. Exª e dizendo a mim mesmo: "piauiense de garra". Não é qualquer um que, submetido a uma operação com a gravidade da sua, estaria às 20 horas e 13 minutos aqui, no Senado. V. Exª está aqui desde a manhã, mas disse a todos nós que ficaria por causa do assunto, porque era um assunto que interessava à Nação brasileira, um assunto que toda a Nação brasileira estava interessada em resolver, e V. Exª não poderia fugir do debate. Saiba também que esses projetos do Senador Paulo Paim, da base do Governo, do Partido dos Trabalhadores, estão nesta Casa há cinco anos. Cinco anos! Quando entrei aqui, já eram três anos. Nós fizemos todos os tipos de discussão. Todos! Terminamos agora, criando dois caminhos. Um é andar com os projetos do Senador, que são três. Não é aquilo que o Ministro falou, não! O Ministro quer criar sensacionalismo; o Ministro quer aparecer para a imprensa, o que não é o nosso caso; o Ministro disse que o buraco no orçamento da Nação é em torno de 26,5%. Isso dá R$3 trilhões. Não é nada disso! O Ministro está faltando com a verdade. Não é nada disso que o Ministro falou! O Ministro está com má vontade! Abrimos diálogo hoje, Senador Heráclito, dizendo assim: "Vamos resolver por pedaços".

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Claro.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Vamos dialogar. Ficou tudo certinho, que o Governo apresentaria uma proposta a nós. Não queremos criar problema para Governo nenhum. Só não podemos deixar a si-

tuação como está. Como está, não podemos deixar. O Ministro sai para dar uma entrevista e, lá fora, diz que os Senadores concordaram com o fato de não haver verba, de não haver orçamento. Faltou com a verdade de novo! Que Ministro é esse do Governo Lula? Que Ministro é esse? Que confiança temos nós agora de sentarmos com um Ministro desse quilate? Que confiança temos nós? Nenhuma, Senador! Nenhuma! Criamos um caminho para dar andamento aos projetos do Senador; mas criamos outro caminho, que era exatamente dialogar com o Governo, porque, quando os projetos chegassem na Câmara, já haveria acordo de votarem a favor e, quando chegassem ao Governo, já haveria acordo para sancioná-los. Aí não teríamos problema nenhum. Vencida a guerra. Criamos esses dois caminhos. Esse caminho praticamente está eliminado, porque quarta-feira, às 14 horas, vamos voltar a conversar com uma pessoa que, em determinado momento, diz uma coisa e, em outro momento, já diz outra. Não gosto de conversar com homens desse nível. Gosto de conversar com homem de palavra. Gosto de conversar com homem que senta à mesa, dá a palavra e cumpre a palavra. É com esse tipo de homem que gosto de negociar!

Mas nós vamos voltar quarta-feira, vamos voltar a sentar à mesa. Agora, vamos voltar com esse alerta de agora, esse alerta de hoje para a Nação ter a certeza, para o Presidente da República ter a certeza, para o Ministro ter a certeza de que existem homens como V. Exª, homens de sensibilidade, homens que sentem e que sabem que os brasileiros aposentados e pensionistas estão morrendo neste País! Isso é fato real! Isso eu provo para quem quiser! Desumanidade! O que está acontecendo com os aposentados deste País é desumano! Isso que estamos fazendo hoje, esta vigília, é para alertar a Nação da insensibilidade do Governo, da insensibilidade e da falta de responsabilidade de um Ministro que, há poucos dias, assumiu a Pasta da Previdência Social. Termino parabenizando e agradecendo a V. Exª, porque sei do sacrifício que V. Exª passa nesta noite em função de uma recente cirurgia, mas está aqui, a favor daqueles que sofrem tanto neste País. Muito obrigado e meus parabéns!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Exª, mas um homem público não pode se furtar a chamamento dessa natureza, meu caro Senador Mário Couto. Nós estamos defendendo, talvez, o que é a categoria mais desprotegida deste País, a categoria que não pode fazer greve. Greve de quê? Greve de fome, se famintos já são? O que resta ao aposentado como protesto? Quantos suicídios temos pelo Brasil afora, marcados pelo massacre, pelo arrocho salarial daqueles que silenciosamente, envergonhados com o sofrimento do mundo, revolvem nos deixar?

O que se está fazendo com o aposentado no Brasil é um crime. É um crime, Senador Paulo Paim! Daí por que minha presença; porque esta luta, travada por V. Exª e pelo Senador Mário Couto, com esta vigília cívica, vai ficar marcada nesta Casa.

Em algumas ocasiões, tive que lutar aqui contra a incompreensão e as indiferenças do Governo Federal. Juntei-me com o Rio Grande do Sul, do Senador Paim, em relação àquilo que eu chamava de "acordo do chimarrão e da rapadura". Agora V. Exª faz o "acordo do tucupi com o chimarrão", que é aquele que une o Brasil inteiro num momento como este.

Fique, portanto, V. Exª sabedor de que a Nação brasileira está atenta para o que ocorre aqui, hoje, nesta Casa.

Senador Flexa Ribeiro, com o maior prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Sr. Presidente, só uma palavrinha: recebi agora um telefonema do grande jornalista Gaudêncio Torquato, que enviou um abraço para V. Exª e para todos que aqui estão, nesta luta pelos aposentados. Eu não podia deixar de registrar esse telefonema pelo que representa o jornalista Gaudêncio Torquato, pela sua envergadura, pelos seus artigos e por tudo o que ele tem feito em benefício da sociedade por meio da sua caneta. Ele mandou um abraço pessoal para V. Exª.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço ao jornalista Gaudêncio Torquato, rio-grandense-do-norte, como o Senador Garibaldi, como a Senadora Rosalba, e um dos homens de maior sensibilidade na imprensa brasileira. Demonstração maior do que esta não pode haver: ele, de São Paulo, da sua casa, do seu trabalho, assistindo ao que se passa aqui.

Espero que a pena firme e equilibrada, serena, do Gaudêncio faça ecoar o que acontece hoje nesta noite no Senado da República.

Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador, quero fazer minhas...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu queria apenas registrar a presença do Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves Filho, nesta vigília cívica, que está entre nós demonstrando seu apreço ao aposentado brasileiro.

Com a palavra V. Exª.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Heráclito Fortes, quero fazer minhas as palavras do Senador Mário Couto a respeito de V. Exª. V. Exª dá demonstração de amor à causa dos aposentados. V. Exª, que vem de uma cirurgia e que está em recuperação da sua saúde, permanece até esta hora no ple-

nário do Senado Federal, para defender uma causa, que é justa. Não há ninguém que diga que é contra a recuperação das aposentadorias e das pensões. O Senador Paim, que é autor de todos esses projetos, muitos deles aprovados por unanimidade no plenário do Senado Federal – unanimidade; não houve um Senador que votasse contra, e foram encaminhados à Câmara –, tenta, juntamente com o Senador Mário Couto, com o Senador Eduardo Azeredo, com o Senador Flexa Ribeiro, com o Senador Heráclito Fortes, com a Senadora Rosalba, com o Senador Romeu Tuma, com o Senador Mão Santa, com o Senador Augusto Botelho, com o Senador Zambiasi, com o Senador Leomar Quintanilha, com vários Senadores, sensibilizar o Governo. Tentamos isso, Senador Heráclito Fortes, e o Senador Paulo Paim foi claro quando fez várias tentativas, primeiro, de reunião, mas foram todas suspensas, porque faltava sempre uma parte na reunião convocada pelo Presidente do Senado, nosso Senador Garibaldi Alves. Hoje, conseguimos reunir o Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Mendes Ribeiro, e o Relator do Orçamento de 2009, Senador Delcídio Amaral, juntamente com o Ministro e com os Senadores. Ora, foi dito pelo Senador Paim: "Não somos irresponsáveis. Temos consciência de que não podemos, e os aposentados sabem disso. O Brasil não suporta recuperar, de uma única vez, tudo o que foi feito, ao longo do tempo, em desrespeito aos aposentados e pensionistas." Dissemos isso ao Ministro; dissemos isso claramente ao Ministro. O Senador Paulo Paim lhe disse: "Coloquei o projeto para abrir a negociação." O que estamos querendo é abrir a negociação. Parece-me, Senador Mário Couto, que, ao sairmos da reunião, o assunto estava bem encaminhado. Por quê? Porque o Ministro teria aceito que se fizesse uma tentativa de acordo durante esta semana, e até foi dito que o reajuste dos aposentados era de 6,11%. "Ministro, vamos estudar se é possível passar para 8,11%; quanto é que esses dois pontos percentuais representam em termos de aumento de gastos no Orçamento." Sabemos da crise internacional. O Relator do Orçamento é parceiro na tentativa de retirar de alguma rubrica para colocar para os aposentados algo que pelo menos mostre a boa vontade do Governo Lula, a boa vontade do Ministro da Previdência em atender algo. Agora, não podemos aceitar, Senadora Rosalba, que se fechem as portas e que se diga: "Não, não vamos atender os aposentados." É por isso que estamos aqui. Não somos irresponsáveis, Senador Paim, e alguns querem colocar esse carimbo principalmente em V. Exª, que não é respeitado – lamento lhe dizer isso; já lhe disse isso várias vezes, em outras ocasiões – pelo seu próprio Partido.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, permita-me!

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Se o nosso orador permitir...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Com o maior prazer, com o maior prazer!

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Só uma colocação rápida: recebi agora do meu gabinete mensagem dizendo que 14 Estados já ligaram, manifestando total solidariedade a este movimento – eles vão trazer o nome dos Estados e lhes direi em seguida. Também diversos *blogs* estão anunciando que a TV Senado vai funcionar a noite toda em defesa dos aposentados. Era só este aparte que eu queria fazer, para ilustrar nosso debate.

A SRA. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador, só um minuto também para ilustrar, Senador Flexa: acabo de receber um telefonema do meu gabinete, e vários *e-mails* estão chegando. Este, inclusive, é de uma figura da cidade de Mossoró, o Sr. Massilon Pinheiro Costa, que pede que seja relatado o fato que está acontecendo. Este senhor tem 86 anos. Em 1979, aposentou-se com 20 salários mínimos e recebe hoje R$4.700,00 bruto – vejam quanto já foi reduzido do seu salário, sem contar o que é que sobra quando há desconto do Imposto de Renda. Ontem, ele recebeu uma carta do INSS, dizendo que seu salário será reduzido, nos próximos 30 dias, e que vai para R$2.800,00. Inclusive, levantam a questão de que ele recebeu indevidamente e que tem 30 dias para se defender ou, então, nos próximos cinco anos – ele tem 86 anos –, a cada mês, ele terá que restituir 30% do que recebeu a mais. Ora, aposentou-se com 20 salários mínimos. Hoje recebe R$4.700,00, que já não representam 20 salários mínimos. Já houve toda essa redução – salário bruto –, e, agora, recebeu esta carta. Ele está constituindo advogado. Se o dinheiro que ele hoje recebe mal dá para se sustentar, para pagar remédio, para suas condições, imagine nessa situação! Isso não chegou só para ele; outros cidadãos e cidadãs também estão recebendo essa carta. Isso é algo que não tem explicação. Além de queda, como diz o matuto, coice!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Concluo, Senador Heráclito Fortes. Agradeço a generosidade de V. Exª em conceder tempo para que seus Pares possam aparteá-lo – o que para nós é uma honra poder apartear os pronunciamentos sempre inteligentes, competentes e lúcidos feitos por V. Exª. Como eu dizia, o que se busca, Senador Heráclito Fortes, não é a aprovação, da forma como está, do Projeto do Senador Paulo Paim, mas, sim, o entendimento com o Governo para

recuperar ganhos, para, ao longo do tempo, criar uma regra de recuperação, como foi feita para o salário mínimo, mesmo que desvinculada do salário mínimo, mas que se crie algo que seja, para os aposentados, além da inflação, um ganho a mais para recuperarem essa defasagem. Nem isso, nem isso o Governo... Senador Mário Couto, Senador Paim, não é o Ministro da Previdência! É o Governo Lula! É o Governo Lula que não quer fazer o entendimento para atender aposentados e pensionistas, que, como já foi dito aqui, estão sendo levados a uma situação de miséria. Muitos deles – chegam *e-mails* em meu gabinete, recebo telefonemas, quando vou ao meu Estado, o Pará, nos procuram – sem as mínimas condições de sustento. E não é só de sustento, não, mas sem condições de manterem a lista de remédios! Muitos deles usam medicação ininterruptamente. Pior ainda, Senador Heráclito Fortes, é o crédito consignado. Os aposentados foram iludidos com a facilidade do crédito e tomaram empréstimo. Hoje, os contracheques deles, que já eram pequenos, mal dão para pagar a conta de luz, como foi-me mostrado por vários deles. Nós temos responsabilidade, sim.! Por isso, temos o dever e a obrigação de defender a classe dos que trabalharam pelo Brasil, e que agora, parece, são jogados fora como se fossem bagaços de uma laranja. Parabéns, Senador Heráclito Fortes, pela presença de V. Exª na vigília de hoje!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – PI) – Agradeço a V. Exª.

Senadora Rosalba Ciarlini, Srªs. e Srs. Senadores, como podemos justificar ao Brasil que nos ouve agora que o Governo não teve dinheiro ou não tem dinheiro ou não quer ter dinheiro para resolver ou começar a resolver a situação dos aposentados? Mas não lhe falta dinheiro para socorrer os especuladores que pegaram o seu capital e investiram no derivativo a busca de ganho fácil! E, com a reversão da economia mundial, tiveram prejuízos, e o Governo, agora, os socorre.

Senador Paim, o que movimenta a economia do País é a circulação da moeda. Se se coloca a moeda na mão do aposentado, ele vai à bodega, ele vai ao barzinho, ele vai ao supermercado, ele vai à farmácia, ele traz o dinheiro à circulação. E é isso que evita recessão. Nada, para mim, justifica essa atitude "coronelesca", brutal de insensibilidade de um Governo que tem origem no trabalhador brasileiro, que tem origem nos desassistidos, nos despossuídos, e que, de repente, se torna algoz dessa classe indefesa. Aliás, Senadora Rosalba Ciarlini, eu queria que V. Exª repetisse o nome desse aposentado de Mossoró. Senadora Rosalba, V. Exª poderia repetir o nome desse aposentado de Mossoró?

A SRA. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Massilon.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senadora Rosalba Ciarlini, eu queria que se transformasse o sofrimento do Sr. Massilon em símbolo pelas agruras por que passa o aposentado brasileiro. Faço um apelo desta tribuna, para que os advogados da OAB do Rio Grande do Norte tomassem essa causa, para que ela simbolize os diversos Massilons que estão aí Brasil afora, sem direito à defesa, porque o que ganham não dá sequer para a manutenção da sua família.

Louvo, portanto, V. Exª por trazer este caso à tribuna.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Mão Santa, ouço V. Exª, com o maior prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, o Piauí está orgulhoso de V. Exª pelo seu estoicismo. V. Exª está se convalescendo, está em uma fase pós-operatória, de cirurgia urológica/oncológica, mas, mesmo assim, mostra para o Brasil a grandeza do Piauí. É com razão que o nosso poeta cantou: "Piauí, terra querida, filha do sol do Equador. Na luta, teu filho é o primeiro que chega...". V. Exª dá o exemplo de estoicismo. Mas, eu queria dizer o seguinte: aqui, ao lado do Paim, ao lado do Zambiasi, da cadeira de Pedro Simon...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS)(Fora do microfone) Ao lado do Senador Augusto Botelho.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas é que eu estou no Rio Grande do Sul ainda. Lembro-me da cadeia da legalidade – ô Zambiasi – da Rádio Guaíba. Legalidade! E o Paim, agora, com o Zambiasi, fazem a cadeia da solidariedade. Peço às emissoras do Piauí – a que temos acesso – que entrem, que sintonizem nesse grito de clamor, que engrandece a democracia do Brasil e o Legislativo. Lembremo-nos de Teotônio que, moribundo, aí desta tribuna, dizia: "É resistir falando e falar resistindo". Então, vamos fazer essa resistência, convocada pelo general dos lanceiros negros, o Martin Luther King nosso, o Paulo Paim. Mas, dessa vez, vai ter resultado. Como comecei este aparte citando um poeta piauiense para definir a bravura de V. Exª, Senador, com o seu estoicismo, dando o exemplo de dor, encerro, citando um outro poeta nordestino, do Maranhão: "A vida é um combate que aos fracos abate; aos fortes e aos bravos só pode exaltar." V. Exª é este forte e bravo, que, mesmo com sacrifício, está dando-nos o exemplo, nessa campanha da solidariedade, iniciada aqui. Então, que todas as emissoras de rádio e televisão o façam, inspiradas na cadeia da legalidade, que salvaguardou a democracia neste País.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O nome completo do funcionário de Mossoró é Massilon Pinheiro Costa. Eu aproveitaria também para pedir aos aposentados do meu Estado, o Piauí, que tivessem holerites, que tivessem salários com essa defasagem, que os remetessem para o Senador Mão Santa e para mim, para que pudéssemos mostrá-los desta tribuna, expondo as agruras que sofrem neste momento.

Senador Eduardo Azeredo, com o maior prazer, ouço V. Exª.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Heráclito, tivemos, na semana passada, a oportunidade de dizer da satisfação em tê-lo de volta. Mas, em relação ao assunto que estamos tratando hoje, merece reflexão de todos os brasileiros. Os aposentados têm, evidentemente, um custo de vida com algumas características especiais, como a questão do preço dos remédios, que têm aumentado muito seus custos; a questão ligada aos planos de saúde, que também têm um índice acima dos índices normais de correção; temos os aposentados que são responsáveis, hoje, pelas suas famílias. Portanto, é o momento de uma reflexão, sim. A questão do fator previdenciário foi criado em momento diferente, em que o Brasil vivia um ajuste, ao fim da inflação, com a implantação do Plano Real. O fator previdenciário veio embutido em um conjunto de medidas que buscaram preparar o País para crescer, para poder ser mais forte do ponto de vista financeiro. Isso aconteceu. O Brasil hoje é mais sólido. Entretanto, o que se vê é que, apesar da redução dos recursos pagos para os aposentados, por meio da implantação do fator previdenciário, o déficit da Previdência ainda existe, mas é um déficit que nunca é devidamente esclarecido, seja na época do meu Partido, seja agora; nunca se diz com clareza qual é esse déficit, o que está incluído no déficit. O fato, portanto, é que a discussão precisa ser feita. Nós reconhecemos que existe um crescimento da expectativa de vida no Brasil, tanto das mulheres quanto dos homens. Portanto, esse é um ponto a ser considerado. Por outro lado, nós não podemos deixar de reconhecer que o salário mínimo tem tido um aumento acima da inflação como uma política do País de recuperação, de elevação do piso. Portanto, eu quero aqui dizer da certeza de que todos que estão aqui defendem os aposentados, defendem uma ampla reflexão, defendem que o Governo coloque na pauta os seus pontos de vista, que o Governo não fique só dizendo não, que ele diga o que é razoável, porque o Parlamento é isto, é uma reflexão de idéias, alguns a favor, outros contra, o Governo buscando defender a sua parte. Mas aqui nós estamos, Parlamentares de vários Partidos, e o que nós queremos é que os aposentados sejam tratados de maneira, no mínimo, equânime, como todos os brasileiros, reconhecendo as particularidades, reconhecendo as dificuldades que o País tem na Previdência Social, que não podem, evidentemente, ser levadas ao extremo. Mas há que se achar uma solução e, seguramente, o fator previdenciário já cumpriu a sua função. Agora é hora de revê-lo e de buscarmos uma melhor situação para todos os aposentados brasileiros.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Exª, sempre ponderado, equilibrado e preciso nas suas intervenções.

Senador Romeu Tuma, o que deve revoltar o aposentado, porque também revolta o cidadão comum, o cidadão de lucidez, é a dificuldade de encontrar caminhos para atender a quem deu uma vida toda pelo serviço público. Abre-se o jornal e vê-se o Ministro da Saúde dizer que, no órgão vinculado ao seu Ministério, existe corrupção. Cinco dias depois, nenhuma providência foi tomada para se apurar se é verdade ou não, ninguém punido, nenhuma satisfação à opinião pública. E a corrupção no País fica banalizada, a corrupção no Brasil passa a ser lugar-comum e, quando não se pune, todos se sentem no direito de fazer o mesmo.

Aliás, há uma história de origem árabe que mostra muito bem o que é isso, Senador Papaléo. Dois cidadãos resolveram, Senador Tuma, plantar uvas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Permita-me, Excelência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Já vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Exª pode continuar fazendo uso da palavra.

Para cumprir o Regimento, prorrogo por mais uma hora a sessão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Exª.

Então, Senador Paim, dois cidadãos resolveram, através de uma sociedade, plantar uvas. Na primeira colheita, para comemorar, sentaram-se um em frente ao outro e fizeram um acordo: "Vamos comer um pouco do que produzimos, mas vamos fazer um acordo: só se tira do cesto uma uva de cada vez. Ocorre que um deles era cego. E aí começaram a cumprir o acordo. Passados alguns minutos, o cego diz ao que tinha visão: "Você é ladrão." "Como eu sou ladrão?" "Você está me roubando." "Como estou roubando?" "Já é a sexta vez que pego duas ou três uvas, e você não reclama. É porque você está pegando mais que eu."

É isto: governo que não pune, que fecha os olhos, dá oportunidade a que ministro ataque os subalternos e nenhuma providência seja adotada. Mas isso

não pode ser à custa, na conta do pobre e indefeso aposentado.

Senador Augusto Botelho, com o maior prazer.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Heráclito Fortes, V. Exª já está há quase uma hora e meia aí, convalescendo-se de uma grande cirurgia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Contra minha vontade, mas cumprindo um dever com o qual não poderia jamais faltar.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Sua solidariedade aos homens que construíram o Brasil, com as pessoas que construíram o Brasil. Parabenizo V. Exª e sei que todos aqui presentes estão movidos pelo sentimento de solidariedade com todos os que foram aposentados. Todo os que se aposentaram, por qualquer motivo, são abrangidos por essa lei. Não existe distinção entre o aposentado por invalidez, por isso ou por aquilo. São os aposentados que nós estamos defendendo aqui.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Aliás, nós temos que dizer ao aposentado: "Eu sou você amanhã".

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Isso mesmo. Já estamos próximos deste dia. Então, eu gostaria só de reforçar e dizer aos aposentados que o estão vendo que saibam que V. Exª está com menos de vinte dias de uma cirurgia muito grande e que está aqui porque tem o sentimento de solidariedade com os brasileiros que construíram este País, com as pessoas que construíram este País, que têm que ter o nosso apoio nesta hora de dificuldade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço as palavras de V. Exª e dos demais companheiros. Daí por que tenho sido comedido, tenho falado pausadamente, para não ser tomado pela emoção em um assunto como esse que toca tantas almas e mentes. Mas eu não poderia deixar de cumprir o meu papel.

Vou ausentar-me agora, mas ainda volto. Logo mais voltarei, porque quero ser solidário a essa luta. Quero pedir a V. Exª, Senador Paulo Paim, que não desanime, que não saia dessa trincheira. Eclesiastes, repito, diz que a virtude, mais cedo ou mais tarde, triunfa sempre. Não tenha nenhuma dúvida de que a virtude está ao seu lado. Não tenha nenhuma dúvida de que as intimidações que lhe são feitas são as mesmas feitas no submundo do crime. Não são intimidações sérias, honestas; não são intimidações que se possa dizer que são civilizadas e que cabem no circuito, no círculo de quem vive na vida pública para defender o bem comum. V. Exª continue essa sua cruzada. Vai ver que, às vezes, poderá até estar sozinho, outras vezes não. Mas sei que V. Exª não procura a consagração pessoal, e sim a vitória de uma categoria que tem sido a razão da sua atuação parlamentar ao longo de todo esse tempo. Os partidos passam, a consciência fica. Feliz o homem que poderá fazer o que fará V. Exª ao sair daqui às 4 ou 5 horas da manhã, sabe lá Deus quando, e colocar a cabeça sobre o travesseiro com a consciência do dever cumprido, vendo ao lado os atormentados que estão traindo a consciência ou aquilo que pregaram; que estão traindo os preceitos, rasgando os regimentos e estatutos partidários; que se transformaram de defensores dos pobres em verdadeiros líderes dos banqueiros, dos construtores e dos empreiteiros do Brasil.

Senador Paim, V. Exª nesta Casa é o porta-voz dos aposentados. Só lhe peço uma coisa: diga a eles que eu não tenho caneta, não tenho governo, o que me resta é a voz, e com esta voz eles poderão contar; porque é a voz que vem aqui para representá-los, que vem aqui para fazer a ressonância daquilo que eles desejam e de que eles precisam. Se nós falamos e pregamos neste País a distribuição de renda, ou uma melhor distribuição ou redistribuição, nós não podemos inverter a pirâmide. Nós temos que começar protegendo os que já estão no fim da linha e os que deram os melhores dias de suas vidas pela causa da Pátria.

Daí por que louvo V. Exª pela coragem. Sei que pagará um preço. Não receberá oportunidades partidárias, não ocupará presidências de comissões, lideranças, cargos importantes no seu partido, mas às favas com o excesso. Lute pelo essencial, que é a sobrevida humana de seres que estão aqui, no Brasil inteiro, neste momento, confiando na sua palavra e na sua luta.

Senador José Nery.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Heráclito Fortes, quero participar, como V. Exª, desta vigília cívica em defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas de nosso País. Eu me refiro especialmente, no conjunto do pronunciamento longo, aparteado por todos os Senadores presentes, a um aspecto que V. Exª denunciou, com muita veemência, que é uma enorme contradição. O Governo afirma que não há recursos para fazer a recomposição das aposentadorias, para fazer o reajuste de acordo com os índices do salário mínimo, mas, ao mesmo tempo, no momento desta grave crise financeira do capitalismo, propõe remédios para salvar banqueiros e especuladores do sistema financeiro. Nesta ou na próxima semana, estará sendo votada aqui a MP que pode ser considerada a MP dos Banqueiros, para salvaguardar os interesses desses que lucram fácil, do juro sobre juro, do papel em moedas podres à vontade, enquanto...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Que brincam com os derivativos.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Então, uma situação como essa em que os recursos do País deveriam ser colocados a serviço da produção, do trabalho, da renda, da dignidade das pessoas, o Congresso Nacional vai apreciar – a Câmara já o fez e o Senado vai fazer, em relação à MP nº 442. E seria muito importante, Senador Heráclito, verificarmos, nesta Casa, os 81 Senadores e Senadoras, que procedimento será adotado pelos partidos e pelos Srs. Parlamentares nessa questão, porque nós podemos, se quisermos, por ampla maioria, rejeitar a MP dos Banqueiros e dizer que esses recursos sejam colocados a serviço das políticas sociais, em benefício dos trabalhadores explorados deste País e, em especial, para garantir recursos suficientes para o reajuste dos aposentados e a recomposição de seus salários. Portanto, Senador Heráclito Fortes, eu creio que tudo que V. Exª falou, nessa mais do que hora e meia na tribuna, é muito importante. E quero assinalar, principalmente, a denúncia contundente que V. Exª fez, e a qual me assomo. Eu tenho uma proposta a fazer aos Líderes partidários e aos Senadores aqui presentes: vamos trabalhar justamente no sentido de derrotar aqui a MP dos Banqueiros, e com isso criarmos a possibilidade de garantir aos aposentados o reajuste dos seus salários. Mas não é só dos banqueiros, como disse V. Exª, é também das construtoras,...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Das montadoras...

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – ...do setor imobiliário, das exportadoras, das grandes empresas nacionais e até de capital multinacional. Nós deveríamos fazer aqui uma trincheira de rebeldia, de coerência com os interesses do povo brasileiro. E aí demonstrarmos que os compromissos desta Casa, Senador Papaléo, nosso Presidente, não são com a banca da especulação financeira. Os compromissos desta Casa são com os interesses mais legítimos da sociedade. E temos nas nossas mãos, Senador Heráclito Fortes, essa possibilidade. Precisamos fazer um esforço de argumentação e de convencimento de nossos Pares para que façamos deste momento um momento de afirmação desta Casa e da cidadania brasileira, dizendo aos senhores da especulação que aqui seus projetos, suas idéias não podem prosperar. Por isso, Senador Heráclito Fortes, há um outro projeto que está vindo da Câmara, já votado naquela Casa, que é o Fundo Soberano, milhões de reais para apoiar, financiar empresas brasileiras no exterior. Igualmente, é preciso analisar o que são os verdadeiros interesses nacionais e mais legítimos de nosso povo e os interesses dos grandes grupos econômicos e financeiros. Creio, Senador Heráclito, que é necessário um posicionamento decidido e firme do Senado Federal, conduzido por todas as bancadas, pelo brilhantismo de V. Exª e do Senador Papaléo, que preside a sessão, e do Senador Paulo Paim, motivo da grande luta em defesa dos aposentados e propositor desta vigília cívica e que hoje receberá de todos nós as homenagens. Senador Heráclito Fortes, minha proposta é exatamente esta: vamos aqui constituir uma frente para derrotar a MP nº 442 e, com isso, buscar a possibilidade correta e objetiva de encontrar recursos públicos para salvar os construtores da riqueza deste País, que são os trabalhadores, os aposentados e pensionistas, que deram seu suor e hoje são tratados com desprezo, com descaso e até com violência. Sugiro a V. Exª e a todos os nossos Pares uma frente articulada de todos nós, para dizer que aqui não prosperarão os interesses dos grandes e dos poderosos, mas serão colhidos os interesses dos pequenos, dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas da Previdência Social. Parabéns a V. Exª pela firmeza, pela contundência, pela clareza, pela forma como trata de uma questão vital para os verdadeiros interesses do País. Contamos com V. Exª e com todos que aqui se pronunciaram para que, Senador Expedito Júnior, juntos possamos proclamar, quando da votação da MP nº 442, a independência desta Casa e fora os interesses de especuladores! Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Exª e digo que quero parar, preciso parar, devo parar.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Só um minuto, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Cansado estou, mas tenho que ter a humildade de ver que vários querem falar. Eu não poderia, de maneira alguma, deixar de ouvir essa figura cristã, que é o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – O Senador Nery falou sobre o Fundo Soberano. Eu tinha levantado o microfone, para dizer que houve na Comissão de Assuntos Econômicos, hoje, a apresentação e a discussão, pelo Ministro Miguel Jorge e pelo Presidente do BNDES Luciano Coutinho, do Fundo Soberano. E lá, ficou esclarecido que há dois fundos: um de origem privada e outro de fundo público, sendo que um deles ficará no exterior, como disse V. Exª. E o Senador Francisco Dornelles, que foi um grande Secretário da Receita, disse que precisava falar com os técnicos do BNDES, porque não conseguia entender a nomenclatura, a ciência para a formação do Fundo Soberano. Deixo aqui um questionamento para V. Exª – sei da sua inteligência, da sua visão –: esse Fundo Soberano, aprovado, não serviria para ser destinado aos

aposentados, com o intuito de corrigir o salário que estão recebendo hoje, que é de miséria?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Romeu Tuma, Senador Paulo Paim e Senador José Nery, prestem atenção no que vou dizer: esse Fundo Soberano, que o Governo alardeou aos quatro ventos, muito se parece com aquele prêmio que o cidadão recebia no auge da Loteca. Lembram-se da Loteca da época da zebrinha, que ia lá e dizia: "Zebra, zebra"? Pronto.

O cidadão estava ali na televisão e era premiado no domingo; recebia com muita alegria, chamava os amigos – e os interesseiros corriam todos. A primeira posição era uma grande farra, para comemorar a fortuna que lhe chegava à porta de maneira inesperada. Ao amanhecer – as concessionárias sempre abriam antes do banco –, ia escolher o carro da moda, e os mais ambiciosos, um para ele e para a mulher e para as filhas. Às nove horas, o famigerado Oswald de Souza anunciava que aquele prêmio não tinha um ganhador único, mas era dividido por mil, duas mil pessoas.

A frustração se ia, e o gasto da farra da véspera era superior ao produto do prêmio. A mesma coisa foi o Fundo Soberano, montado em cima de um petróleo que estava subindo à casa dos US$20.00, do pré-sal e das exportações fictícias do nosso álcool brasileiro para o mundo afora. Só que Oswald de Souza, nesse caso, foi mais impiedoso; foi a economia mundial dando sinal de alerta e mostrando que a especulação que se fazia até aquele momento estava na hora de parar.

Esse é o Fundo Soberano do Governo. Cantou-se, festejou-se, comemorou-se antes de uma realidade. É a mesma coisa de se querer gastar, sem se fazer poupança. Vai ser bom, o Governo aprendeu.

Meu caro amigo, Senador Romeu Tuma, encerro, dirigindo a V. Exª as últimas palavras de agradecimento pela preocupação que tem comigo. Não é de hoje, não é por esse episódio eventual da minha saúde, mas é desde que aqui cheguei. Aliás, para ser sincero e justo, eu ainda militando na Câmara, e V. Exª, aqui. Então, ela é longa em nossa existência.

Mas quero dizer o que me motivou estar aqui nesta tribuna. Há 22 dias, eu me submeti a uma intervenção cirúrgica delicada, complicada. E hoje estou aqui, podendo falar, com minhas limitações, correndo os meus riscos, fazendo os meus sacrifícios, mas, acima de tudo, emprestando a minha solidariedade.

Mas falo nesta noite por aqueles que estão, há dois ou três meses, nas filas da Previdência deste País, com problemas semelhantes ou mais graves do que o meu, mas que não tiveram sequer ainda o direito de uma consulta. São os que tiveram indicação cirúrgica e que não puderam tomar a providência rápida, que no meu caso foi tomada.

É em homenagem a isso!

Acho que vale a pena este sacrifício de todos nós. Somos privilegiados, porque temos esta tribuna, que é do povo brasileiro, que é o eco dos seus sentimentos, seja de dor, seja de alegria. Deixarmos em silêncio, calarmo-nos neste momento seria um ato de covardia com que a história jamais poderia concordar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Sua presença, a exposição de seu pensamento sobre os aposentados, seu discurso simbolizam muito para nós, que aqui estamos presentes.

Somos sabedores de que o Senador Heráclito Fortes, recentemente, foi submetido a uma cirurgia que realmente faria com que qualquer outra pessoa estivesse, ainda, em período de convalescença. Mas S. Exª está aqui conosco, prestando solidariedade e homenagem, em nome do Senado Federal, aos aposentados de nosso País.

Aproveito a oportunidade para saudar os presidentes e os representantes das entidades que estão aqui, na luta em prol do direito dos aposentados. Quero dizer que os senhores e as senhoras que representam essas entidades têm nosso respeito, nosso apoio. Contem com o Senado Federal – tenham certeza absoluta –, para que possamos continuar essa luta, que é árdua, difícil.

Só os senhores e as senhoras sabem o que é sentir na pele o salário do aposentado, que não tem mais nenhuma alternativa, a não ser esperar a boa vontade do Governo – que não existe – e a boa vontade de Parlamentares dedicados, como os que estão aqui presentes, e a de outros que não estão presentes, mas que estariam aqui, se pudessem, em prol dessa grande esperança que os senhores não podem perder nunca.

Muitos se vão, mas deve ficar a esperança naqueles que devem continuar sua luta.

Então, quero dizer que hoje estamos fazendo esta vigília cívica – e os Senadores aqui presentes estão representando o Senado Federal – em prol de um povo que necessita, em prol de uma grave questão

social, que é a questão dos aposentados deste País, que infelizmente não reconhece aqueles que trabalharam e trabalham para o seu desenvolvimento, que são pessoas que precisam ser reconhecidas como úteis do início do seu trabalho ao fim da sua vida.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem... Parece-me que o Senador Mão Santa foi o primeiro...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sim. Eu só queria solicitar...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa com a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero solicitar que V. Exª me inscreva, para falar nesta sessão de solidariedade e vigília em defesa dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Exª está inscrito.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também solicito a minha inscrição, se possível, para falar na condição de Líder, logo após o Senador Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Exª está inscrito como Líder do PSOL.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mário Couto, se não me engano, V. Exª foi o terceiro. Em seguida, o Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero aproveitar para, muito rapidamente, dizer que a Rádio Senado e a Agência Senado estão também acompanhando e divulgando, em tempo real, esta nossa sessão tão importante, destinada a tratar da questão dos aposentados. A Rádio está no ar direto, e a Agência Senado, reproduzindo em tempo real.

Senador Mário Couto, sei que V. Exª vai falar das entidades, mas, se me permitir, aproveitarei para citar o nome de inúmeros líderes sindicais que estão aqui no plenário acompanhando este debate: Nelson de Miranda Osório – Cobap; Lúcia Reis, representando a Central Única dos Trabalhadores; José Lopes de Almeida, da Cobap; José Carlos Pinto Vieira, representando a Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Rio de Janeiro; Edison Guilherme Haubert; Silberto Raimundo da Silva, da Cobap; Moacir Meirelles de Oliveira, da Cobap; e Warley Martins Gonçalves, Presidente da Cobap.

Sei que o Senador Mário Couto vai falar das entidades; só peguei o nome para destacar, neste momento, e dizer a V. Exª, Senador Mário Couto – V. Exª que vai usar a tribuna agora – que o meu gabinete está, também, acompanhando em tempo real. São telefonemas de todo o Brasil e algumas coisas eu sou obrigado a reproduzir. As pessoas estão em sintonia com a TV e Rádio Senado, chamando os familiares para a sala e estão em vigília com a gente. Outros estão se dirigindo para os seus sindicatos. Eu acho que é um momento bonito de solidariedade, não só a nós que estamos aqui, mas a todos os idosos e aposentados do nosso País.

Parabéns ao nosso Senado, parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Peço permissão a V. Exª para incorporar como palavras da Mesa as que V. Exª acaba de proferir, saudando os presentes e representantes das entidades.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Couto.

V. Exª falará como orador inscrito ou pela Liderança?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Como V. Exª achar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Prefiro que V. Exª, pela liderança que tem, fale pela Liderança e, após a palavra de V. Exª, terá a palavra o Senador Expedito Júnior como orador inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, eu sei que nós estamos dando um trabalho a mais a várias pessoas que prestam serviços a todos nós todos os dias: os taquígrafos desta Casa, homens e mulheres, que hoje vão ficar até o amanhecer fazendo esta vigília cívica, os nossos fraternos agradecimentos e os nossos pedidos de desculpa por estarmos usando os seus serviços até esta hora; a TV e a Rádio Senado, por meio de seus funcionários, que estão aqui, Senador, hoje, tendo que prestar serviços até às seis horas da manhã; os nossos amigos do cafezinho, chefiados pelo Zezinho, e outros que tão bem nos servem também deverão ficar até de manhã; secretários, secretárias, enfim, assessores, que nos desculpem, mas tenho certeza de que todos vocês vão refletir sobre a nossa ação, que é uma ação que pode ser chamada até de sagrada, porque nós estamos, aqui, com certeza, guiados por Cristo, porque nós estamos defendendo, hoje, o direito dos filhos de Deus, que estão morrendo neste País. Nós estamos,

hoje, tentando sensibilizar as autoridades deste País, sem vínculo partidário. Tenho certeza de que Jesus vai mostrar a todos nós que essa nossa atitude de hoje vai sensibilizar as autoridades deste País.

Pareceu-me, Mão Santa, que o Ministro da Previdência Social está com má vontade. Eu fiquei olhando, olhando, olhando para ele e ele não olha nos olhos, ele baixa a cabeça. Não gosto de gente assim. Ele ainda não pensou no que está fazendo. Tenho certeza de que ele ainda não pensou no que está fazendo. Na hora em que a ficha cair, ele vai sentir um remorso muito grande. Ou, então, ele é um homem insensível. Ou, então, ele não conhece nada da realidade dos aposentados e pensionistas deste País, porque quem conhece a realidade não pode deixar de se sensibilizar.

E eu sempre disse aqui, Senador Paim, que este problema vem se somando há muitos governos. Não é próprio do Governo Lula. Não escondo isso. Às vezes, eu recebo e-mail de pessoas me dizendo: "E o seu ex-Presidente, por que não resolveu?" Mas eu não escondo isso, nós não escondemos, Papaléo. Nós queremos é a realidade. Eu jamais escondi isso.

Agora, prestem atenção. O Presidente Lula, nos seus discursos no primeiro mandato, disse que não entendia – palavras textuais do Presidente: "Eu não entendo por que um trabalhador que ganha dez salários mínimos, quando vai para a aposentadoria, cai para cinco." Palavras do Presidente Lula. E como é que o Presidente Lula é contra isto agora?

Eu não entendo como líderes partidários, aqui, neste Senado – e eu já falei, quando era Deputado Estadual no meu Estado, fui por dezesseis anos – eu ligava a TV Senado, quando via a reprise da noite, líderes, aqui desta tribuna – eu nem sonhava vir para cá, já disse que foi bondade do povo do meu Estado me mandar para cá –, mas eu via líderes do Partido dos Trabalhadores, da Base do Governo hoje, dizer, naquela época, que o trabalhador não merecia viver como estava vivendo, que era uma afronta ao trabalhador, e hoje vão à imprensa dizer que não se pode corrigir o que está errado.

É bom que o povo brasileiro saiba, Senador José Nery, que nós não estamos pedindo nenhum favor ao Governo. Isso é bom que se entenda, porque pode parecer – e como o Ministro fala parece que é – que estamos pedindo aumento para os aposentados. Não! Estamos questionando o direito dos aposentados, que é dever do Governo corrigir. É só isso que os projetos do Paim pedem; nada mais que isso. Cinco anos, cinco anos. Um Senador engavetou nove meses. Foi preciso uma luta, foi preciso ameaçar, para que ele desengavetasse os projetos. Maldade pura!

Eu não entendo como aqueles que defendiam o trabalhador outrora agora condenam e massacram o trabalhador. Que postura de político! Que políticos são esses, gente?

Presidente, o Ministro vai à imprensa e diz que o rombo que os Senadores – li isso na revista **Veja** – querem dar... O título era mais ou menos assim: *"Senadores querem criar mais despesa em crise"*. Quem foi que deu esse formato de notícia? Foi o Ministro. Ele, para jogar a culpa no Senado; ele, sem nenhuma responsabilidade; ele, sem nenhuma sensibilidade, criou, na própria cabeça, Senador Tuma – obrigado pela sua presença –, criou, na própria cabeça, que os Senadores estavam pedindo para aprovar 105 projetos.

Olhe a maldade, olhe a maldade como é real. Por aí você vê, Presidente, que a maldade é real. Nunca, nunca, jamais, nós falamos em 105 projetos. Nunca! Nem sonhamos com isso.

E ele vai à imprensa, maldosamente, com uma cara de Hitler – falta só o bigode –, maldosamente, vai à imprensa e diz: "Não! Os Senadores querem quebrar o País. Os Senadores estão falando em 105 projetos!". E ele, audaciosamente, ainda coloca na notícia: são 26,5% do PIB. Isso não existe. Nação, isso não existe! O Ministro faltou com a verdade; o Ministro não está falando a verdade; o Ministro está escondendo a verdade, está escondendo a verdade.

Alguém disse a ele – isso já está comprovado: "Olha, tu vai lá, participa das reuniões, mas não tem nada para os aposentados". Está escrito isso, está na cara, está escrito. Por que abrimos a possibilidade de falar com o Ministro? Por quê? Porque não adiantava, meus senhores presidentes das associações de aposentados que hoje nos dão o prazer de estar aqui. Não adiantava. Se aprovaram os projetos do nobre Senador Paulo Paim... Este, sim, este, sim, tem sensibilidade humana! Este! Este homem tem, este homem sente no coração. Este eu respeito.

Não adianta a gente fazer pressão para a Câmara aprovar os projetos. Por quê? Chega na Câmara e, se não tiver acordo, eles vão derrubar. Se não tiver acordo, o Presidente não sanciona. O que fizemos? Vamos por dois caminhos. Vamos caminhando com os projetos do Paim, mas vamos conversar com o Governo. Foi isso o que fizemos.

Olhe, a reunião foi tensa, desde o início. Foi tensa. Eu disse umas verdades ao Ministro. Mas vejam uma coisa: de onde eu esperava a decepção, ela não veio, Senador Paim. De onde eu esperava a decepção, eu já havia preparado algo para enfrentar. Mas não veio a decepção de lá, que era do Presidente da Comissão de Orçamento e do próprio Relator. Ao encontrar com ele nos corredores, eu sempre dizia: "Olha o teu coração,

põe sensibilidade nesse coração". E os dois não me decepcionaram. Ao contrário, me deram uma grande esperança. Presidente, me deram uma grande esperança. Em momentos na reunião eu disse ao Paim: "Está resolvido, está resolvido". Até eles próprios, eles – não foi o Paim, nem eu, nem Nery, nem ninguém –, eles disseram assim: "Ora, Ministro, o problema – eles sempre querendo jogar o problema para nós –, o problema não é só nosso. O problema é do Governo". O Relator e o Presidente falando! "Então, diga ao Governo que apresente uma proposta até onde ele pode ir." Olhem como eles estão com boa vontade, os dois.

Agora, terminou a reunião, o Ministro sai para dar entrevista – nós não íamos nem programar este ato para hoje, porque nós ficamos cheios de esperanças. A boa vontade dos dois! Se o grande problema era o Orçamento, eles estavam cheios de boa vontade, mas aí o "Ministrozinho" vai dar entrevista e diz, com aquela carinha dele: "Não, é porque os próprios Senadores reconheceram que não há Orçamento, que o País está endividado".

Senador Paulo Paim, eu tenho a certeza absoluta de que o Ministro da Previdência Social não tem nenhum problema de dívida. Eu tenho certeza de que o Ministro da Previdência Social – tomara que ele esteja me olhando agora – não tem nenhum problema com plano de saúde. Eu tenho certeza de que o Ministro da Previdência Social não tem nenhuma dificuldade para comprar remédio. Eu tenho certeza de que o Ministro da Previdência Social não tem nenhum problema para colocar alimentos na sua geladeira. Eu tenho certeza de que, no dia em que ele adoece, ele pode escolher o hospital em que ele quiser se internar. Ele vai escolher!

Hoje, eu tive a certeza também de que ele é vaidoso e egoísta e que não pensa no semelhante. Não pensa no semelhante! Eu vou perguntar, na próxima reunião, ao Ministro, Tuma, se ele é ateu. Eu vou perguntar a ele!

Hoje, tive uma discussão séria. Fui até indelicado. Ao meu lado, por sinal, estava o Arcebispo de Belém, a minha cidade, Dom Orani. O arcebispo! E o arcebispo dizia no meu ouvido: "Não desista dessa causa".

Lógico, olha a diferença da sensibilidade de um arcebispo para a sensibilidade de um ministro do Lula. Uma diferença enorme! Enorme.

Enquanto ele questionava comigo, eu dizia a ele: "Ministro, o senhor não me convence com nada. Não parta de cima para baixo. Parta de baixo para cima. Parta resolvendo para aqueles que estão lá embaixo, sofrendo e morrendo. É aí que o senhor tem que fazer, partindo de lá. Veja quem está sofrendo e morrendo. Veja há quanto tempo estão abandonados. Veja há quanto tempo estão sofrendo".

Esse ministro – Senador Nery, já vou lhe dar o aparte – está com má vontade. Alguém disse a ele para ele vir para cá nos enganar. Mal ele sabe, e é bom que fique sabendo. E é bom – e aqui faço um parêntese – que a Nação brasileira, os Estados que estão atentos, neste momento, percebam os Senadores que estão vindo a esta tribuna defender os aposentados deste País. Prestem atenção, observem bem. Do meu Estado do Pará estão os três: Mário Couto, Nery e Flexa Ribeiro. Estão os três.

Mas se engana o Ministro, meu nobre Senador Romeu Tuma, nós não vamos desistir. Aliás, eu estou triste, sim, com o Ministro; mas tem uma parte que estou satisfeito. Essa parte que a gente vê hoje aqui, vocês podem ir para casa de vocês, dizer aos companheiros aposentados o que vocês estão vendo aqui é a vontade de tantos Senadores que faz com que a gente fique feliz. Outrora eram poucos, hoje são muitos, o que nos dá a certeza, o que me dá a certeza, de que venceremos essa batalha.

Hoje a Nação sabe, por esse primeiro ato, que seremos capazes de fazer tantas vigílias quantas forem necessárias. Hoje a nação percebe que além das vigílias poderemos criar outros atos para chamar a atenção da população, mesmo que o Ministro não seja leal nas suas palavras, mesmo que o Ministro tente jogar para a imprensa, mesmo que o Ministro tente jogar lama neste Senado, tente culpar os Senadores, tente mostrar que os Senadores estão, num momento de crise, querendo fazer gastos.

Ora, essa resposta é muito simples. Por que o próprio Governo não contém os seus gastos? Por que os gastos do Governo aumentaram? Por quê? Por que os bancos têm o direito de receber o que querem neste País? Por quê? Por que mais DAS? Para que mais cargos públicos? Esses podem, esses podem, porque os companheiros não podem sofrer. Os aposentados podem. Os companheiros estão protegidos, os companheiros têm emprego. São 26 bilhões de reais para pagar aos companheiros, e quando a gente está solicitando 4,5 ou 6, eles viram as costas.

O Presidente vai ter que comprar já, já um outro avião. Esse avião que ele está usando já não agüenta mais. Só em 2007 o Presidente viajou – pasmem, senhoras e senhores! – quinhentas horas! Quinhentas horas de vôo! Sabem o que significa isso? E aí o Presidente que não pode gastar. Só de corrupção neste País, só de corrupção neste País – dados da Fundação Getúlio Vargas – se gasta 3.5 bilhões de dólares. Será que, se evitássemos a metade dessa corrupção,

já não daria para resolver o problema dos aposentados, Senador Tuma? Será?

O Presidente disse, Senador, que a crise aqui no Brasil é uma marolinha, não chega no Brasil, e nós estamos questionando – isso é bom e importante que se fale –, Presidente Papaléo, um direito adquirido, um direito que é real, um direito que tem que ser pago.

Pois não, Senador Nery, com muita honra.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Mário Couto, quero cumprimentar V. Exª por essa determinação de podermos estar juntos, Senadores e Senadoras, que, em mutirão, se associam nessa luta em defesa dos aposentados e pensionistas do nosso País. Como V. Exª discorreu sobre a reunião ocorrida com o Ministro José Pimentel, da Previdência Social, no gabinete do Presidente Garibaldi Alves, com a presença do Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Mendes Ribeiro e do Relator do Orçamento da União para 2009, Senador Delcídio Amaral, antes mesmo que a nossa reunião acontecesse, a imprensa brasileira já noticiava à exaustão que aquilo que deveria ser pauta e compromisso da nossa reunião, antes mesmo que ela acontecesse, já havia uma determinação governamental para que os nossos objetivos não fossem alcançados. No Estado do Pará, todos os jornais, além de outros órgãos da imprensa brasileira no dia de hoje, já diziam em manchetes – manchete garrafal no jornal *O Liberal* de hoje com o título: "Aposentadoria sem correção". E dizia: *"O Governo se opõe à atualização anual no poder de compra dos aposentados e pensões*", E o Ministro do Planejamento, com palavras muito ásperas, muito duras, muito contundentes, exageradamente contundentes, exageradamente indóceis e – eu diria – exageradamente insensíveis. O Ministro Paulo Bernardo dizia que o projeto "é absurdo e corrosivo, porque causaria um impacto de 76 bilhões nas contas da Previdência Social em 2009". A conta que o Governo não faz é a conta que exaustivamente técnicos da Previdência Social, dos sindicatos da Previdência Social, da Federação Nacional dos Trabalhadores na Previdência Social têm demonstrado de forma abundante. Primeiro, a Seguridade Social, a Previdência, em particular, é superavitária, somente neste ano, em 62 milhões de reais. Por isso, por si só, daria condição de o Governo chegar à mesa de forma descente e oferecer uma contraproposta, e não simplesmente, como ficou demonstrado nas argumentações apresentadas, que só haverá solução para o problema de aposentados e pensionistas se a comissão do Orçamento, se o Congresso Nacional, ao discutir e votar o Orçamento para 2009, encontrar o volume de recursos necessários a essa recomposição dos salários dos aposentados. Quando o Governo fala assim, na verdade, tenta se desobrigar da sua tarefa de, ao se encontrar com o Senado, com a Câmara dos Deputados, com o Congresso Nacional, encontrar uma solução adequada, razoável e responsável. Portanto, quando realizamos essa reunião na tarde de hoje no gabinete do Presidente Garibaldi Alves, já estava anunciado amplamente, não só hoje, mas durante essa semana, a indisposição. A presença nas reuniões não tem significado a capacidade e a necessidade de se fazer o diálogo para encontrar a verdadeira solução para os aposentados. Já estava anunciado o fracasso da reunião. Mas a proposta que foi feita – e V. Exª bem recordou – pelo Presidente da Comissão do Orçamento, Deputado Mendes Ribeiro, e pelo Relator, Senador Delcídio Amaral, nosso colega, era no sentido de Governo e Congresso encontrarem uma alternativa. Foi isso o que nós acertamos. E, tristemente, ao sair da reunião, o Ministro disse que nós Senadores havíamos concordado que não havia como encontrar recursos para recomposição das perdas e reajuste dos aposentados. Eu queria, Senador Mário Couto, dizer a V. Exª que essa não é uma luta inglória! Essa é uma luta da mais vibrante cidadania brasileira, especialmente dos aposentados e das aposentadas, do movimento sindical dos trabalhadores rurais e urbanos, da luta das centrais sindicais de nosso País. Todas as centrais sindicais estão unificadas nesse mesmo objetivo. Todas as associações e federações de aposentados e pensionistas estão unificados nessa luta. Portanto, Senador Mário Couto, nossa luta aqui tem de ser para criar as condições objetivas que possibilitem uma negociação verdadeira que obrigue o Governo a nos dizer – e a dizer aos aposentados e ao País – como será possível encontrar uma solução. E podemos discutir isso no âmbito da Comissão do Orçamento da União para 2009. Mas a arrogância de dizer "que o Congresso encontre a solução", não haverá solução. O Governo tem que sentar à mesa, negociar com propósito livre, com a capacidade de entender essa problemática na sua profundidade. E, nesse sentido, Senador Mário Couto, recorro à mesma conclamação que eu fiz há pouco ao Senador Heráclito: vamos nos unir aqui para impedir a aprovação da MP nº 442, aquela que manda dinheiro fácil para os banqueiros, para os empreiteiros. E aí, vamos, se necessário, obstruir as votações aqui no plenário. Senador Mário Couto, Senador Papaléo, que preside a sessão neste momento, Senador Paulo Paim, nosso timoneiro nessa luta e condutor dessa luta, por obrigação, por tudo que estamos fazendo e defendendo aqui, sabe o que devemos fazer? Obstruir a votação do Orçamento de 2009, se não forem encontradas as condições adequadas, razoáveis, responsáveis e possíveis para o reajuste, pelos índices do salário mínimo,

dos aposentados e pensionistas, a recomposição de suas perdas pelos valores em que as aposentadorias foram concedidas, e o fim do Fator Previdenciário, essa regra absurda que reduz em 40% as aposentadorias dos trabalhadores brasileiros. Então, congratulo-me com V. Exª pela sua determinação nessa causa, nessa luta e conclamá-lo para utilizarmos os instrumentos regimentais que estiverem à nossa disposição, para buscarmos os objetivos pelos quais estamos fazendo a vigília cívica em defesa dos aposentados nesta noite histórica. Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador José Nery, sou eu quem o parabeniza, agradecendo-lhe pelo apoio que tem prestado. E não tenho dúvida alguma de que os aposentados e pensionistas deste País, especialmente os do nosso Estado, estão aplaudindo V. Exª neste momento. Não tenho dúvida nenhuma sobre isso, Senador José Nery.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Flexa Ribeiro, V. Exª é um grande lutador. Desde os primeiros momentos que nós começamos a enfrentar essa luta, V. Exª esteve presente conosco nas reuniões com o Ministro. Eu tenho certeza de que V. Exª ainda virá à tribuna, mas é um grande prazer escutá-lo.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Mário Couto, eu gostaria, depois, que V. Exª me concedesse um aparte.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não. Com certeza, ouvirei V. Exª.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Mário Couto, V. Exª, bravamente, abraçou essa causa que é de todos nós. Agora, é lamentável porque, como eu disse há pouco em um aparte ao Senador Heráclito Fortes, parecia que, como V. Exª colocou, com a boa vontade, com a compreensão e com o apoio tanto do Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Mendes Ribeiro, quanto do Relator, Senador Delcídio Amaral, nós buscaríamos um entendimento. Todos nós temos consciência de que, como disse o Senador Nery, é impossível se atender, de uma vez só, essa defasagem que já vem de muito tempo, mas o que nós pretendemos é apenas um gesto de boa vontade do Governo Lula de reconhecer que os aposentados e pensionistas do Brasil estão sendo massacrados. Massacrados! Então, o que nós pedimos ao Ministro hoje é que, como V. Exª colocou, ele fizesse uma proposta para sabermos o que o Governo poderia conceder e que o Senador Delcídio iria estudar, no Orçamento, a possibilidade de incluir para dar aos aposentados pelo menos um alento, dizendo: "Olha, nós respeitamos vocês. O Governo respeita os aposentados e pensionistas. Ele apenas não pode. Nós temos consciência, nós estamos em crise". Não é a marolinha que o Presidente Lula disse que seria não. É um *tsunami*. Então, é preciso que todos nós tenhamos consciência e responsabilidade. Agora, não é possível que o Governo não corte os seus gastos, como V. Exª colocou, e tire parte deles para dar um por cento, dois por cento, o que for possível, como um aceno. E vamos tentar, para frente, ver o que se pode fazer. Mas é preciso que haja um respeito pelo Congresso, porque um projeto que é aprovado, por unanimidade, no Senado Federal, e já foi dito pelo autor dos projetos, Senador Paulo Paim, que, lamentavelmente, o Ministro Paulo Bernardo, ao se referir a eles – vou falar sobre isso daqui a pouco da tribuna, mas vou só adiantar –, disse: "Irresponsabilidade tem limite, disparou o Ministro referindo-se a Paulo Paim". Pelo amor de Deus, Ministro Paulo Bernardo, o Senador Paulo Paim já disse que colocou os projetos para abrir a negociação, a fim de que houvesse por parte do Governo, pelo menos, o reconhecimento de que ele é devedor e, como tal, é necessário ser atendido. O Ministro Paulo Bernardo foi Parlamentar durante muitos anos, não pode desrespeitar um colega. Ele foi colega do Senador Paulo Paim na Câmara dos Deputados. Não pode desrespeitar um colega dizendo que irresponsabilidade tem limite, referindo-se a um Senador da República. Somos responsáveis, sim, Ministro Paulo Bernardo. Nós não queremos recompor as perdas, sabemos que isso é impossível. Queremos apenas um aceno do Governo Lula para com a classe dos aposentados e pensionistas, ver o que ele pode dar: 0,5%, 1%, o que for possível. O Senador Mário Couto já disse isso. O que for possível! Agora, dizer não e ficar por isso mesmo nós não vamos aceitar. Vamos fazer a vigília, vamos obstruir o Orçamento, vamos fazer o que for preciso. Estão chegando, Senador Mário Couto, dezenas de *e-mails*. Agora chegou mais um. Eu vou depois fazer a leitura de alguns deles. É importante que a Nação brasileira, que nos assiste pela TV Senado, tome conhecimento. Chegou um aqui, lamentavelmente não tem o Estado de onde veio. É o único... Acredito que já chegaram a cem, estavam próximos de cem, mas este é o único contra o movimento que nós estamos fazendo. O *e-mail* veio do Sr. Arizon Garcia, que deve estar nos assistindo. Sr. Arizon Garcia, o senhor diz assim: "Gostaria de expressar...". Preste bem atenção, Senador Mário Couto, olhe o *e-mail* do Sr. Arizon Garcia. E eu quero aqui saudar o Senador Valter Pereira, que se une a nós nesta vigília que estamos fazendo aqui. Ele já está se alimentando de um cafezinho, depois vai comer um sanduíche, e nós vamos ficar aqui, defendendo os aposentados e os pensionistas. Mas olhe o que diz o

Sr. Arizon Garcia: "Gostaria de expressar meu descontentamento com sua posição perante projeto de lei que iguala os índices de reajuste dos aposentados aos da ativa". Arizon Garcia. Sr. Arizon, se o senhor estiver ainda nos assistindo pela TV Senado, entre em contato conosco, ligue para o nosso gabinete, ligue para o nosso telefone. Vamos trocar uma idéia. Eu quero até saber por que o senhor é contra. A não ser que o senhor seja membro do Governo Lula, porque eu não tenho nenhuma identificação aqui, Senador Expedito Júnior, que preside a sessão. Pode ser que seja um assessor do Ministro da Previdência. Eu gostaria até de conhecê-lo. Não deve ser aposentado, não deve ter pai aposentado, não deve ter mãe nem tio aposentado. Não deve. Ele deve ter nascido do espaço e não tem nenhum parente que esteja sofrendo esse massacre que está sendo praticado contra os aposentados. Então, como é ave rara, faço a maior questão de trocar informações com o Sr. Arizon Garcia, que nos assiste.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É Arizon Garcia Pimentel?

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Sabe que V. Exª matou a charada? V. Exª, como sempre, inteligente e perspicaz, colocou o sobrenome que ele não havia posto, o nome de família. Mas quero trocar idéia com ele, quero saber por que ele é contra ajudar os aposentados, porque não queremos, vou repetir, não somos irresponsáveis, não estamos aqui querendo que a defasagem seja coberta imediatamente. Não. Queremos que o Presidente Lula saia do seu pedestal. Ele tirou uma foto junto ao Presidente Bush. Acho que ninguém queria sair junto ao Presidente Bush. O Presidente Bush, como se diz nos Estados Unidos, é pato manco. E sai o Presidente Lula ao lado do Presidente Bush. Então, saia do seu pedestal e diga: "Aposentados e pensionistas do Brasil, o Presidente Lula, Presidente do povo, que veio da classe dos trabalhadores, vai conceder este ano 0,5% a mais, 1% a mais do reajuste de 6,11%". Pronto. Vamos conversar o resto adiante, mas tem de haver um gesto. Senador Mário Couto, tem de haver um gesto deste Governo de respeito ao Congresso Nacional e de respeito aos aposentados e pensionistas do Brasil. Tem de haver. Pode ser o menor possível, que caiba em um corte de gastos, o menor, mas, pelo menos, uma gota de colírio nos olhos dos aposentados o Governo vai ter que colocar. Parabéns a V. Exª!

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou lhe ouvir, Senador Tuma.

Parabéns a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, que, desde o início, teve a sensibilidade de estar com a gente nesta luta e, tenho certeza, irá até o fim.

Minha alegria de ver o Senador Geraldo Mesquita!

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Mário Couto, eu queria pedir licença ao Senador Tuma. É claro que vou aparteá-lo depois, mas eu queria só anunciar que acabei de chegar do Paraguai. Eu estava em Assunção, em missão oficial, reunido com a Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul. Acabei de chegar, peguei minha mochilazinha, trouxe castanha do Acre para a gente mastigar hoje à noite, escova de dente, pasta, etc. e estou aqui, como soldado, nesta causa justíssima. Como eu disse, foi só uma questão de ordem para anunciar a nossa presença. Agora, se o Senador Romeu Tuma quiser falar, pois é um dos líderes deste movimento.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Mário Couto, permite-me um aparte para eu falar ao Senador Geraldo Mesquita?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Claro. Com o maior prazer.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Com o maior prazer, também.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Pode dizer que a castanha é do Pará mesmo. Pode dizer.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Não, é do Acre. Esta é do Acre, Senador.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Não, mas o nome é castanha-do-pará.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – É porque o Pará levava a castanha do Acre e embalava lá. Por isso, ela ganhou o nome de castanha-do-pará.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Então, diga que é do Pará.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – O senhor sabe disso, o senhor sabe disso.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Diga que é do Pará.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não, Senador Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Tenho esperança de comer uma castanha-do-pará ou do Acre, porque ela faz bem para o coração. Pelo menos, é o que dizem os médicos. Não é, Flexa? Nós vamos ganhar, de vez em quando, uma castanha-do-pará, que sai do Acre. Mas, Senador Mário Couto, estou aqui, ansioso para ver o senhor dar um soco na mesa com sua indignação permanente. Eu tenho um compromisso com V. Exª de lhe trazer um tambor japonês, que toca no protesto, na alegria, na felicidade, na desgraça. Já o encomendei e vou trazê-lo com muita alegria para que V. Exª não machuque mais a mão. Soube que, no Pará, V. Exª quebrou uma mesa de mármore. Precisou ser trocada, porque acabou machucando a mão.

Essa indignação soa bem no coração daqueles que sofrem, porque sabem que sai do fundo do coração de V. Exª. Eu estava lendo aqui, Senador, uma nota do Dr. De Sanctis, o Juiz da Operação Satiagraha, que eu chamo de "saca grana". V. Exª, que é um jurista, deve entender o que quero falar. Hoje *O Globo* trouxe uma nota de que é de mais de R$1,8 bilhão o valor da corrupção movimentada e encontrada em um disquete que está sendo examinado pela Polícia Federal. Não vou entrar no mérito porque desconheço o processo. Não li nenhuma página, não posso fazer crítica nem elogiar, mas ele desiste da promoção para continuar à frente da sua Vara, pois está fazendo um trabalho e não quer desistir do que é preciso ter continuidade. Eu estava lendo um *e-mail* que o Senador Mão Santa recebeu agora, dizendo que não há rombo na Previdência, há roubo. Não há rombo, há roubo. Digo o seguinte, Senador Flexa: quando eu estava na Polícia Federal, tivemos de criar uma delegacia especializada em fraudes na Previdência, no INSS, em todas essas passagens que foram feitas com as modificações na legislação. Quadrilhas formadas para aposentadorias antecipadas. Então, isso é uma coisa... Eu fui um dia ao Procurador-Geral de São Paulo e fiquei assustado: nós estávamos fazendo os inquéritos na Polícia Federal, fomos lá conversar com ele sobre a urgência, ele abriu uma sala – metade deste salão – só de inquéritos da Previdência Social. E até hoje, se não me engano, a Polícia Federal tem um departamento de inquéritos da Previdência Social, porque não conseguiram esgotar as fraudes que se passam no dia-a-dia com aposentadorias antecipadas e valores calculados a muito mais. Agora a Senadora Rosalba contou de um ex-combatente que tinha uma aposentadoria de quatro mil e pouco, e agora mandaram uma carta para que ele, em dez dias, se justifique, porque vão cortar para dois mil e pouco – metade – porque acham que pagaram a mais. Ele tem que, em cinco anos, devolver tudo o que ele recebeu, como se fosse um furto que ele teria feito. Às lágrimas, fez uma carta, transmitiu o que recebeu da Previdência, cobrando e informando que ele vai ser descontado, mês a mês, da metade do salário. Ele tem 86 anos. É isso mesmo, Senadora Rosalba? Oitenta e seis anos?

A SRA. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – É isso mesmo, Senador. Inclusive, eu estou aqui com a carta. Esta aqui é a correspondência que ele recebeu, Senador Mário Couto, do Instituto Nacional de Seguro Social. Se o senhor permitir, eu gostaria...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Só para terminar, depois a senhora pode ler...

A SRA. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Pois não.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Não quero atrapalhar. Sua voz é maviosa, depois eu não quero cortá-la novamente.

A SRA. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Obrigada, Senador.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Mário Couto, acho que deveria ser feito um convite ao Ministro. Deveríamos acompanhá-lo a uma fila de hospital, para conversar com os aposentados, que, às vezes, ficam seis, sete, oito, dez horas para receber uma ficha e voltar cinco meses depois; para ver se ele chora e se emociona, como fazemos, às vezes, durante nossas falas a respeito dessas pessoas. Deixo essa sugestão a V. Exª e ao Paim, que estão liderando este movimento sadio em benefício daqueles que deram praticamente a vida em prol do País, das suas famílias e que, hoje, são humilhados. Podemos ser humildes aqui, mas, humilhados, nunca, Senador! Aqui há 81 homens e mulheres que formaram seu currículo no trabalho, no desespero e na defesa de muita coisa. Então, ninguém é trouxa aqui para ser enganado por ninguém. Humildes seremos sempre; humilhados, nunca!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Tuma, quero aproveitar a oportunidade para agradecer a V. Exª por ter estendido a mão a esta causa em favor dos sofridos aposentados deste País. Sua participação nos orgulha, deixa-nos cheio de alegria e engrandece nosso movimento. Muito obrigado e meus parabéns!

Antes de conceder um aparte ao Senador Mão Santa, eu gostaria de ouvir a leitura desta carta por V. Exª, Senadora Rosalba.

A SRA. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Pois não, Senador Mário Couto. Eu gostaria, antes de começar a leitura, de engrandecer o nobre colega Senador Romeu Tuma, que tem sido um defensor realmente de muito valor nessa questão. Senador Tuma, pode ficar certo de que estamos aqui num ato responsável pelos trabalhadores brasileiros; não apenas pelos que hoje são aposentados, mas por todos os trabalhadores brasileiros que hoje vislumbram, por meio dessas medidas, pela forma como são tratados os aposentados, como será seu futuro. Recebi um telefonema – aliás, a caixa de correio eletrônico está cheia de *e-mails*; estão chegando *e-mails* de todo o Brasil e ligações – no meu gabinete, há poucos instantes, de São Paulo, de um cidadão que não é aposentado, João Ferreira de Lima. Ele diz que está atento, acompanhando, observando nossa movimentação. Alguns podem até se perguntar: de que é que ela vai valer? Vale muito; mostra que não estamos de braços cruzados; mostra que não viemos para cá, com o voto do povo brasileiro

– e, com muita honra, com o voto do meu Estado, do povo norte-rio-grandense –, para simplesmente ocupar um cargo. Muito nos honra estar na alta Câmara do País, no Senado Federal. Mas, mais do que nunca, estamos aqui para defender os que mais precisam, os que realmente estão sendo abandonados, injustiçados. Passarei à leitura da carta.

Instituto Nacional do Seguro Social
Gerência Executiva do INSS em Mossoró/RN
Agência da Previdência em Mossoró/RN.
Ao Senhor Massilon Pinheiro Costa.

Disponibilização de prazo para apresentação de defesa.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o, servimo-nos do presente comunicado para informá-lo de que, em observância ao disposto no art.11 [caput], da Lei nº 8.666, de 08 de maio de 2003, no art. 179 do Decreto nº 3.048/99, de 06 de maio de 1999, e no Parecer CJ/MPS nº 3.052, de 30 de abril de 2003, publicado na Seção I do Diário Oficial da União, de 06 de maio de 2003, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS processou a revisão em vosso benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição do Ex-Combatente de nº 43/040.479.216-2 e detectou erro na sua concessão e conseqüente manutenção, vez que não foram observadas as disposições constantes da Lei nº 5.698 [sei que há muita lei aqui; são muitos números].

De acordo com a revisão processada, a Renda Mensal Inicial de seu benefício fora calculada corretamente na ordem [ainda é cruzeiro] de Cr$29.477,94 (vinte e nove mil, quatrocentos e setenta e sete cruzeiros e noventa e quatro centavos). Entretanto, considerando que vosso benefício fora concedido sob a égide [...] a Renda Mensal Atualizada da aposentadoria [que hoje é de R$4.737,29, para a atualização] R$2.894,93.

Em atenção ao inciso LV, art. 5º da Constituição Federal e art. 179 [...] como também em observância [e vem uma série de coisas], Vossa Senhoria tem o prazo de dez (dez) dias corridos, a contar do recebimento da presente comunicação, para apresentação de novos elementos sob a forma de defesa escrita, visando demonstrar a regularidade do valor do benefício em manutenção.

Informamos ainda que, caso não seja a defesa apresentada ou em o sendo, reste indeferida quanto ao mérito, será concluído o processamento da revisão descrita, com a conseqüente redução da renda mensal de vossa aposentadoria seguida do levantamento dos créditos recebidos indevidamente nos últimos 05 (cinco) anos, o qual será objeto de ressarcimento através da incidência de consignação mensal (30%) na renda do próprio benefício mantido.

Quer dizer, há redução e ainda há essa ameaça de se deduzir mais 30% – isso para uma pessoa de 86 anos. "Caso necessário, informamos que o processo de apuração com todas as suas peças encontra-se na Gerência [...]" E vem toda aquela parte que é de praxe.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É terrível, não é, Senadora? Isso é brincadeira!

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP.) – Educadamente, diz que ele vai perder a metade.

A SRA. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Vai perder mais da metade e ainda corre o risco de, além de perder a metade, ter deduzido do seu salário mais 30%. Isso para uma pessoa de 86 anos, que trabalhou a vida toda, que necessita, que já tem toda sua estrutura familiar montada com esse valor, que não corresponde ao que recebia quando ele se aposentou. Ele contribuiu sobre 20 salários. O valor já não está correspondendo, e ainda vêm mais essas colocações! Não vamos aqui analisar as leis, porque aqui são tantas! E é com elas que eles estão se considerando amparados. Mas temos que nos amparar principalmente na questão da justiça...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito bem!

A SRA. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – ....da solidariedade, do reconhecimento ao trabalhador brasileiro.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito bem, Senadora!

Quero aproveitar também para agradecer a V. Exª e dizer que V. Exª, nas comissões onde estive presente – e lá estavam os projetos dos aposentados sendo votados –, foi uma baluarte e hoje é a única Senadora presente neste movimento. Quero aqui agradecer, parabenizar o Rio Grande do Norte por ter neste Senado uma grande Senadora.

Meus respeitos e meu muito obrigado, Senadora!

A SRA. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Agradeço as palavras, que são de estímulo e de incentivo para que possamos cada vez mais ampliar nossa luta em defesa dos que mais precisam. Mas eu gostaria aqui também de dizer, relembrando, o quanto ficamos felizes naquele dia em que aprovamos por unanimidade. Eu tive

oportunidade, na Comissão de Assuntos de Sociais, de presidir a sessão, de marcar o dia da votação (o dia 5) e de ser Relatora *ad hoc* – o Senador Expedito, naquele dia, não poderia estar presente. Toda essa luta, todo esse sonho que achávamos que tínhamos construído juntos – que achávamos, não; que construímos juntos –, de repente vai por água abaixo por insensibilidade. Eu estava na reunião, Senador Mário Couto, e vi sua indignação. Seu olhar dizia tudo, quando ouvíamos os representantes do Governo Federal, que não abriam nenhuma possibilidade, nenhuma expectativa, não faziam nenhuma contraproposta, para que pudéssemos chegar e dizer ao aposentado que existe ainda essa possibilidade, embora num prazo maior, num tempo maior, de forma um pouco diferente, mas que eles iriam ter o resultado da sua luta. Realmente, isso nos deixa indignados, mas, nem por isso, vamos desistir.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É a nossa luta, não é, Senadora?

Senador Mão Santa, concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto, nota dez para V. Exª; para o José Nery, dez; mas o Flexa Ribeiro está muito *soft*, muito *light*, 1%, não quis nada. Estamos aqui numa luta. Lembraria ao Presidente Luiz Inácio – ele que vai muito a Cuba e conversa com Fidel Castro...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Mão Santa, esse número foi discutido com o relator do Orçamento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não, ninguém aceita isso, não! Nós não vamos transformar os nossos aposentados em esmoléus, não! Nós estamos lutando aqui pela restituição da dignidade. Isso não fica em 1%, não. Senador Mário Couto. O Luiz Inácio vai muito a Cuba, mas a figura fantástica do ideal revolucionário foi um jovem médico, da minha geração, que disse: "Se és capaz de tremer de indignação por uma injustiça em qualquer lugar do mundo, és companheiro". E esse jovem médico foi mais adiante ao dizer: *"Hay que endurecer, pero sin perder la ternura jamás"*. Não vamos perder, ô Flexa Ribeiro, a ternura, não, mas o jogo é duro. Eles já maltrataram muito os velhinhos, já os perseguiram muito. Ô Luiz Inácio, Luiz Inácio, Luiz Inácio, atentai bem! Este País já teve muitos bons governantes, sempre os teve. Dom Pedro I era o poder moderador. Depois, o poder moderador, com a evolução da República, passou a ser o Senado, e nós somos este poder moderador. Quis Deus hoje que o estadista Fernando Henrique Cardoso proferisse uma conferência sobre aquilo do que Montesquieu falava: do equilíbrio dos Poderes que, aqui, tem que se fazer respeitar. O Orçamento foi o fundamento inicial da existência do Parlamento, que era para fiscalizar as receitas em todos os regimes do mundo: imperialistas, parlamentarismo... Então, é hora de usarmos esse Orçamento para exigir. Senador Mário Couto, tenho recebido muitos *e-mails* agora, agorinha! Eles estão atentos! Penso que essa foi a grande oportunidade, como o Presidente Fernando Henrique disse, de o Legislativo se fazer respeitar. O que estamos pedindo aqui...Nós não estamos pedindo, nós estamos trazendo aqui a verdade. O próprio Cristo, que está ali, disse: "Eu sou a verdade, o caminho e a vida". Ele, quando falava, dizia: "Em verdade, em verdade eu vos digo..." A verdade é que nós, Governo, nós, Pátria, fizemos um contrato. Nós o fizemos, a Pátria. *A Pátria somos nós*, é o título do livro de autoria do Senador Paim. Nós a fizemos! Não foi Luiz Inácio, não foram os aloprados, não foi o Zé Pimenta que está aí amargando a vida. Nós fizemos um contrato. Essa é a verdade! Descontamos daqueles que trabalharam 10, 20, 30, 40 anos. Nós não estamos cumprindo o contrato. Nós estamos mentindo, enganando. E nós somos o Governo. O Governo somos todos nós, é a República e a tripartição do Poder. Não é o poder imperial, não. Então, nós somos os culpados. Nós temos de resgatar isso. E não teria sentido, não teria sentido a luta de Paim. Eu vou usar da tribuna para dizer do meu respeito e do meu amor pelo velho, e vou provar. Mas há cinco anos, nós, responsáveis, nós, escolhidos pelo povo, nós... Luiz Inácio não é mais nada do que a gente! Ele é filho da democracia e do voto. Nós somos filhos da democracia e do voto. Se somarmos nossos votos aqui, dão bem mais do que os de Luís Inácio. E esse é o equilíbrio que tem de haver. Então, é isso. Nós estamos buscando a verdade. E a verdade só tem um sentido! A verdade é que o contato foi feito. Isso é o Estado Democrático de Direito. Que negócio é esse? Dez salários mínimos? Estão recebendo quatro. Cinco? Estão recebendo dois. E o que tem de velhinhos, amigos, que construíram, se suicidando! O Governo ainda os enganou com os empréstimos consignados. Hoje, eles estão recebendo 40%, favorecendo os banqueiros. E eles socorrem banqueiros e tudo. É agora! Agora! Não tem condição, não! Ô Deus, ô Deus, ô Deus! Se este Senado não tiver condição de se fazer respeitar, de fazer justiça... A Justiça não são eles não, não é o Poder Judiciário não, somos nós. "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça". Somos nós que somos bem-aventurados e liderados por V. Exª e o Paim. Mas não tem nenhum sentido essa luta de cinco anos do Paim para a gente abrir para um Pimenta aloprado, sem compromisso com o povo, sem compromisso com Pátria, sem compromisso com a tradição! E Luiz Inácio tem muito a aprender conosco. Nós somos e devemos ser os pais da Pátria. O pai que sabe distribuir justiça. Isso é uma nódoa,

é uma vergonha da nossa história, e que nós vamos apagar. Ninguém aqui está para brincar, não! Isso já foi fechado com os canhões. Eu vi um Senador do Piauí reagir e dizer: "Este é o dia mais triste da minha vida". E eles recuaram. Ô Petrônio, o dia mais triste é este em que um Governo, que somos nós, nós roubamos os velhinhos, que tanto trabalharam por este País!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador Mão Santa. V. Exª é um baluarte nessa luta, e saiba da minha, já lhe disse por várias vezes, da minha admiração por V. Exª.

Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, primeiro, quero cumprimentá-lo e também cumprimentar a todos os Senadores. Quando nos perguntaram se íamos manter um plantão aqui de quatro Senadores, dissemos que com certeza absoluta. Mas, aqui neste plenário, depois das 18 horas, aqui estão, e já estiveram, – alguns foram jantar e voltarão – em média, 15 Senadores. Vejo o Senador Marcelo Crivella, que aqui está há algum tempo, esperando a oportunidade de falar. O Senador Geraldo Mesquita Júnior chegou do exterior e veio direto, porque tem compromisso também com essa causa. Enfim, poderia citar cada um dos Senadores e mais o Senador Papaléo Paes, que preside a sessão neste momento. O Senado está fazendo a sua parte. O Senado está fazendo o dever de casa e demonstrando o seu compromisso com os idosos. Senador Mário Couto, eu estou com um plantão lá no meu gabinete. A caixa de *e-mails* está entupida. Eles estão fazendo a chamada "limpeza", porque não tem como receber mais *e-mails* devido ao número de correspondências que estão chegando. Já tiraram mais de 600. Poderão até me trazer aqui, se alguém quiser ver a quantidade de correspondência. Além de telefonemas lindos, vindos de todo o País; gente chorando, gente declamando, gente louvando, eu diria, rezando o Senado da República pela iniciativa dessa vigília cívica. É um grande momento. Se essa vigília não sensibilizar tantos os Deputados quanto o Executivo, tenho a certeza absoluta de que daqui a alguns dias passaremos a fazer vigílias em todo o País. Vereadores me ligaram dizendo que vão começar a fazê-la também. Se a fizermos novamente, que os avisem, para que eles também, lá na Câmara de Vereadores, a façam. Os sindicalistas aqui presentes disseram que vão fazer vigília nos seus sindicatos. As centrais sindicais, aqui representadas pela CUT e pela Nova Central Sindical, estão dando todo apoio. Aqui, a Cobap, o Mosap, enfim, entidades de todos os segmentos dos trabalhadores demonstrando o seu apoio a esta causa. Eu quero, mais uma vez, reafirmar, Senador Mário Couto, o que sei também é a posição de todos os Senadores. Esta vigília não é contra ninguém; é a favor dos aposentados e pensionistas. Alguns que estão, neste momento, nos assistindo: vocês acham que para nós também não era melhor só fazer o discurso e ir para casa? Não. Nós chegamos à conclusão de que era chegado o momento de dizer: não, assim como está não dá. Não dá para sentar à mesa, estabelecer um tipo de conversa e, depois, do lado de fora, dizer outra totalmente diferente. Isso é uma quebra de confiança; com isso, nós não podíamos concordar. Por isso a vigília hoje. Por isso, se necessário, tenho certeza – a decisão não é individual, será coletiva –, na semana que vem, depois de mais uma negociação, nós poderemos ficar dois dias; e, se necessário, na outra semana, três dias. Eu sei que isso é uma corrente positiva que está, como diz um amigo meu lá no Rio Grande, se espraiando por todo o País. É uma grande corrente, a corrente do bem, a corrente que não é contra ninguém. Não é contra esse ou aquele Ministério, não é contra o Presidente que passou ou o que está aí, até porque entendemos que é chegado o momento de nós respondermos a essa expectativa em que ficaram todos os aposentados do País. A questão do fator previdenciário tem que ser discutida. Como é que vamos concordar que possa haver um redutor de 40% nos salários daqueles que se aposentam com, no máximo, R$3.038,00? Se se aplica o fator, o salário já abaixa para R$1,8 mil. A cada R$1 mil, o salário diminui R$400,00. Seis mais seis são doze; com mais R$600,00, vai-se para R$1,8 mil. Quem pagou sobre R$3 mil se aposenta com R$1,8 mil. Quem pagou sobre R$2 mil se aposenta com R$1,2 mil. É inadmissível!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O próprio Presidente da República era contra o fator.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – O Presidente era contra o fator e, no meu entendimento, está sensível à questão. Por isso, Senador Mário Couto, entendo que esta vigília há de sensibilizar tanto a Câmara como o Executivo, na forma que a gente falou lá, com todas as letras. Não somos donos da verdade. Há esses três ou quatro projetos. O que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 10? Tira-se o fator, e vamos discutir a idade mínima. Falamos lá sobre a reposição dos benefícios. Se não dá para fazer isso em quatro anos, se isso tem de ser feito em cinco anos, em seis anos ou em sete anos, vamos repor a perda acumulada. Tenho aqui a tabela e a mostrei ao Ministro. As perdas principais começaram a partir de 1999. De 1999 a 2008, foram nove anos, não sessenta anos. Há o cálculo de R$76 bilhões. Isso é preciso, mas também voltaram desde o dia em que a Previdência foi criada. Até a Constituinte, ela era vinculada. Até 1999, não havia o fator previdenciário. A partir da criação do fator é que

começaram a despencar os benefícios dos aposentados e dos pensionistas. Estou convicto de que, se houver boa vontade por parte do Executivo e também da Comissão de Orçamento, resolveremos essa questão, garantindo a reposição. Por exemplo, a política do salário mínimo – estão aqui as centrais sindicais que firmaram o acordo, com que concordamos – será feita até 2011. Qual é o problema de dar, até 2011, o mesmo percentual para o aposentado? São R$4,5 bilhões por ano. E o montante de R$4,5 bilhões num Orçamento como o nosso nada representa e traz benefício para milhões e milhões de aposentados e de pensionistas. O valor de R$4,5 bilhões é uma coisa, mas o de R$76 bilhões, como falam alguns – e é totalmente improcedente esse dado –, não tem sentido, é uma bobagem, é outra história. Podemos fazer um acerto: aprova-se o PLC nº 42 como está, com política idêntica para o aposentado e para o salário mínimo; vai-se até 2011; em 2011, as centrais sindicais, os aposentados sentam à mesa e estipulam, como já está previsto, outra política até 2023; tira-se o fator; bota-se a idade mínima; e as perdas, vamos ver se dá para pagá-las em quatro anos, em cinco anos, em seis anos, em sete anos. Com isso, estou demonstrando que nós, Senadores, estamos com a maior boa vontade; só falta o outro lado sentar à mesa e ajudar-nos a construir uma proposta que permita que aconteça o que querem milhões de brasileiros. Senador Mário Couto, V. Exª está na tribuna, mas me permita dizer que milhões de brasileiros estão assistindo, neste momento, à TV Senado. Eles querem o quê? Eles querem que haja sensibilidade do Governo – e, quando digo Governo, refiro-me ao próprio Congresso e ao Executivo –, de forma a que a gente construa uma proposta que lhes garanta o direito de viver, de envelhecer e até de morrer com dignidade. É só isso que eles querem. Em Porto Alegre, na Feira do Livro, confesso – e quem esteve lá assistiu –, lancei este pequeno livro *O Canto dos Pássaros nas Manhãs do Brasil*. Sabe quantas pessoas ficaram na fila, Senador? Cito isso como exemplo. Foram mais de duas mil pessoas. O evento iniciou às 14 horas e terminou quase às 20 horas. Foram seis horas dando autógrafo neste pequeno livro. O que é o cantar dos pássaros? É exatamente o cantar dos idosos, das crianças, dos negros, dos índios, dos brancos, dos pobres, daqueles que são excluídos. E esses têm uma esperança enorme no Senado da República. E eu apertava cada mão, abraçava cada um para quem eu autografava o livro. Diziam-me, num abraço carinhoso: "Senador, a única esperança nossa é o Senado. Esperamos que a Câmara acompanhe vocês". Eu disse para eles que era bem provável que tivéssemos de fazer a vigília. Eles disseram: "Se os senhores fizerem a vigília, começaremos acendendo velas ou, com lanterna na mão, vamos começar a fazer vigília nas ruas deste País". Nós queremos o acordo, queremos o entendimento. Ninguém está aqui com posição sectária, ninguém está aqui com posição radicalizada, ninguém aqui é contra ninguém. Senador Mesquita Júnior, V. Exª usa uma frase que tenho usado no Rio Grande. V. Exª sempre diz que homem público que se preocupa com as coisas não chegará a lugar algum, mas homem público que se preocupa com as causas, este o povo respeita. Eu terminaria dizendo que o homem público que ainda não descobriu uma causa por que ele possa morrer não descobriu ainda o sentido da sua vida. Acho que a causa das crianças e dos aposentados deste País, com certeza absoluta, se qualquer um de nós tiver de morrer, será a causa das nossas vidas. Parabéns a V. Exª!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado. Parabéns a V. Exª também, Senador Paim!

Concedo o aparte ao Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Mário Couto, vamos ter muito tempo: hoje à noite, amanhã de manhã, à tarde. Mas, como eu disse naquela pequena questão de ordem, atropelando, inclusive, a gentileza do Senador Tuma, eu estava chegando de Assunção, do Paraguai, esse país amigo, vizinho. Participei lá de uma reunião da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, que houve por bem, em boa hora, percorrer os países que fazem parte do complexo do Mercosul na tarefa, Senador Tuma – V. Exª sabe muito bem disto –, de colher depoimentos da sociedade civil organizada dos nossos países e de representantes governamentais, de ouvir o relato sobre a situação dos direitos humanos em cada um desses países. Assim, ao final do ano, poderemos elaborar e entregar ao Parlamento do Mercosul um relatório consubstanciado nessas informações. É uma tarefa belíssima! Já fizemos isso no Brasil e na Argentina; ontem, fizemos isso no Paraguai. Imagine, Senador Mário, pessoas que representam a sociedade de países como esses declinarem, na nossa frente, os dramas mais doloridos; a violência contra as mulheres, contra os campesinos; aquelas situações que, para cada país, é um drama, Senador Tuma. E olhe que eles externam isso para uma comissão composta de parlamentares de diversos países, o que torna mais dramática a situação, Senador Tuma. Estivemos lá, cumprindo essa tarefa, cumprindo esse papel. Tão logo coloquei o pé no aeroporto de Brasília, soube da nossa vigília. Passei em casa e, como disse, peguei uma castanha do Acre – já a ofereci ao Senador Flexa –, um chocolate, pasta de dente etc. Estou aqui como um soldado dessa causa. Não sou daqueles que dizem:

"Está vendo? Não disse que ia acontecer?". Não gosto disso, Senador Paim. Dias atrás, quando adiamos nossa vigília, que já era para ter começado, eu disse, de onde estou sentado, que iria torcer imensamente para que o Governo me desmentisse. Eu imaginava que toda aquela encenação – e foi uma encenação – protagonizada por representantes deste Governo tinha o único e exclusivo propósito de protelar a solução de um problema que se vem arrastando há anos, que magoa, que maltrata, que judia um contingente enorme de brasileiros e de brasileiras que já serviram o País com responsabilidade, com denodo. São pessoas que hoje se encontram aposentadas e que vêem, nos últimos anos, o valor de suas aposentadorias simplesmente minguar, quase virar pó. O Senador Mão Santa lembrou uma coisa muito interessante: o País tem um contrato com essas pessoas, o País estabeleceu um contrato, Senador Tuma, e está deixando de honrar esse contrato. De quem é a responsabilidade por isso? O Senador Paim diz que todos precisamos nos envolver na busca da solução do problema: Senado, Câmara, Poder Executivo, o conjunto daqueles que representam esse contingente enorme de pessoas, pessoas nossas, pessoas queridas, como diz o Senador Paim, pessoas que estão acompanhando esta vigília, alguns chorando, alguns externando mais uma vez seus dramas, suas vicissitudes, suas necessidades, histórias de suicídios e de renúncias, Senador Mário Couto. É um drama! É um drama! Uma das coisas que admiro no Senador Paim... E gostaria até de, mais uma vez, fazer um desagravo a essa pessoa tão ilustre que prezamos e de que gostamos tanto nesta Casa! Não é à toa que gostamos do Senador Paim, não! S. Exª nos conquistou, primeiro, pela postura responsável com que atua nesta Casa. Essa história de que só apresenta projetos que criam despesas para o Governo é desvirtuar uma questão que está posta no País e que requer solução. O Senador Paim, ao mesmo tempo em que propõe o fim do fator previdenciário, propõe que reabramos a discussão da idade mínima. O Senador Paim, no momento em que propõe que o valor das aposentadorias sofra reajuste equivalente ao atribuído ao salário mínimo, estende esse prazo por quatro, cinco, seis, sete anos, o que for necessário, para a reposição das perdas. Isso é intransigência? Isso, por acaso, significa postura irresponsável? Acho que não. Aliás, tenho certeza de que não. As pessoas – alguns companheiros nossos aqui – que, hoje, chamam o Senador Paim de irresponsável são pessoas que, ontem, como o Senador Paim, estavam na oposição e defendiam a mesma coisa que ele defende hoje, com uma diferença: o Senador Paim defendia ontem e defende hoje. Hoje, algumas dessas pessoas conseguiram uma boquinha neste Governo, assumiram cargo de Ministro, acho que por subserviência, Senador Mário, ou por completo e total descompromisso com as pessoas com as quais deveriam se preocupar e pelo menos ter a decência de respeitar, que são os aposentados deste País e aqueles que estão na bicora para se aposentar e temem fazê-lo por conta do cruel fator previdenciário. Olhe que situação! Parlamentares que, juntamente com muitas pessoas que estão aqui, inclusive com o Senador Paim, defendiam exatamente o fim do fator previdenciário e o reajuste justo das aposentadorias quando na oposição são, hoje, Governo e dizem: "Não, não pode". Por que não pode, Senador Mário Couto? "Porque vai desequilibrar as contas públicas." V. Exª sabe o que desequilibrou as contas públicas do País e pode, a qualquer momento, voltar a desequilibrá-las? São os mensalões da vida, os aloprados, como diz o Senador Mão Santa, os dólares na cueca, os cartões corporativos usados de forma indecente, o compromisso que este Governo tem com a banqueirada, com aqueles que bamburram sempre, em quaisquer circunstâncias, neste País. Veja que há uma medida provisória chegando a esta Casa que joga o tapete vermelho para quem participou da roleta financeira e está aí na iminência de balançar. Esses, o Governo tem como socorrer. É um conluio, algo que não consigo entender. Resgato aqui o que afirmou o Senador Mão Santa: o País tem um contrato. Quando estabelecemos o sistema previdenciário, o País assinou, com todos os trabalhadores, o seguinte contrato: "Você vai trabalhar 30 anos, 35 anos, e, ao final, na sua aposentadoria, você vai receber 'x'". De lá pra cá, Senador Mário Couro, representantes de governos que vêm por aí nos últimos tempos, inclusive deste agora, adotam todos os artifícios para fazer com que esse valor seja minguado, reduzido, vilipendiado. Portanto, creio que devemos endurecer o jogo. Devemos endurecer o jogo respeitosamente, mas devemos endurecê-lo. Se a vigília não funcionar, temos de obstruir a pauta do Senado. Temos de obstruí-la, sim, respeitosamente. Vamos obstruí-la até que se sente à mesa e se discuta o que fazer, porque solução há de se buscar. Não admito que, com relação a um problema como este, que se vem esticando há tanto tempo, não se consiga sentar a uma mesa e apresentar solução. Na perspectiva do tempo, na perspectiva da boa vontade dos aposentados e de seus representantes, na compreensão dos Parlamentares, na sensibilidade que um Governo como este tem de ter, não é possível que não haja solução, Senador Mário Couto. E essa solução haveremos de buscar. E, para que ela surja – ela não vai cair do céu –, é hora de pressionarmos mesmo!

É vigília, é obstrução, até que o Governo compreenda que não pode dar as costas a uma situação como essa, que não pode continuar empurrando com a barriga. Esse Governo, que se diz democrático, que se diz compromissado com causas como essa, tem de sair do discurso e praticar, ir para a prática. Podemos ir até ali, nesse período de tempo; naquele outro período, podemos avançar mais, mas alguma coisa há de ser feita. O Senador Flexa lembrou aqui que pelo menos um gesto simbólico há que acontecer ainda este ano, uma sinalização firme de que o Governo pretende de fato, em sintonia com o que aconteceu nesta Casa. Será que nós somos 81 irresponsáveis aqui, Senador Mário? Esses projetos protocolados pelo Senador Paim foram aprovados por unanimidade, nesta Casa. Será que somos todos irresponsáveis? Eu acho que não, Senador Mário. Eu acho que não. Estou familiarizado, acostumado a conviver com vocês aqui. São pessoas que dão duro, que trabalham, que se dedicam, que se preocupam com o bem-estar do povo brasileiro, em que pese as críticas que recebemos da sociedade. Contudo, a sociedade é soberana para fazer a crítica que quiser; pode nos chamar do que quiser. Mas a sociedade há que saber também que aqui trabalhamos, que aqui operamos, que aqui voltamos os olhos para causas como essa. Não é por demagogia nem por populismo; é porque, quando andamos por nossos Estados, o reclamo é um só, a insatisfação é grande. As pessoas acorrem em nossa direção perguntando: "E, aí, o que vai acontecer? E o Senado não toma uma providência?". E, Senador Mário Couto, não estou aqui para ser desmoralizado, não. Se o Governo não tem a hombridade de honrar compromissos assumidos, nós assumimos compromissos com essa grande categoria de trabalhadores brasileiros e temos de honrá-los. O que nós dissemos? Nós vamos fazer tudo que tiver ao nosso alcance para que medidas sejam tomadas no sentido de que essa situação seja equacionada. O que está ao nosso alcance? Estamos começando a fazer a vigília. Como disse o Senador Paim, se esta vigília de hoje não resolver, na semana que vem, serão 48 horas; se não resolver, na outra, serão 72 horas; e, nesse espaço de tempo, vamos obstruir a pauta do Senado. São quinze Senadores, pelo menos, compromissados com essa causa, Senador Mário Couto. Quinze Senadores param esta Casa, nada funciona, se a determinação for essa. Será irresponsabilidade nossa? Também acho que não. Irresponsabilidade é sentarmos sobre o problema, como faz esse Governo, e não tomarmos atitudes concretas. Temos de deixar de choramingar desta tribuna e partirmos... O Senador Valter está propondo aqui "as vias de fato". Não se trata disso, mas de partir para atitudes sérias, concretas e responsáveis. Parar esta Casa, se for necessário, para que os aposentados, enfim, possam ter garantida ou possam voltar a ter a garantia da remuneração que o País lhes prometeu que daria – o País –, quando da sua aposentadoria. E outra: precisamos sinalizar para aqueles que ainda vão aposentar-se que não precisam mais temer o famigerado fator previdenciário. Uma das crueldades mais hediondas que já jogaram em cima dos ombros dos trabalhadores brasileiros: fator previdenciário. É o fator da crueldade. Esse fator deveria chamar-se fator da crueldade, e não fator previdenciário, porque é de uma crueldade como jamais vi. Uma coisa inominável. E, olhe, os mentores desse fator previdenciário são considerados gênios, por terem inventado essa forma de estrangular o trabalhador brasileiro. São considerados gênios. Para mim, são impatriotas; é isso que eles são, Senador Mário Couto. Mas gostaria de parar por aqui, por enquanto, para dar oportunidade a outros companheiros que querem manifestar-se, com a promessa firme de que vou voltar a me manifestar nesta Casa, várias vezes, na noite de hoje, no dia de amanhã, até encerrarmos esta vigília, com a perspectiva... Eu também sou esperançoso. Eu disse, há alguns dias: espero, torço... Aliás, nunca torci tanto, Senador Mário Couto, para que o Governo me desminta. Naquela ocasião em que deliberamos por adiar a nossa vigília, eu disse: essa é uma atitude protelatória do Governo. Se puder, o Governo vai levar até o fim do ano, enrolando-nos. É reunião para cá, é reunião para lá! Um assunto como esse, que pende de solução há anos, não pode mais ser protelado, como o Governo está tentando protelar. Que diga claramente quais são os seus limites, quais são as suas possibilidades. Que chame as pessoas para conversar, que se sente à mesa com os Parlamentares. Chame os representantes dos aposentados, estabeleça cronogramas; que aquilo que deveria ser concedido de uma só vez seja estendido no tempo, mas que faça alguma coisa de concreto. O que não dá mais para admitir, Senador Mário Couto, é essa avacalhação sobre os aposentados. Eles e o Brasil não suportam mais esse tratamento indigno. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – PA) – Permita-me, Senador Mário Couto.

Para o cumprimento do Regimento, prorrogamos a sessão por mais duas horas. Quando concluirmos as duas horas, faremos novas prorrogações, quantas sejam necessárias para mantermos a nossa vigília.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sinto-me orgulhoso de estar sob a sua presidência na noite de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Ouço o Senador Valter Pereira.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Aliás, esta foi a única falha em meu aparte: não dizer exatamente que também me sinto orgulhoso com a Presidência do Senador Papaléo.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Mário Couto, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exª e acho que V. Exª está sendo coerente com toda a linha de atuação que vem imprimindo ao seu mandato, desde que assumiu a sua cadeira. Com certeza, os aposentados do Brasil inteiro estão sendo, neste instante, homenageados, mas também estão reconhecendo o esforço de V. Exª, do Senador Paim, do Senador Geraldo Mesquita, que acaba de fazer um brilhante aparte ao seu pronunciamento sobre esse assunto palpitante. Fiz esta intervenção só para pedir ao Presidente que regulamentasse os discursos, estabelecendo um tempo, mesmo que desse a possibilidade de o mesmo orador voltar duas, três ou quatro vezes, quantas fossem convenientes, para cumprir essa jornada a que todos nos estamos propondo. Digo isso, porque estou inscrito desde o período da tarde e gostaria de ausentar-me por alguns instantes. Mas, como sou o próximo inscrito, gostaria de fazê-lo só depois da minha fala. Então, se V. Exª regulamentasse o tempo de cada um, eu poderia fazer uma previsão segura do momento em que usarei da palavra. Mas, de qualquer forma, fica aqui, Senador Mário Couto, meus aplausos a todo pronunciamento de V. Exª, que escuto atentamente durante todo o tempo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador Valter.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Permita-me, Senador Mário Couto?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Só para responder ao Senador Valter.

Senador Valter, nós poderíamos seguir o Regimento da Casa, o que não é aconselhável neste momento. Hoje, fazemos essa sessão em caráter excepcional e preferimos que cada Senador fique completamente à vontade para apresentar o seu pronunciamento com tranqüilidade e tudo mais.

Então, nós nos comprometemos, eu como Presidente, a deixar V. Exª à vontade para cumprir o seu compromisso, que é breve. E, logo que V. Exª voltar, V. Exª, após o orador que está na tribuna, fará uso da palavra, visto que eu vou chamar os oradores que vão me seguir, sem prejuízo na ordem das inscrições.

Então, acredito que assim atenda até os demais que pretendem ir ao gabinete, ver os seus *e-mails* e retornar após a sua ordem.

Senador Mário Couto, por favor.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já estou descendo, Sr. Presidente.

Mas eu queria fazer um alerta aos sindicalistas que estão hoje aqui. Primeiro, um pedido a todos vocês: tragam para nós o número de aposentados, nesses seis anos que nós estamos passando, que já morreram. Tragam para nós. Nós precisamos mostrar isto à Nação. A Nação precisa saber quantos aposentados já morreram. Especifiquem os casos mais cruéis. Especifiquem por que morreu, quando morreu, como era a vida deles. Não precisa especificar todos, mas pelo menos uma meia dúzia, para a Nação saber por que nós estamos fazendo isto. Isto é importante para a Nação.

Outra coisa é que, hoje, eu saio seguro em função de todos aqueles que se pronunciarem ou se pronunciaram de que nós podemos, aqui, sem prejuízo à Nação, parar o Senado, bloquear as votações, abrir uma CPI da Previdência. Tudo isto nós podemos fazer agora. Tudo isto é possível. Nós ganhamos uma força muito grande. Hoje, são vários Senadores, como disse o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Hoje, indubitavelmente, nós podemos fazer a ação que for necessária para que o Governo se sensibilize. Eu não tenho mais nenhuma dúvida disto, Senador Romeu Tuma.

E há coisas – eu já vou descer, Presidente – que eu não entendo neste País.

Ora, entenda, Senador Tuma; entenda, Senador Crivella: como é que se cria o Projeto Bolsa-Família para diminuir a desigualdade social – entenda isso – e, na mesma hora, no mesmo instante, sabe-se da situação dos aposentados e se massacra essa classe? Entenda isso, Nação.

O que é desigualdade social? O que é desigualdade social? Eu não entendo. "Ah, no País, agora, melhorou a pobreza! Ah, no País, agora, nós temos não sei quantos milhões de Bolsas Família". Será que o que está mais visível não querem enxergar, que é o sofrimento dos aposentados? Criem uma bolsa para os aposentados, se não querem dar aumento. Criem. Mas não deixem morrer os aposentados sofrendo neste País. Não deixem mais! É a nossa obrigação, Senador Crivella. É a nossa obrigação o que nós estamos fazendo hoje aqui. Nós não estamos fazendo favor para ninguém. Para ninguém. Nem Paim, nem Mário Couto, nem Tuma, nem Geraldo, nem Mão Santa, nem Papaléo; nenhum Senador está fazendo favor a alguém. Nós estamos fazendo a nossa obrigação. É nossa obrigação.

É preciso que o Ministro da Previdência Social respeite esta Casa, respeite este Poder. Vamos fazê-lo entender isso! Aliás, ele é um parlamentar. Que Parlamentar é este? Que parlamentar é este? Digam. Ele vai ter de entender que se tem de tratar assuntos sérios com seriedade. Não é um familiar dele que está passando fome e morrendo à míngua. Se fosse, ele teria tomado alguma providência. Não é.

É um favor? Não; é uma obrigação. Cada Estado mandou para cá três Senadores da República. Cada Estado mandou para que viessem para cá defender os seus Estados e o interesse do povo e da Nação. E é isso o que estamos fazendo neste momento.

Não interessa! Para mim, não interessa. Podem falar o que quiserem de mim. Podem falar. Estou com Cristo, estou com Deus, estou com o povo sofrido. A mim não atingem; a mim não vão atingir nunca!

Quando eu saí da minha casa hoje, eu rezei, eu pedi a Deus que abrisse a mente do Ministro. Eu orei muito, pedindo que a reunião fosse uma reunião que tirasse do sofrimento milhares de pessoas, milhares de pessoas. É a Ele que devo, ao meu pai. É a Ele que devo satisfações. Chegando a minha casa hoje, ou amanhã de manhã, vou agradecer a Ele. Vou agradecer e vou dizer a Ele que ganhamos muito na noite de hoje. Vários Senadores aderiram, vários aderiram a essa causa nobre, aderiram a uma causa que nenhum ser humano, na face desta terra, poderá ser contra. Aqueles que podem levantar a mão contra fazem parte do demônio. Aquele que ainda agora passou um *e-mail* para o Senador Flexa deve ser primo do demônio; não tem sensibilidade no coração – perverso, mau.

Eu desço desta tribuna, Presidente – estou aqui há mais de uma hora e meia, vou voltar ainda – consciente, certo de que cabem várias atitudes daqui para frente, mas eu desço feliz, porque com este plantel de Senadores que se sensibilizou com esta causa, eu tenho certeza absoluta de que este Senado se fará respeitar.

O Ministro tem que saber que ele está convivendo com Senadores da República. Como o Mão Santa fala sempre: somem os nossos votos, vejam quantos votos estão aqui dentro deste Senado, e o Mão Santa compara com os votos do Presidente. Estes aqui são em maior número.

O Ministro tem que entender, mesmo que ele não queira, como Deputado Federal, mas ele tem que entender que os Senadores da República têm obrigação de lutar pelo povo, pelo povo humilde, pelo povo massacrado. É um direito adquirido. Não estamos pedindo esmola para o Governo. Estamos lutando pelo direito adquirido que cada cidadão adquiriu ao longo da sua vida, respeitando o Instituto, descontando para o Instituto, e age o Governo a pinçar da Previdência e dizer que é deficitária. Ora, está na hora de dar um basta! Está na hora de dizer chega! Não podemos abrir um milímetro nesta luta!

Saio daqui muito orgulhoso de ver vocês aqui, Senadores, todos vocês, com o mesmo discurso, com a mesma sensibilidade, com o mesmo coração, oferecendo o coração de vocês a cada um dos que estão sofrendo nas suas casas. Saio daqui muito orgulhoso, Srs. Senadores. Jamais vou esquecer o ato de vocês. Na minha oração de amanhã, irei pedir a Deus que, pela atitude de vocês, pela posição de vocês com relação àquelas pessoas que morrem a cada dia, humildes e com fome, com fome! Eu vi um aposentado na televisão indo de manhã catar fruta podre na Ceasa para comer, e a televisão foi seguindo os dias dele até a morte. Será que isso não sensibiliza as autoridades deste País? Pedirei a Deus que ilumine a todos vocês e que reconheça o coração que vocês têm.

Presidente, desculpe-me. Muito obrigado.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Mário Couto, V. Exª me permite só um breve aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Mário Couto, V. Exª nos comove a todos com palavras verdadeiras, oriundas do seu sentimento de dever. A causa do aposentado é, eu diria, prioritária no Parlamento, por um questão cronológica. As pessoas, pela marcha do tempo e da natureza, estão próximas da outra dimensão da vida ou se encaminhando para ela. V. Exª retrata, em cada letra de cada palavra, em cada palavra de cada frase, essa dor, nas imagens da televisão, no depoimento. V. Exª, como eu, é um homem cristão. E nós precisamos construir o caminho e a fórmula para que essa maldade que se comete contra os idosos no País – que é privá-los do justo salário – não se perpetue. V. Exª talvez – permita-me dizer – tenha tocado no ponto que é o nosso maior desafio. V. Exª falou em uma desigualdade social. Eu estou convencido, Senador Mário Couto, de que, se formos olhar o perfil da dívida pública brasileira, que hoje ultrapassa R$1,2 trilhão, vamos encontrar não um Brasil, mas três. Dez mil brasileiros, Senador Mário Couto, apenas 10 mil famílias são donas de 80% dos títulos da dívida pública. Oitenta por cento dos títulos da dívida pública são R$900 bilhões. Dez mil famílias brasileiras têm hoje depositados nos bancos públicos e privados desde País R$900 bilhões acumulados ao longo do nosso processo histórico, da nossa evolução civilizatória. São famílias que enriqueceram de maneira tão extraordinária, e essas famílias do Orçamento

público vão receber – os juros hoje estão a 13,75%, estiveram em 11%, vamos colocar uma média de 12% no ano em 2008 – 12% sobre R$900 bilhões. Vão receber mais de R$100 bilhões. Isso é quase um orçamento da Previdência, que é pouco mais do que isso. Quem são essas 10 mil famílias brasileiras? São os donos do capital financeiro, extremamente concentrado, extremamente desigual. O Brasil tem mais de 100 bancos, e mais de 80% das contas e dos ativos estão nas mãos do Bradesco, Itaú, Unibanco. Agora Bradesco; Itaú e Unibanco formam um banco só. Há também o Santander. São quatro bancos, com o Banco do Brasil, este público, mais os privados, são quatro. É uma extrema concentração de poder financeiro, sem comparação com o Estado democrático no resto do mundo; não existe isso. Os donos do capital industrial, V. Exª sabe... V. Exª é de um Estado cuja maior riqueza é o minério de ferro. Ora, todo minério de ferro concentra-se na mão de um grupo. A maior parte do poder industrial, ou seja, o alumínio do País, é Alcan, Alcoa, CBA. Todo o vidro do País, seja o pára-brisa de um caminhão, seja a fachada de um edifício, seja um pirex desses que uma senhora coloca, é Santa Marina e Blindex. Todo o papel do País é Aracruz, Suzano, e os grupos de cimento, as indústrias de aço, o País no seu capital industrial extremamente concentrado; o capital rural, o Brasil tem 850 milhões de hectares, mas, se nós tirarmos os biomas, se tirarmos as nossas, eu diria, áreas urbanas de 5.562 Municípios, se tirarmos os reservatórios de centenas de hidrelétricas, o que sobra para nós plantarmos, ou cavarmos, para verificar o que é que tem embaixo, são aí 300 milhões de hectares. Pois bem, 70% dessa terra pertencem a 6 mil famílias brasileiras. É impressionante como o País tem concentração inclusive de poder político, porque se criam instrumentos chamados cláusulas de barreira, para que o tempo de televisão, para que o fundo partidário fique na mão de poucos partidos em detrimento dos demais. V. Exª tocou no ponto crucial: nós precisamos desconcentrar este País. Não há caminho melhor, mais redentor, mais sublime, mais cristão do que dar àqueles que já viveram a vida inteira no sacrifício, na luta, no trabalho e no esforço o privilégio de receberem mais e poderem, pelo consumo, dividir melhor a renda do País. Já foi tentado isso na época de Franklin Delano Roosevelt, com as políticas keynesianas. Chegou-se ao ponto de se mandar dinheiro pelo correio. Esta era a idéia do país: a idéia de que o Governo, deficitariamente, cria demanda, a demanda traz o investimento privado, o investimento privado cria a produção, a produção cria o trabalho e se entra no círculo virtuoso da riqueza da economia. Então, aqueles pensadores que foram responsáveis por estabelecer a infra-estrutura da maior nação do mundo, que depois veio dar nos anos dourados do capitalismo no pós-guerra, diziam: "Vamos mandar dinheiro por carta, para garantir o consumo das donas-de-casa, dos aposentados". Isso não é loucura, isso não é populismo, isso é economia, é a economia da Bíblia. V. Exª sabe que Moisés preconizava que 10%, o dízimo, tinham de ser dados para os pobres, para evitar concentração. Quando o sujeito ia segar o campo, ele levava uma bolsa, onde ia colocando as espigas.Moisés dizia: as que caírem no chão não podem ser recolhidas. Pertencem aos pobres, pertencem aos pássaros e pertencem às terras. De sete em sete anos toda dívida era perdoada. E de sete vezes sete, o Pentateuco, 49 anos, a servidão acabava. Quando o povo pediu um rei, qual foi a resposta do profeta Samuel, o primeiro rei hebreu, disse: não, Deus não quer isso, porque o rei vai pegar os filhos mais bonitos, mais fortes e vai mandar para a guerra. As meninas, as filhas mais formosas vão para o harém. E de tudo que vocês plantarem vai para a mesa do rei. Assistimos hoje à hecatombe de um sistema financeiro, cuja ganância, insaciável e desmedida, levou o terror e a insegurança a milhões de famílias pelo mundo. Mas por quê? Porque a concentração de poder no país americano, com US$13 trilhões de PIB, com um padrão monetário internacional, que é o dólar, que compra tudo no mundo inteiro e sem lastro, não há garantia. Se V. Exª abrir o *site* de uma companhia construtora americana – até recomendo uma, **toolbrothers.com** – vai ver o mapa dos Estados Unidos. Aperte um dos 50 Estados. Surgem as cidades. Aperte uma cidade, surgem os empreendimentos. Um milhão de casas eram oferecidas ao povo, por ano. Mas cada um desses empreendimentos, é extraordinário, 200 casas, campos de golfe, piscinas, casas extraordinárias, de 800, um milhão, dois milhões de dólares, financiadas com títulos podres espalhados pelo mundo, hipotecas sobre valores fictícios e seus derivativos. Quem diria que a Sadia comprou. Quem diria que o Grupo Votorantim, quem diria que a Aracruz; concentrou-se poder demais; muita riqueza e com isso vem a iniqüidade. A história dos Reis Hebreus, todos, sem exceção, é uma história de tragédia, de tristeza. Concentrar poder é ruim para quem tem é ruim para quem fica em baixo. Quando nós estudamos a fórmula de redimir a maior iniqüidade nacional, que é a injustiça com que se trata os nossos idosos e aposentados, nós precisamos mudar essas coisas. Como é que pode, me permita aqui Senador Mário Couto, a família Olavo Setúbal, ilustres brasileiros que construíram esse banco que hoje é o 16º do mundo. Mas Senador Mário Couto, como podem os rendimentos auferidos, com taxas de juros exorbitantes, pagar 15% de Imposto de Renda,

enquanto os demais brasileiros e os aposentados, inclusive do serviço público, por exemplo, quando passam de 10 salários mínimos – 11% têm que recolher – pagam 27,5%. Quer dizer, 10 mil famílias que vão receber mais de 100 bilhões, vão pagar sobre esse lucro de juros 15%, porque o Imposto de Renda sobre aplicações financeiras é 15% e se multinacionalizar o capital – e hoje é fácil fazer isso – e aplicarem de fora para dentro nos títulos do Governo; pagam zero de Imposto de Renda, zero. Então, V. Exª vê que nós, que hoje nos debruçamos sobre uma causa tão nobre, precisamos olhar o contexto, eu diria olhar a conjuntura e propormos, com inteligência, argumentos imbatíveis, fontes que possam garantir os recursos que nós sabemos serem justos, que nós sabemos serem aqueles recursos necessários para girar a economia de maneira virtuosa, porque o consumo dos aposentados é o consumo do que se produz no País. Eles não consomem carros importados, eles não fazem viagens em cruzeiros de navios de frotas internacionais. É o alimento, é a roupa, é o calçado, é o remédio, de tal maneira que isso se produz aqui. Isso não é inflacionário. Isso vem da terra. Eu gostaria de me associar aos Senadores que buscarão as fórmulas. Eu acho que a causa do aposentado não exige radicalismo, mas exige bravura, exige genialidade, sobranceria de caráter e nossos argumentos, imbatíveis. Isso porque eu creio que juntos, como V. Exª está colocando, nós poderemos colocar as autoridades monetárias do País numa situação em que elas só poderão recuar com desonra diante das questões de redenção dos nossos aposentados. Perdoe-me por um aparte tão longo. V. Exª está cansado, está exaurido. Há uma hora e meia ocupa essa tribuna, mas eu queria apenas extravasar aqui os meus sentimentos. Muito obrigado, Senador Mário Couto.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador, será que é abusar de V. Exª pedir mais um minuto?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pode ficar à vontade, Senador.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – É que eu fiquei aqui emocionado tantas quantas vezes V. Exª se referiu a Deus e fez referência às suas orações, pedindo que Ele o ouvisse para que aqui chegasse junto ao Ministro e todos aqueles que têm a responsabilidade de atender ao projeto do Senador Paim e discutir o assunto. V. Exª falou para ele na sala do Presidente: "Fico feliz em o senhor dizer que quer discutir o assunto". Por isso que eu digo: nós podemos ser humildes, mas nunca humilhados por não falarem a verdade a um Senador da República. Lembro-me, nos vidros traseiros de vários automóveis – Senador Crivella sabe melhor do que eu –: "Se Deus está conosco, quem estará contra nós?", essa é a expressão que V. Exª traz a esta Casa nesse dia sagrado. Estou vendo os presidentes de entidades de aposentados, todos de cabelo branco, praticamente na agonia, no desespero de levarem uma mensagem correta e alegre para os seus presididos; estão aqui agoniados, falando conosco, mostrando aquilo que realmente é a desgraça de uma sociedade desprezada que é o aposentado. Senador Papaléo, sinto um orgulho imenso em vê-lo nessa Presidência, meia-noite quase, tranqüilamente dirigindo os trabalhos e dando a liberdade do tempo para aqueles que usam da palavra, como está fazendo o Senador Mário Couto, com tranqüilidade e coragem, resignação e falando a coisa mais sagrada, talvez porque ele veio de Belém. Cristo nasceu numa manjedoura, em Belém; ele talvez tenha sentido a presença Dele, como estou sentindo agora, e, se Deus quiser, nós venceremos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Se Deus quiser, Senador. Quero agradecer a V. Exª. Com certeza, V. Exª engrandece o nosso grupo de Parlamentares.

E quero aqui, Senador Crivella, ao descer desta tribuna, dizer que, quando olhei V. Exª, aqui, na tribuna, pensei: "O que o Senador Crivella vai falar? O Senador Crivella será que veio nos acompanhar?" E eu desço desta tribuna muito feliz porque V. Exª é um homem religioso, V. Exª nos inspira a palavra de Cristo, V. Exª nos inspira a bondade, quando fala um homem simples, um homem que sinceramente gostamos de ouvir, sempre citando o Evangelho, sempre citando Deus, e nós precisamos muito de V. Exª no nosso grupo. Por isso, Senador, quero lhe dizer que o que mais ganhamos hoje foi a adesão de vários Senadores; essa foi a nossa grande vitória. Lógico que essa sessão vai marcar na história do Senado, vai marcar a posição de Senadores que, sensíveis a uma causa digna, tomaram a frente, tomaram uma posição de dar a mão àqueles que sofrem. Não há melhor atitude do que essa, Senador, não existe.

Nem todos os corações são iguais. Calcule quando o pai joga uma filha pela janela à morte. Que coração é esse?

Então, os corações não são iguais. Mas tenho certeza de que cada coração que palpita aqui na noite de hoje é sensível ao sofrimento real. Não estamos inventando absolutamente nada. É um sofrimento real que cada um de nós conhece. Por isso, cada um de nós tem a obrigação de fazer. Mas os insensíveis não fazem. A sensibilidade no coração de cada um, Senador José Nery, é dada por Deus.

Hoje, ele me testou, Senador Tuma. Eu tive uma torção na região dos rins e cheguei aqui com muita dor. Já tomei remédio, tomei Dorflex. Pensei: Cristo está me testando, e eu quero dizer a Ele que eu vou ficar aqui,

sinta a dor que sentir, sinta o mal-estar que sentir. Vou ficar aqui até a hora em que todos disserem que a sessão em respeito aos aposentados terminou.

Presidente Papaléo, quero aqui agradecer especialmente a V. Exª. Que o povo do Amapá saiba da sua sensibilidade, que o povo do Amapá possa se orgulhar de V. Exª, por tudo que já fez pelo seu Estado e neste momento faz pelos aposentados sofridos deste País.

Eu admiro V. Exª.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Expedito Júnior.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Expedito Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Mário Couto. Obrigado também, Senador Romeu Tuma, pela referência. Isso me emociona muito, porque o momento que estamos vivendo nesta Casa é de solidariedade a milhares ou milhões de brasileiros que precisam dessa solidariedade. É um grupo de pessoas que não têm a quem apelar. Não podem parar de trabalhar, porque já estão aposentados; não podem fazer greve, porque já estão aposentados, e, qualquer tipo de movimento que queiram fazer, a idade já não lhes permite, então temos que zelar por esse grupo de pessoas.

Permita-me, Senador Mário Couto e Senador Paulo Paim, mas quero fazer uma referência especialmente aos Srs. Senadores que estão acompanhando essa negociação. Hoje, compareci exatamente às 14 horas e 30 minutos, Senador José Nery, à sala do Presidente, onde estavam presentes o Ministro da Previdência, o Presidente do Orçamento da União, Deputado Mendes Ribeiro, o Relator-Geral, Senador Delcídio Amaral. Permita-me dizer – o Senador Mão Santa conhece muito bem isso – que, pela nossa atividade médica militante, Deus nos dá a possibilidade de desenvolvermos alguns sentidos, até para ajudar, com os estudos, a salvar, a diagnosticar o paciente. O sentido de olharmos na face, no rosto, no olhar, no sorriso e analisarmos algum sinal importante, e o sentido que nos dá a paciência para podermos fazer da nossa profissão um ato de fé, de piedade e de atendimento ao próximo fizeram com que, primeiro, eu conseguisse observar na face do Ministro, no rosto do Ministro, na atitude do Ministro, que nós estávamos sendo, não digo enganados, mas iludidos. E tenho um amigo que diz: "Não tem nenhum dos oitenta e um Senadores que chegue a esta Casa que não tenha inteligência, que não seja preparado, que não tenha experiência de vida, que não seja sabido". Ou melhor, ele diz sempre: "Nesta Casa não tem nenhum burro".

Então, é impossível conseguir convencer os Senadores presentes. E, aqui, eu quero caracterizar muito bem a presença dos Senadores nas figuras do Senador Paulo Paim e do Senador Mário Couto, conhecedores da matéria, sendo que o Senador Paulo Paim tem mais de cem projetos a favor dos trabalhadores.

Realmente, aquilo me decepcionou. Fui chamado para vir à sessão, aqui no plenário, para que a sessão não caísse, e saí da reunião. E fiz muito bem em sair dali. Eu vou lhe dizer por quê. Primeiro, a identificação no rosto do Ministro. Estava claro e evidente, até no olhar – ele baixava a vista –, que ele não iria intensificar qualquer conversação no sentido de nos posicionar positivamente. Depois, em relação àquela paciência que a profissão nos dá, eu acredito que me retirei na hora exata, porque acho que eu não teria paciência suficiente para ficar escutando tudo aquilo que os senhores pacientemente estavam ouvindo.

Então, eu lamento muito que nós tenhamos hoje participado de mais uma reunião como aquela, que realmente mostra que os aposentados não podem ser deixados de lado por nós. Eles precisam de nós, e que tenhamos, cada vez mais, força para lutar por essa classe. Aqueles que não resistiram, que já se foram, que sirvam de estímulo para os que ficaram, para cumprirmos com o nosso dever e com a nossa obrigação de, a cada dia, fazer todo e qualquer movimento.

Nós, que não estamos abandonando os aposentados, devemos chamar, sim, a atenção da população para aqueles parlamentares que são oportunistas e que, nos momentos dos belos discursos para ganharem voto e vencerem uma eleição, usam as classes menos favorecidas para alcançarem o seu objetivo de poder; mas, ao chegarem ao poder, esquecem que aquelas pessoas existem e que elas é que merecem a maior atenção do poder.

Quero, então, deixar registrado o que me chamou a atenção, até de uma forma indignada, Senador Paulo Paim, porque até brinquei lá na hora: "Ah, fica para a próxima terça-feira". Lá no Pará e no Amapá, nós temos as novenas de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Todas as terças-feiras, nós temos novenas. Então, nós já tivemos quantas reuniões com o Ministro? E, aí, vai-se perpetuando e até tornando habitual esta data: todas as terças-feiras, reunião com o Ministro, sem nenhuma solução.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas, Sr. Presidente, é só uma frase...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só uma frase – eu estou inscrito, eu vou falar no momento adequado –, é apenas para dizer que os *e-mails* continuam. Já ultrapassaram mil *e-mails* depois das seis horas. E o interessante, que a assessoria me passa, é que os elogios não são personalizados para este ou aquele Senador, são para o Senado da República. É a população demonstrando que, há muito tempo, estava esperando uma posição firme dos Senadores a favor dos idosos do nosso País.

O Senado Federal está de parabéns por esta nossa vigília. Eu cumprimento V. Exª, que está na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Exª também.

Senador Valter Pereira, respondendo a sua pergunta, como nós vamos adotar o critério de não haver prejuízo na ordem da chamada, eu agora chamo o Senador Mão Santa, sem prejuízo na ordem dos inscritos; em seguida, pela Liderança, o Senador José Nery; e, após o Senador José Nery, o Senador Sérgio Zambiasi.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Senador Papaléo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pois não.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Eu gostaria só que V. Exª dissesse qual é a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Bom, se outros inscritos não estiverem presentes, V. Exª fará uso da palavra após o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão de 18 de novembro, às 23h20, parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes no Senado ou que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado e pela cadeia de solidariedade – porque tenho recebido *e-mails*, e várias emissoras do País entraram –, Cícero, o grande senador romano – e a história diz que são talvez os mais belos discursos dele, as *Catilinárias* – disse: "Até quando, Catilina, abusarás de nossa paciência?". Isso, nas *Catilinárias*. Quem estudou latim sabe. Mas eu diria aqui: "Até quando, Luiz Inácio, este Governo vai abusar da paciência dos nossos queridos velhinhos aposentados?". E não é uma luta intempestiva.

Sei que inveja é um pecado, mas estou com inveja do Paulo Paim. Não pela luta, porque a luta é nossa, estamos lutando, mas pelo dom poético que ele tem. Ele escreve muito bem. Outro dia, o Presidente Sarney chegou e me perguntou: "Mão Santa, por que você não escreve?". Eu disse: "Não, eu tenho um complexo. Minha mãe era uma grande escritora. Ela tem um livro, chamado *A vida, um hino de amor*, publicado pela Vozes. Sempre eu seria comparado". Então, o que eu faço é isto mesmo, estas palavras buscando a verdade. Mas o Paim, eu já tenho lido e sido convidado para o lançamento de vários livros dele. E ele vai se surpreender agora. Mas isso não é uma luta, assim, intempestiva. Aprendemos. Só o amor constrói para a eternidade. É uma luta de amor do Paim. Isso começou... Nada, nada de 2003! Isso foi o que nós vimos, foi aqui. Começou muito antes, desde quando os velhinhos começaram a ser surrupiados pelo Governo brasileiro, que somos nós. Eu não estou fugindo, não. Eu estou ensinando: o Governo, a Pátria somos nós.

O Governo somos nós, Luiz Inácio! Vossa Excelência não é rei. O povo não gostou dos reis e gritou: "liberdade, igualdade e fraternidade". Caíram todos os reis, caiu o Absolutismo. Uns idiotas, aí, liderados por Fidel, entraram na Venezuela, no Equador, na Bolívia, mas nós, não. Nós participamos dessa luta democrática, nascida na velha Grécia, e melhorada. O povo gritou: "liberdade, igualdade e fraternidade", e caíram os reis absolutos, o Absolutismo. O rei era um Deus na terra, Deus seria um rei no céu. Foi dividido esse poder, e nós somos parte dessa divisão. Nós somos o povo.

Luiz Inácio, pare aí, se manque! Vamos entender as coisas. Eqüipotentes, harmônicos, e somos filhos do povo, da democracia e do voto, igualmente. Nós não somos 81 idiotas aqui sentados, bem servidos pelo Zezinho. Não! Fazemos parte disso. Isso é até divino.

O primeiro e maior líder ungido por Deus, Moisés, desesperado, depois de ter recebido as leis, mostrando que temos de obedecer às leis – e o nosso Rui ensinou a todos nós que só há um caminho e uma salvação: a lei e a justiça –, enfureceu-se, porque o povo desvirtuou-se das leis e foi para o materialismo, para o prazer e para os bezerros de ouro. Moisés enfureceu-se, quebrou as leis e quis desistir. Ouviu uma voz: "Busque os mais velhos e os mais sábios". Setenta. "Eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo."

Este Senado é divino. É inspiração de Deus. Os mais velhos, os mais sábios!

E foi melhorando na Grécia, na Itália, na França e aqui. Melhorando, melhorando, até isto, até nós. Este Senado é grandioso, nunca faltou. Mas, entre eles, está aqui um dos nossos, o Paim, tempestivo.

Um Ministro aloprado, burocrata, José Pimenta. Ensinar, José Pimenta? Se o Luiz Inácio estudou pouco, o problema foi dele, com todo o meu respeito. Ele é o nosso Presidente da República. Eu votei nele da

primeira vez e estou aqui para ajudá-lo, numa determinação de Deus. Eu sou destes: os pais da Pátria.

Então, nós queremos isso. É o contrapoder. Quem pode dizer somos nós, os outros não podem. Na Polícia Federal, ele manda. Prende, algema e tudo. Venham tirar aqui o Mão Santa! Acaba a democracia. A democracia é a maior inspiração da sociedade.

Então, um dos nossos, o Paim... E ninguém está aqui com negócio de partido. Ele é do partido do Presidente da República, mas todos nós formamos a democracia. E o Paim é um de vocês, de origem semelhante à do Presidente da República, trabalhador, operário, veio da luta sindical, reconhecido e com uma trajetória brilhante.

Isso não foi intempestivo, Zé Pimenta, aloprado. Atentai bem, Geraldo Mesquita, não foi de 2003.

Os velhinhos estavam sendo surrupiados, e o Paim veio com amor, com sensibilidade. Ele nem sabe. Está aqui o livro *Cumplicidade*, agosto de 1997. São onze anos, atentai bem!

Senador Marcelo Crivella, a crucificação de Cristo foi naquele dia. Teve os tombamentos, teve o Cirineu, não é, Crivella? Aquilo foi um dia. Todos nós sabemos que, depois da sexta-feira santa, no Domingo de Ramos, Ele entrava aclamado. Foi pouco! Os velhinhos estão agüentando aqui, segundo a interpretação do Paim, há onze anos, quando começou esse calvário, esse sofrimento. Herodes somos nós, Luiz Inácio, somos nós! São 11 anos. O Governo não é só o Luiz Inácio, somos nós, por isso estamos aqui com o nosso entendimento. O Governo somos nós. Para entender isso, Luiz Inácio, tem que ter um espírito religioso, cristão, Crivella. Pai, Filho e Espírito Santo, três pessoas em uma só.

Então, é isto: o Executivo, o Judiciário e o Legislativo. Três Poderes em uma só pessoa: o povo, pai da democracia e mãe. "Governo do povo, pelo povo e para o povo." Assim definiu um jurista, Abraham Lincoln, como Geraldo Mesquita.

Mas, Paim, viu o início do sofrimento – ele nem sabe disso; então, vou ler. Ler com a sensibilidade que vi em minha mãe, poetisa, terceira franciscana. Ela era poeta. Havia muitos poemas bonitos. Eu me lembro de um que ela fez, quando eu criança, "Meu pequeno querubim". Com a mesma emoção que li "Meu pequeno querubim", agora é o inverso. Não tive sensibilidade de escrever para minha mãe. Ela escreveu este livro quando eu era criança: "Idosos e rebeldes", agosto de 1997.

Atentai bem, Luiz Inácio! Onze anos de calvário! Ô Crivella, onze anos! E o Paim, Cirineu dessa gente – Cirineu foi aquele que ajudou Cristo a carregar a cruz um dia!

Onze anos! E nós, o que estamos fazendo? O bravo Romeu Tuma, herói, bravo, lutador, vai abrir essa luta, que é a mais gloriosa, com respeito à coragem que ele teve ao longo da vida.

Onze anos! Nós, justos; nós, indecentes; nós, imorais, que fazemos parte do Brasil. Nós! Não vamos culpar ninguém, não. O País somos nós.

Idosos e Rebeldes

Quem são vocês, velhos, rebeldes, aposentados?
Como ousam dizer não à elite que manda no país?
Quem são vocês que se levantam bravos
e contestam os Três Poderes da República?
Com que ousadia saem às ruas, viajam
horas e horas, demonstrando mais energia, mais
raça e espírito guerreiro do que os jovens?
Vocês, jovens, já esqueceram, mas somos aqueles
que, quando choravam,cantávamos cansados, mas
com força, para fazê-los dormir.
Somos aqueles que, na madrugada fria,
cobríamos seus corpos com o melhor cobertor.
Somos aqueles que os viram crescer.
Quando ficavam doentes, nós adoecíamos também.
Sua febre era a nossa febre,
sua dor era a nossa dor.
Reclamavam nossa ausência,
mas estávamos trabalhando em horas extras,
para que pudessem estudar, vestir, morar,
comer e brincar.
Somos aqueles que, muitas vezes, choravam em
Silêncio por não podermos dar tudo o que queriam e
mereciam.
Ah, quantas vezes gostaríamos de
parar e brincar mais!
Mas, não podíamos, tínhamos que trabalhar,
trabalhar, trabalhar.
Ficávamos de coração nas mãos e sem dormir,
quando vocês, ainda adolescentes, saíam para as
festas.
Vivemos para vocês, embora saibamos que vocês
não viverão para nós. Viverão para os seus filhos.
Ensinamos tudo o que quiseram aprender.
E, hoje, nosso papo não interessa mais a vocês,
como no passado.
Pode ser saudosismo, mas gostaríamos de
poder ver vocês correrem novamente pela casa,
acompanhá-los ao jogo de futebol ou às velhas
pescarias.
Hoje, caminhamos devagar.
Podemos até pensar diferente,
mas amamos vocês como vocês amam seus filhos.
Não nos digam que esse sentimento
é apenas gerado pela saudade de um tempo

que não voltará mais.
Hoje, discute-se a inteligência da emoção.
Só quem ama sabe que esta teoria é correta.
A idade nos tempera, nos deixa mais sábios.
Fomos forjados com o fogo da natureza.
Amamos a vida e não tememos a morte.
Temos orgulho de nossa história de lutas.
Quem ama faz a guerra se preciso for.
Se vamos hoje à batalha,
queremos que vocês nos acompanhem,
pois acreditamos neste País.

Isso é interpretação do nascimento da luta que hoje estamos vivendo e continuamos a viver. Vários querem participar dessa oratória.

Quero dizer o seguinte: Luiz Inácio, atentai bem! Vou dar um exemplo muito real: Presidente Sarney. Fui Prefeitinho quando ele assumiu a Presidência. Homem generoso. Eu era Prefeito naquela época. Pela proximidade, tenho lido muito, mas quero passar este presente ao Luiz Inácio.

Um dos livros de Sarney tem uma interpretação. Dª Kyola, mãe do nosso companheiro Senador, ex-Presidente, afirmava no livro: "Meu filho, jamais deixe que persigam os velhinhos aposentados." Ela sabia da generosidade do filho e disse: "não os persiga, não deixe que os persigam."

Quero crer que é oportuna essa mensagem da hoje santa Kyola para o Presidente Luiz Inácio. Sei que não é ele. A Kyola não disse: "Sarney, não persiga" Ela disse: "Não deixe que persigam os velhinhos aposentados." É isso o que está havendo, Luiz Inácio. Acredito na sua generosidade.

Mas esse aloprado, José Pimenta, está perseguindo e tirando, sobretudo, a esperança. Fé, esperança e caridade.

Está ali o irmão do apóstolo Paulo, que pode dizer, como ele: "percorri meu caminho, preguei minha fé e combati o bom combate" – Crivella.

Está tirando a esperança. Hoje, o resultado foi esse.

A maior estupidez é perdermos a esperança. O homem não é para ser derrotado; ele pode ser até destruído.

José Pimenta, aloprado, V. Exª não vai destruir ninguém, não! Temos um compromisso. Somos o povo.

Concedo um aparte, por ordem, ao Senador Geraldo Mesquita; depois, ao Crivella e, posteriormente, ao Romeu Tuma.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – O Senador Romeu Tuma estava pedindo há mais tempo. Ele tem toda a prerrogativa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Romeu Tuma.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Romeu Tuma, faça o favor! Pela liderança!

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Mão Santa, fiquei sensibilizado com alguns *e-mails* que V. Exª recebeu aqui e fez a gentileza de mostrar. Um deles diz claramente que um jovem de 27 anos, que tem esperança e diz que só o senhor poderá ser o futuro Presidente da República. Que não é sua mão que é santa; sua boca é que é santa. Verifique que prestei atenção nos *e-mails* que V. Exª recebeu.

Eu o cumprimento pelas palavras que está dizendo da tribuna e peço licença ao Senador Paim e a V. Exª para ler um trecho do seu livro **O Canto dos Pássaros nas Manhãs do Brasil**. Tomei a liberdade de apanhá-lo e achei uma coisa muito interessante, se o Senador Mão Santa me permitir, não gastarei cinco minutos:

8, quinta-feira

Passei os olhos pelo "**Os Estatutos do Homem**" (Ato Institucional Permanente) escrito pelo poeta brasileiro Thiago de Mello, em abril de 1964, na cidade de Santiago do Chile. Vale a pena ler. É um texto para reflexão.

Artigo I

Fica decretado que agora vale a verdade. Agora vale a vida, e de mãos dadas, marcharemos todos pela vida verdadeira.

Artigo II

Fica decretado que todos os dias da semana, inclusive as terças-feiras mais cinzentas, têm direito a converter-se em manhãs de domingo.

Artigo III

Fica decretado que, a partir deste instante, haverá girassóis em todas as janelas, que os girassóis terão direito a abrir-se dentro da sombra; e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro, abertas para o verde onde cresce a esperança [por isso a esperança não pode morrer].

Artigo IV

Fica decretado que o homem não precisará nunca mais duvidar do homem. Que o homem confiará no homem como a palmeira confia no vento, como o vento confia no ar, como o ar confia no campo azul do céu.

Parágrafo único: O homem, confiará no homem como um menino confia em outro menino.

Artigo V

Fica decretado que os homens livres do jogo da mentira. Nunca mais será preciso usar a couraça do silêncio nem a armadura de palavras. O homem se sentará à mesa com seu olhar limpo porque a verdade passará a ser servida antes da sobremesa.

Artigo VI

Fica estabelecida, durante dez séculos, a prática sonhada pelo profeta Isaías, e o lobo e o cordeiro pastarão juntos e a comida de ambos terá o mesmo gosto de aurora.

Artigo VII

Por decreto irrevogável fica estabelecido o reinado permanente da justiça e da claridade, e a alegria será uma bandeira generosa para sempre desfraldada na alma do povo.

Artigo VIII

Fica decretado que a maior dor sempre foi e será sempre não poder dar-se amor a quem se ama e saber que é a água que dá à planta o milagre da flor.

Artigo IX

Fica permitido que o pão de cada dia tenha no homem o sinal de seu suor. Mas que sobretudo tenha sempre o quente sabor da ternura.

Artigo X

Fica permitido a qualquer pessoa, qualquer hora da vida, uso do traje branco.

Artigo XI

Fica decretado, por definição, que o homem é um animal que ama e que por isso é belo, muito mais belo que a estrela da manhã.

Artigo XII

Decreta-se que nada será obrigado nem proibido, tudo será permitido, inclusive brincar com os rinocerontes e caminhar pelas tardes com uma imensa begônia na lapela.

Parágrafo único: Só uma coisa fica proibida: amar sem amor.

Artigo XIII

Fica decretado que o dinheiro nunca mais poderá comprar o sol das manhãs vindouras. Expulso do grande baú do medo, o dinheiro se transformará em uma espada fraternal para defender o direito de cantar e a festa do dia que chegou.

Artigo Final

Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários e do pântano enganoso das bocas. A partir deste instante a liberdade será algo vivo e transparente como um fogo ou um rio, e a sua morada será sempre o coração do homem.

Senador, agradeço a oportunidade. Meus cumprimento a V. Exª por haver registrado nesse livro esse belo poema, que representa tudo isso que estamos discutindo aqui, e que, sem dúvida, se o Presidente Lula ouvi-lo, se sensibilizará com os nosso pedidos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Um quadro vale por dez mil palavras.

Senador Paulo Paim, V. Exª tem o dom da inspiração poética, mas Romeu Tuma interpreta e sente o drama. Um homem feito na luta, forjado na luta, no combate. Bastaria dizer que, quando Superintendente da Polícia Federal, enfrentou 10 mil greves. Quantos bandidos ele enfrentou? Quantos crimes ele enfrentou? S. Exª chorou agora porque se sente responsável, diante da sua luta, da sua coragem, ao longo da vida. Isso é vergonhoso, porque ele se tornou um cúmplice. Senador da República responsável pelo mais vergonhoso assalto feito por todos nós aos melhores merecedores de nosso respeito e de nossa gratidão: os nossos velhinhos aposentados.

Brasileiras e Brasileiros, estamos aqui não como autoridades, mas como cúmplices desse assalto vergonhoso que nós, Governo – e Governo somos nós –, fizemos aos velhinhos aposentados. Isso num sonho de gerações que construíram a democracia: o Estado de Direito democrático, de Direito. A Pátria, que somos nós, fizemos um contrato com os velhinhos aposentados. Fizemos! Não é molecagem. Nós não podemos fugir da verdade; temos de buscá-la. ”De verdade em verdade vos digo”, falava Cristo. “Eu sou a verdade, o caminho e a vida”. Nós estamos mentindo, estamos enganando, estamos roubando, e nós podemos pagar. Ninguém é responsável não, José Pimenta aloprado! Nós somos preparados.

Atentai bem, Luiz Inácio!. Na *Mídia Impressa*, hoje, tem como tema a situação da economia globalizada, o momento que passamos. E este jornal, **Gazeta Mercantil***,* fiel aos fenômenos econômicos, traz aqui, no seu editorial, o pensamento do jornal que tem mais história em acompanhar os problemas econômicos. Atentai bem! O editorial é o que o jornal pensa: “Apesar da crise, gastos do Governo aumentam muito”.

Logo o Governo! O Governo tem de ter austeridade, tem que fazer economia.

Então, peço que o Brasil todo leia o editorial, que diz: "Tudo que o Governo manda é com gasto". Quer dizer, não tem para os velhinhos que, há 11 anos, capamos, assaltamos, roubamos, humilhamos. Há 11 anos! Olha o que eles estão mandando: a Medida Provisória nº 440, é despesa, é aumento de funcionalismo, de uma elite. Cadê a justiça? Será que esse pessoal tem cem estômagos e o aposentado só tem meio estômago? Porque todos eles ganham bem e muito bem. Atentai bem! Aí depois vem outra – só essa daí dá um aumento de R$20,4 bilhões. A segunda Medida Provisória, a de nº 441, também dispõe sobre aumento. Os funcionários merecem, mas é mais aumento. Muito bem! E por que não vamos resgatar os vencimentos dos velhinhos aposentados.

A *Gazeta Mercantil*, Luiz Inácio, diz: "É preciso lembrar que, só em 2008, o Governo criou 80 mil cargos públicos ao custo de 30 bilhões". É o que diz a **Gazeta Mercantil**.

A outra medida provisória anistia fraudadores – é o que se chama hoje de "filantropia-pilantropia". Então, é essa farra! Esse Governo, de repente... Em 508 anos, governou-se com 12 ou 16 Ministros, e, agora, são 40 Ministros, muitos deles porcaria como José Pimenta. Essa é a verdade. Eu, aqui, advertia sobre os milhares e milhares que entraram pela porta larga da vadiagem, do apadrinhamento e da bandidagem, muitos deles ganhando R$10.448.00.

Então, tem de haver austeridade e de salvaguardar isso tudo! É dinheiro para os banqueiros, para as montadoras, para tudo! Cria-se uma televisão desnecessária e estúpida! E é dinheiro! E os velhinhos aposentados?

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concedo o aparte a esse exemplo de firmeza que é o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que, aqui, revive Rui Barbosa – é o que mais dele se aproxima, pela sua firmeza no direito – e Abraham Lincoln, que ensinava: "Caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no direito". Isso é estereotipado em Geraldo Mesquita.

Tem a palavra V. Exª, Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, esta sessão do Senado Federal, esta vigília cívica está sendo ouvida, como diz o Senador Paim, pelo País inteiro. Há poucos instantes, recebi um telefonema do Vereador Everaldo, de Brasiléia, do meu Estado, na fronteira com a Bolívia. Ele foi reeleito agora, foi um dos mais votados no Município. Ele me telefonou há pouco, para dizer que está assistindo à nossa sessão e que se solidariza com o que está acontecendo aqui. Digo isso por que acho que a gente precisa ser muito objetivo. Quero resgatar aqui uma convocação que está fazendo o Senador Paim. Vejam: os aposentados moram nos Municípios, Senador Paim, nos nossos Municípios brasileiros, lá em Caxias, lá em Brasiléia, lá em São Paulo, lá no Rio de Janeiro, lá em Teresina. Os aposentados moram nos Municípios. Todo Vereador tem um pai, uma mãe, uma avó ou um avô aposentado. Essa luta, os Vereadores brasileiros precisam tomá-la para si. Mencionei ao Vereador Everaldo a proposta que o Senador Paim está fazendo, de essa vigília cívica irradiar-se pelas Câmaras de Vereadores de todo o País. Já imaginou, Senador Mão Santa, as Câmaras de Vereadores em sintonia com o Senado Federal, promovendo uma vigília cívica em nome dessa causa humanitária, dessa causa bonita que todos nós resolvemos abraçar, por ser uma causa justa? Aliás, por falar em justiça, o Senador Tuma tem a capacidade de emocionar a gente. S. Exª leu, aqui, o "Estatuto do Homem", reproduzido pelo Senador Paim na sua última obra. Aliás, eu diria, Senador Tuma, que o "Estatuto do Homem" deveria ser incorporado ao Estatuto dos Aposentados, nos seus primeiros artigos, tal a felicidade com que V. Exª trouxe à baila a leitura dessa peça da humanidade, dessa peça literária e poética da humanidade. Senador Mão Santa, precisamos ser objetivos. Quero também, neste breve aparte, Senador Mão Santa, lembrar aqui o telefonema que acabei de receber do seu companheiro Heráclito Fortes, que nos está assistindo também. Ligou para anunciar sua total solidariedade. Todos nós sabemos da dificuldade que tem hoje o Senador Heráclito Fortes, que se restabelece de uma cirurgia delicada, que está guardando o devido cuidado em casa, mas que está atento e ligou para abraçar a todos nós e para dizer que a causa é dele também e que está solidário. Eu queria dizer ainda àqueles que nos estão assistindo, ao Brasil inteiro, que, além das Senadoras e dos Senadores aqui presentes, contamos com a dedicação, com o denodo das nossas companheiras e dos nossos companheiros servidores desta Casa, como os taquígrafos, o pessoal da Mesa, o Johnson, o pessoal que nos serve no plenário e que, de vez em quando, traz nosso cafezinho. Silenciosamente, essas pessoas estão sensíveis a essa causa, tenho certeza absoluta, Senador Mão Santa. É um desconforto para eles, inclusive, mas acho que, se pensarmos bem, a luta vale a pena, principalmente se a gente alcançar os resultados esperados, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mesquita Júnior, permita-me fazer um aparte, quebrando o protocolo?

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Com absoluta certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu me preparava para ler os nomes dos Senadores presentes aqui. Com a chegada do Senador Simon, penso que seja a hora de fazê-lo. Já completamos as primeiras seis horas, é meia-noite e sete minutos. Neste momento, vou fazer a leitura dos nomes: Senador Papaléo Paes…

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Paim, agora, vamos atrapalhar todo o Regimento e dizer que, com a presença do Senador Simon, com a sua presença, presidindo os trabalhos, e com a presença do Senador Sérgio Zambiasi, o Rio Grande do Sul está com a bancada completa na vigília do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Simon ainda veio com a esposa.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Ainda veio com a esposa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, à meia-noite e sete minutos…

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – O Senador Simon trouxe o reforço da sua digníssima esposa. Muito nos orgulha sua presença nesta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Simon disse que ela veio para conferir aonde ele iria à meia-noite.

A SRA. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Não, Senador, com licença, mas devo dizer que acho que não foi isso. Ela veio aqui, como mulher, para mostrar a força da mulher brasileira, que está nessa luta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora!

Permita-me, Senador, dizer os nomes dos Senadores aqui presentes.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São eles: Senadores Papaléo Paes, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro, Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella, Rosalba Ciarlini, Sérgio Zambiasi, José Nery, Mário Couto, Expedito Júnior, Heráclito Fortes – que saiu há poucos minutos, porque fez um cirurgia há poucos dias – e Pedro Simon, que já estava no Cafezinho e que deixou para entrar aqui exatamente à meia-noite.

Senador Mesquita, por favor, tem V. Exª a palavra.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Pois bem, concluindo...

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Peço um aparte a V. Exª. Se V. Exª me permitir, já que estamos quebrando o ritual, quero fazer uma proposta, se for possível, Senador Geraldo. Primeiro, quero saudar o belo casal que aqui vem para nos inspirar, porque estamos certos de permanecer aqui. Talvez, minha esposa diga: "Que pena que não estou junto!". Senador Geraldo, queria que o Senador Paim redigisse um projeto de resolução, que seria assinado por todos nós que estamos presentes e por todos que falaram sobre esse caso, para mandar aos Presidentes de todas as Câmaras de Vereadores o que se passou neste dia, para que eles tomassem conhecimento de como o Senado está agindo. Faço essa proposta. Assinaríamos a feitura de V. Exª, dentro da idéia do Senador Geraldo Mesquita.

A SRA. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Sr. Presidente e Senador Tuma, sei que estou ferindo o Regimento, mas queria dizer que poderíamos encaminhar isso não só à Câmara dos Vereadores, mas também às Assembléias Legislativas dos Estados.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Com toda certeza. É uma idéia iluminada que teve o Senador Tuma e que corrobora a Senadora Rosalba. Uma idéia fantástica, Senador Paim. O País não pode deixar barato esta história. O País não pode perder este bonde, inclusive. Nós estamos falando de milhões de pessoas cuja expectativa, cuja esperança, está depositada nas mãos de pessoas responsáveis deste Senado Federal. Eu gosto sempre de lembrar que os projetos pelos quais estamos aqui hoje brigando, Senador Mão Santa, foram aprovados nesta Casa por unanimidade. Há aqui o Senador Tuma, o Senador Simon, todos nós, 81 Senadores e Senadoras. Será que somos irresponsáveis? Essas pessoas depositam sua esperança, sua expectativa, muitos já vendo a luzinha da vida se apagando, Senador Mão Santa, pela angústia, pela contrariedade, pelo sofrimento. Essas pessoas têm uma expectativa muito grande. Não podemos frustrá-las. Creio que, a partir do Senado, Senador Paulo Paim, devemos – como V. Exª propõe e o Senador Tuma e a Senadora Rosalba sugeriram – fazer com este movimento se irradie pelo País inteiro. É uma oportunidade de ouro que estamos criando para que um assunto como este seja pautado no País inteiro. Como eu disse, os aposentados vivem nos municípios, não vivem pendurados no Palácio do Planalto, em árvores, mas nos municípios brasileiros. Portanto, a partir das Câmaras de Vereadores, das Assembléias Legislativas, precisamos nos reportar às presidências do Poderes Legislativos municipais e estaduais e fazer com que se incorporem nessa vigília cívica, nessa maratona que o Senado Federal inaugura, para fazer com que uma solução seja adotada para o problema

dos aposentados e para o problema daqueles que estão na iminência de se aposentar, Senador Mão Santa. Não é fácil ter uma perspectiva de aposentadoria com uma crueldade em cima da cabeça, que é o fator previdenciário, ameaçando tirar 40% do que seria o seu futuro ganho como aposentado. Portanto, ficam aqui as sugestões, a partir do Senador Paim e do Senador Tuma, de que façamos um movimento no sentido de incorporar nessa vigília as Câmaras de Vereadores e as Assembléias Legislativas do País.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Incorporo as palavras do nosso Senador Geraldo Mesquita. Temos ainda Expedito Júnior e Sérgio Zambiasi.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Mão Santa, não poderia deixar de aparteá-lo, até porque V. Exª tem, nesta Casa, admiração por quase todos os Senadores. V. Exª tem defendido, como outros Senadores, quase todos os dias, os aposentados brasileiros da tribuna do Senado. V.Exª é cidadão no meu Estado e é uma pessoa respeitada pelo Brasil afora. E na entrada do Senador Pedro Simon, quando fizeram questão de registrar a presença dos três Senadores do Rio Grande do Sul: Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me dizer que eu sabia o primeiro nome dela. Eu queria o nome completo: "acompanhado dA SRA. Ivete Fulber Simon".

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – E o único, não é? Depois também vi Sérgio Zambiasi, os três Senadores, perdão; os três Senadores da Bancada do Pará; praticamente a do Piauí, os dois Senadores – V. Exª e o Senador Heráclito Fortes. O povo desses Estados deve estar muito orgulhoso de seus representantes aqui no Senado. Três representantes no Senado. Hoje, era para dizer que, de repente, esta seria uma sessão histórica, mas não posso nem dizer que é uma sessão histórica, porque, na verdade, esta sessão não era para estar acontecendo. A política do Governo não deveria ser aclamada, não deveria ser reivindicada por nós do Senado e principalmente por aqueles que deram suas vidas para que pudéssemos estar presenciando e vivendo o que estamos vivendo hoje no País. Fui Relator da matéria do Senador Paulo Paim. Aliás, tive a oportunidade de relatar duas ou três matérias do Senador Paulo Paim, e praticamente todas elas são voltadas aos aposentados brasileiros. Estamos aqui, eu e o Senador Nery, abrindo nossos *e-mails*. São *e-mails* do Brasil inteiro. V. Exª está falando e o povo está mandando mensagens a respeito do que V. Exª fala da tribuna. O povo está nos acompanhando, fazendo também a vigília em suas casas, em suas residências e sindicatos, assim como nós estamos fazendo aqui. E isto não tem cor partidária. V. Exª é do PMDB, da base aliada; eu sou do PR, que é da base aliada; o Senador Pedro Simon é do PMDB, da base aliada; o Senador autor do projeto, Paulo Paim, é de dentro da casa do Presidente Lula. Não tem cor partidária. Na verdade, o que estamos fazendo aqui é pedindo que se respeitem os responsáveis pela nossa existência e por este País. Hoje, estamos conseguindo desfrutar alguma coisa no Brasil graças ao trabalho de nossos idosos, que, infelizmente, não são respeitados da maneira como deviam. Parabéns a V. Exª pelo pronunciamento. Daqui a pouco, farei uso da palavra, pois estou inscrito, mas não precisamos nos preocupar com o horário, já que vamos ficar aqui até às 6 horas. Houve quem duvidasse que ficaríamos até às 6 horas, mas já estamos no dia 19. Já não estamos mais no dia 18.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É o Dia da Bandeira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Hoje é o Dia da Bandeira.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – É o Dia da Bandeira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – E vamos hasteá-la junto com a dos aposentados.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Mão Santa, muito obrigado. Parabenizo o pronunciamento de V. Exª, já neste início de manhã do dia 19.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Expedito Júnior, aí é que eu entendo Shakespeare, quando ele diz: "Some a ousadia dos mais novos" – V. Exª é um dos Senadores mais novos da história deste Brasil – "com a experiência dos mais velhos" – aqui, do nosso Romeu Tuma, Pedro Simon – "que teremos a sabedoria". E essa é a sabedoria.

E quis Deus, hoje, Dia da Bandeira, Luiz Inácio, ordem, ordem, ordem. Ordem é obediência ao Estado de Direito legal. É obedecer o contrato de nós, Governo, nós, Brasil, com os nossos velhinhos maltratados, enganados e roubados. É isso.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Mão Santa, quero também saudar a presença ilustre do Senador Pedro Simon, acompanhado de sua companheira na tormenta e no esplendor. Gostei do pronunciamento de V. Exª. Citou Moisés e citou Cícero, que, decapitado e sua cabeça colocada no rosto do fórum romano, talvez seja realmente o maior libelo contra as tiranias e o liberticídio. E gostei quando V. Exª falou do Governo. Não estamos aqui hoje em uma vigília contra o Presidente Lula. A causa dos aposentados não requer radicalismos. Esta vigília não é contra nin-

guém, mas a favor daqueles que merecem a gratidão e o respeito do povo brasileiro, ecoado no sacrifício, nos discursos, nas iniciativas parlamentares de cada um de nós. V. Exª disse ao Governo: "É a Nação que precisa ser despertada". Nós todos somos Governo, nós todos temos uma parcela de culpa nessa iniqüidade ou, pelo menos, pelo ponto a que ela chegou. E, com lucidez, haveremos de encontrar os caminhos. É bem verdade que, se apenas falarmos da tribuna ou se apenas nas Comissões tocarmos no assunto, isso não terá a força de uma vigília como a que estamos efetuando aqui, nesta noite. Isso há de repercutir, nossa voz há de ser ouvida, e os burocratas do Governo vão começar a preocupar-se. Há aqueles que decidem, com simplicidade, pagar R$120 bilhões, com esses juros a 13,75%, para dez mil famílias brasileiras. Sabemos que dez mil famílias brasileiras detêm 80% dos títulos da dívida pública, que dez mil famílias brasileiras vão receber mais de R$100 bilhões, talvez R$120 bilhões. E quanto vão pagar de Imposto de Renda sobre isso? Quinze por cento, porque rendimentos sobre aplicações financeiras pagam 15% de Imposto Renda. Pagamos 27% de Imposto de Renda. O aposentado do setor público cuja aposentadoria passa de dez salários mínimos tem o desconto de 11% do valor que passa. Vamos encontrar, sem sombra de dúvida, os caminhos e vamos nos redimir a todos dessa grande culpa nacional que temos com relação aos nossos aposentados. Eles nos estão assistindo. Tenho a certeza de que, amanhã, isso vai repercutir nas praças, nas filas dos bancos. Outro dia, eu conversava com o filho de uma senhora no Rio de Janeiro, e ela dizia: "Puxa, antigamente eu ficava tão feliz de poder ir à Praça General Osório, em Ipanema [V. Exª conhece e sabe que é um dos lugares mais aprazíveis do Rio], mas, hoje, não posso mais fazer isso, pois são muitos os assaltos. Não tem condição! Gostava de andar pelo calçadão da Nossa Senhora de Copacabana. Às vezes, não comprava nada; apenas via as vitrines, as novidades das lojas, das estações. Não posso mais fazer isso, porque, idosa, os meninos vêm, arrancam minha bolsa, eles me empurram, e eu caio. Minha distração é ir para um supermercado. Às vezes, nem tenho o que comprar; fico apenas passeando pelos corredores, olhando uma coisa e outra, ou fico na fila dos aposentados no banco, que é quando a gente se encontra para conversar, para falar da vida". Quer dizer, não é só o fator previdenciário, é a falta de solidariedade, é a violência nas ruas, é o desrespeito ao idoso! Os povos que não preservam o respeito aos seus quadros históricos, àqueles que têm os cabelos brancos, podem ser um ajuntamento de pessoas, mas jamais serão uma sociedade, praticando as virtudes, a serviço da humanidade. Vivemos uma crise profunda, espiritual, moral, econômica. Quero associar-me a V. Exª nesse clamor que faz à Nação, em discurso eloqüente e, aliás, constante. V. Exª tem sido aqui um arauto. V. Exª tem sido aqui incansável alerta, o atalaia, alertando. Às vezes, a admiração que sinto por V. Exª é inversamente proporcional à concordância. Às vezes, discordo de V. Exª no tom com que lida com as questões do Governo, mas nunca deixo de respeitar a sinceridade, a expressão da alma, essa coisa que V. Exª traz do homem do Piauí, do homem da sua terra, esse compromisso inegociável de representar aqui os anseios legítimos do nosso povo, sobretudo dos mais humildes. É uma honra estar a seu lado nesta madrugada cívica!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Crivella, V. Exª, que representa Cristo aqui, faz-me ouvir aquele que subiu as montanhas e bradou: "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça!". Nós somos bem-aventurados. É a justiça, a justiça! Rui Barbosa disse: "Só há uma salvação, a lei e a justiça". E foi mais adiante, Luiz Inácio: "Justiça tardia é injustiça manifesta". É verdade, Geraldo Mesquita, isso?

Concedo o aparte ao Zambiasi, que é o grande comunicador do Rio Grande do Sul. Os três Senadores daquele Estado estão presentes aqui.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Mão Santa, primeiro, quero cumprimentá-lo. V. Exª tem milhares de fãs no Rio Grande do Sul. Li alguns *e-mails* que estão sendo encaminhados para seu gabinete, de carinho e de apoio a este movimento. E fiquei muito feliz ao lê-los. Quando lemos um *e-mail* que vem do Estado, nós nos encontramos um pouco dentro deste espaço. Isso é algo bonito, que nos dá energia e força. Agora, com a chegada do Pedro Simon, completa-se a bancada do Rio Grande do Sul. O Senador Paulo Paim está do meu lado. O Pedro Simon está aqui com nossa querida Ivete, sua parceira e inseparável companheira, que traz toda a sua energia, a energia da mulher, junto com a Senadora Rosalba. O Senador Paulo Paim está dizendo que já podemos usufruir do privilégio de conviver na intimidade do lar do Senador Pedro Simon e dA SRA. Ivete, o que foi algo realmente muito especial. O Senador Pedro Simon foi um companheiro muito especial do Parlamento do Mercosul, e sua presença sempre repercute muito. Fico muito feliz em tê-lo como companheiro no Parlamento do Mercosul, na defesa dos interesses da integração. À medida que o Senador Mão Santa falava, recebi, no meu celular privado, em dois ou três minutos, três telefonemas muito significativos. Um deles veio de São João do Polêsine, Senador Pedro Simon, na quarta colônia, já passando o centro do Rio Grande, para quem vai para as fronteiras da Argentina e do Uruguai. Senador Paim, o Vereador

campeão de Guaíba está lá na Câmara, fazendo sua vigília. É do Sindicato da Construção Civil, exatamente. O Secretário Menegotto, do Município de Guaíba, telefonou-me, há pouco. Então, a conclusão, Senador Paulo Paim, é a de que esta não é uma vigília do Senado ou dos Senadores, mas, sim, do Brasil. O Brasil está acordado, acompanhando esta sessão histórica desta Casa. Não é inédita, mas é histórica, pelo que significa, pelo resultado que pode produzir, chamando a atenção para uma classe que sofre realmente muito. É aquela que mais nos aborda; é aquela que mais nos cobra, quando estamos nas ruas, nos supermercados, em compromissos; é aquela que vem espontaneamente e diz "o que tu estás fazendo por mim?", depositando toda a sua esperança e toda a sua expectativa na ação do Parlamento. Na realidade, o Parlamento não tem o poder da caneta. O poder da caneta é do Executivo. Nós podemos contribuir com o Executivo na busca de soluções, na busca de encaminhar uma expectativa, uma esperança, para melhorar a qualidade de vida e para promover inclusão social. Aliás, estamos recebendo agora – estou lendo no ClicRBS – a notícia de que a Polícia já está fazendo sua parte. Está aqui na manchete, Paim e Simon – vem lá do Rio Grande do Sul, e isso deve estar acontecendo em todo o Brasil –, que hoje a Polícia Federal – Senador Tuma, são seus colegas – desbaratou, no Rio Grande do Sul, um grupo que cobrava R$10 mil para cada aposentadoria fraudulenta. Em algumas cidades...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Ficamos sem som, mas, agora, retornou o som ao plenário. Estou lendo aqui o que diz o plantão do ClicRBS:

> O grupo investigado pela Polícia Federal, durante três meses, por envolvimento na fraude do INSS, cobrava R$10 mil de cada pessoa que aposentava, de maneira indevida, fraudulenta. O esquema teria custado R$7 milhões à Previdência Social. A investigação durou três meses; os resultados da operação foram divulgados hoje, em Porto Alegre, na sede da Polícia Federal, pelo Superintendente Ildo Gasparetto e pela Chefe da Divisão de Benefícios do INSS, da capital, Regina Beatriz Floriano da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Sérgio, permite-me V. Exª?

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Quando eu estava na Superintendência de São Paulo, foi criada a delegacia especializada de combate às fraudes do INSS, da Previdência. Então, centenas e milhares de processos foram abertos – e já fiz referência hoje aqui. São milhões e milhões que são fraudados por competentes marginais da vida, que roubam do aposentado, enganam os coitados que precipitam a aposentadoria. Tem fax recebido pelo Senador Mão Santa, agora, de uma pessoa que diz ter 24, 25 anos e já está preocupada com o futuro da aposentadoria.

Desculpe-me interromper, mas eu gostaria de cumprimentar a Polícia Federal, porque vem há alguns anos dando combate e não consegue resolver, porque, dentro da Previdência, ou junto a alguns advogados e juízes, cria-se essa força descomunal que continua enganando os cofres da Previdência e dando prejuízos, como o que V. Exª acabou de ler nessa ação brilhante da Polícia Federal do Rio Grande do Sul.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Veja que, nessa ação, que envolveu cinco ou seis cidades do Estado, são R$7 milhões de prejuízos à Previdência Social, ou seja, aos aposentados, Senador Paim. Se se pega um universo maior... Aliás, é a segunda operação, em cerca de 30 ou 40 dias, que ocorre no Estado desbaratando essas quadrilhas.

À medida que nós temos essas notícias, essa ação realmente positiva, que demonstra que a Polícia está agindo no sentido de acabar com essas quadrilhas, com essas gangues que agem de forma fraudulenta, enganando pessoas, mas enganando, acima de tudo, a Previdência Social, e, em conseqüência, trazendo gravíssimos prejuízos à Previdência, nós estamos começando a encaminhar uma solução, a buscar uma solução. Acho que a solução é coletiva. Ela passa por este momento, esta vigília que o Brasil está fazendo; passa por esta ação da Polícia Federal; passa por cortar esses gargalos por onde o dinheiro se esvai e acaba prejudicando o Orçamento da União, que poderia ser destinado a atender a essas demandas que nos trazem aqui nesta noite para fazemos este debate, nesta noite de solidariedade, de apoio a essa classe.

Enquanto isto, Senador Paim, do outro lado, nós encontramos dramas do cotidiano, como o que relata o *e-mail* que recebi agora à noite, Senador Crivella. Uma filha que trabalha está com a mãe, em estado quase terminal, no hospital. O hospital já não a aceita mais – ela não tem mais o que fazer no hospital –, e a filha não tem onde colocar a mãe, que não recebe proventos. A filha abre o coração, neste drama, para dizer que, se ela pára de trabalhar para cuidar da mãe, ambas vão morrer de fome; se ela continua trabalhando, ela não tem como cuidar da mãe. Ora, se a mãe tivesse acesso a uma aposentadoria digna, seguramente ela teria um local para ficar, para ser cuidada com o carinho, o respeito e a dignidade que essa mãe merece. São es-

ses dramas do cotidiano que estão sendo lembrados esta noite, aqui. Essas pessoas merecem ser tratadas com respeito e dignidade.

Então, quando nós tratamos desse tema, eu não posso e não tenho o direito de, aqui, ficar fazendo críticas ao Presidente Luiz Inácio – como V. Exª chama o nosso Presidente Lula. Eu não tenho o direito de ficar criticando. Foi o Presidente que mais se dedicou às questões sociais nos últimos anos, porque tem uma vocação, porque tem uma origem, porque conhece o sofrimento das periferias; sabe, viveu na pele, conhece profundamente e tem sensibilidade. Eu, aqui, tenho acompanhado e votado com a base do Governo com convicção. Não fico aqui trocando o meu apoio por um cargo, por uma indicação. Não fiz, não faço e não farei. Faço por convicção. O meu apoio ao Presidente Lula é pela convicção no seu compromisso e na sua responsabilidade social com o nosso povo. Mas acho que isso é insuficiente e nós precisamos fazer mais. Acho que nós temos que sinalizar.

Os projetos que o Senador Paulo Paim está apresentando não estão prevendo uma solução para amanhã. Eles têm prazos. O que nós precisamos fazer é o início desse processo. Hoje, eu ouvi o Paim comentando um fato que me chamou muito a atenção. Quando a CPMF veio ao plenário e nós votamos a favor, o Governo nos dizia: "Se não aprovarem, os investimentos no Brasil param". E foi com essa preocupação de que os investimentos não parassem que nós votamos a favor da CPMF. Ao ver derrotado o projeto, a minha sensação inicial era de que o mundo estaria caindo, desaparecendo sob os nossos pés. E eis que o Governo teve capacidade, o Governo teve competência – e aqui é que deve ser reconhecida a ação do Presidente Lula e do seu Governo, dos seus Ministros, da área econômica e de todas as áreas –, o Governo teve competência de buscar novos mecanismos de fiscalização e de cobrança, e o possível prejuízo reverteu-se numa arrecadação que superou a expectativa prevista na CPMF. Então, os cálculos anteriores estavam errados. As previsões catastróficas em relação à CPMF não estavam corretas. O Governo conseguiu, de forma competente, reverter o quadro, e, hoje, a arrecadação é muito maior do que aquela prevista se nós tivéssemos aqui aprovado a CPMF.

Então, acho que tem solução. Tem solução, e o Governo tem competência para buscar essa solução, para encaminhar uma solução possível para as expectativas que estão sendo colocadas na vida desses milhares de cidadãos que nos embalaram, Senador Paim, que nos embalaram, Senador Simon, que embalaram os nossos sonhos, que embalaram os sonhos de milhões de brasileiros e que agora querem apenas o direito de viver em paz; a esses, que estão agora de plantão na madrugada, trabalhando em tantas atividades, pois o Brasil não pára, o mundo não pára, Senador Papaléo, o mundo gira 24 horas, e são milhares e milhares de brasileiros que, nesta madrugada – agora, passam 37 minutos da meia-noite –, estão nos acompanhando.

Estamos, Senador Mão Santa, também sendo solidários com esses trabalhadores que, amanhã, quem sabe, já poderão beneficiar-se do fim do fator previdenciário, podendo aproveitar a sua aposentadoria de forma integral. E, quando vem o reajuste do salário mínimo – aqui está a diferença –, muitas pessoas ainda não entendem essa questão do fator previdenciário, Senador Expedito, as pessoas não sabem exatamente o significado do fator previdenciário, que é aposentar-se com dez salários mínimos...

O SR PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Sérgio, se V. Exª me permite, preciso prorrogar regimentalmente a sessão por mais uma hora.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – E vamos ficar prorrogando até o horário previsto, 6 horas da manhã. É um desafio. Quem está no plenário não está com sono. À medida que a discussão vai avançando, a energia vai se renovando. É um negócio fantástico, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma PTB – SP) – Trouxeram a castanha-do-pará.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – São muitas coisas, inclusive a castanha-do-pará, com certeza, mas a solidariedade de todos e a energia que estamos tendo por defender uma causa. Estamos, Senador Mão Santa, defendendo uma causa, o que nos entusiasma, realmente, muito.

Então, apenas para completar. Uma das questões que preocupa realmente é o fim do fator previdenciário. Alguém que trabalha durante 30, 35, 40 anos e paga o seu INSS sobre dez salários mínimos, sobre cinco salários mínimos – vamos ficar em cinco salários mínimos, Senador Mário Couto; venho acompanhando a sua luta também, parabéns – quando vai receber o seu primeiro salário de aposentado, vem a primeira frustração: não são cinco salários mínimos; são quatro salários mínimos e meio. E, no primeiro reajuste do salário mínimo, 10% para o salário mínimo, 5% para os aposentados. Então, já vem o primeiro baque. No segundo, no terceiro ano, já não são mais quatro salários mínimos e meio; são quatro e depois três e meio. E aí vem o drama, Senador José Nery, aquele drama em que o sujeito, após cinco ou seis anos como aposentado, está aguardando o reajuste do salário mínimo e não o seu salário como aposentado. Então, essa é a injustiça que nós devemos corrigir aqui, permitindo que, ao cumprir o seu tempo de trabalho, esse cidadão

possa usufruir o seu direito, conquistado pelas contribuições que deu ao INSS durante uma vida de trabalho. Essa é a luta, e, mais uma vez, quero deixar claro que, dos três projetos que o Senador Paim apresentou aqui, nenhum deles prevê que, amanhã, ao sancionar o projeto, já tenha que se reverter em benefício. Pelo contrário. Prevê uma solução programada, com prazo, de maneira que o próprio Orçamento se adapte e lá, à frente, talvez até a próxima geração finalmente possa usufruir desses benefícios. Esse é um fato que devemos deixar sempre claro aqui, para que as pessoas saibam que nós não estamos trabalhando com ilusões. Pelo contrário, são projetos com os pés muito no chão e que podem, com uma discussão democrática, como se está fazendo aqui, trabalhar por uma solução coletiva e que, finalmente, dê àqueles que cumprem uma vida inteira de trabalho o direito de viver os seus dias com segurança e com paz. Muito obrigado, Senador Mão Santa, por sua compreensão.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Expedito Júnior. Depois, o Senador Papaléo.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – V. Exª está sendo generoso. Só para demonstrar o quanto o povo está acompanhando esta vigília e fazendo aquilo que estamos fazendo aqui também nas suas casas, não posso deixar de fazer agora, até por conta da admiração que o povo do meu Estado tem pela sua pessoa – V. Exª já esteve no meu Estado, já esteve na capital, Porto Velho, já viu o quanto o povo o admira, gosta de V. Exª e tem respeito por V. Exª –, o registro de várias pessoas que ligaram. Faço questão de registrar os nomes de algumas pessoas que, inclusive, pediram que eu o fizesse enquanto V. Exª estivesse na tribuna. Esse foi o caso do Carlos Renato, de Buritis, cidade do interior do nosso Estado, dizendo que também vai ficar até as 6 horas da manhã acompanhando esta nossa vigília; Fogoió, do Município de Vilhena, já no Cone Sul, na entrada de Rondônia, pediu que transmitisse um abraço a V. Exª. Da mesma maneira, o jornalista Raimundo, do jornal **O Estudante**, da minha querida cidade, Rolim de Moura, que também o admira muito; o Deputado Maurão de Carvalho, que é da igreja Assembléia de Deus, líder religioso, Deputado por três mandatos no meu Estado, que está junto com a esposa assistindo a esta sessão, pediu que eu transmitisse este abraço. O Presidente do Partido Verde, Antenor Kloch, do Município de Ariquemes, também pediu que eu trouxesse um abraço a todos os Senadores e disse que está torcendo por nossa luta. Por fim, o companheiro e amigo Ceará, do Município de São Francisco, já próximo à Bolívia – o Município é conhecido como Ceará da Emater –, pediu que transmitisse um abraço a V. Exª e a todos os Senadores que estão aqui em defesa dos aposentados brasileiros.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos a participação do Senador Expedito.

Esses foram os *e-mails* que recebemos agora, depois que começou a vigília. Alguns já foram citados. Quer dizer, o Brasil...

Pedro Simon, que está ali, lembro-me de quando este País estava em dificuldade e eu, estudando Medicina, Papaléo, nas caladas da madrugada, ligamos o rádio: "Esta é a cadeia da legalidade. Rádio Guaíba", lá do Rio Grande do Sul. E, de repente, o Brasil incorporou-se à cadeia da legalidade, e demos um avanço à democracia, mostrando o Rio Grande do Sul, que é da paz. Teve a Guerra da Farroupilha, mas foi pela liberdade dos negros, pelo nascer da República. A cadeia da legalidade entregou um homem da paz.

Aqui, o Rio Grande do Sul... Ô Zambiasi, telefone aí para a sua Rádio Farroupilha para lá irradiar – V. Exª, que lidera a comunicação – no País a cadeia da solidariedade. Que página bela vai escrever o Rio Grande do Sul!

Esses são *e-mails* de todo o País que agradecemos.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes, que parecia, quando iniciou esta sessão vigília, diferente, o Auro de Moura de Andrade: "Está vaga a cadeira da Presidência".

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Mão Santa, só um complemento, mais uma informação. Estou acompanhando aqui, pela Internet, algumas notícias. Eis aqui a manchete desta quarta-feira do jornal **Zero Hora**: "Operações desmontam dois esquemas de fraude em aposentadorias no Rio Grande do Sul". É seguramente uma forma de contribuir para que o Governo tenha caixa e reconheça que, realmente, está na hora de a gente melhorar a questão dos aposentados no Brasil.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agora queria, com todo o respeito ao nosso Presidente Luiz Inácio – votei nele em 1994 –, dizer que só há sentido para esta Casa se tivermos uma experiência para cooperar. Somos os pais da Pátria. Luiz Inácio, pague isso porque vai melhorar o País. Tenho a experiência.

Olhe aqui os que poderiam ser aposentados, são os melhores valores que nós temos, mas estão aqui nos dando exemplo Romeu Tuma, Pedro Simon, o nosso Dornelles, Paulo Duque, Cafeteira. Quero dizer ao Presidente Luiz Inácio por que este País está desmantelado. Eu posso dizer. Eu tenho a ensinar. Eu tenho uma vida.

Trabalhei, Papaléo, numa Santa Casa de Misericórdia. Operei e operei muito, muito mesmo. Acho que fiz mais operações do que o Pelé fez gols. E quase tudo para os pobres. Vou dizer o seguinte: por que, Papaléo? Chegou um senhor com 70 anos de idade, Sr. Ricardo Coimbra, português, representante da Brahma, da Volkswagen, da Fiat Lux, aliás, sócio do pai de Chagas Rodrigues, que foi Senador. Aposentou-se e foi dedicar-se à Santa Casa de Misericórdia.

Por isso que eu fui, e estou aqui, um brilhante cirurgião. Nunca me preocupei com nada e nunca faltou nada. Então, ele se aposentou com 70 anos, um português, porque as aposentadorias eram corretas e eram decentes, Luiz Inácio! Então este País está desmantelado, Luiz Inácio, porque surgiram essas ONGs, a "pilantropia", e os homens... Em todos os países – vá aos Estados Unidos, vá à Suíça –, esses aposentados prestam serviços voluntários, com a experiência, com o amor e a tranqüilidade. Isso vai ser restituído.

Luiz Inácio, Átila, o rei dos hunos, disse: "Administrar é fácil: premiar os bons e punir os maus". Ele está punindo os bons, os que trabalharam, os decentes, os dignos e honrados! Átila, rei dos hunos. Como é difícil liderar aqueles nômades! Premiar os bons e punir os maus. Ele está punindo os bons, os que trabalharam.

Com a palavra Papaléo Paes, Senador.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Eu agradeço ao Senador Mão Santa o aparte que me concede, mas, antes de fazer meu aparte especificamente, eu quero aqui registrar, com muita honra para todos nós aqui, a presença do Senador Pedro Simon e a senhora sua esposa. Quero dizer que nós, que vivemos como Parlamentares... Eu digo até, Senador Expedito, jovem aqui, que tenho minha experiência de político. Eu sempre digo que aconteceu a política partidária na minha vida por um acaso.

Eu não sou um militante de Partido político, nunca fui. Sempre fui militante da minha área médica. Nessa militância, posso afirmar a V. Exªs que acredito ser muito mais importante essa escola que aprendemos no dia-a-dia, convivendo com a sociedade, com as pessoas, que é a militância que nos leva a olhar o social como o fundamental para fazermos justiça para uma sociedade, do que a militância de lermos cartilhas aqui, cartilhas ali, de aprendermos frases de efeito, e assim por diante. Assim, a minha militância na área social devo à minha profissão de médico. Então, nós temos de ter alguns exemplos para nos guiarmos. Por isso, a nossa conduta aqui, representando o povo, com as pessoas nos assistindo pela televisão, temos de ter cuidado e postura para podermos respeitar as pessoas que estão nos assistindo. Então, eu quero registrar, Senador Pedro Simon, que V. Exª sempre foi admirado por mim. Quando cheguei a esta Casa e o conheci pessoalmente, eu realmente me emocionei. Eu lembro que, quando passei, pela primeira vez, no corredor e V. Exª passava sozinho, com uns documentos na mão, eu não tive condições de chegar à sua pessoa e de pegar a sua mão, mas eu tinha vontade de pegar a sua mão e de abraçá-lo, pela imagem que tenho do senhor. Senador Romeu Tuma, V. Exª também representa para nós um exemplo de homem público neste País, que tem tanta carência de bons exemplos. Então, são pessoas como V. Exªs que fazem com que nós, que estamos aqui, tenhamos força, vendo os exemplos que V. Exªs nos dão. E temos que ter sabedoria suficiente para transformar esses exemplos que recebemos para outras pessoas, porque vivemos uma democracia onde a política partidária é importantíssima para a sociedade. E temos que fortalecer a base da política partidária na sociedade. Porque hoje, o que estamos vendo? Estamos vendo as pessoas a cada dia se distanciarem dessa representatividade do povo através de um mandato, de um voto. Então, a descrença é muito grande. Temos a obrigação de fazermos o povo voltar a crer que a democracia é exercida por alguém que vai nos representar e que vai receber de nós aquele voto. Então, aquele voto é sagrado, importante. Acredito que seja algo que tenha o mesmo poder de igualdade, independente de ser rico ou pobre. Isso não interessa. Quero fazer este registro e dizer que estamos aqui, nesta sessão, para representarmos a vontade que todo brasileiro tem de ver pessoas que prestaram serviços a esta Nação, pessoas que até não chegaram a completar, a atingir sua idade, mas que tiveram acidentes de trabalho, foram aposentados, que não têm qualquer meio de subsistência, senão a aposentadoria. É por essas pessoas, Senador Romeu Tuma, que está nos presidindo, que nós estamos aqui fazendo esta vigília. É sacrifício para nós? Não é sacrifício nenhum uma noite que passemos aqui para simbolizar este ato de alerta ao Governo, alerta à sociedade para a condição dos aposentados, não é sacrifício nenhum. Nós podemos ficar quantas noites aqui; nós temos um padrão social bom, temos um salário bom, nos alimentamos bem. Os que têm saúde, graças a Deus, continuem com saúde. Os que não estão bem de saúde, têm alternativa de procurar melhorar o seu estado de saúde, enfim, não é sacrifício nenhum. Mas o simbolismo deste ato de hoje é para chamar a atenção, principalmente, daqueles que usam o discurso fácil, no momento que estão há três meses de uma eleição, fazendo promessas indevidas, impossíveis de serem alcançadas para serem eleitos. E quando são eleitos desse jeito já vêm trazendo maus exemplos para a Casa, onde eles vão representar o povo. Faço uma lembrança aqui, Senador Mão San-

ta, da nossa luta quando nós chegamos aqui, nunca tinha tido experiência nenhuma de parlamentar; tinha sido prefeito por um acaso. Por um acaso que eu digo porque fui escolhido e fui eleito, muito bem, prefeito de Macapá; eleição por 55%, dois anos de filiação partidária. Então, o povo me deu aquele mandato pela minha condição de médico. E quando cheguei aqui, estreando no Parlamento, eu fui eleito pelo PTB, depois ingressei no PMDB, quando veio a reforma da Previdência. Nós sempre discutimos a questão dessa reforma. Achávamos que era uma reforma que foi mal debatida com a sociedade, seria injusta para a sociedade. E aí eu fui ver, Senador Mão Santa, eu estou aqui com pelos menos sete discursos que fiz naquela época. Eu era do PMDB mas dissidente do partido, porque a orientação da base era votar tudo a favor. Eu, o Mão Santa, o Senador Pedro Simon e Jarbas... Não, o Jarbas não era ainda. Tinha um outro Senador, Sérgio Cabral. Nós votávamos tudo contra, até que eu fui obrigado a sair do PMDB. Mas dentre esses discursos, eu quero ler o que ficou registrado no dia 18 de junho de 2003. Discorri sobre a situação e disse assim:

> "Nada de dizer que a Previdência é deficitária, pois o Governo é o fiel depositário dos valores que deveriam existir nos cofres em favor da mesma e explicar [o Governo, no caso], como se deu a construção desta cidade, como se construiu Brasília, da Ponte Rio-Niterói, da Transamazônica, hoje abandonada, da construção das usinas atômicas de Angra dos Reis e outras obras. Sendo assim, convido os brasileiros que hoje detêm o mandato outorgado pelo povo a refletir sobre essas questões. E que não venham a sacrificar os que passaram a vida toda em sacrifício servindo em prol do bem público".

Então, é isso que nós estamos fazendo aqui. Nós queremos é justiça para os aposentados. Não aceitamos as desculpas de déficit. O Governo – não estou dizendo o governo "a", "b" ou "c" – brasileiro é responsável por esse déficit a que ele se refere e é responsável por nós estarmos com nossos aposentados sendo injustiçados há muitos anos. Então era isso que eu queria deixar registrado, Senador Mão Santa, e também reconhecer em V. Exª um bravo lutador pelas causas sociais e que realmente acredito que nós votamos muito bem quando passamos pela reforma da Previdência, em 2003. Parabéns a V. Exª.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Exª é que merece parabéns, porque V. Exª, sendo da Mesa, foi quem se apresentou para presidir e iniciar esta sessão hoje da solidariedade. Mas esses *e-mails* foram de agora, quando estou aqui em cima, Paim, para nós, agora. Aqueles tinham sido anterior, e eu guardei um ligeiro, e, só no período que estou aqui, como o Brasil está vendo.

Mas, Papaléo, eu queria dizer ao Ministro José Pimenta que nós somos preparados. Quis Deus, com a ajuda de Pedro Simon, o Governo quis fazer uma política lá e, com dois anos de CAE, me deslocou, deslocou o Pedro Simon, porque nós contrariamos certos interesses da política do Partido dos Trabalhadores. Mas aí o Pedro Simon impôs que não saía, ele saía, mas que eu permaneceria lá e ainda hoje estou. São seis anos. Seis anos, Flexa Ribeiro, é que fiz a faculdade de Medicina e aprendi muito.

Então, José Pimenta, eu sei economia.

E, nesse imbróglio – por isso quiseram-me tirar de lá –, Paulo Octávio, Senador brilhante do Democratas, Vice-Governador, empresário que entende muito – além da consultoria que todos nós temos do Senado, que é muito boa, ele tem a própria de suas empresas – fez um projeto de lei demonstrando e provando que, se o dinheiro da Previdência ficasse numa conta da Previdência dirigida por ele, jamais, jamais, jamais seria deficitária. Eles pensavam, os aloprados, que, como eu tinha votado no Luiz Inácio... Mas sou do Piauí e, com a minha consciência, me apaixonei e aceitei o projeto de tal maneira que eles tiveram que mudar até o presidente. Na hora, empatou e enterraram.

Isso é balela. Previdência tem em todo o mundo e, matematicamente, é possível. É porque se tira o dinheiro da Previdência para outros interesses, para outros rumos, para outras politicagens que fazem. Essa é a verdade!

Então, nós queríamos passar a palavra agora – e é muito honroso para nós – ao símbolo maior, o Cícero nosso. Atentai bem: no Senado romano, Cícero dizia: "O Senado e o povo de Roma". E nós podemos dizer, pois a presença de Pedro Simon revive aquela grandeza de Cícero: o Senado e o povo do Brasil estão aqui e vão falar por intermédio de Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Meu querido Senador Mão Santa, vivemos hoje uma sessão muito importante. V. Exª, um apaixonado por essa causa; meu irmão Paulo Paim, grande idealizador de toda essa caminhada; Senador Sérgio Zambiasi, nós todos estamos aqui mostrando uma hora importante. Cá entre nós, nunca o Congresso Nacional esteve tão na vitrine negativa perante o povo brasileiro. Repare que um ato singelo como esta sessão faz com que o povo entenda que a organização, que a unidade, que o entendimento pode conduzir a uma resposta. O Congresso e, de modo especial, o Senado foi desconsiderado pelo Governo. O projeto do Senador Paulo Paim

foi aprovado por unanimidade. Foi um dos dias mais bonitos desta Casa. Foi uma das decisões mais homogêneas, mais espetaculares desta Casa. O Líder do Governo, o Líder do PT, a Oposição, todos votamos a favor do projeto. Pensei que o Paim fosse explodir de felicidade tal era a quantidade de abraços e a alegria que nós todos recebíamos. De repente, não mais que de repente, vimos que tínhamos sido feito de bobos: "Não; não leve a sério. Deixe o Senado; o Senado é muito complicado. Aquela gente do Senado é muito metida. Vamos deixar que a Câmara derruba". Missão ingrata para a Câmara; missão esta cruel para a Câmara. Não derrubar porque tem argumento contra, mas derrubar porque vai derrubar, e o Governo acha que tem maioria na Câmara dos Deputados. Então, esse nosso gesto hoje é uma solidariedade também à Câmara dos Deputados, no sentido de darmos uma força aos nossos companheiros, aos nossos irmãos para que eles tenham coragem. O doloroso é que os líderes, V. Exª, o Paim, os companheiros que estão à frente dessa caminhada, o Líder do PSOL... Há quantos dias estão conversando com o Ministro, com o Presidente do Senado?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Há três semanas.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Há três semanas estão debatendo. Vamos encontrar uma solução, vamos encontrar um entendimento. As pessoas, na melhor das intenções, querem encontrar um entendimento – e vamos ser sinceros –, estão doidas para encontrar um entendimento, uma fórmula que represente o entendimento. Se, afinal, nos reunimos e votamos, por unanimidade, aqui no Senado, por que não o entendimento? De repente, o Ministro manda dizer que nós estamos fazendo papel de bobos – e isso nos ridiculariza a todos. Não está certo; sinceramente não está certo! O Zambiasi falou muito bem, e fui um dos que foi para a tribuna lutar a favor da emenda do tributo sobre o cheque, sob o argumento de que iria explodir o País. O País explodiria e não tinha saída, não tinha solução, e a saída foi encontrada. E o Brasil está arrecadando hoje muito mais do que quando tinha o tributo sobre o cheque. Então, o terrorismo que está sendo feito, a guerra de nervos em cima do Senador Paim, porque ele é do PT... E digo que S. Exª é do PT e tem lutado tremendamente. Vejo hoje que é o único representante do PT que está nesta sessão. Não tem importância, S. Exª está aqui com, pelo menos, dois terços dos milhões de votos recebidos pelo Lula. E vou dizer mais, os milhões de votos que o outro candidato teve também estão com V. Exª, ou seja, a imensa maioria do povo brasileiro. Mas, numa hora que nem esta, o Paim está sendo firme, está tendo categoria, competência. Eu tenho muito carinho por ele. Eu tenho um amor profundo pela Heloísa Helena, pela política Heloísa Helena, mas briguei muito com ela. Disse-lhe que ela não devia ter aceito as provocações e saído do PT. E V. Exª estava comigo, Senador Paim. Dizia-lhe que ficasse no PT, não fizesse o que os outros queriam, porque os outros estavam doidos para que ela saísse, para que o Senador Paim saísse, para que as pessoas saíssem. Eu disse: fique no PT. O Paim está até hoje. Podem dizer o que disserem, mas não podem dizer que o Paim não cumpre uma vírgula do programa do PT, não cumpre a bandeira do PT, não cumpre os ideais da sociedade brasileira. E nós estamos aqui, o PSDB, o Democratas, o PDT, o PTB, o PMDB, todos os Partidos estamos aqui numa reunião que tem essa simbologia. Ninguém aqui está procurando nem manchete, nem bandeira. Mas que bom seria – e não precisa nem colocar as nossas caras nem os nossos nomes – se a imprensa dissesse: "Os Parlamentares, com o projeto, brigaram, lutaram e ficaram a noite inteira por uma causa positiva". Não foi para aumento do salários dos funcionários nem dos nossos salários, nem vantagem pessoal, mas foi por uma causa altamente concreta e positiva. Olhe, Sr. Presidente, eu vim aqui com muita emoção. Hoje foi um dia em que este Congresso e esta Casa viveram dias e horas significativas. Estão realizando a semana a favor do menor de zero a seis anos e contra a violência. Uma semana feita pelo Senado Federal, com pessoas vindas de vários lugares do mundo. E, agora à noite, estávamos confraternizando com elas. Vim aqui com a minha mulher, porque eu disse: "Eu tenho que ir. Eu prometi ao Paulo Paim, ao Sérgio Zambiasi e à Bancada do Pará que eu iria lá e eu tenho que ir". Vim para dizer que estou presente, para trazer a minha solidariedade, para dizer que eu sou solidário à luta e às questões do povo brasileiro. Foi dito aqui, com muita realidade, que, se fosse véspera de eleição, 90 dias antes de eleição, talvez fosse diferente. Não tem eleição. Mas nós estamos aqui. Nós estamos aqui, porque isso tem um significado. Se o Governo quer discutir com a gente, vamos discutir. O Paim e os companheiros sentaram para discutir. Mas debochar e ridicularizar? Não é por aí! Agora, o que eu vejo de simbolismo nesta sessão é que nós encontramos uma forma para fazer alguma coisa. Quando a gente quer, a gente faz. Este Congresso está sendo humilhado por este Governo – e não é somente este Governo, é este Governo, o Governo anterior, o outro e até aquele em que fui Líder – com as medidas provisórias, que fazem com que a gente não legisle mais, não vote mais.

A gente está aqui como uma Casa legislativa de mentirinha. Se nós fizermos uma reação lá tam-

bém, se nos conscientizarmos do nosso poder, da nossa força, nós poderemos colocar o Congresso no seu devido lugar. Meus cumprimentos, meu querido Mão Santa. As gentilezas que o amigo faz comigo são ultra-exageradas, mas eu vejo com muita alegria, como disse o Zambiasi, o nome de V. Exª ser hoje uma referência nossa lá, no Rio Grande do Sul, pelo seu carinho, pelo seu afeto, pela sua liderança e pela sua garra em defender as grandes e as boas causas. Estamos aqui um dia. Como foi dito pelos coordenadores, se for necessário, logo ali adiante, dois dias; e, se for necessário, na outra semana, três dias. E haveremos de fazer isso porque nós estamos com uma causa justa. Que bom se o Presidente Lula parasse para pensar. Que bom se o Presidente Lula se aconselhasse. E ele tem bons conselheiros. O Ministro da Fome, o Ananias, é um grande conselheiro. Ele tinha um, que era o Frei Betto, que, lamentavelmente, saiu, mas ele tem muitos bons conselheiros, com os quais ele deve se consultar. Não é apenas o Presidente do Banco Central, não é apenas o Ministro da Fazenda, não é apenas a elite paulista que são os bons conselheiros. Eu mandei fazer um levantamento que considero muito importante: quero saber, nesses seis anos que o Lula é Presidente, quantos dias ele passou em São Paulo. Ele montou, ele tem um escritório... Nem na época do café-com-leite, nunca um Presidente da República montou um escritório da Presidência da República em São Paulo.

Pois hoje nós temos. Temos um escritório enorme, com gabinete, com equipe, em São Paulo. Há muito tempo os senhores não vêem o nome de um empresário paulista que vem falar com o Presidente em Brasília, de um político paulista que vem falar com ele em Brasília. Eles falam lá, em São Paulo. Pois eu acho que, além de ouvir a elite paulista, ele pode ouvir, dentro do seu partido e dentro desta Casa, pessoas que haverão de lhe dar esse grande conselho. Obama, a primeira bandeira que ele levantou, que ganhou a eleição, foi a questão da saúde. Quase 40 milhões de americanos lá, nos Estados Unidos, não têm plano de saúde. E quem não tem plano de saúde nos Estados Unidos não tem nada, porque lá não tem SUS, não tem absolutamente coisa nenhuma. Pois ele, no meio de todo o terrorismo que está acontecendo, da desgraça, da violência que está acontecendo, ele disse: "Minha primeira questão é a questão dos milhões de americanos que não têm um plano de saúde". Pois eu acho que o nosso amigo Lula, que tem boa aposentadoria, deveria se lembrar dos milhões de colegas dele que, lamentavelmente, têm uma aposentadoria injusta e cruel. Encontrar uma fórmula, nós vamos encontrar; encontrar uma maneira de chegar lá, nós vamos encontrar, mas debochar e não fazer nada não é possível. Obrigado, meu irmão, meu querido Mão Santa – mão santa e cabeça santa também.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quando aqui eu digo que este é um dos melhores Senados da República em 183 anos, isso se torna uma certeza com a presença de Pedro Simon. Pedro Simon é o ícone, é o símbolo da virtude da democracia em nosso País.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, o senhor me permite?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não, Geraldo Mesquita, é um prazer ouvir V. Exª.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, quero me redimir de um pecado cometido na minha última intervenção, em que eu mencionei os servidores da Casa, mas esqueci que o povo brasileiro está vendo este programa através da TV Senado. Portanto, os nossos aplausos aos nossos companheiros da TV Senado que estão até agora transmitindo esta sessão histórica. Mas eu queria dizer também que esta sessão é interativa. Eu estou aqui com a minha caixa de mensagens aberta, de um em um segundo entra uma mensagem aqui. Enquanto o Senador Pedro Simon, nosso guru, falava, eu destaquei aqui a mensagem do Ivan Martins, do Paraná. Ele passou essa mensagem à uma hora e um minuto. Olha o que ele diz, Senador Simon, para todos nós:

Estamos em vigília juntamente com os senhores, acompanhando pela televisão e remetendo esta mensagem de tempos em tempos pela Internet. Agradecemos o enorme esforço que os senhores estão fazendo para recuperar os direitos dos aposentados e pensionistas do INSS. Temos certeza que vosso sacrifício não será em vão. Estamos orgulhosos por estarmos sendo representados por uma equipe de Parlamentares que deixarão seus nomes gravados [...].

Ivan Martins é coordenador dos aposentados e pensionistas da Aerus no Paraná, Senador Simon, pessoal que tem passado baixo, o pessoal do Aerus. O Senador Simon sabe dessa história mais do que ninguém. Eu acho que o coração dele está um pouco mais pesado a cada dia por causa da história do pessoal do Aerus – o Senador Simon, o Senador Zambiasi e o Senador Paim, particularmente esses três Parlamentares. Dentro desse tema, desse assunto, dessa tentativa de solução, como disse o Senador Simon, não podemos esquecer, não podemos negligenciar o pessoal do Aerus, que foi enganado, tripudiado, para dizer o mínimo. É só para lembrar a todos nós e saudar, inclusive, o nosso mais novo companheiro, o Senador Wellington, que chegou há poucos instantes, com seu travesseiro embaixo do braço, para se juntar a todos nós. O Senador Wellington Salgado está esperando

a sua vez de se manifestar e de prestar sua solidariedade a essa causa e a esse movimento. Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço e incorporo as palavras de V. Exª.Todos estamos recebendo muitos e-mails, mas quero ler o de Sylvia Macedo Serra: "Muito grata por sua luta por nós, aposentados. Que Deus, na sua infinita bondade, te ilumine". Escrito em letras grandes. Outro: "Senador Mão Santa, professor do Senado, lembre a Luiz Inácio que um dia ele será velho".

Senador, o sentimento do Francisco, de Minas Gerais: "Solicito que o senhor diga ao Sr. Paim para deixar o PT, pois o partido não tem respeito por ele". Não acho que ele deva, não. O partido trabalhista faz parte da democracia. Estamos nesta luta pela democracia.

Esse do final vou dar para o Crivella, porque eu não sabia disso, e ele cita. É o Brasil.

> Ulysses Guimarães, que está encantado, dizia: "Ouça a voz rouca das ruas". É isso! Eu não sabia desta de Rui Barbosa, Geraldo Mesquita – V. Exª, que sabe tudo ou quase tudo: "Dai-me, Senhor, força e coragem para mostrar-me digno de haver sido criado à Vossa imagem". Rui Barbosa.

Agora, repete-se muito. Este manda para mim e para o Mário Couto. Mário Couto, nós estamos associados aqui. Nós estamos aqui.

> [...] Mão Santa e demais Senadores que se encontram em plenário: no momento, encontro-me no meu leito de aposentado, chorando pelas injustiças que este Governo tem proporcionado aos velhinhos aposentados, como eu. Eu perdi 10 salários mínimos e cheguei a 4 salários. Vou chorar até ver o meu direito reconhecido por este Governo ingrato, injusto e parcial.
>
> Hamilton Almeida Gouveia.

Agora, um muito bonito. Assunto: "Momento histórico! Saudações [...]" e tal. É um *e-mail* que chegou agora, é grande, mas ele termina com Deus, Crivella.

> Que o Deus da paz esteja com todos, hoje e sempre!

Termino minha mensagem com este salmo, que com certeza é o clamor de milhões de brasileiros: "Não me rejeites no tempo da velhice; não me desampares quando se for acabando a minha força". Salmo 71:9.

Juscelino Kubistchek dizia que a velhice é uma tristeza, mas, *abandonada, é uma desgraça.*

Para terminar, eu só diria o seguinte: o nosso Barack Obama, Presidente Luiz Inácio – ele, que está chamando a atenção –, atentai para a sensibilidade dele. Ele foi buscar, para se inspirar, uma velhinha negra de 106 anos. Aquilo é simbólico. Daí ele estar encantando o mundo, por esse reconhecimento, por essa solidariedade, por esse respeito aos mais velhos. Ele, então, fez aquela beleza de discurso.

Sei que o Paim fica muito preocupado com a minoria racial, com os negros. Eu, pelo menos, acho que esse problema Abraham Lincoln já resolveu lá nos Estados Unidos. Aqui, no Senado, houve Rui Barbosa. A Princesa Isabel sancionou a lei, e jogaram flores no Senado.

Mas, Paim, hoje falou-se de Zumbi dos Palmares. Atentai bem que o momento é pior, Pedro Simon. Eles podiam fugir, ter liberdade. Eram escravos e podiam fazer isso. Esses, não; esses não podem mais fugir. Eles já trabalharam. Assaltamos o que eles produziram com o trabalho deles. É muito mais vergonhoso.

Essa nossa campanha é tão ou mais bonita do que a de Joaquim Nabuco, que ficou solitário, defendendo os escravos.

Queríamos ver isso e nos lembrar daquele que teve a coragem de lançar estas palavras – Castro Alves, no *Navio Negreiro –,* "Ó Deus, onde estás...?" Então, temos que apelar: Ó Deus, ajude-nos! Ajude-nos! Inspire nosso Presidente da República. Sabemos que ele teve solidariedade e fez caridade com o Bolsa-Família. Ninguém vai ser contra a caridade – fé, esperança e caridade, do apóstolo Paulo –, que ele fez, liderado por nós. A valorização do trabalho, a melhoria do salário mínimo, fiel a esta Casa. Rui disse: "A primazia é do trabalho e do trabalhador. Ele vem antes, ele que faz a riqueza".

Como melhorou! Nós nos lembramos. Fomos nós, não foram os aloprados; fomos nós, aqui, com o Paim. Eram US$70,00 quando começamos nosso mandato. Aí, tivemos um sonho, como Martin Luther King: eram US$100,00, e o sonho foi feliz. Houve a luta do Presidente Luiz Inácio, mas foi aqui que foi trilhado o caminho da verdade. "Eu sou o caminho, a verdade e a vida." Foi nesta Casa.

Fazemos nossas preces para o Presidente da República resgatar essa dívida. Só tem um sentido, ó Mário Couto, a luta do Paim desde 1997, aqui, quando começaram o sofrimento e a via-crúcis dos velhinhos aposentados. Atentai bem: onze anos, Pedro! Que sofrimento!

Esta luta, pela qual hoje estamos aqui, só tem um sentido: apagarmos essa nódoa e essa vergonha da história do Brasil.

Ó Deus, ó Deus, ó Deus, esta é a crença do povo cristão do Brasil!

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Expedito Júnior. Em seguida, falará o Senador José Nery.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadora Rosalba, fui o Relator dessa matéria na Comissão de Assuntos Sociais. E aquela reunião, presidida pela Senadora Rosalba, foi histórica. Estavam aqui, acredito, pouco mais de 500 – beirando a casa dos 1000 –, aposentados, que vieram assistir àquela reunião histórica. E tive oportunidade, Senador Paim, de ser o Relator dessa matéria.

Lá atrás – esse projeto é de 2003, se não estou enganado, quando V. Exª deu entrada nesta Casa –, o primeiro Relator foi o Senador Rodolpho Tourinho. E não poderia deixar de registrar aqui o belíssimo trabalho que fez também o Senador Rodolpho Tourinho, melhorando, tirando as inconstitucionalidades do projeto. Tive o privilégio, então, de, mais uma vez, relatar um projeto do Senador Paulo Paim.

Eu disse, naquela ocasião – e meu sogro já é falecido –, que não tinha uma semana em que eu, que era Deputado Federal e descia para o meu Estado, o Estado de Rondônia, e todas as vezes em que eu chegava lá, ele me perguntava do Paulo Paim. Ele era gaúcho e, depois do genro dele, o melhor político, com certeza, era o Senador Paulo Paim.

Quando cheguei a esta Casa, tive oportunidade de conhecer vários projetos. E, hoje, quero registrar aqui o trabalho exemplar que fazem os servidores do Senado, os assessores que temos nos gabinetes. Portanto, hoje, graças a Deus, Paim, tenho apresentado muitos projetos. A maioria deles, quando a base do Governo não pede vista, encaminha para que seja feita uma audiência pública. Não sou contra, não, até porque acho que as audiências públicas nesta Casa, quando não são para embarrigar, quando não são para protelar, entendo que são salutares, entendo que são importantes, porque são a possibilidade que temos de trazer a sociedade para discutir nosso projeto.

A Senadora Rosalba, quando estava presidindo essa sessão, lembrava – e lembrava bem – que, de repente, quem assiste à TV Senado e só vê o plenário do Senado não vê o quanto trabalha um Senador nesta Casa, principalmente nas Comissões. Infelizmente, aqui, na maioria das vezes, só discutimos medidas provisórias. Não fazemos mais nada, a não ser discutir medidas provisórias. E temos vários projetos bons para serem discutidos, vários projetos bons para serem votados, de vários Senadores, como, por exemplo, esse do Senador Paulo Paim. Infelizmente, passamos aqui dias e dias discutindo medidas provisórias; quando não, a pauta está trancada.

Venho à tribuna hoje para falar sobre os aposentados brasileiros.

Temos de reconhecer, Sr. Presidente, que, em muitos dos indicadores sociais, o Brasil avançou, e muito, e de forma consistente. E, já o disse no início, não estou nesta vigília contra o Presidente Lula. Pelo contrário; estamos aqui numa vigília em defesa dos aposentados brasileiros. Aqui não há cor partidária. Se brincar, hoje, nesta vigília, a maior Bancada é a do PMDB. E acaba de chegar o Senador Wellington, que, acredito, exerce grande liderança. Todas as vezes que tive a oportunidade de presenciar o Senador Wellington na tribuna, S. Exª sempre lá estava em defesa do Governo. Certamente ele não vai fazer diferente agora. Esta é uma luta de todos nós. É uma luta do Partido dos Trabalhadores, da Base aliada, da Oposição nesta Casa; é uma luta do povo brasileiro.

Somos obrigados a reconhecer que esses avanços não são resultado de um trabalho de ontem ou da semana passada. Os avanços sociais são fruto também do esforço e do trabalho de milhões de brasileiros que ajudaram no avanço de nossa economia. Muitos desses brasileiros, que ajudaram a construir os avanços do nosso Brasil com o seu esforço e com o suor do seu trabalho, hoje estão ou são esses aposentados que estamos aqui a defender.

Mas, Senadora Rosalba, os aposentados e aposentadas do Brasil não têm recebido o merecido reconhecimento pelo esforço que fizeram pelo bem do nosso País.

Na fase da vida em que o peso da idade mais afeta a saúde, em que mais se gasta com remédios tão caros, em que o custo de vida é mais elevado, é justamente nessa hora que o Governo Federal tem faltado, Senador Mão Santa. É exatamente nessa hora que o Governo tem faltado aos aposentados, adotan-

do uma política de achatamento do poder aquisitivo dos benefícios.

A minha vinda a esta tribuna para tratar deste assunto hoje é porque tive a honra, como já disse, de ter sido designado Relator do Projeto do Senador Paulo Paim, que tem por objetivo recompor o poder de compra das aposentadorias, de acordo com o que ganhavam na data da concessão dos seus benefícios. Refiro-me ao Projeto nº 58, de 2003. E quero lembrar aos aposentados de todo o Brasil que recebi o Projeto para relatar em julho deste ano, e apresentei o meu parecer favorável a ele já em agosto. Um mês depois, apresentei um relatório favorável. Conseguimos aprová-lo na Comissão de Assuntos Sociais. Praticamente há 10 ou 15 dias, o votamos, em primeiro e em segundo turnos, na Comissão.

Sr. Presidente, a transformação do Projeto nº 58 em Lei, pelo Presidente Lula ,vai beneficiar, Senador, em torno de 24 milhões de pessoas no Brasil, entre aposentados e pensionistas.

Hoje, a política de reajuste do salário mínimo é diferente da política das aposentadorias e pensões da Previdência Social. As aposentadorias e pensões recebem como reajuste apenas as perdas da inflação, de acordo com INPC. Já o valor do salário mínimo tem recebido reajustes anuais bem acima da inflação.

Em 2006, por exemplo – e vários Senadores deram exemplo dessa natureza, inclusive o Senador Mão Santa, que nos deu uma aula agora há pouco –, o reajuste do salário mínimo, Senador Wellington, foi de 16,6%, enquanto o reajuste das aposentadorias, que têm valor acima do salário mínimo, foi de apenas 5%. Uma diferença nada mais do que 11% dado aos aposentados.

Isso é muito preocupante, porque, afinal de contas, quem se aposentou com proventos equivalentes a dois salários mínimos, em poucos anos, estará recebendo apenas um salário mínimo. E esse exemplo vale para qualquer valor de benefício de aposentadoria. Em alguns anos, o benefício acabará se igualando a um salário mínimo, ou seja, vai achatando, vai achatando, vai achatando, vai achatando, vai achatando...

A Srª Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Expedito Júnior, V. Exª me concede um aparte?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Ele, em seguida, vai acabar recebendo um salário mínimo.

É lógico que ouvirei V. Exª, Senadora Rosalba.

A Srª Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Expedito Júnior, apenas para mostrar um exemplo acerca do que V. Exª está relatando no que se refere às perdas e à injustiça do aposentado. Entre centenas de *e-mails* que todos estamos recebendo, tenho em mão um que fala exatamente isto:

> Senadora Rosalba Ciarlini, nós, aposentados da Previdência, estamos assistindo à tv aqui na casa de um amigo, também aposentado e judiado com a injustiça cometida contra nós, e que se tem alastrado por todo o País.

Em seguida, ele diz que deveria receber dez salários e que hoje recebe um salário e meio.

> Onde não dá mais para trocar sequer a minha cadeira de rodas, quanto mais comprar os meus medicamentos ou manter a minha casa.
>
> Para a senhora ter uma idéia, estou lhe enviando esta carta, que o INSS me enviou, e até agora não sei o que fazer com ela.
>
> Estou na cidade de Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte.

Este é um exemplo de como se encontra a situação de milhares, de milhões de aposentados. A verdade é essa! Quis apenas ratificar a situação relatada por V. Exª ao citar esse exemplo. Aliás, com competência e determinação, V. Exª fez um belíssimo relatório. Tive a oportunidade de ser a Relatora *ad hoc* na Comissão de Assuntos Sociais, após termos marcado e cumprido o cronograma para aprovação do Projeto do Senador Paim, que, aqui, mais uma vez, quero parabenizá-lo pela justiça. Hoje, a luta dessa noite é marcante, uma noite que faz com que todos nós possamos acreditar que nem tudo está perdido, que ainda existe uma luz. E essa luz surge no Dia da Bandeira, no dia do símbolo maior da nossa Pátria. Assim, quero dizer que estamos aqui para também dizer ao Senador Expedito: graças a Deus continuamos juntos nessa luta.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Mas eu preciso reconhecer, Senador Rosalba, que se não fosse a determinação, a liderança de V. Exª naquela Comissão, certamente não teríamos marcado a audiência pública numa semana e, já na semana seguinte, como foi acordado com o Senador Paim, no dia 5, se não estou enganado, houve a decisão de votarmos o projeto naquela Comissão. E V. Exª cumpriu rigorosamente o calendário, mesmo sabendo que estávamos nós correndo riscos por conta da própria liderança do Governo, dos subterfúgios que existem nesta Casa, nas Comissões, de os próprios líderes do Governo pedirem vista aos projetos. Mas isso não aconteceu. Certamente a liderança do Senador Paulo Paim falou mais alto.

Ouço o Senador e meu companheiro vizinho do Acre, Senador Geraldo Mesquita.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Permitam-me, Senadores Geraldo Mesquita e Expedito Júnior, interrompê-los para prorrogar a sessão por mais duas horas.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Faz muito bem, Senador Papaléo. Senador Expedito, nós estamos aqui reunidos e essa reunião deve expressar sobretudo o respeito que devemos ter com os aposentados, Senador Simon. Respeito é uma coisa muito básica, muito simples, deveria estar inclusive na cesta básica – respeito. Como já foi dito aqui várias vezes, a começar pelo Senador Zambiasi, o Brasil inteiro está assistindo a esta sessão. Toda hora chega um *e-mail*. E não é por nada não, mas eu faço questão, Senador Expedito, de ler. Olha, D. Beto escreve do Rio de Janeiro. Olha o que ele diz aqui: "Por favor, insistam nos direitos dos aposentados da Aerus". Senador Simon, D. Beto, lá do Rio de Janeiro. A Sueli Guerra, à 1h32min, nós estamos à 1h40min, há poucos instantes, ela mandou um *e-mail*: "Continuo de vigília." A Germana Barros, de Fortaleza, Ceará, diz:

> Estou acompanhando de Fortaleza e parabenizo pela iniciativa de defender os direitos dos aposentados. Tenho 24 anos, sou professora, filha de professor aposentado. Eu, assim como o senhor, escuto diariamente as reclamações de alguém que está sendo esquecido, mas que ainda está vivo e faz parte ativamente da sociedade, embora não mais na profissão, e que tem todo o direito de viver dignamente, assim como todos os cidadãos.

São pessoas de todos os cantos do País, mandando *e-mails* – como eu os que recebo, acredito que todos aqui estão também recebendo –, e é o mínimo que devemos fazer. Como disse há pouco, essa sessão é interativa. Nós estamos em sessão, mas o povo brasileiro também está em sessão a uma hora desta, 1h41min, e a todo o instante estão chegando *e-mails* aqui. Então, em nome do respeito que devemos a todos eles, devemos, de instante a instante, transcrever aqui as mensagens que nos enviam, porque são mensagens de pessoas sofridas e sacrificadas mas que, em razão desta sessão, voltam a enxergar uma luzinha lá no final do túnel, Senador Expedito Júnior, a luzinha da esperança de que talvez este assunto seja equacionado, de que a sua solução seja encaminhada o mais breve possível. Obrigado pelo aparte.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Ouço o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Expedito Júnior, V. Exª trouxe um problema muito importante: a saúde e o medicamento na velhice. E um quadro vale por 10 mil palavras. Eu me formei em medicina em 1976, em Fortaleza, e fui para o Rio fazer pós-graduação na área de cirurgia. Voltei para a minha terra porque quis e lá tomei conta da Santa Casa. Em 1969, uma comissão do Rotary Clube – se alguém já foi do Rotary, "Dar de si antes de pensar em si", "Mais se beneficia quem melhor serve" – adentrou a casa dos meus pais. Eu ainda morava, já casado com a Adalgisa, na casa dos meus pais. Aquele que convida, a gente chama de padrinho, no Rotary. Pedro Simon, V. Exª é gente boa. Eu quero dizer agora, e V. Exª sabe a estima e a admiração que tenho por Terceiros Franciscano. Ele era uma pessoa boa como V. Exª. Eu convivi, eu fui governador de Estado, e esse homem foi influente. Esse homem... Aí comecei a chamá-lo de padrinho, e ele, de meu afilhado, e todo mundo pensava que era. Eu me lembro que ele tinha sessenta anos de casado. Olhe, ele era um homem bom como você. Eu nunca vi nenhum erro dele. Meu padrinho! Orgulhosamente, eu o chamava de "meu padrinho". Eu não entendia a sociedade em Teresina. Sessenta anos de casado. Aí a esposa, a Ivete dele, a Adalgisinha dele... Sessenta anos de casado. Eu estou fazendo 40 anos no dia de São Sebastião. Sessenta anos de amor puro. Expedito Júnior, ele não teve condições de pagar o hospital, porque hoje está complicado. Isso é bom para nós, para quem tem dinheiro, para quem tem plano de saúde. Mas a medicina é cara, sofisticada. O Papaléo sabe como a medicina está hoje. Eu sei, Pedro Simon, que aquele homem era bom, um dos melhores homens que eu já vi na minha vida. Eu saí daqui para fazer o discurso no Rotary e dizer diante de todos: foi o melhor. o melhor de vocês. Eu tenho plena convicção, porque creio em Deus, que ele está no céu. Deus não vai julgar por um instante, e sim por uma vida. Mas aquele homem tem um desses planos de saúde, tem o *status,* tem os compromissos com a família. Ele planejou a vida, a velhice. E esses homens mais velhos são mais honrados do que nós, porque a sociedade era mais exigente, mais cristã, não era essa barbárie. Eu sei que toda cidade, todo Estado que o conhece ficou perplexo: o homem suicidou-se porque a mulher estava no hospital e ele não podia pagar a conta. Vítima disso aí. Agora, o que está havendo de suicídio neste País... Porque os velhos são honrados, são dignos. Eles planejaram, passaram 30 anos, 40 anos, sonharam, planejaram os compromissos. Quase sempre com filhos, quase sempre com netos. Aí vem a doença, de repente. Ainda houve a ilusão, eu sei, do nosso Presidente, o querido Luiz Inácio, mas esse negócio de empréstimo consignado eu sempre denunciei. Capar o dinheiro, dando segurança ao banqueiro, o melhor negócio do mundo. Está capando 40% desses que ganham salário míni-

mo. O que tem de velhinho se suicidando porque são honrados e dignos... Então, é tempo, Luiz Inácio. Isso é uma benção de Deus que o Luiz Inácio está tendo. Esse clamor nosso para botá-lo no caminho da verdade, do bem, da justiça. Pedro Simon, foi um contrato, não foi o Luiz Inácio não. O Paim está aí com a prova, e estamos aqui, eu comecei. Essa brincadeira, esse assalto, esse ato cruel, fator cruel, começou em 1997. O Paim já chorava, lamentava. Então, está há mais de dez anos esse calvário dos velhinhos. É hora de acabar. Quero cumprimentar V. Exª. Esse problema é real, real, Wellington Salgado. A saúde – e eu sou médico –, no Brasil, está muito sofisticada. Ela é avançada, sim, mas só para nós. Uma diária numa UTI... Eu tive um parente agora, visitei. Uma UTI de São Paulo é R$ 3 mil só a diária, médico é por fora, por dia. E esses pobres, esse SUS? Então, nós temos que resgatar. Quem é mais ligado? Deveria ser o Paim, os dele todos fogem. E aquela viagem que fiz ao México? General Obregón. Está lá escrito, eu nunca me esqueci. Quem for lá vá ao Palácio. Ele disse: eu prefiro um adversário que me diz a verdade a um aliado, um aloprado que me engana e que me mente. Nós somos esse, e não é adversário. É como V. Exª disse, suprapartidário. Luiz Inácio é o nosso Presidente. Nós queremos que ele acerte, nós queremos a felicidade dos velhinhos, porque o assalto não foi do Luiz Inácio. Nós é que somos o Governo, nós é que somos a Pátria, nós é que somos Senador da República. Felicito o pronunciamento de V. Exª.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Eu agradeço, Senador Mão Santa. Eu ia até fazer aqui a leitura de uma das mensagens que recebi aqui no celular, e praticamente todas elas endereçadas a V. Exª. Eu até fico preocupado. Se de repente V. Exª começa a andar muito por Rondônia, daqui a pouco será mais um escolhido pelo povo do meu Estado. Certamente estarão escolhendo muito bem, porque V. Exª representa o seu Estado e o povo brasileiro.

Antes de passar a palavra ao Senador Paulo Paim, gostaria de destacar o trabalho dos três Senadores do Rio Grande do Sul. Destaco o trabalho do Senador Pedro Simon, bem como o do Senador Sérgio Zambiasi. Sei também da sua luta e da maneira como enfrenta a PEC nº 13, razão por que nos juntamos para defender o povo brasileiro. Infelizmente, é como eu disse: aqui, às vezes, as coisas não acontecem, não conseguimos legislar e votar as matérias boas. É um grande projeto o de V. Exª. Quero destacar, Senador Paulo Paim, a coragem que V. Exª teve ao enfrentar os problemas e ao apresentar o Projeto de Lei nº 58, com o objetivo de implantar uma política de recuperação do poder de compra dos aposentados e dos pensionistas. Não tenho dúvida de que V. Exª deve ter enfrentado uma barreira muito grande em seu Partido e de que ainda a está enfrentando, mas o compromisso que V. Exª assumiu quando veio para cá foi o de defender o povo brasileiro, o que V. Exª faz muito bem nesta Casa.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Inscreva-me para um aparte, por favor.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Ouço, com orgulho, o autor do projeto, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Expedito Júnior, confesso que o grande Senador da República Rodolpho Tourinho, que não foi reconduzido a esta Casa, fez um belíssimo trabalho: tirou do Projeto de Lei do Senado nº 58 todos os vícios no que dizia respeito a ser ou não inconstitucional e fez o parcelamento em cinco anos, para que o atrasado fosse pago, de forma a que não houvesse impacto imediato na previdência. Fiquei preocupado com quem o pegaria para relatar. Para felicidade nossa, Senador Expedito Júnior, V. Exª assumiu o relatório, deu o parecer de forma muito rápida, manteve, na íntegra, o conteúdo do projeto e fez a defesa. Pela defesa que V. Exª fez – naquele dia, V. Exª teve de viajar, e a nobre Senadora Rosalba Ciarlini assumiu a relatoria **ad hoc**, por indicação de V. Exª –, aprovamos seu relatório. Na votação, em segundo turno, V. Exª, presente, fez a defesa, e o projeto foi aprovado também com tranqüilidade. Aproveito, neste momento, seu pronunciamento para dizer da minha discordância não com V. Exª, mas com aqueles que disseram que não houve espaço para dialogar, para negociar. O projeto foi apresentado na Câmara.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Com audiência pública, inclusive.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Lá foi engavetado. Fizemos audiências públicas na Câmara, ainda quando estávamos lá. Viemos para o Senado, reapresentamos o projeto aqui, fizemos uma série de audiências públicas. Daí, no dia da votação, disseram o seguinte: "Não, tem de haver mais uma audiência pública". Nós assinamos o acordo. Eu e V. Exª o assinamos. Tudo bem, haveria outra audiência pública, e o dia marcado era o dia 29, com votação no dia 5. Isso foi o que aconteceu. Votamos, demos todas as oportunidades para quem pensava de forma diferente se posicionar. Não houve voto contrário nem no PLC nº 42, que é o que vincula o percentual do salário mínimo aos aposentados; nem no projeto referente ao fator previdenciário; nem no PLS nº 58. Surpreendeu-me quando, há uma semana, começaram a questionar pelo menos o PLS nº 58. Quero ainda dizer a V. Exª que amanhã será o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra e aniversário da morte de Zumbi dos Palmares. Eu, que sou negro – e falo aqui com a

maior tranqüilidade, para todo o Brasil ouvir – e que trabalho muito nesse campo das discriminações, digo, sem medo de errar, que, hoje, o cidadão mais discriminado no País não é o negro, não é o italiano, não é o alemão, não é o polonês ou o japonês, mas, sim, o aposentado. Não há alguém neste País mais discriminado do que o aposentado, seja branco ou negro. Dos milhares de *e-mails* que recebi nesta noite, selecionei alguns, que não vou ler. Ao lê-los, choramos. Eles dizem: "Há um fio de esperança". Falam: "Nós, aqui em casa, estamos tomando chimarrão, estamos já na segunda garrafa de café e estamos assistindo ao debate aí no Senado. Nossa esperança são vocês. O plano de saúde disparou, os remédios cada vez se acumulam mais, a alimentação aumenta. Já não posso me mover. Tenho de contratar uma pessoa para me cuidar, e meu salário despenca". Essa é a realidade do aposentado. A esperança, eles a estão depositando no Senado e na Câmara. O Senador Simon foi feliz. Aqui, dizemos o seguinte: "Vamos fazer um movimento para que a Câmara vote". O Senador Simon falou a mesma coisa de forma diferente: "Esta vigília é feita para ajudar os companheiros Deputados". Entendemos que eles vão aprovar os projetos e estamos aqui dizendo que somos solidários a eles, para que eles tenham mais força ainda no enfrentamento que farão na Câmara dos Deputados. Confesso a V. Exª que estou animado. O Brasil está animado. Tenho a certeza de que, se não buscarmos um acordo entre o Legislativo e o Executivo, esta vigília, esta mobilização que estamos fazendo aqui vai se multiplicar pelo País. Estão aí os líderes sindicais. Vejo ali, e chegou há pouco tempo, o José Augusto, da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC). Estava aqui representada a Nova Central e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), bem como a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) e o Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap). Inúmeros Deputados e Vereadores de praticamente todos os Estados estão enviando correspondências e dizendo que estão dispostos a fazer vigília nas Assembléias e nas Câmaras de Vereadores. Já foi proposto, e nós concordamos, pelo Senador Romeu Tuma, pelo Senador Mesquita, pelo Senador José Nery – enfim, inúmeros Senadores propuseram – que, a partir de amanhã, enviemos uma carta a todos os sindicatos, federações, confederações, centrais, Câmaras de Vereadores e Assembléias Legislativas, para que caminhem conosco nesta mobilização nacional. Como foi dito por todos aqui, não fazemos isso contra ninguém, contra o Governo que passou ou contra o Governo atual, mas, sim, a favor dos aposentados e dos pensionistas. Estou convicto: esta mobilização não vai parar. E, quanto mais protelarem a votação, no meu entendimento, será pior para quem protelar. Por isso, já vou fazer um pedido, Senador Papaléo Paes, permita dirigir-me agora a V. Exª: por amor de Deus, que nenhum Senador assine o tal de recurso, se porventura alguém inventar de fazê-lo, para que o projeto não vá diretamente para a Câmara dos Deputados! É o apelo que faço. Está aí o projeto, que já foi lido aqui e que vai diretamente para a Câmara dos Deputados. Seria muito ruim que nós, em outra vigília, que teríamos de fazer nesse caso, tivéssemos de ir à tribuna para ler que lamentamos que Senador tal, Senador tal, Senador tal e Senador tal encaminharam recurso para que o projeto não fosse para a Câmara dos Deputados. O grande pedido que faço aos Senadores, quase às duas horas da manhã, é que não assinem proposta de recurso que só atrase a ida do projeto para a Câmara dos Deputados. Reafirmo o que dissemos hoje para o Ministro: aqui, nós todos estamos abertos ao diálogo, ao entendimento, à negociação. Ninguém aqui é dono da verdade. São três projetos. Poderíamos construir um substitutivo global em cima dos três projetos, mas isso tem de ser feito agora na Câmara dos Deputados, porque, por aqui, já passaram, em tese, os três projetos. O último projeto já passou, em dois turnos, na Comissão de Assuntos Sociais, sem um voto contra. Estavam lá representados todos os Partidos. Estavam todos lá e todos defenderam o PLS nº 58, que foi para a Câmara dos Deputados. Termino. É um aparte longo, eu sei, mas temos muito tempo ainda. Vamos ficar até as seis horas da manhã e, se for necessário, ficaremos aqui até as oito horas, com a maior tranqüilidade, porque, para mim, esta é, de fato, Senador Simon, como foi dito aqui, uma sessão histórica. Para alguns, pode não sê-lo.

Mas o é para nós, que aprendemos, ao longo das nossas vidas – quando digo "nós", não sou só eu, somos todos nós –, que só se conquista uma coisa quando se vai à luta. E é isso que o povo estava dizendo. O povo estava exigindo isso. É o que está nos *e-mails* que nos chegam, e são milhares agora. Tenho um resumo. Tenho os *e-mails* por Estado e vou lê-los depois. "Até que enfim! Estávamos esperando uma posição firme do Senado, exigindo a votação dos projetos". Senador, parabéns pelo seu relatório! Parabéns também ao nobre Senador Rodolpho Tourinho, pelo trabalho que fez, e à Senadora Rosalba Ciarlini, que foi nossa Relatora *ad hoc*! Parabéns a todos os Senadores! Repito: os elogios que me chegam aqui não são pessoais; são elogios ao Senado da República. Parabéns, Senado da República! Parabéns, Senador, pelo relatório que fez!

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Os aposentados merecem esta nossa vigília. Os aposentados merecem este nosso trabalho, organizado, decidido. Acima de tudo, para o que V. Exª enfrentou no seu partido, acho que a resposta estamos dando aqui, agora, sendo leais não ao projeto de V. Exª, mas às nossas convicções, ao compromisso que assumimos nos Estados, quando estávamos em campanha. Sei que faltam muitos Senadores aqui ainda, mas, com certeza, eles encampam também essa nossa luta.

Já ouvirei o Senador Mário Couto, mas gostaria de ouvir antes o Senador Wellington, na sua sapiência, na sua ligeireza, na sua maneira de conduzir a nossa Comissão de Ciência e Tecnologia. Pela grande liderança que V. Exª exerce, um político mineiro, de repente vamos conseguir buscar um acordo com o Ministro da Previdência por seu intermédio, por intermédio do PMDB, por intermédio das maiores bancadas, por meio do Partido dos Trabalhadores e por meio daquilo que V. Exª sempre faz aqui nesta Casa, que é tentar buscar uma conciliação.

Ouço, com muito orgulho, esse grande Senador que representa o Estado de Minas Gerais, Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Expedito, conversava com V. Exª que eu estava presente ao aniversário da Constituição Cidadã e que, folheando-a, entre os Deputados que fizeram aquela Constituição, vi a figura de V. Exª. Falei: "Mas como? O Senador Expedito Júnior está aqui!". E V. Exª conversava comigo e me dizia que era o Deputado mais jovem, parece que tinha 20 anos naquela época. Todos nós vamos envelhecendo. V. Exª, que naquela foto era jovem, hoje, já começa a ter uns cabelos brancos. Isso é natural, não há como fugir disso. Todos nós vamos para lá. Todos nós vamos dedicar uma parte da nossa vida ao País, seja na política, seja no trabalho, recolhendo impostos, pagando nosso percentual, e vai chegar a hora em que, com a nossa idade, devido à nossa saúde – isso é natural –, não vamos conseguir mais ter aquela energia que tínhamos antigamente. Lembro que eu trabalhava, virava a noite, acordava de manhã, tomava um café e saía. Hoje, já não é assim, estou com 50 anos. Meu pai tem pouco mais de 70 anos e, para educar a mim e meus irmãos, junto com minha mãe, tinha quatro empregos. Recolhia imposto sobre dez salários. Eu me lembro disto: "Recolho sobre dez salários, recolho sobre dez salários". Hoje, meu pai deve receber pouco mais de um salário, alguma coisa assim. Também nunca vi meu pai reclamar. Trabalha, continua correndo atrás. Eu me lembro da época em meu pai recolhia impostos e lembro que todo mundo falava: "O Brasil é um País jovem, é aquele País que vai para frente, é um País jovem". Mas todos aqueles jovens hoje estão idosos, estão precisando do cuidado da Nação, pela parte que deram à Nação. Sempre vou continuar defendendo o Governo do Presidente Lula. E o defendo por quê? Porque acho o Presidente diferente. É um Presidente que tem sensibilidade com o povo. Não adianta explicar: ele é diferente. Ele vai sentar aqui, conversar com a gente. É aquela afinidade... Nunca fui de pedir nada para o Presidente, de marcar uma audiência, nada disso, mas, quando estou com ele em algum evento, sempre sinto certa energia de gente do povo, aquela energia que faz bem para a gente, independentemente de partido e de tudo mais. Eu sou Presidente Lula. E o Presidente Lula fez uma coisa em que ninguém acreditava: criou o Bolsa-Família, que acabou dando algo para aquele pessoal do Nordeste que vinha trabalhar no Sudeste. Essas pessoas ganhavam dinheiro e mandavam para a família. Isso acabou. Essas pessoas, trabalhando, não mandam mais o dinheiro, porque o dinheirinho da comida lá está sendo dado; elas juntam o dinheirinho, para comprar alguma coisa mais tarde. Isso acaba melhorando o Nordeste e acaba melhorando também a situação das pessoas que estão no Sudeste trabalhando. Isso acabou levando o Nordeste a ter uma renda *per capita* alta – melhorou. Veja a situação que estamos vivendo aqui, agora. Eu estava no carro e falei: "Tenho de estar no Senado, estou sentindo isso. Lá estão Pedro Simon, Geraldo Mesquita, Paim, Nery, Flexinha, Mário Couto. Não posso deixar de estar lá com eles, sentindo este momento e defendendo essa causa. São momentos que não podemos perder na história". Começa-se a pensar: por que eles estão lá? Eles estão lá por quê? Porque estão lutando pelo aposentado. Todos nós vamos ser aposentados um dia. Não adianta, vamos ser aposentados; quem recolher imposto vai ser aposentado. Sim, é o que esperamos! Então, este é um grande momento, é aquele momento em que se está fazendo algo em que se acredita. Este é o grande momento do Senado, um momento em que dá prazer estar na Casa. Amanhã, você vai falar: "Eu estava lá. Eu estava lá, sentado; o Pedro Simon estava ali, com sua esposa; o Paim lia os *e-mails*; o Geraldo Mesquita fazia consultas; a Rosalba, firme, discutia; o Nery esperava a hora de falar; o Mário Couto, lia seus *e-mails*, recebia-os e os respondia. Podia estar todo mundo em casa, mas todo mundo está no ideal, acreditando. V. Exª está aqui firme. Começou no seu Estado, como lutador, como trabalhador, e vem subindo politicamente, até adquirir o respeito do seu Estado. Por isso, V. Exª vai ser eleito sempre; começou com 20 anos e está aí até hoje. Esses são os grandes momentos desta Casa, momentos a que alguns, talvez a

imprensa, não vão dar o valor necessário. Alguns não vão lembrar disso daqui a dois dias, mas eu, quando estiver aposentado, vou lembrar este momento. Quando eu estiver lendo meu jornal, cuidando dos netinhos, vou falar: "Olha, está aqui minha aposentadoria. Eu estava lá naquele dia; eu estava lá naquela noite. Virei a noite, esperando o quê? Esperando um momento de esperança". O que é a esperança? É o Presidente Lula chamar o Ministro e falar: "Espere aí, nós temos de dar alguma coisa". E o Presidente Lula vai falar isso, V. Exª pode ter certeza. Ele não vai aceitar que não haja solução. "Eu vou dar o aumento mais 1%." Ele não quer saber, vai catar isso em algum lugar, porque é o que ele sente. O coração dele, talvez, seja maior do que sua cabeça; ele é mais sensibilidade do que tecnocracia, digamos assim. Este é um grande momento. Vim aqui para ouvir V. Exª, vou ouvir os demais Senadores e lutar pelos aposentados. Vamos lutar por nós, porque vamos ser um deles um dia, com certeza. V. Exª já está um pouco mais envelhecido do que naquela foto que vi, da Constituição de 1988, que está fazendo 20 anos agora. V. Exª era o mais novo. E, daqui a 10 anos, 15 anos, vamos estar com mais cabelos brancos. Os meus cabelos, eu os estou deixando até grandes, mas já estão branquinhos. Não vou pintá-los, não cheguei ainda lá, mas eles estão esbranquiçando. Não há jeito, não temos mais a força que tínhamos antes. Temos de usar mais o intelecto do que a força física, discutir idéias mais do que usar a força bruta. Aqui ninguém briga: aqui se fala, usa-se a cabeça um contra o outro; aqui se é escravo da palavra dita, não se é escravo da força usada. Isso é o bonito nesta Casa. Então, esta é uma grande noite, talvez uma das maiores que eu vá passar na minha vida, porque, quando eu ficar velhinho, vou falar: "Eu estava lá, ao lado do Senador Pedro Simon, do Senador Paim, do Senador Geraldo, por quem tenho um respeito tremendo, do Senador Nery, que chegou a esta Casa firme e forte, mas que hoje está aqui com seu posicionamento que já conhecemos: quando quer uma coisa, vai até o fim. Estava lá com o Senador Mário Couto". E V. Exª ainda vai derrubar essa tribuna, de tanto que nela bate! Eu ainda hei de ver, Senador Mário Couto: V. Exª vai bater, falando na Santa de V. Exª, sempre defendendo essa causa. Direi: "Estava lá com o Senador Flexa e com o Senador Papaléo. E lá estavam todos os funcionários desta Casa". Não ouvi uma reclamação, está todo mundo acreditando, porque todo mundo vai ser aposentado um dia. Então, Senador, estou aqui. Vou escutar V. Exª, vou ouvir essa experiência de 20 anos. V. Exª está agora com uns 45 anos – é o número do PSDB, o número do tucanato. O nosso é o nº 15, não é, Pedro Simon? Ele está com 45, é o número do tucano. Não sei o que isso quer dizer; mas sou o 15, um terço do número de V. Exª. Parabéns pelo pronunciamento! Estou aqui para continuar ouvindo V. Exª.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Senador Wellington Salgado, eu tive quatro mandatos como Deputado Federal pelo meu Estado. Sou paulista, mas fui jovem ainda para Rondônia. Ajudei a desbravar aquele Estado, e cheguei a esta Casa, o Senado Federal, cheio de sonhos, cheio de compromissos: resolver o problema da dívida do Beron. V. Exª, inclusive, me ajudou com o voto. V. Exª, às vezes, brinca aqui dizendo: "Ô Senador chato! Toda vez que fala da tribuna tem que falar dessa dívida do Beron!". Mas é uma injustiça muito grande com o meu Estado! O Estado de Rondônia é um Estado pequeno, que, infelizmente, parece ter sido pego para Cristo. Nada acontece naquele Estado. Temos muita dificuldade em resolver os problemas do Estado de Rondônia com o Governo Federal.

Está aqui um exemplo: Senador Papaléo, vocês resolveram a questão da transposição dos servidores públicos de Amapá e de Roraima. Isso é constitucional. Até hoje não conseguimos resolver esse problema dos servidores públicos de Rondônia. Vocês avançaram bastante. Nós, em Rondônia, ainda não.

Eu fico preocupado, porque assumi esses compromissos com o povo do meu Estado, e, às vezes, eu não consigo resolver. Eu tento, eu procuro, eu busco entendimento, eu pavimento um caminho, como na questão do Beron, em que nós aprovamos aqui uma resolução. Acho que o Senador Pedro Simon inclusive estava na CAE, quando aprovamos lá, e sabe como estamos resolvendo, Senador Pedro Simon? O Supremo está resolvendo, porque não respeitam o Senado. Nós fizemos uma resolução e o Governo não respeitou a resolução que aprovamos aqui, sobre a renegociação da dívida do banco do meu Estado, essa injustiça que faz com que, quase todos os meses, em torno de R$12 milhões saiam dos cofres públicos do meu Estado, quando poderiam estar sendo investidos na educação, na saúde, na melhoria da segurança pública do meu Estado.

O Supremo, como tem feito... Aliás, na maioria das vezes aqui, o Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo têm legislado às vezes por nós, coisa que é o nosso papel.

Deixei V. Exª por último, Senador Mário Couto, porque eu queria ter essa coragem de V. Exª. Olha que sou uma pessoa corajosa, mas V. Exª... O povo do Pará deve se orgulhar muito do trabalho que V. Exª faz aqui, em defesa do Pará. Os aposentados brasileiros, eu sei que devem muito ao Senador Paulo Paim, por ter apresentado vários projetos, principalmente em

defesa dos aposentados, mas devem muito a V. Exª, que tem subido a esta tribuna quase todos os dias. E é verdadeiro isto que o Senador Wellington falou, V. Exª ainda vai acabar quebrando a mão ou a tribuna, mas eu queria ter essa coragem que V. Exª tem e fazer isto que estamos fazendo hoje para resolver parte dos problemas do meu Estado.

Ouço V. Exª, com muito orgulho, também.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Meu jovem Senador, primeiro, quero dizer da admiração que tenho por V. Exª. Senador Expedito, ainda há pouco, antes de o Senador Pedro Simon chegar a este plenário, eu dizia desta tribuna que me entristeceu, sim, a atitude do Ministro depois que saiu da reunião. Decepcionou-me. Mas disse que a minha decepção, aqui neste plenário, tinha se transformado em alegria, porque hoje nós sentimos que vários Senadores assumiram a causa. Olha o exemplo que nós estamos tendo agora: um dos maiores Senadores da história deste País, admirado por todos, pela competência, pelo dom de oratória, um Senador que nós todos temos que seguir o seu exemplo, Pedro Simon. Eu vou para minha casa certo de que nós chegaremos no final desta batalha com a vitória, exatamente por causa das atitudes que vimos hoje neste plenário. Pedro Simon fez questão até de trazer a esposa. Quanto orgulho para todos nós tê-lo aqui com a sua esposa! Eu, que quando era Deputado Estadual, chegava à minha casa – já tinha mania – e queria ver o Pedro Simon falar, não só pela sua oratória, mas pelo exemplo que ele dá à Nação. Quem tiver que contar a história deste Parlamento, obrigatoriamente terá que falar no nome deste Senador; quem tiver que contar a história deste País terá que, obrigatoriamente, falar da luta deste Senador, sensível e humilde, que luta pelas causas justas. Então, eu já tenho a certeza, não só pela presença de S. Exª, mas de outros grandes Senadores que vieram aqui dizer: "Nós estamos juntos nessa questão. É uma questão sensível que todos nós, Senadores, temos que respeitar". Por isso, Senador Pedro Simon, eu, aqui, quero agradecer a presença de V. Exª. Saiba que ela nos estimula. A presença de V. Exª, aqui, nos dá segurança e estímulo. Eu serei breve, Senador. Eu queria aqui ressaltar os aposentados da Aerus, por quem tanto o Senador Alvaro Dias tem lutado. Eu acho que não é o Presidente Lula, sinceramente. Um homem que cria o Bolsa-Família... E olhem que eu já vejo falar no combate à desigualdade social há muitos anos. Eu ainda nem era político, mas em todo discurso em palanques eu ouvia: "Vamos combater a desigualdade social neste País". Já ouvi muito isso, mas muito. Então, eu não acredito que o Presidente Lula, um homem que foi capaz de pegar um projeto de Fernando Henrique Cardoso, triplicar esse projeto e beneficiar milhões e milhões de famílias pobres, matar a fome de muitos brasileiros... Não entra na minha cabeça, Senador. Como é que um homem desse não é sensível a essa causa? É patente, Senador. Eu tenho pesquisa. Uma coisa que eu gosto de fazer na vida é mexer com número. E eu gasto muito do meu salário em pesquisa. Eu tenho pesquisa, Senador, em bairros de grandes cidades, sobre como vivem os aposentados deste País. A cada momento em que me aprofundei, fui criando mais devoção a essa causa. Eu ouvi, um dia, o Senador Paulo Paim dizer que essa causa estava no sangue dele. Passou para o meu, passou para o meu, Senador. Como é que o Lula, um Presidente que é adorado pela classe popular deste País, pode negar o pagamento, pode ir à Justiça? Eu estive na reunião. O Advogado-Geral da União esteve aqui e disse que, em momento nenhum, ia derrubar a liminar. Faltou com a verdade, derrubou a liminar. Têm o aposentado e os sindicatos que ir ao Supremo para poderem receber os seus direitos. Eu não acredito nisso! Não dá para entender, Senador. Eu não acredito que tenha sido por orientação do Lula a postura do Ministro hoje à tarde aqui. Eu não acredito. Sinceramente, eu não acredito. No decorrer do tempo, nós vamos sentir, nós vamos saber. Agora, o que me causa alegria nesta noite – e vou para a minha casa e, na minha oração, vou agradecer a Deus – é que hoje nós ganhamos força, muita força. E, daqui para frente, vai ser difícil, muito difícil, se nós não chegarmos a um denominador. Eu já falei, e é bom que a Nação brasileira entenda: o Ministro falou que o que nós queríamos era aprovar 105 projetos. Faltou com a verdade. Nós nunca falamos nisso, Pedro Simon. Nunca! Sempre falamos em três projetos do Paim, que são os principais, que é tudo o que os aposentados querem. Aí lá vem o Ministro dizer que estávamos pleiteando 105 projetos, para aparecer na imprensa; que nós iríamos criar um buraco no Orçamento do Estado de 26,5% do PIB. Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus! Nunca se falou isso, Senador! E lá os jornais começam a dizer, como se fossem verdadeiras essas afirmações. A revista *Veja* veio falando como se fosse verdadeira essa afirmação! Eu acho que ele passou para o Lula exatamente o que ele está falando. Aí o Lula disse: "Espera aí, vão quebrar o País! Alto lá!". Sinceramente, eu acho que foi isso, Senador, porque eu não acredito que o Lula seja um homem insensível. Eu não acredito. Eu quero parabenizar V. Exª pela sua postura e pelo trabalho brilhante que V. Exª faz neste Plenário. Parabéns, Senador.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Senador Mário Couto, eu também não tenho dúvida, assim como V. Exª, de que nós temos uma referência moral nesta Casa, e é o Senador Pedro Simon. É a

nossa reserva moral do Senado. Não tenho dúvida disso. Trata-se de um exemplo de vida franciscana, um Senador que orgulha todas as famílias brasileiras.

Eu ouço falar do Senador Pedro Simon desde quando cheguei garoto aqui nesta Casa. Considero-me ainda um garoto. Perto de V. Exª, eu tenho que andar muito ainda; tenho muito estrada para caminhar, mas eu tento me espelhar exatamente nos políticos mais experientes, e V. Exª é o número um para servir como norte, como rumo para quem quer ter a política como profissão, como é o caso de V. Exª.

Eu estava almoçando no Senado, e V. Exª estava na tribuna, falando sobre o desmatamento na Amazônia. Corri para aparteá-lo e vim pensando: "Será que devo, será que não devo, será que vou conseguiu apartear o Senador Pedro Simon?" Quando cheguei aqui – não sei se, de repente, foi até melhor –, V. Exª estava descendo da tribuna, mas fiz questão, mesmo V. Exª não estando mais na tribuna, de discordar do posicionamento que V. Exª havia apresentado. Não que V. Exª estivesse errado. Não. Muito pelo contrário. Lembro-me muito bem de dizer que, apesar de V. Exª conhecer o Brasil na palma da mão e de termos ali 25 milhões de brasileiros, concordava com V. Exª, mas que tínhamos de ter uma política de sobrevivência para os brasileiros da Amazônia; tínhamos de ter uma compensação, se não pelo Governo, por esta Casa. Mas tínhamos de tê-la.

A única coisa de que discordei – não era uma questão de discordar de V. Exª até porque acho que V. Exª pensa igual a mim ...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS. Fora do microfone.) – Concordo plenamente com V. Exª. A Amazônia é uma coisa, mas não podemos esquecer, em hipótese alguma, as 25 milhões de pessoas que estão lá.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Com certeza, com certeza. Mas não tenha dúvida de que V. Exª é um exemplo a ser seguido nesta Casa, e eu sou um dos seus seguidores.

Ouço com atenção, mais uma vez, o Senador Geraldo Mesquita.

Acho que nunca falei tanto na minha vida como hoje.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – E vai falar mais ainda. É nosso dever falar hoje aqui. Mas, Senador Expedito, veja como são as coisas, não é? Nós estamos aqui, com justíssima razão, enaltecendo a presença da figura querida, venerada, de um bravo companheiro nosso, Senador Pedro Simon, que sai da sua casa, altas horas da noite, vem ao plenário do Senado, acompanhado de sua digníssima esposa, D. Ivete, falar sobre um assunto que para ele, assim como para nós, é caro. E vem falar coisas boas, vem alimentar a chama da esperança de que essas questões sejam resolvidas. É uma pessoa que se confunde com a própria história contemporânea do Brasil. E aí vejam o contraste das coisas. Um cidadão que também é Parlamentar, tempos atrás, quando na Oposição, se perfilava, se vinculava às teses defendidas pelo Senador Paim até hoje – o Senador Paim defendia o que ele defende hoje da forma correta, disciplinada, assim como defendia antes, quando era Oposição. Esse cidadão, o atual Ministro da Previdência, um cearense, na época em que era Oposição, ao lado do Senador Paim, defendia com unhas e dentes, Senador Pedro Simon, a recomposição do valor das aposentadorias. Votou contra o fator previdenciário e por aí vai. Vejam o contraste das coisas. Fiz questão de começar falando do Senador Simon para mostrar e acentuar o contraste das coisas. O Senador Simon vem até aqui e enche o coração da gente de esperança, Senador. É verdade. Sua presença é algo de fundamental importância em um movimento como esse. Ele joga para cima, como diz o outro. A gente fica entusiasmado cada vez mais. Aí esse cidadão veio ontem aqui ao Congresso... Ontem, que estou falando, é ainda agora. E os jornais descrevem o objetivo da visita dele, Senador Simon. Vejam o que o jornal disse:

> O Ministro da Previdência José Pimentel vai amanhã ao Congresso [já veio] para convencer os Parlamentares a não aprovar o projeto do Senador Paulo Paim que cria um índice de recuperação das aposentadorias. É um negócio deprimente. Ele veio recomendar que não se aprove. Quer dizer, o Senado agora tem de parar para ouvir uma sandice dessas, pelo amor de Deus. Uma sandice dessas!

Agora, eu estava prestando uma atenção danada ao que falava o Senador Mário Couto. Ele me fez refletir muito sobre o papel do Presidente Lula nesse imbróglio. Eu tenho a impressão de que, se o Presidente Lula viesse aqui conosco, agora à noite, discutir esse assunto, ele ia fazer um esforço sobre-humano para, conversando com os Senadores, sinalizar a possibilidade de uma solução, Senador Simon. E eu passo a acreditar mais ainda, depois da fala do Senador Mário Couto, que o Presidente está é em grande dificuldade, cercado de aloprados por todos os lados, como diz o Senador Mão Santa, pessoas que, em posições às vezes de subserviência, Senador Simon, acham que agradam o Presidente adotando posturas como esta que o Ministro da Previdência adotou. Porque, a acreditar na sensibilidade do Presidente Lula para causas como essa, eu tenho a impressão de que, se nós estabelecêssemos uma linha direta com ele – Senado e

Presidente Lula –, os aposentados teriam uma chance muito grande de ter já esse assunto equacionado. E, mais uma vez, Senador Expedito, aqui, o nosso pensamento e o nosso sentimento já são do conhecimento público. Eu estou aqui cumprindo um papel – eu mesmo me reservei este papel – de, por vezes, trazer aqui a fala das pessoas que estão lá fora, ouvindo-nos. O Senador Mário Couto lembrou, com muita justiça, a repetida fala do Senador Alvaro Dias aqui, em nome dos aposentados da Aerus. É justo trazê-lo à baila. Aqui, destaco um *e-mail*, que recebi agora, de Valter Alves, Senador Simon, de São Paulo:

> Quero dizer que sou aposentado da Varig e, por conseqüência, do Instituto Aerus. Como seres humanos, gostaríamos de ser respeitados, uma vez que lutamos por um direito que é nosso e que querem nos tirar. É triste ver colegas terem de tirar...

Só um minuto... O *e-mail* saiu do ar.

Esse cidadão relata um drama. Ele diz que recolheu a vida inteira e que, às vezes, o desconto para a Aerus batia com o líquido que ele recebia. Hoje, ele se sente traído, ele se sente como se tivessem tirado algo dele – e realmente tiraram.

É um sentimento, Senador Expedito, que grassa no coração e na mente de milhões de brasileiros. O sentimento de que alguém tirou algo que essas pessoas conquistaram com muito trabalho, com muita luta, com muita dedicação na vida. Portanto, acho justíssimo o que fazem os Senadores, hoje, nesta Casa. Conversar, discutir, debater a questão dos aposentados, a questão daqueles que pretendem se aposentar, com medo do fator previdenciário. Acho justíssimo que façamos isso até quando for necessário. E aqui lanço um apelo. Tenho lá minhas divergências com o Presidente Lula, que são do conhecimento público.... E, dos defeitos que tenho, não consta o da deslealdade. Procuro exercitar a lealdade. Assim, o que falo dele falo aqui da tribuna, publicamente. Agora, devo reconhecer, como muitos brasileiros, que o Presidente Lula tem uma sensibilidade mais acentuada para a questão social, para a questão dos brasileiros que estão aí em grandes dificuldades. Acho que, por intermédio de pessoas como o Senador Simon, o Senador Paim, o Senador Mário Couto, o Senador Papaléo, tantos companheiros aqui, deveríamos procurar estabelecer uma linha direta com o Presidente da República, um canal direto de conversação, Senador Simon. Senador Zambiasi foi um dos que reconheceu o fato de que o Presidente Lula muito já fez. É verdade; é inegável. Acho que ele está sendo é atrapalhado, nesse caso. A solução nós não a encontramos ainda porque o Presidente está cercado de pessoas que, sei lá, devem ter raiva de aposentados. A impressão que me dá é essa. E essa raiva tolda o ambiente; ela impede que as coisas tomem um curso a ponto de serem resolvidas. Portanto, o apelo que faço aqui, a parlamentares de tão longa história de vida pública, de tão grande reconhecimento público brasileiro, é que, por intermédio deles, a gente procure estabelecer essa linha direta com o Presidente da República. Eu acho que se a gente chegar por aí, os aposentados brasileiros têm uma chance muito grande de ver acontecer alguma coisa boa, felizmente, talvez até o final do ano, para sorte de milhões de brasileiros e de famílias brasileiras que estão aí. Quando a gente fala assim, parece uma coisa meio distante, mas é aquilo que eu disse; essas pessoas estão vivendo nos municípios. Quando a gente vai aos nossos Estados, o reclamo é geral, é uma coisa real, Senador Expedito. Nós não estamos falando de algo que envolve um número grande de pessoas não; é um número imenso de pessoas, que cria muita dificuldade para que a gente possa bater no peito e dizer: "Esse País é justo, esse País é democrático". Democracia não é só a gente exercitar o voto no dia da eleição, não. Isso aí é um aspecto pequeno da democracia. Democracia – e a gente deve persegui-la com entusiasmo – é a gente estabelecer o clima para que as pessoas tenham oportunidades de estudar, de ter uma boa saúde, de o País honrar o contrato que faz com aqueles que se aposentam, de que eles de fato vão receber aquilo que foi contratado. Eu acho que democracia é isso. É muita coisa; não é só a gente ir lá na urna e votar. Portanto, fica aqui a sugestão de que através dos nossos mais ilustres Parlamentares nesta Casa, aqueles que têm história reconhecida pelo povo brasileiro, numa situação pública e notória, que têm respeitabilidade, que têm credibilidade, possamos encaminhar essa tentativa de canal direto com o Presidente da República. Acho que se nós fizermos isso....Já vimos que sentar com o Ministro da Previdência não leva a nada, a não ser a um grande engodo. É a sugestão que eu deixo aqui, Senador Expedito, por ora, até que surjam outras aí, capazes de fazer com que a gente avance mais um pouco na solução desse grave problema.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – O Senador Nery está disposto a falar, é o próximo Senador inscrito, mas vou ouvi-lo. Certamente, o aparte de V. Exª vai enriquecer ainda mais o nosso pronunciamento.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Expedito Júnior, para que possamos tornar realidade o que estamos propondo neste debate, nesta discussão, nesta sessão cívica do Senado Federal, é preciso encontrar os meios e os mecanismos que possibilitem e

garantam a recomposição do salário e o reajuste dos salários dos aposentados e pensionistas da Previdência Social. Portanto, quando participávamos hoje da reunião com o Ministro da Previdência, com o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Mendes Ribeiro, e com o Relator do Orçamento de 2009, Senador Delcídio Amaral, ficou expresso que, para encontrar uma solução, seria preciso um debate franco e aberto entre o Congresso e o Governo. Porém, o Ministro José Pimentel insistia em dizer que, se quiséssemos garantir o reajuste dos aposentados, ele não tinha uma posição contrária, era favorável; agora, que encontrássemos esses recursos no Orçamento da União. Ou seja, cabe ao Congresso – da forma como o Ministro se posicionou – única e exclusivamente a responsabilidade de definir e de encontrar os recursos adequados à concretização dessa luta dos aposentados, encampada pelo Senado, quando aprovou os projetos do Senador Paim e encaminhou-os à Câmara dos Deputados. Com essa proposta apresentada pelo Senador Paim na Mesa de debates e de negociação, o Ministro concordou em apresentar uma contraproposta até a próxima reunião, marcada para quarta-feira, às 14 horas. E saiu da reunião, imediatamente ao que havíamos acordado, dizendo que nós, da Comissão dos Senadores presentes, havíamos concordado com o Governo que não havia recurso suficiente para fazer a recomposição e os reajustes no patamar que estávamos querendo. Ou seja, o espírito, Senador Simon, com que se concluiu essa reunião no Gabinete do Presidente era o de um entendimento. Até a próxima semana, viria uma contraproposta. E fomos claros: não se trata de colocar uma faca no pescoço do Governo no sentido de que as propostas de recomposição e de reajuste tenham que ser tal qual estabelece o projeto. Como o Senador Paulo Paim brilhantemente tem dito, é possível pensar um substitutivo, um projeto mais global, atendendo às necessidades dos aposentados, mas é preciso que o Governo ofereça uma contrapartida, ofereça uma proposta. Que fique claro para o País que o que motivou esta vigília foi exatamente a descompostura verbal e a falta de compromisso com o que nós acertamos naquela reunião no gabinete do Senador Garibaldi. E se nós precisamos de mecanismos para termos recursos, tenho muito claro que isso só será possível se nós demarcarmos um campo muito próprio para ir ao encontro e à busca desses recursos. Quando o Governo propõe e edita a Medida Provisória nº 442, que tem por objetivo garantir recursos e salvar os bancos mediante a crise financeira instalada, não para proteger os correntistas, mas para proteger os interesses de liquidez dos bancos, creio que nós aqui temos uma tarefa. É trabalharmos para rejeitar a MP nº 442, que disponibiliza recursos públicos para os bancos privados poderem ter liquidez e assim cumprirem o seu papel na ciranda financeira que está aí.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Senador José Nery, V. Exª toca num ponto que voltei lá atrás na CPMF. Lembro quando o Senador Pedro Simon defendeu a tese de que deveríamos deixar para o dia seguinte a votação da CPMF, proposta inclusive do Senador Pedro Simon, quando leram aqui a carta do Presidente da República, transferindo todo o recurso da CPMF para a Saúde. Acho que este era o objetivo de todos nós: queríamos que o dinheiro fosse para a área da Saúde.

Mas a queda de braço imposta pelo Executivo e pelo Senado inviabilizou esse entendimento, esse acordo. V. Exª traz exatamente o que aconteceu na CPMF. Acho que não tem ganhador. Essa questão de queda de braço, que me perdoem o Ministro da Previdência e o Presidente da República, mas deveriam abrir um diálogo com esta Casa, para que pudéssemos chegar a um entendimento sobre a proposta do Governo.

Se, naquele dia, Senador Pedro Simon, nós tivéssemos deixado para o dia seguinte... E está aqui o Senador que me procurou naquela noite mesmo e disse: "Expedito, será que nós fizemos o certo? Expedito, se essa votação ficasse para o dia seguinte, eu iria votar por dinheiro para a Saúde".

Foi essa colocação que o Senador Nery fez para mim.

Então, de repente, o que está faltando é isto, está faltando alguém próximo ao Presidente da República, até porque, Senador Paim, eu acho que o Presidente da República não está longe, não está distante daquilo que vivenciou neste País. Ele é a pessoa que mais defende, que mais deveria estar defendendo hoje os aposentados brasileiros. Porque eu também concordo aqui com a opção que fez o Presidente de governar para os mais pobres. Também concordo. Vários Senadores falaram, vários Senadores mostram isso nesta Casa. Mas eu acho que o que está faltando é o diálogo.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Expedito.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Acho que o que está faltando é o interlocutor. De repente, o Ministro da Previdência...

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Expedito.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Só um minutinho, só para concluir, Senador.

De repente, o Ministro da Previdência veio aqui ao gabinete do Presidente. Eu estava presente. Nós saímos de lá feito criança que ganha um pirulito, todo mundo satisfeito, todo mundo imaginando que seria

possível buscar esse entendimento, esse acordo, para que o projeto fosse votado na Comissão, em seguida imediatamente lido nesta Casa e encaminhado à Câmara dos Deputados. Não foi assim, Senador Paulo Paim, que nós saímos daquela reunião na presidência desta Casa? E, infelizmente, depois é tudo ao contrário. Nós estamos percebendo que é um engodo. Nós estamos percebendo que o Ministro não quer buscar um entendimento. Então, de repente, Senador Pedro Simon, está faltando um interlocutor do Governo, porque se, naquela ocasião, não se deixasse chegar... Acho que era meia-noite também quando V. Exª defendeu que nós votássemos no dia seguinte. Se nós tivéssemos feito um pouquinho mais cedo, nós, certamente, teríamos buscado um entendimento, e a CPMF teria sido novamente aprovada, indo os recursos integralmente para a saúde, como todos os Senadores queriam.

Senador José Nery, perdoe-me. Sei que V. Exª não concluiu ainda.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Expedito Júnior, na verdade, eu só queria concluir o raciocínio, para conclamar V. Exª a cerrar fileiras no sentido de aqui trabalharmos pela rejeição da MP que quer garantir dinheiro público para banqueiros e construtoras. Se nós fizermos esse gesto e alertarmos o Governo para a necessidade e importância de carrear esses recursos para os benefícios das aposentadorias e para outros projetos de largo alcance social, nós estaremos dando uma demonstração de compromisso. Primeiro, com o resgate e com a garantia dos direitos dos aposentados; e, segundo, com a possibilidade de ampliar enormemente os recursos para as políticas públicas essenciais para garantir a dignidade de milhares e milhares de brasileiros que precisam de melhor atendimento na saúde, que precisam de educação, que precisam de dignidade. Portanto, ao querer buscar mecanismos que contribuam, que possibilitem a garantia do reajuste, da recomposição dos salários dos aposentados, eu creio que uma importante iniciativa é derrotar aquilo que eu chamo de "MP dos banqueiros" e colocar esses recursos públicos a serviço dos programas sociais que podem garantir melhores condições de vida ao nosso povo, e também colocar uma parcela significativa desses recursos a serviço dos aposentados. O Governo anuncia que já gastou, já consumiu algo em torno de R$150 bilhões nessa crise financeira. Boa parte desses recursos poderia ir para o bolso dos trabalhadores, e não para os lucros dos banqueiros.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Senador Papaléo, Presidente, para concluir, eu gostaria de comentar aqui as inconstitucionalidades que foram corrigidas no substitutivo na CCJ.

Pretendia atualizar as aposentadorias do setor público e do setor privado, mas tratar do setor público é inconstitucional por vício de iniciativa;

Pretendia recompor o poder de compra das aposentadorias, vinculando ao número de salários mínimos que o benefício representava na data da sua concessão. Essa vinculação ao salário mínimo não é permitida pela Constituição Federal;

Pretendia retroagir os efeitos do projeto à data da concessão da aposentadoria, o que geraria uma dívida gigantesca para os cofres públicos, sem a indicação da fonte de recursos para o pagamento dos "atrasados".

A CCJ corrigiu os problemas, e as inconstitucionalidades foram afastadas.

1. foi retirada qualquer atualização de aposentadoria de servidores públicos, pois somente o Poder Executivo é quem pode ter essa iniciativa;

2. foi retirada a vinculação das aposentadorias ao número de salários mínimos;

3. foi retirada a retroatividade, e ficará estabelecida a implantação gradativa em até cinco anos. Isso não vai ser da noite para o dia, mas em até cinco anos, de modo que, ano a ano, o Orçamento será adequado como fonte de recursos constitucional;

Finalmente, foi criado um mecanismo individualizado de reajuste das aposentadorias, denominado Índice de Correção Previdenciária (ICP), de modo que cada aposentado terá o seu ICP próprio, que garanta o mesmo poder de compra a cada novo reajuste anual.

Ou seja, o problema orçamentário – a fonte de recursos – está bem definido pela implantação gradual para atender a essa política permanente de reajuste das aposentadorias.

O ICP é gerado por uma fórmula matemática inteligente. É um índice individualizado, calculado para cada aposentado na data da concessão de sua aposentadoria.

O ICP é calculado dividindo-se o valor do benefício no dia da aposentadoria pelo menor valor de benefício pago pelo Regime Geral da Previdência nesse mesmo dia em que a pessoa foi aposentada. Ou seja, é o índice individual que cada aposentado carregará para reajustar a sua aposentadoria todos os anos.

Assim, Sr. Presidente, anualmente, quando o Governo divulgar o reajuste dos benefícios da Previdência, cada aposentado multiplicará o seu ICP pelo menor

valor de benefício que passar a ser pago, atualizando o poder de compra de sua aposentadoria.

Sr. Presidente, quero concordar aqui, mais uma vez, com o Senador Pedro Simon, porque acho que nós estamos facilitando a vida dos Deputados Federais ao discutirmos esse projeto, que já foi aprovado aqui, nesta Casa, e ao fazermos esta vigília cívica que estamos fazendo aqui hoje. Acho que nós estamos facilitando a vida dos Deputados Federais, mas fica aqui um apelo aos nossos Deputados Federais.

Aqui, no Senado, o Governo não passeia, como faz na Câmara dos Deputados. Aqui é diferente, aqui o Governo não tem a maioria absoluta, esmagadora. Aqui, tem de sentar, tem de conversar, tem de discutir com os Senadores. Já lá, na Câmara, não. Na Câmara, a máquina funciona, o Governo atropela.

Faço um apelo aos Deputados Federais: não deixem que isso aconteça aos aposentados brasileiros. Façam negociações com outros projetos, discutam, atendam ao Governo em tudo, mas, infelizmente, nesse projeto, não negociem. É a vida de milhões de brasileiros que está em jogo. São milhões, milhares de aposentados que estão confiando na nossa decisão, na nossa definição.

Nós já a demonstramos aqui, no Senado. Não tenho dúvida de que, na hora em que a Câmara aprovar o projeto, ele vai cair no colo do Presidente da República, que será obrigado a vetá-lo ou a sancioná-lo. Não tenho dúvidas de que o bom senso falará mais alto e, a partir da sua aprovação na Câmara, esse projeto será sancionado.

Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade que V. Exª me deu. Pelo meu tamanho, já falei demais. Quero, mais uma vez, finalizar, agradecendo a presença do Senador Pedro Simon, que verdadeiramente enriqueceu o debate.

Acho que V. Exª deve ficar aqui. Não sei se vai ficar até às 6 horas da manhã, mas, certamente, V. Exª nos deu hoje uma grande oportunidade, por intermédio da sua pessoa, do trabalho que V. Exª tem prestado ao povo brasileiro, de discutir a questão dos aposentados brasileiros. Certamente, estamos hoje entrando para a história do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Expedito Júnior.

Concedo a palavra à nobre Senadora Rosalba Ciarlini, por concessão ou permuta com o Senador José Nery.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Papaléo Paes, enquanto a Senadora Rosalba chega à tribuna, para V. Exª perceber a sintonia que está havendo entre o Plenário do Senado e população brasileira, acabei de receber, há poucos minutos, do Carlos José, de Belo Horizonte, da terra do Senador Wellington:

> Parabéns pela defesa da sensibilidade do Presidente Lula e pela proposta de uma linha direta com a Presidência da República. Acho que deveria haver uma ligação telefônica direta ao Lula, passando por cima dos aloprados que o atrapalham.

É só um registro a mais da audiência que esta sessão está tendo, feita pelo povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Geraldo Mesquita, ainda há pouco, abri meus *e-mails* e quero registrar também que estamos recebendo muitos *e-mails* do Amapá, relativamente à nossa sessão, e de diversos Estados do País. É interessante! E até respondi um *e-mail*, ainda há pouco, que falava sobre a situação de Minas Gerais, que não teria nenhum representante aqui. Mas respondi, em nome da Casa, registrando a presença do Senador Wellington Salgado aqui, no plenário.

Como foi registrado que um jornalista telefonou para o Senador Heráclito, quero registrar também o telefonema que recebi do Dr. Silas Júnior, que é editor do jornal de maior circulação lá no meu Estado, o jornal **A Gazeta**. Quero fazer o registro porque esse jornal repercutirá em nossa reunião no Estado do Amapá, como outros jornais repercutirão nos Estados de V. Exªs.

Muito obrigado.

Senadora, por favor.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, antes de mais nada, como V. Exª fazia referência ao Senador Heráclito Fortes, relembrar que, logo que iniciamos esta vigília, o Senador Heráclito aqui esteve presente, permaneceu por algumas horas, falou da tribuna por mais de uma hora e recebeu o aparte de vários Senadores. Em função de ainda estar convalescendo de uma cirurgia realizada há poucos dias, entendemos ser mais do que justo que ele pudesse descansar um pouco. Esse é um fato, mas ele está integrado a essa nossa luta.

Eu gostaria também de fazer um cumprimento especial aos representantes dos aposentados que se encontram aqui não somente desde as primeiras horas da noite, mas que aqui estiveram durante todo o dia. Eles têm sido incansáveis nessa luta, de gabinete em gabinete. Há quanto tempo, não é, Senador Paim?

Cumprimento o Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Warley Martins Gonçalves, e o Vice-Presidente, Silberto Raimundo da Silva, que é do meu Estado, do Rio Grande do Norte.

Sr. Presidente, estamos em uma vigília que, realmente, engrandece todos nós; uma vigília para a qual, a cada momento, aumentam as atenções.

Começou com quatro Senadores, e, agora, entre tantos notáveis, dedicados, abnegados, temos aqui a figura do Senador Pedro Simon, que veio também trazer sua palavra, veio com sua inteligência. E, nesta noite, quando ele falava, Senador Papaléo, fazendo um aparte ao Senador Mão Santa, ele estava mais inspirado do que nunca. Tenho certeza de que foi por causa da presença da sua "Anita Garibaldi", que veio ao seu lado, trazendo a força e a sensibilidade da mulher do Rio Grande do Sul, e ela representa, neste momento, um símbolo para todas nós, mulheres brasileiras.

Eu gostaria também de voltar a falar sobre a importância de estarmos aqui, às três horas da manhã, dando continuidade a este momento, que vai ficar na história. Não sei nem dimensionar quantas – são milhares, milhões – pessoas estão nos acompanhando, porque os *e-mails* não param de chegar, como este, por exemplo, que diz:

> Senadora, lamento por não estar compartilhando desta vigília no Senado, mas estou em casa, acompanhando todos os discursos por esta causa tão justa. Atenciosamente, Emanuel Barbalho e Maria da Conceição Fonseca Barbalho

Da cidade de Natal, capital do nosso Rio Grande do Norte.

Mas, de Pernambuco, recebemos também este *e-mail*:

> Somos de Pernambuco e estamos conectados com a TV Senado, percebendo o resgate do papel do cargo ocupado, em nome do povo, por V. Exªs. Pelo que estamos assistindo, os senhores iniciaram a vigília apenas com quatro Senadores e notamos que a adesão está aumentando. Estamos aproveitando o momento e enviando apelo para todos os nossos amigos internautas, para assistirem a esta sessão de tentativa de resgate da cidadania dos aposentados: pais, avós e, logo mais, nós. Atenciosamente, Ana Ester Gomes.

Isso é uma demonstração do movimento que toma conta do País.

Quero aqui fazer um apelo: já temos a referência dos comunicados que serão levados às Câmaras Municipais, às Assembléias Legislativas, aos sindicatos, aos representantes de classe, mas essa participação do povo, espontaneamente, os internautas... Quero aqui fazer uma observação e pedir a todos desta Nação, trabalhadores desta Nação, porque, hoje, estamos na vigília em defesa do trabalho, em respeito ao trabalho, em respeito aos trabalhadores. Quantas e quantas vezes, aqui, houve momentos em que eu, talvez por ser meu primeiro mandato legislativo...

Quando o Senador Expedito estava falando, ele dizia que, quando chegou ao Senado, ele trazia aquela esperança de que muito poderia fazer, mas se sente, de certa forma, como todos nós, em muitos momentos, amarrado, impossibilitado, travado, sem poder ir adiante em questões que são tão importantes para a população; questões que, muitas vezes, até aprovamos por unanimidade.

Vejam o problema do piso salarial nacional para os professores, que aprovamos, que é mais do que justo, que é digno. E é tão pouco ainda para o tanto que representam os professores, que são dignos trabalhadores da educação.

Quero até relembrar aos professores que nós, do Senado, estivemos, por unanimidade, defendendo essa causa que o Senador Cristovam aqui quase que diariamente relembrava, trazendo mais informações. Os professores, que têm essa responsabilidade tão grande de transmitir aos nossos filhos, aos nossos jovens os ensinamentos, peço que se engajem também nessa luta dos aposentados, porque essa é uma luta deles também; é a luta do seu futuro.

Que façam essa corrente com seus alunos, sejam do nível universitário ou do nível médio, mostrando a eles que este momento de cidadania que estamos vivendo aqui, quando o Senado quer resgatar a dignidade do trabalhador, na esperança de, no amanhã, haver condições de uma vida digna, de uma vida melhor, que sejam eles também a voz de todos os aposentados, dos profissionais de todas áreas, da área da saúde. Devemos relembrar a área da saúde.

Aprovamos também aqui, por unanimidade. Meu Deus, para mim foi um dia de glória, foi um dia marcante, por se tratar da Emenda nº 29. Eu, que havia sido gestora, Prefeita por três vezes, sei o quanto é difícil para quem está na base, principalmente os Municípios, que recebem toda a demanda, todas as cobranças, e, quando chega na hora de resolver, muitas vezes é insuficiente o que chega, tendo de esperar por uma decisão de uma esfera maior, seja estadual ou federal, para que os recursos chegassem mais, para atender melhor a saúde da população. E até agora, Senador Paim, votamos e comemoramos a Emenda nº 29, mas ela ainda não está valendo realmente, porque, mais

uma vez, depois de tanta luta, chega-se ao estágio de ser aceita, de ser sancionada, de ser regulamentada, mas, infelizmente, não aconteceu.

O que vemos? A questão do Previdenciário, desde 2003. Em abril, dia 10 de abril, uma quinta-feira, quando votamos aqui o fim do fator, Projeto nº 396; a vinculação ao salário mínimo, o Projeto de nº 42 – isso foi em 10 abril deste ano, numa quinta-feira, foi um momento, realmente, de muita emoção. Lembro-me de sua emoção, Senador Paim, quando foi aprovado, por unanimidade. Se a unanimidade do Senado aprova uma questão, isso representa o pensamento de todo o Brasil, a vontade do povo brasileiro!

Mas estava próximo às eleições. Até aí não se ouviu falar nada contra. Ninguém levantou qualquer questão. Agora começamos a ouvir colocações, como as que ouvimos ontem, quando da reunião, que só havia dificuldades, impossibilidades, querendo tirar de todos nós a esperança de que realmente o fim do fator, a vinculação ao salário mínimo e também a garantia da recomposição viesse a acontecer. Por que só agora? E nós não estamos aqui num movimento partidário não. Nós não estamos aqui num ato de irresponsabilidade, não. Nós estamos aqui num ato cívico, num ato pacífico, ordeiro, dando um exemplo para toda a Nação, mostrando que neste momento o Senado está unido numa causa justa. Essa responsabilidade ainda é maior para todos nós. Na hora em que nós estamos nesta vigília, dando visibilidade para todo o País de que não vamos arrefecer da luta, de que nós não vamos desistir, não vamos nos acomodar, não vamos cruzar os braços, que temos que encontrar um caminho, temos que encontrar uma fórmula para fazer valer realmente esse direito maior à cidadania, à uma velhice mais digna, à tranqüilidade e à paz dos nossos milhões de aposentados.

Quero pedir também aos internautas, aos professores, aos profissionais liberais, aos trabalhadores das fábricas, àqueles que, de forma autônoma, estão pagando os seus carnês, na esperança de que, lá na frente, possam dizer que vão descansar com um pouco de tranqüilidade, que se mobilizem também! Que mandem os seus *e-mails*, os seus telegramas, os seus telefonemas, procurem os seus Deputados Federais, que vieram lá da base, que receberam a confiança do seu voto, em cada cidade, em cada recanto deste País, e diga-lhes que, aqui, estamos unidos, e que eles venham também com determinação, sem abaixarem a cabeça, sem nenhum medo, sem medo de serem felizes. Esse é o momento de mostrarmos que, neste País, ninguém está com medo de ser feliz, ser feliz no sentido de trazer felicidade aos aposentados.

É hora de estarmos, realmente, todos mobilizados.

Senador Paim, sei que essa vigília é um ponto marcante. Mas, com certeza, não será o suficiente. Precisamos crescer, cada vez mais, em todos os recantos do País. Isso será feito, com certeza, com a população convocando, estimulando, apoiando e cobrando dos seus representantes em todo o Congresso Nacional, para que possamos ter essa vitória de paz, essa vitória que, realmente, trará muita justiça ao nosso País.

O interessante é que, mais um vez – hoje, dia 19 de novembro, Dia da Bandeira –, olhando para a beleza da nossa Bandeira, em que o verde é exuberante, o verde das florestas, que é o verde da esperança, pedimos a Deus que, realmente, não tenhamos, em nenhum momento, medo, desânimo, para que continuemos com a esperança de que vamos conseguir realmente encontrar o ponto de solução para essa questão. Sim, porque não estamos sendo radicais. Na reunião – eu vi – foram colocadas condições para que houvesse, da parte dos representantes do Ministro que ali estavam, e demais representantes do Governo, uma contraproposta viável no tempo, nas condições de, realmente, trazermos para os aposentados essa solução.

Quando aqui se falava da luta pela CPMF – e aqui eu gostaria inclusive de discordar do Senador Expedito Júnior, que dizia que nós deixamos de ter um acordo para que os recursos fossem todos para a saúde –, eu fui contra a CPMF, e gostaria de dizer o porquê de, naquele momento, aquele acordo não nos ter parecido algo que viesse a acontecer e a se manter. Poderia até acontecer naquela hora, mas o receio era de que acontecesse como aconteceu no passado, porque quando foi criado, os recursos se destinavam totalmente para a saúde. Depois, com o decorrer do tempo, o Governo foi retirando um pouco de dinheiro para cá, outro pouco para lá, e a saúde acabou sendo esquecida.

Infelizmente, quando o Senador Mão Santa lia o **Estatuto do Homem**, de Thiago de Mello, que, se não me engano é maranhense, penso que o Senador Pedro Simon, que é um grande estudioso, talvez possa confirmar se é ou não. Quando eu estudava, Senador Mão Santa, lembro-me que nos dava muito orgulho em saber que ele era maranhense. Não sei se V. Exª, que é detentor de tanta cultura, confirma o fato. Maranhense é nordestino; o nordestino é um forte. Falava em um dos pontos do estatuto que sempre é algo que não poderemos jamais esquecer, e que nos sirva para uma profunda reflexão: O homem confiará no homem como o menino confia no menino.

O menino confia no menino no sentido da sinceridade, da pureza de ideais e de atitudes, e o homem

confiará no homem como o menino confia no menino. Então, estamos aqui com a responsabilidade maior, levantando para a Nação uma confiança neste Senado, para que os homens possam confiar nos homens como os meninos confiam nos meninos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Rosalba Ciarlini, permite-me um aparte?

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Pois não, Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Só para lembrar que o poeta Thiago de Mello nasceu em Manaus, se não me engano, em 1926. A obra dele, de fato, é inesquecível, e por isso nós tomamos a liberdade de colocá-la na apresentação do livro. O aparte, Senadora Rosalba, vai mais na linha de dizer que a senhora foi brilhante como Relatora *ad hoc* do projeto e também como Presidente da sessão histórica, no primeiro momento, no segundo turno da votação do PLS nº 58. Por outro lado, louvo também a sua resistência. V. Exª, entre todos nós, é a única Senadora que está aqui conosco desde às 18 horas, firme, defendendo o interesse de aposentadas, aposentados e pensionistas, conseqüentemente homens e mulheres deste País que estão lutando pelo seu benefício. Por fim, eu queria rapidamente dizer algo dentro do seu pronunciamento, só para as pessoas terem uma idéia de quanto perderam os aposentados. Vamos pegar, nos últimos 10 anos, de 1998 a 2008, os reajustes dos aposentados: em 1998, 8,33% para o salário mínimo, 4,88% para o aposentado; em 1999, 4,6% e 4,6%; em 2000, 11,3% para o mínimo, 5,81% para o aposentado; em 2001, 19,21% para o salário mínimo, 7,6% para o aposentado; em 2002, 11,11% para o salário mínimo, 9,2% para o aposentado; 2003, 20% para o salário mínimo, 19,71% para o aposentado; em 2004, 8,33% para o salário mínimo, 4,53% para o aposentado; em 2005, 15,38% para o salário mínimo, somente 6,35% para o aposentado; em 2006, 16,67% para o salário mínimo, 5,01% para o aposentado; em 2007, 8,57% para o salário mínimo, 3,3% para o aposentado; em 2008, 9,21% para o mínimo, 5% para o aposentado. Em média, o aposentado vem recebendo um terço ou, no máximo, 50% do reajuste que é dado ao salário mínimo. Por isso que a defasagem chega a mais ou menos 90%. É inevitável. Nós temos que fazer alguma coisa. Por isso, parabéns a V. Exª! A vigília aponta caminhos para a recuperação das perdas.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigada, Senador Paulo Paim. Eu até gostaria de dizer que aí se confirma, pela demonstração de V. Exª, a quantidade de *e-mails* de pessoas que estão relatando. Desde o início da vigília, apresentei alguns *e-mails* de pessoas que estavam comprovando que, ao se aposentarem, tinham em torno de dez salários mínimos, e tinha um que dizia que está recebendo praticamente um salário e meio, o que mal dá para comprar uma outra cadeira de roda que ele precisa, quanto mais os medicamentos.

Mas o fato de termos cumprido na Comissão de Assuntos Sociais... Inclusive, quando marcamos a data para fazermos a votação, de certa forma, eu achei até que houve... Não da parte de V. Exª, mas porque, em alguns momentos, marca-se a data, diz-se uma coisa, mas depois muda-se, adia-se ou protela-se. Mas foi muito importante ter tido o apoio de todos os colegas e de todos os companheiros lá da Comissão para que o prazo que marquei fosse realmente cumprido. Eu acho que esse é um ponto em que, graças a Deus, aprendi bem a lição dos meus pais. A palavra não pode ser um risco d'água; a palavra tem que ser prego batido e ponta virada. Lá no meu Nordeste, o termo é assim. A gente diz que "palavra dada é para ser cumprida, e não para ser levada pelo vento".

Então, foi essa a posição, e por isso estamos aqui, de vigília. Até porque eu quero dizer que a minha vigília está dupla: ontem à noite, eu fiz uma vigília esperando a chegada de um neto. Chegou mais um neto, o Artur, já à noite. E tem uma cobrança maior por eu ser médica; a nora cobra, e é natural que a gente fique perto não somente no momento do parto, mas também depois, por algumas horas. Quando eu fui para casa, já era de madrugada; às cinco horas da manhã, eu já estava no aeroporto embarcando para cá.

Mesmo que eu tivesse passado dez noites de vigília, esta seria a noite da vigília.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Isso mostra a fibra da mulher brasileira.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Realmente, a mulher brasileira precisa ser mais reconhecida na sua capacidade de luta, na sua capacidade de trazer a sensibilidade do sentimento do dia-a-dia do povo brasileiro e a contribuição que ela pode dar a esta Nação.

Eu espero que, num futuro bem próximo, aqui neste Senado, nós possamos ser 50% mulheres e 50% homens, caminhando lado a lado, fazendo com que este Brasil seja ainda mais forte, mais justo, para construirmos juntos essa paz.

Muito obrigada, Senador.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Eu agradeço, em nome da Mesa, Senadora Rosalba Ciarlini, bem como todos os Senadores aqui presentes agradecem a sua presença, representando

as Senadoras desta Casa com o belo discurso que acaba de proferir.

Acredito que, mais uma vez, o Senador José Nery abrirá mão para o seu conterrâneo, Senador Flexa Ribeiro?

É a vez de V. Exª, mas vejo que há uma caligrafia diferente da minha com o nome do Senador Flexa Ribeiro à sua frente. Mas V. Exª fará uso da palavra.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Sr. Presidente, se for contar as vezes em que, nesta noite, fui adiando a minha fala para manifestar, de forma muito clara e contundente, a nossa visão mais global sobre essa questão... Mas o Senador Flexa Ribeiro também deseja se pronunciar. Como vou ficar até o dia amanhecer e, com certeza, o Senador Flexa Ribeiro também, então, nós o escutaremos e, logo em seguida, eu falarei. Não haverá permuta, então, a partir da fala do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Achei estranho, Senador, porque, apesar do cansaço de todos nós, vi uma caligrafia que não tem nada a ver com a minha aqui. Mas V. Exª, então, admite corrigir, e o Senador Flexa Ribeiro, por permuta com V. Exª, fará uso da tribuna.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Senadora Rosalba, Srs. Senadores, quero, primeiro, agradecer ao Senador Nery por permutar, mais uma vez, a sua inscrição nesta noite de vigília de todos nós em defesa não só dos aposentados e pensionistas, mas da justiça. Que a justiça seja feita a todos aqueles que dedicaram suas vidas para que o País pudesse atingir o nível de desenvolvimento em que se encontra hoje, e que, lamentavelmente, não são reconhecidos em suas necessidades.

Senador Pedro Simon, para nós, V. Exª é a luz que nos guia neste plenário. É, sem sombra de dúvida, mais um motivo que nos leva a acreditar que esta, sim, é a casa do povo. E os eleitores de cada um dos Estados, que nos trouxeram para cá, esperam de nós atitudes como esta: corajosa, não irresponsável como querem adjetivar. Muito pelo contrário, de forma sensata e responsável, buscamos o entendimento, o entendimento que seja possível, mas que se inicie agora.

E qual será o tempo para se completar a recuperação das perdas? É evidente que será definido pela capacidade do Estado em absorver tudo aquilo que foi negado aos aposentados e pensionistas ao longo de décadas.

Lamentavelmente, Senador Paim, muitos deles não terão a oportunidade, em face da idade avançada, de ter a aposentadoria totalmente recuperada, Senador Mário Couto, mas, pelo menos, terão o reconhecimento de que foram dignamente considerados pelo Governo que aí está.

Agradeço, primeiro, aos funcionários do Senado que fazem esta vigília junto conosco: à Taquigrafia, ao apoio à Mesa, ao Sistema de Comunicação do Senado, à TV e à Rádio. Eles dão uma demonstração de que, realmente, quando a causa é justa, vale a pena sonhar e acreditar que se pode transformar o sonho em realidade.

Parabenizo a representação dos aposentados e pensionistas, através de suas lideranças, que nos acompanham desde o final da tarde, início da noite.

Agradeço também aos colaboradores do meu gabinete, que, em vigília junto comigo, estão recebendo os *e-mails,* trazendo-os até aqui e respondendo-os.

É importante que o Brasil inteiro, a esta hora, 3h33min da manhã do dia 19 de novembro, ainda nos assista, ainda transmita *e-mails* aos gabinetes de todos nós, incentivando-nos. É uma forma, Senador Mão Santa, não de reconhecimento – porque nós estamos cumprindo o nosso dever e, ao cumprirmos o nosso dever, estamos fazendo a nossa obrigação –, mas de eles estarem nos incentivando com o encaminhamento de mensagens de apoio.

Desde o início, tenho participado de todos os movimentos que levam à aprovação dos projetos do Senador Paulo Paim. O Senador Mário Couto, engajado, como eu também, é um lutador de primeiro momento, o Senador Nery, a Bancada do Pará, a Bancada do Rio Grande do Sul, aqui juntos, integralmente em defesa dos aposentados de todo o Brasil, não só dos nossos Estados.

Quando o Senado Federal, depois de cinco anos de tramitação, aprovou por unanimidade o PL nº 58, aprovou por unanimidade o fim do fator previdenciário, repito, por unanimidade, ou seja, todos os Senadores presentes no plenário, como já foi dito aqui, votaram favoravelmente: o Líder do Governo, Senador Romero Jucá votou a favor dos projetos, o Líder do PT votou a favor dos projetos. E esses projetos foram encaminhados à Câmara. Lamentavelmente, lá não tiveram a sensibilidade, Senador Mão Santa. V. Exª está atento à causa que defende permanentemente, que é a causa dos mais necessitados, como médico que é. Eu diria, Senador Mão Santa, que na Câmara dos Deputados não conseguimos ter esse vigor em defesa dos aposentados e pensionistas como tivemos aqui no Senado Federal, porque lá não conseguimos pautar a matéria.

O Senador Mário Couto já esteve lá com o Presidente Garibaldi Alves. E é bom que se faça um registro de justiça: S. Exª tem dado apoio total a esta causa, aos Senadores, tem compartilhado conosco de nossos

angústias e participado, ao longo das três últimas semanas, de reuniões que não se concretizaram porque sempre faltava alguém que impedia o entendimento para que se chegasse a um acordo.

Hoje, fiquei muito feliz ao ver que, finalmente, poderíamos fazer a reunião. Lá estavam o Presidente Garibaldi Alves, o Ministro da Previdência, Ministro Pimentel, o Presidente e o Relator da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Mendes Ribeiro e Senador Delcídio Amaral, e os Senadores que compareceram àquela reunião. Muito se discutiu. O Ministro Pimentel citou uns números que foram contestados pelo Senador Paim com segurança.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Exª me permite, Senador, até com relação aos números.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não, Senador.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Veja bem, estou aqui com um dos documentos que me foi entregue naquela reunião pelo Ministro. Observe o que ele diz – o documento é deles, não é meu, recebi hoje este aqui:

> Quanto à revogação do fator previdenciário, este é uma fórmula que procura incentivar os trabalhadores a postergar sua aposentadoria em substituição à idade mínima, que foi derrotada na Constituição de 1988. Tecnicamente, a idade mínima teria sido a solução correta.

Quando se propõe retirar o fator e colocar idade mínima, assim mesmo, ele não aceita. Está escrito no documento deles, que nos entregaram hoje. "Tecnicamente, é bem melhor que seja a idade mínima".

Diz ainda: *"Mas ela exigiria uma emenda constitucional"*. Nós temos a emenda constitucional. Para tu veres como eles faltam com a verdade. A Emenda nº 10 foi apresentada há meses, esteve nas mãos do ex-Ministro da Previdência, assim como está nas do atual. Está lá. E ele diz: "Ah, mas tinha que ter uma emenda constitucional". Mas está lá. Todos nós entregamos, em mão, ao ex-Ministro, como ao atual, a PEC nº 10. Daí diz: o fator só afeta os trabalhadores que se aposentam por tempo de contribuição. O sistema é contributivo, só se pode aposentar por tempo de contribuição. Nós, celetistas, carteirinha assinada, 40 milhões de brasileiros, todos contribuímos, porque o sistema é contributivo. O assistencialismo é outra história. Há outro dado ainda. Eles dizem que são 50 bilhões, 70 bilhões, sei lá o quê. Mais embaixo, dizem o seguinte: desde que foi aplicado o fator, o Governo, já a partir de 1999, economizou 10 bilhões, sendo que 23 milhões no primeiro ano e 3,4 bilhões em 2007. Então, uma hora, a forma de arrecadar significa que o Governo economizou, nesse somatório, 10 bilhões; agora, na hora de não querer mais aplicar o fator, daí são 20, 30, 40.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – São 70.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Aí não dá. Por isso, na hora, lá, contestei os números. Depois, falaram que havia aumento real, lembra? Não houve um centavo de aumento real nos últimos oito ou nove anos. Não houve um centavo de aumento real, como li antes. Ele fez uma pequena confusão, porque o salário mínimo, em 2003, foi arredondado de 19,71% para 20%, mas o aposentado ganhou somente a inflação de 19,71%. Foi só para ajudar V. Exª, porque os números, de fato, não batem.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Flexa Ribeiro, permita-me, para cumprir o Regimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Prorrogo a sessão por mais duas horas.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu queria sugerir ao meu Presidente que prorrogasse até às seis da manhã logo e concluiríamos, já que estamos às 3 horas e 41 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Prefiro prorrogar por mais duas horas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Depois, prorrogamos por mais meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Depois, por mais duas, por mais duas, por quantas horas forem necessárias, para que todos façam uso da palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não, V. Exª tem o dom de atender a todos, quando está ocupando a cadeira de Presidente da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O bem se faz aos poucos.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Exª me permite um breve aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Mário Couto, já lhe concedo. Só quero agradecer o aparte ao Senador Paim, que, com conhecimento de causa, enriquece qualquer um dos pronunciamentos que aqui possam vir a ser feitos, em especial o que faço neste momento.

Nobre Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Também, Senador Flexa, quero ser justo – V. Exª falou nesse assunto, por isso o aparteei – ao Presidente desta Casa. É verdade o que V. Exª falou. Tem-nos prestigiado, acompanhado. E falei hoje para o Presidente, e S. Exª, com humildade, reconheceu que errou. Eu disse: "Presidente, por que V. Exª dá apoio a nós e lá fora diz para os repórteres que não é momento de se discutir esse assunto? Eu não estou entendendo V. Exª. Assim como o elogiei na tribuna com relação às medidas provisórias, eu o critiquei com relação à sua atitude". Ele disse: "É, Mário Couto, você tem razão. Eu errei". Uma postura digna de um Presidente, que reconheceu que falou demais. Quero aqui também me somar a V. Exª em seu pronunciamento, dizendo e reconhecendo que o Presidente desta Casa tem sido leal com esta causa. E, hoje, lógico que é um direito nosso, sem nenhum problema, comungou com a nossa idéia de fazer esta vigília.Então, quero aqui agradecer ao Presidente e dizer a toda a Nação que o Presidente Garibaldi é sensível a esta causa. E quero aproveitar a oportunidade, para dizer que os três Senadores do Pará sempre estiveram nesta luta. Reconhecidamente, V. Exª foi um dos primeiros que entrou nesta luta e tem sido um baluarte. Quero parabenizá-lo, dizer da admiração que tenho pelo seu trabalho. V. Exª é um batalhador, um lutador, e espero que, na sua próxima eleição – está longe, sei disso, e é bom que se ressalte isso. Algum orador, não sei se o Senador Pedro, colocou que era importante citar que não estávamos aqui fazendo politicagem. Este ano não há eleição, para o ano também não, mas espero que, nas próximas eleições, se V. Exª se candidatar, o povo do Pará tenha esse reconhecimento à sua pessoa. Tenho sido testemunha do seu trabalho incansável aqui neste Parlamento, em favor do Pará e do País; saiba da minha admiração por V. Exª. Tenho carinho por V. Exª, exatamente pela sua postura de Senador da República. A todos paraenses sempre digo que o Senador Flexa Ribeiro é um trator com referência ao trabalho. Eu, sinceramente, às vezes me canso só de olhar para V. Exª: o percurso que faz nos Ministérios, aqui nos gabinetes dos Senadores, nas Comissões é algo impressionante. V. Exª teve a sensibilidade de se somar em todos os momentos; em todos os momentos, V. Exª esteve do nosso lado – em todos os momentos, sem estardalhaço, sem vaidade. Por isso, quero parabenizar V. Exª e alertar o povo do Pará: é de Senadores do seu quilate, do quilate do Senador José Nery que o Pará precisa. É bom que o Pará esteja atento a isso. Parabéns, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Mário Couto, a admiração e o carinho são recíprocos. V. Exª também, desde que aqui chegou, tem sido um lutador incansável pelas causas do nosso Estado. Tem usado esta tribuna, de forma veemente, como bem sabe fazer, com a experiência legislativa que tem, ao longo de 20 anos liderando Governo, Oposição, presidindo a Assembléia Legislativa do nosso Estado, e chega ao Senado Federal, para defender, de forma determinada, o nosso querido Estado.

A bancada do Pará, como V. Exª coloca aqui, o Senador Mário Couto, o Senador Nery e o Senador Flexa Ribeiro, nós temos dito, nas diversas vezes em que subimos aqui, para comentar os malfeitos do Governo do PT no nosso Estado, que a nossa maior vontade – tenho certeza absoluta – é a de subir à tribuna, Senador Papaléo, para louvar os trabalhos do Governo que lá está em nosso Estado, até porque o grande vencedor, quem ganharia com isso é o povo, para quem temos de trabalhar. E isso nos levaria, Senador Mário Couto, ao retomarmos o nosso projeto de Governo, pela vontade do povo do Pará, nas próximas eleições, ao desafio de fazer melhor do que o que está sendo feito.

Lamentavelmente, não é o que ocorre. Mas Deus queira que ainda possamos ainda vir aqui, para festejar o crescimento do nosso Estado, os bons dias que virão, com certeza absoluta, para um Estado abençoado por Deus, como é o nosso Estado do Pará.

Mas, como eu dizia, Senador Paim, não dá para entender, realmente, a reunião de hoje. Foi uma reunião em que, ao fim, ao cabo, conseguimos sentar à mesa, abrir uma negociação e também fazer justiça ao Presidente da Comissão Mista de Orçamentos, Deputado Mendes Ribeiro, e ao Relator, Senador Delcídio Amaral. Os dois mostraram total empenho em encontrar uma solução que pudesse, pelo menos, dar uma demonstração aos aposentados e pensionistas do Brasil de um gesto de boa vontade do Governo Lula.

O Senador Paim disse que ninguém é irresponsável ao ponto de imaginar que vamos recuperar toda essa defasagem, que chega a 84%, de uma única vez. Sabemos que o Presidente não queria reconhecer a crise ou achava que a crise que se iniciou nos Estados Unidos não atravessaria o Atlântico. Deveria ter dito que a crise não atravessaria a Linha do Equador, não o Atlântico, para chegar ao Brasil. O Presidente minimizou a crise, dizendo que seria uma marola. O mundo globalizado de hoje não permite mais esse tipo, eu diria, de fanfarras, de se dizer que estaríamos ilesos de uma crise internacional desse porte, que se avizinha.

Lamentavelmente, perdemos esses seis anos de bonança, Senador Geraldo Mesquita. Foram seis anos de bonança, em que o mundo todo cresceu – e cresceu a taxas de 10%, de 12%, ou seja, de dois dígitos –,

como a China. Perto de dois dígitos foi o crescimento em outros países asiáticos, e o Brasil disputava com o Haiti a lanterna do crescimento na América Latina. O Haiti é um país, lamentavelmente, em guerra. Tivemos de lhe dar ajuda humanitária, encaminhando para lá tropas brasileiras, para manter a ordem naquele país. E o Brasil só ganhava, nas taxas de crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB), do Haiti.

Crescemos mais no ano passado? Sim, crescemos, mas, mesmo assim, o crescimento não foi o que deveria ter sido observado se este País tivesse tomado a iniciativa de atender às reformas necessárias, que foram iniciadas no Governo passado e que foram tão combatidas por este Governo. Hoje, o Governo não teve sequer a competência para dar continuidade a essas reformas. Não teria de fazê-las naquela altura, quando a conjuntura internacional era adversa, diferentemente do que ocorreu nesses últimos seis anos.

Como eu dizia, o Senador Delcídio e o Deputado Mendes Ribeiro mostraram-se dispostos a encontrar uma solução de adequação do Orçamento.

Primeiro, o Ministro Pimentel pediu ao Senado que disséssemos qual seria nossa proposta. Ora, estamos invertendo a regra. Sabiamente, os Senadores disseram: "Não, o Ministro é quem tem de dizer o que o Governo pode conceder. Dependendo do que o Governo puder conceder, vamos sentar à mesa e conversar com o Senador Delcídio e com o Deputado Mendes Ribeiro". É evidente que temos de alocar recursos no Orçamento. Vamos alocar o valor que seja reconhecidamente possível pelo Governo e vamos fazer essa locação no Orçamento.

Ora, ao sair da reunião, dada como terminada, Senador Mário Couto, fui surpreendido com uma ligação de V. Exª. Eu estava em um compromisso, assistindo à brilhante palestra que o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez no Interlegis. Recebi uma ligação de V. Exª, dizendo que iríamos iniciar a vigília. Tomei um susto e vim a tomar conhecimento de que o Ministro Pimentel, ao sair da reunião, ao ser instado pela mídia, que o estava aguardando, disse exatamente o contrário daquilo que falou durante a reunião: disse que nós, Senadores, tínhamos reconhecido que era impossível fazer qualquer tipo de aceno aos aposentados e aos pensionistas, em função da crise que o País atravessa. Ora, não foi isso que ficou definido ao final da reunião. Pelo contrário, o que ficou definido era que o Ministro traria, na próxima semana, um número, que seria definido, repito, na Comissão de Orçamento, para que pudéssemos fechar um acordo, minimamente, acenando, com dignidade, aos aposentados e pensionistas que o Congresso Nacional e o Governo Lula reconheciam e respeitavam a sua classe – a dos aposentados e dos pensionistas –,que, realmente, está em situação de quase indulgência.

No meu Estado do Pará, pessoas me procuram e me mostram que estão incapacitadas de prover seus lares do alimento necessário. O Presidente Lula disse que, no seu Governo, todos os brasileiros fariam três refeições por dia, mas priva os aposentados daquilo que prometeu. O mais importante, Senador Nery e Senador Papaléo Paes, é que, nos Estados menos desenvolvidos das três regiões periféricas, Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste, há Municípios cuja sustentação econômica são os proventos dos aposentados e dos pensionistas. São eles que sustentam a economia do Município; são eles que, com os parcos recursos que recebem, sustentam seus filhos e netos, para que não passem mais necessidade.

Então, evidentemente, se houver maior circulação de recursos, vai haver aumento de receita para os Estados. Ou seja, é o dinheiro. É o que os Estados Unidos estão fazendo na crise. Eles estão injetando dinheiro na sociedade, dando dinheiro à população americana, para que ela possa continuar fazendo o dinheiro circular, para que ele volte novamente ao Tesouro em forma de impostos. E a máquina produtiva não pára, porque a pior situação é uma recessão, mas pior do que a recessão é estar com a máquina paralisada, ou seja, uma depressão total, que é o que pode – e espero em Deus que não aconteça – vir a ocorrer.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ouço o aparte de V. Exª, Senador José Nery.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Flexa Ribeiro, quando realizamos a reunião, na tarde de ontem, no gabinete do Presidente Garibaldi, cheguei a imaginar, mais uma vez – já fizemos outras reuniões com o Ministro da Previdência –, que aquelas palavras manifestadas lá sobre a possibilidade de se buscar um acordo eram verdadeiras. A proposta era a de que o Governo apresentasse uma contraproposta, porque a proposta do Senado são os projetos aprovados. Inicialmente, é isso. O Governo, então, deveria apresentar uma contraproposta, dentro das possibilidades que o Governo imaginava ser possível atender minimamente ao pleito dos aposentados e dos pensionistas.

Foi com enorme decepção que tomei conhecimento das declarações, logo após a reunião no gabinete da Presidência, segundo as quais nós havíamos concordado com o Ministro de que o Governo não tinha realmente de onde tirar esses recursos para garantir a recomposição dos salários dos aposentados. Houve ali, a meu ver, isso sim, uma irresponsabilidade, quando nós é que estamos sendo acusados de irresponsáveis,

de querer quebrar a Previdência, de querer quebrar o País, ao anunciar, de forma deliberada, que nós queremos, no Congresso Nacional, aprovar 105 projetos relativos à Previdência, quando, desde o início desse processo de negociação, ficou muito claro que a discussão se dava sobre três projetos. Então, houve ali, a meu ver, uma quebra da confiança no acordo que a gente estava tentando construir. Esta sessão aqui é, sim, uma resposta a esse desprezo com que uma medida tão importante foi tratada pelo Ministro da Previdência. Esta sessão é uma resposta e é uma cobrança de um acordo que atenda ao que nós achamos essencial. E estamos dispostos a ouvir as condições que o Governo pode atender. Em que patamar? Em que prazo? Em que condições? Esta manifestação é para dizer que estamos apenas começando. Não duvidem da capacidade dos aposentados e dos pensionistas do nosso País em agir, reagir e lutar. E não duvidem eles também da capacidade dos Parlamentares, Senadores e Deputados, que têm compromisso em resgatar a cidadania, o direito do nosso povo, que não hesitarão em fazer uma vigília, duas, três. E também nos serviremos dos mecanismos que o nosso Regimento permite, Senador Flexa Ribeiro, para garantir um acordo que seja benéfico aos aposentados do nosso País. Parabéns a V. Exª pela disposição, pela coragem, pela firmeza. E a alta madrugada, às 4 da manhã, essa hora bonita da madrugada, encontramos V. Exª bradando e lutando pelo direito dos aposentados do nosso País. Parabéns a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Nery, agradeço a V. Exª. E, mais do que estarmos aqui até esta hora, nós estaremos aqui cumprindo as nossas obrigações nas comissões a partir das nove horas da manhã, de amanhã – de hoje melhor dizendo. Vamos continuar trabalhando, 24, 48 horas. Tenho certeza absoluta de que vamos nos encontrar todos daqui a pouco, nas comissões.

Mas, Senador Nery, eu hoje vinha falar e até perguntar a V. Exª. Ontem eu iria fazer um pronunciamento para registrar uma data em que deveríamos até passar uma borracha, da história do Pará. Fez ontem um ano daquele caso lamentável da menina entregue a 20 presos numa cela, na sua cidade, a cidade de Abaetetuba. E me parece, Senador Nery, que, um ano depois, a Governadora mandou derrubar a delegacia, e a nova delegacia ainda não está pronta; quer dizer, é muito fácil jogar o sofá fora como se isso pudesse resolver o problema.

Mas isso era o que eu iria falar se não estivesse nessa vigília histórica, como tem dito vários Senadores ilustres.

Eu já concedo um aparte a V. Exª, Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – É uma só frase, se me permitir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Eu só quero dizer que as informações nos chegam toda hora por telefone. E está ouvindo V. Exª, neste momento, a Neide. Ela pediu que eu registrasse. Ela é do Rio de Janeiro, tem 80 anos, está lá tomando café com bolacha e diz que concorda na íntegra com V. Exª, com o seu argumento de que, se botar o dinheiro na mão do aposentado, o dinheiro que é dele, ele vai ter que gastar. É remédio, é alimento, enfim, é um dinheiro que vai circular efetivamente no mercado, diferente daquele que é entregue para banqueiros, e que alguns pensam que irá resolver. O Paulo Morais de Souza, de Pernambuco, procurador e professor, disse que está ligando para todos os seus amigos para que acordem e assistam à TV Senado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador Paim.

A Neide, com 80 anos, assistindo à nossa sessão às 4h05min, Senador Papaléo Paes, comendo bolacha e tomando café. Essa é a demonstração de que os aposentados, apesar da idade avançada, ainda têm o direito a uma vida digna. Lutam por isso e têm, no Senado Federal, um aliado que não se deixará dobrar, enquanto não tivermos o aceno, como disse, do reconhecimento do Governo Federal de que não pode tudo, mas que pode alguma coisa. E, se pode alguma coisa, que faça agora.

Repito, porque vamos ser chamados de irresponsáveis. Vão dizer: "Aqueles Senadores que fizeram a vigília são todos irresponsáveis, querem quebrar o Estado brasileiro; querem que o déficit da Previdência, que já é de 40 bilhões, alcance 70, 80, 90, bilhões". Não é isso não, não é isso não. Nós queremos que haja o reconhecimento do Governo, e que o muito que se deve aos aposentados comece a ser resgatado. Por pouco que seja, é o reconhecimento da dignidade de cada um.

Senador Paulo Paim, o Ministro Pimentel trouxe hoje vários números. E aí eu diria que os governos praticam com os aposentados um estelionato.

Os aposentados da CLT, do sistema, estão no processo de contribuição, de acumulação de contribuições. É como se fosse uma caderneta de poupança que o aposentado faz ao longo da vida inteira e com o cálculo atuarial de que ele vai, ao final da sua capacidade de trabalho, ter as condições de continuar vivendo com dignidade.

Aí a Constituição define corretamente que todos os brasileiros terão direito à aposentadoria. Correto! Nós não somos contra a aposentadoria rural. É corretíssimo! Aqueles que não tiveram oportunidade de ter uma carteira assinada, de fazer uma contribuição, terão um salário mínimo de aposentadoria. Mas quem tem de honrar com esse compromisso é o Estado brasileiro. Não são os aposentados, que contribuíram.

Essa conta, Senador Mário Couto, o Ministro Pimentel mostrou hoje, que custa à Previdência mais de R$3 bilhões. E em vez de sermos todos nós, a sociedade, que paga a bolsa-família de 11 bilhões, corretamente, pode e tem que pagar os R$3 bilhões da aposentadoria rural. Mas, não, esse dinheiro é sacado daquela poupança que 25 milhões de brasileiros fizeram, ou seja, é dinheiro que hoje está sendo pungueado.

O mesmo aconteceu com a Aerus. Por isso, defendemos também o reconhecimento da dívida que a União tem com o Fundo Aerus. Hoje, tenho amigos, comandantes aposentados da Varig, que estão sem condições de sustentar suas famílias. Contribuíram para ter uma complementação do Aerus, mas, hoje, este não complementa, Senador Geraldo Mesquita, a aposentadoria.

Os *e-mails* continuam chegando, e separei alguns. Quero fazer a leitura de dois ou três deles que, para mim, são emblemáticos. Não começarei com um do Pará. Recebi, Senador Mário Couto e Senador Nery, várias ligações de Novo Progresso; Nery, o ex-Prefeito, ligou-me de lá. Ligaram-me de lá e de Jacundá. De Santarém, ligou o Deputado Von. Houve ligações de vários Municípios. Estão nos ouvindo e nos assistindo pela TV Senado.

Este *e-mail* chegou de São Paulo. É de Dennis Costa dos Santos. Não sei se V. Exª o recebeu, Senador Paim. Deve tê-lo recebido. Ele deve ter mandado este *e-mail* para vários Senadores. Diz o seguinte:

> Boa noite, Senador, meu nome é Adenilson. Trabalhei na Volkswagen durante 25 anos, e Luiz Inácio Lula da Silva era Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, terra do Presidente Lula lá. Esse homem ia na porta da empresa agitar greve [estou lendo como está aqui no e-mail] e dizia para nós [o Adenilson incluído] que teria que melhorar a aposentadoria do povo brasileiro. Usava como argumento os aposentados americanos. Ele contava que, quando um americano aposentava, ganhava um prêmio, e nós brasileiros ganhávamos um castigo.

Adenilson termina o *e-mail*, dizendo: "E o pior castigo é o que ele está fazendo com nós [é como está aqui], deixando os aposentados no esquecimento".

Senador Paim e Senador Wellington, vou fazer uma pesquisa nos Anais da Câmara, buscar os pronunciamentos do Deputado Federal Luiz Inácio Lula da Silva e do Deputado Federal José Pimentel, para ver se acho alguma declaração, algum pronunciamento deles a respeito dos aposentados, para ver como é que pensavam antes e como pensam hoje.

Do meu Estado, do nosso Estado, Senador Nery e Senador Mário Couto, entre vários *e-mails*, vou ler apenas este, que é dirigido a todos nós:

> Srs. Senadores do Pará, sinto-me neste momento, ao acompanhar essa vigília no Senado, orgulhoso de ser paraense e de flagrar o entusiasmo e vibração de nossos dignos representantes, empenhando-se nessa luta gloriosa, e com fé em Deus seremos vitoriosos, por um reconhecimento justo em prol dos aposentados e daqueles que em breve estarão também nesse barco. Aqui destaco esse histórico passo do Senado. Parabéns!
>
> Antonio Carlos P. da Rocha, pesquisador da Embrapa [a grande Embrapa, reconhecida por todos nós como órgão de excelência na pesquisa dos agronegócios].

Ainda do Pará, o **blog** Espaço Aberto postou às 3h15 de Brasília, às 2h15 de Belém:

> Às 3 horas (horário de Brasília) da madrugada desta quarta-feira (19), doze senadores permaneciam em plenário em vigília em defesa de três projetos, já aprovados no Senado, que visam à recomposição de perdas sofridas pelos aposentados e pensionistas em seus rendimentos. Mantinham-se com os olhos bem acesos Flexa Ribeiro (PSDB – PA), Papaléo Paes (PSDB – AP), Mão Santa (PMDB – PI), Expedito Júnior (PR – RO), Mário Couto (PSDB – PA), Wellington Salgado (PMDB – MG), José Nery (PSOL – PA), Pedro Simon (PMDB – RS), Rosalba Ciarlini (DEM – RN), Paulo Paim (PT – RS) e Sérgio Zambiasi (PTB – RS) e *Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC).*

Depois, várias observações foram postadas, às 3h15, no **blog** Espaço Aberto.

Eu teria vários outros *e-mails* para ler ainda, mas vou dar oportunidade aos Senadores que ainda não usaram da tribuna, em especial ao Senador Nery, que me cedeu sua vez. Se houver ainda a possibilidade, Sr. Presidente Geraldo Mesquita, numa segunda rodada, poderemos retomar com a leitura de outros *e-mails*

interessantes, praticamente de todos os Estados de nosso País. Todos eles saúdam o Senado Federal por este momento de confirmação da soberania do Poder Legislativo brasileiro.

O projeto, como tramitou aqui e foi aprovado, tem de tramitar na Câmara. Os Deputados podem aprová-lo ou rejeitá-lo. Sendo aprovado, o projeto vai à sanção presidencial. O Presidente pode sancioná-lo ou vetá-lo. Vetando-o, temos a obrigação de concluir o processo legislativo, trazendo ao plenário do Congresso o veto, porque a última palavra é do Congresso Nacional, é dos parlamentares. Nós é que vamos dizer se acatamos o veto presidencial ou se o derrubamos.

Lamentavelmente, o que vemos é que somos tolhidos de fazermos o processo legislativo por completo, pois mais de 1,5 mil vetos dormitam sem serem avaliados, analisados e votados pelo Congresso Nacional. E nosso Presidente Senador Garibaldi Alves, em todos os seus pronunciamentos, faz ressalvas aos vetos presidenciais e às medidas provisórias. Tenho dito a S. Exª: "V. Exª, como Presidente do Congresso, pode e deve colocar em votação esses 1,5 mil vetos. Faça tantas sessões quantas sejam necessárias. E vamos mantê-los ou derrubá-los. Com relação às medidas provisórias, V. Exª pode não reconhecer a urgência e a relevância da maioria delas. As que são urgentes e relevantes, nós todos com elas concordamos e vamos aprová-las em plenário".

Obrigado, Senador Geraldo Mesquita, pelo tempo que me foi concedido na tribuna.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Foi um prazer ouvi-lo, Senador Flexa Ribeiro. V. Exª relatou a chegada de *e-mails* nas nossas caixas, mas, há pouco tempo, recebi um *e-mail* que me deixou muito triste, Senador Wellington, um *e-mail* do administrador do sistema, dizendo que minha caixa já havia estourado, que não comportava mais receber *e-mails*. Estou fora do meu gabinete, onde eu pegaria um **pen drive** e transferiria a base dos *e-mails* recebidos, para poder continuar recebendo-os. Operacionalmente, estou impossibilitado de fazê-lo. Portanto, lamento não poder mais receber *e-mails*, que estavam chegando a todo segundo, Senador Mário Couto. A caixa estourou. Paciência! Mas tenho certeza de que a caixa de *e-mails* dos Colegas ainda está aberta e disponível. Os brasileiros e as brasileiras que estão acompanhando a sessão do Senado, por favor, interajam conosco, porque isso é de fundamental importância.

Concedo a palavra ao Senador José Nery, bravo parlamentar paraense, que, aqui, pelo tempo que desejar, vai falar sobre um assunto de tamanha importância para esta Casa e para o País.

V. Exª tem a palavra, Senador Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu vou fazer questão de mencionar cada um dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras aqui presentes: Senador Paulo Paim, Senador Sérgio Zambiasi, Senador Pedro Simon, todos do Rio Grande do Sul; a Bancada do meu Estado, aqui representada também pelos Senadores Mário Couto e Flexa Ribeiro; Senador Wellington Salgado, de Minas Gerais; Senador Expedito Júnior; Senadora Rosalba Ciarlini; Senador Mão Santa; Senador Papaléo Paes. Quero registrar também os Senadores que estiveram conosco no início da vigília: Senador Heráclito Fortes e Senador Romeu Tuma.

Faço questão de citar nominalmente cada um dos Senadores e da única Senadora presente, Senadora Rosalba, nesta sessão, madrugada adentro, do Senado Federal, que, sem dúvida, representa um gesto de solidariedade com milhões de brasileiros e brasileiras que, nos diversos recantos do País, sobrevivem, lutam para garantir a sua dignidade, com pensões e aposentadorias arrochadas, mas, de nenhuma forma, desistem de lutar pelos seus objetivos, pela causa que os une. Essa causa encontra no Congresso Nacional, especialmente no Senado Federal, mas também na Câmara dos Deputados, muitos Parlamentares dispostos a oferecer o melhor do seu compromisso, da sua determinação, para fazer valer o direito dos aposentados.

Irmanamo-nos neste momento, nesta madrugada, com cada brasileira e com cada brasileiro aposentado e pensionista da Previdência e com os demais brasileiros, porque tenho certeza de que não apenas os aposentados estão acompanhando esta sessão, mas muitos brasileiros estão irmanados nessa luta que tem o compromisso de construir um Brasil melhor, estão compartilhando conosco este momento em suas casas, em suas residências.

Inclusive, num dos *e-mails* que recebi, um grupo de aposentados de Minas Gerais dizia que hoje à tarde vai à Praça Sete, para fazer uma manifestação, distribuindo um panfleto, Senador Paim, falando dos projetos dos aposentados e falando desta sessão. A leitura das mensagens que chegam é o maior estímulo que recebemos, para fazer com essa luta não fique pela metade.

Sabemos o que pretendemos com os três projetos: a recomposição do salário dos aposentados no patamar de salário mínimo em que foram concedidos;

o reajuste das aposentadorias e pensões pelos índices de reajuste do salário mínimo, e o fim desta excrescência, que é o fator previdenciário.

Entendemos que o Congresso, ao votar essas propostas, projetos de autoria do Senador Paulo Paim, tem a absoluta compreensão de que são projetos que podem ser aperfeiçoados e podem ser tratados de forma a torná-los viáveis se, no patamar em que estão colocados, para as condições atuais, tal qual o Governo argumenta, não fosse possível atender, embora a nossa leitura seja exatamente a contrária.

Se o Governo não fosse tão subserviente aos interesses dos banqueiros internacionais, haveria recursos de sobra para contemplar os aposentados do nosso País, bem como para contemplar a ampliação de várias políticas sociais básicas necessárias para o bem-estar do nosso povo

Mas o problema da Previdência, que tem a ver com a sorte de mais de 25 milhões de aposentados, é um problema também, Senador Flexa Ribeiro, dos 4,5 milhões de pessoas que estão sem cobertura previdenciária e têm idade igual ou acima dos 60 e não conseguiram, ao longo de sua vida laboral, contribuir regularmente para a Previdência, para que assim pudessem ter direito a uma pensão, a uma aposentadoria.

A questão da Previdência não é apenas a situação de 60% dos benefícios previdenciários iguais a um salário mínimo, mas a questão da Previdência também é a fraude, a corrupção, a sonegação.

Quantas e quantas operações da Polícia Federal, ao longo dos últimos anos, têm identificado...E, há pouco, o Senador Sérgio Zambiasi dava conta que uma das manchetes dos principais jornais do seu Estado, o Rio Grande do Sul, denunciava uma operação da Polícia Federal onde ladrões da Previdência eram investigados e presos por conta desses crimes.

Então, o problema da Previdência é a fraude, a corrupção e a sonegação. Quem são os grandes sonegadores da Previdência Social em nosso País? Eles não são obrigados ou impedidos de continuar seus negócios, porque não há uma fiscalização impeditiva de seus atos e de seus crimes.

A Previdência Social é a maior política pública de distribuição de renda, porque muitas cidades, especialmente das regiões mais pobres do País, sobrevivem das aposentadorias e pensões dos segurados da Previdência Social.

Estou convencido de que essa realidade poderia ser alterada, se houvesse efetivo compromisso político com esse contingente de brasileiros e brasileiras que ofereceram o melhor do seu esforço, do seu tempo, da sua dedicação, para construir, nas mais diversas atividades econômicas, seja nas cidades, no campo, no serviço público, nas empresas privadas, os servidores, os trabalhadores que ofereceram o melhor do seu tempo, do seu esforço e do seu suor tem como recompensa mecanismos perversos como o fator previdenciário, como a não garantia do reajuste. Antes, pedia-se pelo menos a reposição da inflação. Hoje, pede-se de acordo com os índices de reajuste do salário mínimo, que é a inflação mais o aumento do PIB em relação ao ano anterior, o percentual do PIB em relação ao ano anterior.

Então, Sr. Presidente, se houvesse efetivamente compromisso com os aposentados do nosso País, a Previdência... Por anos a fio, ouvimos a cantilena de que a Previdência era deficitária. E o balanço da Previdência do ano de 2007 mostra que a Previdência foi superavitária em R$62 bilhões, o que desmente aqueles que tentam, de toda forma, enganar os trabalhadores, enganar o povo brasileiro, omitindo a verdade. Mas a mentira jamais pode prosperar quando a gente quer trabalhar e lutar quando um objetivo tão nobre quanto o de garantir dignidade aos aposentados brasileiros está em jogo na luta que fazemos para que os seus direitos sejam efetivamente respeitados.

Ouço o Senador Flexa Ribeiro, que pede um aparte.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador José Nery, algumas bandeiras têm o condão de unir várias tendências, seja tendência política ou ideológica. A causa dos aposentados é uma dessas bandeiras. Nós divergimos em vários pontos, mas divergimos de forma aberta.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Senador Flexa Ribeiro, há pouco, o Senador Paulo Paim comentava comigo ali: "Essa questão dos aposentados uniu, como nunca vi, a bancada do Pará". O senhor fala exatamente sobre a mesma questão de que tratamos há pouco na conversa com nosso timoneiro, Senador Paulo Paim.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – É verdade. As divergências que temos são colocadas de forma transparente e leal nas conversas que travamos em nossa bancada da representação do Estado aqui, os três Senadores: V. Exª, eu e o Senador Mário Couto. Mas, quando é para defender uma causa justa como essa, não interessa qual é a coloração partidária, não interessa qual é o viés ideológico; interessa fazer justiça a quem precisa do nosso apoio. Eu diria também que a bandeira de defesa do Estado do Pará nos une da mesma forma.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Com toda certeza.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Não divergimos em nada nesse ponto. De tudo que for para o bem

do nosso Estado e para o bem do Brasil, nós estamos votando a favor. Então, é dessa maneira que eu me sinto um privilegiado. E agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de servir ao meu País e ao meu Estado com uma representação tão honrosa como a de Senador da República pelo nosso querido Estado do Pará. É um aprendizado muito grande. Muitos acham, Senador Nery, que, no Senado Federal, ou no Parlamento, de um modo geral, pouco se trabalha. É exatamente o inverso. Talvez nós não tenhamos o reconhecimento porque não conseguimos fazer chegar até a aprovação e colocar em prática as nossas propostas em benefício do povo, porque o processo de tramitação é engessado. Mas estamos todos defendendo os interesses da sociedade nas Comissões, apresentando idéias que nos chegam, que nos são encaminhadas por pessoas até anônimas, mas que querem colaborar e são ouvidas nas suas sugestões. E um momento como o de hoje, um dia como hoje, de 18 para 19 de novembro, em que todos nos revezamos para manter a sessão em funcionamento até às 6 horas da manhã, de acordo com o compromisso que assumimos, é uma demonstração de que, se usarmos essa prática sempre, vamos poder levar os nossos projetos, as nossas sugestões até o final, transformá-las em benefício para a população do País e, em especial, do nosso Pará. Quero parabenizá-lo, porque V. Exª tem-se posicionado de forma firme nas suas convicções. Como eu disse, podemos divergir da forma, mas convergimos no mérito. Todos nós queremos o melhor para o País e o melhor para o Pará. Parabéns, Senador José Nery!

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. O ato que realizamos aqui nesta noite, nesta madrugada, tem um sentido especial quando se trata da revalorização da política.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Concede-me um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – A política e os políticos, em geral, têm sido muito achincalhados e, convenhamos, muitas vezes nós temos oferecido razões para que assim aconteça. Mas são gestos desta magnitude, reunindo neste plenário, a esta hora da madrugada, 13 Senadores e Senadoras, convergindo e lutando por um objetivo comum, que nos colocam em comunhão e em profunda conexão com milhares e milhares de brasileiros e brasileiras, que nos disseram, através de suas mensagens, que estão em vigília, que estão conosco, assim como nós, pela nossa ação parlamentar, estamos com eles em defesa de suas necessidades, de suas causas e de suas lutas.

Então, Senador Flexa Ribeiro, meus caros colegas Senadores e Senadora Rosalba, talvez nós precisemos, o Legislativo, alargar e intensificar os gestos que demonstrem efetivamente que nós estamos aqui, como procuramos fazer no dia-a-dia da nossa atuação, sintonizados com os interesses mais legítimos do povo brasileiro.

Estou convencido de que essa gestão servirá não só à causa pela qual estamos aqui empenhados – a defesa intransigente dos direitos dos aposentados e pensionistas deste País –, mas servirá também como instrumento, como mensagem no horizonte dessa visão tão rasteira da política e da forma como a política é tratada e achincalhada. Eu até disse que, às vezes, há razões para tal, mas gestos como este e tantos outros que precisamos fazer podem significar a tão sonhada e necessária revalorização da política.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa e, em seguida, aos Senadores Mário Couto e Paulo Paim; depois, de acordo com imposição do Senador Flexa Ribeiro, ao Senador Wellington Salgado. Nessa ordem.

Vamos agora, então, escutar o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Nery, em 2003, quando iniciávamos nosso mandato, o Governo mandou a primeira medida provisória. Foi uma lástima! Ela era contra os direitos adquiridos, pétreos, consolidados, uma reforma previdenciária. Foi uma lástima! Incompetência total!

Atentai bem! Eu me lembro que, naquele tempo, o PMDB quis se aproximar do Governo. O Líder Mercadante me perguntara qual seria a melhor maneira. Eu disse: "Basta nomear um do PMDB: Pedro Simon, e nós estaremos bem representados." Ele teve até boa intenção, mas não sei porque não aconteceu. Aí foi a desgraceira que o País testemunhou: reinaram os aloprados e incompetentes. Eu nunca vi uma medida provisória tão inconseqüente do lado médico. Eles tinham que aprender conosco. Eu tinha acabado de votar – votei mesmo no Luiz Inácio, trabalhei nesse sentido. Mas era tanta ignomínia, que não passava. Cheguei com a experiência de ter criado um instituto – porque, quando Prefeito, isto era permitido às grandes cidades e às capitais –, de ter dirigido o Estado por duas vezes e de ter administrado o instituto do Estado, o Iapep, e minha vida de trabalho. Mas aquilo foi um desastre! E surgiu aquela mulher guerreira Heloísa Helena, brava. Quiseram levá-la para a fogueira, como Joana D'arc. Nós não deixamos queimar Heloísa Helena. Foi tão desastrosa a situação, que o Paim, já naquele tempo, salvara o PT, minimizara o sofrimento dos aposentados e veio com a PEC Paralela. Mostrando a sensibilidade desta Casa, recuamos, confiamos e aprovamos a PEC Paralela de Paim, que minimizou os sofrimentos e resgatou os direitos consolidados, pétreos. Aí é que Heloísa Helena não se afastou. Ela foi tão brava que

eu disse uma frase: "Homem se escreve com "H"; e mulher, com "HH": Heloísa Helena. Ela mostrou sua bravura, seu estoicismo. Quero dizer agora, não só para o Pará, mas para o Brasil, que V. Exª tem correspondido. O exemplo arrasta, o exemplo de bravura, de firmeza e de coragem de Heloísa Helena o arrastou. Quero dizer que, neste debate que aqui nasce, V. Exª deu a luz. Foi justamente o estadista Fernando Henrique, dando uma conferência no Interlegis sobre a convivência, vamos dizer, sobre o equilíbrio dos três Poderes, que reconheceu ser este o mais fraco; não aqui, mas no mundo. Mas ele não pode ser desrespeitado como está sendo.

Não pode ser desrespeitado. Então, era em momentos como esse que tínhamos que mostrar uma reação, e V. Exª deu a luz: não aprovarmos o Orçamento. A razão disto aqui, desde os primórdios, quando D. Pedro I fez o Parlamento, era cuidar do Orçamento. Então, já que não temos Orçamento impositivo, podemos brecar aqui: não vamos aprovar, este ano, o Orçamento, a não ser que o Ministro atenda ao nosso outro colega, do PT, o Delcídio Amaral, que é Presidente da Comissão de Orçamento. Ele demonstrou sensibilidade, demonstrou competência, responsabilidade, dando os meios, mostrando onde estão os recursos e o dinheiro para que pudéssemos devolvê-lo ao aposentado. Então, V. Exª, nesta noite de luta, trouxe a luz, porque aqui vai continuar. Esse foi um passo. Ninguém tem razão nenhuma aqui. Dei muito plantão, assim como o Papaléo, a Rosalba. A vida toda demos plantão sem sentir. Dávamos plantão para salvar vidas, e este momento aqui é mais significativo, quando salvarmos os salários dos nossos aposentados. Então, vamos, desde já, planejar outros movimentos. Vamos ao povo. A força daqui é o povo. Somos o povo. Então, vamos sair, como no passado, em momentos mais difíceis. Os congressistas conquistaram a democracia, indo para a praça pública, buscando a força do povo. O povo é o poder. Vamos acabar com esse negócio de Poder Executivo, do Luiz Inácio, de Poder Legislativo e de Poder Judiciário. Somos instrumentos da democracia. O Poder é o povo, que trabalha e paga impostos. Então, vamos ao encontro desse povo. Vamos marcar, começando por São Paulo, a maior capital do Brasil, na Praça da Sé. Vamos chamar todos os aposentados e vamos ganhar a rua, tirando da história o exemplo daqueles que fizeram renascer a democracia. Depois, vamos para o Rio Grande do Sul, Paim! Vamos para a praça pública. Estão aqui esses três gigantes que representam a grandeza histórica dos bravos do Rio Grande do Sul, que foram os ícones da liberdade dos negros e da própria República, por meio de Bento Gonçalves. Vamos a todos os Estados, para somarmos. Essa luta, ó Presidente Luiz Inácio, aprendemos com V. Exª. V. Exª, Luiz Inácio, foi muito bom para liderar as massas, para conquistar melhorias salariais para os trabalhadores, para fazer nascer a CUT, para fazer nascer o PT e, com essa marca, chegar à Presidência da República. Sabemos disso. Estamos aqui, então, para parabenizá-lo e cumprimentá-lo. Queremos dizer que a primeira é logo em dezembro. Não tem motivo para a gente aprovar. Câmara Federal – atentai bem – é a única oportunidade que vocês têm na vida de limpar aquilo que Luiz Inácio disse com firmeza, com bravura e com coragem: "Casa de trezentos picaretas. Ô Chinaglia, é o grande momento de limpar e apagar aquela verdade histórica que o Presidente Luiz Inácio disse: "Casa de trezentos picaretas".

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Mão Santa. V. Exª nunca me permite falar, quando estamos na mesma sessão, antes de V. Exª, para me referir à brava companheira Senadora e Presidente Nacional do PSOL, hoje Vereadora de Maceió, Heloísa Helena. Antes de eu falar de S. Exª, seja para homenageá-la, seja para lembrá-la, Senador Papaléo, o Senador Mão Santa o faz em primeiro lugar. Nesta sessão não foi diferente. Aqui relembraria justamente a luta em defesa da Previdência pública universal, e a luta contra a reforma da Previdência, em 2003, na qual Heloísa Helena teve um papel fundamental ao lado de tantas Srªs e de tantos Srs. Senadores nesta Casa, inclusive pela coragem de S. Exª em tentar manter princípios, diretrizes, trajetórias e o programa histórico do Partido dos Trabalhadores, por tentar manter isto, foi expulsa, em dezembro de 2003.

Senador Mão Santa, V. Exª tem razão. Para que essa luta seja verdadeiramente vitoriosa, necessita da participação mais direta dos aposentados deste País. Quando V. Exª propõe a convocação de grandes atos nas praças públicas, E anuncia São Paulo e o Rio Grande do Sul como os Estados em que possamos iniciar essa mobilização mais geral, mais massiva, mais participativa, V. Exª está coberto de razão, porque para ouvidos moucos, e às vezes o Congresso assim age, só o grito e a pressão das ruas para se fazer ouvir, Senador Geraldo Mesquita. Portanto, a lembrança de V. Exª quanto a participação e a mobilização popular de todos os aposentados do nosso País é fundamental para sacramentar essa conquista.

Ouço com atenção – e todos aqui estão bem atentos ao que cada um fala – o Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Nery, primeiro, quero dizer a V. Exª do meu orgulho de ter um Senador amigo, paraense, como V. Exª, que foi Vereador na cidade de Abaetetuba, veio para o Senado Federal, e aqui está mostrando ser um grande Senador. Tenho

a certeza de que o Pará, especialmente a cidade de Abaetetuba, estão satisfeitos com V. Exª. Chamou-me a atenção, Senador Nery, a preocupação de V. Exª, quando o Ministro da Previdência disse à imprensa e conseguiu burlar a imprensa, que estávamos discutindo aqui, exigindo do Governo que solucionassem os problemas que nós estávamos pleiteando em 105 projetos. Eu lhe escutei, e fiquei a meditar, depois que li, Senador Flexa Ribeiro, a *Revista Veja*. Não é culpa da revista. É culpa de quem deu a informação mentirosa à revista. Nunca, Senador, como V. Exª falou, nunca pleiteamos a solução de 105 projetos. Nunca. Alerto à Nação: vejam que pelas declarações do Ministro hoje, a imprensa, o Ministro vai continuar falando que não é verdade, e tentando nos jogar contra a população brasileira. Eu não tenho nenhum receio disso, Senador, Não tenho. A minha consciência está tranqüila. Se for para fazer novamente, faço, faço porque sei que a causa é justa, faço porque, Senador, esta é minha obrigação de fazer. Falem o que quiser, Senador, podem falar o que quiser, Senador Flexa, eu estou consciente da minha obrigação. Agora, eu gostaria de saber, Senador, o que pensa o povo do Ceará com relação ao Ministro Pimentel. Eu queria saber o que pensam os aposentados do Ceará em relação ao Ministro. Recebi aqui mais de cem *e-mails* do Ceará, condenando a atitude do Ministro. Você pode ter a certeza de que o aposentado, pensionista cearense nunca mais vai querer ver a cara do Sr. Pimentel no Ceará. Não tem quem livre ele disto, porque ele se mostrou truculento, truculento, na decisão que ele tomou hoje à tarde. Ressaltei isso porque foi uma preocupação de V. Exª. Se o Ministro pensa que está nos tocando, ele – o Ministro – é quem está se afundando junto ao povo brasileiro, especialmente o do Ceará. Eu até desejo, Senador Nery, que os aposentados façam um movimento no Ceará, em Fortaleza, e esperem o Ministro chegar lá, de avião, para fazerem os agradecimentos ao Ministro. Eu até espero que os aposentados possam ir ao aeroporto aplaudir a atitude do Ministro com relação a eles, porque ele mandou um recado para o seu povo no Ceará: "Morram de fome, aposentados! Que se lixem vocês! Eu não quero nem saber!" Que atitude! Que atitude! Então, quero parabenizar V. Exª. Fiz este aparte porque V. Exª foi o primeiro que condenou a atitude do Ministro em faltar com a verdade – para não dizer mentir –, porque nunca nos sentamos com o Ministro para questionar 105 projetos; nunca falamos que queríamos 26.5 do PIB brasileiro. Nós não somos irresponsáveis. O que queremos é o acordo. Não venham com migalhas, mas queremos o acordo possível, não desastroso em prejuízo desta Nação. Isto é inteiramente viável, inteiramente viável. Já provou, várias vezes, o Senador Paim, com números reais, que isso é viável. Mas, toda vez que o Senador Paim demonstra números, o Ministro baixa a cabeça; toda vez que o Senador Paulo Paim questiona números na reunião, o Ministro baixa a cabeça, como quem diz "você está certo, estou errado, mas aqui sou mandado, tenho de fazer o que me mandam". Obrigado, Senador Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço-lhe, Senador Mário Couto, porque, na contundência das palavras de V. Exª, está intrínseca a defesa de uma causa que une todo este Senado. Mesmo considerando que, na vigília, haja a participação de treze Senadores, o povo brasileiro, aqueles que acompanham a sessão precisam ter a consciência de que os projetos que tratam do direito dos aposentados foram aprovados por unanimidade nesta Casa e encaminhados à Câmara dos Deputados, que está com a palavra, para tomar a decisão que todo o Brasil quer, que todos nós esperamos.

Senador Mário Couto, V. Exª exige um diálogo feito com o Governo em relação aos projetos em tramitação nesta Casa e na Câmara. V. Exª exige transparência, lealdade e sinceridade, porque estamos cansados de ouvir cartas de intenção, palavras bonitas que não correspondem à realidade. Creio que, em determinado momento, o Ministro José Pimentel quase desdenhou das informações que lhe foram apresentadas na mesa de negociações.

Creio, Senador Mário Couto, que o caminho é o da luta, é o da busca do diálogo, mas esse diálogo tem de ser feito com pressão, com pressão da voz, com pressão da representação que o mandato parlamentar nos confere, mas com pressão também vinda das ruas, das representações de aposentados. Aqui, a esta hora, contamos com a representação de vários Estados: Mato Grosso, Alagoas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Brasília, Minas. Essa é uma demonstração de que há sintonia entre o que quer o nosso povo e o que quer o Senado da República, que aqui discutiu, votou e aprovou os projetos de interesse dos aposentados.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Nery, permita-me fazer este aparte e não falar só dos aposentados. Primeiro, quero dizer que V. Exª é um gigante e vou explicar por quê. V. Exª é o único Senador do PSOL e consegue estar em todas as Comissões, em todos os eventos, e ainda está firme nesta vigília, durante toda a noite, defendendo com muita convicção os interesses dos aposentados e também dos pensionistas. Foi falado aqui da Senadora Heloísa Helena. Tenho certeza de que a Senadora Heloísa Helena está muito orgulhosa por ter sido substituída por V.

Exª na função – ela era a única Senadora do PSOL, e V. Exª é o único Senador do PSOL aqui. Em segundo lugar, não tenho dúvida em relação às propostas que V. Exª aqui apresentou. Temos de construir um acordo de viajarmos por este País, fazendo um debate sério sobre uma previdência universal, igual para todos, de Ministro do Supremo a trabalhador celetista do interior, do que a gente chama de "chão de fábrica". Senador José Nery, V. Exª tem dado demonstração clara de parceria, de companheirismo e de palavra. Toda vez que dialogo com V. Exª, não espero o dia posterior para ver se o acordo foi cumprido ou não, mas saio convencido de que o acordo está selado. Quero dizer que é uma alegria muito grande trabalhar com V. Exª. Tenho certeza de que o trabalho de V. Exª será reconhecido, cada vez mais, por todo o povo brasileiro. Nessa questão dos aposentados, especificamente, não tenho dúvida alguma do seu senso de justiça. Por isso, é com muita convicção que V. Exª, da tribuna, aponta caminhos para que a gente faça essa grande mobilização em defesa dos aposentados. Quero dizer a V. Exª que tenho aqui a relação dos *emails*, Estado por Estado. O Estado de V. Exª foi um dos que mais remeteram correspondência, nesta noite, para esta vigília cívica que estamos fazendo aqui. Eles podem duvidar. Eu não gostaria que duvidassem, porque ninguém quer fazer desafios aqui, mas, com certeza absoluta, o Congresso Nacional há de dar uma resposta positiva aos milhões de aposentados que estão em suas casas, nesta madrugada, sem dormir, acompanhando este debate. Parabéns a V. Exª!

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Eu é que lhe agradeço, Senador Paulo Paim, a generosidade de suas palavras. Este agradecimento, na verdade, eu gostaria de fazer ao final do meu pronunciamento, mas vou adiantá-lo, dizendo do meu aprendizado ao ver a forma com que V. Exª trabalha e aprofunda o compromisso com os interesses mais legítimos, mais sinceros, mais corretos e mais justos do nosso povo.

Nesses dois anos no Senado Federal, posso afirmar minha convivência fraterna e respeitosa, mesmo na divergência, com vários dos meus Pares, dos meus Colegas. E quero dizer que V. Exª é aqui um exemplo em que tenho mirado para desenvolver minha atividade parlamentar no Senado, pela grandeza com que V. Exª trata todas as questões, pela forma como trata seus Pares, mesmo na divergência, quando, em cada questão, procura buscar o consenso e o entendimento, sempre preservando a essência daquilo que representa os interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros, na luta em defesa do salário mínimo, na luta em defesa dos aposentados, na luta contra a discriminação de qualquer natureza, na luta em defesa da plena cidadania.

O Brasil orgulha-se muito de V. Exª. Também seus brilhantes colegas de bancada, os companheiros Senador Pedro Simon e Senador Sérgio Zambiasi, são orgulho nesta Casa, pela competência, pela clareza com que expõem as posições e defendem os interesses do País.

A homenagem que quero fazer a V. Exª – e acabo me antecipando, porque faria ao final de minhas palavras, quando do encerramento desta intervenção – é de profundo reconhecimento ao que V. Exª tem feito em defesa dos trabalhadores, das lutas democráticas do povo brasileiro. Que seu exemplo seja multiplicado muitas vezes, não só neste Senado, mas no Congresso, na Câmara e na política, em geral, eis que V. Exª faz política defendendo os interesses do povo e dos trabalhadores, com ética, com honestidade, com convicção e com a certeza de que, em cada gesto, em cada palavra, em cada projeto, em cada ação, o que conta é a causa – não são as coisas, como diz o Senador Geraldo Mesquita.

Parabéns, Senador Paim, porque o que estamos vivenciando nesta noite devemos à pertinácia e à determinação de V. Exª. O Brasil reconhece isso. V. Exª engrandece a política brasileira, como muitos de nossos Colegas, a maioria de nossos Colegas, que têm igual compromisso com o povo, com os trabalhadores. Igualmente, a quem também rendemos as nossas homenagens.

Ouço, agora, o Senador Wellington Salgado, do PMDB de Minas Gerais. E, quando Minas fala, fala o Brasil. Minas tem na política uma forma muito especial de trabalhar e de conquistar seus espaços da política brasileira.

Minas fala agora pela voz do Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador José Nery, V. Exª ocupa a tribuna, como sempre, defendendo os mais necessitados, aqueles que muitas vezes não são reconhecidos pela legislação em vigor. Sempre vejo V. Exª do lado do mais fraco; sempre. Em todos os posicionamentos, sempre se mexendo, correndo, fazendo contato, sempre defendendo os mais fracos. E, hoje, mais uma vez, V. Exª vem à tribuna defender os aposentados. Todos nós seremos aposentados um dia. Todos nós que trabalhamos, recolhemos nossos impostos, um dia vamos nos aposentar. Quando falamos em aposentados, acabamos indo para dentro de casa. Eu vejo meu pai, que tem que acordar, tomar o remedinho para pressão, o remedinho para açúcar, e, se ele fosse viver da aposentadoria para comprar esses remédios, Senador Mão Santa, V. Exª que é mé-

dico, assim como o Senador Papaléo, que também é médico, ele não teria condição nenhuma de sobreviver. Hoje, mantivemos contato com vários aposentados, que nos enviaram *e-mails*, como foi demonstrado por vários Senadores aqui. Estou aqui com o Senador, que está com um bolo de *e-mails* que recebeu, lendo um por um, de apoio ao momento que estamos vivendo. São 5h13min da manhã. Estamos direto aqui, Senador Nery, e o nosso acordo é até às 6 horas da manhã. Por outro lado, quero fazer um registro, não contra os aposentados, até porque, se estou aqui, é porque eu os defendo também. Mas temos de admitir que não existe, pelo menos na história recente, nenhum presidente com sensibilidade maior para o povo do que o Presidente Lula. Alguns da Oposição podem citar uma situação contrária, mas todos têm de concordar que o Presidente Lula sempre agiu com o coração, pensando primeiro nos outros. Quanto à questão dos aposentados – tenho em casa os exemplos de dois aposentados: meu pai e minha mãe, que é professora aposentada –, ela vem historicamente prejudicando os aposentados. É histórico. Não é deste Governo, mas do Governo anterior, do anterior ao anterior e do anterior. E vêm prejudicando os aposentados. Então, o que acontece? Esse apoio que estamos dando aos aposentados – e o estou dando também – muitas vezes dá a entender que o Presidente Lula não está de acordo com a ajuda aos aposentados. Ora, este é o Presidente que mais corrigiu o salário mínimo, dando correção acima do salário mínimo. Hoje, estamos aqui pedindo... Não queremos, como bem disseram alguns Senadores, que a proposta leve o País à falência de alguma maneira, mas que venha alguma coisinha. Tenho certeza de que o Senador Paulo Paim está propenso a negociar ou que quer uma negociação. Que venha alguma correção para dar uma esperança, Senador Nery, para que se possa dizer que vai melhorar mês que vem, que vai melhorar ano que vem. Agora, não podemos jogar tudo isso nas costas do Presidente Lula, como se ele fosse culpado. De maneira alguma. Não há nenhum Presidente na história recente que tenha mais sensibilidade com o povo do que o Presidente Lula. Tenho certeza de que amanhã – hoje, porque já são 5h15min – ele vai receber a informação e vai chamar seu Ministro, porque quem manda no Governo é o Presidente, aquele que foi eleito pela maioria. O Ministro é colocado pelo Presidente. Qualquer um é colocado e tirado pelo Presidente. O Presidente é o dono do time, para usar expressão do Presidente Lula. Ele bota o ponta esquerda, o ponta direita. Se o meio de campo estiver jogando errado, ele vai tirar. Agora, não vamos achar que também tudo é culpa do Presidente. Muitas vezes, o telespectador da TV Senado que está virando a noite, acompanhando esta sessão, aquele aposentado que tem, aqui, no nosso posicionamento, uma esperança... Porque hoje nós ficamos aqui, a noite inteira, mostrando que queremos que haja uma solução melhor para o aposentado. Nós queremos um caminho diferente. Essa é a idéia do que está acontecendo aqui. Não pode ser assim. Não pode ser tratado dessa maneira. Hoje, é um marco. Daqui para frente, vai ser diferente. Aqui, somos alguns Senadores. Viramos a noite. Amanhã, haverá mais. Aqueles que não participaram hoje vão se arrepender de não estarem aqui hoje; aqueles que foram dormir, preparando-se para assistir ao jogo da Seleção Brasileira amanhã...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Hoje.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Hoje. Esses vão se arrepender, com certeza. Esta foi uma noite maravilhosa, uma noite para não ser esquecida, uma noite para, quando estivermos aposentados, lembrarmos. Quando eu estiver velhinho, com meus netinhos, vou lembrar deste momento. Agora, como eu disse, Senador Nery – já está manifestado, o Presidente vai tomar ciência do que aconteceu aqui nesta noite –, não podemos colocar tudo também na conta do Presidente Lula. Não vejo um presidente, na história recente do País, com mais sensibilidade para o povo brasileiro do que o Presidente Lula. E não estou dizendo isso porque seja do PT, que não sou; sou do PMDB. Gosto do Presidente Lula e penso que o trabalho que ele tem feito tem melhorado para o povo brasileiro. Não sou PT, não; nunca fui PT. Tenho amigos no PT. Meu Partido é o maior deste País. É um Partido que elegeu mil duzentos e poucos prefeitos, oito mil e poucos vereadores. É um partido que não tem dono, tudo é decidido no voto. O PMDB não tem dono. Nós escutamos o Pedro Simon, o Sarney, o nosso Presidente Michel Temer, mas na hora vale o voto. Lá não há cabresto não. Lá não há: "É por aqui" e vai todo mundo. Lá é no voto. Então, Senador Nery, V. Exª está aqui hoje como estará sempre que houver alguém sendo massacrado por uma legislação que não foi atualizada, pela própria Constituição – se houver algum momento em que não haja proteção. Para mim é uma honra muito grande estar aqui e participar deste momento, olhando nos olhos de V. Exª, ouvindo V. Exª falar no que acredita, defendendo os mais fracos, os mais necessitados e o povo aposentado, que está nos vendo. Não foi uma noite perdida, mas uma noite ganha. A partir de hoje, é um novo momento. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exª.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Wellington Salgado.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Senador Sérgio Zambiasi, já já concedo um aparte a V. Exª. Logo, logo.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Permita-me pegar uma carona com o Senador Wellington.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pois não.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Eu até estava inscrito, Senador Mão Santa, sou o próximo, mas abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço permissão para dar uma sugestão.

Esta sessão não é decidida pelo Senador Mário Couto, mas inspirada no ícone desse movimento, que sem dúvida é Paulo Paim. Nós participamos, e foi bem dirigida, com competência e serenidade, pelo representante da Mesa Diretora, Senador Papaléo Paes. E ele me advertiu que negociou com os funcionários que ela deveria terminar às 6 horas da manhã, embora os Senadores estejam dispostos a continuar. Então, estão inscritos ainda e não falaram: Sérgio Zambiasi, Geraldo Mesquita e Paulo Paim. Sugeriria que, nesses 40 minutos finais, eles tivessem uma capacidade sintética e encerrassem com brilho, para que fossem liberados os funcionários...

O SR. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Mão Santa, estou exatamente seguindo a sua linha e orientação, abrindo mão da minha inscrição e fazendo um aparte ao Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Eu ouço, com atenção e satisfação, o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estão inscritos ainda Zambiasi, Geraldo Mesquita e Paulo Paim.

O SR. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Estou abdicando da minha inscrição...

O SR. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Exª me eliminou.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, não. Não, não. V. Exª...

O SR. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Fui eliminado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª não estava aqui nesta lista, mas passa a integrá-la agora. Eu peguei, a lista estava aí.

O SR. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Para respeitar, abro mão, para ouvir por último o Senador Paulo Paim. Abro mão da minha inscrição, meu Presidente Mão Santa, para que possamos ouvir ao final o Senador Paulo Paim.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Com o mesmo objetivo – obrigado, Wellington; obrigado, Senador Mão Santa –, nessa mesma linha, repito: abro mão da minha inscrição. Nós estamos aqui, os Senadores, desde o início da noite. Eu, Senador Paim, afastei-me por duas horas do plenário, para acompanhar a Frente Parlamentar do Carvão. O Senador Paim conhece bem o que significa essa questão do carvão para o Rio Grande do Sul: o Sul tem as maiores reservas de carvão do Brasil, Senador José Nery, 31 bilhões de toneladas. Nós estamos fazendo um grande movimento, de maneira que o carvão possa ser reconhecido como fonte de energia limpa – o carvão mineral. Esse é, então, o trabalho que estamos fazendo. Tivemos uma grande reunião, agora à noite, com representantes do setor e do Ministério de Ciência e Tecnologia. Acreditamos que, brevemente, essa será uma energia limpa, como já está sendo gerada na Europa. Aliás, o carvão gera, hoje, 41% de toda a energia utilizada no planeta. É o carvão, apesar de todos os preconceitos em relação a ele. Estamos buscando estudos, de maneira que ele venha a ser uma fonte geradora de energia limpa. Como acontece em alguns países, será assim também no Brasil, aliviando-se a questão das hidrelétricas, porque há uma tensão muito forte em relação a isso. Sabemos desse problema, e todos precisamos de energia. Então, estou justificando as duas horas de ausência, no início da noite, aqui do plenário, mas, no mais, todos passamos esta noite aqui, acompanhados da solidariedade do Brasil. Eu dizia lá atrás, Senador Mesquita, que esta não foi uma vigília do Senado, dos Senadores, dos seus servidores; foi uma vigília do Brasil, com milhares de pessoas se comunicando. Ainda há pouco, recebi o telefonema da Margarete, que é servidora do INSS. Ela ligou, comovida, emocionada, e disse: "Estou na vigília. Sirvo ao INSS e sei da luta dos aposentados, para buscar os seus benefícios". É um depoimento de alguém que está ali, no dia-a-dia, no guichê, diretamente trabalhando com aqueles que sofrem esse cotidiano, que não é uma coisa simples, não. Então, minha solidariedade a esses servidores que, pacientemente, tentam encaminhar as soluções para essas comunidades, para essas pessoas que, após longos anos de trabalho, muitas vezes, acabam não alcançando o seu objetivo em função de problemas burocráticos. Ao trabalho desses servidores do INSS também a nossa homenagem nesta noite. Quantos estiveram nesta vigília aqui, acompanhando-nos, torcendo que encaminhemos uma solução positiva para o seu problema. Fiquei pensando, Senador Paim, que V. Exª tem três projetos apresentados aqui. Agora, um que considero absolutamente vital para que se recomponha todo esse processo, talvez o mais importante, é aquele que engloba, em princípio, as principais reivindicações, que é a questão do fator previdenciário. Fator previdenciário, Senador Mão Santa. É aquele que oferece a oportu-

nidade de o cidadão que contribui durante seus 30, 35 anos chegar à sua aposentadoria, programando a sua vida, o que não acontece hoje, Senador José Nery. O cidadão que porventura tenha o privilégio de se aposentar com mais de um salário mínimo está condenado, a cada ano, a receber menos; a ter, a cada ano, um pedacinho do seu salário retirado nas diferenças dos reajustes. Infelizmente, o reajuste do salário mínimo não é o mesmo para as aposentadorias acima de um salário mínimo. Essa é a grande injustiça provocada pelo fator previdenciário. Se ele teve alguma razão para existir um dia, como muito bem comentou o Senador Pedro Simon, acho que é a hora de essa injustiça ser corrigida. Fiquei olhando um pouco para a história, Senador Wellington, e concordo plenamente com suas palavras de respeito e de apoio ao Presidente Lula. Concordo em que não tivemos nenhum Presidente, nos últimos anos, com a mesma sensibilidade, com o mesmo compromisso social. Repito aqui que meu voto, em Plenário, ao Governo é por convicção, portanto é um voto que não custa um cargo, uma nomeação, exatamente porque entendo que estamos vivendo um momento de paz social, que só um homem com a origem do Presidente Lula poderia proporcionar ao Brasil. Comentei aqui, Senador José Nery, que, na apresentação da CPMF, eu e o Senador Paim votamos favoravelmente, após um discurso que nos convenceu, feito pelo Senador Simon, mesmo, posteriormente, tendo seu voto contrário. Mas ele trabalhou aqui uma proposta de acordo, para que o Governo pudesse oferecer o convencimento a todos nós. Infelizmente, a pressão daquela noite foi tão grande, que acabamos votando e sendo derrotados aqui em plenário. E eu disse que a sensação, pelas informações que vira, era a de que o mundo estaria desabando naquele momento. E aconteceu o inverso, o contrário. E não foi só com o Presidente Lula: lembro, Senador Simon, o início do Governo Ieda, lá no Rio Grande do Sul, quando foi proposto um aumento dos impostos, um aumento de ICMS para alguns produtos. E essa proposta foi derrotada pela Assembléia do Rio Grande do Sul. A sensação que se tinha, então, era a de que estaria acabado o Governo. Pois, pelo contrário, foi a mola propulsora para que a Governadora Ieda promovesse um severo ajuste fiscal, reorganizasse o Governo, o Estado, o que permitiu que, nesta segunda-feira, inclusive na presença dos Senadores Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio, Cícero Lucena – estive presente; recebi os telefonemas do Senador Pedro Simon e do Senador Paulo Paim, que não puderam estar presentes –, fosse anunciado um fato histórico para o Rio Grande do Sul. Pela primeira vez, em 36 anos, encerra-se um ano orçamentário no azul. E, pela primeira vez, nos últimos quatro anos, os servidores receberão seu 13º salário em dia, agora, no próximo dia 5, sem se recorrer a empréstimo. Tradicionalmente, nos últimos anos, para que os servidores do Estado do Rio Grande do Sul, os 319 mil, entre ativos e inativos, pudessem receber os seus salários, o Governo fazia um empréstimo no Banrisul, no Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Foram R$150 milhões em juros o Governo do Estado pagou nos últimos quatro anos, para poder oferecer o 13º salário aos seus servidores. Foi um fato histórico. Lembro mais, Senador José Nery, para encerrar esta minha intervenção; lembro uma comparação que deve ser feita entre os dois Presidentes mais populares, mais amados, mais queridos do Brasil, Getúlio Vargas e Lula. Olhando um pouco para a história, Senador Simon, lembro-me da leitura feita da história, quando Getúlio sancionou as leis, propôs os direitos aos trabalhadores, as leis trabalhistas da CLT. Qual foi a reação, à época, dos empresários? Qual foi a reação, Senador Simon? Qual foi a reação, à época, dos investidores, dos empresários? Que o Brasil iria quebrar. Com as leis trabalhistas o Brasil quebraria. Pelo contrário, o Brasil não quebrou, deu dignidade aos trabalhadores, ofereceu uma oportunidade única. A CLT, ainda hoje, com algumas alterações, está em vigor aquela de Getúlio Vargas, Senador Paim. Então, imagino que estamos nesse divisor de águas, e o Presidente Lula podia fazer essa reflexão e pegar um desses projetos, o fator previdenciário, apoiando a sua implantação. E o fator previdenciário, pela proposta do Senador Paim, não é de hoje para amanhã, entra a idade mínima, tem uma série de pontos a serem observados e é uma aplicação gradativa, gradativa, não é uma obrigação imediata, mas é oferecer para o futuro a tranqüilidade de que os próximos aposentados tenham uma condição idêntica à dos servidores públicos, idêntica, sem esta desigualdade, sem esta diferença. O servidor público conquistou esta vitória, conquistou o direito de aposentar-se com os seus vencimentos integrais e permanecer com eles e receber os mesmos reajustes. O que nós queremos é que o aposentado do INSS, mesmo limitado a dez salários mínimos, mesmo limitado a dez salários mínimos, tenha também, por justiça, este direito, que possa aposentar-se com os valores que ele recebe na ativa e possa também se organizar para a sua vida. É isto. Acredito, sinceramente, que o Presidente Lula pode propor uma negociação alternativa, de maneira que tenhamos, no Governo Lula, a oportunidade de corrigir esta injustiça histórica em relação aos aposentados. Muito obrigado, José Nery. Dou por cumprida a minha participação e abdico, portanto, da minha inscrição de pronunciamento da tribuna. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Sérgio Zambiasi. Eu poderia aqui fazer vários comentários a partir da intervenção de V. Exª, que abordou um conjunto de questões relacionadas com os desafios na vida pública. Nem sempre aquilo que está colocado como projetos, à medida que não são acolhidos, parece que um terremoto vai se abater sobre nós, sobre o País, nem sempre acontece assim. Eu poderia fazer alguns comentários, mas em razão do apelo feito pelo Presidente, só queria cumprimentar V. Exª e agradecer que tenha sido durante o meu pronunciamento que V. Exª, tão sabiamente, tenha oferecido aqui a sua importante contribuição nesta luta em defesa dos aposentados e pensionistas do País.

Concedo, com muita honra, o aparte ao Senador Papaléo Paes, membro da Mesa Diretora, juntamente com o Senador Flexa Ribeiro, que conduziu de forma exemplar essa sessão.

Com muita honra ouço V. Exª.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador José Nery, quero aproveitar e parabenizar V. Exª, parabenizar todos que se pronunciaram aqui hoje. E, para honrar o compromisso de honra que fizemos com os servidores da Casa, que estão direto na vigília conosco, quero agradecer a participação dos senhores e das senhoras. Se formos fazer o levantamento, são mais de 200 pessoas que estão envolvidas na manutenção da nossa sessão – o Serviço Médico inclusive está aqui presente. Ainda há pouco o Senador Flexa Ribeiro quase acionou o Serviço Médico, por um diagnóstico malfeito à distância. É que, como médico, quis fazer uma brincadeira de médico. Eu gostaria de agradecer a todos pela participação, e gostaria de dizer a V. Exª do meu reconhecimento pelas suas qualidades como excelente Senador. Eu faria alguns comentários a respeito do que o Senador Wellington nos forneceu quanto à questão do Governo Lula. É que não estamos discutindo a simpatia do Senhor Presidente, a qualidade do Senhor Presidente como homem público, como uma pessoa extremamente aceita pela população. Não é isso o que estamos discutindo. Se formos discutir, todos são favoráveis ao Presidente Lula. Queremos discutir, mais profundamente, a qualidade de seus assessores, o que o Senhor Presidente realmente tem como intenção e o que ele recebe de informações no Palácio do Planalto. Então, parabéns a V. Exª. Quero recomendar aos Srs. Senadores que mantenham esta fibra de lutar a favor dos aposentados e dizer que todo o Estado do Pará como o Rio Grande do Sul estão de parabéns por estarem presentes nesta sessão, na totalidade de seus representantes. Então, parabéns, Senador Nery, parabéns a todos os Senadores do Estado do Pará e aos Senadores do Rio Grande do Sul.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Papaléo. Seus agradecimentos, na verdade,...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Nery, estão inscritos ainda: Geraldo Mesquita, Paulo Paim e Pedro Simon.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Senador Mão Santa, tinha que ser V. Exª presidindo a Mesa para, pela enésima vez, me mandar descer da tribuna. Compreendo V. Exª e compreendo o acordo feito, mas não sei porque razão tem que ser comigo. V. Exª quando assume a Presidência diz assim aos oradores: "Use a tribuna pelo tempo que for necessário". O Senador Geraldo Mesquita, num gesto de grandeza, também fez isso comigo há pouco, quando comecei o pronunciamento, S. Exª fez essa saudação, esse incentivo. Compreendo que temos um tempo previsto para encerrar a nossa sessão, mas se dependesse da disposição e do ânimo dos Srs. Senadores com certeza iríamos até um pouco mais tarde.

Mas eu quero compreender o acordo feito. Vou conceder a palavra ao Senador Geraldo Mesquita para um aparte e, sem dúvida, todos nós, em seguida, nos preparamos, todo o Senado, todo o Brasil se prepara para ouvir o comandante maior desta luta, o estimulador maior deste processo que é o Senador Paulo Paim.

Com muita satisfação, escuto o Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Nery. Eu também quero encerrar minha participação, abro mão da minha inscrição. Acho que é uma questão de justiça ouvirmos, de forma sintética, a palavra daquele que tem nos orientado nesse assunto, que é o Senador Paulo Paim. Eu queria, de forma bem breve, Senador Nery, primeiro, dizer para as pessoas que se comunicaram conosco, por meio de um volume enorme de *e-mails*, que eu me sinto honrado pelo fato de ter recebido essa quantidade tão grande de mensagens tão positivas de solidariedade, de compreensão. Segundo, da mesma forma, quero dizer que para mim foi um privilégio muito grande ter participado com Senadores, com a Senadora Rosalba, dessa maratona cívica, desse plantão cívico em favor de uma causa nobre. Quero, da mesma forma, agradecer – o Senador Papaléo lembrou com muita propriedade – aos mais de 200 servidores do Senado que estão neste momento, juntamente conosco, trabalhando, atuando: o próprio corpo médico do Senado, a Agência Senado continua produzindo, o serviço de comunicação, os servidores da Mesa, os servidores

do plenário, gente que está por aí, anonimamente, prestando um serviço ao Senado Federal e ao País. Agora, quero concluir, Senador José Nery, fazendo um apelo para que nenhum de nós se dê por satisfeito com o que aconteceu aqui, porque às vezes a gente tem uma tendência: "Ah, nós conseguimos um feito extraordinário. Ficamos lá várias horas, amanhecemos no plenário". Olhem, nós ainda não chegamos a lugar nenhum. Esse caminho não tem volta. Nós acabamos de arrombar uma porta, entramos em um caminho que não tem volta e não podemos nos dar por satisfeitos, Senador Paim, com o simples fato de termos ficado aqui em vigília esse tempo todo. Tem muita coisa pela frente, tem muita estrada para pavimentar, e nós não podemos nos dar por satisfeitos com o que aconteceu aqui. Eu volto àquela sugestão que eu ofereci horas atrás, de alijarmos... Não sei se a expressão seria essa, porque o avançar da noite para o dia já faz com que a gente fique assim meio cansado, mas para mim foi uma decepção enorme a participação do Ministro da Previdência nesse processo de diálogo e de discussão. Acho que ele perdeu a legitimidade, acho que ele perdeu a credibilidade para sentar novamente com parlamentares e discutir essa questão. É por isso que eu advoguei a necessidade de estabelecermos uma linha direta com o Presidente da República, de quem aqui se destacou a sensibilidade para com a questão social. E, aí, pode-se dizer: "Mas a questão ainda está na Câmara!". Eu acho que o Presidente Lula tem uma influência muito grande na Câmara dos Deputados. A sua base de sustentação na Câmara dos Deputados é folgada, Senador Nery. Acho que uma convocação do Presidente Lula seria suficiente para que a Câmara dos Deputados se mobilizasse no sentido de aprovar os projetos que saíram aqui do Senado, aprovados por unanimidade nesta Casa. É por isso que eu volto a insistir num canal direto, numa linha direta, para que se trate desse assunto com o Presidente da República, para que ele, exercitando essa sensibilidade que foi destacada aqui, possa orientar sua bancada – que é grande, é folgada na Câmara dos Deputados – no sentido de aprovar, ainda este ano, os projetos que estão lá dormitando. E, aí, sim, chegando na mão dele, sancioná-los. E ainda há o espaço aberto para algumas negociações em face da mudança – vamos ser realistas – de situação que vive hoje o País. Tudo isso é factível. Tudo isso é possível de ser conversado, de ser negociado. Agora, não se pode continuar empurrando o problema com a barriga. Os aposentados não merecem mais esse tratamento, o País não merece mais esse tratamento. Portanto, encerro a minha participação, Senador Nery, saudando a sua fala, sempre ponderada, sempre firme, na defesa dessa importante categoria de brasileiros e brasileiras. Uma boa-noite a todos! Muito obrigado.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Queria encerrar o pronunciamento tratando aqui, pelo menos, de um tema que considero fundamental para o enfrentamento da questão da luta dos aposentados, bem como no que diz respeito à possibilidade de maiores investimentos sociais do País junto a nosso povo. Trata-se, Srs. Senadores, Sr. Presidente Papaléo Paes, da necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP. Fazendo soar a campainha.) – Permita-me, Senador. Só para cumprir o Regimento, vou prorrogar a sessão por mais 16 minutos.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ... de o Senado da República discutir uma questão que parece intocável. Está no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal a determinação da realização de uma auditoria da dívida, que até hoje nenhum governo teve a coragem de fazer. Essa questão é essencial. Nenhum governo! Portanto, cabe ao Senado, cabe ao Congresso, cabe à Câmara tratar dessa questão, porque, na medida em que façamos a auditoria e identifiquemos que o Brasil não pode continuar dispensando R$150 bilhões por ano para o pagamento do serviço dessa dívida impagável, nós vamos compreender que, estancando a sangria com o pagamento da dívida ou do serviço da dívida, nós vamos ter recursos para os aposentados, para os trabalhadores, para as trabalhadoras, para as políticas sociais em geral.

Não dá para discorrer além disso, porque, afinal de contas, nós vamos aqui acabar cometendo, eu diria, uma certa injustiça, porque o Senador Paulo Paim, encerrando esta manifestação cívica, vai ter apenas 15 minutos, quando, na verdade, ele, por merecimento, por justeza, mereceria, sim, ter falado toda a sessão. Ele é o representante maior aqui da causa pela qual todos nós estamos empenhados. Cada um de nós tem a sua contribuição, os Senadores que estão aqui e os Senadores que não estão aqui, porque fizemos a nossa parte e aprovamos esse projeto aqui no Senado. Mas o Senador Paim, com certeza, com seu brilhantismo, saberá dividir com cada brasileiro e com cada brasileira que acompanhou esta vigília essa experiência magnífica de uma luta que não tem volta, deixando aqui o recado claro: ou terá acordo, ou não teremos Orçamento aprovado.

E dizemos ainda, Presidente Papaléo, da importância de estabelecer esse canal direto com o Presidente da República para com ele estabelecer

as condições para um acordo aceitável. Ainda mais, dizer que é imprescindível lutar aqui pela rejeição da MP dos banqueiros, porque com isso teremos mais dinheiro para os investimentos sociais.

São essas bandeiras, são essas lutas, ao lado do agradecimento aos funcionários do Senado, dos nossos gabinetes e de todos os que estiveram irmanados nessa importante página da luta dos aposentados e dos pensionistas do nosso País.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – E o dia que nasce será mais um dia de esperança e de luta para construir o Brasil dos nossos sonhos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Nery.

Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, ao Senador Pedro Simon, à Senadora Rosalba Ciarlini, ao Senador Wellington Salgado, ao Senador Mário Couto, ao Senador Mão Santa e ao Senador Flexa Ribeiro.

Vamos ouvir, com muita honra, o Senador Paulo Paim.

(Palmas.)

Nossa sessão está prevista para encerrar-se às 6 horas, mas é claro que V. Exª terá o tempo que necessitar para o seu pronunciamento, solicitando a compreensão daqueles com quem acordamos que terminaríamos a sessão às 6 horas. Tenho certeza absoluta de que, pela importância do tema, V. Exª poderá discorrer pelo tempo que necessitar, como falei anteriormente, com a atenção de todos nós e dos nossos telespectadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, Srª e Srs. Senadores, eu confesso que, para mim, é um momento bonito, mas, ao mesmo tempo, estou controlando a tal da emoção. Qualquer um de nós, quando vai falar, às vezes, acaba dizendo que a emoção está tomando conta.

Eu quero, primeiro, agradecer muito, muito ao Senado da República, a todos os 81 Senadores, na figura do Senador Garibaldi, que fez de tudo para que o acordo fosse construído. Quero agradecer aos Senadores aqui presentes. Citando eles, cito todos: Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Zambiasi, Senador Simon, Senador Mesquita Júnior, Senador Flexa Ribeiro, Senador José Nery, Senador Wellington Salgado, Senador Mário Couto, Senador Mão Santa, Senador Papaléo Paes, Senador Expedito Júnior, por extensão, o Senador Heráclito Fortes, que ficou aqui por um longo período e se retirou por motivo de doença. Agradeço ao Senador Expedito Júnior, que foi Relator também da matéria. Agradeço, por extensão, ao Senador Rodolpho Tourinho, que não é mais Senador, mas construiu, em cima da peça original, o primeiro substitutivo. Agradeço também ao Senador Flávio Arns, que teve de viajar para São Paulo onde ia fazer uma palestra e se justificou. S. Exª ia passar a noite conosco e, com certeza, vai estar nas outras vigílias, conforme se comprometeu. Quero agradecer às confederações e às centrais sindicais. Todas me telefonaram dando total apoio neste momento. Em especial, agradeço à Cobap e ao Mosap passaram a noite em nossa companhia. Quero agradecer também ao nobre Senador Romeu Tuma, que se retirou, também por motivo de doença. Quero agradecer também, sem sombra de dúvida, a todos os Estados. Não vou dizer aqui o número de *e-mails*, mas entre *e-mails* e telefonemas recebemos, no gabinete, mais de 7 mil, durante esta noite. Agradeço ao Estado do Acre, de Alagoas, do Amapá, do Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Foram milhares de *e-mails* e telefonemas, todos eles na linha de fortalecer os três projetos.

Eu gostaria, rapidamente – e não vou falar detalhadamente dos três projetos – , de repetir para o Brasil que nos acompanhou que agradeço a todos os brasileiros e brasileiras que acompanharam esta vigília, que fizeram esta vigília. Senador Mário Couto, V. Exª foi fundamental em toda essa negociação e nessa articulação. Agradeço a todos porque sei que milhares de brasileiros ficaram nesta vigília.

Quero, de forma muito simples, dizer que os três projetos têm um peso fundamental na vida dos traba-

lhadores. Senador Zambiasi, V. Exª lembrou do fim do fator previdenciário. O fator previdenciário, infelizmente, adotado a partir de 1999, traz um redutor no cálculo do benefício da aposentadoria da mulher em torno de 40% e do homem, 35%. Nós estamos propondo: sai o famigerado fator, entra a idade mínima. Vamos discutir essa idade mínima. Por exemplo, para o servidor público, na regra de transição, é 53 anos. Para quem entrar no regime após a aprovação da nova lei, passa a ser de 55 e 60. O trabalhador começa com 16; com mais 35, daria 51. É 51? É 53? Vamos ter a regra de transição. Depois da aprovação da nova lei, aí sim, dali a 30, 35 anos, vai valer o mesmo cálculo feito para o servidor: 55 e 60.

Reajuste das aposentadorias: o que nós estamos querendo? Que acompanhe somente o crescimento do salário mínimo. Já existe o PL nº 42, que diz que a política do salário mínimo, até 2011, será a inflação mais o PIB. Nós podemos construir um acordo desta experiência. Vamos assegurar para o aposentado a mesma política do salário mínimo até 2011: seria 2009, 2010 e 2011. De 2011 a 2023, já está na lei, será um outro cálculo para efeito tanto do salário mínimo quanto das aposentadorias. Vamos ver o que é que é possível construir acima daquilo que falamos na reunião lá, com o Ministro.

Terceiro ponto: a recomposição das aposentadorias como manda o PL, que diz que as aposentadorias seriam recompostas pelo número de salários mínimos da época do cálculo do benefício.

Isso poderia ser feito em cinco anos, conforme já discutimos com as entidades dos aposentados e dos pensionistas – estão aqui a Cobap e o Mosap.

Resumo: na reunião que tivemos hoje com o Ministro, Senadores, a Comissão de Orçamento – acompanharam o Presidente da Comissão, Deputado Mendes Ribeiro, e o Senador Delcídio Amaral, o Relator –, o que ficou acertado? Na próxima quarta-feira, o Governo apresentaria uma proposta, com o que ele pode atender dentro dos três parâmetros dos projetos que aqui apresentei. Nós estabeleceríamos, a partir daí, um processo de diálogo, de entendimento e de negociação.

Senador Wellington Salgado, Senador Zambiasi, Senador Simon, Senador Mesquita Júnior, Rosalba Ciarlini, Mão Santa, Senador Papaléo, José Nery, Flexa Ribeiro, Couto, enfim, todos os Senadores, eu não tenho nenhuma dúvida de que o Presidente Lula é sensível a esse tema. Eu diria aos senhores que eu tenho quase que certeza. Eu não acredito que o Presidente Lula vai terminar seu mandato com esse fator previdenciário e nenhuma política de reajuste para os aposentados. Não acredito! Não acredito! Conheço o Presidente Lula. Durante a Constituinte, moramos juntos, eu, o Lula e o Olívio. Conheço o Presidente Lula. Conheço mais talvez do que muita gente possa imaginar. Eu duvido que o Presidente Lula vá terminar seu mandato com esse tal de fator previdenciário e sem uma política de reajuste para os aposentados. Estou convencido disso. Por isso, entendo quando os senhores aqui falaram da sensibilidade do Presidente.

Porém, aprendi na vida que não há nenhuma vitória sem que se trave o bom combate, a boa batalha. Por isso, quem está me ouvindo nas suas casas, neste momento, pode ter certeza absoluta de que, se tivermos que fazer outras vigílias, caminhadas, como eu dizia; se tivermos que iluminar os caminhos da vida em longas jornadas, com lanternas, lampiões ou com velas acesas, que faremos, mostrando que o País está mobilizado para apoiar o Congresso Nacional, o próprio Presidente e o Executivo nessas mudanças fundamentais, que é uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e dos pensionistas e pelo fim do fator previdenciário.

Estou convencido, como disse Nelson Mandela quando assumiu a presidência da África do Sul, num estádio lotado de líderes. Disse Nelson Mandela: "Me mobilizem, me pressionem. Se vocês não assim o fizerem podem ter certeza de que a elite vai fazê-lo e vão dizer para mim que o povo está quietinho, porque está gostando de tudo como está".

Ajudar a governar é saber mobilizar. É ter pauta, é exigir direitos para todo o nosso povo.

É dessa forma que vou terminar, permitam-me todos e a Bancada gaúcha, lendo uma prece de um gaúcho, autor Dom Felipe de Nadal. Diz a prece do gaúcho:

> Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e com licença do Patrão Celestial...
>
> Vou chegando, enquanto cevo o amargo das minhas confidências, porque, ao romper da madrugada e ao descambar do sol, preciso camperear por outras invernadas e repontar do Céu a força e a coragem para o entrevero do dia que passa.
>
> Eu bem sei que qualquer guasca, bem pilchado, de faca, rebenque e espora, não se afirma nos arreios da vida, se não se estriba na proteção do Céu.
>
> Ouve, Patrão Celeste, a oração que te faço, ao romper da madrugada e ao descambar do sol. Tomara que todo o mundo seja como irmão! Ajuda-nos a perdoar as afrontas

e a não fazer aos outros o que não queremos para nós.

Perdoa-nos, Senhor, porque, rengueando pelas canhadas da fraqueza humana, de quando em vez, quase sem querer, eu me solto porteira afora... êta, potrilho chucro, renegado a caborteiro... Mas eu te garanto, meu Senhor, quero ser bom e direito.

Ajuda-me, Virgem Maria, primeira prenda do Céu. Socorre-me, São Pedro, capataz da estância gaúcha. P'rá fim-de-conversa, vou te dizer, meu Deus, mas somente pra Ti: que Tua Vontade leve a minha de cabresto p'rá todo o sempre até a querência no Céu.

Que vivam eternamente todos os nossos idosos! Como eu disse uma vez, Senador Mário Couto, o sangue dos idosos está no nosso sangue, porque, se não fossem os idosos, nós não estaríamos aqui.

Que o Senhor, lá do céu, ajude todos nós e sensibilize os homens e as mulheres do Poder da República, para que os aposentados sejam atendidos na sua pequena reivindicação, apenas a de manter os benefícios das suas aposentadorias, para que a eles seja permitido viver, envelhecer e morrer com dignidade.

Vivam todos os idosos do nosso País!

Viva o Senado da República!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Os Srs. Senadores Marconi Perillo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Mário Couto, Cícero Lucena, e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaríamos de registrar, nesta Tribuna, que temos a honra de ser o primeiro signatário do 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância entre 6 e 13 anos. Essa iniciativa revela-se como instrumento fundamental para a conclamação de todos os homens, mulheres e autoridades das organizações humanas a se comprometerem com os direitos humanos e a educação de nossas crianças pelo desenvolvimento sustentável.

Apesar do intuito da Carta Constitucional Brasileira e da Carta das Nações Unidas em preservar os direitos e as garantias das crianças e dos adolescentes, verificamos, não só em nossa sociedade, mas também em diversos outros países, a necessidade de se resgatar o sentido da infância e da adolescência como período de desenvolvimento e formação das gerações do por vir.

Entendemos que o mundo sob nossa responsabilidade hoje, como autoridades públicas ou privadas, precisa ser construído com o objetivo maior de preservar os direitos e as garantias individuais, em particular, das crianças. Se isso não for um dos objetivos maiores da sociedade, não haverá sentido no amanhã.

Sem dúvida, o Pacto Global pela Cidadania de 6 a 13 anos é uma dessas ações que encanta não só pela nobreza dos objetivos, mas também pela capacidade de reunir o conjunto dos cidadãos adultos numa mobilização ímpar em defesa de nossas crianças e adolescentes.

Nossa posição de apoio ao 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância vai ao encontro de outras ações de fundamental importância, como a "Declaração das Crianças do Cerrado", que também tornamos pública aqui neste Plenário. Portanto, solicitamos a inclusão do Pacto nos Anais do Senado, como o fizemos com a Declaração.

Desejamos ver a infância como o alicerce para o desenvolvimento das potencialidades humanas. Desejamos ver as crianças como sujeitos de nossas ações e como beneficiários do esforço conjunto dos signatários, porque nos comunicaremos melhor com elas e as ouviremos com mais afinco.

Muito obrigado!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Dá para ajudar o Banco Central", publicada pela revista **Exame**, em sua edição de 30 de julho do corrente.

A matéria destaca que um estudo exclusivo mostra que a necessidade de aumento da taxa de juro para controlar a inflação pode ser menor desde que o Governo aceite reduzir seus gastos.

Sr. Presidente, para que conste dos **Anais do Senado**, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

BRASIL inflação 2

DÁ PARA AJUDAR O BANCO CENTRAL

Um estudo exclusivo mostra que a necessidade de aumento da taxa de juro para controlar a inflação pode ser menor — desde que o governo aceite reduzir seus gastos

FABIANE STEFANO

APÓS ANOS DE DEBATE, FINALMENTE PARECE haver razoável consenso de que a disciplina fiscal é uma condição vital para o crescimento do país. Agora, já é possível encontrar economistas de diferentes ideologias defendendo que o governo precisa manter superávits primários — a diferença entre arrecadação e gastos federais reservada para o pagamento dos juros da dívida pública. Nos últimos anos, a política de realização de superávits primários colaborou para que se iniciasse uma seqüência de cortes da Selic, a taxa de juro básica no Brasil. Neste ano, com o ressurgimento das pressões inflacionárias, o Banco Central voltou a aumentar os juros. De abril ao início de junho, a taxa anual passou de 11,25% para 12,25% — e novo aumento era esperado para 23 de julho. Porém, seja devido à subida dos preços mundiais de commodities, seja pelo mercado doméstico aquecido, o avanço dos preços ainda não arrefeceu. Os aumentos vêm se espalhando pela economia, alcançando serviços, aluguéis e salários. No setor público, servidores, como os empregados dos Correios e os petroleiros, pressionam por ajustes. O mesmo começa a ocorrer no setor privado (*veja reportagem na pág. 42*). Nesse cenário, o tradicional remédio antiinflação talvez não seja suficiente. Vai ficando evidente que, para estancar a carestia, seria preciso contar com esforço extra do lado fiscal — ou seja, o governo deveria ampliar o superávit primário. Há uma relação direta entre essa dosagem e as decisões do Banco Central quanto aos juros.

A pedido de EXAME, o economista Ilan Goldfajn, ex-diretor do BC e sócio da Ciano Investimentos, elaborou um estudo para medir a necessidade de aumento de juros conforme o tamanho do superávit primário. Oficialmente, a meta estabelecida pelo governo é 3,8% do PIB — está em cogitação o aumento para 4,3%, mas, até o fechamento desta edição, não

Greve dos Correios: despesas em alta

havia uma decisão a respeito. As projeções de Goldfajn (*veja quadro*) mostram nitidamente que maior esforço fiscal abriria espaço para combater a inflação sem sobrecarregar tanto o trabalho do BC — e o crescimento da economia. No exercício são consideradas três hipóteses de superávit fiscal em 2009 e analisado o que ocorreria com os juros para manter na meta o índice de preços ao consumidor. No melhor cenário, em que o superávit é elevado para 4,8% do PIB — meio ponto acima do que o governo cogita fazer —, a taxa Selic teria de ir a 13,8% para que a inflação fosse contida no centro da meta já estabelecida, de 4,5%. Considerando um alvo para o índice de preços mais afrouxado, de 5,5%, o superávit maior permitiria que os juros ficassem em 12,2%, taxa praticamente igual à de hoje. "Naturalmente, há uma margem de erro nesses números, mas eles indicam com clareza uma tendência", diz Goldfajn. "Quando aumenta os juros, o governo repassa para o setor privado o ônus de conter a inflação, porque reduz o espaço para o crescimento. Se faz um superávit maior, o governo assume o papel principal."

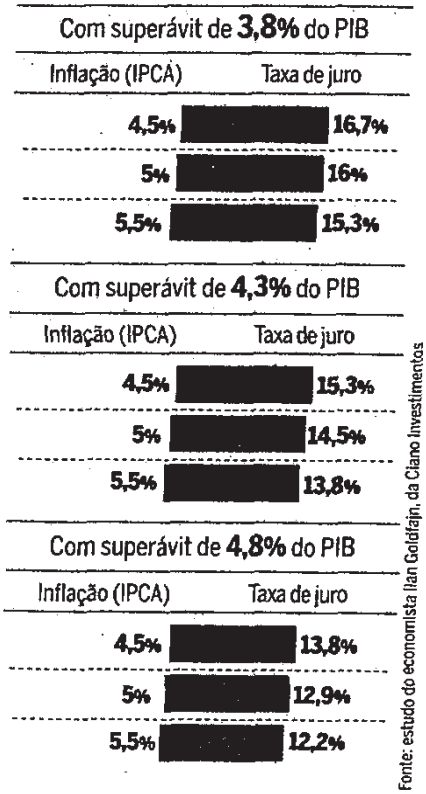
O IMPACTO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO na inflação é importante porque o governo federal é responsável pela injeção de uma grande massa de recursos na economia. Neste ano, serão cerca de 600 bilhões de reais em transferências para estados e municípios, contratação de serviços, compra de materiais, pagamento de salários, aposentadorias e benefícios sociais. Quando eleva a meta de superávit primário, o governo compromete-se a gastar menos — cada meio ponto significa 14 bilhões de reais de economia. Esse tipo de decisão também melhora a percepção do mercado em relação ao controle do endividamento público. Resultado: a confiança do investidor aumenta e é possível pagar taxas de juro menores. Cria-se, assim, uma espécie de ciclo virtuoso, porque com juros menores há redução da própria dívida pública — um efeito contrário ao causado pela elevação da taxa Selic. "Toda vez que há aumento nos juros, automaticamente cresce o endividamento do governo, já que mais da metade da dívida está atrelada a títulos pós-fixados", diz o economista Paulo Rabello de Castro, da RC Consultores.

Por que então o governo reluta em aumentar o superávit primário? A dificuldade de fazer cortes orçamentários deve-se a uma velha prática da política brasileira: historicamente, os governos só aumentam os gastos. No caso da União, desde 2004 as despesas crescem à média anual de 8,3%, bem acima da média de expansão da economia no período, que foi de 4,6% ao ano. "O governo perdeu a oportunidade de reduzir os gastos nos últimos anos", diz Fábio Giambiagi, economista do BNDES e especialista em finanças públicas. Em outro estudo sobre a questão fiscal, o economista Beny Parnes, do banco BBM, calculou que, se o governo tivesse estabilizado suas despesas (ou seja, apenas corrigido os valores), teria sido possível alcançar superávit de 5,5% do PIB no ano passado — o realizado foi de 4%. Em conseqüência, este ano teria começado com maior austeridade e a inflação poderia ficar em 6,4% — meio ponto percentual a menos que o projetado pelo BBM para 2008.

Se há dificuldade para fazer cortes, o ideal seria, pelo menos, evitar a criação de novas demandas por recursos. A estratégia por si só resultaria em mais poupança para o governo, uma vez que o bom desempenho da economia tem gerado sucessivos recordes na coleta de tributos. De janeiro a junho, a arrecadação federal cresceu 16% em relação ao mesmo período de 2007 — um reforço adicional de 42 bilhões de reais nos cofres do governo. "O momento é especialmente propício para fazer reparos nas contas públicas e assumir um superávit maior", diz Joel Bogdanski, consultor econômico do banco Itaú. "Mas, uma vez prometido, o governo terá de cumprir." ■

Questão de **escolha**

O quadro mostra a relação entre o tamanho do superávit primário e a taxa de juro Selic. Quanto maior o primeiro, menor a taxa



Fonte: estudo do economista Ilan Goldfajn, da Ciano Investimentos

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado "Lehman Brothers, Marx & Sons", publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 16 de outubro de 2008.

O artigo do sociólogo e doutor em Geografia Humana, Demétrio Magnoli, analisa a crise financeira mundial e a quebra de um dos maiores bancos americanos, o Lehman Brothers. Magnoli,critica a onda marxista "dos filhos órfãos de Karl Marx" que tem disseminado uma narrativa ideológica da crise afirmando que o neoliberalismo faliu. Segundo o sociólogo "o neoliberalismo não faliu porque não existe. É uma fraude conceitual".

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

Lehman Brothers, Marx & Sons.

Estado S.Paulo 16/10/08

Quando o Lehman Brothers entrou em bancarrota, provocando a implosão de Wall Street, os filhos órfãos de Karl Marx começaram a disseminar uma narrativa ideológica da crise que é tão desonesta quanto reacionária. Essencialmente, eles dizem que o neoliberalismo faliu e que a causa da catástrofe é a desregulamentação do mercado financeiro. Neste mantra, convertido em senso comum, uma mentira factual fica protegida atrás da paliçada conceitual de uma fraude.

O neoliberalismo não faliu porque não existe. A fraude conceitual ampara-se no ocultamento dos dados empíricos. Nos anos 20, tempos do liberalismo, os gastos públicos sociais nos EUA (pensões, educação, saúde e welfare) não alcançavam 5% do PIB. Depois, com o New Deal e os "30 anos gloriosos" do pós-guerra, criou-se o Estado de Bem-Estar e os gastos sociais cresceram até perto da linha de 20% do PIB. Segundo o teorema histórico que emoldura a noção de neoliberalismo, o Estado de Bem-Estar ruiu sob os golpes hayekianos de Ronald Reagan. Mas – surpresa! – os números contam outra história. A "era Reagan" não provocou contração dos gastos sociais, conseguindo apenas estabilizá-los temporariamente. Hoje, eles ultrapassam os 20% do PIB (veja o gráfico no blog *http://www.terra.com.br/economia/blog/iconomia/index.htm*, de Gilson Schwartz).

O Estado de Bem-Estar é um fruto da democracia de massas. O neoliberalismo só poderia existir com a restauração da democracia restrita dos tempos do liberalismo, quando o direito de voto era privilégio de uma minoria. Os filhos de Marx não entendem isso porque hostilizam o princípio democrático, que imaginam representar uma invenção "burguesa". Eis o motivo pelo qual suas análises econômicas se chocam com os dados empíricos.

Na hipótese de desabamento de um viaduto condenado por erros de engenharia, deve-se culpar a lei da gravidade? É algo assim que fazem os filhos de Marx quando atribuem o colapso financeiro a uma combinação de ganância com livre mercado. A referência à "ganância" nada diz sobre esta crise específica, pois o imperativo do lucro é um traço estrutural da modernidade capitalista, mas diz muito acerca de um pensamento econômico contaminado pelos dogmas do cristianismo medieval. Quanto à desregulamentação, ela só existe no mundo imaginário dos ideólogos.

O economista Steven Horwitz escreveu uma carta aberta a seus "amigos da esquerda" identificando as diversas regulamentações políticas que incentivaram o tsunami especulativo no mercado imobiliário (o link está no blog de Gilson Schwartz). Ele prova factualmente que o mercado no qual se armou a tragédia nada tem de liberal, articulando-se sobre uma teia de regras, emanadas do Executivo e do Congresso, que pavimentaram o caminho rumo à concessão de empréstimos cada vez mais arriscados. Fannie Mae e Freddie Mac são corporações hipotecárias tecnicamente privadas, mas patrocinadas pelo poder público, que operavam sob garantia de resgate estatal em caso de falência. As agências reguladoras autorizaram-nas, em 1995, a entrar no mercado de *subprime* e exigiram dos bancos privados um aumento dos empréstimos imobiliários para devedores com poucos recursos. A "ganância" fez o resto, mas no ambiente de liquidez abundante, propício à especulação, gerado pela política monetária do banco central americano e pela política fiscal do governo Bush.

Para salvar sua narrativa ideológica sobre os mercados desregulamentados os filhos de Marx erguem um Muro de Berlim metodológico entre as esferas da economia e da política. O conservador Horwitz é mais honesto, evidenciando a presença ubíqua da "mão visível" do Estado no financiamento privado do mercado imobiliário americano. Mas a sua honestidade tem limites, definidos por uma perspectiva ideológica. A utopia inviável de Horwitz é um retorno à idade de ouro liberal e ele prefere criticar a "mão visível" democrata à republicana. Por esse motivo, menciona só de passagem a política econômica da "era Bush" e, sobretudo, não a vincula à guerra no Iraque.

Pela primeira vez na história, uma guerra de grandes proporções foi conduzida por um governo que não conclamou os cidadãos a fazerem sacrifícios, mas, explicitamente, a "irem às compras". A mistura tóxica de juros baixos e cortes de impostos com um déficit orçamentário crescente formou o pano de fundo da ciranda especulativa num mercado intensamente regulamentado. A implosão das altas finanças nos EUA, contagiando os mercados internacionais e anunciando a recessão global, não é obra exclusiva do governo Bush, mas tem as digitais de uma "mão visível" disposta a tudo para assegurar apoio interno à política externa cruzadista dos neoconservadores. A análise econômica reacionária dos filhos de Marx oculta tudo isso.

O neoliberalismo não faliu porque não existe. É uma fraude conceitual

Neoliberalismo é um signo que adquiriu diferentes significados desde o seu uso inicial, no fim do século 19. A partir das "revoluções" de Reagan e Margaret Thatcher, contudo, sua utilização se disseminou e seu significado deslizou rumo a um colapso. Depois da queda do Muro de Berlim, neoliberalismo sofreu um processo de redução fetichista, convertendo-se em senha de identificação coletiva de uma confraria dos derrotados – algo como um lenço de lapela pelo qual um nostálgico do "socialismo real" reconhece seus iguais. Não há problema nisso, com a condição de que a nostalgia de uma minoria não destrua a capacidade pública de decifrar o sentido das coisas.

Marx podia estar fundamentalmente errado, mas nunca deixou de buscar as articulações entre economia e política. Seus órfãos, traindo-o, inventaram uma economia "neoliberal" desregulamentada e denunciam uma "contradição" fatal quando os governos "neoliberais" se preparam para estatizar o núcleo do sistema financeiro. Eles não percebem que um padrão de regulamentação está sendo substituído por outro. Nem que a "mão visível" da política está presente nos dois. ●

Demétrio Magnoli é sociólogo e doutor em Geografia Humana pela USP. E-mail: demetrio.magnoli@terra.com.br

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado "Perdendo a freguesia", publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, de 1º de setembro de 2008.

O artigo do jornalista Carlos Alberto Sardenberg alerta para a possibilidade de o Brasil não ter para quem vender seu petróleo, por culpa de uma diplomacia hostil em relação aos Estados Unidos, maior parceiro comercial do País e também maior consumidor do produto, já que aquele país pretende investir em energias alternativas renováveis, para não depender mais de petróleo dos países considerados "muy amigos".

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Perdendo a freguesia

Estado de S. Paulo

Só faltava essa. Nem bem o Brasil tirou o bilhete premiado do pré-sal, vem Barack Obama e lança o novo desafio americano: eliminar a dependência do petróleo importado. Verdade que Obama se referiu à dependência em relação aos países árabes. Excluiria os amigos da América Latina? A resposta é não.

Outro dia, em debate sobre etanol, o candidato democrata defendeu as tarifas sobre a importação do produto brasileiro com o seguinte argumento: é preciso proteger e desenvolver a produção local, pois não adiantaria nada trocar a dependência em relação aos árabes pela dependência brasileira.

Logo, o ponto é claro: independência energética, produção local. E foi uma ovação na convenção democrata quando Obama apresentou o desafio. Os americanos, pelo menos os democratas, parecem fartos dessas confusões com os produtores externos "muy amigos".

A coisa é séria, portanto, e pode trazer repercussões imensas para a economia e a política mundiais.

Os EUA são os maiores consumidores e importadores de petróleo. Usam o óleo não apenas para movimentar a maior frota de carros do mundo, mas também como fonte de energia elétrica. Se eles reduzirem fortemente suas compras externas, o resultado é óbvio: a derrubada dos preços.

E isso ocorreria justamente no momento em que o petróleo brasileiro do pré-sal estaria entrando no mercado, adicionando oferta diante de uma demanda em queda.

Qual a chance do desafio de Obama?

O professor Giuseppe Bacoccoli, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, acha que o óleo queimado na produção de energia elétrica (nas térmicas) pode ser substituído por gás, energia nuclear e "carvão limpo", três fontes citadas por Obama. Os americanos estão prospectando gás por toda parte, inclusive embaixo de aeroportos e, de fato, há novas tecnologias para o carvão, que reduzem o dano ambiental, e para usinas nucleares, mais seguras.

Para Bacoccoli, as fontes eólica e solar serão apenas acessórias. E para os carros, observa, não há solução no momento. Etanol de milho é caro, ineficiente e seria preciso plantar esse cereal no país inteiro para gerar a quantidade de combustível necessária para substituir parte da gasolina. Carros elétricos e/ou movidos por outras fontes ainda não são comerciais e as tecnologias estão atrasadas.

Portanto é provável que, numa primeira etapa, os EUA consigam cortar metade do óleo que importam, o que já será um baque no mercado mundial. Quanto aos automóveis, ficam na dependência de uma grande descoberta.

Tudo considerado, restam lições econômicas e políticas para o Brasil. Na política, fica claro que a diplomacia de hostilidade aos EUA pode passar, digamos, uma sensação de afirmação, mas é um tiro no pé. Algo como torrar a paciência do principal freguês, o que só funciona quando esse freguês não tem alternativa. Mesmo assim estimula o comprador a procurar outros fornecedores.

A Venezuela, por exemplo, vai emicar com seu petróleo caso Obama cumpra seu objetivo. A quem Chávez vai vender? A Cuba?

Países que tiveram a sorte de descobrir produtos estratégicos para a economia mundial precisam manter uma relação responsável com seus parceiros, claro, mas também com toda a comunidade global. Se não for por sabedoria, que seja por interesse. É preciso dar garantias à freguesia, assim como o vendedor precisa obter garantias de mercado.

Por exemplo: se tivesse sido construída a Alca, a Área de Livre Comércio das Américas, que o presidente Lula se orgulha de ter detonado, estaria garantida a venda de petróleo aos EUA. Idem se o Brasil tivesse um acordo de livre-comércio com os EUA, também desprezado pela diplomacia brasileira. Vendedores e compradores estariam seguros no quadro de um acordo formal.

Governo conduziu mal sua diplomacia, como está fazendo com o pré-sal

Pelas avaliações atuais, os EUA, mesmo com grande esforço de produção local, ainda vão importar petróleo por bom tempo. De quem?

Além disso, mesmo com as fontes alternativas, o óleo pode continuar sendo mais barato e mais eficiente. Mas os países só o utilizarão se tiverem garantias políticas e comerciais. E não apenas os EUA, mas todos os demais, como os da Europa e o Japão, também importadores. Ou seja, também vai fazer falta um acordo de livre-comércio com a Europa.

Tudo considerado, parece evidente que o governo brasileiro conduziu mal sua diplomacia e está conduzindo mal a questão do pré-sal. Em vez de criar um ambiente favorável aos investimentos privados no setor, está gerando desconfiança. De novo, não precisaria ser por virtude, mas por necessidade. O montante de investimentos no pré-sal está além da capacidade do governo e da Petrobrás.

Considere-se ainda que é preciso correr. O mundo todo está procurando energia. Há prospecção por toda parte e pesquisas intensas. Mesmo o etanol no Brasil corre riscos. Hoje, o País detém a melhor tecnologia – desde a plantação da cana-de-açúcar até a fabricação das usinas que destilam o álcool. Mas há pesquisas, por exemplo, de etanol de celulose. E se alguém faz a grande descoberta?

Já no ano que vem começará a se formar o clima de eleição presidencial aqui, no Brasil. Será uma boa oportunidade para que estas questões estratégicas sejam apresentadas aos eleitores.

Só 150 bilhões? – É estranho, no mínimo, que Obama tenha falado em investir *US$ 150 bilhões* no desenvolvimento de energias alternativas ao petróleo. É mixaria. Por exemplo: técnicos estimam que a exploração do pré-sal brasileiro exigiria investimentos de US$ 600 bilhões. Na semana passada, o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, disse que a estatal vai investir US$ 119 bilhões nos próximos cinco anos. E a economia dos EUA é nove vezes maior que a brasileira.

Ou Obama errou no número ou isso é só um começo. Ou não vai dar.●

***Carlos Alberto Sardenberg** é jornalista. Site: www.sardenberg.com.br

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Marta aplicou Lei Fiscal para deixar dívida de R$1 bilhão", publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 08 de setembro de 2008.

A matéria destaca que a candidata a reeleição à prefeitura de São Paulo Marta Suplicy (PT), usou de um artifício jurídico para mascarar o equilíbrio de contas quando deixou a prefeitura em 2004 deixando uma dívida ao sucessor de R$1 bilhão.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Marta aplicou Lei Fiscal para deixar dívida de R$ 1 bilhão

Estado S. Paulo 08/09/08

Segundo TCM, artifício dá falsa impressão de equilíbrio nas finanças

Diego Zanchetta

Os zeros voltaram a ser os personagens principais da guerra política entre Marta Suplicy (PT) e Gilberto Kassab (DEM). A polarização entre os dois candidatos ao governo municipal recolocou nos holofotes da mídia uma disputa de valores travada no início de 2005, durante a transição entre a ex-prefeita e seu sucessor José Serra (PSDB): o suposto rombo de R$ 1 bilhão deixado pela gestão da petista – contestado por Marta, que acusa a chapa Serra/Kassab de ter inflado os restos a pagar como forma de tentar desqualificar sua gestão.

Em meio à polêmica, o Tribunal de Contas do Município, responsável por aprovar as contas da ex-prefeita no fim de 2005, informou ao **Estado** que Marta aplicou a Lei de Responsabilidade Fiscal ao cancelar, no fim de 2004, empenhos de R$ 588.144.825,07. O artigo 55 da Lei Fiscal afirma que o governante deverá cancelar empenhos ao fim da gestão, caso o dinheiro em caixa não seja suficiente.

E, para deixar contratos de R$ 395.844.009,25, com vencimentos previstos a partir de 2005, a ex-prefeita teve como amparo legal a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviada à Câmara Municipal em junho de 2003 – o artigo 30 da peça previa que contratos de 2004 poderiam ter parcelas quitadas a partir de 2005. Segundo o TCM, o mesmo artifício foi usado pelo ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) quando ele enviou para a Assembléia, em 2001, a LDO para a execução orçamentária de 2002, último ano de seu primeiro governo.

Ao todo, Marta deixou, com amparo jurídico, contratos e empenhos para seu sucessor que totalizaram R$ 983.988.834,32, somados os pagamentos com vencimentos em 2005 e os empenhos cancelados no fim de 2004. Se for levado em consideração que a ex-prefeita deixou R$ 358.685.103,00 em caixa e uma rubrica de R$ 267.638.837,49 em contratos a serem pagos referentes a 2004, e que os R$ 983 milhões em dívidas tinham amparo legal para serem executados em 2005, havia em caixa no primeiro dia de governo da gestão Serra/Kassab R$ 91.046.265,51, segundo o TCM.

"Esse artigo da Lei Fiscal produz a falsa noção de equilíbrio nas contas públicas", afirmou ao **Estado** Eurípedes Sales, corregedor do TCM e conselheiro-relator das contas da ex-prefeita. O conselheiro disse que não comentaria os números usados pelos candidatos – na entrevista, falou somente de aspectos das contas públicas municipais à luz da Lei Fiscal. "A lei manda cancelar empenhos caso o dinheiro em caixa não seja suficiente. E a autoridade tem de cumprir a lei", observou.

Seis meses após o parecer favorável do TCM, as contas da ex-prefeita também foram aprovadas pelo ministro Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal (STF). "A verdade é que chegamos aqui no dia 1º de janeiro *(de 2005)* e um apanhado de fornecedores veio nos cobrar. Não vou dar opinião sobre os motivos pelos quais o TCM aprovou as contas. O que sei é que tínhamos uma dívida aqui de R$ 866 milhões, e R$ 358 milhões em caixa", argumenta Walter Aluísio Rodrigues, secretário municipal de Finanças.

Luiz Carlos Afonso, ex-secretário de Finanças de Marta, diz, por sua vez, que a gestão do PT não deixou dívidas. "Os R$ 395 milhões se referiam a serviços realizados em 2004, mas com vencimentos em 2005", argumentou. "Não houve dívida. Nós deixamos R$ 91 milhões em caixa. E a prova de que falamos a verdade é que, no dia 31 de dezembro de 2005, o Serra tinha um caixa positivo de R$ 1 bilhão." O secretário de Kassab replica: "Renegociamos contratos e fizemos praticamente uma minirreforma tributária para ajustar as contas. Só assim foi possível pagar os fornecedores", completou o atual secretário de Finanças de Kassab. ●

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não raro, os brasileiros deparamos com **rankings** e comparativos internacionais em que nossos indicadores sociais nos remetem a posições de subalternidade. A nossa péssima distribuição de renda, por exemplo, nos situa entre as dez piores nações do mundo. De quando em quando, todavia, alguma notícia alvissareira surge no horizonte, enchendo-nos de esperança.

Em setembro último, o IBGE divulgou dados referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD, ano base 2007. A pesquisa aferiu que, pelo terceiro ano consecutivo, a renda média do trabalhador cresceu, totalizando, desde 2005, aumento de 15,6%, implicando uma renda média de R$960,00. Houve, em paralelo, uma redução no grau de concentração da renda, medido pelo índice de Gini, embora nossos indicadores ainda permaneçam muito aquém do desejável.

Para que tenhamos uma idéia, a parcela da população situada entre os 10% mais pobres detém apenas 1,1% da renda nacional, ao passo que os 10% mais ricos auferem 43,2% de toda a renda! São dados que refletem, obviamente, a secular iniqüidade social vigente em nosso País – mas mesmo esses números apresentaram uma leve melhora, quando comparados ao passado recente.

As Pnads mostraram, ainda, Sr. Presidente, que houve aumento no número de empregados, fato que, em sendo essencialmente benéfico, pode contribuir para baixar a média salarial, de vez que os novos postos de trabalho se situam, em máxima parte, na faixa que vai de 1 a 3 salários mínimos.

Por sinal, Srªs e Srs. Senadores, a Pesquisa evidencia que, ao contrário do que prega certa mitologia política, o fator que mais tem contribuído para reduzir a desigualdade é o salário. Com efeito, os esforços governamentais de recuperação do salário mínimo, aliados aos efeitos da expansão econômica, têm impactado beneficiamente os indicadores de concentração de renda.

Ninguém mais discute a sério a relevância das políticas sociais do Governo, sobretudo o Bolsa Família. No entanto, é importante frisar que o aumento dos salários deixa entrever que mudanças estruturais estão em curso. Não por acaso, o total de pessoas com emprego formal cresceu 6,1% no ano passado, totalizando 35,7%, o maior da série histórica da Pnad, e o número de carteiras de trabalho assinadas atingiu o patamar de 32 milhões.

Adicionalmente, quero destacar, Sr. Presidente, a repercussão desses números nas regiões mais pobres do País, em consonância com o princípio expresso pelo art. 3º da Constituição Cidadã: "reduzir as desigualdades sociais e regionais". Com efeito, o crescimento da renda foi mais expressivo nas Regiões Centro-Oeste (8,0%) e Norte (5,7%) do Brasil, ao passo que a alta no total de trabalhadores com carteira assinada foi maior no Nordeste, com 8,5%.

Dois importantes setores da economia, a indústria e a construção civil, registraram altas de 4,6% no número de empregos. Cabe tecer aqui duas importantes considerações: primeiro, a qualidade do trabalho na indústria é, com freqüência, superior a de outros setores, com remunerações igualmente compatíveis; segundo, a construção civil é intensiva em mão de obra, e a melhoria de seus índices de empregabilidade é sempre significativa, pois o setor emprega 6,7% da mão de obra ocupada no País.

Srªs e Srs. Senadores, os bons números não se devem à obra do acaso. Ao contrário, são fruto de trabalho pertinaz, resoluto e capacitado do Governo Federal – e refletem as boas políticas adotadas no âmbito do Ministério do Trabalho e do Emprego e do Ministério da Fazenda, com as mudanças implementadas nos Programas do Simples e do Supersimples, que resultaram em maior formalização das empresas.

Por fim, Sr. Presidente, cabe reiterar o papel fundamental do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Sem sombra de dúvida, ele tem sido o motor das obras infra-estruturais capazes de inflar a economia, de dotar o País dos meios indispensáveis ao seu crescimento, além de gerar mais emprego e renda para os trabalhadores. O Presidente Lula reafirmou, recentemente, a importância do PAC e sublinhou a atenção do Governo Federal com sua implementação.

Os números que aqui apresentei, sumariamente, representam prova inconteste do acerto da fala presidencial.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se hoje, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2008, que *dis-*

põe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil – BACEN, de que trata a Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da Susep, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira – SIDEC; altera as Leis nºs 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de 27 de maio de 1998; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nºs 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008).

Relator revisor: Senador Valdir Raupp

(Sobrestando a pauta a partir de: 13.10.2008)

Prazo final prorrogado: 5.2.2009

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 441, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2008, que *dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, de que trata o art. 2º da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – Grupo DACTA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, dos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas – HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, dos Policiais e Bombeiros Militares dos Ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, do Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União -GIAPU, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, das Carreiras da área de Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do FNDE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do*

Plano Especial de Cargos do INEP, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, dos Juizes do Tribunal Marítimo, de que trata a Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006, do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, do Quadro de Pessoal da AGU, de que trata a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da Tabela de Vencimentos e da Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária -GDATFA, de que trata a Lei nº 10.484, de 3 julho de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário -GDAPA, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária -GDARA, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – GDPST, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.882, de 9 de junho de 2004, e 11.357, de 19 de outubro de 2006, da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; dispõe sobre a instituição da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos – GEPR, da Gratificação Específica, da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – GSISP, da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo – GAEG e do Adicional por Plantão Hospitalar; dispõe sobre a remuneração dos beneficiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; dispõe sobre a estruturação da Carreira de Médico Perito Previdenciário, no âmbito do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Evandro Chagas e do Centro Nacional de Primatas e do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda; reestrutura a Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a nº Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003; cria as Carreiras de Especialista em Assistência Penitenciária e de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária; altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de l998, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.225, de 15 de maio de 2001, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.483, de 3 de julho de 2002, 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 11.356, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 10.855, de 1º de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 10.480, de 2 julho de 2002, 10.883, de 16 de junho de 2004, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.550, de 13 de novembro de 2002, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.882, de 9 de junho de 2004, 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivos das Leis nºs 8.829, de 22 de dezembro de 1993, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.479, de 28 de junho de 2002, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.882, de 9 de junho de 2004, 10.907, de 15 de julho de 2004, 10.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 441, de 2008).

Relatora revisora: Senadora Rosalba Ciarlini

(Sobrestando a pauta a partir de: 13.10.2008)

Prazo final prorrogado: 5.2.2009

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.*

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Sobrestando a pauta a partir de 17/10/2008)

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.*

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 29, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 442, de 2008)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 442, de 2008, de autoria do Presidente da República, que *dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras (proveniente da Medida Provisória nº 442, de 2008).*

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 20.11.2008)

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).*

O PLC nº 27, de 2008, tramitou em regime de urgência constitucional (art. 64, § 1º – CF), de 24/03 a 01/07/08, quando foi aprovada a Mensagem nº 460, de 2008, de retirada da urgência.

O prazo de apresentação de emendas, nos termos do art. 375, I, do Regimento Interno, transcorreu no período de 25 a 31/03/08.

A matéria volta a tramitar em regime de urgência constitucional (art. 64, § 1º – CF), nos termos da Mensagem nº 200, de 2008, do Presidente da República, lida em 6/10/2008.

(Sobrestando a pauta a partir de 21/11/2008)

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003,

tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).*

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

13

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ¿ Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)*

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001;90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro

signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

20

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

21

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts.47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fical das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art.*

12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem), que *denomina "Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre", o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.*

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 208, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.039, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de

iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

43

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

44

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comis-*

são de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

45

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

46

REQUERIMENTO Nº 1230, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

47

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).*

48

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 6 horas e 2 minutos.)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO

18-11-2008
Terça-feira

8h30 Cerimônia de abertura da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz.
Auditório Petrônio Portela

10h Conselho de Ordem do Mérito da Defesa, convida para receber a medalha de ordem do Mérito da Defesa, no Grau de Grã-Cruz, do Quadro Suplementar
Base Aérea de Brasília

11h30 Lançamento do Manuscrito de O QUINZE e homenagem a José Mindlin
Biblioteca do Senado Federal

12h Visita da Comitiva do Parlatino do Chile
Gabinete da Presidência do Senado. Pedido do Senador Casagrande

13h Almoço com o Presidente da Indonésia Sr. Susilo Bambang Yudhoxono

Palácio do Itamaraty

14h Visita do Ministro José Pimentel da Previdência Social

Gabinete da Presidência do Senado

14h45 Visita do Presidente da Indonésia – Sr. Susilo Bambang Yudhoxono

Salão Nobre do Senado Federal

15h20 Visita do ex-Presidente República Fernando Henrique Cardoso e bancada PSDB

Gabinete da Presidência do Senado

15h30 Palestra "O Papel do Poder Legislativo nas Democracias Contemporâneas" proferida pelo ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso

Interlegis

16h Ordem do Dia – Sessão do Senado

Plenário do Senado Federal

18h30 Lançamento do livro "Constituição de 1988: O Brasil 20 anos depois".

Biblioteca do Senado Federal

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446**, ADOTADA EM 7 DE NOVEMBRO E PUBLICADA NO DIA 10 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A CERTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REGULA OS PROCEDIMENTOS DE ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDA Nº S
Deputado ANDRÉ ZACHAROW – PMDB	065, 145, 193, 265
Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO – PSDB	233, 237
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ – PTB	002, 006, 007, 038, 040, 042, 056, 149, 157, 165, 169, 177, 236, 240
Deputado ARNALDO MADEIRA – PSDB	013, 206, 214, 220
Senador ARTHUR VIRGÍLIO – PSDB	209, 216, 221
Deputado ÁTILA LIRA – PSB	016, 021, 174, 182, 218, 226
Deputado BETO ALBUQUERQUE – PSB	024, 080, 083, 163, 192, 258, 259, 260, 261
Deputado DARCÍSIO PERONDI – PMDB	009, 017, 030, 031, 032, 034, 037, 046, 047, 048, 050, 052, 055, 060, 061, 086, 087, 127, 128, 135, 136, 140, 146, 155, 156, 167, 168, 185, 194, 203, 204
Deputado DR. PINOTTI – DEM	058, 059, 073, 210, 217, 222, 232
Deputado DR. ROSINHA – PT	020, 066, 119, 208
Deputado DR. UBIALI – PSB	063, 072, 088, 116, 129, 153, 160, 196
Deputado EDINHO BEZ - PMDB	067, 077
Deputado EDUARDO BARBOSA – PSDB	112, 141, 187, 241, 244, 250
Deputado EDUARDO CUNHA – PMDB	223, 246
Deputado FERNANDO CORUJA – PPS	253
Senador FLÁVIO ARNS – PT	001, 004, 008, 023, 035, 039, 074, 084, 091, 096, 097, 107, 111, 113, 115, 122, 125, 131, 133, 139, 144, 147, 150, 151, 154, 176, 183, 190, 197, 238
Senador FRANCISCO DORNELLES – PP	076, 161, 170, 230, 247

Deputado FRANCISCO PRACIANO – PT	242
Deputado GERALDO MAGELA – PT	264
Deputado GONZAGA PATRIOTA - PSB	019
Deputada GORETE PEREIRA – PR	254, 256, 257
Deputado GUSTAVO FRUET – PSDB	200, 201, 202
Deputado JILMAR TATTO – PT	262
Deputado JOÃO MATOS – PMDB	041
Deputado JOÃO OLIVEIRA – DEM	018, 064, 211
Senador JOSÉ AGRIPINO - DEM	231, 251
Deputado JOSÉ LINHARES – PP	027
Deputado LELO COIMBRA – PMDB	166
Deputado LINCOLN PORTELA – PR	186
Deputado LOBBE NETO – PSDB	015, 173, 180, 229
Deputado LUIS CARLOS HEINZE – PP	011, 025, 026, 028, 043, 045, 051, 062, 126
Deputado LUIZ CARLOS HAULY – PSDB	263, 268
Deputado MARCELO ITAGIBA – PMDB	005, 095, 164
Deputada MARIA DO ROSÁRIO – PT	120, 132, 137
Deputado MÁRIO NEGROMONTE – PP	224, 248
Deputado MILTON MONTE – PR	255
Deputado NEUCIMAR FRAGA – PR	266, 267
Deputado OTAVIO LEITE – PSDB	123, 212
Deputado PAES LANDIM – PTB	234
Deputado PAULO RENATO SOUZA – PSDB	213
Deputado PEPE VARGAS – PT	081, 085, 191
Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS – PSDB	003, 057, 069, 070, 071, 075, 078, 089, 090, 092, 093, 094, 098, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 121, 130, 138, 143, 152, 159, 162, 175, 188, 219
Deputado RAUL JUNGMANN – PPS	195
Senador RENATO CASA GRANDE – PSB	079
Deputado RENATO MOLLING – PP	022, 068, 124, 158, 178, 189
Deputado RICARDO BERZOINI – PT	225, 249

Deputada RITA CAMATA – PMDB	029, 033, 036, 044, 049, 054, 082, 099, 101, 114, 117, 118, 134, 142, 148, 171, 179, 184, 199, 205, 239, 243, 245
Deputado RODRIGO ROLLEMBERG – PSB	198
Senador SÉRGIO GUERRA – PSDB	227, 252
Deputado WALDIR MARANHÃO – PP	010, 172, 181, 228
Deputado WALDIR NEVES – PSDB	012, 014, 053, 100, 109, 110, 207, 215, 235

SSACM

Total de Emendas: 268

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446

00001

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT - PR	

1 [X] Supressiva 2. Substitutiva 3. [X] Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	3º	1º		

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o parágrafo 1º da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, renumerando-se o artigo seguinte, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º ...

§ 1º O período mínimo de cumprimento dos requisitos de que trata este artigo poderá ser reduzido se a entidade for prestadora de serviços conveniados ou credenciados com o Sistema Único de Saúde - SUS ou com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em caso de necessidade local atestada pelo gestor do respectivo sistema."

JUSTIFICAÇÃO:

O parágrafo 1º foi suprimido tendo em vista que demonstrar o cumprimento do disposto no caput tendo como base os primeiros doze meses contidos nos dezesseis meses que antecederem ao do requerimento já implica no que está previsto no caput do art. 3º.

Em outras palavras, se a entidade já cumpre 12 meses de gratuidade, não há razão que justifique ela aguardar por mais 4 meses em que eventualmente esta gratuidade seja desatendida, para somente depois destes 4 meses ingressar com o pedido de certificação.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
11/11/2008	Medida Provisória n.º 446, de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Arnaldo Faria de Sá PTB	337

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 446, de 2008

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao artigo 1º da Medida Provisória nº 446, de 2008, a seguinte redação:

" Art. 1º A certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de tributos para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins econômicos, quando reconhecidas como entidades beneficentes de assistências social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Medida Provisória."

PARLAMENTAR

Arnaldo Faria de Sá

Deputado Federal – São Paulo

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
11/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Arnaldo Faria de Sá	337

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICATIVA

Deve-se substituir a palavra "de contribuições", constante da redação do artigo 1º da Medida Provisória em exame, para "de tributos", em virtude da necessidade de adequação técnica às modificações relativas à Reforma Tributária, na qual se pretende ver extintas as contribuições sociais referentes ao PIS/PASEP e a COFINS, bem como o Salário Educação, por um novo Tributo denominado IVA-F (Imposto sobre Valor Agregado Federal), que será um dos financiadores da seguridade social. Para tanto, sabe-se que estão enquadrados na categoria de tributos não apenas as contribuições sociais, mas também os impostos, contribuições de melhoria e taxas em geral, motivo pelo qual a adequação legislativa ora proposta tem sua razão de ser.

Por outro lado, em conformidade com o disposto nos artigos 44 e seguintes da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, ou seja, o Código Civil Brasileiro, deve-se modificar a redação do artigo 1º da Medida Provisória em tela, substituindo a expressão "sem fins lucrativos" por "sem fins econômicos", uma vez que é essa a expressão tecnicamente adotada para caracterizar as pessoas jurídicas de direito privado passíveis de reconhecimento como entidades beneficentes de assistência social.

PARLAMENTAR

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo

MPV - 446

00003

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1	Art. 1º	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 1º A certificação das entidades beneficentes de assistência social e a imunidade de contribuições para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

Necessidade de revisão do termo "isenção" e sua troca para o termo "imunidade", uma vez que o Supremo Tribunal Federal, por jurisprudência pacífica, entende que o benefício veiculado no § 7º do art. 195 da CF/88 institui verdadeira **garantia de imunidade,** e não de isenção. Nesse sentido, citam-se os seguintes julgados da Suprema Corte: *RMS nº 22.192/DF, 1ª Turma, Unânime, Rel. Min. Celso Mello, DJU 19.12.1996; RMS nº 22.360/DF, 1ª Turma, Unânime, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJU 23.02.1996; ADIn' nº 2.028-5/DF e 2.036-6/DF, Medida Liminar, Rel. Min. Moreira Alves. Unânime, DJU 16.06.2000; ADIn nº 2.545-7/DF, Medida Liminar, Rel. Ellen Gracie, Unânime, DJU 07.02.2003; AC-QO nº 1663/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, Unânime, DJU 17.08.2007, AC-QO nº 1426/RS, 2ª Turma, rel. Min. Celso de Mello, Unânime, DJU 17.11.2006; RE-AgR 42881/AM, 1ª*

Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Unânime, DJU 24.06.2005; AC-QO nº 392/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, Unânime, DJU 27.05.2005; AC-QO nº 271/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Carlos Britto, Unânime, DJU 11.02.2005; MI nº 605/RJ, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ilmar Galvão, Unânime, DJU 25.08.2008; MI nº 232/RJ, Tribunal Pleno, Rel. Min. Moreira Alves, DJU 27.03.1992, dentre inúmeras outras decisões.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00004**

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT - PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	1º			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

"Art. 1º A certificação das entidades beneficentes de assistência social será concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Medida Provisória."

JUSTIFICAÇÃO:

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 195, § 7º estabelece:
"Art. 195. (...)
§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei." (Grifo nosso).

Conforme ensinamento de doutrinadores pátrios, de forma inapropriada, o artigo 195 trouxe a expressão isenção quando na verdade se trata de imunidade.

Sendo imunidade, trata-se de uma limitação ao poder de tributar, e, então, sujeita à regra prevista no artigo 146, inciso II, da Constituição Federal, que preceitua:

" Art. *146. Cabe à lei complementar:*
...
II. regular as limitações constitucionais ao poder de tributar...

Logo, quando o artigo 195 afirma que para a isenção é necessário cumprir as exigências estabelecidas em Lei, esta Lei é Complementar e não Ordinária.

Em face do entendimento, a presente Medida Provisória não pode tratar da questão, e sendo assim, a isenção prevista no Artigo 1º, bem como disciplinada nos artigos do Capítulo III (artigos 28, 29, 30, e 31), deve ser suprimida do texto da Medida Provisória, tendo em vista o que dispõe o art. 62, § 1º, III, verbis:

"Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

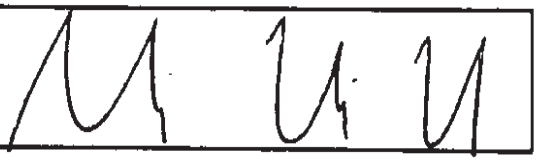
§ 1º. È vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:
...
III – reservada a lei complementar."

Neste sentido esclarece o doutrinador pátrio Leandro Paulsen:

*"**Quando a CF, ao tratar de uma limitação ao poder de tributar remete aos termos da "lei" simplesmente. Interpretação harmônica com o art. 146, II, da CF.** É a situação com que nos deparamos na análise dos arts. 150, VI, c, 153, § 2º, II, **195, § 7º** da CF. Tenho que, nesses casos, **inobstante a referência genérica à "lei", impõe-se a utilização de lei complementar** forte na interpretação sistemática do Capítulo do Sistema Tributário e na inafastabilidade da incidência deste art. 146, inciso II, da CF. **Note-se , aliás, que não faria o menor sentido deixar no arbítrio do legislador ordinário, que está submetido às limitações ao poder de tributar, regulá-las e, com isso, poder reduzi-las e.g. criando requisitos exagerados para o gozo de imunidades.** Necessariamente, as limitações ao poder de tributar têm de ser reguladas por lei complementar de cunho nacional que vincule as esferas tributantes. Esta é a posição dominante na doutrina e manifestada pelo Supremo."* Continua o autor afirmando que conforme o ***STF: "A regulação de limitações ao poder de tributar exige sempre lei complementar**. O Supremo Tribunal Federal tem firmado posição justamente nesse sentido de que as limitações ao poder de tributar só podem ser reguladas por lei complementar, sendo que **da referência singela à "lei"**, como nos casos do art. 150, VI, da CF, **não se pode tirar conclusão conflitante com o art. 146, II, da CF...**"* (PAULSEN, Leandro. *Direito Tributário.* 2ª ed. revisada e ampliada, Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2000, pg. 69).

Dessa forma, havendo a exigência de Lei Complementar, os requisitos estão restritos ao Código Tributário Nacional, não podendo ser tratados por matéria ordinária, como ocorre com a presente Medida Provisória.

PARLAMENTAR



MPV - 446

00005

MEDIDA PROVISÓRIA Nº446, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

(Do Sr. Marcelo Itagiba- PMDB/RJ)

Acresça-se o seguinte parágrafo único ao art. 1º da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008:

"Art. 1º.....

Parágrafo único. Não farão jus à certificação de que trata o **caput** as entidades que tenham sido condenadas por infração criminal ou fiscal cometida no âmbito de suas atividades fins." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com a atual redação do art. 1º da Medida Provisória nº 446, a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Medida Provisória.

No entanto, parece não ser o bastante os requisitos ou restrições constantes do Capítulo III, Seção I, da Medida Provisória, razão pela qual, em prol da moralidade pública, apresento a presente emenda aditiva para que não façam jus à certificação, as entidades que tenham sido condenadas por infração cometida no âmbito de suas atividades fins, o que por si só, demonstra temeridade na certificação.

Assim sendo, solicito o apoio dos nobres pares para aprovar a presente emenda aditiva.

Brasília-DF, 14 de novembro de 2008.

Marcelo Itagiba

Deputado Federal (PMDB-RJ)

MPV - 446

00006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
11/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Arnaldo Faria de Sá PTB	337

1 [X] Supressiva	2. [ ] substitutiva	[ ] modificativa	4. ☐ aditiva	5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 2º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 2º da Medida Provisória nº 446, de 2008, renumerando os demais.

JUSTIFICATIVA

A sistemática adotada na Medida Provisória ora em exame é muito variada, possibilitando, tanto ao Governo quanto às Entidades Beneficentes, alternativas diferentes para o cumprimento da contrapartida da oferta e realização de serviços assistenciais para fazer jus às isenções tributárias correspondentes.

Outrossim, o Artigo 194, e seu Parágrafo Único e incisos, da Constituição Federal já estabelece os objetivos da organização da seguridade social, inclusive o Princípio da Universalidade de Cobertura e Atendimento e da Seletividade e Distributividade da prestação dos Benefícios e Serviços, razão pela qual insiste motivo para a inserção das restrições contidas no proposto artigo 2º da Medida Provisória, que, em persistindo, além de encamisar as ações dos gestores públicos, certamente criará problemas na implantação das diversas alternativas de cumprimento da contrapartida às isenções tributárias respectivas.

PARLAMENTAR

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo

MPV - 446

00007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
11/11/2008	Medida Provisória n.º 446, de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Arnaldo Faria de Sá PTB	337

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/2	Artigo 2º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 2º da Medida Provisória nº 446, de 2008 a seguinte redação:

"Art. 2º - Somente será permitida às entidades de que trata o art. 1º dirigir suas atividades a público restrito, categoria ou classe, quando em decorrência de Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo de Trabalho, celebrados entre Entidades Sindicais representativas de categorias econômicas e profissionais."

JUSTIFICATIVA

A Ordem Social, título VIII da Constituição Federal, sem sombra d dúvida a maior e mais ampla inovação conquistada pelo povo brasileiro em 1988, define como Disposição Geral seu Art. 193, que transcrevemos: "Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais".

Os grandes programas da Ordem Social são a Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social), a Educação e outras relevantes ações públicas, todas elas executadas pelo Poder Público e pela Iniciativa Privada, um processo sinérgico em proveito direto da população.

Se a Ordem Social tem como primado o trabalho, nada melhor do que valorizar as Convenções Coletivas ou Acordos Coletivos de Trabalho, realizados entre empregados e empregadores – a relação por excelência entre essas partes – notadamente se voltada para a prestação de um serviço público de notável relevância que o Estado, apesar de seus esforços, nem sempre consegue prestar na quantidade e na qualidade desejadas pelo povo.

PARLAMENTAR

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
11/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Arnaldo Faria de Sá	337

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 2/2	Artigo 2º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Além disso, esses agentes (empregadores e empregados), devidamente acordados ou conveniados, vêm conseguindo alcançar patamares de excelência na prestação de alguns serviços públicos, notadamente os de Saúde, área em que a necessidade tem demanda de grande elasticidade e que o Estado, por suas conhecidas limitações, especialmente as de ordem orçamentária, não consegue dar uma boa e pronta resposta.

Portanto, a redação proposta para o Art. 2º cria uma alternativa racional, a um custo bem menor para o Estado e com a qualidade superior e, além disso, cumpre, no plano prático, um mandamento constitucional de grande relevância pública.

PARLAMENTAR

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00008

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT - PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	2º			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 2º da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

"Art. 2º. É vedado às entidades de que trata o artigo 1º dirigir suas atividades exclusivamente a seus associados ou categoria profissional."

JUSTIFICAÇÃO:

A condição do princípio da universalidade no atendimento deve ser retirada do texto sob análise.

O conceito de assistência social é muito claro na Constituição Federal, que, por meio do artigo 203, *caput*, firma que "*a assistência social será prestada **a quem dela necessitar***", ou seja, a assistência social não é direcionada a todos indistintamente, sendo esta uma característica própria da assistência social.

A seletividade, conforme previsto no inciso III do artigo 194 da Constituição Federal, também é objetivo da seguridade social. Entretanto, a ênfase na universalidade sem a seletividade irá gerar interpretações equivocadas sobre o tema, como a impossibilidade de se estabelecer público alvo específico (pessoas com deficiência, usuários de drogas, entre outros) como finalidade da entidade.

Sendo assim, trata-se de uma alteração necessária que garante a manutenção das atividades da entidade dentro das finalidades para a qual foi constituída.

Os objetivos da seguridade social, que abrange a assistência social, saúde e previdência social já estão amplamente definidos na Constituição Federal em vigor por meio do artigo 194, os quais não se esgotam na universalidade, sendo, portanto, necessária a supressão da expressão sob análise.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00009

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi PMDB	

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. [ ] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 2º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 446, a seguinte redação:

Art. 2º As entidades de que trata o art. 1º deverão obedecer ao princípio da universalidade do atendimento, sendo vedado dirigir **a totalidade de** suas atividades exclusivamente a seus associados ou a categoria profissional.

JUSTIFICATIVA:

O acréscimo da expressão "a totalidade das" se faz necessário frente a necessidade de preservação, mínima, das origens de algumas instituições, entre elas, as Beneficências Portuguesas e as Congregações Religiosas.

PARLAMENTAR

MPV - 446

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446 DE 2008 . 00010

EMENDA ADITIVA

Incluir no §3º no artigo 3º da Medida Provisória nº 446, de 2008 o seguinte

Art.
3º.....
.....

§3º. O Ministério responsável pela certificação, terá prazo de um ano para julgar os pedidos de renovação, sob pena de deferimento automático.

Justificação

A Lei nº 9.784, de 1999 disciplina procedimentos e prazos que devem ser cumpridos tanto pelo administrador público como pelo administrado. Entretanto, para o administrado, o descumprimento de prazos restringe direitos, penaliza e no caso das entidades beneficentes de assistência social, pode paralisar suas atividades em função da insegurança jurídica.

Não se pode conceber que o Poder Público não tenha instrumentos para julgar os pedidos de renovação de certificados em tempo hábil.

A ineficiência do Poder Público não pode prejudicar as atividades de natureza assistencial, razão pela qual há necessidade de impor uma prazo para decidir.

Sala da Comissão, em de .....

DEPUTADO Waldir Maranhão
PP/MA

MPV - 446

00011

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
17/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Luis Carlos Heinze	

1 Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. X aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo 4º	Parágrafo	Inciso	alínea

O artigo 3º da Medida Provisória 446 de 7 de novembro de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - A certificação será concedida à entidade beneficente de assistência social que demonstre, nos doze meses que antecederam ao do requerimento, o cumprimento do disposto nas Seções I, II e III deste Capítulo, de acordo com a respectiva área de atuação.

JUSTIFICAÇÃO

O acréscimo das expressões "de assistência social" faz-se necessário para manter a conceituação definida no art. 1º, evitando-se interpretações distintas.

Brasília, 17 de novembro 2008

Luis Carlos Heinze PP/RS

MPV - 446

00012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado WALDIR NEVES	

1. X Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 3º.	Parágrafo 1º.	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o § 1º do art. 3º da proposição em epígrafe.

JUSTIFICATIVA

O § 1º do art. 3º excepciona a regra segundo a qual a pessoa jurídica sem fins lucrativos que pretende o título de entidade beneficente de assistência social deve demonstrar que os requisitos exigidos em lei para tanto foram cumpridos nos doze meses que antecedem o requerimento de certificação. De acordo com o dispositivo cuja supressão se sugere, o regulamento poderia, excepcionalmente, determinar a contagem do prazo de doze meses a partir do décimo sexto mês anterior à data do requerimento. Na prática, isso permite que entidades que estão irregulares nos quatro meses que antecedem o requerimento possam receber o título de entidade beneficente de assistência social e, com base nele, pleitear isenções das contribuições previdenciárias a que se referem os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 1991, o que nos parece inadequado.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00013

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado ARNALDO MADEIRA - PSDB-SP	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O § 2º do art. 3º da Medida Provisória nº 446, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

§ 2º O período mínimo de cumprimento dos requisitos de que trata este artigo poderá ser reduzido **até a metade** se a entidade for prestadora de serviços conveniados com o Sistema Único de Saúde - SUS ou com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em caso de necessidade local atestada pelo gestor do respectivo sistema." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Com o intuito de evitar que o prazo de 12 meses – necessário à entidade beneficente conveniada com o SUS ou com o SUAS para comprovar o cumprimento das exigências legais para concessão do Cebas – possa ser reduzido de forma discricionária e sem qualquer parâmetro legal, propomos esse limitador de até 50% no prazo original do *caput* do art. 3º, pois, da forma como está na Medida Provisória, subsiste um temor de que os requisitos mínimos possam não ser observadas por período razoável de atuação dessas entidades.

Portanto, espero poder contar com o apoio dos nobres Pares na aprovação desta emenda.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00014

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado WALDIR NEVES	

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 3º.	Parágrafo 2º.	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao § 2º do art. 3º da proposição em epígrafe a seguinte redação:

"§ 2º O período mínimo de cumprimento dos requisitos de que trata este artigo poderá ser reduzido **em até seis meses** se a entidade for prestadora de serviços conveniados com o Sistema Único de Saúde – SUS ou com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em caso de necessidade local atestada pelo gestor do respectivo sistema".

JUSTIFICATIVA

A redação original do dispositivo estimula a certificação de entidades irregulares. Isso ocorre porque a MP permite, na prática, que a exigência de regular cumprimento das normas legais por um prazo mínimo de 1 ano seja suprimido, dando margem a uma série de casuísmos. A redação sugerida estabelece que essa exigência não poderá ser reduzida para menos de seis meses. Dessa forma, a pessoa jurídica sem fins lucrativos que pretende certificação como entidade beneficente de assistência social poderá comprovar que já atendia às exigências legais pelo prazo mínimo de seis meses a contar da data do requerimento, desde que o gestor local do SUS ateste tal necessidade excepcional.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00015

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, 07 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
DEPUTADO LOBBE NETO PSDB	

1 ☐ Supressiva	2. ☐ substitutiva	3. modificativa	4. X aditiva	5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte §3º no art. 3º da Medida Provisória nº 446, de 2008:

Art. 3º.....

§3º. O Ministério responsável pela certificação terá prazo de um ano para julgar os pedidos de renovação, sob pena de deferimento automático.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 9.784, de 1999, disciplina procedimentos e prazos que devem ser cumpridos tanto pelo administrador público como pelo administrado. Entretanto, para o administrado, o descumprimento de prazos restringe direitos, penaliza e no caso das entidades beneficentes de assistência social, pode paralisar suas atividades em função da insegurança jurídica.

Não se pode conceber que o Poder Público não tenha instrumentos para julgar os pedidos de renovação de certificados em tempo hábil.

A ineficiência do Poder Público não pode prejudicar as atividades de natureza assistencial, razão pela qual há necessidade de impor uma prazo para decidir.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00016**

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
DEPUTADO ÁTILA LIRA - PSB	109

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Incluir no §3º no artigo 3º da Medida Provisória nº 446, de 2008 o seguinte

Art. 3º.....

§3º. O Ministério responsável pela certificação, terá prazo de um ano para julgar os pedidos de renovação, sob pena de deferimento automático.

Justificação

A Lei nº 9.784, de 1999 disciplina procedimentos e prazos que devem ser cumpridos tanto pelo administrador público como pelo administrado. Entretanto, para o administrado, o descumprimento de prazos restringe direitos, penaliza e no caso das entidades beneficentes de assistência social, pode paralisar suas atividades em função da insegurança jurídica.

Não se pode conceber que o Poder Público não tenha instrumentos para julgar os pedidos de renovação de certificados em tempo hábil.

A ineficiência do Poder Público não pode prejudicar as atividades de natureza assistencial, razão pela qual há necessidade de impor uma prazo para decidir.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00017

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi	

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. [ ] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao Art. 3º da Medida Provisória nº 446, a seguinte redação:

Art. 3º A certificação será concedida à entidade beneficente **de assistência social** que demonstre, nos doze meses que antecederam ao do requerimento, o cumprimento do disposto nas Seções I, II e III deste Capítulo, de acordo com a respectiva área de atuação.

JUSTIFICATIVA:

O acréscimo das expressões "de assistência social" se faz necessário para manter a conceituação definida no art. 1º, evitando-se interpretações distintas.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00018

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	proposição
	Medida Provisória nº 446, de 2008

autor	Nº do prontuário
Deputado João Oliveira	

1 ☐ Supressiva 2. X substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Substitua-se a expressão "sessenta" por "cinqüenta" no art. 4º, *caput*, da Medida Provisória nº 446, de 2008.

JUSTIFICATIVA

Ora, a entidade de saúde que conseguir ofertar a prestação de todos os seus serviços ao SUS no percentual mínimo de cinqüenta por cento, já é uma proporção considerada, não tendo sentido exigir mais, até porque à medida que for prestando serviços médicos, a tendência é aumentar esse percentual.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446

00019

Data: 13/11/2008	**Proposição: Medida Provisória N.º 446/2008**
Autor: Deputado GONZAGA PATRIOTA PSB	**N.º Prontuário:**

1. ☐ Supressiva 2. X Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 1/1	**Arts.: 1 e seg.**	**Parágrafos:**	**Inciso:**	**Alínea:**

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Dê-se aos dispositivos da MP 446/2008 a seguinte redação:

"Art. 4º Para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação, a entidade que atua na área de saúde deverá comprovar atendimento aos usuários do SUS no percentual mínimo de 60% do total de seus atendimentos ambulatoriais e de internação.

Parágrafo único. ....."

"Art. 5º A entidade que atua na área de saúde deverá ainda informar, obrigatoriamente, ao Ministério da Saúde, na forma por ele estabelecida:

....."

"Art. 8º Na impossibilidade do cumprimento do percentual mínimo a que se refere o art. 4º na contratação dos serviços de saúde da entidade, em razão da falta de demanda, declarada pelo gestor local do SUS, deverá ela comprovar a aplicação de percentual da sua receita anual efetivamente recebida em atendimento gratuito de saúde da seguinte forma:

.....

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a entidade deverá comprovar o percentual de aplicação em gratuidade sobre a receita anual efetivamente recebida proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares".

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

"Art. 11. A entidade que atua na área de saúde poderá, alternativamente, para dar cumprimento ao requisito previsto no art. 4°, realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS, celebrando ajuste com a União, por intermédio do Ministério da Saúde, nas seguintes áreas de atuação:

.....

§ 4° As entidades que atuam na área de saúde que venham a se beneficiar da condição prevista neste artigo poderão complementar as atividades relativas aos projetos de apoio com a prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares ao SUS, não remunerados, mediante pacto com o gestor local do SUS, observadas as seguintes condições:

.....

II – a entidade que atua na área de saúde deverá apresentar, ao gestor local do SUS, plano de trabalho com previsão de atendimento e detalhamento de custos, os quais não poderão exceder o valor por ela efetivamente despendido;

....."

"Art. 13. A certificação será concedida à entidade que atua na área de educação que atenda ao disposto nesta Seção e na legislação aplicável."

"Art. 14. Para os fins da concessão da certificação de que trata esta Medida Provisória, a entidade que atue na área de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade, na forma do § 1°, pelo menos quinze por cento da receita anual efetivamente recebida proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, locação de bens, venda de bens e doações.

§1° .....

III – oferecer bolsas de estudo nas seguintes proporções:
a) no mínimo, uma bolsa de estudo integral para cada vinte alunos pagantes da educação básica; e
b) bolsas parciais, quando necessário para o alcance do percentual mínimo exigido.

§ 2° A entidade, para cumprimento do mínimo exigido no *caput*, poderá contabilizar o montante direcionado em serviços, programas e projetos voltados à assistência social, em especial, os programas suplementares de material didático, transporte, alimentação, uniforme e assistência social.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

§ 3º As proporções previstas no inciso III do § 1º poderão ser cumpridas considerando-se diferentes etapas e modalidades da educação básica presencial.

§ 4º Para a entidade que atue na educação superior, ainda que também atue na educação básica ou em área distinta da educação, aplica-se o disposto no art. 10 da Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005."

"Art. 15. Para os efeitos desta Medida Provisória, a bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas na forma da lei, vedada a cobrança de taxa de matrícula.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal **per capita** não exceda o valor de dois e meio salário-mínimo.

§ 2º A bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal **per capita** não exceda o valor de três salários-mínimos.

§ 3º A entidade que atua na área de educação poderá avaliar outras situações de vulnerabilidade para desconsiderar os parâmetros fixados nos parágrafos anteriores, desde que o ato esteja devidamente justificado por profissional com habilitação específica na área de assistência social".

"Art. 18. No ato de renovação do certificado, as entidades que atuam na área de educação que não tenham aplicado em gratuidade o percentual mínimo previsto no **caput** do art. 14 poderão compensar o percentual devido no exercício imediatamente subseqüente, com acréscimo de vinte por cento sobre o percentual a ser compensado.

§ 1º O disposto neste artigo alcança tão-somente as entidades que tenham aplicado pelo menos treze por cento da receita anual efetivamente recebida em gratuidade, na forma do art. 14, em cada exercício financeiro a ser considerado.

§ 2º A certificação será cancelada na hipótese de prática reiterada da compensação de que trata o **caput** em prazo inferior a três anos.

§ 3º A decisão a que se refere o **caput** deste artigo deverá ser proferida no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 4º A entidade que atua na área de educação poderá, alternativamente, para dar cumprimento ao requisito previsto no art. 14, realizar ou financiar serviços, programas e projetos de assistência social."

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

"Art. 19. A certificação será concedida à entidade que atua na área de assistência social que presta serviços e ações gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação e sem exigência de contrapartida do usuário, observada a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, ressalvado o disposto no § 1º do art. 35 da Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Parágrafo único. As entidades que atuam na área de assistência social a que se refere o **caput** podem ser de atendimento, de assessoramento e de defesa de direitos."

"Art. 20. .....

§ 1º Quando a entidade que atua na área de assistência social atuar em mais de um Município ou Estado, ou em quaisquer destes e no Distrito Federal, deverá inscrever suas atividades no Conselho de Assistência Social do respectivo Município de atuação ou do Distrito Federal, mediante a apresentação de seu plano ou relatório de atividades e do comprovante de inscrição no Conselho de sua sede ou de onde desenvolva suas principais atividades.

....."

"Art. 21. A comprovação do vínculo da entidade que atua na área de assistência social à rede socioassistencial privada no âmbito do SUAS é condição suficiente para a concessão da certificação, no prazo e na forma a serem definidos em regulamento."

"Art. 30. O direito à isenção das contribuições sociais poderá ser exercido pela entidade a partir da data de validade da certificação anteriormente deferida, desde que atendidas as disposições da Seção I deste Capítulo."

"Art. 32. Da decisão que indeferir o requerimento para concessão ou renovação de certificação e da decisão que cancelar a certificação caberá recurso por parte da entidade interessada, na forma definida em regulamento, no prazo de até sessenta dias contados da publicação da decisão."

Art. 34. .....

I – dar ciência da representação à entidade, que terá o prazo de até sessenta dias para apresentação de defesa, assegurada a proteção da identidade do representante mencionado no inciso I do art. 33, quando por este solicitado ou quando julgado necessário pela autoridade competente;

.....

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

§ 2° Se procedente a representação de que trata o inciso II, a autoridade responsável deverá cancelar a certificação, respeitados os princípios constitucionais da ampla da ampla defesa e do contraditório, e dar ciência do fato à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

....."

"Art. 35. A entidade que atue em mais de uma das áreas apontadas no art. 1° deverá solicitar o certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social junto ao Ministério responsável pela área de atuação preponderante da Entidade.

Parágrafo único. A entidade de atendimento misto, cujas ações sejam voltadas para as pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e pessoas idosas serão certificadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome."

"Art. 36. .....

.....

§ 3° Das decisões de indeferimento, proferidas com base no **caput**, caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de sessenta dias, dirigido ao Ministro de Estado responsável pela área de atuação da entidade.

....."

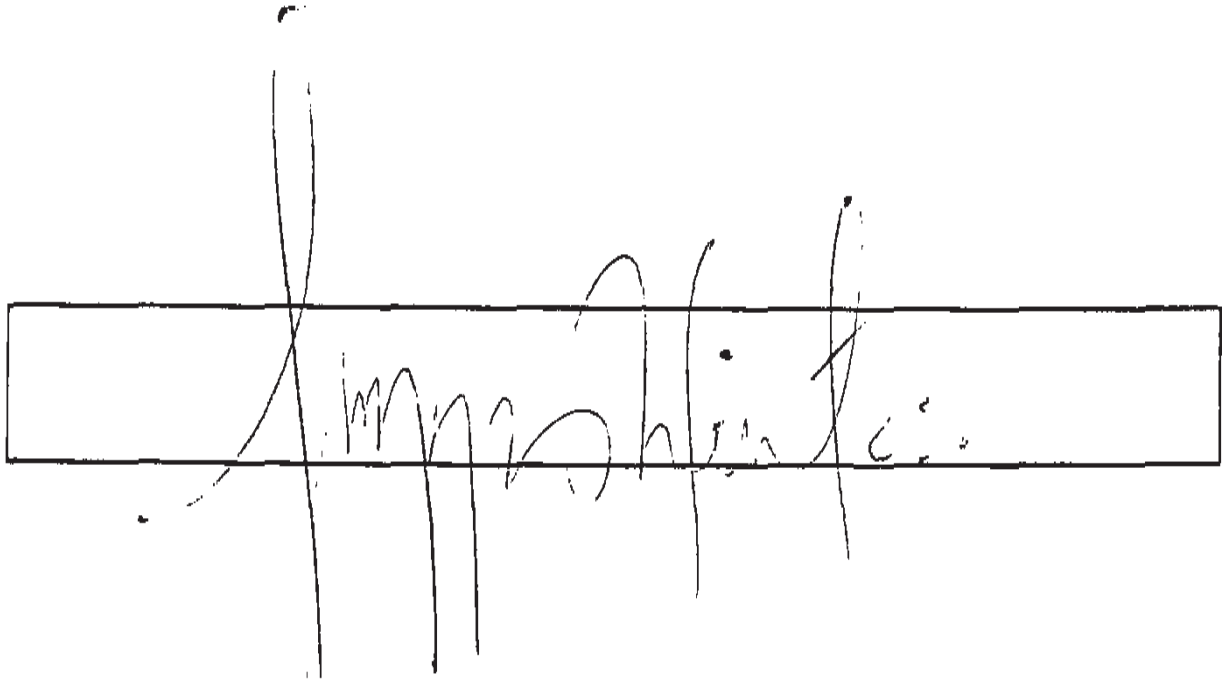
"Art. 46-A. As entidades que atuam nas área de educação terão 2 (dois) anos para se adequar a nova legislação, fora o ano da publicação da lei".

JUSTIFICATIVA

É bem sabido e consabido que a área da Seguridade Social e da filantropia a ela ligada é extremamente sensível. E isto por diversos fatores: seja porque o Estado, deliberadamente, abdica de considerável arrecadação tributária, de modo a verdadeiramente coadjuvar as diversas pessoas jurídicas que se dedicam a atividades de filantropia e benemerência, seja porque a certificação de tais atividades é problema dos mais complexos, sobretudo, após a divulgação pela imprensa nacional e local de diversas fraudes ocorridas no âmbito do Conselho Nacional de Assistência Social, órgão que, até a publicação da MP ora emendada, era o único responsável pela certificação. Não é por outro motivo, com o perdão da palavra, que, midiaticamente, já se falou na ocorrência de uma "pilantropia" ao revés de genuína solidariedade humana.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Assim, vem em boa hora a citada MP ao rever toda a sistemática da certificação das entidades beneficentes que atuam nas áreas de assistência social, saúde e educação, contribuindo com o Estado para a melhoria dessas estratégicas áreas. Todavia, cremos serem necessários alguns aperfeiçoamentos no texto da mencionada MP objetivando a sua melhoria de interpretação e, em outro casos, por exemplo, para restar expressamente consagrado o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório no âmbito do processo administrativo de certificação. Como, praticamente, todo o texto da MP sofreu alguma alteração, optamos por apresentar uma emenda substitutiva global, destacando, em texto sublinhado, a nova redação e/ou o novo dispositivo. Observe-se, ainda, que a Resolução n. 01/2002-CN não veda expressamente a hipótese da emenda substitutiva geral. Por isso, submetemos a presente emenda aos nobres Pares, esperando a sua aprovação.



MPV - 446

00020

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2008.

"Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências".

EMENDA MODIFICATIVA

O art. 4º da Medida Provisória nº 446, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação, a entidade de saúde deverá ofertar a prestação de todos os seus serviços ao SUS no percentual mínimo de oitenta por cento, e comprovar, anualmente, o mesmo percentual em internações realizadas, medida por paciente-dia."

Justificação

O percentual mínimo de 60% estabelecidos no texto do art. 4º da MP não se coaduna com os benefícios tributários e/ou outras facilidades que as referidas entidades detém em face do Poder Público e em relação à sociedade em geral.

Assim, para que haja uma equivalência entre o tratamento que recebem e os serviços que devem ofertar à população, é necessário que haja um aumento do percentual dos serviços vinculados ao SUS, principalmente se levado em consideração que tais entidades não visam auferir lucros com suas atividades.

Em face dessa compreensão é que pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação da emenda proposta.

Sala da Comissão, em 13 de novembro de 2008.

Dep. Dr. Rosinha – PT/PR

MPV - 446

00021

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
DEPUTADO ÁTILA LIRA - PSB	109

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 4º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º .....

§ 14. Às pessoas jurídicas de direito privado, mantedoras de instituições de ensino superior, sem fins lucrativos, que após a celebração do parcelamento previsto no caput deste artigo e no parágrafo anterior optarem por transformar sua natureza jurídica em sociedade de fins econômicos, observado o disposto no art. 13 da Lei nº 10.096, de 13 de janeiro de 2005, é assegurada a manutenção dos termos do referido parcelamento até sua plena quitação, desde que o mantenham rigorosamente adimplente.

§ 15. Na hipótese prevista no parágrafo anterior, é vedada a inclusão de qualquer novo débito nos acordos de parcelamento celebrados nos termos deste artigo.

JUSTIFICATIVA:

O parcelamento especial previsto no art. 4º da Lei nº 10.345, de 2006, além de viabilizar a criação da Timemania que vai melhorar em muito a situação dos nossos clubes de futebol, permitiu a regularização das dívidas tributárias e previdenciárias das instituições filantrópicas, especialmente as mantenedoras de instituições de ensino superior.

Por outro lado, a Lei nº 10.096, de 2005, que instituiu o PROUNI, estabeleceu uma regra de transição para que as instituições hoje beneficentes de assistência social que desejarem se transformar em sociedade com fins econômicos passem a pagar a cota patronal da contribuição social sobre a folha.

Sem nenhum demérito às instituições filantrópicas, a transformação daquelas que desejarem em sociedades com fins econômicos é uma oportunidade prevista em lei desde 1995, e que pode dinamizar algumas instituições que vivem dificuldades financeiras há muito tempo.

Uma vez regularizada a situação fiscal, com o parcelamento especial incluído na lei da Timemania, é possível vislumbrar uma série de oportunidades de transformação daquelas instituições em sociedades com fins econômicos, inclusive com a atração de investidores com capacidade para bancar um salto de qualidade nas mesmas.

Ocorre que nenhuma análise de risco de investimento resiste à mudança de regra na composição do passivo tributário da instituição. Se a renúncia à condição de entidade beneficente de assistência social implicar a piora das condições de parcelamento dos débitos tributários e previdenciários, nenhuma instituição irá trilhar este caminho.

A emenda ora proposta visa a compatibilizar as duas coisas, permitindo a manutenção das regras de parcelamento especial em caso de transformação, condicionado ao rigoroso adimplemento das parcelas, e vedando a inclusão de novos débitos, ou seja, qualquer novo débito que surja deverá ser liquidado ou composto nas regras normais de parcelamento.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446

00022

Data: 14 /11/2008	**Proposição:** Medida Provisória nº 446
Autor: Deputado Renato Molling PP/RS	**Nº do Prontuário**

☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☑ Modificativa ☐ Aditiva ☐ Substitutiva Global ☐

Artigo:	Parágrafo:	Incisos:	Alínea:	

Dê-se nova redação ao caput do Art. 4º da MP 446:

Art. 4º - Para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação a entidade de saúde deverá comprovar atendimento aos usuários do SUS no percentual mínimo de 60% do total de seus atendimentos ambulatoriais e de internação.

JUSTIFICAÇÃO

Para instituições hospitalares que prestam serviços unicamente ambulatoriais basta a comprovação de 60% de atendimentos nesta área. Assim, por meio da presente emenda, propõe-se que seja permitido que entidades de maior complexidade, que oferecem à comunidade um atendimento mais completo, destinem ao atendimento SUS 60% do universo de atendimentos, facultando que eventualmente uma área supra ou complemente o percentual da outra, sem acarretar prejuízo pelo fato de atuar como instituição de saúde mais complexa que aquelas destinadas simplesmente ao atendimento ambulatorial.

A política de saúde deve trabalhar no sentido de buscar reduzir o período de internações, conforme indicações do Programa Saúde da Família, onde a lógica da educação e prevenção apresenta grande destaque, entendendo que o atendimento, sempre que possível, deve manter o paciente em contato com o ambiente familiar e externo, como elemento psicológico favorável a sua recuperação.

Assinatura:

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446

00023

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT - PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. ☒ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	4º	1º		

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 4º da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. Para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação a entidade de saúde deverá ofertar a prestação de serviços e comprovar, anualmente, as seguintes condições, isoladas ou cumulativamente:

I – prestação de todos os serviços ao SUS no percentual mínimo de sessenta por cento e comprovação do mesmo percentual em internações realizadas, medida por paciente dia;

II - prestação destes serviços ao SUS no percentual mínimo de sessenta por cento para entidades que prestam serviços exclusivamente na área ambulatorial;

III - na impossibilidade do cumprimento do percentual mínimo a que se refere o inciso anterior, na contratação dos serviços de saúde da entidade, em razão da falta de demanda, declarada pelo gestor local do SUS, deverá ela comprovar a aplicação de percentual de sua recita bruta em atendimento gratuito de saúde da seguinte forma:

a) aplicar vinte por cento da sua receita bruta em atendimento gratuito de saúde, se o percentual de atendimento ao SUS for inferior a trinta por cento;

b) aplicar dez por cento da sua receita bruta em atendimento gratuito de saúde, se o percentual de atendimento ao SUS for igual ou superior a trinta e inferior a cinqüenta por cento; ou

c) aplicar cinco por cento da sua receita bruta em atendimento gratuito de saúde, se o percentual de atendimento ao SUS for igual ou superior a cinqüenta por cento, ou se completar o quantitativo das internações hospitalares, medido por paciente-dia, com atendimentos gratuitos devidamente informados de acordo com o disposto no inciso I art. 5º, não financiados pelo SUS ou por qualquer outra fonte.

IV - aplicar trinta por cento da sua receita bruta operacional em atendimento gratuito de saúde, quando não for prestador de serviços do SUS.

1º. O atendimento do percentual mínimo de que trata o **caput** pode ser individualizado por estabelecimento ou pelo conjunto de estabelecimentos de saúde da entidade, desde que não abranja outra pessoa jurídica por ela mantida.

§ 2º. Para os fins deste artigo, a entidade deverá comprovar o percentual de aplicação em gratuidade sobre a receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares."

JUSTIFICAÇÃO: ..

A emenda tem por objetivo reunir os artigos 4º e 8º da redação original da MP, para facilitar o entendimento sobre a matéria, ao mesmo tempo em que inaugura previsão de que as entidades que desejem ser filantrópicas mas que não queiram ser prestadoras de serviços pelo SUS e queiram pleitear o Certificado para obter a isenção da Cota Patronal devem comprovar 30% de sua receita bruta em atendimentos gratuitos.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00024

EMENDA MODIFICATIVA
MEDIDA PROVISÓRIA N.º 446, de 2008

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 4º da MP 446:

Art. 4º - Para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação a entidade de saúde deverá comprovar atendimento aos usuários do SUS no percentual mínimo de 60% do total de seus atendimentos ambulatoriais e de internação.

Justificação

Para instituições hospitalares que prestam serviços unicamente ambulatoriais basta a comprovação de 60% de atendimentos nesta área. Assim, deverá ser permitido que entidades de maior complexidade, que oferecem à comunidade um atendimento mais completo, destinem ao atendimento SUS 60% do universo de atendimentos, facultando que eventualmente uma área supra ou complemente o percentual da outra sem acarretar prejuízo pelo fato de atuar como instituição de saúde mais complexa que aquelas destinadas ao simples atendimento ambulatorial.

A política de saúde trabalha no sentido de buscar reduzir o período de internações entendendo que o atendimento, sempre que possível, deve manter o paciente em contato com o ambiente familiar e externo, como elemento psicológico favorável a sua recuperação.

Sala das Sessões, em de novembro de 2008.

Deputado Beto Albuquerque
PSB/RS

MPV - 446

00025

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
17/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Luis Carlos Heinze	

1 Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. X aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo 4º	Parágrafo	Inciso	alínea

O artigo 4º da Medida Provisória 446 de 7 de novembro de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - Para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação, a entidade de saúde deverá dispor e manter, permanentemente, convênio ou contrato formalizado com o Sistema Único de Saúde, no qual esteja expressa a oferta mínima de cinqüenta por cento dos seus serviços disponíveis, comprovando anualmente o adequado cumprimento do convênio ou contrato, mediante certidão exarada pela Comissão de Acompanhamento do mesmo e homologada pelo respectivo Gestor.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração na redação desse artigo é imprescindível, pois o presente Projeto de Lei repetiu a disposição contida no Decreto nº. 2536, de abril de 1998, hoje absolutamente defasado. Dentre as modificações ocorridas desde a edição do Decreto em tela, a mais incidente é a progressiva política de desospitalização, advinda no bojo da estratégia nacional do Programa Saúde da Família, onde a lógica da educação e prevenção é predominante, com melhorias significativas na qualidade de vida da população brasileira. Neste aspecto os hospitais sem fins lucrativos estão assumindo novos papéis perante os gestores do Sistema, sejam de apoio ao desenvolvimento do Programa ou de complementaridade estrutural para as urgências e emergências. Logo, cada vez mais a hospitalização deve ser evitada.

Outra modificação fundamental a ser citada, é a evolução tecnológica, como por exemplo, a vídeo cirurgia, simplificando sobremaneira o processo assistencial, antes requerendo regime hospitalar, com permanência longa, e hoje bastando estrutura hospitalar ambulatorial, com poucas horas de permanência. Aliás, esta questão também está perfeitamente identificada na edição da nova Tabela Unificada do SUS, onde se verifica a extinção de procedimentos antes só

possíveis de serem realizados a nível hospitalar, para contemplá-los no âmbito ambulatorial.

Ainda, como determinante a adequação do texto deste artigo, são as evoluções das normas de contratação dos serviços pelo Sistema Único de Saúde, especialmente no que diz respeito à Portaria nº. 635, de 10 de novembro de 2005; Portaria nº. 3.123, de 7 de dezembro de 2006 e Portaria nº. 318, de 29 de maio de 2007; todas expedidas pelo Ministério da Saúde, tratando sobre o Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde – SUS. Nestas normas incidem definições sobre a abrangência dos serviços a serem prestados, definidos através de um plano operativo, havendo a presença de tetos físicos e orçamentários.

O percentual mínimo de 60% não tem fundamentação de origem e muito menos razão de ser, bastando que seja garantido, isto sim, a preponderância da destinação dos serviços ao SUS, a qual se efetiva com a destinação de, no mínimo, 50%. Isto é lógico.

Brasília, 17 de novembro 2008

Luis Carlos Heinze PP/RS

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS 00026

data	proposição
17/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Luis Carlos Heinze	

1 Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. X aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo 4º	Parágrafo	Inciso	alínea

O parágrafo único do artigo 4º da Medida Provisória 446 de 7 de novembro de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - .....

.....

Parágrafo único - O atendimento do percentual mínimo de que trata o **caput** pode ser individualizado por estabelecimento ou pelo conjunto de estabelecimentos de saúde da entidade, incluídos aqueles com base em contratos de gestão, desde que não abranja outra entidade com personalidade jurídica própria que seja mantida pela entidade.

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão da frase "incluídos aqueles com base em contratos de gestão", impõe-se pelo reconhecimento da realidade da diversificação das relações dos hospitais sem fins lucrativos com os gestores do SUS, havendo gradativa assunção de responsabilidade de gestão de estruturas físicas, públicas, porém, com integral responsabilidade operacional por parte do hospital. Daí a importância fundamental de incluir estes casos na guarida do parágrafo único.

Brasília, 17 de novembro 2008

Luis Carlos Heinze PP/RS

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS 00027

Data	proposição
17 / 11 / 2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446/2008

autor	nº do prontuário
Deputado José Linhares - PP/CE	

1 ( ) Supressiva 2. ( ) substitutiva 3. ( ) modificativa 4. (X) aditiva 5. ( ) Substitutivo global

Página 1	Artigo 4	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se no Capítulo I - DA CERTIFICAÇÃO, Seção I - Da Saúde, o seguinte parágrafo no artigo 4°, e dê nova enumeração ao parágrafo único:

"Art. 4° .....

Parágrafo ~~Único~~ §1° .....

§ 2° alternativamente ao requisito estabelecido no parágrafo anterior, para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação, a entidade de saúde poderá comprovar o cumprimento das metas quantitativas e qualitativas estabelecidas em contrato celebrado com o gestor local do SUS, nos termos dos Programas de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS e dos Hospitais de Ensino.

JUSTIFICATIVA

Os Programas de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS e dos Hospitais de Ensino, criados pelo Ministério da Saúde, visam efetivamente atender à demanda da população carente local e/ou da área de abrangência em que se insere a entidade de saúde, de forma a não falar atendimento qualificado. A partir daí são estabelecidas metas quantitativas e qualitativas no plano municipal de saúde, para com os quais a entidade de saúde contratualizada se obriga a atendê-las e mantê-las, com o acompanhamento de uma comissão especialmente criada para fiscalizar a execução do contrato, através de reuniões mensais.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00028

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
17/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Luis Carlos Heinze	

1 Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. X aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo 4º	Parágrafo	Inciso	alínea

Acrescente-se o seguinte artigo a Medida Provisória 446

Art. ..... Fica reaberto em até cento e oitenta dias após a publicação desta Lei, para as entidades referidas nos §§ 12 e 13, do art. 4º, da Lei nº 11.345, de 11 de setembro de 2006, o prazo de que trata o art. 10 da mesma Lei.

JUSTIFICAÇÃO

Em setembro de 2006 foi publicada a Lei nº 11.345 que instituiu a "Timemania", loteria federal baseada em apostas nos nomes ou brasões dos clubes profissionais de futebol nacionais. De acordo com a referida Norma, os clubes de futebol cederiam o direito de utilização de seus brasões, nome, hinos e bandeiras para realização de um concurso de prognósticos administrado pela Caixa Econômica Federal. Em troca, receberiam parte dos recursos arrecadados, que seriam destinados exclusivamente ao pagamento de dívidas tributárias dos mesmos com a União.

Adicionalmente à instituição do concurso, foi concedido aos clubes de futebol a possibilidade de parcelarem seus débitos com o fisco para facilitar o pagamento com as receitas do concurso. Caso a arrecadação destinada ao clube não fosse suficiente para quitar a parcela, haveria a complementação do valor com suas receitas próprias.

A referida Lei permitiu que as Santas Casas de Misericórdia e as entidades sem fins econômicos, que possuam o Certificado de Entidade Beneficente da Assistência Social, participassem desse parcelamento. Assim, essas entidades puderam parcelar seus débitos, sem haver a necessidade de adesão ao concurso de prognósticos.

Contudo, esse parcelamento teve prazo de adesão de apenas 60 dias, contados a partir da regulamentação do concurso de prognósticos. Os clubes precisavam aderir ao concurso no prazo de 30 dias e, após essa adesão, solicitar o parcelamento. Ocorre que as Santas Casas, como visto, não participam desse

concurso e, portanto, não há motivo para conexão entre a regulação do mesmo e o prazo de adesão ao parcelamento, em relação a essas entidades.
As Santas Casas de Misericórdia são instituições que executam ações de enorme relevância na comunidade em que atuam. Suas atividades incluem desde a assistência a gestantes até o amparo à velhice. Assim, toda ação do Estado que vise auxiliar esse trabalho deve ser estimulada, pois trará ganhos a toda a sociedade.

Não vemos razão para o estabelecimento às Santas Casas de prazo tão exíguo para adesão a esse parcelamento. Por isso, apresentamos a presente emenda, que reabre esse prazo.

Assim, considerando o elevado interesse social da proposta, estamos certos que contaremos com o apoio dos ilustres pares para sua aprovação.

Brasília, 17 de novembro 2008

Luis Carlos Heinze PP/RS

MPV - 446

00029

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	4º			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O caput do art. 4º da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. Para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação, a entidade de saúde deverá ofertar a prestação de todos os seus serviços ao SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, **perante o Conselho Nacional de Saúde - CNS**, o mesmo percentual em internações realizadas, medida por paciente-dia.

Justificativa

A participação popular, ao lado da descentralização das ações e políticas de saúde e da integralidade da assistência, passou a ser valorizada e percebida como de fundamental importância para a construção de um modelo público de saúde. A lei 8.142, de 1990, instituiu os Conselhos e as conferências de saúde como instrumentos do controle social, por meio das quais deve acontecer a participação dos diversos segmentos da sociedade, ao lado do governo, no acompanhamento e na definição de políticas públicas de saúde. A distribuição das vagas do CNS é paritária, 50% de usuários, 25% de trabalhadores e 25% de prestadores de serviço e gestores (Resolução nº 333/2003 do CNS).

Portanto, partindo ainda do fato de que é a sociedade quem custeia a saúde pública brasileira, e tem o importante papel do controle social das políticas públicas e Programas que dizem respeito ao erário, entendemos ser imprescindível a participação do CNS em todas as fases relativas ao processo de certificação de entidade beneficente de atuação na área, incluindo-se neste contexto as ações requisitadas para a concessão de certificação ou sua renovação. Ou seja, deve caber ao CNS avaliar a comprovação anual da entidade quanto a efetiva prestação de serviços ao SUS.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS — 00030

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi PMDB	

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. [ ] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 4º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao Parágrafo único do Art. 4º da Medida Provisória nº 446, a seguinte redação:

Art. 4º .....

Parágrafo único. O atendimento do percentual mínimo de que trata o **caput** pode ser individualizado por estabelecimento ou pelo conjunto de estabelecimentos de saúde da entidade, **incluídos aqueles com base em contratos de gestão,** desde que não abranja outra pessoa jurídica por ela mantida.

JUSTIFICATIVA:

A inclusão da frase "incluídos aqueles com base em contratos de gestão", impõe-se pelo reconhecimento da realidade da diversificação das relações dos hospitais sem fins lucrativos com os gestores do SUS, havendo gradativa assunção de responsabilidade de gestão de estruturas físicas, públicas, porém, com integral responsabilidade operacional por parte do hospital e compromisso de que o atendimento seja realizado integralmente aos pacientes do SUS, em apoio ao Estado. Daí a importância fundamental de incluir estes casos na guarida do parágrafo único.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS 00031

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi /PMDB	

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. [ ] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 4º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao Art. 4º da Medida Provisória nº 446, a seguinte redação:

Art. 4º Para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação, a entidade de saúde deverá **dispor e manter, permanentemente, convênio ou contrato formalizado com o Sistema Único de Saúde, no qual esteja expressa a oferta mínima de 50% (cinqüenta por cento) dos seus serviços disponíveis, comprovando anualmente o adequado cumprimento do convênio ou contrato, mediante certidão exarada pela Comissão de Acompanhamento do mesmo e homologada pelo respectivo Gestor**.

JUSTIFICATIVA:

A alteração na redação desse artigo é imprescindível, pois o presente Projeto de Lei repetiu a disposição contida no Decreto nº 2.536/98, hoje absolutamente defasado. Dentre as modificações ocorridas desde a edição do decreto em tela, a mais incidente é a progressiva política de desospitalização, advinda no bojo da estratégia nacional do Programa Saúde da Família, onde a lógica da educação e prevenção é predominante, com melhorias significativas na qualidade de vida da população brasileira. Neste aspecto os hospitais sem fins lucrativos estão assumindo novos papéis perante os gestores do SUS, sejam de apoio ao desenvolvimento do programa ou de complementaridade estrutural para as urgências e emergências. Logo, cada vez mais a hospitalização deve ser evitada.

Outra modificação fundamental a ser citada é a evolução tecnológica, como por exemplo, a vídeo cirurgia, simplificando sobremaneira o processo assistencial, antes requerendo regime hospitalar, com permanência longa, e hoje bastando estrutura hospitalar ambulatorial, com poucas horas de permanência. Aliás, esta questão também está perfeitamente identificada na edição da nova Tabela Unificada do SUS, onde se verifica a extinção de procedimentos antes só possíveis de serem realizados a nível hospitalar, para contemplá-los no âmbito ambulatorial.

Ainda, como determinante a adequação do texto deste artigo, são as evoluções das normas de contratação dos serviços pelo SUS, especialmente no que diz respeito à Portaria nº 635, de 10 de novembro de 2005, Portaria nº 3.123, de 7 de dezembro de 2006, e Portaria nº 318, de 29 de maio de 2007, todas expedidas pelo Ministério da Saúde, tratando sobre o Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS. Nestas normas incidem definições sobre a abrangência dos serviços a serem prestados, definidos através de um plano operativo, havendo a presença de tetos físicos e orçamentários.

O percentual mínimo de 60% não tem fundamentação de origem e muito menos razão de ser, bastando que seja garantido, isto sim, a preponderância da destinação dos serviços ao SUS, a qual se efetiva com a destinação de, no mínimo, 50%.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446

00032

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi - PMDB	

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. [X] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 4º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA ADITIVA

Inclua-se no artigo 4º da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, um **parágrafo segundo**, renumerando o seu atual **parágrafo único**, para **parágrafo primeiro,** com a seguinte redação:

"Art. 4º - ...

Parágrafo 1º - ... (Manter a redação do atual parágrafo único)

Parágrafo 2º Em se tratando de entidade de saúde, contratada ou conveniada pelo SUS – Sistema Único de Saúde, que se dedique exclusivamente à pesquisa, prevenção e tratamento de moléstias cardiovasculares ou oncológicas, terá como base de cálculo o número total de procedimentos assistenciais por ela efetivamente realizados no ano anterior ao de sua apuração."

JUSTIFICATIVA

É sabida a importância que o Poder Público e a sociedade em geral dão à pesquisa, prevenção e tratamento das moléstias cardiovasculares e oncológicas, por ser tratar de segmento assistencial de saúde com características próprias e destinado a combater as duas maiores causas de mortalidade por doença da população brasileira, que exige maior dedicação e complexidade nos procedimentos. Por essas razões o critério de aferição do cumprimento do requisito legal exigível para a certificação da condição de filantropia das entidades de saúde, que se dediquem exclusivamente àquelas atividades, deve ter como base o número total de procedimentos realizados, quer seja de forma ambulatorial ou internações de pacientes, no ano interior a sua apuração, excepcionalizando-se da regra geral trazida no *caput* do citado artigo 4º.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00033

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	5º			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O caput do art. 5º da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. A entidade de saúde deverá ainda informar, obrigatoriamente, ao **Conselho Nacional de Saúde - CNS**, na forma por esse estabelecida: "

Justificativa

A participação popular, ao lado da descentralização das ações e políticas de saúde e da integralidade da assistência, passou a ser valorizada e percebida como de fundamental importância para a construção de um modelo público de saúde. A lei 8.142, de 1990, instituiu os Conselhos e as conferências de saúde como instrumentos do controle social, por meio das quais deve acontecer a participação dos diversos segmentos da sociedade, ao lado do governo, no acompanhamento e na definição de políticas públicas de saúde. A distribuição das vagas do CNS é paritária, 50% de usuários, 25% de trabalhadores e 25% de prestadores de serviço e gestores (Resolução nº 333/2003 do CNS).

Portanto, partindo do fato de que é a sociedade quem custeia a saúde pública brasileira, e tem o importante papel do controle social das políticas públicas e Programas que dizem respeito ao erário, entendemos ser imprescindível a participação do CNS em todas as fases relativas ao processo de certificação e renovação de entidade beneficente que atue na área, incluindo-se neste contexto a avaliação das ações requisitadas para tal. Ou seja, deve caber ao CNS avaliar as informações da entidade quanto à efetiva prestação de serviços ao SUS.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00034

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi - PMDB	

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. [ ] aditiva 5. [ ] Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 5º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se aos incisos I e II do Art. 5º da Medida Provisória nº 446, a seguinte redação:
"Art. 5º...
I – A totalidade de procedimentos assistenciais realizados em pacientes não usuários do SUS;
II- A totalidade de procedimentos assistenciais realizados em pacientes usuários do SUS; e
III-..."

JUSTIFICATIVA

Nesta oportunidade e em separado, este Parlamentar apresentou Emenda ao art. 4º da Medida Provisória 446.

O objetivo desta Emenda, acima apresentada, tem o condão de adequar a redação dos incisos I e II do art. 5º, ao teor da Emenda, referente ao mencionado art. 4º.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00035

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT - PR	

1 [X] Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	6º			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 6º da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, renumerando-se os seguintes.

JUSTIFICAÇÃO:

A supressão do referido artigo decorre de sua incorporação ao artigo 4º, na forma de emenda anteriormente apresentada.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00036**

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	6º			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O Art. 6º da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º A entidade de saúde que presta serviços exclusivamente na área ambulatorial deverá, em substituição ao requisito do art. 4º, comprovar anualmente **perante o Conselho Nacional de Saúde – CNS**, a prestação desses serviços ao SUS no percentual mínimo de sessenta por cento.

Justificativa

A participação popular, ao lado da descentralização das ações e políticas de saúde e da integralidade da assistência, passou a ser valorizada e percebida como de fundamental importância para a construção de um modelo público de saúde. A lei 8.142, de 1990, instituiu os Conselhos e as conferências de saúde como instrumentos do controle social, por meio das quais deve acontecer a participação dos diversos segmentos da sociedade, ao lado do governo, no acompanhamento e na definição de políticas públicas de saúde. A distribuição das vagas do CNS é paritária, 50% de usuários, 25% de trabalhadores e 25% de prestadores de serviço e gestores (Resolução nº 333/2003 do CNS).

Portanto, partindo do fato de que é a sociedade quem custeia a saúde pública brasileira, e tem o importante papel do controle social das políticas públicas e Programas que dizem respeito ao erário, entendemos ser imprescindível a participação do CNS em todas as fases relativas ao processo de certificação e renovação de entidade beneficente que atue na área, incluindo-se neste contexto a avaliação das ações requisitadas para tal. Ou seja, deve caber ao CNS avaliar as informações da entidade quanto à efetiva prestação de serviços ao SUS.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

00037

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi PMDB	

1 [X] Supressiva 2. [ ] substitutiva [ ] modificativa 4. [ ] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 4º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o Art. 6º da Medida Provisória nº 446:

JUSTIFICATIVA:

A exclusão do art. 6º se justifica pela alteração proposta na redação do art. 4º, onde todas as entidades passam a ter como requisito o contrato ou convênio formalizado, independente de ser da área hospitalar ou ambulatorial.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00038

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
11/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Arnaldo Faria de Sá PTB	337

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 7º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Substitua-se na redação do artigo 7º da Medida Provisória nº 446, de 2008, a expressão "sem fins lucrativos" para "sem fins econômicos", mantendo-se o restante do teor originário.

JUSTIFICATIVA

Em conformidade com o disposto nos artigos 44 e seguintes da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, ou seja, o Código Civil Brasileiro, deve-se modificar a redação do artigo 7º da Medida Provisória em tela, substituindo a expressão "sem fins lucrativos" por "sem fins econômicos", uma vez que é essa a expressão tecnicamente adotada para caracterizar as pessoas jurídicas de direito privado passíveis de reconhecimento como entidades beneficentes de assistência social.

PARLAMENTAR

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446

00039

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT - PR	

1 [X] Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	8º			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 8º da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, renumerando-se os seguintes.

JUSTIFICAÇÃO:

A supressão do artigo decorre de sua incorporação ao artigo 4º, na forma de emenda anteriormente apresentada.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00040**

data	proposição
11/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Arnaldo Faria de Sá PTB	337

1 [X] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 8º	Parágrafo único	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA PARCIAL

Dê-se, à redação do Parágrafo Único do artigo 8º da Medida Provisória nº 446, de 2008, a seguinte teor:

"Parágrafo Único: Para os fins deste artigo, a entidade deverá comprovar o percentual de aplicação em gratuidade sobre a receita bruta operacional proveniente da venda de serviços por ela ofertados."

JUSTIFICATIVA

Toda a sistemática da substituição da prestação de serviços assistenciais, para que a Entidade Beneficente possa vir a gozar da isenção tributária decorrente de sua certificação como tal, pela chamada gratuidade deve ter como base de cálculo a receita bruta operacional da referida pessoa jurídica de direito privado, pois essa é que significa, realmente, o total do ganho remuneratório do universo assistencial ofertado pela beneficente.

PARLAMENTAR

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00041**

DATA	PROPOSIÇÃO
13.11.2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446

AUTOR	Nº PRONTUÁRIO
DEPUTADO JOÃO MATOS PMDB/SC	

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
	8	1		

TEXTO

Art. O § 1º do art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º.....

§ 1º As isenções previstas no **caput** recairão sobre o lucro, nas hipóteses dos incisos I e II, sobre a receita auferida, nas hipóteses dos incisos III e IV, e sobre a folha de pagamento, na hipótese do inciso IV, quanto da realização de atividades de ensino superior relativas a cursos de graduação ou cursos seqüenciais de formação específica. (NR)

§ 2º As isenção de que trata o parágrafo anterior, têm validade a partir da adesão ao Programa Universidade para Todos, instituído pela Lei nº 11.096, de 2005.

JUSTIFICAÇÃO

As instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos, quando aderem ao Programa Universidade para Todos – PROUNI, são beneficiadas com isenção da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS (incidente sobre a receita bruta) e de outros tributos.

Já as instituições sem fins lucrativos permanecem obrigadas a recolher o PIS, pois no seu caso a incidência não se dá sobre a receita bruta, mas sobre a folha de pagamento.

ASSINATURA

___/___/___ _____

_Formulário

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
13.11.2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446

AUTOR	Nº PRONTUÁRIO
DEPUTADO JOÃO MATOS PMDB/SC	

TIPO

1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
	8	1		

A presente emenda tem por finalidade modificar a redação do § 1º do art. 8º da lei instituidora do PROUNI com o objetivo de eliminar esse tratamento não igualitário, quanto ao recolhimento do PIS, entre instituições que desempenham atividades idênticas.

ASSINATURA

___/___/___

_Formulário

MPV - 446

00042

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
11/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Arnaldo Faria de Sá PTB	337

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 8º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Insira-se, após a palavra "bruta", na redação do artigo 8º da Medida Provisória nº 446, de 2008, a palavra **"operacional"**, mantendo-se o restante do teor originário.

JUSTIFICATIVA

Toda a sistemática da substituição da prestação de serviços assistenciais, para que a Entidade Beneficente possa vir a gozar da isenção tributária decorrente de sua certificação como tal, pela chamada gratuidade deve ter como base de cálculo a receita bruta operacional da referida pessoa jurídica de direito privado, pois essa é que significa, realmente, o total do ganho remuneratório do universo assistencial ofertado pela beneficente.

PARLAMENTAR

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo

MPV - 446

00043

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
17/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Luis Carlos Heinze	

1 Supressiva	2. substitutiva	3. X modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo 8º	Parágrafo	Inciso	alínea

O artigo 8º da Medida Provisória 446 de 7 de novembro de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação e suprima-se o parágrafo único:

Art. 8º - Na impossibilidade de contratação do percentual mínimo a que se refere o art. 4º, ou não havendo contratação, deverá a entidade beneficente comprovar a aplicação em gratuidade de um percentual sobre o valor total correspondente a isenção das contribuições sociais usufruídas, observando os seguintes critérios:

I – cem por cento (100%) do valor, se não houver contratação ou o percentual da contratação for inferior a trinta por cento (30%);

II – cinqüenta por cento (50%) do valor, se o percentual da contratação for superior a trinta e inferior a cinqüenta por cento.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta neste artigo origina-se da necessidade de adequação a política de contratualização exarada pelo Ministério da Saúde, conforme já referida na justificativa do artigo 4º. Também, com a inclusão dos casos em que não houver contratação, está se definindo uma política e regra única para todas as instituições sem fins lucrativos, não havendo necessidade de disposições específicas para inclusão de instituições estratégicas.

A definição do valor da aplicação em gratuidade ser correspondente a isenção das contribuições sociais usufruídas, decorre da segurança na definição do montante, aliada a um melhor parâmetro de justiça, pois, na regra deste Projeto de Lei, absurdamente, estão inclusas as receitas originárias do SUS.

Quanto aos percentuais, o referente ao inciso I segue a mesma lógica do Projeto de Lei originário, apenas incluindo-se os casos de não contratação.

Referentemente ao inciso II, busca-se a adequação da aplicação do percentual coerentemente com a disposição contida no artigo 4º.

A exclusão do Parágrafo único está vinculada a operação proposta no caput.

Brasília, 17 de novembro 2008

Luis Carlos Heinze PP/RS

MPV - 446

00044

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	8º			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O caput do Art. 8º da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º Na impossibilidade do cumprimento do percentual mínimo a que se refere o art. 4º na contratação dos serviços de saúde da entidade, em razão da falta de demanda, declarada pelo gestor local do SUS, **deverá ela comprovar junto ao Conselho Nacional de saúde – CNS**, a aplicação de percentual da sua receita bruta em atendimento gratuito de saúde da seguinte forma:"

Justificativa

A participação popular, ao lado da descentralização das ações e políticas de saúde e da integralidade da assistência, passou a ser valorizada e percebida como de fundamental importância para a construção de um modelo público de saúde. A lei 8.142, de 1990, instituiu os Conselhos e as conferências de saúde como instrumentos do controle social, por meio das quais deve acontecer a participação dos diversos segmentos da sociedade, ao lado do governo, no acompanhamento e na definição de políticas públicas de saúde. A distribuição das vagas do CNS é paritária, 50% de usuários, 25% de trabalhadores e 25% de prestadores de serviço e gestores (Resolução nº 333/2003 do CNS).

Portanto, partindo do fato de que é a sociedade quem custeia a saúde pública brasileira, e tem o importante papel do controle social das políticas públicas e Programas que dizem respeito ao erário, entendemos ser imprescindível a participação do CNS em todas as fases relativas ao processo de certificação e renovação de entidade beneficente que atue na área, incluindo-se neste contexto a avaliação das ações requisitadas para tal. Ou seja, deve caber ao CNS avaliar as informações da entidade quanto à efetiva prestação de serviços ao SUS.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

00045

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
17/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Luis Carlos Heinze	

1 Supressiva	2. substitutiva	3. X modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo 8º	Parágrafo	Inciso	alínea

O artigo 9º da Medida Provisória 446 de 7 de novembro de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º - O valor aplicado em gratuidade na área de saúde, quando não comprovado por meio de registro contábil específico, deverá ser demonstrado em planilha detalhada de custos e conter parecer de adequação exarado por auditoria externa independente.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração nesse artigo impõe-se pela pública e notória defasagem das tabelas de pagamentos do SUS, reconhecidas pelo próprio Ministro da Saúde.

Brasília, 17 de novembro 2008

Luis Carlos Heinze PP/RS

MPV - 446

00046

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi - PMDB	

1 [] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. [ ] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 8º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 8º Na impossibilidade do cumprimento do percentual mínimo a que se refere o art. 4º na contratação dos serviços de saúde da entidade, em razão da falta de demanda, declarada pelo gestor local do SUS, deverá ela comprovar a aplicação **em gratuidade percentual sobre o valor total correspondente a isenção das contribuições sociais usufruídas,** da seguinte forma:

JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta neste artigo se origina da necessidade de adequação a política de contratualização exarada pelo Ministério da Saúde, conforme já referida na justificativa do artigo 4º. Também, com a inclusão dos casos em que não houver contratação, está se definindo uma política e regra única para todas as instituições sem fins lucrativos, não havendo necessidade de disposições específicas para inclusão de instituições estratégicas.

A definição do valor da aplicação em gratuidade ser correspondente a isenção das contribuições sociais usufruídas, decorre da segurança na definição do montante, aliada a um melhor parâmetro de justiça e evita que o valor da gratuidade seja superior ou inferior ao benefício fiscal usufruído.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00047

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi - PMDB	

1 [] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. [ ] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 8º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 8º .....

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a entidade deverá comprovar ~~o percentual de~~ a aplicação em gratuidade sobre a receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares.

JUSTIFICATIVA:

A exclusão da expressão do parágrafo único está vinculada a alteração proposta no caput.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00048

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi PMDB	

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. [X] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 8º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA ADITIVA

Adicione-se à redação dada ao art. 8º, *caput,* a palavra "**operacional**" após a expressão "**receita bruta**", bem com altere-se o texto do inciso III do mesmo artigo, para este ficar com o seguinte teor:

" Art – 8º - ... receita bruta operacional...;

I- ...

II-...

III- cinco por cento, se o percentual de atendimento ao SUS for igual ou superior a cinqüenta por cento, ou se completar o quantitativo de procedimentos assistenciais, com atendimentos gratuitos devidamente informados de acordo com o dispositivo do art. 5º, não financiados pelo SUS ou por outra fonte."

JUSTIFICATIVA

Esta Emenda tem o objetivo de esclarecer que a receita bruta a que se refere este artigo é operacional, obtida pela respectiva prestação de serviços assistenciais prestados pela entidade de saúde.

Por outro lado, propõe-se a adaptação de seu inciso III, para adequá-lo a proposta de Emenda ao art. 4º, ofertada em separado por este Parlamentar.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00049

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1 * Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐modificativa 4. 6 aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	9º			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o Art. 9º da MP 446/2008

"Art. 9º SUPRIMIDO"

Justificativa

No que pese a intenção do Poder Executivo de agilizar e dar eficiência à tramitação dos pedidos de concessão de certificado de entidade beneficente, não é pertinente , muito menos correto com os contribuintes brasileiros, isentar a entidade de comprovação efetiva de registro contábil específico sobre o valor aplicado em gratuidade na área de saúde relativo à receita bruta proveniente de serviços , acrescida de receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares.

Não há meios concretos de auferir tal aplicação simplesmente mediante a valoração dos procedimentos realizados com base nas tabelas SUS, abrindo possibilidade de fraudes, por este motivo propomos a supressão do dispositivo do corpo da MP 446/2008.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

00050

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi / PMDB	

1 [] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. [ ] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 9º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 9º O valor aplicado em gratuidade na área de saúde, quando não comprovado por meio de registro contábil específico, **deverá ser demonstrado em planilha detalhada de custos e conter parecer de adequação exarado por auditoria externa independente.**

JUSTIFICATIVA:

A alteração nesse artigo se impõe pela pública e notória defasagem das tabelas de pagamentos do SUS, reconhecidas pelo próprio Ministro da Saúde.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00051

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
17/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Luis Carlos Heinze	

1 Supressiva	2. substitutiva	3. X modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo 10	Parágrafo	Inciso	alínea

O artigo 10 da Medida Provisória 446 de 7 de novembro de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10 - Será considerada como aplicação em gratuidade a eventual diferença entre os valores pagos pelo SUS e os custos efetivos da prestação dos serviços, mediante comprovação de registro contábil específico.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração no art. 10 é absolutamente imprescindível frente a histórica defasagem das tabelas de pagamento do Sistema Único de Saúde, impondo aos hospitais sem fins lucrativos, de longa data e permanentemente, a aplicação de recursos próprios para cobrir a diferença entre custo e receita. Ora, não reconhecer isso como aplicação em gratuidade é penalizar fatalmente o segmento.

Aliás, a relação mantida com o Sistema Único de Saúde, vem sofrendo ao longo dos últimos 14 anos importantes modificações nas estruturas de sustentabilidade dos hospitais sem fins lucrativos, chegando-se aos dias de hoje na seguinte realidade: para cada R$ 100,00 de custo pela assistência de um paciente SUS, o Sistema remunera, em média, R$ 65,00. Disto resulta um déficit de 53,8%, pagos pelos prestadores, em parte pela geração de outras receitas na prestação de serviços a outros convênios, e, latentemente, por um endividamento progressivo e fatal com o sistema financeiro, fornecedores, e etc.

Brasília, 17 de novembro 2008

Luis Carlos Heinze PP/RS

MPV - 446

00052

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi - PMDB	

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. [ ] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 10º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 10. **Será considerada como aplicação em gratuidade a eventual diferença entre os valores pagos pelo SUS e os custos efetivos da prestação dos serviços, mediante comprovação de registro contábil específico.**

JUSTIFICATIVA:

A alteração no art. 10º é absolutamente imprescindível frente a histórica defasagem das tabelas de pagamento do SUS, impondo aos hospitais sem fins lucrativos, de longa data e permanentemente, a aplicação de recursos próprios para cobrir a diferença entre custo e receita. Ora, não reconhecer isso como aplicação em gratuidade é penalizar fatalmente o segmento.

Aliás, a relação mantida com o SUS, vem sofrendo ao longo dos últimos quatorze anos importantes modificações nas estruturas de sustentabilidade dos hospitais sem fins lucrativos, chegando-se aos dias de hoje na seguinte realidade: para cada R$ 100,00 de custo pela assistência de um paciente SUS, o Sistema remunera, em média, R$ 65,00. Disto resulta um déficit de 53,8%, pagos pelos prestadores, em parte pela geração de outras receitas na prestação de serviços a outros convênios, e, latentemente, por um endividamento progressivo e fatal com o sistema financeiro, fornecedores, etc.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00053

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado WALDIR NEVES	

1. X Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 11	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 11 da proposição em epígrafe.

JUSTIFICATIVA

O dispositivo permite que a entidade de saúde que não oferta todos os serviços do SUS em percentual mínimo de 60% e observe o mesmo percentual em internações realizadas, seja titulada como entidade beneficente de assistência social desde que realize atividades em parceria com o Ministério da Saúde para estudos de avaliação e incorporação de tecnologias, capacitação de recursos humanos, pesquisas de interesse público em saúde ou desenvolvimento de técnicas de gestão em serviços de saúde. Essa medida, ainda que aparentemente salutar, tira o foco do atendimento à população carente, que necessita do SUS. Os benefícios que podem ser auferidos pelas entidades certificadas como beneficentes devem privilegiar os empreendimentos que se destinam a prestar atenção direta ao público, e não a desenvolver atividades que já se encontram na esfera de competências do próprio Ministério da Saúde e que por ele podem ser realizadas sem custos adicionais para o erário.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00054

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1 * Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐modificativa 4. 6 aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	11			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o Art. 11 da MP 446/2008

"Art. 11 SUPRIMIDO"

Justificativa

No que pese a intenção do Poder Executivo de eficiência à tramitação dos pedidos de concessão de certificado de entidade beneficente, bem como às ações dessas entidades, não é pertinente, muito menos correto com os contribuintes brasileiros, possibilitar que tais ações quando relativas à área da saúde, não sejam as especificadas nos arts. 4º e 5º da MP 446/2008.

Garantir em lei, que tais entidades atuem na área de desenvolvimento institucional, a qual pode perfeitamente ser desempenhada pelo quadro técnico do próprio Ministério, é abrir um grave precedente desvio de ação de saúde e fraudes, pois não há meios concretos de auferi-las.

Por este motivo propomos a supressão do dispositivo do corpo da MP 446/2008.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

00055

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi	

1 [X] Supressiva 2. [ ] substitutiva [ ] modificativa 4. [] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 11º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMA-SE O PARÁGRAFO SEGUNDO DO ARTIGO 11.

JUSTIFICATIVA:

A exclusão do § 2º decorre da já definição deste item no caput do art. 8º.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00056

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
11/11/2008	Medida Provisória n.º 446, de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Arnaldo Faria de Sá PTB	337

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. [x] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/3	Artigo 11	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA ADITIVA

Dê-se, à redação do artigo 11º da Medida Provisória nº 446, de 2008, a seguinte teor:

"Artigo 11. Para dar cumprimento ao requisito previsto no artigo 4º, a Entidade de Saúde poderá, alternativamente:

I- revestir-se da condição de prestadora de serviços assistenciais de saúde constituída em decorrência de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, celebrados entre Entidades Sindicais representativas de categorias econômicas e profissionais, e que atue, mediante gestão compartilhada entre representantes dessas categorias, mantida pelas contribuições das empresas do setor, com a finalidade de realizar cobertura assistencial de saúde aos seus trabalhadores, ativos e inativos, e respectivos dependentes econômicos, até o terceiro grau de parentesco, por consangüinidade ou afinidade;

II – realizar projetos de apoio institucional do SUS, celebrando ajuste com a União, por intermédio do Ministério da Saúde, nas seguintes áreas de atuação:

a) – estudos de avaliação e incorporação de tecnologias;
b) – capacitação de recursos humanos;
c) – pesquisas de interesse público em saúde; ou
d) - desenvolvimento de técnicas e operação de gestão em serviços de saúde.

§ 1º O Ministério da Saúde definirá o rol mínimo de procedimentos da cobertura assistencial a ser prestada no caso previsto no inciso I, bem como os requisitos técnicos essenciais para o reconhecimento da excelência referente a cada umas das áreas de atuação indicadas no inciso II, ambos deste artigo.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
11/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Arnaldo Faria de Sá	337

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. [x] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 2/3	Artigo 11	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

§ 2º O recurso despendido pela entidade de saúde, em qualquer das hipóteses elencadas no *caput* deste artigo, não poderá ser inferior ao valor da isenção dos tributos usufruída.

§ 3º O projeto de apoio será aprovado pelo Ministério da Saúde, ouvidas as instâncias do SUS, segundo procedimento definido em ato do respectivo Ministro de Estado.

§ 4º As Entidades de Saúde, que venham a se beneficiar da condição prevista neste artigo, poderão complementar as suas atividades com a prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares ao SUS, não remunerados, mediante pacto com o Gestor local do SUS, observadas as seguintes condições:

I – a complementação não poderá ultrapassar trinta por cento do valor usufruído com a isenção dos tributos;

II – a Entidade de Saúde deverá apresentar, ao Gestor local do SUS, plano de trabalho de previsão de atendimento e detalhamento de custos, os quais não poderão exceder o valor por ela efetivamente despendido;

III – a comprovação dos custos a que se refere o inciso anterior poderá ser exigida a qualquer tempo, mediante apresentação dos documentos necessários; e

IV – as Entidades conveniadas deverão informar a produção na forma estabelecida pelo Ministério da Saúde, com observação de não geração de créditos.

§ 5º A participação das Entidades de Saúde em projetos de apoio previstos neste artigo não poderá ocorrer em prejuízo das atividades beneficentes prestadas ao SUS.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
11/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Arnaldo Faria de Sá	337

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. [x] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 3/3	Artigo 11	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

§ 6º O conteúdo e o valor das atividades desenvolvidas, em ambas as alternativas indicadas no *caput* deste artigo, deverão ser objeto de relatórios anuais, os quais serão encaminhados ao Ministério da Saúde para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária."

JUSTIFICATIVA

É publico e notório que da maioria das pautas de reivindicações das Entidades Sindicais dos Trabalhadores existe cláusula, pleiteando a concessão do benefício de assistência à saúde dos obreiros e de seus familiares, mediante custeio pelos respectivos patrões.

Com a obtenção de tal benefício social, os trabalhadores e suas famílias passam a ser atendidos, em seus agravos de saúde, pela iniciativa privada, aliviando, com isso, de forma substancial a pressão de demanda pelos serviços assistenciais ofertados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, diretamente ou através de seus contratados ou conveniados. Por outro lado, existem, em nosso país, casos em que, sem qualquer ônus, inclusive de remuneração pelo SUS, de Entidades de Saúde, sem fins econômicos, com gestão compartilhada entre representantes de Entidades Sindicais Patronais e Profissionais, com custeio direto pelas empresas do setor, constituídas, a partir de celebração de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, com a finalidade de dar tal assistência a grandes contingentes de trabalhadores ativos e inativos e dependentes, amparados por essas normas coletivas de trabalho.

Alguma dessas entidades de saúde, que atuam no segmento, já são certificadas pelo CNAS como de beneficência em assistência social, prestando, reconhecidamente, relevantes serviços à população brasileira.

Por isso, é que se justifica propor a emenda do artigo 11, *caput*, incisos e parágrafos da Medida Provisória nº 446 de 2008, a fim de que se preserve e estimule o crescimento desse sistema de assistência à saúde aos trabalhadores e seus familiares.

PARLAMENTAR

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo

MPV - 446

00057

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 3	Art. 11	Parágrafos §2º	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 11.....

§ 2º O recurso despendido pela entidade de saúde no projeto de apoio não poderá ser inferior ao valor da imunidade das contribuições sociais usufruída.

JUSTIFICAÇÃO

Necessidade de revisão do termo "isenção" e sua troca para o termo "imunidade", uma vez que o Supremo Tribunal Federal, por jurisprudência pacífica, entende que o benefício veiculado no § do art. 195 da CF/88 institui verdadeira **garantia de imunidade,** e não de isenção. Nesse sentido, citam-se os seguintes julgados da Suprema Corte: RMS nº 22.192/DF, 1ª Turma, Unânime, Rel. Min. Celso Mello, DJU 19.12.1996; RMS nº 22.360/DF, 1ª Turma, Unânime, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJU 23.02.1996; ADIn' nº 2.028-5/DF e 2.036-6/DF, Medida Liminar, Rel. Min. Moreira Alves. Unânime, DJU 16.06.2000; ADIn nº 2.545-7/DF, Medida Liminar, Rel. Ellen Gracie, Unânime, DJU 07.02.2003; AC-QO nº 1663/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, Unânime, DJU 17.08.2007, AC-QO nº 1426/RS, 2ª Turma, rel. Min. Celso de Mello, Unânime, DJU 17.11.2006; RE-AgR 42881/AM, 1ª Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Unânime, DJU 24.06.2005; AC-QO nº 392/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, Unânime, DJU 27.05.2005; AC-QO nº 271/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Carlos Britto, Unânime, DJU 11.02.2005; MI nº 605/RJ, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ilmar Galvão, Unânime, DJU 25.08.2008; MI nº 232/RJ, Tribunal Pleno, Rel. Min. Moreira Alves, DJU 27.03.1992, dentre inúmeras outras decisões.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00058**

DATA	PROPOSIÇÃO
	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, de 7 de novembro de /2008

AUTOR	Nº PRONTUÁRIO
Dep. Dr. Pinotti	

TIPO

1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (x) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 11 da Medida Provisória nº 446/08, o seguinte inciso V:

"Art. 11.....
.....

V – assistência médica."

JUSTIFICATIVA

Os projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS, por parte das instituições agraciadas com a certificação de entidade beneficiente, devem se dar, também, no âmbito da assistência médica. Não se concebe que a assistência médica não esteja incluída como área de atuação desses projetos, uma vez que é uma das principais competências do SUS e que as demais funções solicitadas são praticadas com eficiência pelas Faculdades Públicas de Medicina, Hospitais Universitários e Faculdades de Saúde Pública.

Nesse sentido, propomos a inclusão da assistência médica, como inciso V do Art. 11, para que seja incluída como uma das áreas de realização de projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS não com teto porém com piso.

ASSINATURA

__/__/__

MP 446 2008 emenda Dr Pinotti 1.doc

MPV - 446

00059

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446 de 7 de novembro de 2008

AUTOR	Nº PRONTUÁRIO
Dep. Dr. Pinotti	

TIPO

1 () SUPRESSIVA 2 (x) SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao § 4º do Art. 11 da Medida Provisória nº 446/08 a seguinte redação:

"Art. 11.....

.....

§ 4º As entidades de saúde que venham a se beneficiar da condição prevista neste artigo deverão incluir, nas atividades relativas aos projetos de apoio, a prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares ao SUS, não remunerados mediante pacto com o gestor local do SUS, observadas as seguintes condições:

I – a prestação destes serviços deverá corresponder a no mínimo 30% do valor usufruído com a isenção das contribuições sociais;

II – a entidade de saúde deverá apresentar, ao gestor local do SUS, plano de trabalho com a previsão de atendimento, com custos baseados na tabela do SUS, os quais não poderão exceder o valor por ela efetivamente despendido;

III – as entidades conveniadas deverão informar a produção na forma estabelecida pelo Ministério da Saúde, com observação de não geração de créditos."

JUSTIFICATIVA

Entendemos que os projetos de apoio devem obrigatoriamente, e não facultativamente, incluir a prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares, por isso mudamos a redação do § 4º. Na mesma linha, propomos mudança no inciso I para que a prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares corresponda a no mínimo 30% do valor usufruído com a isenção das contribuições sociais. Aperfeiçoamos o inciso II para esclarecer que os valores que devem pautar o plano de atendimento são os da tabela do SUS; e o inciso III, para estabelecer a obrigatoriedade da informação sobre a produção de serviços, pelas entidades beneficiadas com a isenção das contribuições sociais, com observação de não geração de créditos.

ASSINATURA

__/__/__ DEM

MP 446 2008 emenda Dr Pinotti 2.doc

MPV - 446

00060

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi /PMDB	

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. [X] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 11	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA ADITIVA

Adicione-se ao art. 11, *caput,* da Medida Provisória nº 446, a expressão "**e seu Parágrafo 2º**" após a palavra "**4º**".

JUSTIFICATIVA

Esta Emenda vida adequar a redação do art. 11 à proposta de Emenda ao art. 4º, apresentada por este Parlamentar.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00061

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi – PMDB	

1 [] Supressiva 2. [ ] substitutiva [ ] modificativa 4. [X] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 11º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se os incisos V e VII ao artigo 11:

V – execução de programas de educação e prevenção em saúde; ou
VI – execução do Programa Saúde da Família.

JUSTIFICATIVA:

As inclusões dos incisos V e VI decorrem da atualização das políticas de interesse público, já sendo realidade em vários estados brasileiros.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00062

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
17/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Luis Carlos Heinze	

1 Supressiva	2. substitutiva	3. X modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo 11	Parágrafo	Inciso	alínea

O artigo 11 da Medida Provisória 446 de 7 de novembro de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação e suprima-se o § 2º :

Art. 11 - A aplicação em gratuidade, prevista no artigo 8º, se não atendida integralmente conforme o disposto no artigo 10º, deverá ser efetivada mediante a realização de projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS, ajustado com o Gestor e homologado pelo Ministério da Saúde, podendo contemplar as seguintes áreas de atuação:
I...;
II...;
III...;
IV...;
V – execução de programas de educação e prevenção em saúde;
VI – execução do Programa Saúde da Família.

JUSTIFICAÇÃO

a alteração nesse artigo decorre pelas adequações propostas no artigo 8º, especialmente com a definição de uma política única para todos os hospitais sem fins lucrativos.

As inclusões dos incisos V e VI decorrem da atualização das políticas de interesse público, já sendo realidade em vários estados brasileiros.

Brasília, 17 de novembro 2008

Luis Carlos Heinze PP/RS

MPV - 446

00063

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 13/11/2008	**Proposição: Medida Provisória N.º 446/2008**
Autor: Deputado DR. UBIALI – PSB/SP	**N.º Prontuário:**

1. [X] Supressiva 2. [ ] Substitutiva 3. [ ] Modificativa 4. [ ] Aditiva 5. [ ] Substitutiva/Global

Página: 1/1	Artigo: 14	Parágrafo: 1º	Inciso: III	Alínea: "a"

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Suprima-se a expressão "da educação básica" constante do art. 14, § 1º, III, "a" da MP 446/2008, ficando tal dispositivo com a seguinte redação:

"Art. 29. .....

§ 1º.....

III .....

a) no mínimo, uma bolsa de estudo integral para cada nove alunos pagantes".

JUSTIFICATIVA

A citada MP estabelece, originariamente, através do dispositivo ora emendado, que a oferta de bolsas de estudo integrais haverá de ser feita relativamente aos alunos pagantes "da educação básica". Ocorre que essa expressão está sujeita, inequivocadamente, a uma série de interpretações conflitantes entre si, como, apenas para ficar neste exemplo, a que diz que "educação básica" pode referir-se à educação infantil, como também à educação fundamental, como também a ambas. Essa característica de interpretações convergentes e divergentes é própria da norma jurídica e da Ciência que a estuda – o Direito; todavia, é bem possível defender-se a possibilidade de, já na gênese da lei, colaborarmos para que as variadas interpretações que a norma possa comportar sejam sensivelmente diminuídas, com o que ganharão, sobretudo, os destinatários da norma, que são precisamente os cidadãos. Por isso, submetemos a presente emenda aos nobres Pares, esperando a sua aprovação.

Assinatura

MPV - 446

00064

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	proposição
	Medida Provisória nº 446, de 2008

autor	Nº do prontuário
Deputado João Oliveira	

1 ☐ Supressiva 2. X substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Substituam-se nos §§ 1º e 2º do Art. 15 da Medida Provisória nº 446, de 2008, as seguintes expressões:

- No § 1º, substitua-se a expressão "um e meio salário-mínimo" por "**dois salários mínimos**".
- No § 2º, substitua-se a expressão "três salários mínimos" por "**quatro salários mínimos**".

JUSTIFICATIVA

O valor da mensalidade quer no ensino básico, médio ou superior giram atualmente em torno de R$ 500,00 a R$ 800,00. Conforme texto ínsito na MP, a renda familiar mensal **per capita** não pode ser superior a um salário mínimo e meio para a aluno ter direito a bolsa integral. Relativo à bolsa parcial, a família não poderá ter renda familiar **per capita** superior a três salários mínimos. Essa média não retrata bem a realidade, pois que aqui se exemplificando uma família de apenas dois componentes, a valor é muito baixo proporcionalmente aos valores das mensalidades escolares. Quer dizer: se essa família de duas pessoas ganhar três e meio salário-mínimo **(R$ 1.452,50)** não terá direito à bolsa de estudo. Se estudante de nível superior, somando a mensalidade da faculdade, transporte, material didático, certamente chegará a despesa total em torno de no mínimo **R$ 1.300,00.**

Valor esse bem próximo da renda mensal total da família. Posto isto, apresentamos a presente emenda com o objeto de melhora o texto, lembrando que a alteração proposta é mínima em relação ao proposto pelo Poder Executivo.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00065

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
DEPUTADO ANDRÉ ZACHAROW – PMDB/PR	

1 ☐ Supressiva 2. ☒ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 14	Parágrafo	Inciso III	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 14. Para os fins da concessão da certificação de que trata esta Medida Provisória, a entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade, na forma do § 1º, pelo menos vinte por cento da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, locação de bens, venda de bens e doações.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no **caput**, a entidade deverá:

I - demonstrar adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação - PNE, na forma do art. 214 da Constituição;

II - atender a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação; e

III – Oferecer bolsas de estudo, educação gratuita em unidades próprias ou complementar o atendimento através de pesquisa acadêmica e institucional de interesse público; desenvolvimento de técnicas e operações de gestão, capacitação de recursos humanos, serviços, programas e projetos de extensão universitária ou desenvolvimento comunitário, assistência social assessoramento e garantia de direitos.

JUSTIFICATIVA

Ainda que a vinculação entre a pesquisa científica e o setor produtivo seja de grande importância, o principal parceiro da pesquisa científica em países com as características do Brasil é o setor público. Esta parceria já existe na prática, mas suas implicações e conseqüências mais amplas ainda não são tomadas em conta nas formas de organização das instituições de pesquisa científica, nem na maneira em que as instituições públicas de ciência e tecnologia se relacionam a elas.

Esta parceria já existe na prática, mas suas implicações e conseqüências mais amplas ainda não são tomadas em conta nas formas de organização das instituições de pesquisa científica, nem na maneira em que as instituições públicas de ciência e tecnologia se relacionam a elas.

Em países em desenvolvimento, o principal parceiro e usuário potencial dos conhecimentos gerados pela pesquisa não é o setor privado, mas o setor público. Esta parceria entre instituições de pesquisa e agências públicas requer novas formas de institucionalização tanto da pesquisa quanto das agências de política científica, de maneira tal que seja possível aumentar a utilidade social da pesquisa, preservando ao mesmo tempo os padrões de liberdade acadêmica e qualidade que são essenciais em qualquer trabalho

de natureza científica e tecnológica.

O grande comprador e usuário da pesquisa científica e tecnológica não é necessariamente o setor produtivo privado, mas o setor público. São os governos cuidam da saúde pública, da educação, da ordem pública, do meio ambiente, do abastecimento de água, saneamento, energia, transportes públicos. Todas estas atividades requerem pesquisas e estudos permanentes, e grandes investimentos. Elas podem ser implementadas tanto por instituições governamentais como não-governamentais, mas o setor público é sempre responsável pela sua regulação e acompanhamento, além de ser o principal financiador e comprador

Nesse contexto, é importante assinalar que as Instituições Filantrópicas com capacidade de geração em C& T tem papel relevante a desempenhar na reorganização da pesquisa pública no País.

Quando existe uma interação bem estabelecida entre as instituições de pesquisa e o setor público, e este relacionamento pode ser revitalizado e direcionado com o uso de outro importante instrumento de Política Pública que se discute agora no bojo da Medida Provisória no. 446.

Com apoio científico e tecnológico mais consistente, as políticas públicas nas áreas de Assistência Social, Saúde e Educação podem se tornar mais eficientes e eficazes visando o atendimento do interesse público, a partir da valorização do Conselho Nacional de Assistência Social como fórum aglutinador da modernização das políticas públicas para a inclusão social na medida que seu caráter cartorial fica definitivamente retirado pelo espírito da Medida Provisória em votação nesta Casa.

Em momentos relativamente raros na história do desenvolvimento tecnológico no Brasil, como na criação de institutos biológicos e agrícolas e as campanhas sanitárias na entrada do século XX, do CNPq nos anos 1950, da FINEP e da EMBRAPA nos anos 1970 foi observado exemplos positivos do papel do setor público na organização e mobilização de recursos visando aumentar o papel e a presença do setor de ciência e tecnologia no País.

A partir desse sumário retrospectivo, é desnecessário apontar que o desenvolvimento sustentável no Brasil nesse início de século passa necessariamente pela modernização social onde a valorização do setor de Ciência e Tecnologia no País pode e deve contar com a contribuição importante de Instituições Filantrópicas que já dispõem de quadros técnicos, infra-estrutura de pesquisa e proximidade com a comunidade que habilitam desempenhar atuação destacada ao lado de Universidades e Institutos de Pesquisa oficiais.

Um exemplo de atividade de forte conteúdo tecnológico por parte do Governo Federal é o caso da produção de medicamentos, e particularmente o Far-Manguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz; onde está se desenvolvendo todo um trabalho de natureza científica e produtiva em resposta a uma política definida de desenvolvimento de competência para a substituição de importações e atendimento da saúde pública. O fortalecimento de ações desse tipo poderão alcançar direcionamento e abreviado os prazos de soluções em escala para a população através da formação de aliança estratégica com Instituições Filantrópicas que reúnem hoje no País capacidade tecnológica e gerencial que permitem resposta em termos sociais e não apenas de grupos empresariais focalizados em interesses

imediatos de mercado.

A existência de recursos públicos indutores e direcionadores ao atendimento social possibilitado através da presente Medida Provisória, novas fronteiras tecnológicas e fortes interesses sociais nestas áreas faz com que a atividade de pesquisa com o reconhecimento da contribuição das Instituições Filantrópicas se reorganize de forma muito distinta da que ocorre usualmente na ciência acadêmica mais convencional.

Ainda para exemplificar, a pesquisa de fármacos se desenvolve dentro de uma lógica produtiva que requer a integração de toda a cadeia de estudos e pesquisa que vai da identificação de princípios ativos, elaboração dos fármacos e seus testes, envolvendo supridores e prestadores de serviços externos.

Esta visão sistêmica ainda pouco usual nos meios científicos brasileiros e poderão ser redimensionados através do concurso da capacidade de pesquisa e interação social possibilitada por um conjunto já expressivo de Instituições Filantrópicas que se qualificaram ao longo dos últimos 30 anos no País.

A análise das novas formas de organização da atividade científica no mundo atual, com a redução ou o desaparecimento das barreiras entre ciência pura e ciência aplicada, ao lado do papel central do setor público, não somente no financiamento, mas sobretudo no uso dos resultados da pesquisa científica, levam à necessidade de reorganizar do sistema de pesquisa tecnológica no País a partir de um novo ator estratégico para a modernização social no Brasil – as Instituições Filantrópicas com capacidade de gestão em C&T.

O sentido geral desta reorganização permitirá o amadurecimento da dimensão da Tecnologia Social, para a sociedade mais ampla, tornando as Instituições de Pesquisa mais flexíveis, mais capazes de estabelecer parcerias com diferentes setores da sociedade, e sujeitas a novos procedimentos de avaliação, que além da excelência acadêmica dos trabalhos, ou suas aplicações, mas possam combinar ambos os critérios. Esta é uma das dimensões da discussão da presente Medida Provisória, onde o Legislador reconhece a contribuição das Instituições Filantrópicas para a reorganização da pesquisa no Brasil como fator de inclusão social utilizando o capital social formado nas últimas décadas através da utilização dos instrumentos permitidos através da integração das Políticas Públicas de Assistência Social, Saúde e Educação.

PARLAMENTAR

ANDRE ZACHAROW
DEPUTADO FEDERAL – PMDB/PR

MPV - 446

00066

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2008.

"Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências".

EMENDA MODIFICATIVA

O art. 14 da Medida Provisória nº 446, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14 Para os fins da concessão da certificação de que trata esta Medida Provisória, a entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade, na forma do §1º, pelo menos trinta por cento da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, locação de bens, venda de bens e doações."

Justificação

O percentual mínimo de 20% estabelecidos no texto do art. 14 da MP não se coaduna com os benefícios tributários e/ou outras facilidades que as referidas entidades detém em face do Poder Público e em relação à sociedade em geral.

Assim, para que haja uma equivalência entre o tratamento que recebem e os serviços que devem ofertar à população, é necessário que haja um aumento da receita destinada ao financiamento da gratuidade através da com concessão de bolsas.

Em face dessa compreensão é que pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação da emenda proposta.

Sala da Comissão, em 13 de novembro de 2008.

Dep. Dr. Rosinha – PT/PR

MPV - 446

00067

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data:	Proposição	
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008	
	Autor Edinho Bez / PMDB/SC	nº do prontuário 470

1.	2.	3.	4	5.
Supressiva	Substitutiva	*Modificativa	Aditiva	Substitutivo global

TEXTO

O "caput" do art. 14 da MPV 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. Para os fins da concessão da certificação de que trata esta Medida Provisória, a entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade, na forma do § 1º, pelo menos vinte por cento da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras e locação de bens."

JUSTIFICAÇÃO

Sugere-se excluir da base de cálculo da aplicação de recursos em serviços gratuitos à população valores que propriamente não são receitas, eis que na atual sistemática há uma distorção significativa entre a real potencialidade de investimento da entidade e recursos que ela pode obter para sua atividade. **(suprimir "venda de bens e doações").**

Dessa forma, incentiva, entre outras coisas, as entidades educacionais a apresentarem projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação à órgãos nacionais e internacionais de fomento destas atividades, evitando que as receitas advindas de doações, ou projetos de pesquisa científica e tecnológica, sirvam de base de cálculo para efeito da concessão da filantropia.

Ações de pesquisa tecnológica e inovação são atividades de risco e, normalmente, não geram lucro.

Deputado Edinho Bez
Vice-Líder PMDB

MPV - 446

00068

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: /11/2008	Proposição: Medida Provisória nº 446
Autor: Deputado Renato Molling (PP-RS)	Nº do Prontuário

☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☑ Modificativa ☐ Aditiva ☐ Substitutiva Global ☐

Artigo:	Parágrafo:	Incisos:	Alínea:	

Dê-se nova redação ao caput do art. 14 da MP;
Dê-se nova redação à letra "b" do inciso III deste Art. 14;
Dê-se nova redação ao § 3º desta MP.
Inclua-se novo parágrafo – 4º.

Art. 14. Para fins da concessão da certificação de que trata esta Lei, a entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade, na forma do § 1º, pelo menos vinte por cento da receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei n. 9870, de 23 de novembro de 1999, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições sociais usufruída.

§ 1º.....
I .....
II .....
III – oferecer bolsas parciais, de 25%, 50% e 75% quando necessário para o alcance do percentual mínimo exigido.

§ 3º. Para a entidade que atue na educação superior, ainda que também atue na educação básica ou em área distinta da educação, aplica-se o disposto no art. 10 quanto à proporção de bolsas, e do inciso I do art. 11, ambos da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, quanto à base de cálculo.

§ 4º A entidade, para o cumprimento do percentual mínimo exigido no caput, poderá contabilizar o montante direcionado em programas voltados à assistência social, desde que aprovados nas instâncias próprias e os programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

Assinatura:

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: /11/2008	Proposição: Medida Provisória nº 446	
Autor: Deputado Renato Molling		Nº do Prontuário

☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☐ Aditiva ☐ Substitutiva Global ☐

Artigo:	Parágrafo:	Incisos:	Alínea:	

JUSTIFICAÇÃO

A assistência social desenvolvida pela entidade tem relação direta com as bolsas concedidas a pessoa carentes, incentivando o acesso ao ensino privado. Não há vinculação nenhuma da certificação com as demais receitas obtidas pela instituição de ensino, as chamadas receitas não operacionais. A concessão do Certificado deve representar a equação concessão de bolsa x isenção tributária, ou seja, ao passo que a entidade concede bolsas a pessoas carentes e abre mão de receber os valores relativos às suas mensalidades, recebe subsídio governamental através de isenção tributária. O fato de a entidade receber mais ou menos doações particulares, por exemplo, não interfere nesta equação, de modo que não há motivos para figurar no cálculo da gratuidade.

Assim, constata-se que utilizar para cálculo do percentual a receita bruta representa uma injusta elevação da base de cálculo, onerando excessivamente a entidade. Isto se deve pois no conceito de Receita Bruta estão incluídos valores que a entidade jamais receberá [(gratuidades concedidas (bolsas parciais e totais), descontos obrigatórios para filhos de professores e funcionários e valores incobráveis)].

Da mesma forma, incluir outras receitas apresenta uma distorção e, especialmente no caso das receitas financeiras, temos uma espécie de bitributação, pois tais receitas são resultado de saldos da própria atividade, já tributados (anteriormente já incluídos na base de cálculo) e que passam novamente a figurar na nova base de cálculo.

Tendo em vista que o inciso I faz remissão aos alunos pagantes na educação básica, a título de esclarecimento é importante que o § 1º expresse isto para não confundir com o § 2º que estabelece o regime das IES.

Tendo em vista que o regime do PROUNI prevê outros tipos de bolsas parciais além daquelas de 50%, limitar a estas seria criar regimes diversos que beneficiariam as IES.

Assinatura:

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: /11/2008	Proposição: Medida Provisória nº 446
Autor: Deputado Renato Molling	Nº do Prontuário

☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☐ Aditiva ☐ Substitutiva Global ☐

Artigo:	Parágrafo:	Incisos:	Alínea:	

Tendo em vista que a assistência social prestada pelas instituições de ensino vai além da mera concessão de bolsas integrais e parciais de ensino, e que essas entidades desenvolvem com recursos próprios significativas ações sócio-assistenciais, é imprescindível permitir que os custos extras desta assistência possam ser incluídos no cálculo da gratuidade.

As entidades mistas (que atuam na assistência social, na educação e/ou saúde) vêm, em sua quase totalidade, apresentando investimentos tanto na área da educação (com bolsas) como também na assistência social (através de projetos variados conforme PNAS e SUAS). Assim, a impossibilidade das entidades de educação computarem como gratuidade os custos dos investimentos em assistência social, poderá acarretar uma redução substancial nos programas atualmente desenvolvidos.

Faz-se, portanto, vital permitir, por meio dessa emenda, à entidade mantenedora que preserve as características próprias de cada instituição mantida, elevando a concessão de gratuidades naquelas instituições mais próximas a comunidades carentes (por exemplo), com vocação própria à assistência social em virtude do seu entorno, equilibrando com a concessão em menor número de bolsas em áreas mais nobres em que a demanda por assistência social é menor.

Assinatura:

MPV - 446

00069

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva **3.X Modificativa** 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 3	Art. 14	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 14. Para os fins da concessão da certificação de que trata esta Lei, a entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade, na forma do § 1º, pelo menos vinte por cento da receita bruta proveniente da venda de serviços e doações particulares, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições sociais usufruída.

JUSTIFICAÇÃO

A locação de bens ou venda bem como aplicações financeiras já são oriundas de resultados líquidos das deduções de bolsas de estudos concedidas à título de filantropia.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00070

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 4	Art. 14	Parágrafo 1º	Inciso III	Alínea 'b'

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 14.....

§ 1º .....

b) bolsas parciais quando necessário para o alcance do percentual mínimo exigido ou aplicação em serviços e programas de assistência social .

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista que o regime do PROUNI prevê outros tipos de bolsas parciais além daquelas de 50%, limitar a estas seria criar regimes diversos que beneficiariam as IES, por isso importância de desenvolver outros serviços e programas de assistência social que favoreça a interface entre as várias políticas públicas que focam na integralidade do sujeito em seu território. Possibilitando que as Entidade possam aplicar os recursos em assistência social quando inexiste ou fica excasso o público-alvo na área de concessão de bolsas educação básica ou superior, por situações de território ou demográficas.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00071

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 4	Art. 14	Parágrafo	Inciso I	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 14.....

§ 1º .....

I – Oferecer, no mínimo, uma bolsa de estudo integral para cada 20 (vinte) alunos pagantes da educação básica; e

JUSTIFICAÇÃO

A proporção de 1 (uma) bolsa integral para cada 9 (nove) alunos para a Educação Básica é extremamente alto para se ter bom aproveitamento pedagógico devido ao número de alunos estabelecidos por nível e por sala pela Secretaria de Educação. Na Educação Infantil 15 (quinze) alunos, da 1ª a 4ª série 25 (vinte e cinco) alunos; da 5ª a 8ª série 30 (trinta) alunos e no Ensino Médio 40 (quarenta) alunos no máximo. As proporções e escalas entre Educação Básica e Educação Superior são totalmente diferentes. Na Educação Básica o tamanho das Instituições e o valor da mensalidades são bem inferiores. Portanto os custos diretos, indiretos e fixos são bem mais representativos em relação à receita.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00072

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 13/11/2008	Proposição: Medida Provisória N.º 446/2008
Autor: Deputado DR. UBIALI – PSB/SP	N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. X Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 1/1	Artigo: 14	Parágrafo: 1º	Inciso: III	Alínea: "b"

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se a expressão "no mínimo" ao art. 14, § 1º, III, "b" da MP 446/2008, ficando tal dispositivo assim redigido:

"Art. 14. .....

§ 1º.....

III .....

b) bolsas parciais de, no mínimo, cinqüenta por cento, quando necessário para o alcance do percentual mínimo exigido".

JUSTIFICATIVA

A citada MP diz, originariamente, através do dispositivo ora emendado, que as bolsas parciais terão um percentual fixo de 50%. Todavia, sabemos da existência de uma multiplicidade de situações nas quais os alunos podem estar que, por sua vez, podem arrefecer o intuito da instituição de ensino de conceder a bolsa. Por exemplo: dentro do universo de alunos que pertençam, em tese, à chamada classe média, podemos ter uns que estejam mais perto ou mais longe da classe alta. Esse fenômeno, aliás, é o que nos faz falarmos em classe média-alta, média-baixa e outros qualificativos. Pois bem: mantendo o percentual fixo em 50% por cento, com certeza, a instituição terá uma enorme dificuldade de conceder, ao mesmo tempo, a bolsa a um aluno da chamada classe média-alta e a um da classe média-baixa, pois a tendência é que ofereça a este último. Todavia, havendo uma flexibilidade, a instituição pode oferecer uma bolsa de 50% a um aluno que se enquadre na classe média-alta e uma bolsa de 70% (ou mais) a um aluno que se enquadre na classe média-baixa. Como se vê, a infinitude de situações nas quais o aluno pode ser enquadrado pela instituição justifica uma flexibilidade no percentual da bolsa precisamente para que haja uma maior oferta dessas bolsas de estudo, pois, como sabemos, a existência da bolsa não se dá apenas para que a instituição possa conseguir uma isenção de contribuições, mas, sobretudo, por conta de um valor social, qual seja, possibilitar o estudo a estudantes cujas famílias não possuam as condições financeiras ideais para tanto. Por isso, submetemos a presente emenda aos nobres Pares, esperando a sua aprovação.

Assinatura

MPV - 446

00073

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, de 7 de novembro de /2008

AUTOR	Nº PRONTUÁRIO
Dep. Dr. Pinotti	

TIPO

1 () SUPRESSIVA 2 (x) SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao inciso III, do Art. 14 a seguinte redação, suprimindo-se as suas alíneas a e b, bem como o seu § 2º, e o § 2º do Art. 15 da Medida Provisória em estudo:

"Art. 14.....
.....

III – oferecer bolsa de estudo integral até o montante previsto no *caput* deste artigo."

JUSTIFICATIVA

Entendemos que somente devem ser oferecidas bolsas de estudos integrais. As bolsas parciais são de pouco proveito para as famílias mais carentes, as que mais necessitam de auxílio, pois elas não poderiam arcar com o ônus de complementar as mensalidades, geralmente muito onerosas. Além disso é freqüente dada a concorrência que as Universidades ofereçam descontos semelhantes para atender o mercado.

Nesse sentido, propomos a alteração do inciso III do art. 14, para que sejam previstas apenas bolsas integrais. Em conseqüência, devem ser suprimidas as alíneas a e b, bem como o § 2º, do mesmo art. 14, e o § 2º do art. 15, pois eles se referem a proporções de bolsas integrais e parciais e aos requisitos para a concessão de bolsas parciais.

ASSINATURA

___/___/___

DEM

MP 446 2008 emenda Dr Pinotti 3.doc

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446

00074

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT - PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	14			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 14 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

"Art. 14. ...

...

§ 3º Para a entidade que atue na educação básica ou em área distinta da educação e que também atue na educação superior, para efeito de concessão de bolsas parciais, deverá ser aplicado o disposto no artigo 10 da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

§ 4º Aplica-se o disposto no caput às turmas iniciais da creche, da pré-escola, do ensino fundamental e do ensino médico, inclusive na modalidade de educação especial, em cada turno efetivamente instalado, a partir do primeiro processo seletivo posterior à publicação desta Lei."

§ 5º Para cumprimento do percentual mínimo exigido no caput, as instituições poderão contabilizar o montante direcionado em programas voltados à assistência social, em especial, os programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde."

JUSTIFICAÇÃO:

Muitas entidades requerem, para efeitos de cálculo da gratuidade, a supressão, de locação de bens, venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e doações particulares, alegando que não se trata de recurso público, revestindo-se de um ato inter vivos particular, não podendo, conseqüentemente, o Estado interferir na gestão deste contrato de natureza eminentemente privada.

Considerando que o inciso III do parágrafo 1º do artigo 14 faz referência à concessão de bolsas integrais e parciais de 50% (cinqüenta por cento) aos alunos da educação básica, a emenda tem por objetivo permitir que as instituições que além da educação superior dediquem-se à educação básica ou área distinta da educação, possam também conceder bolsas parciais que não apenas no percentual supracitado.

A inclusão de um parágrafo 4º decorre do fato de que esta previsão estava contida no § 3º do 14 do PL 3021 e foi tirado na MP. Todavia, incluímos também a expressão *"inclusive na modalidade de educação especial"* para, explicitamente, dizer aquilo que, por estar implícito, acaba por vezes não sendo observado.

Mesmo considerando que a proposta abrange instituições sem fins lucrativos que prestam atendimento e serviços na área de educação, tendo em vista que as escolas especiais, dentro da educação escolar, prevista na modalidade de Educação Especial da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, desenvolvem atividades que caracterizam o ensino infantil, fundamental e médio, propomos a inclusão da expressão *"inclusive na modalidade de educação especial"*, com vistas a

Gabinete do Senador **FLÁVIO ARNS**

impedir que a ausência desta expressão conduza a uma interpretação que não leve em conta estas entidades.

Por fim, a inclusão do parágrafo 5º decorre de pedido de muitas entidades têm requerido a inclusão deste parágrafo em face do artigo 4º, inciso VIII da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estas entidades alegam que a Assistência Social prestada pelas instituições de ensino vai além da concessão de bolsas, incluindo custos extra,como os referidos na sugestão.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00075

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa **4. X Aditiva** 5. ☐ Substitutivo global

Página 4	Art. 14	Parágrafo 4º	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art.14.....

§ 4º Aplica-se o disposto no caput às turmas iniciais da creche, da pré-escola, do ensino fundamental, ensino médio e ensino pós médio profissionalizante e cursos para terceira idade em cada turno efetivamente instalado, a partir do primeiro processo seletivo posterior à publicação desta Lei.

JUSTIFICAÇÃO

Como o processo passa a ser anual não haveria condições de implantar os novos níveis de bolsas para os alunos bolsistas até então praticados. Além disto, haverá prejuízo aos atuais bolsistas, visto que os percentuais nunca haviam sido fixados para educação básica. Apenas o ensino superior já convive com as regras exigidas

PARLAMENTAR

MPV - 446

00076

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 14/11/2008	Proposição: MP 446/2008
Autor: Senador Francisco Dornelles - PP	Nº Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva Global

Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

TEXTO

Dê-se ao artigo 14, da MP 446/2008, a seguinte redação:

"Art. 14. Para fins da concessão da certificação de que trata esta Medida Provisória a entidade de educação deverá alternativamente:

I – cumprir os requisitos previstos no art. 28 da presente Medida Provisória;

II – aplicar anualmente em gratuidade na forma do § 1 pelo menos 20% da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicação financeira, locação de bens e vendas de bens e doações.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no caput, a entidade deverá:

I - demonstrar adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação - PNE, na forma do art. 214 da Constituição;

II - atender a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação; e

III - oferecer bolsas de estudo nas seguintes proporções:

a) no mínimo, uma bolsa de estudo integral para cada nove alunos pagantes da educação básica; e

b) bolsas parciais de cinqüenta por cento, quando necessário para o alcance do percentual mínimo exigido.

§ 2º As proporções previstas no inciso III do § 1º poderão ser cumpridas considerando-se diferentes etapas e modalidades da educação básica presencial.

§ 3º Para a entidade que atue na educação superior, ainda que também atue na educação básica ou em área distinta da educação, aplica-se o disposto no art. 10 da Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005."

JUSTIFICAÇÃO

A MP trata conjuntamente dos benefícios concedidos às entidades às entidades beneficentes de assistência social o que na forma do art. 1º compreende as que prestam serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação. As condições para obtenção da isenção da contribuição previdenciária patronal estão referidas no art. 28. O objeto da emenda é assegurar que as instituições de educação que os atendem não devem cumpri-los cumulativamente com as condições do art. 13, o que ofenderia o princípio da isonomia e as colocaria em condições menos favoráveis do que as suas congêneres.

Assinatura

MPV - 446

00077

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data:	**Proposição**
13/11/2008	**Medida Provisória nº 446 de 2008**

Autor	**nº do prontuário**
Edinho Bez / PMDB/SC	**470**

1. Supressiva	**2. Substitutiva**	**3. *Modificativa**	**4. Aditiva**	**5. Substitutivo global**

TEXTO

O art. 14, parágrafo 3º da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. (...)

...

§ 3º - *Para a entidade que atue na educação superior, ainda que também atue na educação básica ou em área distinta da educação, aplica-se o disposto no art. 10 da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005,* ***sem prejuízo da possibilidade de, mediante convênios ou contratos, prestar serviços a terceiros, mediante remuneração, desde que essas receitas sejam integralmente utilizadas na execução das finalidades essenciais das entidades ou sejam delas decorrentes."***

JUSTIFICAÇÃO

Estimulando-se as atividades filantrópicas, sugere-se permitir a ampliação de atividades remuneradas de prestação de serviços, visando a extensão de investimentos em gratuidade.

O fato é que, ao invés de censurar a obtenção de rendas pelas instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, deve-se estimulá-las na obtenção de rendas, pois só assim poderão elas suportar financeiramente aquelas finalidades realizadoras de valores constitucionalmente prestigiados.

Deputado Edinho Bez
Vice-Líder do PMDB

MPV - 446

00078

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva **3. X Modificativa** 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 4	Art. 14	Parágrafo §3º	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 14.....

§ 3º para a entidade que atue na educação superior, ainda que também atue na educação básica ou em área distinta da educação, aplica-se o disposto no art. 10 quanto à proporção de bolsas, e do inciso I do art. 11 da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, quanto à base de cálculo.

JUSTIFICAÇÃO

O § 3º do art. 14 da MP incorreu num retrocesso em face da lei do PROUNI, que havia balizado o seguinte entendimento quanto a base de cálculo, para aplicação de percentual sobre suas receitas para as instituições de ensino superior:

- as instituições que **não aderiram ao Prouni**, deveriam aplicar 20% de suas receitas em geral em gratuidades, na forma do art. 10, § 1º da Lei nº. 11.096/05;
- para as instituições **que aderiram ao Prouni** a base de cálculo dos 20% de gratuidade seria sobre a receita, porém apenas das receitas com mensalidades, na forma como restou definido no art. 11, inciso I da Lei nº 11.096/05.

Esta MP amplia novamente a base de cálculo da contrapartida da gratuidade de 20% para incidir sobre a totalidade das receitas e não somente, como está sendo praticado, pelas Instituições de Educação Superior que estão concedendo as bolsas do PROUNI, em face da contrapartida sobre a receita de mensalidades.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00079

EMENDA Nº
(À MPV nº 446, de 2008)

Dê-se ao inciso I do § 1º do art. 14 da Medida Provisória nº 446, de 2008, a seguinte redação:

"Art. 14. .....
.....

§1º.....
.....

I – demonstrar adequação aos objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE), previstos no art. 214 da Constituição, bem como às diretrizes e metas consignadas na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e na que a suceder.
....."

JUSTIFICAÇÃO

As entidades beneficentes na área da educação, que oferecem serviços tanto nas diversas etapas e modalidades da educação básica quanto na educação superior, devem mostrar em seus projetos pedagógicos e ações institucionais em consonância não somente com a legislação que rege a educação nacional como, principalmente, com os esforços da sociedade no alcance das diretrizes, objetivos e metas consignadas nos Planos de Educação.

Ora, o Plano Nacional de Educação (PNE), previsto no art. 214 da Constituição, foi fixado pela Lei nº 10.172, de 2001, com a duração de dez anos, e se desdobra em Planos Estaduais e Municipais, todos em vigência e conforme a diretrizes e metas apropriadas a cada demanda social. Urge, portanto, que as entidades beneficentes se alinhem com essas diretrizes e metas, no plano nacional, estadual e municipal, que são válidas até 2011 e que, certamente, por mandato constitucional, serão reafirmadas ou modificadas pela legislação que fixar o PNE subseqüente.

Sala das Sessões,

SENADOR RENATO CASAGRANDE
PSB/ES

MPV - 446

00080

EMENDA MODIFICATIVA
MEDIDA PROVISÓRIA N.º 446, de 2008

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.

Dê-se ao inciso I do § 1º do art. 14 da MP a seguinte redação:

Art. 14.....
.....

§ 1º .....

I – Oferecer, no mínimo, uma bolsa de estudo integral para cada 20 (vinte) alunos pagantes da educação básica; e

.....

Justificação

A proporção de 1(uma) bolsa integral para cada 9 (nove) alunos para a Educação Básica é extremamente alto devido ao número de alunos estabelecidos por nível e por sala pela Secretaria de Educação, para se ter bom aproveitamento pedagógico. Na Educação Infantil 15 (quinze) alunos, da 1ª a 4ª série 25 (vinte e cinco) alunos; da 5ª a 8ª série 30 (trinta) alunos e no Ensino Médio 40 (quarenta) alunos no máximo. As proporções e escalas entre Educação Básica e Educação Superior são totalmente diferentes. Na Educação Básica o tamanho das Instituições e o valor das mensalidades são bem inferiores. Portanto os custos diretos, indiretos e fixos são bem mais representativos em relação a receita.

Sala das Sessões, em de novembro de 2008.

Deputado Beto Albuquerque
PSB/RS

MPV - 446

00081

Medida Provisória nº 446, de 07/11/2008.

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA N.º
(Do Senhor Pepe Vargas)

O item III do § 1º do artigo 14 da Medida Provisória 446 passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 14 ...
§ 1º...
III ...

a) no mínimo, uma bolsa integral para cada 19 alunos pagantes da educação básica;
b) bolsas parciais de 25%,50% e 75%, quando necessário para o alcance do percentual exigido.

Justificativa.

A presente emenda tem a intenção de preservar programas sociais que desapareceriam caso a exigência de 1 bolsa integral para cada 9 alunos fosse preservada, já que praticamente toda a filantropia estaria aplicada na concessão das bolsas, deixando importantes programas sociais hoje realizados sem condição de continuidade.

Por outro lado, no item B pretende-se ampliar o percentual das bolsas remanescentes de tal forma que dialoguem melhor com realidades distintas das famílias. Muitas vezes não é necessário 50% para contemplar determinada realidade, assim como em outros casos, os 50% são insuficientes, de tal forma que com critério mais amplo teremos maior possibilidade de atender a mais famílias.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2008.

PEPE VARGAS
Deputado Federal - PT/RS

MPV - 446

00082

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	14	1º		

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O §1º do Art. 14 da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14.....

.....

§ 1º Para o cumprimento do disposto no caput a entidade deverá, **perante o *Conselho Nacional de Educação - CNE*:"**

Justificativa

Entre as atribuições do Conselho Nacional de Educação está o assessoramento ao Ministro de Estado da Educação no desempenho das funções e atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe inclusive, formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira.

Pelo menos a metade dos conselheiros, segundo a Lei 9.131/1995, deve ser nomeada, obrigatoriamente, entre os indicados em listas elaboradas especialmente para cada Câmara do Conselho mediante consulta a entidades da sociedade civil, relacionadas às áreas de atuação dos respectivos colegiados.

Partindo do fato de que a sociedade custeia a educação pública brasileira, e tem o importante papel do controle social das políticas públicas e Programas que dizem respeito ao erário, entendemos ser imprescindível a participação do CNE em todas as fases relativas ao processo de certificação e/ou renovação de entidade beneficente de atuação na área, incluindo-se neste contexto as ações relativas ao art. 14 e parágrafos, da MP 446/2008.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

00083

EMENDA MODIFICATIVA

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 446, de 2008

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.

Dê-se ao § 3º do art. 14 da MP a seguinte redação:

Art. 14.....

.....

§ 3º para a entidade que atue na educação superior, ainda que também atue na educação básica ou em área distinta da educação, aplica-se o disposto no art. 10 quanto à proporção de bolsas, e do inciso I do art. 11 da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, quanto à base de cálculo.

Justificação

O § 3º do art. 14 da MP incorreu num retrocesso em face da lei do PROUNI, que havia balizado o seguinte entendimento quanto a base de cálculo, para aplicação de percentual sobre suas receitas para as instituições de ensino superior:

– as instituições que não aderiram ao Prouni, deveriam aplicar 20% de suas receitas em geral em gratuidades, na forma do art. 10, § 1º da Lei nº. 11.096/05;

– para as instituições que aderiram ao Prouni a base de cálculo dos 20% de gratuidade seria sobre a receita, porém apenas das receitas com mensalidades, na forma como restou definido no art. 11, inciso I da Lei nº 11.096/05.

Esta MP amplia novamente a base de cálculo da contrapartida da gratuidade de 20% para incindir sobre a totalidade das receitas e não somente, como está sendo praticado, pelas Instituições de Educação Superior que estão concedendo as bolsas do PROUNI, em face da contrapartida sobre a receitas de mensalidades.

Sala das Sessões, em de novembro de 2008.

Deputado Beto Albuquerque
PSB/RS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00084

data	proposição
16/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT-PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	14			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 14 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

"Art. 14. ...

...

§ 3º Para a entidade que atue na educação básica ou em área distinta da educação e que também atue na educação superior, para efeito de concessão de bolsas parciais, deverá ser aplicado o disposto no artigo 10 da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

§ 4º Aplica-se o disposto no caput às turmas iniciais da creche, da pré-escola, do ensino fundamental e do ensino médico, inclusive na modalidade de educação especial, em cada turno efetivamente instalado, a partir do primeiro processo seletivo posterior à publicação desta Lei.

§ 5º Para cumprimento do percentual mínimo exigido no caput, as instituições poderão contabilizar o montante direcionado em programas voltados à assistência social, em especial, os programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde."

JUSTIFICAÇÃO:

Muitas entidades requerem, para efeitos de cálculo da gratuidade, a supressão, de locação de bens, venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e doações particulares, alegando que não se trata de recurso público, revestindo-se de um ato inter vivos particular, não podendo, conseqüentemente, o Estado interferir na gestão deste contrato de natureza eminentemente privada.

Considerando que o inciso III do parágrafo 1º do artigo 14 faz referência à concessão de bolsas integrais e parciais de 50% (cinqüenta por cento) aos alunos da educação básica, a emenda tem por objetivo permitir que as instituições que além da educação superior dediquem-se à educação básica ou área distinta da educação, possam também conceder bolsas parciais que não apenas no percentual supracitado.

A inclusão de um parágrafo 4º decorre do fato de que esta previsão estava contida no § 3º do 14 do PL 3021 e foi tirado na MP. Todavia, incluímos também a expressão *"inclusive na modalidade de educação especial"* para, explicitamente, dizer aquilo que, por estar implícito, acaba por vezes não sendo observado.

Mesmo considerando que a proposta abrange instituições sem fins lucrativos que prestam atendimento e serviços na área de educação, tendo em vista que as escolas especiais, dentro da educação escolar, prevista na modalidade de Educação Especial da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, desenvolvem atividades que caracterizam o ensino infantil, fundamental e médio, propomos a inclusão da expressão *"inclusive na modalidade de educação especial"*, com vistas a impedir que a ausência desta expressão conduza a uma interpretação que não leve em conta estas entidades.

Por fim, a inclusão do parágrafo 5º decorre de pedido de muitas entidades têm requerido a inclusão deste parágrafo em face do artigo 4º, inciso VIII da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estas entidades alegam que a Assistência Social prestada pelas instituições de ensino vai além da concessão de bolsas, incluindo custos extra,como os referidos na sugestão.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00085

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 07/11/2008

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA Nº
(Do Senhor Pepe Vargas)

Acrescente-se ao artigo 14 da Medida Provisória 446/2008, onde couber, o parágrafo 4º

"§ 4º. Para entidades beneficentes de assistência social que atuem na educação, fica aplicado o estabelecido no artigo 11 da Lei 11.096 de 2005."

Justificativa

Visa a presente emenda estabelecer isonomia com o que já está disposto na Lei n.º 11.096/2005 (PROUNI), para as entidades de assistência social que naquele caso, atuam no ensino superior, preservando a aplicação de gratuidade, à receita efetivamente recebida.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2008

PEPE VARGAS
Deputado Federal - PT/RS

MPV - 446

00086

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi PMDB	

1 [] Supressiva 2. [ ] substitutiva [X] modificativa 4. [] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 14	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se a redação do artigo 14 da MP 446:

Art. 14. Para os fins da concessão da certificação de que trata esta Medida Provisória, a entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade, na forma do § 1º, **em média,** pelo menos **cem por cento do valor total correspondente a isenção das contribuições sociais usufruídas**.

JUSTIFICATIVA:

A definição do valor da aplicação em gratuidade ser correspondente a isenção das contribuições sociais usufruídas, decorre da segurança na definição do montante, aliada a um melhor parâmetro de justiça e evita que o valor da gratuidade seja superior ou inferior ao benefício fiscal usufruído.
Não faz sentido que uma entidade, cuja análise seja realizada por período superior a um ano, tenha em parte desse período aplicado perncetual inferior ao determinado na lei, mas que, analisada a média de gratuidade aplicada no período, demonstre percentual igual ou superior ao estabelecido, não seja beneficiada com a isenção.

JUSTIFICATIVA:

A exclusão do § 2º decorre da já definição deste item no caput do art. 8º.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00087

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi	

1 [] Supressiva 2. [ ] substitutiva [X] modificativa 4. [] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 14	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se a redação da alínea "b" do inciso III do artigo 14 da MP 446:

Art. 14...III, alínea b:

b) bolsas parciais de **vinte e cinco ou** cinqüenta por cento, quando necessário para o alcance do percentual mínimo exigido.

JUSTIFICATIVA: A alteração proposta tem como finalidade respeitar o princípio da isonomia, na medida em que o art. 10 da Lei nº 11.096/2005, aplicável às entidades que atuam na educação superior, permite a concessão de bolsas parciais de vinte e cinco por cento.

PARLAMENTAR

MPV - 446
00088

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 13/11/2008	Proposição: Medida Provisória N.º 446/2008
Autor: Deputado DR. UBIALI - PSB/SP	N.º Prontuário:

1. ___ Supressiva 2. X Substitutiva 3. ___ Modificativa 4. ___ Aditiva 5. ___ Substitutiva/Global

Página: 1/1	Artigo: 15	Parágrafos: 1º e 2º	Inciso:	Alínea:

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Substituam-se os parágrafos 1º e 2º do art. 15 da MP 446/2008 pelo seguinte Parágrafo único:

"Art. 15. .....

Parágrafo único. O Regimento Interno ou regulamento equivalente da instituição de ensino estabelecerá os requisitos necessários à concessão das bolsas parciais e dos respectivos percentuais".

JUSTIFICATIVA

A citada MP, a respeito das bolsas, adotou a seguinte sistemática: a regra geral é a concessão das bolsas para cada grupo de 09 alunos; se, ao fazermos essa proporção, esgotarmos o universo de alunos e, mesmo assim, não chegarmos ao mínimo exigido, a instituição terá que conceder bolsas parciais até atingir-se tal mínimo (art. 14, § 1º, III e alíneas). Em outras palavras: a bolsa integral é a regra e a parcial, a exceção. Todavia, os parágrafos ora suprimidos podem prejudicar a aplicação dessa sistemática. De fato, suponha-se que, na instituição, não exista aluno cuja renda familiar não exceda a 3 salários-mínimos; o resultado é que a instituição ficará impossibilitada de cumprir com o mínimo e conseguir a isenção. Por isso, cremos ser suficiente apenas a previsão de bolsas parciais: não atingido aquele mínimo com as bolsas integrais, a instituição poderá conceder bolsas parciais no percentual mínimo de 50% - tal como por nós proposto em outra emenda à presente MP. Para isto, a instituição de ensino deverá estabelecer, em regulamento interno (regimento ou outro normativo), as condições para a concessão das bolsas parciais, como, aliás, já acontece hodiernamente e não há razão para que a lei estabeleça um valor a ser observado nacionalmente, sabendo-se das disparidades nacionais, objetivo próprio do parágrafo único ora alocado ao dispositivo daquele art. 15. Por isso, submetemos a presente emenda aos nobres Pares, esperando a sua aprovação.

Assinatura

MPV - 446
00089

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3.X Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 4	Art. 15	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 15. Para os efeitos desta Medida Provisória, a bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas na forma da lei, vedada a cobrança de taxa de matrícula ou qualquer outro encargo

JUSTIFICAÇÃO

O material didático que pode ser livros ou sistemas de ensino apostilado (Expoente, Positivo, Anglo...) não são incluídos nas planilhas de custos das mensalidades do Ensino Básico.

PARLAMENTAR

MPV - 446
00090

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 4	Art. 15	Parágrafo 1º	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 15.....

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal **per capita** não exceda o valor de um e meio salário-mínimo estadual, onde houver.

JUSTIFICAÇÃO

O salário-mínimo regional reflete o custo de vida de cada região do país, devendo ser considerado enquanto critério para aferição de vulnerabilidade no momento da concessão de bolsa de estudo integral ou parcial.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00091**

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT - PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	15			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se aos parágrafos 1º e 2º do art. 15 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

"Art. 15. ...

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de um e meio salário-mínimo, devendo a entidade adotar o salário mínimo estadual, quando houver.

§ 2º A bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de três salários-mínimos, devendo a entidade adotar o salário mínimo estadual, quando houver."

JUSTIFICAÇÃO:

Em alguns Estados da Federação existem mínimos regionais. É imprescindível a previsão destes mínimos, sob pena do critério se tornar inaplicável nestes Estados.

PARLAMENTAR

MPV - 446
00092

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa **4. X Aditiva** 5. ☐ Substitutivo global

Página 4	Art. 15	Parágrafo §3º	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 15.....

§ 3º A concessão da bolsa de estudo não inclui as atividades extracurriculares, tais como viagens, visitação a museus, zoológicos, teatros, dentre outros, porém não poderá ser exigida a participação do aluno bolsista, da mesma forma que não poderá haver prejuízo pedagógico em razão de sua ausência.

JUSTIFICAÇÃO

O § 3º serve para esclarecer o caput, não estendendo a bolsa a atividades extracurriculares. Assim, não é obrigação da entidade arcar com despesas de atividades extracurriculares dos bolsistas, que devem arcar com eventuais despesas. No entanto, desobriga-se o bolsista da participação destas atividades e ressalta-se a impossibilidade de prejuízo pedagógico ao bolsista por eventuais ausências.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00093

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa **4. X Aditiva** 5. ☐ Substitutivo global

Página 4	Art. 15	Parágrafo §4º	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 15.....

§ 4º - Para cumprimento do disposto no caput, a vedação da cobrança de custeio de material didático ou qualquer outro encargo, refere-se aos que sejam fornecidos pela entidade aos alunos pelo pagamento de semestralidade ou anualidade.

JUSTIFICAÇÃO

O **art. 15** da MP refere-se ao que se entende por bolsa de estudo, ou seja a semestralidade ou anuidades escolares fixadas, vedando a cobrança de taxa de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro encargo e nos parágrafos 1º e 2º. Fixa os critérios sócio-econômicos para bolsa integral ou parcial. Para não haver interpretações para além do que está sendo concedido **seria necessário criar um parágrafo 3º** que esclarecesse a questão do material didático ou qualquer outro encargo.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00094

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa **4. X Aditiva** 5. ☐ Substitutivo global

Página 4	Art. 15	Parágrafo 5º	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 15.....

§ 5º A entidade de educação poderá avaliar outras situações de vulnerabilidade para desconsiderar os parâmetros fixados nos parágrafos anteriores, desde que o ato esteja devidamente justificado por profissional com habilitação específica na área de assistência social.

JUSTIFICAÇÃO

Há hipóteses de vulnerabilidade tão importantes quanto a vulnerabilidade econômica, como a vulnerabilidade familiar, psicológica, etc., que justificam a concessão de bolsa por representar, inequivocamente, atividade assistencial. Tanto que a Constituição federal, em seu artigo 203, em momento algum define a assistência social sob critérios econômicos.

PARLAMENTAR

MEDIDA PROVISÓRIA Nº446, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2008. **MPV - 446**
00095

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA

(Do Sr. Marcelo Itagiba- PMDB/RJ)

Substitua-se os §§1º e 2º do art. 15 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, pelo seguinte parágrafo único:

"Art. 15.....

§ 1º A bolsa de estudo poderá ser integral ou parcial e será concedida mediante a demonstração, pelo aluno ou por seus responsáveis, que a renda mensal de sua família não é suficiente para absorver, total ou parcialmente, a despesa com a mensalidade escolar."(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Para os efeitos da Medida Provisória, a bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas na forma da lei, vedada a cobrança de taxa de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro encargo, estabelecendo como regra de concessão, critérios lineares.

Todavia, a questão de concessão ou não de bolsa deve ser avaliada caso a caso, de forma, a nosso ver, que possa captar peculiaridades específicas que o critério objetivo não pode alcançar.

É de conhecimento notório que as escolas públicas não conseguem atender a demanda atual da sociedade brasileira por vagas escolares. Grande parcela da população, não conseguindo vaga na rede pública, poderá, com a presente emenda, encontrar guarida em escola particular mediante a concessão de bolsa, na forma ora estabelecida.

Assim sendo, solicito o apoio para aprovar a presente emenda.

Brasília-DF, 14 de novembro de 2008.

Marcelo Itagiba

Deputado Federal (PMDB-RJ)

MPV - 446

00096

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
16/11/2008	Medida Provisória nº 446/08

Autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT-PR	

1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global

Página 4	Artigo 15	ParágrafoS 3º e 4º	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, os seguintes parágrafos 3º e 4º:

"Art. 15 .....

.....

§ 3º A entidade de educação poderá avaliar outras situações de vulnerabilidade para desconsiderar os parâmetros fixados nos parágrafos anteriores, desde que o ato esteja devidamente justificado por profissional com habilitação específica na área de assistência social.

§ 4º As entidades de Educação terão 2 (dois) anos para se adequar ao disposto pelos § 1º e 2º desta Medida Provisória, excetuado o ano de sua conversão em lei."

JUSTIFICAÇÃO:

Há hipóteses de vulnerabilidade tão importantes quanto a vulnerabilidade econômica, como a vulnerabilidade familiar, física, psicológica, etc., que justificam a concessão de bolsa por representar, inequivocamente, atividade assistencial. Tanto que a Constituição Federal, em seu artigo 203, define a assistência social a quem dela necessitar, que não implica necessariamente em critérios econômicos.

Outrossim, como o processo passa a ser anual não haveria condições de implantar os novos níveis de bolsas para os alunos bolsistas até então praticados. Além disto, haverá prejuízo aos atuais bolsistas, visto que os percentuais nunca haviam sido fixados para educação básica.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00097

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT - PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	16			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 16 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

"Art. 16. Para fins da certificação a que se refere esta Medida Provisória, o aluno a ser beneficiado será pré-selecionado pelo perfil socioeconômico que apontará a vulnerabilidade que justifica a concessão da bolsa.

..."

JUSTIFICAÇÃO:

A expressão *"e por outros critérios definidos pelo Ministério da Educação"* deve ser retirada sob pena de restrição de direitos e conseqüente violação do artigo 5º, inciso II da Constituição Federal que preceitua que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

PARLAMENTAR

MPV - 446
00098

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3.X Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 4	Art. 16	Parágrafo §2º	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 16.....

§ 2º Compete ao Estado aferir as informações relativas ao perfil socioeconômico do candidato.

JUSTIFICAÇÃO

Esta tarefa agrega mais custos à estrutura das instituições, que terão de ser repassados à planilha de custos das mensalidades, penalizando os alunos pagantes.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00099**

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	16			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 16 da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. Para fins da certificação a que se refere esta Medida Provisória, o aluno a ser beneficiado será pré-selecionado pelo perfil socioeconômico e por critérios **definidos pelo Conselho Nacional de Educação - CNE."**

Justificativa

Entre as atribuições do Conselho Nacional de Educação está o assessoramento ao Ministro de Estado da Educação no desempenho das funções e atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe inclusive, formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional **e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira**.

Pelo menos a metade dos conselheiros, segundo a Lei 9.131/1995, deve ser nomeada, obrigatoriamente, entre os indicados em listas elaboradas especialmente para cada Câmara do Conselho mediante consulta a entidades da sociedade civil, relacionadas às áreas de atuação dos respectivos colegiados.

Partindo do fato de que a sociedade custeia a educação pública brasileira, e tem o importante papel do controle social das políticas públicas e Programas que dizem respeito ao erário, entendemos ser imprescindível a participação do CNE em todas as fases relativas ao processo de certificação de *entidade beneficente de atuação na área, incluindo-se neste contexto as ações requisitadas para a* concessão de certificação. Portanto, caberá ao CNE definir quais outros critérios além do perfil socioeconômico, devem ser respeitados para que o aluno seja contemplado com bolsas de estudo de que tratam os arts. 14 e 15 da MP 446/2008.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

00100

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado WALDIR NEVES	

1. X Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 18	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 18 da proposição em epígrafe.

JUSTIFICATIVA

O art. 18 da Medida Provisória permite que entidades de educação que não tenham aplicado em gratuidade o percentual mínimo exigido pela lei tenham seu certificado de beneficência renovado, sob o compromisso de que, no exercício financeiro imediatamente subseqüente, a diferença seja compensada com acréscimo de 20%. Trata-se, na realidade, de uma renovação irregular da certificação. Não há qualquer garantia de que a entidade ora inadimplente com suas obrigações cumprirá com o pactuado no próximo exercício. Se não o fizer, poder ter continuado a usufruir de eventuais isenções de contribuições previdenciários de forma imotivada, o que é inaceitável.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00101

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1 * Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. 6 aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	18			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o Art. 18 da MP 446/2008

"Art. 18 SUPRIMIDO"

Justificativa

No que pese a intenção do Poder Executivo de agilizar a tramitação e garantir eficiência nos processos de pedidos de concessão de certificado de entidade beneficente, consideramos que quando da renovação do certificado,as entidades de educação têm, obrigatoriamente, que ter cumprido a determinação de aplicar em gratuidade, o percentual mínimo previsto no caput do art. 14 da MP 446/2008, sem exceções, até porque o citado percentual é de apenas 20% da receita bruta advinda da venda de serviços, acrescida de receita decorrente de aplicações financeiras, locação de bens, venda de bens e doações.

Garantir em lei, que tais entidades possam postergar essa aplicação para o exercício subsequente não condiz com o zelo que o Poder Público deve ter para com o dinheiro dos contribuintes, financiadores do Estado, além de um grave precedente para desvio de ação educacional e fraudes.

Por este motivo propomos a supressão do dispositivo do corpo da MP 446/2008.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

00102

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 4	Art. 18	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 18. No ato de renovação do certificado, as entidades de educação que não tenham aplicado em gratuidade o percentual mínimo previsto no **caput** do art. 14 poderão compensar o percentual devido no exercício imediatamente subseqüente.

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista que a variação nesses índices não é suscetível de previsibilidade e a norma visa justamente proteger as atividades de variações imprevistas, não se justifica a aplicação de uma penalidade sob a forma de acréscimo no percentual da gratuidade. A eventual diferença será plenamente compensada no exercício seguinte na forma deste artigo.

PARLAMENTAR

MPV - 446
00103

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 5	Art. 18	Parágrafo 2º	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art.18.....

§2º O pedido de renovação do certificado será indeferido quando a soma dos percentuais a serem compensados exceder a dez por cento.

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista que a variação nesses índices não é suscetível de previsibilidade e a norma visa justamente proteger as atividades de variações imprevistas, não se justifica a aplicação de uma penalidade sob a forma de acréscimo no percentual da gratuidade. A eventual diferença será plenamente compensada no exercício seguinte na forma deste artigo.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00104

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa **4. x Aditiva** 5. ☐ Substitutivo global

Página 5	Art. 18-A	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 18- A – A entidade de Educação poderá, alternativamente, para dar cumprimento ao requisito previsto no art.14, realizar projetos de apoio ao desenvolvimento da educação, celebrando convênio com o MEC, nas seguintes áreas de atuação:

I- estudos de avaliação e incorporação de tecnologias;

II- capacitação de recursos humanos;

III- pesquisas de interesse público em educação;

IV- pesquisas de interesse público em assistência social; ou

V- desenvolvimento de técnicas e cooperação de gestão em serviços de saúde;

§ 1° O Ministério da Educação definirá os requisitos técnicos essenciais para o reconhecimento de excelência referente a cada uma das áreas de atuação previstas neste artigo.

§ 2° O recurso despendido pela entidade educacional no projeto de apoio não poderá ser superior a 30% do valor usufruído com a isenção das contribuições sociais.

§ 3° O projeto de apoio será aprovado pelo Ministério da Educação, ouvidas as instâncias necessárias, segundo procedimento definido em ato do respectivo Ministro de Estado responsável pelas políticas públicas de Assistência Social e de Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

As entidades de Educação, sobretudo na educação superior, possuem capacidade instalada e técnica para atendimento em diversas áreas de sua atuação, bem como, no desenvolvimento de programas e projetos de atendimento à população abrangida pelo Sistema Único de Saúde – SUS – e Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00105**

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Dep. Raimundo Gomes de Matos - PSDB	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa **4. X Aditiva** 5. ☐ Substitutivo global

Página 5	Art. 18-B	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 18- B - As entidades de Educação terão 2 (dois) anos para se adequar à nova legislação, excluído o ano da publicação da MP, no que se refere ao § 1° e 2°, do art. 15.

JUSTIFICAÇÃO

Como o processo passa a ser anual não haveria condições de implantar os novos níveis de bolsas para os alunos bolsistas até então praticados. Além disto, haverá prejuízo aos atuais bolsistas, visto que os percentuais nunca haviam sido fixados para educação básica.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00106

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa **4. X Aditiva** 5. ☐ Substitutivo global

Página 5	Art. 18	Parágrafo §3º	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art.18.....

§ 3º - "Não havendo o preenchimento de vagas ou a concessão de bolsas em razão da falta de público alvo, não incidirá o acréscimo de vinte por cento sobre o percentual a ser compensado."

JUSTIFICAÇÃO

Ocorre que a concessão das bolsas na forma do MP o aluno a ser beneficiado será selecionado pelo perfil sócio-econômico ou critérios definidos pelo MEC. Em algumas localidades e regiões brasileiras, poderão as vagas não serem totalmente preenchidas, mesmo admitida à flexibilidade prevista, por falta de atendimento ao perfil sócio econômico definido, ficando a entidade de educação sem poder atender ao percentual por absoluta impossibilidade de público alvo na quantidade necessária, justificando-se neste caso a previsão de tal hipótese com a **criação de um parágrafo 3º.**

PARLAMENTAR

MPV - 446

00107

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	Proposição
16/11/2008	Medida Provisória nº 446/08

Autor	nº do prontuário
Flavio Arns - PT - PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página 5	Artigo 18	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O artigo 18 da MP 446, de 7 de novembro de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. No ato de renovação do certificado, as entidades de educação que não tenham aplicado em gratuidade o percentual mínimo previsto no caput do art. 14 poderão compensar o percentual devido no exercício imediatamente subseqüente.

.....

§ 2º O pedido de renovação do certificado será indeferido quando a soma dos percentuais a serem compensados exceder a dez por cento."

JUSTIFICAÇÃO:

Tendo em vista que a variação nesses índices não é suscetível de previsibilidade e a norma visa justamente proteger as atividades de variações imprevistas, não se justifica a aplicação de uma penalidade sob a forma de acréscimo no percentual da gratuidade. A eventual diferença será plenamente compensada no exercício seguinte na forma deste artigo.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00108**

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva **3. X Modificativa** 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 5	Art. 19	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se no art. 19 da Medida Provisória a expressão "e sem exigência da contrapartida do usuário"

JUSTIFICAÇÃO

O STF, sem divergir entende que a gratuidade absoluta não pode ser condição determinante para a certificação e para o gozo da imunidade tributária de entidades beneficentes de assistência social. Tanto no período anterior como no período posterior à atual Constituição Federal de 1988, a antiga jurisprudência e a atual jurisprudência do Egrégio Supremo Tribunal Federal – STF pacificaram-se no sentido de que, para que as entidades beneficentes de assistência social gozem dos benefícios tributários que lhes são assegurados pela Constituição Federal, torna-se desnecessária que a assistência social prestada seja exclusivamente gratuita, não sendo a gratuidade absoluta erigida como fator determinante e condicionante para a caracterização das entidades como instituições beneficentes de assistência social, podendo as mesmas, portanto, cobrarem taxas, mensalidades, bem como, outras contribuições dos mais afortunados e, desta forma auferirem receitas e rendas para a manutenção e o aperfeiçoamento de seus objetivos e finalidades essenciais.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00109**

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado WALDIR NEVES	

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 19	Parágrafo único	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao *parágrafo único* do artigo 19 a seguinte redação:

"As entidades de assistência social a que se refere o *caput* podem ser de atendimento e de defesa de direitos".

JUSTIFICATIVA

A redação original da MP permite que entidades de assessoramento sejam reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social e, conseqüentemente, possam pleitear benefícios fiscais. O foco dessas isenções, entretanto, deve ser as entidades que atendem diretamente a população necessitada, e não associações destinadas a consultoria e atividades assemelhadas na área de assistência social.

1 PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00110

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado WALDIR NEVES	

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 19	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao *caput* do artigo 19 a seguinte redação:

"Art. 19. A certificação será concedida à entidade de assistência social que presta serviços e ações gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação e sem exigência de contrapartida do usuário, observada a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, ressalvado o disposto no § 1º do art. 35 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, sendo que, neste último caso, a participação do idoso limitar-se-á a 50% do custo do serviço".

JUSTIFICATIVA

O Estatuto do Idoso dispõe, em seu art. 35, § 1º, que "no caso de entidades filantrópicas, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade". A emenda visa estabelecer que apenas farão jus à certificação de entidade beneficente de assistência social aquelas instituições que não cobrarem do idoso internado participação superior a 50% do custo do serviço a ele prestado. A manter-se a redação original da MP, corre-se o risco de financiar com isenções instituições que fazem negócio, e não filantropia.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446

00111

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT - PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	19			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 19 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

Art. 19. A certificação será concedida à entidade de assistência social que presta serviços e ações continuados e planejados, ainda que de forma intermitente, sem qualquer discriminação, observada a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

A gratuidade, bem como a impossibilidade de contrapartida devem ser suprimidas do texto sob análise.

No ano de 1999, por meio da Lei 9732/98, houve uma alteração do artigo 55 da Lei 8212/91 afirmando que os serviços de assistência social deveriam ser prestados de forma integralmente gratuita.

Referidos dispositivos previstos em inciso e parágrafo foram indagados mediante Ação Declaratória de Inconstitucionalidade de nº 2028, com liminar em vigor que suspende a obrigação da gratuidade no desenvolvimento das atividades de assistência social.

Em 14/07/99 foi concedida Medida Liminar que suspendeu até a decisão final os dispositivos que estabeleciam a exigência de gratuidade. Em novembro de 1999, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, referendou a concessão da liminar, estando os autos conclusos para decisão final.

Ao mesmo tempo, a gratuidade e a ausência de contrapartida violam a premissa do Certificado Beneficente de Assistência Social. Beneficência, diferentemente de filantropia, significa a faculdade de cobrar pelos serviços prestados sem perder a característica de entidade sem fins lucrativos (dever de aplicar o resultado financeiro nas finalidades estatutárias). A filantropia sim, exige que as entidades não cobrem pelas atividades inerentes às suas finalidades. Já há alguns anos o Certificado de Fins Filantrópicos foi substituído pelo Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social superando o debate sobre o tema.

Corroborando com a questão, o Estatuto do Idoso, aprovado no ano de 2003, estabelece claramente a faculdade da cobrança de participação do idoso no custeio da entidade.

Pelos motivos anteriormente dispostos, manter as expressões acima suprimidas significa uma violação à decisão judicial, bem como um retrocesso na questão já amplamente debatida e superada, inclusive por meio de legislação como ocorre com o Estatuto do Idoso.

Por fim, apenas se ressalta que a presente emenda também acrescenta a expressão "ainda que de forma intermitente" com o objetivo de ajustar a lei à realidade vivenciada pelas entidades, que, em sua grande maioria, possuem mais do que uma finalidade estatutária, alternando

por vezes os projetos executados.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00112

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 2008

Autor	Nº do prontuário
Deputado Eduardo Barbosa - PSDB	230

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. (X) Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
	19			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o seguinte § 1°, passando o parágrafo único a §2°:

§ 1°. Excetuam-se das exigências do **caput** as entidades de assistência social que prestem, no mínimo, 60% de atendimento gratuito, desde que o restante do atendimento seja destinado a pessoas socialmente vulneráveis, mas cuja vulnerabilidade não seja por déficit de renda, e sim em razão de idade e/ou deficiência, devendo o resultado operacional ser aplicado integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda se justifica por criar alternativas para as entidades sem fins lucrativos caminharem rumo à auto-sustentabilidade, face à escassez cada vez mais acentuada de outras fontes de financiamento. Há que se considera, ainda, o fato das entidades encontrarem-se muito próximas das comunidades, entendendo de forma mais realista as suas necessidades, criando, assim, maior facilidade de acesso.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00113

data	proposição
16/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT-PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	19			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 19 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

"Art. 19. A certificação será concedida à entidade de assistência social que presta serviços e ações continuados e planejados, ainda que de forma intermitente, sem qualquer discriminação, observada a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

... "

JUSTIFICAÇÃO

A gratuidade, bem como a impossibilidade de contrapartida devem ser suprimidas do texto sob análise.

No ano de 1999, por meio da Lei 9732/98, houve uma alteração do artigo 55 da Lei 8212/91 afirmando que os serviços de assistência social deveriam ser prestados de forma integralmente gratuita.

Referidos dispositivos previstos em inciso e parágrafo foram indagados mediante Ação Declaratória de Inconstitucionalidade de nº 2028, com liminar em vigor que suspende a obrigação da gratuidade no desenvolvimento das atividades de assistência social.

Em 14/07/99 foi concedida Medida Liminar que suspendeu até a decisão final os dispositivos que estabeleciam a exigência de gratuidade. Em novembro de 1999, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, referendou a concessão da liminar, estando os autos conclusos para decisão final.

Ao mesmo tempo, a gratuidade e a ausência de contrapartida violam a premissa do Certificado Beneficente de Assistência Social. Beneficência, diferentemente de filantropia, significa a faculdade de cobrar pelos serviços prestados sem perder a característica de entidade sem fins lucrativos (dever de aplicar o resultado financeiro nas finalidades estatutárias). A filantropia sim, exige que as entidades não cobrem pelas atividades inerentes às suas finalidades. Já há alguns anos o Certificado de Fins Filantrópicos foi substituído pelo Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social superando o debate sobre o tema.

Corroborando com a questão, o Estatuto do Idoso, aprovado no ano de 2003, estabelece claramente a faculdade da cobrança de participação do idoso no custeio da entidade.

Pelos motivos anteriormente dispostos, manter as expressões acima suprimidas significa uma violação à decisão judicial, bem como um retrocesso na questão já amplamente debatida e superada, inclusive por meio de legislação como ocorre com o Estatuto do Idoso.

Por fim, apenas se ressalta que a presente emenda também acrescenta a expressão "ainda que de forma intermitente" com o objetivo de ajustar a lei à realidade vivenciada pelas entidades, que, em sua grande maioria, possuem mais do que uma finalidade estatutária, alternando por vezes os projetos executados.

PARLAMENTAR

MPV - 446
00114

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	19	ÚNICO		

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo único do art. 19, da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19 .....
.....
Parágrafo Único. As entidades de assistência social a que se refere o caput podem ser de atendimento e de defesa de direitos."

Justificativa

A presente emenda tem por objetivo modificar a redação do parágrafo único do art. 19, suprimindo a possibilidade de certificar como entidade beneficente aquelas que atuem na área de **assessoramento** a questões relativas à assistência social. A certificação de entidade beneficente **resulta em isenção do pagamento da contribuição da empresa destinada à Seguridade Social** (**art. 22** da Lei 8212/1991 – Lei Orgânica da Seguridade Social) **e também em isenção da contribuição sobre faturamento e lucro** (art. 23 da Lei 8.212/1991).

Empresas atuantes na área de assessoramento não precisam desse tipo de benefício fiscal, inclusive porque o Poder Público, por meio do **órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social** (atualmente o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome) tem por competência, prevista no art. 19 da Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social:

> ***"Art. 19*** .....
> .....
>
> ***VIII - prestar assessoramento técnico aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades e organizações de assistência social;***
> ***IX - formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;***
> ***X - desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar as análises de necessidades e formulação de proposições para a área;"***

Não se justifica então, conceder benefício fiscal a entidades de assessoramento, causando perda de receita à União, sendo que a lei já determina a prestação de assessoria aos entes federados e às próprias entidades e organizações de assistência social pelo órgão central da Administração Pública responsável pela área.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

00115

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT - PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	20			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o inciso II do art. 20 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008.

JUSTIFICAÇÃO:

O art. 19, inc. XI da Lei nº 8.742, de 1993, determina que compete ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social, em articulação com Estados, os Municípios e o Distrito Federal.

Atualmente este cadastro é alimentado pelos Conselhos Municipais de Assistência Social, a partir da inscrição que é feita pelas entidades nos referidos Conselhos. Assim, o inciso II acaba sendo uma conseqüência do inciso I, sendo desnecessária sua referência como exigência na Medida Provisória.

PARLAMENTAR

MPV - 446
00116

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 13/11/2008	Proposição: Medida Provisória N.º 446/2008
Autor: Deputado DR. UBIALI – PSB/SP	N.º Prontuário:

1. ___ Supressiva 2. ___ Substitutiva 3. ___ Modificativa 4. X Aditiva 5. ___ Substitutiva/Global

Página: 1/1	Artigo: 14	Parágrafos: 1º e 2º	Inciso:	Alínea:

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se, ao art. 20 da MP 446/2008, o seguinte § 3º, com o seguinte teor:

"§ 3º Alternativamente ao disposto no § 1º, a entidade poderá inscrever suas atividades somente no Conselho de Assistência Social do Município em que tiver a sua sede, o seu principal estabelecimento ou, ainda, naquele em que concentrar a maioria de suas atividades".

JUSTIFICATIVA

O artigo 20 da MP ora emendada estabelece um requisito que deve ser satisfeito pela pessoa jurídica para conseguir a sua certificação, qual seja, a sua inscrição perante o Conselho de Assistência Social do município em que atuar. Até ai, tudo bem, já que a inscrição é uma medida de higidez administrativa e profilática de fraudes e ações semelhantes e mesmo criminosas. No entanto, os parágrafos 1º e 2º estatuem uma obrigação que, no nosso entendimento, são escorchantes e pecam pela falta de razoabilidade, que é precisamente exigir-se da empresa a inscrição nos vários municípios em que possuir atividade. E se possuir no País inteiro? Terá que fazer a sua inscrição em cada um deles? Por isso, fazemos a presente proposta, no sentido de permitir à entidade que faça a sua inscrição no Conselho de Assistência Social apenas do Município em que possuir a sua sede, o seu principal estabelecimento ou, mesmo, a maioria das suas atividades, obviamente, fazendo menção aos outros locais nos quais desenvolve as suas atividades. Por isso, submetemos a presente emenda aos nobres Pares, esperando a sua aprovação.

Assinatura

MPV - 446

00117

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	20			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 20, da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20 Constituem ainda requisitos para a certificação das entidades de assistência social, a serem analisados **pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS:"**

Justificativa

O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, é o órgão superior de deliberação colegiada, **com participação da sociedade civil**, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, que entre outras atribuições tem por competência *"normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social"* (art. 18, II, da Lei 8.742/1993).

Partindo do fato de que é a sociedade quem custeia o SUAS – Sistema Único de Assistência Social, e tem o importante papel do controle social das políticas públicas e Programas que dizem respeito ao erário, entendemos ser imprescindível a participação do CNAS em todas as fases relativas ao processo de certificação e renovação de entidade beneficente que atue na área, incluindo-se neste contexto a avaliação das ações requisitadas para tal, com poder de deliberação, e não apenas com o papel de acompanhar e fiscalizar o processo.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

00118

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	21			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 21, da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21 A comprovação, **perante o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**, do vínculo da entidade à rede socioassistencial privada no âmbito do SUAS é condição suficiente para a concessão da certificação, no prazo e na forma a serem definidos em regulamento.

Justificativa

O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, é o órgão superior de deliberação colegiada, **com participação da sociedade civil**, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, que entre outras atribuições tem por competência *"normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social"* (art. 18, II, da Lei 8.742/1993).

Partindo do fato de que é a sociedade quem custeia o SUAS – Sistema Único de Assistência Social, e tem o importante papel do controle social das políticas públicas e Programas que dizem respeito ao erário, entendemos ser imprescindível a participação do CNAS em todas as fases relativas ao processo de certificação e renovação de entidade beneficente que atue na área, incluindo-se neste contexto a avaliação dos requisitos para tal, com poder de deliberação, e não apenas com o papel de acompanhar e fiscalizar o processo.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

00119

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2008.

"Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências".

EMENDA ADITIVA

O art. 22 da Medida Provisória nº 446, de 2008, passa a vigorar acrescido do seguinte §5º:

"Art. 22 (...).

§5º. O prazo inicial de validade da certificação das entidades beneficiadas com os deferimentos objeto dos artigos 37 a 39 desta Medida Provisória serão de no mínimo um ano e no máximo dois anos, findo os quais seguirão o disposto no §4º deste artigo.

Justificação

Trata-se de emenda alternativa à manutenção dos citados artigos 37 a 39 da Medida Provisória. Com efeito, é preciso a adoção de alguma medida preventiva para que o Poder Público tenha melhores condições de analisar o efetivo preenchimento das condições legais que justificam a certificação.

Desse modo, as entidades que agora são beneficiadas com a certificação, terão um prazo menor para demonstrar o atendimento das condições legais e, a partir dessa realidade, passarão a gozar do prazo geral estabelecido no art. 22.

Em face dessa compreensão é que pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação da emenda proposta.

Sala da Comissão, em 13 de novembro de 2008.

Dep. Dr. Rosinha – PT/PR

MPV - 446
00120

MEDIDA PROVISÓRIA Nº446, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao Capítulo II da Medida Provisória a seguinte Seção IV e seus Artigos, renumerando-se os demais dispositivos:

"Seção IV
Das entidades de educação que atuam na assistência social

Art. 22. As entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços em educação poderão aplicar os recursos provenientes da isenção tributária, além do disposto nas Seções anteriores, em assistência social.

Parágrafo único. O montante aplicado em assistência social deverá corresponder a, no mínimo, vinte por cento da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, locação de bens, venda de bens e doações.

Art. 23. Caso a entidade não aplique a totalidade dos recursos provenientes da isenção tributária em assistência social, deverá investir o restante de acordo com os critérios das Seções anteriores, aplicada a proporcionalidade.

Art. 24. Além dos requisitos arrolados na Seção I do Capítulo III, as entidades que utilizarem da prerrogativa garantida pelo Art. 22 deverão apresentar, juntamente com o requerimento de concessão da certificação, comprovante de que seus objetivos institucionais são compatíveis com o Plano Municipal de Assistência Social e, na falta deste, com o Plano Estadual.

Parágrafo único. Para fins da comprovação mencionada no **caput,** será válida a ata da reunião do respectivo Conselho de Assistência Social na qual for apreciada a compatibilidade."

Justificação

Há diversas instituições no Brasil que atuam em saúde e educação, mas aplicam, parte ou totalidade dos recursos da filantropia, em assistência social. O § 2º do Art. 198 e o Art. 212, ambos da Constituição Federal, especificam como se dará o financiamento da saúde e da educação, respectivamente. Já a assistência social não possui receita própria, ficando à deriva dos ânimos governamentais. É necessário, portanto, distinguir o relevo dos recursos da assistência social frente àqueles da saúde e da educação, não por uma questão de hierarquia, mas sim pela falta de consolidação e previsibilidade que têm os mesmos.

Considerado o exposto, apresentamos esta emenda com o norte de permitir que as entidades beneficentes de assistência social da área da educação possam continuar aplicando os recursos em assistência social, o que deveria ser, inclusive, uma redundância. Dizemos isto, pois tecnicamente uma entidade que aplique recursos oriundos de isenção tributária em educação ou saúde, não deveria ser sequer considerada entidade beneficente de assistência social, e sim de educação ou saúde. Contudo, considerando que é da nossa tradição administrativa assim as considerar, entendemos que o mínimo a ser garantido é a flexibilidade na aplicação de recursos.

Apenas para exemplificar o impacto que teria a aprovação da Medida Provisória tal como apresentada pelo Executivo, somente no Rio Grande do Sul, mais de 30 mil pessoas deixariam de ser atendidas por uma única entidade beneficente da área de educação que atua em assistência social. Caso essa entidade tivesse que conceder bolsas, ao invés de prestar a assistência social, seriam menos de 3 mil bolsas, 10% do número de atendidos atualmente (em razão dos custos respectivos).

Não fosse esse argumento suficiente, restaria outro. Nossa Carta Maior consagra o princípio da universalização do ensino básico, realidade praticamente alcançada em nosso país, ainda que ressalvada a qualidade baixa de muitas instituições. Perguntamo-nos, pois: por que dar bolsas em instituições privadas a alunos que já têm suas vagas garantidas no ensino médio público? Seguramente não há boas razões para isso. Tal prática, a de transformar filantropia em bolsas, foi extremamente válida no ensino superior, em que menos de 15% dos formados no chamado segundo grau adentram, bem assim como seria se se restringissem os benefícios ao ensino infantil e profissionalizante. Não tem razão de ser, no entanto, num ensino médio em que a universalidade está basicamente atingida. E não diga que será um investimento na qualidade da educação, posto que nem sempre as escolas privadas são melhores do que as públicas, além de ensejar

este argumento uma postura conformista do Poder Público frente à baixa qualidade de nossa educação. Não devemos conceder bolsas na educação média privada, mas sim qualificar a pública, o que já estamos providenciando com importantes iniciativas como o FUNDEB.

No tocante à saúde, a situação é diversa. Considerando que, pelo menos, 33% dos atendimento do SUS no país se fazem nas instituições filantrópicas e sabendo que, mesmo assim, a demanda é muito maior do que a oferta, entendemos que a Medida Provisória acerta ao vincular isenção tributária à concessão de atendimentos pelo SUS. Esta sendo a razão pela qual sugerimos a flexibilização da aplicação de recursos apenas às entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços na área da educação.

O Art. 23, incluído por esta emenda, consagra a proporcionalidade na aplicação dos recursos da filantropia, permitindo que as entidades possam, por exemplo, investir 10% da receita bruta anual e seus acréscimos em educação, e os demais 10% em assistência social.

O Art. 24, também adicionado, impõe um requisito extra para as entidades beneficentes de assistência social que pretenderem aplicar recursos da filantropia em assistência social. Trata-se de impor-lhes o ônus de ter seus objetivos institucionais aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social (ou pelo Estadual, onde aquele não existir). Com isto, se garante que a sociedade, representada no Conselho, possa opinar acerca da conveniência e oportunidade de investir em assistência social ao invés de saúde, além de poder concordar ou discordar acerca das prioridades da assistência em cada município.

Pelas razões acima expostas, pedimos o apoio dos nobres e das nobres pares para a aprovação da emenda proposta.

Sala das Sessões, em

Dep. Maria do Rosário

PT-RS

MPV - 446

00121

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa **4. X Aditiva** 5. ☐ Substitutivo global

Página 5	Art. 22-A	Parágrafos 1º e 2º	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 22- A - As entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços em saúde e educação poderão aplicar os recursos financeiros previstos nos artigos Art. 8º e 14 em Assistência Social, como forma atingir os montantes financeiros mínimos exigidos nesta lei.

§ 1º A aplicação prevista no *caput* não deve representar prejuízo as regras específicas dispostas nas seções anteriores,

§ 2º A atuação em assistência social deve atender aos requisitos desta política pública e o montante aplicado deve ser segregado na demonstração contábil.

JUSTIFICAÇÃO

Embora os controles devam ser feito dentro de cada política pública, as entidades que já atuam em mais áreas e prestam relevante serviço na sociedade, devem ter a liberdade de manter sua organização. Além disto, muitas atividades de Assistência Social deixarão de receber recursos, dada a prática de aplicação nesta política pública, que entidades preponderantemente de saúde ou educação fazem. São inúmeros os exemplos de entidades que redirecionaram sua atuação, tendo em vista que os serviços de educação e saúde já tinham uma atenção suficiente, canalizando a maior parte dos recursos para a Assistência Social. Milhares, ou milhões, de usuários serão prejudicados se este dispositivo não for incorporado à nova lei.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00122

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT - PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	22			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 22 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

"Art. 22. Os requerimentos de concessão da certificação das entidades beneficentes de assistência social serão apreciados por um órgão superior de deliberação colegiada, vinculado ao Ministério da Justiça, de caráter paritário, eleito e composto por representantes governamentais e não governamentais das três áreas de atuação, dividido em Câmaras Temáticas responsáveis pela análise dos requerimentos.

§ 3º O requerimento será apreciado no prazo de 180 dias, sob pena de deferimento do pedido, sem prejuízo de revisão pela autoridade administrativa, que só poderá ocorrer quando descumpridos os requisitos exigidos para a sua concessão.

§ 4º Uma vez concedida a certificação, a renovação deverá ocorrer anualmente, pela apresentação de relatório de atividades e balanço patrimonial do exercício anterior."

JUSTIFICAÇÃO:

A concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social não pode estar restrita a um ente governamental. Trata-se de um retrocesso a perda do direito da sociedade de participar do processo como ocorria no Conselho Nacional de Assistência Social.

Entende-se que alterações na situação são necessárias, todavia a característica das decisões serem tomadas por um Conselho Paritário devem ser mantidas.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00123

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição
	MP nº 446, de 07 de novembro de 2008

autor	n.º do prontuário
Otavio Leite PSDB/RS	**316**

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 12	Parágrafos	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se aos arts. 22 e 26 da MP as seguintes redações:

"Art. 22. Os requerimentos de concessão da certificação das entidades beneficentes de assistência social serão protocolados e analisados:

I – pelo Conselho Municipal de Assistência Social , no caso da sede localizada em município com mais de 100.000 habitantes; e

II – pelo Conselho Estadual de Assistência Social, no caso em que a sede estiver localizada em municípios com até 100.000 habitantes.

§ 1º A entidade interessada na certificação deverá apresentar, juntamente com o requerimento, todos os documentos necessários à comprovação dos requisitos de que trata esta Medida Provisória, na forma do regulamento, e uma vez atendidas as exigências legais receberá atestado do respectivo conselho.

§ 2º A tramitação e apreciação do requerimento deverá obedecer à ordem cronológica de sua apresentação, salvo em caso de diligência pendente, devidamente justificada.

§ 3º O requerimento será apreciado no prazo a ser estabelecido em regulamento, e uma vez concluída sua apreciação será encaminhada, no prazo de 15 dias para fins de homologação aos ministérios correspondentes.

§ 4º O prazo de validade da certificação será fixado em regulamento, observadas as especificidades de cada uma das áreas e o prazo mínimo de um ano e máximo de três anos.

§ 5º A homologação e a certificação serão concedidas após análise prevista no caput e incisos anteriores pelos seguintes ministérios:

I – da Saúde, quanto às entidades da área de saúde;

II – da Educação, quanto às entidades educacionais; e

PARLAMENTAR

Deputado Otavio Leite

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição
	MP nº 446, de 07 de novembro de 2008

autor	n.º do prontuário
Otavio Leite PSDB/RS	316

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 12	Parágrafos	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

III – do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, quanto às entidades assistência social.

.....

Art. 26 Os Ministérios referidos nos incisos I a III no § 5º do art. 22 deverão zelar pelo cumprimento das condições que ensejaram a certificação da entidade como beneficente de assistência social, cabendo-lhes confirmar que tais exigências estão sendo atendidas quando da renovação do pedido de certificação, ouvido os respectivos conselhos estadual ou municipal de assistência social."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa descentralizar o processo de análise dos pedidos de concessão da certificação de entidades beneficentes de assistência social, incluindo o ente federado mais próximo de sua atuação. de

PARLAMENTAR

Deputado Otavio Leite

MPV - 446

00124

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 14 /11/2008	Proposição: Medida Provisória nº 446	
Autor: Deputado Renato Molling PP/RS		Nº do Prontuário

☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☑ Aditiva ☐ Substitutiva Global ☐

Artigo:	Parágrafo:	Incisos:	Alínea:	

Acrescenta-se ao art. 22-A da MP nº 446/2008, na seção sobre Assistência Social.

Art. 22. As entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços em saúde e educação poderão aplicar os recursos financeiros previstos nos artigos Art. 8º e 14 em Assistência Social, como forma atingir os montantes financeiros mínimos exigidos nesta lei.

§ 1º A aplicação prevista no *caput* não deve representar prejuízo as regras específicas dispostas nas seções anteriores,

§ 2º A atuação em assistência social deve atender aos requisitos desta política pública e o montante aplicado deve ser segregado na demonstração contábil.

JUSTIFICAÇÃO

Embora os controles devam ser feito dentro de cada política pública, as entidades que já atuam em mais áreas e prestam relevante serviço na sociedade, devem ter a liberdade de manter sua organização. Além disto, muitas atividades de Assistência Social deixarão de receber recursos, dada a prática de aplicação nesta política pública, que entidades preponderantemente de saúde ou educação fazem. São inúmeros os exemplos de entidades que redirecionaram sua atuação, tendo em vista que os serviços de educação e saúde já tinham uma atenção suficiente, canalizando a maior parte dos recursos para a Assistência Social. Milhares, ou milhões, de usuários serão prejudicados se este dispositivo não for incorporado à nova lei.

Assinatura:

MPV - 446

00125

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
16/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT-PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	22			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 22 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

"Art. 22. Os requerimentos de concessão da certificação das entidades beneficentes de assistência social serão apreciados por um órgão superior de deliberação colegiada, vinculado ao Ministério da Justiça, de caráter paritário, eleito e composto por representantes governamentais e não governamentais das três áreas de atuação, dividido em Câmaras Temáticas responsáveis pela análise dos requerimentos.

...

§ 3º O requerimento será apreciado no prazo de 180 dias, sob pena de deferimento do pedido, sem prejuízo de revisão pela autoridade administrativa, que só poderá ocorrer quando descumpridos os requisitos exigidos para a sua concessão.

§ 4º Uma vez concedida a certificação, a renovação deverá ocorrer anualmente, pela apresentação de relatório de atividades e balanço patrimonial do exercício anterior."

JUSTIFICAÇÃO:

A concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social não pode estar restrita a um ente governamental. Trata-se de um retrocesso a perda do direito da sociedade de participar do processo como ocorria no Conselho Nacional de Assistência Social.

Entende-se que alterações na situação são necessárias, todavia a característica das decisões serem tomadas por um Conselho Paritário devem ser mantidas.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00126

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
17/11/2008

proposição
Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008

autor
Deputado Luis Carlos Heinze

nº do prontuário

1 Supressiva 2. substitutiva 3. X modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global
Página Artigo 22 Parágrafo Inciso alínea

O parágrafo 4º do artigo 22 da Medida Provisória 446 de 7 de novembro de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação :

Art. 22 - .....

.....

§ 4º - A certificação será concedida por prazo não inferior a um ano e não superior a cinco anos, contado a partir da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração de três para cinco anos decorre de que a cada ano existe prestações de contas formais, com a possibilidade de a qualquer momento serem suscitadas fiscalizações, não se justificando a elaboração de extensos processos burocráticos de renovações tão proximamente.

Brasília, 17 de novembro 2008

Luis Carlos Heinze PP/RS

MPV - 446

00127

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi - PMDB	

1 [] Supressiva 2. [ ] substitutiva [X] modificativa 4. [] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 22	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se o artigo 22 da MP 446:

Art. 22. Os requerimentos de concessão da certificação das entidades beneficentes de assistência social serão apreciados pelos seguintes Ministérios, **a partir de departamento interno específico**:

JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta no caput desse artigo se impõe pela necessidade da estruturação de órgãos técnicos específicos, não mais vinculados a Conselhos, visto que os deferimentos e/ou indeferimentos de certificações devem ser de caráter técnico objetivo.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00128

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi – PMDB	

1 [] Supressiva 2. [ ] substitutiva [X] modificativa 4. [] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 22	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se o §4º do artigo 22 da MP 446:

Art. 22... § 4º

§ 4º O prazo de validade da certificação será fixado em regulamento, observadas as especificidades de cada uma das áreas e o prazo mínimo de um ano e máximo de ~~três~~ **cinco** anos.

JUSTIFICATIVA:

A alteração de três anos para cinco anos decorre de que a cada ano existe prestações de contas formais, com a possibilidade de a qualquer momento serem suscitadas fiscalizações, não se justificando a elaboração de extensos processos burocráticos de renovações tão proximamente.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00129

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 13/11/2008	Proposição: Medida Provisória N.º 446/2008
Autor: Deputado DR. UBIALI – PSB/SP	N.º Prontuário:

1. ___ Supressiva 2. X Substitutiva 3. ___ Modificativa 4. ___ Aditiva 5. ___ Substitutiva/Global

Página: 1/1	Arts.: 23a 25	Parágrafos:	Inciso:	Alínea:

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Substituam-se os artigos 23, 24 e 25 da MP 446/2008 pelo seguinte dispositivo, com renumeração dos restantes da mesma MP:

"A entidade que atue em mais de uma das áreas especificadas no art. 1º deverá requerer a certificação e sua renovação no Ministério responsável pela área de atuação preponderante da entidade.

§ 1º Considera-se área de atuação preponderante aquela em que a entidade aplique a maior parte de sua receita líquida, tal como conceituada pela legislação do Imposto sobre a Renda.

§ 2º A certificação, a sua renovação e os convênios obtidos perante um Ministério valerão, salvo decisão em contrário devidamente motivada, para os demais.

§ 3º Caberá recurso, ao Ministro competente, no prazo de 15 (quinze) dias, da decisão mencionada no parágrafo anterior".

JUSTIFICATIVA

Os artigos ora substituídos estabelecem duas coisas que, cremos, militam contra as entidades: (i) uma receita mínima e, (ii) dependendo dessa receita, a obrigação de requerer a certificação nos três Ministérios. Ora, entendemos que estabelecer um valor fixo nacionalmente pode gerar injustiças em função das notórias diferenças entre as várias regiões do País, sabido que a realidade no Estado de São Paulo é diferente, por exemplo, da realidade econômica do Acre ou de Pernambuco. Por isso, o ideal é estabelecermos um outro parâmetro, que muito bem pode ser a atividade preponderante, já prevista na MP, de acordo com a aplicação da receita líquida, tal como já conceituada pela legislação do Imposto de Renda. Por outro lado, entendemos, da mesma forma, que exigir da entidade a sua certificação perante cada um dos Ministério é totalmente contraproducente e refratário ao princípio da eficiência. Por isso, propomos que a certificação, a sua renovação e os convênios obtidos perante um Ministério, automaticamente, salvo decisão administrativa devidamente fundamentada e que é desafiada mediante recurso hierárquico perante o Ministro de Estado competente, valham perante os outros dois Ministérios. Por isso, submetemos a presente emenda aos nobres Pares, esperando a sua aprovação.

Assinatura

MPV - 446

00130

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 6	Art. 23	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art.23. A entidade que atue em mais de uma das áreas especificadas no art. 1º deverá requerer a certificação e sua renovação no Ministério responsável pela área de atuação preponderante da entidade .

JUSTIFICAÇÃO

A limitação suprimida do texto do artigo 23 visa atender ao Princípio da Isonomia, de modo que todas as entidades que desenvolvam atuação nas áreas identificadas no artigo 1º, independentemente do seu porte, possam atuar a partir do critério de preponderância.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446

00131

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT - PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	23			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 23 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

"Art. 23. A entidade que atue em mais de uma das áreas especificadas no art. 1º deverá requerer a certificação e sua renovação perante a autoridade responsável pela área de atuação preponderante da entidade, sendo esta estendida a todas as áreas de atuação da entidade.

Parágrafo único. Considera-se área de atuação preponderante aquela em que a entidade aplique a maior parte de sua receita operacional"

A expressão " e cuja receita anual seja de até R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais)" deve ser retirada pelo fato da impossibilidade de obrigar as entidades a constituir uma pessoa jurídica para cada área de atuação (saúde, educação e assistência social), conforme previsão do artigo 24 da Medida Provisória.

A obrigatoriedade de cisão fere diretamente a Constituição Federal que afirma em seu artigo 5º:

" *Art. 5º.*

...

XVII. é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII. a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. "

Da leitura do texto constitucional, depreende-se que a associação poderá ser criada para mais de uma finalidade (fins lícitos), sendo que a obrigatoriedade de separação de pessoas jurídicas de acordo com suas finalidade faz com que haja uma violação ao referido inciso XVII acima disposto.

Ao mesmo tempo a obrigatoriedade sob análise constitui interferência direta e inquestionável no funcionamento da entidade, que, caso atue nas áreas da saúde, educação e assistência social, além de ter que criar outras duas pessoas jurídicas, terá que, como exemplo, acompanhar três estatutos, aprovar as contas das outras entidades (ou seja, três vezes em comparação com a situação atual), alterar cargos administrativos, entre tantas outras situações.

Ao mesmo tempo, em se tratando de Fundações, a questão se torna inviável, não apenas sob o ponto de vista jurídico (legal), mas também legítimo e administrativo. A Fundação, diferentemente da Associação, é constituída por meio da destinação de patrimônio por um instituidor, que, a partir da sua constituição, por disposição legal, se desvincula do referido patrimônio.

Ao haver esta desvinculação, a entidade perde o elemento "volitivo" e por isso é não só fiscalizada, mas velada pelo Ministério Público dos Estados. A Fundação, por desdobramento deste aspecto e também pela disposição clara no Código Civil é impedida de alterar suas finalidades. Também tem como característica a restrição de sua extinção às situações previstas no Código Civil.

No artigo sob análise, em seu parágrafo, deverá ser qualificada a receita como operacional com o objetivo de estabelecer um critério mais objetivo, sem que haja questionamentos como a destinação de doações recebidas para uma área ou outra.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00132

MEDIDA PROVISÓRIA Nº446, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se aos dispositivos da Medida Provisória a seguinte redação:

"Art. 23. A entidade que atue em mais de uma das áreas especificadas no art. 1º deverá requerer a certificação e sua renovação no Ministério responsável pela área de atuação preponderante da entidade.

Parágrafo único. Considera-se área de atuação preponderante aquela em que a entidade aplique a maior parte de sua receita.

.....

Art. 25. Para efeito do disposto no art. 23, considera-se receita aquela proveniente da prestação de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, locação de bens, venda de bens e doações."

Justificação

Trata esta emenda da necessidade de permitir que as entidades beneficentes de assistência social possam permanecer com a personalidade

jurídica atual, efetivando sua certificação diante apenas de um órgão do governo federal. Para aquelas entidades que atuam em mais de uma área, a Medida Provisória, em sua redação original, prevê um critério de receita bruta anual a partir da qual seria necessário o desmembramento dos pedidos de certificação, o que também implicaria a separação da entidade em mais de uma pessoa jurídica. Ou seja, se a instituição atuar em assistência social e educação, por exemplo, e tiver uma receita bruta anual superior a R$ 2,4 milhões, ela terá de enviar um pedido de certificação ao Ministério da Educação e outro ao Ministério do Desenvolvimento Social, devendo para isto também cindir sua personalidade jurídica.

Entendemos que o legislador não deve interferir de tal forma num direito que, em síntese, é o da liberdade de associação e de iniciativa. Se é razoável emitir o certificado de entidade beneficente de assistência social realizando a acreditação num único órgão quando a receita bruta anual for de até R$ 2,4 milhões, porque não seria caso a receita de for R$ 2.5 milhões, ou mesmo mais? Ademais, que grande vantagem traz à administração pública a cisão de cada entidade em mais de um CNPJ? Se não traz nenhum benefício evidente, tal medida implica prejuízos de larga monta para as instituições, que não terão apenas de se dirigir à Receita Federal para requerer burocraticamente mais um número de CNPJ, mas sim resolver toda a ordem de medidas resultantes deste novo número. É plenamente viável garantir um processo de certificação transparente e legítimo mantendo as entidades com a personalidade jurídica de que gozam hoje, bastando para isto que os órgãos ministeriais implementem o aparato necessário, algo que também seria necessário caso a presente Medida Provisória fosse aprovada na sua redação nascitura.

Para completar a modificação que ora propomos, permitindo que as entidades realizem apenas uma certificação e mantenham a personalidade jurídica, será necessário suprimir os Arts. 24 e 35, o que fazemos em emenda supressiva proposta conjuntamente com esta.

Pelas razões acima expostas, pedimos o apoio dos nobres e das nobres pares para a aprovação da emenda proposta.

Sala das Sessões, em

Dep. Maria do Rosário

PT-RS

MPV - 446

00133

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
16/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT-PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	23			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 23 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

"Art. 23. A entidade que atue em mais de uma das áreas especificadas no art. 1º deverá requerer a certificação e sua renovação perante a autoridade responsável pela área de atuação preponderante da entidade, sendo esta estendida a todas as áreas de atuação da entidade.

Parágrafo único. Considera-se área de atuação preponderante aquela em que a entidade aplique a maior parte de sua receita operacional."

JUSTIFICAÇÃO

A expressão " e cuja receita anual seja de até R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais)" deve ser retirada pelo fato da impossibilidade de obrigar as entidades a constituir uma pessoa jurídica para cada área de atuação (saúde, educação e assistência social), conforme previsão do artigo 24 da Medida Provisória.

A obrigatoriedade de cisão fere diretamente a Constituição Federal que afirma em seu artigo 5º:

" *Art. 5º.*

...

XVII. é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII. a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento."

Da leitura do texto constitucional, depreende-se que a associação poderá ser criada para mais de uma finalidade (fins lícitos), sendo que a obrigatoriedade de separação de pessoas jurídicas de acordo com suas finalidade faz com que haja uma violação ao referido inciso XVII acima disposto.

Ao mesmo tempo a obrigatoriedade sob análise constitui interferência direta e inquestionável no funcionamento da entidade, que, caso atue nas áreas da saúde, educação e assistência social, além de ter que criar outras duas pessoas jurídicas, terá que, como exemplo, acompanhar três estatutos, aprovar as contas das outras entidades (ou seja, três vezes em comparação com a situação atual), alterar cargos administrativos, entre tantas outras situações.

Ao mesmo tempo, em se tratando de Fundações, a questão se torna inviável, não apenas sob o ponto de vista jurídico (legal), mas também legítimo e administrativo. A Fundação, diferentemente da Associação, é constituída por meio da destinação de patrimônio por um instituidor, que, a partir da sua constituição, por disposição legal, se desvincula do referido patrimônio.

Ao haver esta desvinculação, a entidade perde o elemento "volitivo" e por isso é não só fiscalizada, mas velada pelo Ministério Público dos Estados. A Fundação, por desdobramento deste aspecto e também pela disposição clara no Código Civil é impedida de alterar suas finalidades. Também tem como característica a restrição de sua extinção às situações previstas no Código Civil.

No artigo sob análise, em seu parágrafo, deverá ser qualificada a receita como operacional com o objetivo de estabelecer um critério mais objetivo, sem que haja questionamentos como a destinação de doações recebidas para uma área ou outra.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00134

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	23			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 23, da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23 A entidade que atue em mais de uma das áreas especificadas no art. 1º, com receita anual de até R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) **deverá requerer a certificação ou sua renovação no Conselho Nacional responsável por normatizar, acompanhar e fiscalizar sua área de atuação preponderante."**

Justificativa

A participação efetiva da sociedade, como legítima e principal financiadora do país passou desde a promulgação da Constituição de 1988, a ser valorizada e percebida como de fundamental importância para a construção de uma nação socialmente justa e de uma Administração Pública marcada pelo controle social como requisito de transparência no trato do dinheiro do povo.

Neste sentido, a legislação infraconstitucional prevê a criação dos Conselhos normatizadores, avaliadores, e fiscalizadores das políticas públicas, com participação proporcional de entes governamentais e de representantes da sociedade. Portanto, não se justifica que tais competências sejam retiradas quando se trata de conceder benefício fiscal a entidades privadas que atuem nas áreas de saúde, educação e assistência social

Entendemos ser imprescindível a participação dos Conselhos Nacionais de Saúde, Educação e Assistência Social (CNS, CNE e CNAS) em todas as fases relativas ao processo de certificação e renovação de entidade beneficente que atue nessas áreas, com poder de deliberação, e não apenas com o papel de acompanhar e fiscalizar o processo.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

00135

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi /PMDB	

1 [] Supressiva 2. [ ] substitutiva [X] modificativa 4. [] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 23	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se o artigo 23 da MP 446:

Art. 23. A entidade que atue em mais de uma das áreas especificadas no art. 1º deverá requerer a certificação e sua renovação no Ministério responsável pela área de atuação preponderante da entidade.
Parágrafo único. Considera-se área de atuação preponderante aquela em que a entidade aplique a maior parte de sua receita.

JUSTIFICATIVA:

A alteração decorre da exclusão proposta para o art. 24, não se justificando a manutenção dos mesmos nos termos originais.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00136

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi – PMDB	

1 [] Supressiva 2. [ ] substitutiva [ ] modificativa 4. [X] aditiva 5. [] Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 23	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 23 DA MP 446:

Art. 23.....

Parágrafo único. Tratando-se de instituição que atue, simultaneamente, nas áreas de saúde e de assistência social ou educacional, deverá ela atender ao percentual mínimo de sessenta por cento de serviços prestados ao SUS pela área de saúde e ao percentual de aplicação de isenção em gratuidade em relação às demais áreas de atuação.

JUSTIFICATIVA:

A alteração decorre da exclusão proposta para o art. 24, não se justificando a manutenção dos mesmos nos termos originais.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00137

MEDIDA PROVISÓRIA Nº446, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se da Medida Provisória os Artigos 24 e 35.

Justificação

A presente emenda tem o condão de completar o sentido da emenda modificativa também apresentada à Medida Provisória, permitindo que as entidades beneficentes de assistência social realizem apenas uma certificação e mantenham a personalidade jurídica atual, razão pela qual requeremos o apoio dos e das nobres pares.

Sala das Sessões, em

Dep. Maria do Rosário

PT-RS

MPV - 446

00138

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 X Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 6	Art. 24	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o Art. 24 da Medida Provisória, renumerando-se os seguintes.

JUSTIFICAÇÃO

A supressão de integralidade do artigo 24 visa atender ao Princípio da Isonomia, de modo que todas as entidades que desenvolvam atuação nas áreas identificadas no artigo 1º, independentemente do seu porte, possam atuar a partir do critério de preponderância.

PARLAMENTAR

Raimundo

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446

00139

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT - PR	

1 [X] Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	24			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 24 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, renumerando-se os seguintes.

JUSTIFICAÇÃO:

O artigo deve ser suprimido pela impossibilidade de obrigar as entidades a constituir uma pessoa jurídica para cada área de atuação (saúde, educação e assistência social), conforme previsão do artigo 24 da Medida Provisória.

A obrigatoriedade de cisão fere diretamente a Constituição Federal que afirma em seu artigo 5º:

" Art. 5º.

...

XVII. é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII. a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento."

Da leitura do texto constitucional, depreende-se que a associação poderá ser criada para mais de uma finalidade (fins lícitos), sendo que a obrigatoriedade de separação de pessoas jurídicas de acordo com suas finalidade faz com que haja uma violação ao referido inciso XVII acima disposto.

Ao mesmo tempo a obrigatoriedade sob análise constitui interferência direta e inquestionável no funcionamento da entidade, que, caso atue nas áreas da saúde, educação e assistência social, além de ter que criar outras duas pessoas jurídicas, terá que, como exemplo, acompanhar três estatutos, aprovar as contas das outras entidades (ou seja, três vezes em comparação com a situação atual), alterar cargos administrativos, entre tantas outras situações.

Ao mesmo tempo, em se tratando de Fundações, a questão se torna inviável, não apenas sob o ponto de vista jurídico (legal), mas também legítimo e administrativo. A Fundação, diferentemente da Associação, é constituída por meio da destinação de patrimônio por um instituidor, que, a partir da sua constituição, por disposição legal, se desvincula do referido patrimônio.

Ao haver esta desvinculação, a entidade perde o elemento "volitivo" e por isso é não só fiscalizada, mas velada pelo Ministério Público dos Estados. A Fundação, por desdobramento deste aspecto e também pela disposição clara no Código Civil é impedida de alterar suas finalidades. Também tem como característica a restrição de sua extinção às situações previstas no Código Civil.

Sendo assim, o presente artigo não pode prosperar.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00140

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi - PMDB	

1 [X] Supressiva 2. [ ] substitutiva [ ] modificativa 4. [ ] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 24	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUPRESSIVA

~~Art. 24. A entidade que atue em mais de uma das áreas especificadas no art. 1º e cuja receita anual seja superior a R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) deverá requerer a certificação e sua renovação em cada um dos Ministérios responsáveis pelas respectivas áreas de atuação da entidade, conforme previsto nos incisos I a III do art. 22.~~

~~Parágrafo único. Os efeitos da certificação terão validade apenas para a área específica em que a entidade tenha cumprido os requisitos necessários à certificação.~~

JUSTIFICATIVA:

A exclusão do artigo se impõe em razão da impossibilidade de vincular a isenção da contribuição à seguridade social, baseada na folha de pagamento, às atividades realizadas. Há funcionários que desempenham determinadas funções nas entidades, especialmente do corpo administrativo, que atuam em benefício da entidade como um todo e não à determinada área. Portanto, seria impossível auferir para que área a atividade daqueles funcionários é realizada, para gozo da isenção da contribuição patronal.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00141

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 2008

Autor	Nº do prontuário
Deputado Eduardo Barbosa - PSDB	230

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. (X) Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
	24-A			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o seguinte art. 24-A:

Art. 24-A. A entidade que atue em mais de uma das áreas especificadas no art. 1° e que preste atendimento a pessoas portadoras de deficiência, idosos, crianças e adolescentes, ou a jovens e adultos em situação de risco social, cujos serviços ofertados sejam destinados à mesma clientela na perspectiva da transversalidade da atenção, deverá requerer a certificação e a sua renovação junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, independentemente da receita apurada anualmente.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal e a Lei nº 8.742, de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social explicitam que os segmentos da população acima citados constituem público alvo da política de assistência social, em virtude da vulnerabilidade a que ficam expostas por sua condição. Por isso é importante que fique a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a incumbência de certificar as entidades que se dedicam a oferecer atendimentos a tais segmentos.

Além do mais, nos caos das entidades de assistência social especificadas nesta proposta, é necessário ressaltar que a oferta de serviços em diversas áreas não se dá pela simples intenção da organização ampliar e diversificar o seu âmbito de atuação para outras áreas, mas sim pela exigência da demanda em razão da diversidade do público alvo.

PARLAMENTAR

Barbosa

MPV - 446

00142

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	24			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 24, da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 A entidade que atue em mais de uma das áreas especificadas no art. 1º, com receita anual superior a R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) **deverá requerer a certificação ou sua renovação em cada um dos Conselhos Nacionais responsáveis por normatizar, acompanhar e fiscalizar as respectivas áreas de atuação, conforme previsto no art. 22, I, II e III.**"

Justificativa

A participação efetiva da sociedade, como legítima e principal financiadora do país passou desde a promulgação da Constituição de 1988, a ser valorizada e percebida como de fundamental importância para a construção de uma nação socialmente justa e de uma Administração Pública marcada pelo controle social como requisito de transparência no trato do dinheiro do povo.

Neste sentido, a legislação infraconstitucional prevê a criação dos Conselhos normatizadores, avaliadores, e fiscalizadores das políticas públicas, com participação proporcional de entes governamentais e de representantes da sociedade. Portanto, não se justifica que tais competências sejam retiradas quando se trata de conceder benefício fiscal a entidades privadas que atuem nas áreas de saúde, educação e assistência social

Entendemos ser imprescindível a participação dos Conselhos Nacionais de Saúde, Educação e Assistência Social (CNS, CNE e CNAS) em todas as fases relativas ao processo de certificação e renovação de entidade beneficente que atue nessas áreas, com poder de deliberação, e não apenas com o papel de acompanhar e fiscalizar o processo.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

00143

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 X Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 6	Art. 25	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o Art. 25 da Medida Provisória, renumerando-se os seguintes.

JUSTIFICAÇÃO

A supressão de integralidade do artigo 25 está em consonância com a supressão dos artigos 23 e 24, visando atender ao Princípio da Isonomia, de modo que todas as entidades que desenvolvam atuação nas áreas identificadas no artigo 1º, independentemente do seu porte, possam atuar a partir do critério de preponderância.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00144

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT - PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	25			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 25 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

Art. 25. Para efeito do disposto no art. 24, considera-se a receita operacional.

JUSTIFICAÇÃO:

A entidade não poderá estar sujeita à regra definida na Medida Provisória pelo fato de que terá que estabelecer, de forma subjetiva, a destinação das receitas para uma área ou outra, como no caso das aplicações financeiras que não estão vinculadas à uma área específica.

A receita operacional permite que se tenha um critério objetivo para a questão.

PARLAMENTAR

Como era:

Art. 25. Para efeito do disposto nos arts. 23 e 24, considera-se receita aquela proveniente da prestação de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, locação de bens, venda de bens e doações.

Dependo do 23

Amarrar com anteriores

Basta citar no 24

MPV - 446

00145

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
DEPUTADO ANDRÉ ZACHAROW – PMDB/PR	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. X Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 25. Para efeito do disposto nos arts. 23 e 24, considera-se receita aquela proveniente exclusivamente da prestação de serviços, específica da atividade fim da Entidade. ~~acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, locação de bens, venda de bens e doações.~~

Justificativa :

Exclui-se do Conceito de Receita As aplicações financeiras, Venda de Bens, e Doações recebidas de Entidades Mantenedoras e da Sociedade Civil uma vez que tais recursos são originários de rendas já tributados em sua origem e que vem para fazer frente aos Custos de aplicação em Saúde, Educação e Assistência Social, segmentos que são prioritários para nossa população e que não são e não podem ter seus Custos repassados integralmente aos usuários destes segmentos; Tendo tratamento prioritário em nosso plano de governo, uma vez que tem a população carente como Beneficiaria direta.

PARLAMENTAR

ANDRÉ ZACHAROW
DEPUTADO FEDERAL – PMDB/PR

MPV - 446

00146

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi - PMDB	

1 [ ] Supressiva 2. | | substitutiva [x] modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, à redação do Art. 25 da MP 446/08, o seguinte teor:

"Art. 25 - Para efeito do disposto nos arts. 23 e 24, considera-se receita bruta operacional, aquela proveniente da prestação de serviços.

JUSTIFICATIVA

Toda a sistemática da substituição da prestação de serviços assistenciais, para que a Entidade Beneficente possa vir a gozar da isenção tributária decorrente de sua certificação como tal, pela chamada gratuidade deve ter como base de cálculo a receita bruta operacional da referida pessoa jurídica de direito privado, pois essa é que significa, realmente, o total do ganho remuneratório do universo assistencial ofertado pela beneficente.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00147

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT - PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	26			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 26 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

"Art. 26. O órgão competente para emissão da certificação deverá zelar pelo cumprimento das condições que ensejaram a certificação da entidade como beneficente de assistência social, cabendo-lhes confirmar que tais exigências estão sendo atendidas quando da renovação do pedido de certificação.

Parágrafo único. O requerimento de renovação da certificação deverá ser protocolizado até a data de seu vencimento, conforme constante no próprio documento."

JUSTIFICAÇÃO:

A emenda altera a responsabilidade pelo dever de zelo no cumprimento das condições que propiciaram a certificação, retirando esta atribuição, tendo em vista emenda anteriormente apresentada. Ao mesmo tempo, a emenda altera o parágrafo único, para retirar a descabida exigência de protocolo em prazo anterior ao vencimento da certificação, pois entendemos que aí tem início as confusões que levaram o então Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ao déficit estrutural na análise dos pedidos de concessão e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Ademais, soa estranho exigir a renovação de um documento que ainda possui validade por mais seis meses.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00148

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	26			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 26, da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26 Os **órgãos** referidos nos incisos I a III do art. 22 deverão zelar pelo cumprimento das condições que ensejaram a certificação da entidade como beneficente de assistência social, cabendo-lhes confirmar que tais exigências estão sendo atendidas quando da renovação do pedido de certificação.

Justificativa

A participação efetiva da sociedade, como legítima e principal financiadora do país passou desde a promulgação da Constituição de 1988, a ser valorizada e percebida como de fundamental importância para a construção de uma nação socialmente justa e de uma Administração Pública marcada pelo controle social como requisito de transparência no trato do dinheiro do povo.

Neste sentido, a legislação infraconstitucional prevê a criação dos Conselhos normatizadores, avaliadores, e fiscalizadores das políticas públicas, com participação proporcional de entes governamentais e de representantes da sociedade. Portanto, não se justifica que tais competências sejam retiradas quando se trata de conceder benefício fiscal a entidades privadas que atuem nas áreas de saúde, educação e assistência social

Entendemos ser imprescindível a participação dos Conselhos Nacionais de Saúde, Educação e Assistência Social (CNS, CNE e CNAS) em todas as fases relativas ao processo de certificação e renovação de entidade beneficente que atue nessas áreas, com poder de deliberação, e não apenas com o papel de acompanhar e fiscalizar o processo.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

00149

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
11/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Arnaldo Faria de Sá PTB	337

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [ ] modificativa 4. [X] aditiva 5. [ ] Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 27	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA ADITIVA

Dê-se, à redação do artigo 27 da Medida Provisória nº 446, de 2008, a seguinte teor:

"Artigo 27. Constatada, a qualquer tempo, a inobservância de exigência estabelecida neste Capítulo, o Ministro de Estado competente promoverá o cancelamento da certificação concedida, que terá efeito a partir da publicação do respectivo ato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, inclusive garantida a faculdade de interposição, no prazo de 30 dias dessa publicação, de pedido de reconsideração, com efeito suspensivo, formulado pela interessada, ao mesmo Ministro."

JUSTIFICATIVA

Como corolário do princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, tendo em vista a importância do ato ministerial indicado neste artigo, há necessidade de estabelecer-se um juízo revisional, com efeito suspensivo, para a mesma autoridade que o prolatou.

Este é o objetivo da oferta da presente emenda parlamentar.

PARLAMENTAR

ARNALDO FARIA DE SÁ
Deputado Federal – São Paulo

MPV - 446

00150

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT - PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. [X] Modificativa 4. [ ] Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	27			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 27 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação e parágrafos:

"Art. 27. Constatada, a qualquer tempo, a inobservância de exigência estabelecida neste Capítulo será cancelada a certificação, previamente assegurado o contraditório e a ampla defesa, na forma do Capítulo IV.

JUSTIFICAÇÃO:

A emenda tem por objetivo dissipar dúvidas no sentido do momento em que o cancelamento da certificação ocorre, ou seja, somente após o devido processo legal. Assim, o cancelamento não poderá ocorrer antes que a entidade possa se manifestar.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00151

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
16/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT-PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	27			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 27 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

"Art. 27. Constatada, a qualquer tempo, a inobservância de exigência estabelecida neste Capítulo será cancelada a certificação, previamente assegurado o contraditório e a ampla defesa, na forma do Capítulo IV."

JUSTIFICAÇÃO:

A emenda tem por objetivo dissipar dúvidas no sentido do momento em que o cancelamento da certificação ocorre, ou seja, somente após o devido processo legal. Assim, o cancelamento não poderá ocorrer antes que a entidade possa se manifestar.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS 00152

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 X Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 8	Art. 28	Parágrafo	Inciso VI	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do Art. 28 da MP o inciso VI, renumerando-se os seguintes.

JUSTIFICAÇÃO

Já existe um grande número de dispositivos legais que tratam de certidões de regularidade fiscal, regulando circunstâncias de toda ordem que limitam a administração não só do Terceiro Setor como de toda pessoa jurídica, sendo redundância fazer constar o referido inciso.

Ademais, utilizando-se analogicamente o disposto na Súmula 323 do STF, resta impossibilitado o Órgão da Administração, seja ele fiscal ou fiscalizador, de exigir a apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa para deferir pedido ali formulado, pois configura verdadeira coação ao contribuinte para que este pague seus tributos – cobrança indireta. Existe, na legislação tributária pátria, a forma de cobrança dos tributos, não podendo assim, o Ente Tributário ou qualquer Órgão inovar na cobrança por meio de coação ao Contribuinte – ameaça de indeferir pedido de renovação do CEBAS.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00153

Data: 13/11/2008	Proposição: Medida Provisória N.º 446/2008
Autor: Deputado DR. UBIALI – PSB/SP	N.º Prontuário:

1. [X] Supressiva 2. [ ] Substitutiva 3. [ ] Modificativa 4. [ ] Aditiva 5. [ ] Substitutiva/Global

Página: 1/1	Artigo: 28	Parágrafos.:	Inciso: VI	Alínea:

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Suprima-se o inciso VI do art. 28 da MP 446/2008.

JUSTIFICATIVA

É bem sabido e consabido que a área da Seguridade Social e da filantropia a ela ligada é extremamente sensível. E isto por diversos fatores: seja porque o Estado, deliberadamente, abdica de considerável arrecadação tributária, de modo a verdadeiramente coadjuvar as diversas pessoas jurídicas que se dedicam a atividades de filantropia e benemerência, seja porque a certificação de tais atividades é problema dos mais complexos, sobretudo, após a divulgação pela imprensa nacional e local de diversas fraudes ocorridas no âmbito do Conselho Nacional de Assistência Social. Assim, vem em boa hora a citada MP ao rever toda a sistemática da certificação das entidades beneficentes que atuam nas áreas de assistência social, saúde e educação, contribuindo com o Estado para a melhoria dessas estratégicas áreas. Todavia, cremos que a mencionada MP merece alguns aperfeiçoamentos, como o que ora se propõe: sabemos a exigência de certidão de regularidade fiscal com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a par de representar, aparentemente, algo salutar, pode, no entanto, na concretude dos fatos da vida, produzir terríveis injustiças. De fato, uma empresa ou uma entidade que esteja discutindo o seu débito judicial ou administrativamente, precisamente porque tal débito, para o Fisco, continua "em aberto", não consegue obter a sua certidão de regularidade fiscal, senão recorrendo ao Judiciário para que este determine expressamente a emissão dessa certidão pelo Fisco. Essa é apenas uma das miríades de situações que ocorrem todos os dias pelas quais as entidades de beneficência e, de resto, todas as demais pessoas jurídicas do País, passam para conseguir a sua certidão. Por tudo isso, não se mostra razoável tal exigência escorchante. Por isso, submetemos a presente emenda aos nobres Pares, esperando a sua aprovação.

Assinatura

MPV - 446

00154

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT - PR	

1 [X] Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	28 a 31			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se os arts. 28, 29, 30 e 31 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, renumerando-se o Capítulo seguinte.

JUSTIFICAÇÃO:

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 195, § 7º estabelece:

"Art. 195. (...)

§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei." (Grifo nosso).

Conforme ensinamento de doutrinadores pátrios, de forma inapropriada, o artigo 195 trouxe a expressão isenção quando na verdade se trata de imunidade.

Sendo imunidade, trata-se de uma limitação ao poder de tributar, e, então, sujeita à regra prevista no artigo 146, inciso II, da Constituição Federal, que preceitua:

" Art. *146. Cabe à lei complementar:*

...

II. regular as limitações constitucionais ao poder de tributar...

Logo, quando o artigo 195 afirma que para a isenção é necessário cumprir as exigências estabelecidas em Lei, esta Lei é Complementar e não Ordinária.

Em face do entendimento, a presente Medida Provisória não pode tratar da questão, e sendo assim, a isenção prevista no Artigo 1º, bem como disciplinada nos artigos do Capítulo III (artigos 28, 29, 30, e 31), deve ser suprimida do texto da Medida Provisória, tendo em vista o que dispõe o art. 62, § 1º, III, verbis:

"Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º. È vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

...

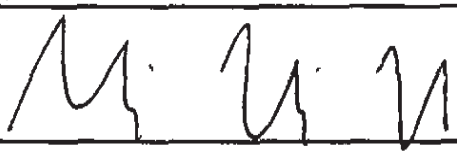
III – reservada a lei complementar."

Neste sentido esclarece o doutrinador pátrio Leandro Paulsen:

> ***"Quando a CF, ao tratar de uma limitação ao poder de tributar remete aos termos da "lei" simplesmente. Interpretação harmônica com o art. 146, II, da CF.*** *É a situação com que nos deparamos na análise dos arts. 150, VI, c, 153, § 2º, II,* ***195, § 7º*** *da CF. Tenho que, nesses casos,* ***inobstante a referência genérica à "lei", impõe-se a utilização de lei complementar*** *forte na interpretação sistemática do Capítulo do Sistema Tributário e na inafastabilidade da incidência deste art. 146, inciso II, da CF.* ***Note-se , aliás, que não faria o menor sentido deixar no arbítrio do legislador ordinário, que está submetido às limitações ao poder de tributar, regulá-las e, com isso, poder reduzi-las e.g. criando requisitos exagerados para o gozo de imunidades.*** *Necessariamente, as limitações ao poder de tributar têm de ser reguladas por lei complementar de cunho nacional que vincule as esferas tributantes. Esta é a posição dominante na doutrina e manifestada pelo Supremo."* Continua o autor afirmando que conforme o ***STF: "A regulação de limitações ao poder de tributar exige sempre lei complementar.*** *O Supremo Tribunal Federal tem firmado posição justamente nesse sentido de que as limitações ao poder de tributar só podem ser reguladas por lei complementar, sendo que* ***da referência singela à "lei",*** *como nos casos do art. 150, VI, da CF,* ***não se pode tirar conclusão conflitante com o art. 146, II, da CF..."*** (PAULSEN, Leandro. *Direito Tributário.* 2ª ed. revisada e ampliada, Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2000, pg. 69).

Dessa forma, havendo a exigência de Lei Complementar, os requisitos estão restritos ao Código Tributário Nacional, não podendo ser tratados por matéria ordinária, como ocorre com a presente Medida Provisória.

PARLAMENTAR



MPV - 446

00155

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

Autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi / PMDB	

1 [X] Supressiva 2. [ ] substitutiva [ ] modificativa 4. [ ] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 28	Parágrafo	Inciso VI	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUPRESSIVA

Art. 28

~~VI - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à dívida ativa da União, certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e de regularidade em face do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;~~

JUSTIFICATIVA:

A exclusão deste inciso decorre de que é cada vez mais comum situações em que, por erro da Secretaria da Receita Federal do Brasil, são apontadas pendências fiscais inexistentes, o que exigiria do contribuinte ingressar com medida judicial para provar sua condição de adimplente e, apenas posteriormente, buscar a isenção da contribuição previdenciária. Somado a isso, o Supremo Tribunal Federal e as demais cortes judiciais já pacificaram que não é facultada a exigência de documentos de contribuintes como forma de coação para pagamento de tributos, sob pena de afronta o princípio da ampla defesa e do contraditório, constitucionalmente garantidos pelo artigo 5°, inciso LV, da Carta da República.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00156

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi PMDB	

1 [X] Supressiva 2. [ ] substitutiva [ ] modificativa 4. [ ] aditiva 5. [ ] Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 28	Parágrafo	Inciso V	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso V do artigo 28 da MP 446:

~~V - não seja constituída com patrimônio individual ou de sociedade sem caráter beneficente;~~

JUSTIFICATIVA:

A exclusão deste inciso decorre do fato de que as fundações, por lei (art. 62 do Código Civil), podem ser constituídas com patrimônio (bens livres) individual ou de sociedade sem caráter beneficente, sem que isso a descaracterize com entidade sem fins econômicos.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00157

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
11/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Arnaldo Faria de Sá PTB	337

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Substitua-se, na redação do artigo 28 da Medida Provisória nº 446, de 2008, a palavra "contribuições" pela de "tributos", mantendo-se o restante de seu teor.

JUSTIFICATIVA

Deve-se substituir a palavra "contribuições", constante da redação do artigo 28 da Medida Provisória em exame, para "tributos", em virtude da necessidade de adequação técnica às modificações relativas à Reforma Tributária, na qual se pretende ver extintas as contribuições sociais referentes ao PIS/PASEP e a COFINS, bem como o Salário Educação, por um novo Tributo denominado IVA-F (Imposto sobre Valor Agregado Federal), que será um dos financiadores da seguridade social. Para tanto, sabe-se que estão enquadrados na categoria de tributos não apenas as contribuições sociais, mas também os impostos, contribuições de melhoria e taxas em geral, motivo pelo qual a adequação legislativa ora proposta tem sua razão de ser.

PARLAMENTAR

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo

MPV - 446

00158

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 14 /11/2008	Proposição: Medida Provisória nº 446
Autor: Deputado Renato Molling PP/RS	Nº do Prontuário

☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☑ Modificativa ☐ Aditiva ☐ Substitutiva Global ☐

Artigo:	Parágrafo:	Incisos:	Alínea:	

Altere-se o Inciso VI e X do Artigo 28:

VI – apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débito relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à divida ativa da União e Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

X – conserve em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como os atos ou operações realizados que venham a modificar sua situação patrimonial;

JUSTIFICAÇÃO

A supressão da certidão do CADIN, por meio desta emenda, se faz necessária por dirigir-se especificamente ao Setor Público Federal, enquanto as entidades beneficente são do setor privado, bem como constata-se que tal certificação seguidamente tem gerado problemas sérios sem que haja participação ou inadimplência de parte da entidade.

De outro lado, entende-se como suficiente as comprovação de negativas dos tributos federais da SRFB e do FGTS, que praticamente englobam todos os tributos.

A redução do prazo de 10 anos para 5 anos, também se faz necessária para adequar ao entendimento jurisprudencial, da mesma forma que é o prazo previsto no CTN e o entendimento majoritário do STJ.

Assinatura:

MPV - 446

00159

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 8	Art. 28	Parágrafo	Inciso X	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

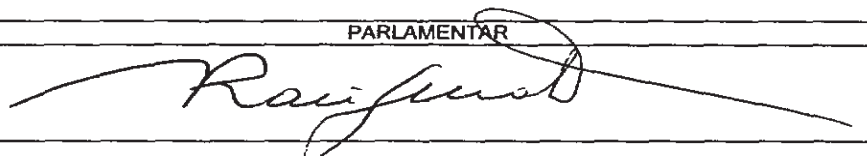
Art. 28.....

X – conserve em boa ordem, **pelo prazo de cinco anos,** contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como os atos ou operações realizados que venham a modificar sua situação patrimonial:

JUSTIFICAÇÃO

Esse prazo deve ser reduzido para 05 anos, para adequar-se ao disposto na Súmula Vinculante 08/08 do Supremo Tribunal Federal, assim como à declaração de inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da lei nº 8.212/91 pelo STF (RE 552710/SC, RE 560.115/PR, RE 456.750/SC , RE 540/704/RS. RE 552/710/SC, RE 552757/RS, RE 552.824/PR, RE 559.991/SC, etc.) o Fisco somente dispõe de 05 anos para a apuração, constituição e cobrança dos créditos previdenciários.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446

00160

Data: 13/11/2008	**Proposição: Medida Provisória N.º 446/2008**
Autor: Deputado DR. UBIALI – PSB/SP	**N.º Prontuário:**

1. ___ Supressiva 2. ___ Substitutiva 3. X Modificativa 4. ___ Aditiva 5. ___ Substitutiva/Global

Página: 1/1	**Artigo: 14**	**Parágrafos: 1º e 2º**	**Inciso:**	**Alínea:**

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Altere-se a redação do art. 28, X da MP 446/2008, o seguinte § 3º, com o seguinte teor:

"Art. 28. .....

X – conserve, em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como os atos e operações realizados que venham a modificar sua situação patrimonial".

JUSTIFICATIVA

A redação original do citado dispositivo legal consignava que a entidade deveria manter em boa guarda todos os documentos comprobatórios de sua situação pelo prazo de 10 anos. Ocorre que, acaso haja alguma irregularidade na situação cadastral dessa mesma entidade, a Administração Tributária, por recente decisão do Eg. Supremo Tribunal Federal, dispõe do prazo de cinco anos para lançar e outros cinco para cobrar, fato público e notório. Ora, se isto é verdade, deve sê-lo que a empresa não tem obrigação para guardar seus documentos por prazo superior àquele de que a Administração Tributária dispõe para lançar eventuais contribuições. Por isso, submetemos a presente emenda aos nobres Pares, esperando a sua aprovação.

Assinatura

MPV - 446

00161

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 14/11/2008	Proposição: MP 446/2008
Autor: Senador Francisco Dornelles - PP	Nº Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva Global

Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

TEXTO

Acrescente-se ao artigo 28, da MP 446/2008, os § 1º, § 2º e § 3º, com a seguinte redação:

"Art. 28. .....

.....

§ 1º A entidade beneficente que atender aos requisitos do presente artigo, poderá requerer que o pagamento das contribuições previdenciárias seja efetuado alternativamente através da concessão de bolsa de estudos postas à disposição do Ministério da Educação, nos campos específicos de suas especialidades, valorizando-se as bolsas para efeito de compensação na base de 80% do valor médio cobrado de alunos pagantes em cada um dos cursos considerados na compensação.

§ 2º – A extinção do crédito tributário pela compensação prevista no § anterior se regerá pelas mesmas normas do art. 74 da Lei 9430 com a redação que lhe deu o art. 49 da Lei 10.637/02.

§ 3º - As instituições que atenderem ao disposto no presente artigo, terão seus débitos de natureza tributária atualizados pela aplicação da taxa de juros de longo prazo, TJLP, e poderão parcelar os débitos relativos a tributos administrados pela SRF vencidos até a data da vigência da presente Medida Provisória em até 180 meses, aplicando-se o pagamento às normas do parágrafo precedente."

JUSTIFICAÇÃO

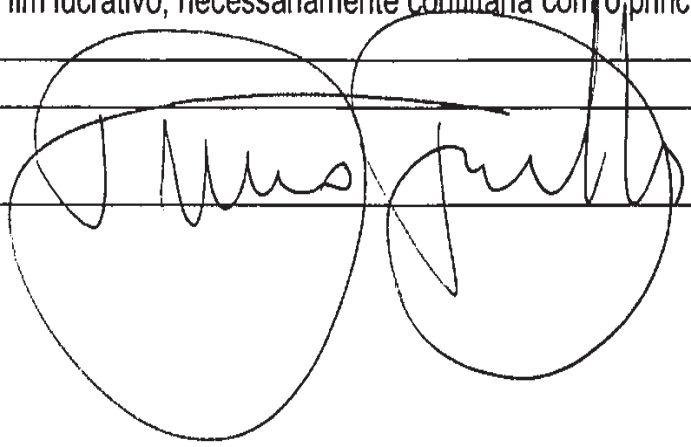
As entidades beneficiadas pela presente MP são apenas aquelas que são beneficiadas por imunidade concedida aos amparo do art. 150.6.C da Constituição Federal, ou seja, que não tenham finalidade lucrativa, não distribuam resultado, ou remunerem administradores, requisitos que estão referidos no art. 28 da Medida Provisória. É inquestionável que exerçam função pública na área de ensino, assistência social e saúde e, se não forem atendidas, teria de sê-lo

pelo poder público, que suportaria os custos decorrentes. A Emenda objetiva assegurar:

a) A possibilidade de quitar alternativamente os tributos devidos no regime de compensação, pela utilização de bolsas, postos à disposição das autoridade pública federal, que serão valorizadas com uma redução de 20% do seu custo real.

b) Condições mais favoráveis para pagamento de seus créditos tributários, já que a aplicação dos mesmos indexadores que regem o pagamento para sociedades comerciais ou financeiras com fim lucrativo, necessariamente conflitaria com o princípio de isonomia.

Assinatura



MPV - 446

00162

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva **3. X Modificativa** 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 8	Capítulo III	Parágrafos	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Substitua-se no Capítulo III a expressão "DA ISENÇÃO" por "Da IMUNIDADE".

JUSTIFICAÇÃO

Necessidade de revisão do termo "isenção" e sua troca para o termo "imunidade", uma vez que o Supremo Tribunal Federal, por jurisprudência pacífica, entende que o benefício veiculado no § do art. 195 da CF/88 institui verdadeira **garantia de imunidade,** e não de isenção. Nesse sentido, citam-se os seguintes julgados da Suprema Corte: *RMS nº 22.192/DF, 1ª Turma, Unânime, Rel. Min. Celso Mello, DJU 19.12.1996; RMS nº 22.360/DF, 1ª Turma, Unânime, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJU 23.02.1996; ADIn' nº 2.028-5/DF e 2.036-6/DF, Medida Liminar, Rel. Min. Moreira Alves. Unânime, DJU 16.06.2000; ADIn nº 2.545-7/DF, Medida Liminar, Rel. Ellen Gracie, Unânime, DJU 07.02.2003; AC-QO nº 1663/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, Unânime, DJU 17.08.2007, AC-QO nº 1426/RS, 2ª Turma, rel. Min. Celso de Mello, Unânime, DJU 17.11.2006; RE-AgR 42881/AM, 1ª Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Unânime, DJU 24.06.2005; AC-QO nº 392/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, Unânime, DJU 27.05.2005; AC-QO nº 271/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Carlos Britto, Unânime, DJU 11.02.2005; MI nº 605/RJ, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ilmar Galvão, Unânime, DJU 25.08.2008; MI nº 232/RJ, Tribunal Pleno, Rel. Min. Moreira Alves, DJU 27.03.1992*, dentre inúmeras outras decisões.

PARLAMENTAR

EMENDA MODIFICATIVA

MPV - 446

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 446, de 2008

00163

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.

Dê-se nova redação aos incisos VI e X do art. 28 da MP 446:

Art.28.....

.....

VI – apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débito relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à divida ativa da União e Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

.....

X - conserve em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como os atos ou operações realizados que venham a modificar sua situação patrimonial;

.....

Justificação

A supressão da certidão do CADIN se faz necessária por esta dirigir-se mais especificamente ao Setor Público Federal e as entidades beneficentes são do setor privado, bem como tal certificação seguidamente tem gerado problemas sérios sem que haja participação ou inadimplência de parte da entidade.

De outro lado, havendo negativas dos tributos federais da SRFB e do FGTS, que praticamente englobam todos os tributos, entende-se como suficiente.

A redução do prazo de 10 anos para 5 anos, também se faz necessária para adequar ao entendimento jurisprudencial, da mesma forma que é o prazo previsto no CTN e o entendimento majoritário do STJ.

Sala das Sessões, em de novembro de 2008.



Deputado Beto Albuquerque
PSB/RS

MPV - 446

00164

MEDIDA PROVISÓRIA Nº446, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

(Do Sr. Marcelo Itagiba-PMDB/RJ)

Acresça-se o seguinte inciso XIII ao art. 28 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, fazendo o devido ajuste de redação nos incisos XI e XII:

"Art. 28.....

XIII - não tenha tido suas contas rejeitadas por Tribunal de Contas." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com a atual redação do art. 1º da Medida Provisória nº 446, a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços

nas [illegible] saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Medida Provisória.

No entanto, parece não ser o bastante os requisitos ou restrições constantes do Capítulo III, Seção I, da Medida Provisória, razão pela qual, em prol da moralidade pública, apresento a presente emenda aditiva para que não façam jus à certificação, as entidades que tenham tido suas contas rejeitadas por Tribunal de Contas, o que por si só, demonstra temeridade na certificação.

Assim sendo, solicito apoio para aprovar a presente emenda aditiva.

Brasília-DF, 14 de novembro de 2008.

Marcelo Itagiba

Deputado Federal (PMDB-RJ)

MPV - 446

00165

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	Proposição
17/11/2008	Medida Provisória nº 446/08

autor	nº do prontuário
ARNALDO FARIA DE AS PTB/SP	337

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao Art. 28 o inciso XIII e suas alíneas:

Art. 28. A entidade beneficente certificada na forma do Capítulo II fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

XIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado junto aos Conselhos Regionais de Contabilidade.

a) Estão desobrigadas da auditagem as entidades que tenham auferido receita bruta igual ou inferior a R$ 2.319.337,53 (dois milhões, trezentos e dezenove mil, trezentos e trinta e sete reais e cinqüenta e três centavos);
b) Será exigida auditoria por auditores legalmente habilitados no Conselho Regional de Contabilidade, quando a receita bruta auferida pela entidade for superior a R$ 2.319.337,54 (dois milhões, trezentos e dezenove mil, trezentos e trinta e sete reais e cinqüenta e quatro centavos) e inferior a R$ 4.638.675,08 (quatro milhões, seiscentos e trinta e oito mil, seiscentos e setenta e cinco reais e oito centavos);
c) Será exigida auditoria por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando a receita bruta auferida pela entidade for superior a R$ 4.638.675,08 (quatro milhões, seiscentos e trinta e oito mil, seiscentos e setenta e cinco reais e oito centavos).

Justificativa: A Auditoria Independente se constitui em fundamental elemento de controle externo e social dos recursos financeiros e patrimoniais administrados pelas entidades que usufruem de isenções tributárias, recebem recursos da coletividade, bem como daquelas que firmam parcerias com poder público, recebendo auxílios, subvenções, donativos ou outras formas de verbas.
As entidades detentoras de certificações públicas recebem expressivas doações de valores de pessoas físicas e jurídicas, para que apliquem em seus fins e, que posteriormente deduzem de suas Declarações de Ajuste de Imposto de Renda.Tais recursos se constituem em recursos da Fazenda Pública sob gestão dessas entidades.
Ainda, diversas outras certificações públicas (OSCIP,OS) já estabelecem tal obrigatoriedade, bem como as entidades portadoras do Certificado de Entidade Beneficente da Assistência Social, expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social –CNAS, estão submetidas a esta exigência desde o exercício de 1998.
Estes valores estão atualizados conforme RESOLUÇÃO Nº 47, DE 15 DE MARÇO DE 2007, do CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00166

Data	Proposição
17/11/2008	Medida Provisória nº 446/08

Autor	nº do prontuário
Deputado Federal Lelo Coimbra PMDB	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Aditiva

Acrescente-se o inciso XIII e alíneas ao Art. 28 da Medida Provisória nº 446, de 07 de novembro de 2008:

Art. 28. A entidade beneficente certificada na forma do Capítulo II fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, *cumulativamente, aos seguintes requisitos:*

XIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado junto aos Conselhos Regionais de Contabilidade.

a) Estão desobrigadas da auditagem as entidades que tenham auferido receita bruta igual ou inferior a R$ 2.319.337,53 (dois milhões, trezentos e dezenove mil, trezentos e trinta e sete reais e cinqüenta e três centavos);
b) Será exigida auditoria por auditores legalmente habilitados no Conselho Regional de Contabilidade, quando a receita bruta auferida pela entidade for superior a R$ 2.319.337,54 (dois milhões, trezentos e dezenove mil, trezentos e trinta e sete reais e cinqüenta e quatro centavos) e inferior a R$ 4.638.675,08 (quatro milhões, seiscentos e trinta e oito mil, seiscentos e setenta e cinco reais e oito centavos);
c) Será exigida auditoria por auditores independentes registrados no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quando a receita bruta auferida pela entidade for superior a R$ 4.638.675,08 (quatro milhões, seiscentos e trinta e oito mil, seiscentos e setenta e cinco reais e oito centavos).

Justificativa

A Auditoria Independente se constitui em fundamental elemento de controle externo e social dos recursos financeiros e patrimoniais administrados pelas entidades que usufruem de isenções tributárias, recebem recursos da coletividade, bem como daquelas que firmam parcerias com poder público, recebendo auxílios, subvenções, donativos ou outras formas de verbas.

As entidades detentoras de certificações públicas recebem expressivas doações de valores de pessoas físicas e jurídicas, para que apliquem em seus fins e, que posteriormente deduzem de suas Declarações de Ajuste de Imposto de Renda. Tais recursos se constituem em recursos da Fazenda Pública sob gestão dessas entidades.

Ainda, diversas outras certificações públicas (OSCIP,OS) já estabelecem tal obrigatoriedade, bem como as entidades portadoras do Certificado de Entidade Beneficente da Assistência Social, expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social –CNAS, estão submetidas a esta exigência desde o exercício de 1998.

Estes valores estão atualizados conforme RESOLUÇÃO Nº 47, DE 15 DE MARÇO DE 2007, do CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

17/11/2008

Parlamentar

MPV - 446

00167

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi / PMDB	

1 [X] Supressiva 2. [ ] substitutiva [ ] modificativa 4. [] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 28	Parágrafo	Inciso X	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se a redação do inciso X do artigo 28 da MP 446:

X - conserve em boa ordem, pelo prazo de **cinco** anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como os atos ou operações realizados que venham a modificar sua situação patrimonial;

JUSTIFICATIVA:

A alteração é justificável para adequação à Súmula Vinculante 08/08 do Supremo Tribunal Federal.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00168

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

Autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi - PMDB	

1 [X] Supressiva 2. [ ] substitutiva [ ] modificativa 4. [ ] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 28	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescenta parágrafo único ao artigo 28

Parágrafo único – Excluem-se do requisito expresso no inciso II deste artigo os profissionais contratados para as funções executivas operacionais, de acordo com a legislação trabalhista vigente.

JUSTIFICATIVA:

A inclusão deste parágrafo decorre da necessidade de se evitar interpretações distintas quanto a remuneração de direções executivas operacionais, não às confundindo com as direções voluntárias estatutariamente previstas.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00169

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
11/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Arnaldo Faria de Sá PTB	337

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 30	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Substitua-se, na redação do artigo 30 da Medida Provisória nº 446, de 2008, a expressão "das contribuições sociais" pela expressão "dos tributos", mantendo-se o restante de seu teor.

JUSTIFICATIVA

Deve-se substituir a expressão "das contribuições sociais", constante da redação do artigo 30 da Medida Provisória em exame, para a expressão "dos tributos", em virtude da necessidade de adequação técnica às modificações relativas à Reforma Tributária, na qual se pretende ver extintas as contribuições sociais referentes ao PIS/PASEP e a COFINS, bem como o Salário Educação, por um novo Tributo denominado IVA-F (Imposto sobre Valor Agregado Federal), que será um dos financiadores da seguridade social. Para tanto, sabe-se que estão enquadrados na categoria de tributos não apenas as contribuições sociais, mas também os impostos, contribuições de melhoria e taxas em geral, motivo pelo qual a adequação legislativa ora proposta tem sua razão de ser.

PARLAMENTAR

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo

MPV - 446

00170

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 14/11/2008	Proposição: MP 446/2008
Autor: Senador Francisco Dornelles - PP	Nº Prontuário:

1.☐ Supressiva 2.☐ Substitutiva 3.☒ Modificativa 4.☐ Aditiva 5.☐ Substitutiva Global

Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

TEXTO

Dê-se ao artigo 30, da MP 446/2008, a seguinte redação:

"Art. 30 O direito de isenção às contribuições sociais será exercido pela entidade a contar da data em que o requerer à autoridade competente, desde que atendidas as demais condições previstas na presente Medida Provisória."

JUSTIFICAÇÃO

O ato que defere o enquadramento da sociedade nos benefícios da presente Medida Provisória é de natureza declaratória e assim, seus efeitos retroagem a data em que se formulou o requerimento em que foi pleiteado o benefício. A Emenda procura tornar claro este benefício.

Assinatura

MPV - 446

00171

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	30			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 30, da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30 O direito à isenção das contribuições sociais poderá ser exercido pela entidade a contar da data da sua certificação, desde que atendidas as disposições da Seção I deste Capítulo.

Justificativa

O objetivo desta emenda é alterar a redação do art. 30, suprimindo a expressão **"pela autoridade competente"**, posto a redundância de tal especificação, já que se houve a certificação, obviamente que essa foi concedida por autoridade competente .

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

00172

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446 DE 2

EMENDA MODIFICATIVA

Alterar o caput do art. 32, passando a ter a seguinte redação:

Art. 32. Da decisão que indeferir o requerimento para concessão ou renovação de certificação e da decisão que cancelar a certificação caberá recurso por parte da entidade interessada, que terá efeito suspensivo, na forma definida em regulamento, no prazo de trinta dias contados da publicação da decisão.

JUSTIFICAÇÃO

Há necessidade de dar ao recurso efeito suspensivo para, permitindo assim que o Ministério responsável tenha interesse de julgar o processo com maior rapidez. Por outro lado, não haverá nenhum prejuízo ao Poder Público, e ao mesmo tempo não criaria uma insegurança jurídica para entidade beneficente de assistência social.

Sala da Comissão, em ..... de .....

DEPUTADO Waldir Maranhão
PP/MA

MPV - 446

00173

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, 07 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
DEPUTADO LOBBE NETO PSDB	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3.X modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao *caput* do art. 32 a seguinte redação:

Art. 32. Da decisão que indeferir o requerimento para concessão ou renovação de certificação e da decisão que cancelar a certificação caberá recurso por parte da entidade interessada, que terá efeito suspensivo, na forma definida em regulamento, no prazo de trinta dias contados da publicação da decisão.

JUSTIFICAÇÃO

Há necessidade de dar ao recurso efeito suspensivo para, permitindo assim que o Ministério responsável tenha interesse de julgar o processo com maior rapidez. Por outro lado, não haverá nenhum prejuízo ao Poder Público, e ao mesmo tempo não criaria uma insegurança jurídica para entidade beneficente ~~de~~ assistência social.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00174

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
DEPUTADO ÁTILA LIRA - PSB	109

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Alterar o caput do art. 32, passando a ter a seguinte redação:

Art. 32. Da decisão que indeferir o requerimento para concessão ou renovação de certificação e da decisão que cancelar a certificação caberá recurso por parte da entidade interessada, que terá efeito suspensivo, na forma definida em regulamento, no prazo de trinta dias contados da publicação da decisão.

JUSTIFICAÇÃO

Há necessidade de dar ao recurso efeito suspensivo para, permitindo assim que o Ministério responsável tenha interesse de julgar o processo com maior rapidez. Por outro lado, não haverá nenhum prejuízo ao Poder Público, e ao mesmo tempo não criaria uma insegurança jurídica para entidade beneficente de assistência social.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00175

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa **4. X Aditiva** 5. ☐ Substitutivo global

Página 9	Art. 32-A e 34	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Capítulo IV - **DOS RECURSOS E DA REPRESENTAÇÃO** os seguintes artigos, e dê nova numeração aos subseqüentes, e altere-se as competências destinadas aos ministérios, no art. 34, atribuindo-se suas competências ao Conselho Recursal do CEBAS:

Art. 32- A - Fica instituído o Conselho Recursal do CEBAS, órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura da Secretaria da Presidência da República, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

§ 1º O Conselho Recursal do CEBAS é composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados, de acordo com os critérios seguintes:

I - 9 (nove) representantes governamentais, sendo três do Ministério da Educação, três do Ministério a Saúde; e três do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

II - 9 (nove) representantes da sociedade civil, escolhidos em foro próprio sob a fiscalização do Ministério Público Federal, sendo três das Entidades e Organizações Prestadoras de Serviços da Saúde, da Educação da Assistência Social, três dos Profissionais representando Trabalhadores da Saúde, da Educação da Assistência Social; e três das Entidades ou Organizações de Usuários da saúde, da educação da assistência social.

§ 2º O Conselho Recursal do CEBAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.

.....

Art. 34 - São atribuições do Conselho Recursal do CEBAS:

I - receber e deliberar sobre recursos da decisão do Ministério que indeferiu o pedido de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social;

II – receber e decidir sobre representações formuladas, nos termos desta MP,

quanto ao cancelamento de certificados de entidade beneficente de assistência social.

III – emitir parecer sobre os regulamentos referidos na presente MP, antes da publicação destes pelo órgão competente, podendo apresentar proposta de mudança aos mesmos.

§ 1° Da decisão proferida pelo respectivo Ministério caberá recurso ao Conselho Recursal do CEBAS no prazo de 30 dias da publicação da decisão em diário oficial.

§ 2° - O funcionamento do Conselho Recursal será descrito em Regimento Interno, e a escolha dos representantes será regulamentado através de Decreto.

§ 3° - A decisão do Conselho Recursal é de última instância administrativa, iniciando os efeitos da mesma na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Torna-se necessária a iniciativa, em promover a inclusão da Emenda proposta no Projeto de Lei que estabelecerá os novos requisitos para a caracterização e certificação das entidades beneficentes de assistência social.

A principal mudança da MP é retirar do Conselho Nacional de Assistência Social a tarefa de certificação das entidades, que ficará a cargo dos Ministérios do Desenvolvimento Social, da Educação e da Saúde, de acordo com o objetivo de cada entidade. Ao ministério da Fazenda ficará encarregado de analisar as isenções fiscais para as entidades.

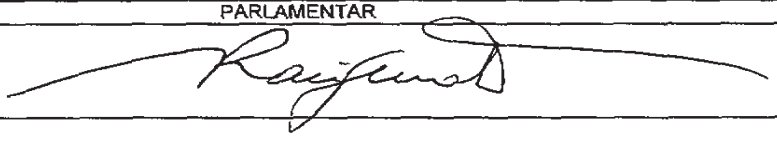
A análise final de Recursos e Representações, seja destinada ao colegiado imparcial e isento, possibilitando que em grau de recurso a análise das matérias seja julgada não só pelas instituições intimamente ligadas e os próprios Ministérios envolvidos, mas, a exemplo da estrutura do Poder Judiciário, sejam as matérias revistas não por uma única visão e sim por todos os envolvidos.

É decorrente do princípio democrático que a decisão final seja dada por conselho julgador, momento em que as matérias podem ser objeto de debates, encontrando-se, muitas vezes, a decisão conciliada que atende melhor ao interesse de todos os envolvidos, resguardando, em especial, o interesse público destas matérias.

Por outro lado, com o Conselho Recursal, tem-se um fórum de discussão pública das matérias, dando a transparência necessária que se espera de um estado democrático e de direito, havendo um compartilhamento de informações, propiciando a transparência dos conteúdos e por conseqüência afasta o comprometimento político que tal ou qual julgamento possa causar aos Ministérios e aos seus representantes.

Por último, a medida dá maior credibilidade à matéria já que evita que o próprio Ministério envolvido julgue recursos ou representações formuladas pelos seus próprios representantes.

PARLAMENTAR



MPV - 446

00176

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
16/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT-PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	33			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 33 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

"Art. 33. Verificada prática de irregularidade na entidade certificada, são competentes para representar, motivadamente, ao órgão competente para emissão da certificação, sem prejuízo das atribuições do Ministério Público:

..."

JUSTIFICAÇÃO:

A emenda altera a remessa das representações, retirando esta atribuição dos Ministérios, na forma proposta pela redação inicial da MP, remetendo esta atribuição ao órgão responsável pela emissão da certificação, na forma de emenda anteriormente apresentada.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00177

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
11/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Arnaldo Faria de Sá PTB	337

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 34	Parágrafo 2º	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao Parágrafo Segundo do Artigo 34 da Medida Provisória nº 446, de 2008, a seguinte redação:

" § 2º Se procedente a representação de que trata o inciso II, a autoridade responsável deverá cancelar a certificação, respeitados os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, e dar ciência do fato à Secretaria da Receita Federal do Brasil."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem o objetivo de fazer respeitar os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

PARLAMENTAR

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00178

Data:	Proposição:
14/11/2008	Medida Provisória nº 446

Autor:	Nº do Prontuário
Deputado Renato Molling PP/RS	

☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☒ Aditiva ☐ Substitutiva Global ☐

Artigo:	Parágrafo:	Incisos:	Alínea:	

Acrescente-se no do Capítulo IV - **DOS RECURSOS E DA REPRESENTAÇÃO** os seguintes artigos, e dê nova numeração aos subseqüentes, e altere-se as competências destinadas aos ministérios, no art. 34, atribuindo-se suas competências ao Conselho Recursos do CEBAS:

Art. 32- A - Fica instituído o Conselho Recursal do CEBAS, órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura da Secretaria da Presidência da República, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

§ 1º O Conselho Recursal do CEBAS é composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados, de acordo com os critérios seguintes:

I - 9 (nove) representantes governamentais, sendo três do Ministério da Educação, três do Ministério a Saúde; e três do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

II - 9 (nove) representantes da sociedade civil, escolhidos em foro próprio sob a fiscalização do Ministério Público Federal, sendo três das Entidades e Organizações Prestadoras de Serviços da Saúde, da Educação da assistência social, três dos Profissionais representando trabalhadores da saúde, da educação da assistência social; e três das entidades ou organizações de usuários da saúde, da educação da assistência social.

§ 2º O Conselho Recursal do CEBAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.

.....

.....

Art. 34 -. São atribuições do Conselho Recursal do CEBAS:

I - receber e decidir sobre recursos da decisão do Ministério que indeferiu o pedido do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social;

Assinatura:

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: /11/2008	Proposição: Medida Provisória nº 446	
Autor: Deputado Renato Molling		Nº do Prontuário

☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☐ Aditiva ☐ Substitutiva Global ☐

Artigo:	Parágrafo:	Incisos:	Alínea:	

II – receber e decidir sobre representações formuladas, nos termos desta lei, quanto ao cancelamento de certificados de entidade beneficente de assistência social.

§ 1° Da decisão proferida pelo respectivo Ministério caberá recurso ao Conselho Recursal do CEBAS no prazo de 30 dias do publicação da decisão em diário oficial.

§ 2° - O funcionamento do Conselho Recursal será descrito em Regimento Interno, e a escolha dos representantes será regulamentado através de Decreto.

§ 3° - A decisão do Conselho Recursal é de última instância administrativa, iniciando os efeitos da mesma na data de sua publicação.

III – emitir opinião sobre os regulamentos referidos na presente Lei, antes da publicação destes pelo órgão competente.

JUSTIFICAÇÃO

Torna-se necessária a iniciativa, em promover a inclusão da Emenda proposta no Projeto de Lei que estabelecerá os novos requisitos para a caracterização e certificação das entidades beneficentes de assistência social.

A principal mudança da MP é retirar do Conselho Nacional de Assistência Social a tarefa de certificação das entidades, que ficará a cargo dos Ministérios do Desenvolvimento Social, da Educação e da Saúde, de acordo com o objetivo de cada entidade. Ao ministério da Fazenda ficará encarregado de analisar as isenções fiscais para as entidades.

Sugerimos, no entanto, que a análise final de Recursos e Representações, seja destinado a colegiado imparcial e isento, possibilitando que em grau de recurso a análise das matérias sejam julgadas não só pelas instituições intimamente ligadas e os próprios ministérios de governo, mas

Assinatura:

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: /11/2008	Proposição: Medida Provisória nº 446
Autor: Deputado Renato Molling PP/RS	Nº do Prontuário

☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☐ Aditiva ☐ Substitutiva Global ☐

Artigo:	Parágrafo:	Incisos:	Alínea:	

sim, a exemplo da estrutura do Poder Judiciário, sejam as matérias revistas não por uma única visão e sim por todos os envolvidos.

É decorrente do princípio democrático que a decisão final e última seja dada por conselho julgador, momento em que as matérias podem ser objeto de debates, encontrando-se, muitas vezes, a decisão conciliada que atende melhor o interesse de todos os envolvidos, resguardando, em especial, o interesse público destas matérias.

Por outro lado, com o Conselho Recursal, tem-se um fórum de discussão pública das matérias, dando a transparência necessária que se espera de um estado democrático e de direito, havendo um compartilhamento de informações, propiciando a evolução dos conteúdos e por conseqüência afasta o comprometimento político que tal ou qual julgamento possa causar aos Ministérios e aos seus representantes

Por último, a medida dá maior transparência à matéria já que evita que o próprio Ministério envolvido julgue recurso ou representação formulada pelos seus próprios representantes.

Assinatura:

MPV - 446

00179

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	33			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 33, da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33 Verificada prática de irregularidade na entidade certificada, são competentes para representar, motivadamente, **ao Conselho Nacional** responsável pela sua área de atuação, sem prejuízo das atribuições do Ministério Público:"

Justificativa

A legislação infraconstitucional prevê a criação dos Conselhos normatizadores, avaliadores, e fiscalizadores das políticas públicas, com participação proporcional de entes governamentais e de representantes da sociedade. Portanto, não se justifica que tais competências sejam retiradas quando se trata de conceder benefício fiscal a entidades privadas que atuem nas áreas de saúde, educação e assistência social

O objetivo desta emenda é confirmar a participação dos Conselhos Nacionais de Saúde, Educação e Assistência Social (CNS, CNE e CNAS) em todas as fases relativas ao processo de certificação e renovação de entidade beneficente que atue nessas áreas, bem como no caso de recursos, com poder de deliberação, e não apenas com o papel de acompanhar e fiscalizar o processo

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00180

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, 07 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
DEPUTADO LOBBE NETO PSDB	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. modificativa 4. X aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte § 4º ao art. 34 da Medida Provisória nº 446, de 07 de novembro de 2008:

Art. 34.....

§ 4º O recurso interposto nos termos deste artigo, terá efeito suspensivo.

JUSTIFICAÇÃO

Há necessidade de dar ao recurso efeito suspensivo para, permitindo assim que o Ministério responsável tenha interesse de julgar o processo com maior rapidez. Por outro lado, não haverá nenhum prejuízo ao Poder Público, e ao mesmo tempo não criaria uma insegurança jurídica para entidade beneficente de assistência social.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00181

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446 DE 2008.

EMENDA ADITIVA

Incluir o § 4º no art. 34, passando a ter a seguinte redação:

Art. 34. Caberá ao Ministério competente:

.....

.....,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,

§ 4º O recurso interposto nos termos deste artigo, terá efeito suspensivo.

JUSTIFICAÇÃO

Há necessidade de dar ao recurso efeito suspensivo para, permitindo assim que o Ministério responsável tenha interesse de julgar o processo com maior rapidez. Por outro lado, não haverá nenhum prejuízo ao Poder Público, e ao mesmo tempo não criaria uma insegurança jurídica para entidade beneficente de assistência social.

Sala da Comissão, em ..... de .....

DEPUTADO Waldir Maranhão
PP/MA

MPV - 446

00182

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
DEPUTADO ÁTILA LIRA - PSB	109

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Incluir o § 4º no art. 34, passando a ter a seguinte redação:

Art. 34. Caberá ao Ministério competente:

§ 4º O recurso interposto nos termos deste artigo, terá efeito suspensivo.

JUSTIFICAÇÃO

Há necessidade de dar ao recurso efeito suspensivo para, permitindo assim que o Ministério responsável tenha interesse de julgar o processocom maior rapidez. Por outro lado, não haverá nenhum prejuízo ao Poder Público, e ao mesmo tempo não criaria uma insegurança jurídica para entidade beneficente de assistência social.

c. PARLAMENTAR

MPV - 446

00183

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
16/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT-PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	34			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 34 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

"Art. 34. Caberá ao órgão competente para emissão da certificação:

..."

JUSTIFICAÇÃO:

Conseqüência da alteração do artigo 33, na forma de emenda anteriormente apresentada, a emenda ajusta a competência decorrente da tramitação do pedido de representação, retirando esta atribuição dos Ministérios, na forma proposta pela redação inicial da MP, remetendo esta atribuição ao órgão responsável pela emissão da certificação.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00184

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	34			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 34, da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 34 Caberá **ao Conselho Nacional** competente:"

Justificativa

A legislação infraconstitucional prevê a criação dos Conselhos normatizadores, avaliadores, e fiscalizadores das políticas públicas, com participação proporcional de entes governamentais e de representantes da sociedade. Portanto, não se justifica que tais competências sejam retiradas quando se trata de conceder benefício fiscal a entidades privadas que atuem nas áreas de saúde, educação e assistência social

O objetivo desta emenda é confirmar a participação dos Conselhos Nacionais de Saúde, Educação e Assistência Social (CNS, CNE e CNAS) em todas as fases relativas ao processo de certificação e renovação de entidade beneficente que atue nessas áreas, bem como no caso de recursos, com poder de deliberação, e não apenas com o papel de acompanhar e fiscalizar o processo

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00185

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

Autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi – PMDB	

1 [X] Supressiva 2. [ ] substitutiva [ ] modificativa 4. [ ] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 34	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescenta parágrafo único ao artigo 34

§ 4o A entidade que tiver inderefida a concessão ou renovação de seu certificado, por não cumprir os precentuais de gratuidade estabelecidos nos arts. 8°, 11 e 14, poderá, antes da decisão final do Ministério competente, complementar a aplicação em gratuidade mediante depósito do valor correspondente, em conta específica do Fundo Nacional de Assistência Social, Estadual ou Municipal, a critério da entidade.

JUSTIFICATIVA:

A inclusão desse parágrafo permite que a entidade não perca a isenção das contribuições usufruídas e corra o risco de prejudicar as atividades assistenciais que desenvolve em benefício da população, complementarmente ao Estado, e garante aos Fundos de Assistência o ressarcimento da contribuição que deixou de ser aplicada em gratuidade.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00186**

data	proposição
	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado LINCOLN PORTELA – PR/MG	

1 x Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 35 da Medida Provisória nº 446 de 2008.

JUSTIFICATIVA

A entidades que possuem o certificado de entidade beneficentes dispõem em seus atos constitutivos as áreas em que pretende atuar, cabendo à própria entidade definir sobre a sua constituição e estruturação, observados o princípio e o dispositivo constitucional da livre associação.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 2008.

PARLAMENTAR

Deputado ***LINCOLN PORTELA*** **PR/MG**

MPV - 446

00187

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 2008

Autor	Nº do prontuário
Deputado Eduardo Barbosa - PSDB	230

1 (X) Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
	35			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 35.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo deverá ser suprimido na íntegra para evitar interferência na gestão das entidades, violando, assim, o artigo 5º, inciso XVIII, da Constituição Federal.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00188**

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1. X Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 10	Art. 35	Parágrafos §§ 1º, 2º e 3º	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 35 da medida provisória:

JUSTIFICAÇÃO

Tanto o caput como também os §§§ 1º, 2º e 3º desse art. 35 devem ser suprimidos por diversos motivos, principalmente pela flagrante inconstitucionalidade com a real intenção do legislador constituinte (art. 195, § 7º da CF/88).

Não é lógico que uma entidade beneficente que atue em mais de uma das áreas apontadas no art. 1º dessa MP tenha que ser obrigada a criar uma pessoa jurídica para cada área de atuação, com número de CNPJ próprio para cada uma delas, criando-se, com essa medida, outras entidades e outras pessoas jurídicas dentro de uma entidade ou pessoa jurídica mãe. **Os custos financeiros para essas entidades beneficentes seriam imensos.** Verifica-se que a clara intenção do legislador constintuinte (art. 195, § 7º da CF/88) foi conceder a imunidade tributária das contribuições sociais à entidade beneficente de assistência social **como um todo**, incluindo-e, nesse conceito, todos os seus desmembramentos que possuam a **mesma área de atuação ou áreas diversas.** Desde que a(s) área(s) de atuação da entidade beneficente esteja(m) prevista(s) **em seu estatuto** , não há razão ou fundamentação jurídica suficiente para a adoção dessa medida pela MP.

Ademais, é de fundamental importância relembrar que, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (*RMS nº 22.192/DF, 1º Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 19.12.1996*), o benefício concedido pela CF/88 reveste-se de caráter amplo, abrangendo, na dimensão subjetiva de seus reais beneficiários, **a entidade beneficente de assistência social e todos os seus prolongamentos**, unidos em verdadeira comunhão orgânica sob a **égide de uma mesma personalidade jurídica** - o que permite **qualificá-los como um só**

núcleo específico de imputação de direitos e deveres – e vocacionados, em função de sua **unitária expressão institucional**, a realizar, em ação convergente que apenas visa a favorecer o interesse público, **os mesmos propósitos estatutários**, sem qualquer apropriação de vantagens partilháveis entre aqueles que compõem a sua administração.

Na realidade, á luz da mesma jurisprudência, os desmembramentos **da entidade beneficente de asistência social participam de sua intimidade estrutural e constituem verdadeira longa manus** por cujo intermédio **a entidade beneficente** atua na implementação dos **objetivos institucionais** que justificam a sua própria razão de existir, **independentemente de atuar ela em uma ou mais áreas (educação, saúde e assistência social).**

Desse modo, a real intenção do legislador constituinte foi conceder o benefício tributário em favor **da entidade beneficente de assistência social como um todo,** não se adstringindo, em consequência, apenas aos estabelecimentos por esta mantidos na mesma área de atuação do favor *juris* em referência. Ao contrário, a prerrogativa concedida pela lei – e hoje derivada de norma constitucional expressa (CF, art. 195, § 7º) – estende-se **à entidade beneficente de assistência social e a todos os seus estabelecimentos** , independentemente da entidade beneficente atuar em uma ou mais áreas.

O benefício constitucional regulamentado pela lei deve se adequar ao real espírito do legislador constituinte, **devendo se estender a todos os seus estabelecimento que atuem somente em uma área ou que atuem em mais áreas (saúde, educação e assistência social), independentemente de terem que esses órgãos da entidade beneficente que criarem pessoas jurídicas próprias e CNPJ próprios.**

PARLAMENTAR

MPV - 446

00189

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 11/11/2008	Proposição: Medida Provisória nº 446
Autor: Deputado Renato Molling PP/RS	Nº do Prontuário

☑ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☐ Aditiva ☐ Substitutiva Global ☐

Artigo:	Parágrafo:	Incisos:	Alínea:	

Suprima-se o Art. 35 e seus desdobramentos.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe uma maior liberdade de atuação para as entidades, de modo que possam optar pela forma de organização mais eficiente, cabendo ao poder público estabelecer normas sobre a relação com cada área, sem interferir na sua organização. O artigo 35, na forma como está concebido, impõe a iniciativa particular a criação de pessoas jurídicas por área de atuação. Desconsidera assim as naturezas históricas de centenárias instituições, cujas atuações verifica-se tanto em assistência social quanto em saúde e/ou educação. Determinar pessoas jurídicas distintas implica em divisão de patrimônio, recursos materiais, financeiros, humanos, entre outros, tornando suas atuações limitadas e colocando em risco a continuidade de determinadas áreas de atuação. Especialmente as muitas atividades de Assistência Social deixarão de receber recursos, dada a prática de aplicação nesta política pública, que entidades preponderantemente de saúde ou educação fazem. Milhares, ou milhões, de usuários serão prejudicados se este dispositivo não for incorporado à nova lei.

Assinatura:

MPV - 446

00190

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

Senador Flávio Arns / PT - PR	nº do prontuário

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	35			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 35 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, renumerando-se os artigos seguintes.

JUSTIFICAÇÃO:

O referido artigo exige que se constitua uma pessoa jurídica para cada finalidade – Assistência Social, Saúde e Educação, com número próprio no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, fere frontalmente o artigo 5º, inciso XVII da Constituição Federal, que afirma que *"é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar."*

Ou seja, não se pode limitar a criação de uma associação apenas para um fim determinado, podendo esta ter diversos fins, desde que lícitos. Inconstitucionalidade é mais acentuada ainda sem se tratando das Fundações que, segundo o Ministério Público Estadual do Paraná, não podem ser cindidas. Existe o entendimento de que o patrimônio só pode ser doado no caso de extinção da entidade, sendo que as possibilidades de extinção estão definidas no Código Civil. O patrimônio de uma fundação está atrelado a uma finalidade, e esta finalidade foi definida pelo instituidor. O artigo desvirtua a intenção do instituidor que quis que duas áreas fossem atendidas concomitantemente.

As finalidades de uma fundação NÃO PODEM SER ALTERADAS, porque a fundação não tem vontade, a vontade foi do instituidor, não tem associados.

PARLAMENTAR

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 07/11/2008

MPV - 446

00191

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

(do Senhor Pepe Vargas)

"Suprima-se o artigo 35 da medida provisória 446 de 2008"

Justificativa

Exigir de entidades que atuem em mais de uma área que tenham um CNPJ para cada uma delas é criar problemas de ordem técnica, operacional, que não se justifica, sendo mais eficiente exigir que cada área de atuação registre segregadamente suas ações, sem necessidade de CNPJ distinto.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2008.

PEPE VARGAS
Deputado Federal - PT/RS

MPV - 446

EMENDA SUPRESSIVA

00192

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 446, de 2008

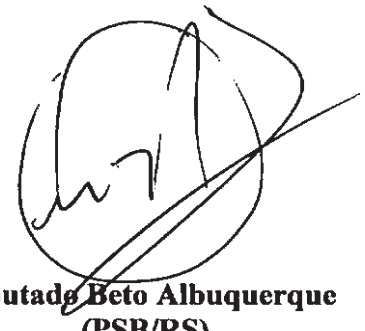
Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.

Suprima-se o artigo 35 da Medida Provisória nº 446/2008.

Justificação

As entidades devem ter a liberdade de optar pela sua organização, cabendo ao poder público estabelecer normas sobre a relação com cada área, mas sem interferir na sua organização. Embora os controles devam ser feito dentro de cada política pública, as entidades que já atuam em mais áreas e prestam relevante serviço na sociedade, devem ter a liberdade de manter sua organização. Especialmente as muitas atividades de Assistência Social deixarão de receber recursos, dada a prática de aplicação nesta política pública, que entidades preponderantemente de saúde ou educação fazem. Milhares, ou milhões, de usuários serão prejudicados se este dispositivo não for incorporado à nova lei.

Sala das Sessões, em de novembro de 2008.



Deputado Beto Albuquerque
(PSB/RS)

MPV - 446

00193

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	Proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446/08

Autor	nº do prontuário
DEPUTADO ANDRÉ ZACHAROW – PMDB/PR	

1 ■ Supressiva 2. □ Substitutiva 3. □ Modificativa 4. □ Aditiva 5. □ Substitutivo global

Página 9	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

~~Art. 35. As entidades mencionadas no art. 24 ficam obrigadas a criar uma pessoa jurídica para cada uma das suas áreas de atuação, com número próprio no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.~~

~~§ 1º Cada pessoa jurídica criada na forma do caput deverá apresentar requerimento próprio de certificação ao Ministério responsável pela sua área de atuação.~~

~~§ 2º As entidades em funcionamento na data da publicação desta Medida Provisória que não estiverem enquadradas nas disposições do caput deverão atender a tais exigências no prazo de doze meses.~~

~~§ 3º Durante o prazo previsto no § 2º, as entidades poderão requerer a renovação ou concessão originária da sua certificação com base no procedimento previsto no art. 23.~~

JUSTIFICAÇÃO: A disciplina deste artigo prejudica ato jurídico perfeito. Além do mais as entidades devem ter a liberdade de optar pela sua organização, cabendo ao poder publico estabelecer normas sobre a relação com cada área, mas sem interferir na sua organização. Embora os controles devam ser feito dentro de cada política pública, as entidades que já atuam em mais áreas e prestam relevante serviço na sociedade, devem ter a liberdade de manter sua organização. Especialmente as muitas atividades de Assistência Social deixarão de receber recursos, dada a prática de aplicação nesta política pública, que entidades preponderantemente de saúde ou educação fazem. Milhares, ou milhões, de usuários serão prejudicados se este dispositivo não for incorporado à nova lei.

As entidades devem ter a liberdade de optar pela sua organização, cabendo ao poder publico estabelecer normas sobre a relação com cada área, mas sem interferir na sua organização. Embora os controles devam ser feito dentro de cada política pública, as entidades que já atuam em mais áreas e prestam relevante serviço na sociedade, devem ter a liberdade de manter sua organização. Especialmente as muitas atividades de Assistência Social deixarão de receber recursos, dada a prática de aplicação nesta política pública, que entidades preponderantemente de saúde ou educação fazem. Milhares, ou milhões, de usuários serão prejudicados se este dispositivo não for incorporado à nova lei.

PARLAMENTAR

ANDRÉ ZACHAROW
DEPUTADO FEDERAL – PMDB/PR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00194

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

Autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi / PMDB	

1 [X] Supressiva 2. [ ] substitutiva [ ] modificativa 4. [ ] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMA-SE O ARTIGO 35

~~Art. 35. As entidades mencionadas no art. 24 ficam obrigadas a criar uma pessoa jurídica para cada uma das suas áreas de atuação, com número próprio no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.~~

~~§ 1º Cada pessoa jurídica criada na forma do **caput** deverá apresentar requerimento próprio de certificação ao Ministério responsável pela sua área de atuação.~~

~~§ 2º As entidades em funcionamento na data da publicação desta Medida Provisória que não estiverem enquadradas nas disposições do **caput** deverão atender a tais exigências no prazo de doze meses.~~

~~§ 3º Durante o prazo previsto no § 2º, as entidades poderão requerer a renovação ou concessão originária da sua certificação com base no procedimento previsto no art. 23.~~

JUSTIFICATIVA:

A exclusão do artigo se impõe em razão da manifesta inconstitucionalidade do artigo, haja vista que a Constituição Federal garante a livre associação e diz que as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado (art. 5°, incisos XVII e XIX). Há de se considerar, ainda, que o artigo proposto desconsidera as naturezas históricas de centenárias instituições, cujas atuações tanto se verifica em assistência social, saúde e/ou educação. Determinar pessoas jurídicas distintas significa divisão de patrimônio, recursos materiais, financeiros, humanos, entre outros, absolutamente impossível de ser feito.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446

Data	Proposição	
12/10/2008	MP 446/2008	00195

Autor
RAUL JUNGMANN – PPS/PE

Nº do prontuário

1.(X) Supressiva	2.( ) substitutiva	3.( ) modificativa	4.( )aditiva	5.( )Substitutivo global

EMENDA SUPRESSIVA

Suprimam-se os artigos 36, 37, 39 e 40 da Medida Provisória Nº 446, de 7 de novembro de 2008.

JUSTIFICATIVA

Nos anos 90, em decorrência da insuficiência dos Estados em suprir as necessidades da população, proliferou o que hoje se chama terceiro setor, formado por entidades privadas dedicadas ao bem público: ONGs, instituições religiosas, entidades beneficentes etc.

A esse crescimento não correspondeu o necessário aumento da fiscalização. A fiscalização do governo federal vem limitando-se à verificação do cumprimento de formalidades. Atesta-se a intenção de trabalhar pelo interesse público, e não se a organização realmente "trabalha", modelo que não se combina com o estado democrático de direito.

A Certificação de Entidades caracteriza-se como ato vinculado, regrados que são pelas condições que a lei estabelece para sua realização. Sua vinculação à lei será pressuposto à sua validade administrativa. O Poder Judiciário poderá proceder a sua apreciação, posto que devem vir previstos na lei. O Poder Público deve fazer referência dos mesmos. A Administração poderá, dentro dos limites legais, atuar com liberdade na edição de seus atos. Os atos vinculados têm de ser motivados pela Administração e, assim, serem evidenciados os requisitos legais, os pressupostos necessários à sua existência e validade.

No corpo da Medida Provisória que ora apreciamos consta em suas Disposições Transitórias um elenco de artigos que claramente ferem a necessidade de regramento para a que a emissão destes Certificados de Entidades Beneficentes sejam considerados atos administrativos perfeitos.

A Lei 1.079/1950 caracteriza em seu artigo 11 inciso 5 como crime de responsabilidade *"negligenciar a arrecadação das rendas impostos e taxas, bem como a conservação do patrimônio nacional"* . Emitir os certificados sem o devido processo administrativo, sem a averiguação das condições reais das entidades prestadoras de serviço significa grave negligência ainda mais quando toda a sociedade reconhece o grande número de denúncias existentes contra uma série de instituições.

A emenda que ora apresentamos visa retirar da MP os artigos que configuram-se como uma espécie de anistia aos sonegadores.

Por tais motivos, pede-se o endosso dos nobres pares à presente iniciativa.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2008.

Deputado Raul Jungmann
PPS/PE

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00196

Data: 13/11/2008	**Proposição: Medida Provisória N.º 446/2008**
Autor: Deputado DR. UBIALI – PSB/SP	**N.º Prontuário:**

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. X Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 1/1	Artigo: 36-A	Parágrafos.:	Inciso:	Alínea:

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescentem-se o artigo 36-A à MP 446/2008 com a seguinte redação:

"Art. 36-A. Fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, a entidade beneficente que teve a sua isenção reconhecida pelo Poder Judiciário, mesmo que por sentença ainda não transitada em julgado.

Parágrafo único. O Instituto Nacional do Seguro Social poderá desistir das ações objetivando a cobrança de valores devidos relativamente a período anterior a esse reconhecimento desde que a pessoa jurídica, por sua vez, desista das ações que objetivem a restituição de valores já pagos relativos ao mesmo período."

JUSTIFICATIVA

É bem sabido e consabido que a área da Seguridade Social e da filantropia a ela ligada é extremamente sensível. E isto por diversos fatores: seja porque o Estado, deliberadamente, abdica de considerável arrecadação tributária, de modo a verdadeiramente coadjuvar as diversas pessoas jurídicas que se dedicam a atividades de filantropia e benemerência, seja porque a certificação de tais atividades é problema dos mais complexos, sobretudo, após a divulgação pela imprensa nacional e local de diversas fraudes ocorridas no âmbito do Conselho Nacional de Assistência Social. Assim, vem em boa hora a citada MP ao rever toda a sistemática da certificação das entidades beneficentes que atuam nas áreas de assistência social, saúde e educação, contribuindo com o Estado para a melhoria dessas estratégicas áreas. Todavia, cremos serem necessários alguns aperfeiçoamentos no texto da mencionada MP, como o que ora se propõe: sabemos que existe uma verdadeira guerra judicial entre o INSS e as entidades beneficentes, consistentes na cobrança mútua de valores relativos ao período anterior ao reconhecimento da isenção. Em outras palavras: uma vez reconhecida a isenção, tanto o INSS cobra das entidades os valores que entende devidos anteriormente ao reconhecimento, quanto as entidades cobram da União a restituição dos valores que, no mesmo período, pagaram, já que crêem que não deveriam pagá-los, uma vez que foram consideradas isentas. Pois bem: para resolver tal impasse, propomos a seguinte alternativa: primeiro, deixar fora de qualquer dúvida o efeito declaratório do reconhecimento da isenção da entidade beneficente e, segundo, fazermos com que a guerra judicial entre o Instituto e as entidades acabem, possibilitando que ambas desistam das suas respectivas ações. Por isso, submetemos a presente emenda aos nobres Pares, esperando a sua aprovação.

Assinatura

MPV - 446

00197

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
16/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT-PR	

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	36			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 36 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

"Art. 36. Os pedidos de concessão originária de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social que não tenham sido objeto de julgamento pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS até a data de publicação desta Medida Provisória serão remetidos ao órgão responsável pela emissão da certificação que os julgará, nos termos da legislação em vigor à época do requerimento.

*§ 1º Das decisões proferidas nos termos do **caput**, que sejam favoráveis às entidades, não caberá recurso.*

*§ 2º Das decisões de indeferimento, proferidas com base no **caput**, caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de trinta, dirigido ao órgão responsável pela emissão da certificação."*

JUSTIFICAÇÃO:

A emenda altera a remessa dos *pedidos de concessão originária de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social que não tenham sido objeto de julgamento pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS até a data de publicação da Medida Provisória*, retirando esta atribuição dos Ministérios, na forma proposta pela redação inicial da MP, remetendo esta atribuição ao órgão responsável pela emissão da certificação, na forma de emenda anteriormente apresentada.

Com isto, o então parágrafo 1º perde o sentido, na medida em que redação original da MP não cabia recurso porque era o próprio Ministério quem decidiria os pedidos de concessão originária pendentes de julgamento e então havia justificativa para que não houvesse recurso.

Suprimido o parágrafo 1º, renumeram-se os seguintes. O § 2º passa a ser o § 1º, mantendo a sistemática hoje existente no CNAS.

O § 3º passa a ser o § 2º, apenas com a adequação do prazo para interposição de recurso, que passa a ser de trinta dias, coadunando-se à redação original do artigo 32 da MP.

Suprime-se o § 4º, por infringir em tautologia uma vez que o artigo 60 da Lei 9.784, de 1999 precisa ser cumprido, independentemente de estar ou não previsto no bojo da MP.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00198

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 17/11/2008	Proposição: Medida Provisória N.º 446/2008
Autor: Deputado RODRIGO ROLLEMBERG/PSB	N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. X Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 1/1	Artigo: 36-A	Parágrafos.:	Inciso:	Alínea:

TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescentem-se o artigo 36-A à MP 446/2008 com a seguinte redação:

"Art. 36-A. Fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, a entidade beneficente que teve a sua isenção reconhecida pelo Poder Judiciário, mesmo que por sentença ainda não transitada em julgado.

§ 1º Os efeitos da isenção retroagirão ao momento da concessão da primeira certificação de entidade de fins filantrópicos.

§ 2º O Instituto Nacional do Seguro Social poderá desistir das ações objetivando a cobrança de valores devidos relativamente a período anterior a esse reconhecimento desde que a pessoa jurídica, por sua vez, desista das ações que objetivem a restituição de valores já pagos relativos ao mesmo período."

JUSTIFICATIVA

É bem sabido e consabido que a área da Seguridade Social e da filantropia a ela ligada é extremamente sensível. E isto por diversos fatores: seja porque o Estado, deliberadamente, abdica de considerável arrecadação tributária, de modo a verdadeiramente coadjuvar as diversas pessoas jurídicas que se dedicam a atividades de filantropia e benemerência, seja porque a certificação de tais atividades é problema dos mais complexos, sobretudo, após a divulgação pela imprensa nacional e local de diversas fraudes ocorridas no âmbito do Conselho Nacional de Assistência Social. Assim, vem em boa hora a citada MP ao rever toda a sistemática da certificação das entidades beneficentes que atuam nas áreas de assistência social, saúde e educação, contribuindo com o Estado para a melhoria dessas estratégicas áreas. Todavia, cremos serem necessários alguns aperfeiçoamentos no texto da mencionada MP, como o que ora se propõe: sabemos que existe uma verdadeira guerra judicial entre o INSS e as entidades beneficentes, consistentes na cobrança mútua de valores relativos ao período anterior ao reconhecimento da isenção. Em outras palavras: uma vez reconhecida a isenção, tanto o INSS cobra das entidades os valores que entende devidos anteriormente ao reconhecimento, quanto as entidades cobram da União a restituição dos valores que, no mesmo período, pagaram, já que crêem que não deveriam pagá-los, uma vez que foram consideradas isentas. Pois bem: para resolver tal impasse, propomos a seguinte alternativa: primeiro, deixar fora de qualquer dúvida o efeito declaratório do reconhecimento da isenção da entidade beneficente e, segundo, fazermos com que a guerra judicial entre o Instituto e as entidades acabem, possibilitando que ambas desistam das suas respectivas ações. Por outro lado, é igualmente necessário disciplinarmos o início dos efeitos da certificação, visto que isto pode redundar em sérias discussões jurídicas e judiciais. Assim, consentâneo com o efeito declaratório da certificação, é expressamente dito que os efeitos retroagirão à data da primeira certificação. Por isso, submetemos a presente emenda aos nobres Pares, esperando a sua aprovação.

Assinatura

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00199

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	36			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 36, da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36 Os pedidos de concessão originária de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, **ou de renovação**, que não tenham sido objeto de julgamento pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS até a data de publicação desta Medida Provisória serão remetidos:

I - ao Conselho Nacional de Saúde – CNS, no caso de entidades que atuem na área da saúde ;

II - ao Conselho Nacional de Educação – CNE, no caso de entidade que atue na área da educação.

§1º No caso de entidade de assistência social, permanecerá o processo no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, para dar prosseguimento a avaliação.

§2º Os pedidos que se enquadrem no previsto pelo caput deste artigo serão avaliados em todos os órgãos, nos termos da legislação vigente à época do requerimento.

§3º Caso a entidade requerente atue em mais de uma das áreas abrangidas por esta Medida Provisória, o pedido será remetido **ao Conselho Nacional** responsável pela área de atuação preponderante da entidade.

§4º Das decisões proferidas **nos termos deste artigo**, favoráveis às entidades, não caberá recurso.

§5º Das decisões de indeferimento, **proferidas nos termos deste artigo**, caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de dez dias, dirigido ao Ministro de Estado responsável pela área de atuação da entidade."

§6º Fica a entidade obrigada a oferecer todas as informações necessárias à análise do pedido, nos termos do art. 60 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999."

Justificativa

O objetivo desta emenda é confirmar a participação dos Conselhos Nacionais de Saúde, Educação e Assistência Social (CNS, CNE e CNAS) em todas as fases relativas ao processo de certificação e renovação de entidade beneficente que atue nessas áreas, bem como no caso de recursos, com poder de deliberação, e não apenas com o papel de acompanhar e fiscalizar o processo, inclusive com relação aos casos de pedidos ainda não julgados quando da publicação da MP 446/2008.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00200**

Data	Proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autor	nº do prontuário
GUSTAVO FRUET	450

☒ 1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
	36	2º e 3º		

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se nova redação ao § 2º do art. 36, da Medida Provisória nº 446, de 07 de novembro de 2008, e, ainda no mesmo artigo, suprimindo-se atual e 3º e renumerando-se o subseqüente § 4º como § 3º, conforme segue abaixo:

"Art. 36 .....

.....

§ 2º Das decisões de deferimento ou de indeferimento, proferidas com base no *caput*, caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de dez dias, dirigido ao Ministro de Estado responsável pela área de atuação da entidade.

§ 3º Fica a entidade obrigada a oferecer todas as informações necessárias à análise do pedido, nos termos do art. 60 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999."

Justificação

A adoção de um tratamento indistinto, para todas as decisões proferidas pelos Ministérios responsáveis, sejam estas no sentido do deferimento ou do indeferimento dos requerimentos, consubstanciando pedidos de concessão originária do CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, assegura a permanente neutralidade e a o equilíbrio do processo administrativo.

Por entender que esse tipo de matéria normalmente não comporta excepcionalização, em benefício do que estabelece o caput do art. 37, da Constituição Federal, oferece o Signatário uma nova redação para o § 2º, acompanhada, por via de conseqüência, da supressão do atual § 3º e da renumeração do subseqüente § 4º como § 3º, para cuja aprovação, no referido teor, preconiza a provação de seus pares.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00201**

Data	Proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autor	nº do prontuário
GUSTAVO FRUET	450

☒ 1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
	36	2º, 3º e 4º		

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se nova redação ao § 2º do art. 36, da Medida Provisória nº 446, de 07 de novembro de 2008, e, ainda no mesmo artigo, suprimindo-se atual e 3º e renumerando-se o subseqüente § 4º como § 3º, conforme segue abaixo:

"Art. 36 .....

.....

§ 2º Das decisões de deferimento ou de indeferimento, proferidas com base no *caput*, caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de dez dias, dirigido ao Ministro de Estado responsável pela área de atuação da entidade.

§ 3º Fica a entidade obrigada a oferecer todas as informações necessárias à análise do pedido, nos termos do art. 60 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999."

Justificação

A adoção de um tratamento indistinto, para todas as decisões proferidas pelos Ministérios responsáveis, sejam estas no sentido do deferimento ou do indeferimento dos requerimentos, consubstanciando pedidos de concessão originária do CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, assegura a permanente neutralidade e a o equilíbrio do processo administrativo.

Por entender que esse tipo de matéria normalmente não comporta excepcionalização, em benefício do que estabelece o caput do art. 37, da Constituição Federal, oferece o Signatário uma nova redação para o § 2º, acompanhada, por via de conseqüência, da supressão do atual § 3º e da renumeração do subseqüente § 4º como § 3º, para cuja aprovação, no referido teor, preconiza a provação de seus pares.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00202

Data	Proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autor	nº do prontuário
GUSTAVO FRUET	450

☒ 1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
	36	2º e 3º		

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se os §§ 2º e 3º do art. 36, da Medida Provisória nº 446, de 07 de novembro de 2008, renumerando-se os demais parágrafos do mesmo artigo.

Justificação

No § 2º do art. 36, ao impedir-se recurso contra as decisões proferidas pelo Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que defiram processos de concessão originária do CEBAS – Certificado de entidade Beneficente de assistência Social, pendentes de julgamento até a data de publicação da Medida Provisória, com base na legislação vigente à época do requerimento, depõe-se claramente contra a transparência dos atos da Administração Pública.

Isso não somente reduz o espaço para correção de eventuais equívocos, ante a presunção de que somente os autores de requerimento teriam direito a esse tipo de participação, que deve ser estendida a outros agentes da sociedade e do Estado, caso contrário deixa-se de favorecer o aperfeiçoamento do processo administrativo, além de poder prolongar indevidamente os efeitos de uma decisão que priva a Seguridade Social de recursos para o seu financiamento.

Por sua vez, no § 3º do art. 36, a restrição do permissivo legal para apresentação de recurso contra as decisões proferidas pelo Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, exclusivamente aos indeferimentos de processos de concessão originária do CEBAS – Certificado de entidade Beneficente de assistência Social, pendentes de julgamento até a data de publicação da Medida Provisória, com base na legislação vigente à época do requerimento, também não contribui para a manutenção de um tratamento administrativamente equânime para os atos da Administração Pública.

Esse encaminhamento por sua natureza sumária, apesar de fixa prazo para a sua formalização, não colabora para o aperfeiçoamento do processo administrativa, dando a entender que somente podem existir equívocos ou decisões passíveis de reformulação entre aquelas que contrariam aqueles que lhe deram início, marginalizando todos os demais agentes da sociedade ou do Estado do seu aperfeiçoamento e fazendo crer na infalibilidade da autoridade responsável.

Diante dessa razões, o Signatário propugna pela supressão de ambos os dispositivos, na busca da valorização de uma regra geral, que afete, uniforme e consistentemente, as decisões administrativas, independentemente de produzirem um resultado favorável ou desfavorável aos seu autores.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00203

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi - PMDB	

1 [X] Supressiva 2. [ ] substitutiva [ ] modificativa 4. [ ] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 36	Parágrafo 3	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se a redação do parágrafo 3º do artigo 36:

§ 3º Das decisões de indeferimento, proferidas com base no **caput**, caberá recurso, **com** ~~sem~~ efeito suspensivo, no prazo de **trinta** ~~dez~~ dias, dirigido ao Ministro de Estado responsável pela área de atuação da entidade.

JUSTIFICATIVA:

A previsão de efetio suspensivo se justifica para evitar danos às entidades enquanto se analisa o recurso interposto e a majoração do prazo é legitimada para garantia da ampla defesa.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00204

data	proposição
14/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Darcísio Perondi - PMDB	

1 [] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. [] aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 36	Parágrafo 3	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se a redação do parágrafo 3º do artigo 36:

§ 3º Das decisões de indeferimento, proferidas com base no **caput**, caberá recurso, **com** ~~sem~~ efeito suspensivo, no prazo de **trinta** ~~dez~~ dias, dirigido ao Ministro de Estado responsável pela área de atuação da entidade.

JUSTIFICATIVA:

A previsão de efetio suspensivo se justifica para evitar danos às entidades enquanto se analisa o recurso interposto e a majoração do prazo é legitimada para garantia da ampla defesa.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1 * Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐modificativa 4. 6 aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	37,38, 39			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se os Arts. 37, 38 e 39 da MP 446/2008

"Art. 37 SUPRIMIDO
Art. 38 SUPRIMIDO
Art. 39 SUPRIMIDO"

Justificativa

No que pese a intenção do Poder Executivo de agilizar e dar eficiência à tramitação dos pedidos de concessão, renovação, representações ou recursos relacionados a certificado de entidade beneficente, em tramitação até a publicação da MP 446/2008, não se pode lesar os contribuintes brasileiros em nome dessa agilidade, e considerá-los DEFERIDOS. Além disso, deve-se levar em consideração que representações justas, ainda não julgadas poderão ser prejudicadas nos termos constantes dos artigos suprimidos por esta emenda.

O objetivo da emenda ao suprimir esses dispositivos é garantir que o julgamento dos processos pendentes seja finalizado nos termos da legislação vigente até a publicação da MP 446/2008.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00206

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado ARNALDO MADEIRA - PSDB-SP	

1 ☒ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 37 da Medida Provisória nº 446, de 2008.

JUSTIFICAÇÃO

Sem alarde, o Governo Federal encaminha mais esta Medida Provisória para apreciação deste Congresso Nacional, que "*dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências.*" A Exposição de Motivos que a acompanha dá notícia de que se trata de matéria idêntica a que já tramitava nesta Câmara Federal, através do PL 3.021/08, atualmente na Mesa Diretora para revisão do despacho inicial de tramitação pelas Comissões permanentes. O PL, também de iniciativa do Presidente da República, estava sob a análise desta Casa há parcos 5 meses, tendo recebido sugestões de emendas de diversos parlamentares e requerimentos de audiência pública para instrução da matéria.

A justificativa para a edição da MP seria o risco iminente de decadência para cobrança das Contribuições da Seguridade Social, que deixaram de ser de 10 anos para serem qüinqüenais, conforme recente entendimento do Supremo Tribunal Federal. Por isso, segundo o Governo, em virtude desse novo cenário, para que a Receita Federal pudesse cobrar dívidas das filantrópicas que perdessem o Cebas, 1.274 casos teriam de ser julgados até o fim deste ano no CNAS.

Portanto, a "solução" presidencial foi adotar as seguintes medidas: (i) conceder automaticamente os pedidos de renovação de certificados ainda não apreciados pelo CNAS; (ii) deferir os pedidos de renovação de Cebas anteriormente indeferidos pelo CNAS e que sejam objeto de pedido de reconsideração ou de recurso pendentes de julgamento; e (iii) extinguir os recursos, em tramitação até a data de publicação da Medida Provisória, relativos a pedido de renovação ou de concessão originária de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deferidos pelo CNAS.

Ora, não se mostra razoável – muito menos moral – que se conceda automaticamente os pedidos de renovação de certificados ainda não apreciados pelo CNAS. Corre-se o risco, ainda, de autorizar

o funcionamento de entidades sem a devida averiguação da sua procedência e do preenchimento dos requisitos legais mínimos para sua certificação.

Portanto, espero poder contar com o apoio dos nobres Pares na aprovação desta emenda.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00207

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado WALDIR NEVES	

1. X Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 37	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 37 da proposição em epígrafe.

JUSTIFICATIVA

O art. 37 da MP introduz uma inaceitável modalidade de renovação automática da certificação de entidade beneficente de assistência social. Ora, é evidente que inúmeros processos hoje pendentes de apreciação pelo Conselho Nacional de Assistência Social encontram-se irregularmente instruídos e/ou insuficientemente motivados. É inadmissível que o governo, por comodidade, desleixo administrativo ou outros motivos inconfessáveis, pretenda facultar a pessoas jurídicas de direito privado que não comprovaram estar em situação regular a possibilidade de pleitear benefícios fiscais valendo-se da condição de entidade beneficente.

PARLAMENTAR

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2008.

MPV - 446

00208

"Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências".

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se do texto da Medida Provisória, os artigos 37, 38 e 39.

Justificação

O deferimento automático dos pedidos de certificação, inclusive em relação àquelas entidades que tiveram a concessão questionada por ato do próprio Poder Público não se mostra uma alternativa que esteja em consonância com o princípio da razoabilidade e do interesse público.

Não obstante a decisão do Supremo Tribunal Federal, que reduziu os prazos decadencial e prescricional, impondo ao Poder Executivo o dever de analisar num tempo mais exíguo diversos processos pendentes, a fim de evitar prejuízos para o Estado ou para a própria sociedade, entendemos que outras medidas poderiam ser adotadas, como por exemplo, um esforço concentrado de cada um dos órgãos envolvidos com vistas à imediata apreciação desses processos pendentes.

Em face dessa compreensão é que pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação da emenda proposta.

Sala da Comissão, em 13 de novembro de 2008.

Dep. Dr. Rosinha – PT/PR

MPV - 446

00209

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
12/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008.

autor	nº do prontuário
Senador ARTHUR VIRGÍLIO	

1 x Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global

			Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 37, da Medida Provisória nº 446, de 2008

JUSTIFICATIVA

O artigo 37 da Medida Provisória 446, de 2008, dispõe que os pedidos de certificado de filantropia já protocolados, mas ainda não analisados até a edição da MP, são considerados como "deferidos".

Esse mesmo artigo traz enganchado um "parágrafo único" onde se lê: "As representações em curso no CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social – propostas pelo Poder Executivo em face da renovação referida no caput, ficam prejudicadas, inclusive em relação a períodos anteriores".

Significa dizer que todos os pedidos de certificado filantrópico pendentes de análise serão deferidos sem análise. Mesmo que o requerente seja acusado de crimes contra a seguridade social. É mais uma excrescência que deve ser banida do texto.

Pelo exposto, recomenda-se, por meio da presente Emenda, a supressão do referido artigo.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2008

Senador ARTHUR VIGÍLIO - PSDB

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00210

DATA	PROPOSIÇÃO
	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, de 7 de novembro de 2008

AUTOR	Nº PRONTUÁRIO
Dep. Dr. Pinotti	

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 (x) SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao Art. 37 da Medida Provisória em estudo, a seguinte redação:

"Art. 37 Todos os processos hoje em análise no CNAS serão enviados de acordo com sua área de atuação ao ministério correspondente e serão submetidos a grupos de trabalho que os analisarão e darão parecer final em prazo hábil a cada caso."

JUSTIFICATIVA

Não se pode considerar aprovados os pedidos de renovação do Certificado de Entidade Beneficiente de Assistência Social protocolizados no Conselho Nacional de Assistência Social até a data de publicação desta Medida Provisória, sem ser feita a devida análise. Nesse sentido, propomos a substituição da redação do Art. 37 para que a renovação do certificado somente seja efetuada após a análise do pedido, pela autoridade que for indicada competente para tal, em substituição ao CNAS.

ASSINATURA

__/__/__

MP 446 2008 emenda Dr Pinotti 4.doc

MPV - 446
00211

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	proposição
	Medida Provisória nº 446, de 2008

autor	Nº do prontuário
Deputado João Oliveira	

1 X☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. X modificativa 4. aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se da Medida Provisória os artigos 37, 38 e 39.

JUSTIFICATIVA

O Poder Executivo editou Medida Provisória com o objetivo de disciplinar a concessão de certificados às entidades beneficentes nas áreas de saúde, educação e assistência social. A entidade que adquirir referido certificado será agraciada com a isenção do pagamento das contribuições previdências (patronal, equivalente a 20% da folha de pagamento e CSLL), bem como PIS e Cofins.

No entanto, insere artigos de cujos escritos abstrai-se única certeza: privilégio puro e de grande prejuízo aos cofres públicos. O art. 37 determina que os pedidos de renovação de Certificado de Entidade de Assistência Social protocolizados, mesmo sem apreciação do Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS, ficam deferidos. O parágrafo único do art. 37 expõe que as representações em curso no mencionado Conselho proposto pelo Poder Executivo em face da renovação ficam prejudicadas. Já o art. 38 extinguem recursos contrário ao pedido de renovação ou de concessão originária de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deferido pelo CNAS. Por sua vez, o art. 39, na mesma linha de benfeitorias com o dinheiro público, defere citado pedido de renovação já indeferido pelo CNAS, mas que encontram em grau de recurso ainda sem julgamento.

A atitude de o governo passar por cima dos órgãos técnicos para privilegiar entidades de assistência social duvidosas não se resume tão-somente a esse despropósito, mas principalmente não levou em consideração os dados técnicos que demonstram que atualmente existem 5.630 entidades certificadas atuando nas áreas de saúde, educação e assistência social, e que juntas geraram uma renúncia de impostos na ordem de R$ 4,4 bilhões no ano de 2007. De janeiro a setembro de 2008, já somam 3,6 bilhões.

No mais, a Polícia Federal prendeu seis envolvidos na fraude batizada de "Operação Fariseu", que "desbaratou um esquema de concessão fraudulenta de certificados dentro do CNAS." (Jornal o Globo, publicado no dia 11/11/2008).

Por todas essas razões, é que venho convidar os nobres pares desta Casa, no sentido de suprimirmos esses artigos tão prejudiciais ao Conselho Nacional de Assistência Social, já que ficou desmoralizado em face dessas medidas, que certamente só beneficiam quem não vem cumprindo com as metas exigidas para merecer a mencionada certificação.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **00212**

Data	proposição
	MP nº 446, de 07 de novembro de 2008

autor	n.º do prontuário
Otavio Leite PSDB/RS	316

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo 12	Parágrafos	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se aos arts. 37, 38 e 39 da MP as seguintes redações:

Art. 37. O certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social com pedido de renovação protocolizado, que ainda não tenham sido objeto de julgamento por parte do CNAS até a data de publicação desta Medida Provisória, fica prorrogado até 30 de novembro de 2009.

Parágrafo único. A análise e julgamento a que se refere o caput serão realizados em caráter de urgência e prioridade pelos ministérios de que trata o art. 22 desta Medida Provisória.

Art. 38. A análise do recurso em tramitação até a data de publicação desta Medida Provisória, relativa a pedido de renovação ou de concessão originária de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social fica prorrogada até 30 de novembro de 2009.

Art. 39. Os pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social indeferidos pelo CNAS, que sejam objeto de pedido de reconsideração ou de recurso pendentes de julgamento até a data de publicação desta Medida Provisória, ficam prorrogados até 30 de novembro de 2009.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda garante às entidades de assistência social o direito de ter os seus pedidos de renovação e certificação analisados pelo poder público, na forma da lei, sem anistia e com total transparência com relação às suas atividades nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento social.

PARLAMENTAR

Deputado Otavio Leite

MPV - 446
00213

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 17 / 11 / 2008	Proposição: Medida Provisória nº 446, de 2008
Autor: Deputado Paulo Renato Souza - PSDB	N.º Prontuário: 375

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ■ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Art. 1º Dê-se aos arts. 37 e 39 a seguinte redação:

"Art. 37. Os pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social protocolizados, que ainda não tenham sido objeto de julgamento por parte do CNAS até a data de publicação desta Medida Provisória serão remetidos ao Ministério responsável por área de atuação da entidade.

§ 1º Os pedidos referidos no caput que não receberem manifestação conclusiva do ministério responsável até 31 de dezembro de 2008 serão considerados indeferidos e automaticamente re-apresentados.

§ 2º Os pedidos de que trata o caput, quando deferidos após 31 de dezembro de 2008, produzirão efeitos retroativos àquela data, sendo assegurado à entidade beneficiária o ressarcimento das contribuições sociais recolhidas no período."

.....

"Art. 39. Os pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social indeferidos pelo CNAS, que sejam objeto de pedido de reconsideração ou de recurso pendentes de julgamento até a data de publicação desta Medida Provisória serão remetidos ao Ministério responsável por área de atuação da entidade.

§ 1º Os pedidos referidos no caput que não receberem manifestação conclusiva do ministério responsável até 31 de dezembro de 2008 serão considerados indeferidos e automaticamente re-apresentados.

§ 2º Os pedidos de que trata o caput, quando deferidos após 31 de dezembro de 2008, produzirão efeitos retroativos àquela data, sendo assegurado à entidade beneficiária o ressarcimento das contribuições sociais recolhidas no período."

Art. 2º Inclua-se no art. 41 o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica aos casos de Certificados de Entidades Beneficentes de Assistência Social que sejam objeto de questionamento administrativo ou judicial na data da publicação desta Lei. "

Art. 3º Suprima-se o art. 38.

JUSTIFICAÇÃO

Tanto no caso das renovações pendentes quando dos pedidos de reconsideração de indeferimento, a proposta é submeter os pedidos de aos ministérios responsáveis, e não conceder automaticamente o certificado, e o concomitante benefício fiscal sem qualquer análise conforme preceitua a medida provisória original.

Para atender ao prazo invocado na Exposição de Motivos propõe-se uma sistemática de indeferimento com re-apresentação automática.

No caso dos pedidos indeferidos por decurso de prazo e posteriormente deferidos em grau de re-apresentação, o efeito será retroativo a 31/12/2008, com restituição das contribuições recolhidas.

Suprime-se o art. 38, que joga literalmente no lixo anos de trabalho dos órgãos de fiscalização no combate às fraudes cometidas por instituições falsamente filantrópicas, e introduz-se um parágrafo único no art. 41, oriundo do próprio Projeto de Lei nº 3.201, de 2008, destinado a salvaguardar o interesse da Administração nos casos de questionamento administrativo ou judicial do certificado anteriormente obtido.

PARLAMENTAR

Assinatura

Brasília, 14 de novembro de 2008

Deputado Paulo Renato Souza

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00214

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado ARNALDO MADEIRA - PSDB-SP	

1 ☒ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 38 da Medida Provisória nº 446, de 2008.

JUSTIFICAÇÃO

Sem alarde, o Governo Federal encaminha mais esta Medida Provisória para apreciação deste Congresso Nacional, que "*dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências.*" A Exposição de Motivos que a acompanha dá notícia de que se trata de matéria idêntica a que já tramitava nesta Câmara Federal, através do PL 3.021/08, atualmente na Mesa Diretora para revisão do despacho inicial de tramitação pelas Comissões permanentes. O PL, também de iniciativa do Presidente da República, estava sob a análise desta Casa há parcos 5 meses, tendo recebido sugestões de emendas de diversos parlamentares e requerimentos de audiência pública para instrução da matéria.

A justificativa para a edição da MP seria o risco iminente de decadência para cobrança das Contribuições da Seguridade Social, que deixaram de ser de 10 anos para serem qüinqüenais, conforme recente entendimento do Supremo Tribunal Federal. Por isso, segundo o Governo, em virtude desse novo cenário, para que a Receita Federal pudesse cobrar dívidas das filantrópicas que perdessem o Cebas, 1.274 casos teriam de ser julgados até o fim deste ano no CNAS.

Portanto, a "solução" presidencial foi adotar as seguintes medidas: (i) conceder automaticamente os pedidos de renovação de certificados ainda não apreciados pelo CNAS; (ii) deferir os pedidos de renovação de Cebas anteriormente indeferidos pelo CNAS e que sejam objeto de pedido de reconsideração ou de recurso pendentes de julgamento; e (iii) extinguir os recursos, em tramitação até a data de publicação da Medida Provisória, relativos a pedido de renovação ou de concessão originária de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deferidos pelo CNAS.

Ora, não se mostra razoável – muito menos moral – que se extingam os recursos, em tramitação até a data de publicação da Medida Provisória, relativos a pedido de renovação ou de concessão originária de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deferidos pelo CNAS. Corre-se o risco, ainda, de ratificar uma situação que, inicialmente, mostrou-se irregular em algum momento na análise do cumprimento de requisitos legais.

Ou, nas palavras do Procurador da República, Pedro Machado, conforme divulgado pelo *site* CongressoEmFoco, "*isso é um absurdo completo. Eles abrem mão de uma renúncia fiscal brutal, mas a urgência da MP é de quem fraudou o certificado ou não cumpriu os requisitos e agora vai gozar de isenção completa*". Ou seja, há um grande risco de se beneficiarem principalmente as empresas fraudadoras.

Portanto, espero poder contar com o apoio dos nobres Pares na aprovação desta emenda.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00215

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado WALDIR NEVES	

1. X Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 38 e 39	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se os arts. 38 e 39 da proposição em epígrafe.

JUSTIFICATIVA

Os recursos interpostos *contra* o deferimento de concessão originária ou a renovação de certificado de entidade beneficente de assistência social não podem ser simplesmente extintos, sem qualquer análise, como ora dispõe o art. 38. O recurso, em geral, irá versar sobre irregularidades que não foram percebidas pela autoridade concedente, e, dessa forma, podem apontar para certificações outorgadas à margem do que exige a lei. Portanto, é inadmissível que os recursos sejam extintos sem apreciação de mérito.

Com maior razão, portanto, deve ser suprimido o art. 39. É que esse dispositivo extingue, sem apreciação de mérito, recursos interpostos *contra o indeferimento* de renovação de certificado de entidade beneficente. Ora, nesse caso, a administração pública verificou uma irregularidade e indeferiu o requerimento de certificação. É impensável que os recursos interpostos contra essa decisão sejam automaticamente providos, pois isso significa que a decisão do administrador que não encontrou base legal para deferir o pedido de certificação seja solenemente ignorada, em detrimento do interesse público, permitindo, inclusive, que tais entidades irregulares possam ter acesso a benefícios fiscais!

PARLAMENTAR

MPV - 446
00216

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
12/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008.

autor	nº do prontuário
Senador ARTHUR VIRGÍLIO	

1 X Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global

			Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 38, da Medida Provisória nº 446, de 2008

JUSTIFICATIVA

O artigo 38 extinguiu os recursos em tramitação, até a data de publicação da Medida Provisória, relativos aos pedidos de renovação ou de concessão originária de CEBAS deferido pelo CNAS.

Neste sentido, vale dizer quer serão totalmente excluídas todas as contestações à lisura da escrituração de filantrópicas. Os certificados de benemerência sujeitos a cassação por conta de tais recursos contestatórios ganham, pelo texto da MP, uma nova vigência inaceitável, que fere os princípios constitucionais da moralidade e eficiência.

Pelo exposto, recomenda-se, por meio da presente Emenda, a supressão do referido artigo.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2008

Senador ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00217

DATA	PROPOSIÇÃO
	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, de 7 de novembro de 2008

AUTOR	Nº PRONTUÁRIO
Dep. Dr. Pinotti	

TIPO

1 (x) SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se da Medida Provisória em estudo, o seu art. 38.

JUSTIFICATIVA

Não se pode considerar aprovados os pedidos de renovação do Certificado de Entidade Beneficiente de Assistência Social protocolizados no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) até a data de publicação desta Medida Provisória, sem ser feita a devida análise e, desta forma, extinguir os recursos em tramitação. Certamente o CNAS negou a concessão do certificado por ter identificado alguma inadequação, irregularidade ou não preenchimento dos requisitos previstos.

Nesse sentido, propomos a supressão do Art. 38 e que os recursos continuem em vigor para que venham a ser julgados pela instância de competência, em substituição ao CNAS.

ASSINATURA

__/__/__ DEM

MP 446 2008 emenda Dr Pinotti 5.doc

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00218

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
DEPUTADO ÁTILA LIRA - PSB	109

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 9	Artigo 38	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao artigo 38, da medida provisória a seguinte redação:

Art. 38. Fica extinto o recurso, em tramitação até a data de publicação desta medida provisória, relativo a pedido de renovação ou de concessão originária de certificado de Entidade Beneficente de assistência social deferido pelo CNAS bem como os atos cancelatórios ou suspensivos da imunidade ou isenção que não tenha sido definitivamente decididos administrativamente.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração no artigo 38 atribui o mesmo tratamento aos diversos procedimentos e processos utilizados pela administração federal para o reconhecimento das situações de isenção e imunidades das entidades tratadas nesta lei em atendimento ao princípio da isonomia.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00219

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446

autor	nº do prontuário
Deputado Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. X Modificativa **4. X Aditiva** 5. ☐ Substitutivo global

Página 6	Art. 38	Parágrafo Único	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 38 da MP a seguinte redação e acrescente-se o parágrafo único ao presente artigo:

Art. 38. Fica extinto o recurso, em tramitação até a data de publicação desta Medida Provisória, relativo às representações e aos pedidos de renovação ou de concessão originária de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deferido ou indeferido pelo CNAS.

Parágrafo Único. Ficam extintos os atos cancelatórios ou suspensivos da imunidade ou isenção proferidos pelos Órgãos Fiscais anteriores à publicação desta Medida Provisória, juntamente com as respectivas autuações fiscais dela decorrentes, se houver, que não tenham sido definitivamente decididas administrativamente.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração no artigo 38 atribui o mesmo tratamento aos diversos procedimentos e processos utilizados pela administração federal para o reconhecimento das situações de isenção e imunidade das entidades tratadas nesta lei em atendimento ao Princípio da Isonomia.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00220

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado ARNALDO MADEIRA - PSDB-SP	

1 ☒ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 39 da Medida Provisória nº 446, de 2008.

JUSTIFICAÇÃO

Sem alarde, o Governo Federal encaminha mais esta Medida Provisória para apreciação deste Congresso Nacional, que "*dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências.*" A Exposição de Motivos que a acompanha dá notícia de que se trata de matéria idêntica a que já tramitava nesta Câmara Federal, através do PL 3.021/08, atualmente na Mesa Diretora para revisão do despacho inicial de tramitação pelas Comissões permanentes. O PL, também de iniciativa do Presidente da República, estava sob a análise desta Casa há parcos 5 meses, tendo recebido sugestões de emendas de diversos parlamentares e requerimentos de audiência pública para instrução da matéria.

A justificativa para a edição da MP seria o risco iminente de decadência para cobrança das Contribuições da Seguridade Social, que deixaram de ser de 10 anos para serem qüinqüenais, conforme recente entendimento do Supremo Tribunal Federal. Por isso, segundo o Governo, em virtude desse novo cenário, para que a Receita Federal pudesse cobrar dívidas das filantrópicas que perdessem o Cebas, 1.274 casos teriam de ser julgados até o fim deste ano no CNAS.

Portanto, a "solução" presidencial foi adotar as seguintes medidas: (i) conceder automaticamente os pedidos de renovação de certificados ainda não apreciados pelo CNAS; (ii) deferir os pedidos

de renovação de Cebas anteriormente indeferidos pelo CNAS e que sejam objeto de pedido de reconsideração ou de recurso pendentes de julgamento; e (iii) extinguir os recursos, em tramitação até a data de publicação da Medida Provisória, relativos a pedido de renovação ou de concessão originária de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deferidos pelo CNAS.

Ora, não se mostra razoável – muito menos moral – que os recursos contra indeferimento dos pedidos de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social sejam considerados deferidos sem a necessária análise técnica e sem o devido processo legal. Corre-se o risco, ainda, de ratificar uma situação que, inicialmente, mostrou-se irregular em algum momento na análise do cumprimento de requisitos legais. Ou seja, há um grande risco de se beneficiarem principalmente as empresas fraudadoras.

Portanto, espero poder contar com o apoio dos nobres Pares na aprovação desta emenda.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00221

data	proposição
12/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008.

autor	nº do prontuário
Senador ARTHUR VIRGÍLIO	

1 X Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global

			Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 39, da Medida Provisória nº 446, de 2008

JUSTIFICATIVA

Segundo o disposto no art. 39, da Medida Provisória nº 446, de 2008, os pedidos de renovação de CEBAS indeferidos pelo CNAS, que sejam objeto de pedido de reconsideração ou de recurso pendentes de julgamento até a data de publicação desta medida provisória, serão considerados como deferidos.

A medida constitui uma anistia ampla e irrestrita para as entidades que praticaram irregularidades.

Pelo exposto, recomenda-se, por meio da presente Emenda, a supressão do referido artigo.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2008

Senador ARTHUR VIRÍLIO - PSDB

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00222

DATA	PROPOSIÇÃO
	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, de 7 de novembro de 2008

AUTOR	Nº PRONTUÁRIO
Dep. Dr. Pinotti	

TIPO
1 (x) SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se da Medida Provisória em estudo, o seu art. 39.

JUSTIFICATIVA

Não se pode considerar deferidos os pedidos de renovação do Certificado de Entidade Beneficiente de Assistência Social que sejam objeto de pedido de reconsideração ou de recurso pendentes de julgamento até a data da publicação da MP, sem ser feita a devida análise. Certamente o CNAS negou a concessão do certificado por ter identificado alguma inadequação, irregularidade ou não preenchimento dos requisitos previstos.

Nesse sentido, propomos a supressão do art. 39 para que os pedidos de reconsideração ou de recurso continuem pendentes e venham a ser julgados pela instância de competência, em substituição ao CNAS.

ASSINATURA

__/__/__

MP 446 2008 emenda Dr Pinotti 6.doc

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00223

Data: 12/11/2008	Proposição: MP 446/2008

Autor: Deputado Eduardo Cunha - PMDB		Nº Prontuário:
1.☐ Supressiva 2.☐ Substitutiva 3.☐ Modificativa 4.☒ Aditiva		5.☐ Substitutiva Global

Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

TEXTO

Inclua-se parágrafo único, no artigo 39, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Consideram-se, também, deferidas, as alegações, impugnações ou recursos apresentados com fundamento no artigo 32, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, pelas entidades regulamentadas pela Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, em processos administrativos perante quaisquer pessoas jurídicas de direito público, seus órgãos, ministérios, secretarias, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, ainda pendentes de julgamento."

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 446 concede benefícios somente a um ente dos constantes da alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, qual seja o de assistência social, saúde ou educação.

A referida emenda apenas estende aos demais entes que possuem imunidade tributária, tratados na alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, o mesmo benefício ora concedido a tão somente um daqueles.

Dessa forma, emenda visa, de acordo com o princípio da isonomia, dar tratamento igual àqueles que são entendidos como iguais nos benefícios elencados no dispositivo constitucional.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00224

Data: 12/11/2008	Proposição: MP 446/2008

Autor: DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - PP	Nº Prontuário:
1.☐ Supressiva 2.☐ Substitutiva 3.☐ Modificativa 4.☒ Aditiva 5.☐ Substitutiva Global	

Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

TEXTO

Inclua-se parágrafo único, no artigo 39, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Consideram-se, também, deferidas, as alegações, impugnações ou recursos apresentados com fundamento no artigo 32, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, pelas entidades regulamentadas pela Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, em processos administrativos perante quaisquer pessoas jurídicas de direito público, seus órgãos, ministérios, secretarias, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, ainda pendentes de julgamento."

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 446 concede benefícios somente a um ente dos constantes da alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, qual seja o de assistência social, saúde ou educação.

A referida emenda apenas estende aos demais entes que possuem imunidade tributária, tratados na alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, o mesmo benefício ora concedido a tão somente um daqueles.

Dessa forma, emenda visa, de acordo com o princípio da isonomia, dar tratamento igual àqueles que são entendidos como iguais nos benefícios elencados no dispositivo constitucional.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00225

Data: 12/11/2008	Proposição: MP 446/2008
Autor: Deputado Ricardo Berzoini - PT	Nº Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva Global

Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

TEXTO

Inclua-se parágrafo único, no artigo 39, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Consideram-se, também, deferidas, as alegações, impugnações ou recursos apresentados com fundamento no artigo 32, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, pelas entidades regulamentadas pela Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, em processos administrativos perante quaisquer pessoas jurídicas de direito público, seus órgãos, *ministérios, secretarias, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, ainda pendentes* de julgamento."

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 446 concede benefícios somente a um ente dos constantes da alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, qual seja o de assistência social, saúde ou educação.

A referida emenda apenas estende aos demais entes que possuem imunidade tributária, tratados na alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, o mesmo benefício ora concedido a tão somente um daqueles.

Dessa forma, emenda visa, de acordo com o princípio da isonomia, dar tratamento igual àqueles que são entendidos como iguais nos benefícios elencados no dispositivo constitucional.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00226

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
DEPUTADO ÁTILA LIRA - PSB	109

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta o parágrafo único no artigo 39 da Medida Provisória nº 446, de 2008, passando ter a seguinte redação:

Art. 39. Os pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social indeferidos pelo CNAS nos últimos cinco anos, que sejam objeto de pedido de reconsideração ou de recurso pendentes de julgamento até a data de publicação desta Medida Provisória, consideram-se deferidos.

Parágrafo único. Para as entidades beneficentes de assistência social que aderiram ao Prouni, para efeito do que dispõe o *caput,* incluem-se também as que tiveram o certificado indeferido nos últimos cinco anos e que estão discutindo em juízo.

JUSTIFICAÇÃO

Há necessidade de dar um tratamento isonômico para todas as entidades beneficentes de assistência social que aderiram o Prouni. Muitas entidades de educação que aderiram ao Prouni, não tiveram seus certificados renovados ou restabelecidos, mesmo tenho previsão expressa na Medida Provisória nº 213, de 2004. Entretanto, as referidas entidades estão concedendo bolsas ao Prouni por intermédio de seleção por parte do Ministério da Educação,mas não tiveram seus certificados renovados.

Trata-se de proposta que corrigir a situação criada pela Lei n.º 11.096, de 14 de janeiro de 2005 e que foi alterada em relação ao que dispunha a Medida Provisória nº 213, de 2004.

Tal Medida Provisória, que primeiro deu origem ao Prouni, em seu artigo 11, parágrafo 2º, estabeleceu a seguinte previsão como forma de fomentar a adesão das instituições de natureza beneficentes de assistência social a aderirem ao Prouni:

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00227

Data: 12/11/2008	Proposição: MP 446/2008

Autor: Senador Sérgio Guerra	Nº Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva Global

Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

TEXTO

Inclua-se parágrafo único, no artigo 39, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Consideram-se, também, deferidas, as alegações, impugnações ou recursos apresentados com fundamento no artigo 32, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, pelas entidades regulamentadas pela Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, em processos administrativos perante quaisquer pessoas jurídicas de direito público, seus órgãos, ministérios, secretarias, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, ainda pendentes de julgamento."

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 446 concede benefícios somente a um ente dos constantes da alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, qual seja o de assistência social, saúde ou educação.

A referida emenda apenas estende aos demais entes que possuem imunidade tributária, tratados na alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, o mesmo benefício ora concedido a tão somente um daqueles.

Dessa forma, emenda visa, de acordo com o princípio da isonomia, dar tratamento igual àqueles que são entendidos como iguais nos benefícios elencados no dispositivo constitucional.

Assinatura

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446 DE **MPV - 446**
00228

EMENDA ADITIVA

EMENDA ADITIVA

Acrescenta o parágrafo único no artigo 39 da Medida Provisória nº 446, de 2008, passando ter a seguinte redação:

Art. 39. Os pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social indeferidos pelo CNAS nos últimos cinco anos, que sejam objeto de pedido de reconsideração ou de recurso pendentes de julgamento até a data de publicação desta Medida Provisória, consideram-se deferidos.

Parágrafo único. Para as entidades beneficentes de assistência social que aderiram ao Prouni, para efeito do que dispõe o *caput*, incluem-se também as que tiveram o certificado indeferido nos últimos cinco anos e que estão discutindo em juízo.

JUSTIFICAÇÃO

Há necessidade de dar um tratamento isonômico para todas as entidades beneficentes de assistência social que aderiram o Prouni. Muitas entidades de educação que aderiram ao Prouni, não tiveram seus certificados renovados ou restabelecidos, mesmo tenho previsão expressa na Medida Provisória nº 213, de 2004. Entretanto, as referidas entidades estão concedendo bolsas ao Prouni por intermédio de seleção por parte do Ministério da Educação,mas não tiveram seus certificados renovados.

Trata-se de proposta que corrigir a situação criada pela Lei n.º 11.096, de 14 de janeiro de 2005 e que foi alterada em relação ao que dispunha a Medida Provisória nº 213, de 2004.

Tal Medida Provisória, que primeiro deu origem ao Prouni, em seu artigo 11, parágrafo 2º, estabeleceu a seguinte previsão como forma de fomentar a adesão das instituições de natureza beneficentes de assistência social a aderirem ao Prouni:

Art. 11 parágrafo 2º As entidades beneficentes de assistência social que adotarem as regras do Prouni, nos termos do caput, poderá, mediante pedido expresso, solicitar ao Ministro de Estado da

> *Previdência Social o* ***reexame de seus processos, com a eventual restauração do certificado de entidade beneficente de assistência social*** *e restabelecimento da isenção de contribuições sociais, desde que o indeferimento ou o cancelamento da isenção,* ***ocorridos nos últimos dois triênios****, não tenha sido em razão do descumprimento dos requisitos previstos nos incisos III, IV e V do art. 55 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991.*

A Medida transformou-se em Lei, com alterações, modificando a previsão acima estabelecida:

> *Art. 11 parágrafo 2º As entidades beneficentes de assistência social que tiveram seus pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social indeferidos, nos 2 (dois) últimos triênios, unicamente por não atenderem ao percentual mínimo de gratuidade exigido, que adotarem as regras do Prouni, nos termos desta Lei,* ***poderão, até 60 (sessenta) dias após a data de publicação desta Lei****, requerer ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS* ***a concessão de novo Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social*** *e, posteriormente, requerer ao Ministério da Previdência Social a isenção das contribuições de que trata o art. 55 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991.*

Note-se que se por um lado a Medida Provisória deixou expresso que se tratava de revisão da decisão de indeferimento do certificado nos dois últimos triênios, por outro a Lei utilizou a expressão "novo" certificado. Foi criada, dessa forma, uma situação dicotômica e, mais do que isso, não isonômica, para as entidades beneficentes de assistência social.

A bem da verdade, a redação diferenciada das duas normas supramencionadas criou três situações jurídicas em relação ao benefício instituído. Primeiramente, para aquelas instituições que aderiram ao Prouni na vigência da Medida Provisória n.º 213, desde que não tenham descumprido os requisitos previstos nos incisos III, IV e V do art. 55 da Lei n.º 8.212, de 1991, que terão modificada a decisão de indeferimento, tornando-se válido os certificados requeridos nos últimos dois triênios.

Em segundo, para as entidades que aderiram ao Prouni na vigência da Lei n.º 11.096, no prazo estipulado por esta, isto é, sessenta dias após sua publicação, que puderam solicitar a concessão de novo certificado, desde que o motivo dos

indeferimentos anteriores tenha se pautado tão-somente no não cumprimento do percentual mínimo de aplicação em gratuidade.

Por fim, para as instituições que, por qualquer justo motivo tenha sido impossível aderir ao Prouni no prazo estipulado da Lei e que, apenas por tal razão, não poderão usufruir o benefício instituído. Neste caso, especificamente, pela razão do descumprimento formal, as instituições não poderão ter revisto a decisão de indeferimento.

Ocorre que, no caso, deve ser observado o princípio da isonomia necessário quando de trata de incentivo fiscal para instituições da mesma natureza, conforme o artigo 5º, *caput* da Constituição Federal, e neste sentido, oferecer o mesmo benefício para as instituições que aderiram ao Programa seja na vigência da Medida Provisória, seja na vigência da Lei n.º 11.096, de 2005.

Assim, o incentivo instituído para fomentar a adesão ao Programa, notadamente das instituições filantrópicas, deverá ser reestabelecido o Certificado na forma da Medida Provisória, sob pena de macular o direito destas instituições de receberem tratamento igualitário.

Faz-se necessário acrescentar, ademais, que o objeto do benefício é, justamente, a revisão da decisão de indeferimento dos dois últimos triênios e não a concessão de novo certificado. Até porque, logicamente, não haveria razão em fazer previsão expressa da concessão do certificado para instituições que cumprirem as regras do Prouni nos termos da lei, em especial o regime jurídico estabelecido para as beneficentes de assistência social, pois neste caso tratar-se-ia de direito líquido e certo destas instituições em obter o certificado.

Pelo exposto, com vistas a sanar a irregularidade acima explicitada e oferecer tratamento isonômico para as instituições de mesma natureza jurídica, faz-se preciso alterar a disposição redacional da Lei n.º 11.096, de 2005 no sentido de deixar consignado, expressamente, que as instituições que aderirem ao Prouni, após 60 dias da publicação da Lei, terão revista a decisão de indeferimento da concessão do CEAS dos dois últimos triênios, desde que o único motivo do indeferimento tenha se fundado no não cumprimento da aplicação mínima da receita bruta em atividades assistenciais.

Sala da Comissão, em ..... de .....

DEPUTADO Waldir Maranhão
PP/MA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00229

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, 07 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
DEPUTADO LOBBE NETO PSDB	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. modificativa 4. X aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o parágrafo único ao artigo 39 da Medida Provisória nº 446, de 2008, passando ter a seguinte redação:

Art. 39. .....

Parágrafo único. Para as entidades beneficentes de assistência social que aderiram ao Prouni, para efeito do que dispõe o *caput,* incluem-se também as que tiveram o certificado indeferido nos últimos cinco anos e que estão discutindo em juízo.

JUSTIFICAÇÃO

Há necessidade de dar um tratamento isonômico para todas as entidades beneficentes de assistência social que aderiram o Prouni. Muitas entidades de educação que aderiram ao Prouni não tiveram seus certificados renovados ou restabelecidos, mesmo tenho previsão expressa na Medida Provisória nº 213, de 2004. Entretanto, as referidas entidades estão concedendo bolsas ao Prouni por intermédio de seleção por parte do Ministério da Educação,mas não tiveram seus certificados renovados.

Trata-se de proposta que corrigir a situação criada pela Lei n.º 11.096, de 14 de janeiro de 2005 e que foi alterada em relação ao que dispunha a Medida Provisória nº 213, de 2004.

Tal Medida Provisória, que primeiro deu origem ao Prouni, em seu artigo 11, parágrafo 2º, estabeleceu a seguinte previsão como forma de fomentar a adesão das instituições de natureza beneficentes de assistência social a aderirem ao Prouni:

> *Art. 11 parágrafo 2º As entidades beneficentes de assistência social que adotarem as regras do Prouni, nos termos do caput, poderá, mediante pedido expresso, solicitar ao Ministro de Estado da Previdência Social o* ***reexame de seus processos, com a eventual restauração do certificado de entidade beneficente de assistência social*** *e restabelecimento da isenção de contribuições sociais, desde que o indeferimento ou o cancelamento da isenção,* ***ocorridos nos últimos dois triênios****, não tenha sido em razão do descumprimento dos requisitos previstos nos incisos III, IV e V do art. 55 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991.*

A Medida transformou-se em Lei, com alterações, modificando a previsão acima estabelecida:

> *Art. 11 parágrafo 2º As entidades beneficentes de assistência social que tiveram seus pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social indeferidos, nos 2 (dois) últimos triênios, unicamente por não atenderem ao percentual mínimo de gratuidade exigido, que adotarem as regras do Prouni, nos termos desta Lei,* ***poderão, até 60 (sessenta) dias após a data de publicação desta Lei****, requerer ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS* ***a concessão de novo Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social*** *e, posteriormente, requerer ao Ministério da Previdência Social a isenção das contribuições de que trata o art. 55 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991.*

Note-se que se por um lado a Medida Provisória deixou expresso que se tratava de revisão da decisão de indeferimento do certificado nos dois últimos triênios, por outro a Lei utilizou a expressão "novo" certificado. Foi criada, dessa forma, uma situação dicotômica e, mais do que isso, não isonômica, para as entidades beneficentes de assistência social.

A bem da verdade, a redação diferenciada das duas normas supramencionadas criou três situações jurídicas em relação ao benefício instituído. Primeiramente, para aquelas instituições que aderiram ao Prouni na vigência da Medida Provisória n.º 213, desde que não tenham descumprido os requisitos previstos nos incisos III, IV e V do art. 55 da Lei n.º 8.212, de 1991, que terão modificada a decisão de indeferimento, tornando-se válido os certificados requeridos nos últimos dois triênios.

Em segundo, para as entidades que aderiram ao Prouni na vigência da Lei n.º 11.096, no prazo estipulado por esta, isto é, sessenta dias após sua publicação, que puderam solicitar a concessão de novo certificado, desde que o motivo dos indeferimentos anteriores tenha se

pautado tão-somente no não cumprimento do percentual mínimo de aplicação em gratuidade.

Por fim, para as instituições que, por qualquer justo motivo tenha sido impossível aderir ao Prouni no prazo estipulado da Lei e que, apenas por tal razão, não poderão usufruir o benefício instituído. Neste caso, especificamente, pela razão do descumprimento formal, as instituições não poderão ter revisto a decisão de indeferimento.

Ocorre que, no caso, deve ser observado o princípio da isonomia necessário quando de trata de incentivo fiscal para instituições da mesma natureza, conforme o artigo 5º, *caput* da Constituição Federal, e neste sentido, oferecer o mesmo benefício para as instituições que aderiram ao Programa seja na vigência da Medida Provisória, seja na vigência da Lei n.º 11.096, de 2005.

Assim, o incentivo instituído para fomentar a adesão ao Programa, notadamente das instituições filantrópicas, deverá ser reestabelecido o Certificado na forma da Medida Provisória, sob pena de macular o direito destas instituições de receberem tratamento igualitário.

Faz-se necessário acrescentar, ademais, que o objeto do benefício é, justamente, a revisão da decisão de indeferimento dos dois últimos triênios e não a concessão de novo certificado. Até porque, logicamente, não haveria razão em fazer previsão expressa da concessão do certificado para instituições que cumprirem as regras do Prouni nos termos da lei, em especial o regime jurídico estabelecido para as beneficentes de assistência social, pois neste caso tratar-se-ia de direito líquido e certo destas instituições em obter o certificado.

Pelo exposto, com vistas a sanar a irregularidade acima explicitada e oferecer tratamento isonômico para as instituições de mesma natureza jurídica, faz-se preciso alterar a disposição redacional da Lei n.º 11.096, de 2005 no sentido de deixar consignado, expressamente, que as instituições que aderirem ao Prouni, após 60 dias da publicação da Lei, terão revista a decisão de indeferimento da concessão do CEAS dos dois últimos triênios, desde que o único motivo do indeferimento tenha se fundado no não cumprimento da aplicação mínima da receita bruta em atividades assistenciais.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00230

Data: 12/11/2008	Proposiação: MP 446/2008
Autor: Senador Francisco Dornelles - PP	Nº Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva Global

Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

TEXTO

Inclua-se parágrafo único, no artigo 39, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Consideram-se, também, deferidas, as alegações, impugnações ou recursos apresentados com fundamento no artigo 32, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, pelas entidades regulamentadas pela Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, em processos administrativos perante quaisquer pessoas jurídicas de direito público, seus órgãos, ministérios, secretarias, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, ainda pendentes de julgamento."

JUSTIFICAÇÃO

A emenda esclarece o efeito das alegações em processos administrativos perante pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, secretarias, desdobramentos e repartições de qualquer natureza.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00231

Data: 12/11/2008	Proposição: MP 446/2008

Autor: Senador José Agripino - DEM	Nº Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva Global

Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

TEXTO

Inclua-se parágrafo único, no artigo 39, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Consideram-se, também, deferidas, as alegações, impugnações ou recursos apresentados com fundamento no artigo 32, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, pelas entidades regulamentadas pela Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, em processos administrativos perante quaisquer pessoas jurídicas de direito público, seus órgãos, ministérios, secretarias, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, ainda pendentes de julgamento."

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 446 concede benefícios somente a um ente dos constantes da alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, qual seja o de assistência social, saúde ou educação.

A referida emenda apenas estende aos demais entes que possuem imunidade tributária, tratados na alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, o mesmo benefício ora concedido a tão somente um daqueles.

Dessa forma, emenda visa, de acordo com o princípio da isonomia, dar tratamento igual àqueles que são entendidos como iguais nos benefícios elencados no dispositivo constitucional.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00232

DATA	PROPOSIÇÃO
	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446/2008

AUTOR	Nº PRONTUÁRIO
Dep. Dr. Pinotti	

TIPO

1 () SUPRESSIVA 2 (x) SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se da Medida Provisória em estudo, o seu art. 40.

JUSTIFICATIVA

Se o pedido de concessão originária de Certificado de Entidade Beneficiente de Assistência Social for deferido pelo ministério responsável, conforme determina o art. 36 da MP, não precisa o art. 40 repetir que o certificado obtido será reconhecido como "certificação de entidade para efeitos da isenção de que trata esta Medida Provisória, desde que atendidos os demais requisitos nela previstos." É óbvio que a emissão do certificado pelo ministério responsável deve observar os requisitos definidos pela MP (que vai se transformar em lei). Nesse sentido, propomos a supressão do art. 40.

ASSINATURA

___/___/___

MP 446 2008 emenda Dr Pinotti 7.doc

MPV - 446
00233

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autor	nº do prontuário
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - PSDB	

☒ 1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
	40			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se o art. 40, da Medida Provisória nº 446, de 07 de novembro de 2008, de acordo com a seguinte redação:

"Art. 40. A concessão originária ou o pedido de renovação, deferidos ou indeferidos definitivamente pelos Ministérios responsáveis, nos termos dos arts 36 e seguintes, deste Capítulo, serão reconhecidos como certificação da entidade para efeito da isenção de que trata esta Medida, **desde que sejam atendidos os demais requisitos, nela previstos, e não tenham sido objeto de questionamento administrativo, pendente de exame e decisão, ou questionamento judicial, este último com sentença definitiva, transitada em julgado."**

Justificação

Não há como atribuir valor jurídico diverso a concessões originárias e a pedidos de renovação do CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, em razão da adoção de tratamento absolutamente excepcionais e díspares.

Essa assertiva se torna ainda mais cabível por conta do cerceamento de recurso às decisões que vierem a ser proferidas pelos Ministérios responsáveis em processos de concessão originária, pendentes de julgamento no CNAS (art. 36, § 2º), como também pelos procedimentos excepcionais, por paralelismo da extinção do recursos quanto a deferimentos do CNAS em renovações e concessões originárias, constantes dos art. 38, da Medida Provisória.

A argumentação se prolonga e ganha força, na constatação do que se repete, em formato diferenciado, no art. 37, ao blindar contra representações os deferimentos de pedidos de renovação, pendentes de julgamento pelo CNAS, considerados automaticamente deferidos pela Medida Provisória e ao desconhecer, com base ainda na Medida Provisória (art. 39), os pedidos de reconsideração e recursos contra o indeferimento pelo CNAS em processos de renovação, também deferidos pelo mesmo dispositivo.

Por essa razões, a proposta de alteração do art. 40 nivela de modo indistinto o valor jurídico das decisões de deferimento ou indeferimento, envolvendo processos de concessão originária e de renovação de certificação, que, embora vinculados à legislação anterior, emanam do novo contexto jurídico de competências, aproveitando-se para ressalvar o imperativo de atender a questionamentos administrativos e judiciais.

PARLAMENTAR

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2008

MPV - 446
00234

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à presente Medida Provisória, o seguinte artigo 40, renumerando-se os posteriores:

"Art. 40. Os Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome expedirão, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, os Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social considerados deferidos nos termos dos artigos precedentes".

Justificação

Com este dispositivo, pretende-se que a Administração Pública tenha, por seus agentes, a responsabilidade de emitir, em prazo definido, atos administrativos de concretização das regras trazidas na MP, no caso, a expedição dos Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social.

A medida atende a princípios a que se sujeita a Administração Pública, como o da publicidade, o da eficiência e o da razoável duração dos processos administrativos (arts. 37 e 5.º, LXXVIII).

É preciso que haja um ato administrativo a materializar o deferimento dos Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Sócia por meio de divulgação oficial, levando-o ao conhecimento de todos.

Como deve a entidade manter placa indicativa de sua condição de beneficente, com menção aos serviços prestados gratuitamente (art. 45), é importante que ela detenha em seu poder o certificado que materialize a condição referida.

É necessário também que esta materialização seja rápida, eficaz e despida da excessiva burocracia que vemos a todo o momento quando buscamos um posicionamento e uma resposta da Administração Pública.

A celeridade do processo implica a instalação de uma estrutura ágil e capaz de conferir rápida tramitação.

É o mesmo princípio que exige da Administração Pública a manifestação em tempo razoável, de que é exemplo o artigo 49 da Lei 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias para que a Administração decida seus processos, com prorrogação por igual período expressamente motivada.

Assim como os cidadãos submetem-se a prazos para o cumprimento de suas obrigações, também deve a Administração ser compelida a cumprir seus deveres em tempo razoável e predeterminado.

Daí o estabelecimento de prazo para que a Administração expeça os Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social, de modo que possam ter as entidades beneficentes meios de exigir o cumprimento desta regra, caso não seja observada.

Sala das sessões, em 14 de novembro de 2008

Dep. Paes Landim
Deputado Federal
PTB - PI

MPV - 446

00235

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado WALDIR NEVES	

1. X Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 41	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 41 da proposição em epígrafe.

JUSTIFICATIVA

O art. 41 determina a prorrogação automática por um ano do prazo de validade de certificados de entidade beneficente de assistência social que expirarem nesse mesmo prazo, a contar da publicação da MP. Novamente, temos uma medida que atinge frontalmente a moralidade administrativa, permitindo que entidades se mantenham irregulares sem qualquer fiscalização por um extenso lapso temporal, e eventualmente, permaneçam usufruindo, durante o período, de benefícios fiscais. Por exemplo, a MP foi publicada em 10 de novembro de 2008. Uma entidade cujo certificado expira em 9 de novembro de 2009, terá sua condição de entidade beneficente automaticamente prorrogada até 9 de novembro de 2010! O dispositivo exige que os requisitos legais sejam observados, mas quem garante (e fiscaliza) que serão?

PARLAMENTAR

MPV - 446

00236

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
11/11/2008	Medida Provisória n.º 446, de 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Arnaldo Faria de Sá PTB	337

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [X] modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 41	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008.

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se, a expressão "expirarem no prazo de doze meses", na redação do artigo 41 da Medida Provisória nº 446, de 2008, pela expressão **"expirarem no prazo de dezoito meses"**, mantendo-se o restante do teor originário.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda se justifica, pela simples aplicabilidade da norma à realidade do mercado, que desta maneira alcançaria uma grande população envolvida no setor.

PARLAMENTAR

ARNALDO FARIA DE SÁ
Deputado Federal – São Paulo

MPV - 446

00237

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autor	nº do prontuário
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - PSDB	

☒ 1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
	41			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se o art. 41, da Medida Provisória nº 446, de 07 de novembro de 2008, de acordo com a seguinte redação:

"Art. 41. Os Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social, que expirarem no prazo de doze meses contados da publicação desta Medida Provisória, ficam prorrogados por doze meses, desde que a entidade mantenha os requisitos, exigidos pela legislação vigente à época de sua concessão ou renovação **e não tenham sido objeto de questionamento administrativo ou judicial, suscetível de imputar-lhe prejuízo, conforme regulamento, assegurados de qualquer forma o contraditório e amplo direito de defesa.**"

Justificação

A prorrogação, ainda que sujeita a certa automaticidade, não pode atropelar os primados do processo administrativo que mandam pelo menos examinar quanto a sua procedência os questionamentos administrativos. Igualmente, não tem como desconhecer questionamentos judiciais, quando os seus fundamentos ou sentença que dele decorrer recomendar peremptoriamente a sua não efetivação.

Assim, exige o trato com a coisa pública, ainda mais quando envolva renúncia fiscal a adoção de redobrados cuidados, para não nivelar, entidades cujo histórico, deixem de recomendar essa providência, obviamente com garantia de meios que lhes permitam, defende-se de denúncias, acusações e outros libelos do gênero que sejam injustos, de modo a procurar se separar adequadamente o joio do trigo.

mento pelo CNAS, considerados automaticamente deferidos pela Medida Provisória e ao desconhecer, com base ainda na Medida Provisória (art. 39), os pedidos de reconsideração e recursos contra o indeferimento pelo CNAS em processos de renovação, também deferidos pelo mesmo dispositivo.

Diante do exposto, a modificação do art. 41 pretende municiar a Administração Pública de instrumentos de ação, que não a coloquem diante de fatos consumados, senão de difícil reversibilidade, pelo menos capazes aumentar o prejuízo ao Erário.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00238

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	Proposição
16/11/2008	Medida Provisória nº 446/08

Autor	nº do prontuário
Senador Flávio Arns / PT-PR	

1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global

Página 5	Artigo 42	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O artigo 42 da MP 446, de 7 de novembro de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 42. A entidade que tenha interesse em obter ou manter a isenção deverá formular requerimento de certificação como entidade beneficente de assistência social, nos termos do disposto no Capítulo II, após transcorrido o prazo de validade dos Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social vigentes, observado o disposto no artigo 41."

JUSTIFICAÇÃO:

A presente emenda tem por objetivo esclarecer que o requerimento de certificação, na forma proposta pela MP, apenas ocorrerá quando da perda de validade dos Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social hoje vigentes e, inclusive prorrogados na forma do art. 41.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00239

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	44			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 44, da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 44 **Os Conselhos Nacionais de Saúde, de Educação e de Assistência Social** informarão à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na forma e prazo por ela estabelecidos, os pedidos de certificação originária e de renovação deferidos e os definitivamente indeferidos nos termos da Seção IV do Capítulo II.

Justificativa

O objetivo desta emenda é confirmar a participação dos Conselhos Nacionais de Saúde, Educação e Assistência Social (CNS, CNE e CNAS) em todas as fases relativas ao processo de certificação e renovação de entidade beneficente que atue nessas áreas, bem como no caso de recursos, com poder de deliberação, e não apenas com o papel de acompanhar e fiscalizar o processo. , inclusive com relação aos casos de pedidos de certificação originária e de renovação deferidos nos termos da Seção IV do Capítulo II.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS 00240

data	proposição
11/11/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446, DE 2008

autor	nº do prontuário
Deputado Arnaldo Faria de Sá PTB	337

1 [ ] Supressiva 2. [ ] substitutiva [x] modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página 1/1	Artigo 45	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao caput do artigo 45 da Medida Provisória nº 446, de 2008, a seguinte redação:

" Art. 45 As entidades isentas na forma desta lei deverão manter, em local visível ao público, placa indicativa contendo informações sobre a sua condição de beneficente e área de atividade, conforme o art.1º.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda procede por uma questão de ordem prática, uma vez que não se pode exigir que entidade beneficente coloque placa em local visível com a indicação dos serviços que presta gratuitamente, pois isso seria o mesmo que exigir a confecção de placa contendo verdadeiro rol de procedimentos enorme.

PARLAMENTAR

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo

MPV - 446

00241

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 2008

Autor	Nº do prontuário
Deputado Eduardo Barbosa - PSDB	230

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. (X) Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
	45	Único		

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O Art. 45 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo Único:

Parágrafo Único: A inscrição das entidades nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios, ou dos Estados, ou do Distrito Federal, substitui, para todos os efeitos, o registro no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS de que trata o inciso IV, do art. 18, da Lei nº 8.742, de 1993, revogado pelo art. 48 desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

O registro das entidades no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS é um elemento utilizado para identificar o reconhecimento das entidades sem fins lucrativos que o detém. Ao deferir o pedido de registro à determinada organização, o Conselho praticamente referendava a sua condição de entidade apta a ser parceira na execução e no controle social das políticas públicas, o que facilitava sobremaneira a vida da entidade no momento de comprovar tal condição.

Com a edição desta Medida Provisória, que retira do CNAS a função de conceder registro e atestado de entidade beneficente de assistência social, entendemos ser oportuna a substituição do registro nacional pela inscrição municipal, ou estadual, ou distrital, quando for o caso, para que não haja necessidade de criar um novo instrumento de identificação das entidades junto aos órgãos públicos, em especial. Ademais, esta MP não transferiu a competência de conferir registro para nenhum outro órgão, denotando a intenção de extinguir este instrumento da esfera federal.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00242

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição
17/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 07 de novembro de 2008

Autor	nº do prontuário
DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO / PT	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se parágrafo único ao artigo 45 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único. Cada Ministério referido no *caput* deste artigo deverá manter em sua página, na internet, para fins de consultas públicas:

I- Relação das entidades ligadas à sua área de atuação, que gozam da condição de certificada de beneficente de assistência social;

II- Discriminação dos serviços prestados por essas entidades;

III- Indicação dos municípios onde as referidas entidades desenvolvem suas atividades."

JUSTIFICATIVA:

O dispositivo que ora se acrescenta à MP 446, de 7 de novembro de 2008, objetiva possibilitar aos cidadãos, de modo geral, e aos beneficiários das entidades para as quais foram concedidas certificações de beneficentes de assistência social, em particular, um mais amplo conhecimento das pessoas jurídicas que, nos termos do art. 28, da referida MP, tornaram-se merecedoras do direito à isenção das contribuições sociais, bem como dos serviços prestados por essas entidades

PARLAMENTAR

17 de novembro de 2008.

Francisco Praciano – PT/AM

MPV - 446

00243

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	46			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 46, da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46 **Os Conselhos Nacionais de Saúde, de Educação e de Assistência Social, e o Ministério da Fazenda** editarão os atos complementares necessários à execução desta Medida Provisória.

Justificativa

O objetivo desta emenda é confirmar a participação dos Conselhos Nacionais de Saúde, Educação e Assistência Social (CNS, CNE e CNAS) em todas as fases relativas ao processo de certificação e renovação de entidade beneficente que atue nessas áreas, bem como no caso de recursos, com poder de deliberação, e não apenas com o papel de acompanhar e fiscalizar o processo.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00244

Data	Proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 2008

Autor	Nº do prontuário
Deputado Eduardo Barbosa - PSDB	230

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. (X) Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
	47			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 47 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 47. O art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

XV – acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações de assistência social junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome;

XVI – apreciar relatório anual que conterá a relação de entidades e organizações de assistência social certificadas como beneficentes e encaminhá-lo para conhecimento dos Conselhos de Assistência Social dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda propõe que os incisos acrescentados recebam numeração na seqüência crescente em relação ao já existente, pois da forma proposta na Medida Provisória, a alteração dos incisos III e IV significa, na verdade, a revogação dos mesmos. Assim, evitar-se-á que no futuro, caso seja necessário a remissão aos incisos III e IV que ora vigoram, os teor dos mesmos não seja confundido com o que propões a redação da MP.

PARLAMENTAR

MPV - 446

00245

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
14/11/2008	Medida Provisória nº 446/2008

Autora	nº do prontuário
Dep. Rita Camata (PMDB/ES)	279

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. * modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
	47			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 47, da MP 446/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47 Os incisos III e IV do art. 18 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

III - observado o disposto em regulamento, estabelecer procedimentos para concessão de registro e certificado de entidade beneficente na área de assistência social **às instituições que atuem na área de atendimento e defesa de direitos;**
IV - conceder registro e certificado de entidade beneficente **na área** de assistência social"

Justificativa

O objetivo desta emenda é confirmar a participação do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS em todas as fases relativas ao processo de certificação e renovação de entidade beneficente que atue nessas áreas, bem como no caso de recursos, com poder de deliberação, e não apenas com o papel de acompanhar e fiscalizar o processo.

PARLAMENTAR

Dep. Rita Camata – PMDB/ES

MPV - 446

00246

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 12/11/2008	Proposição: MP 446/2008

Autor: Deputado Eduardo Cunha - PMDB	Nº Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva Global

Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

TEXTO

Inclua-se novo artigo 48, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

"Art. 48. O artigo 32, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 11. Somente se inicia o procedimento que visa a suspensão da imunidade tributária dos partidos políticos após trânsito em julgado de decisão do Tribunal Superior Eleitoral que julgar irregulares ou não prestadas, nos termos da Lei, as devidas contas à Justiça Eleitoral.

§ 12. A autoridade tributária competente deverá observar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade quando da faculdade de suspensão do benefício.

§ 13. A entidade interessada disporá de todos os meios legais para impugnar os fatos que determinam a suspensão do benefício."

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 446 concede benefícios somente a um ente dos constantes da alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, qual seja o de assistência social, saúde ou educação.

A referida emenda apenas estende aos demais entes que possuem imunidade tributária, tratados na alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, o mesmo benefício ora concedido a tão somente um daqueles.

Dessa forma, emenda visa, de acordo com o princípio da isonomia, dar tratamento igual àqueles que são entendidos como iguais nos benefícios elencados no dispositivo constitucional.

Assinatura

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00247

Data: 13/11/2008	Proposição: MP 446/2008

Autor: Senador Francisco Dornelles	Nº Prontuário:

1.☐ Supressiva 2.☐ Substitutiva 3.☐ Modificativa 4.☒ Aditiva 5.☐ Substitutiva Global

Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

TEXTO

Inclua-se novo artigo 48, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

"Art. 48. O artigo 32, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 11. Somente se inicia o procedimento que visa a suspensão da imunidade tributária dos partidos políticos após trânsito em julgado de decisão do Tribunal Superior Eleitoral que julgar irregulares ou não prestadas, nos termos da Lei, as devidas contas à Justiça Eleitoral.

§ 12. A entidade interessada disporá de todos os meios legais para impugnar os fatos que determinam a suspensão do benefício."

JUSTIFICAÇÃO

A emenda objetiva condicionar a suspensão da imunidade tributária à decisão do Tribunal Superior Eleitoral.

Assinatura

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00248

Data: 12/11/2008	Proposição: MP 446/2008

Autor: DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE - P.P	Nº Prontuário:
1.☐ Supressiva 2.☐ Substitutiva 3.☐ Modificativa 4.☒ Aditiva 5.☐ Substitutiva Global	

Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

TEXTO

Inclua-se novo artigo 48, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

"Art. 48. O artigo 32, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 11. Somente se inicia o procedimento que visa a suspensão da imunidade tributária dos partidos políticos após trânsito em julgado de decisão do Tribunal Superior Eleitoral que julgar irregulares ou não prestadas, nos termos da Lei, as devidas contas à Justiça Eleitoral.

§ 12. A autoridade tributária competente deverá observar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade quando da faculdade de suspensão do benefício.

§ 13. A entidade interessada disporá de todos os meios legais para impugnar os fatos que determinam a suspensão do benefício."

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 446 concede benefícios somente a um ente dos constantes da alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, qual seja o de assistência social, saúde ou educação.

A referida emenda apenas estende aos demais entes que possuem imunidade tributária, tratados na alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, o mesmo benefício ora concedido a tão somente um daqueles.

Dessa forma, emenda visa, de acordo com o princípio da isonomia, dar tratamento igual àqueles que são entendidos como iguais nos benefícios elencados no dispositivo constitucional.

Assinatura

MPV - 446

00249

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 12/11/2008	Proposição: MP 446/2008
Autor: Deputado Ricardo Berzoini - PT	Nº Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva Global

Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

TEXTO

Inclua-se novo artigo 48, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

"Art. 48. O artigo 32, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 11. Somente se inicia o procedimento que visa a suspensão da imunidade tributária dos partidos políticos após trânsito em julgado de decisão do Tribunal Superior Eleitoral que julgar irregulares ou não prestadas, nos termos da Lei, as devidas contas à Justiça Eleitoral.

§ 12. A autoridade tributária competente deverá observar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade quando da faculdade de suspensão do benefício.

§ 13. A entidade interessada disporá de todos os meios legais para impugnar os fatos que determinam a suspensão do benefício."

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 446 concede benefícios somente a um ente dos constantes da alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, qual seja o de assistência social, saúde ou educação.

A referida emenda apenas estende aos demais entes que possuem imunidade tributária, tratados na alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, o mesmo benefício ora concedido a tão somente um daqueles.

Dessa forma, emenda visa, de acordo com o princípio da isonomia, dar tratamento igual àqueles que são entendidos como iguais nos benefícios elencados no dispositivo constitucional.

Assinatura

MPV - 446

00250

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 2008

Autor	Nº do prontuário
Deputado Eduardo Barbosa – PSDB	230

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. (X) Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
	48			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O inciso II do art. 48 passa a vigorar com a seguinte redação:

II - o § 3°do art. 9°, os incisos III e IV e o parágrafo único do art. 18 da Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

JUSTIFICAÇÃO

A emenda sugere a revogação dos incisos III e IV do art. 18 e não a modificação do seu teor, já a modificação proposta nesta Medida Provisória na realidade insere um novo conteúdo aos referidos incisos.

PARLAMENTAR

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00251

Data: 12/11/2008	Proposição: MP 446/2008

Autor: Senador José Agripino -DEM	Nº Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva Global

Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

TEXTO

Inclua-se novo artigo 48, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

"Art. 48. O artigo 32, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 11. Somente se inicia o procedimento que visa a suspensão da imunidade tributária dos partidos políticos após trânsito em julgado de decisão do Tribunal Superior Eleitoral que julgar irregulares ou não prestadas, nos termos da Lei, as devidas contas à Justiça Eleitoral.

§ 12. A autoridade tributária competente deverá observar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade quando da faculdade de suspensão do benefício.

§ 13. A entidade interessada disporá de todos os meios legais para impugnar os fatos que determinam a suspensão do benefício."

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 446 concede benefícios somente a um ente dos constantes da alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, qual seja o de assistência social, saúde ou educação.

A referida emenda apenas estende aos demais entes que possuem imunidade tributária, tratados na alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, o mesmo benefício ora concedido a tão somente um daqueles.

Dessa forma, emenda visa, de acordo com o princípio da isonomia, dar tratamento igual àqueles que são entendidos como iguais nos benefícios elencados no dispositivo constitucional.

Assinatura

MPV - 446

00252

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 12/11/2008	Proposição: MP 446/2008

Autor: Senador Sérgio Guerra	Nº Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva Global

Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

TEXTO

Inclua-se novo artigo 48, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

"Art. 48. O artigo 32, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 11. Somente se inicia o procedimento que visa a suspensão da imunidade tributária dos partidos políticos após trânsito em julgado de decisão do Tribunal Superior Eleitoral que julgar irregulares ou não prestadas, nos termos da Lei, as devidas contas à Justiça Eleitoral.

§ 12. A autoridade tributária competente deverá observar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade quando da faculdade de suspensão do benefício.

§ 13. A entidade interessada disporá de todos os meios legais para impugnar os fatos que determinam a suspensão do benefício."

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 446 concede benefícios somente a um ente dos constantes da alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, qual seja o de assistência social, saúde ou educação.

A referida emenda apenas estende aos demais entes que possuem imunidade tributária, tratados na alínea 'c' do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, o mesmo benefício ora concedido a tão somente um daqueles.

Dessa forma, emenda visa, de acordo com o princípio da isonomia, dar tratamento igual àqueles que são entendidos como iguais nos benefícios elencados no dispositivo constitucional.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS **MPV - 446**

Data	Proposição	
12/10/2008	MP 446/2008	00253

Autor **nº do prontuário**
FERNANDO CORUJA – PPS/SC

1.() Supressiva	2.( ) substitutiva	3.( ) modificativa	4.(X)aditiva	5.( )Substitutivo global

EMENDA ADITIVA

Insira-se onde couber na Medida Provisória no. 446 de 2008 os seguintes artigos renumerando-se os demais:

"CAPÍTULO IV
DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS A PUBLICIDADE DOS ATOS GOVERNAMENTAIS E DAS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. .Os Ministérios encarregados, nos termos da Lei, de certificação das entidades beneficentes publicarão norma conjunta definindo a documentação necessária e procedimentos para a certificação.

Art. .O processo administrativo de certificação deverá, em cada Ministério envolvido, contar com plena publicidade de sua tramitação devendo permitir a sociedade o acompanhamento pela Internet de todo o processo.

§ 1o A analise dos processos de certificação deverá ordinariamente observar a ordem cronológica de entrada sendo obrigação do Ministério da área dar publicidade em seu sítio na Internet dos processos em análise e suas respectivas posições na fila de análise.

§ 1o Quando por interesse público for necessária a priorização de uma categoria de entidade o Ministério deverá tornar público o critério de definição de prioridades sendo que

as instituições prioritárias terão seus processos analisados obedecendo entre elas a ordem cronológica de entrada do pedido.

Art. .Os Ministérios responsáveis pela certificação deverão manter nos seus respectivos sítios na Internet lista atualizada com os dados relativos aos certificados emitidos, seu período de vigência, e sobre as entidades certificadas incluindo os serviços prestados por essas dentro do âmbito certificado e recursos financeiros a elas destinados.

Art. .Caberá aos Ministérios certificadores a manutenção de sistema de para auditar a atuação e os resultados obtidos pelas entidades e para coleta de denúncias que deverão ser encaminhadas ao Ministério Público para as devidas providências.

Art. .Caberá a Secretaria da Receita Federal a criação de sistema para a auditoria fiscal das entidades certificadas."

JUSTIFICATIVA

Numerosas denuncias são feitas regularmente quanto à existência de distorções no sistema de Entidades Beneficentes, inclusive manchando a reputação de entidades históricas como as Santas Casas de Misericórdias que a mais de quatrocentos anos prestam serviços sociais no Brasil. Parte substantiva dessas denuncias referem-se a entidades que não prestam verdadeiros serviços à sociedade e que vem usufruindo dos privilégios tributários concedidos.

De acordo com a inspeção do Tribunal de Contas para analisar os benefícios fiscais concedidos a Entidades Beneficentes de Assistência Social, em particular escolas, faculdades, universidades e hospitais, e a atividade de fiscalização desses benefícios por parte dos órgãos responsáveis, foi realizada auditoria de conformidade no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), na Secretaria da Receita Previdenciária e na Secretaria da Receita Federal., relatada no Acórdão 292/2007, fica claro que tal instrumento

tem sido utilizado de maneira incorreta, contrariando o princípio de transparência que motivou sua criação.

A Lei 8.742/93 em seu Art. 4.o inciso V enuncia como princípio do sistema a *"divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão"* e no Art. 5 aparece como diretriz *"a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis"* mais adiante no Art. 31 que *"Cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos estabelecidos nesta lei"*.

A emenda que estamos apresentando encaminha-se na direção de aumentar a transparência do processo de concessão dos Certificados de Filantropia. Ao envolver o Ministério Público e a Secretaria da Receita Federal pretende acrescentar qualidade e competência técnica e administrativa para a averiguação das informações prestadas evitando os lamentáveis fatos já observados no setor. O uso das ferramentas tecnológicas modernas como a Internet para a publicização dos atos e procedimentos administrativos somente pode levar a ampliação do cumprimento dos principios já consagrados na "Lei da Assistência Social".

Por esses motivos que solicitamos o apoio dos pares para a aprovação dessa emenda.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2008.

Deputado Fernando Coruja

PPS/SC

MPV - 446

00254

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição
12 / 11 / 2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

Autor	nº do prontuário
Gorete Pereira - PR	100

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo Global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

"As entidades filantrópicas poderão parcelar, em até 240 meses, os débitos relativos ao não recolhimento das contribuições do empregado com o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

JUSTIFICAÇÃO

As entidades sem fins lucrativos, principalmente da área de saúde, reconhecem que essas dívidas são consideradas apropriação indébita. Entretanto, ressaltam que o débito foi provocado pela grande demanda pelos serviços, bem como pela defasagem na tabela dos SUS – Sistema Único de Saúde. As entidades preferiram pagar o salário do trabalhador em vez de recolher as contribuições e entendem que o Estado também deve participar na busca de solução para o problema. As dívidas são muitas e levaram muitas delas a fechar suas portas, deixando à mingua a população carente que tem nessas instituições a única opção de acesso aos serviços de saúde. Por este motivo, entendemos que é necessário parcelar a dívida e dar as entidades filantrópicas a oportunidade de quitarem seus débitos com a União.

PARLAMENTAR

Deputada Gorete Pereira

MPV - 446

00255

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição
05/11/2008	Medida Provisória nº 446, de 07 de novembro de 2008

Autor	nº do prontuário
Dep. Milton Monti (PR/SP)	

1. ❹ Supressiva 2. ❹ Substitutiva 3. ❹ Modificativa 4. XX Aditiva 5. ❹ Substitutivo global

Página	ANEXO	Parágrafo	Inciso	alínea
01 de 01				

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se o seguinte Artigo nesta Medida Provisória:

"Art.... Para fins de apoio à transferência definitiva do domínio da Malha Rodoviária Federal para os Estados, que estava prevista na Medida Provisória no 82, de 7 de dezembro de 2002, fica o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT autorizado a utilizar recursos federais para executar obras de conservação, recuperação, restauração, construção, adequação e sinalização das rodovias transferidas e para supervisionar e elaborar os estudos e projetos de engenharia que se fizerem necessários.
Parágrafo único – A autorização objeto deste artigo independe de solicitação prévia dos respectivos Governos Estaduais ou da natureza regular ou emergencial caso exigidas, e vigorará até que definitivamente concluídos os processos de transferência dos trechos rodoviários aos Estados contemplados com a efetiva assunção da sua administração."

JUSTIFICATIVA

O artigo 19, da Lei nº 11.314 de 03.07.2006, estabelece a possibilidade do DNIT aplicar recursos federais para executar obras de conservação, recuperação, restauração, construção, sinalização, supervisão e elaboração de estudos e projetos de engenharia referentes aos trechos das rodovias federais transferidos aos Estados por meio da Medida Provisória nº 82//2002.
O referido dispositivo legal prevê como data limite para atuação do DNIT o dia 31.12.2008, pelo que sugiro que aquela autorização legal seja prorrogada até que sejam efetivamente concluídos os processos de transferência dos trechos federais aos Estados contemplados e efetiva assunção da sua administração, bem assim que a autorização seja dada independentemente da solicitação de apoio pelo Estado membro.
Caso não se promova a referida prorrogação até o dia 31.12.2008, o DNIT estará impedido, a partir de 01.01.2009, de aplicar os recursos federais de que dispõe para aqueles fins, ainda que as respectivas obras ou serviços tenham sido contratados anteriormente.
Releva considerar que foram inúmeras as iniciativas do DNIT no âmbito da sua atuação institucional desde que foi autorizado a atuar nos referidos trechos rodoviários, cujos efeitos estão se produzindo e irão se produzir para além de 31/12/2008, sem que se saiba ao certo quando estarão concluídos os respectivos processos de transferência.
Assim, a fim de garantir o direito dos usuários ao trânsito seguro, como tal estabelecido no Código Nacional de Trânsito, é absolutamente necessário e urgente a autorização ora proposta.

PARLAMENTAR

Brasília – DF, 12 de novembro de 2008. **Dep. Milton Monti (PR/SP)**

MPV - 446

00256

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição
12 / 11 / 2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

Autor	nº do prontuário
Gorete Pereira - PR	100

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo Global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

"É permitido à entidade filantrópica firmar contrato de prestação de serviços com a iniciativa privada e com órgãos ou entidades da Admininistração Pública como forma de ampliar os recursos para manutenção de sua atividade-fim."

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa possibilitar as entidades filantrópicas desenvolverem atividades complementares para auxiliar no suprimento de seus gastos. Entendemos que a medida contribui para melhorar a atuação social para a qual foram criadas essas instituições.

PARLAMENTAR

Deputada Gorete Pereira

MPV - 446

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00257

Data	Proposição
12 / 11 / 2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

Autor	nº do prontuário
Gorete Pereira PR	100

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo Global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber:

"As entidades filantrópicas, com mais de 30 anos de atividade, ficam anistiadas das dívidas relativas ao não recolhimento de tributos da União e que foram geradas a partir da aplicação de multas".

JUSTIFICAÇÃO

As santas casas de misericórdia e as entidades sem fins lucrativos destinadas a prestar serviços na área de saúde, que dependem do repasse de verbas oriundas do Poder Público, têm comprometidos todos os compromissos financeiros por elas assumidos quando os repasses não são feitos em tempo hábil.

Ressalve-se que para o benefício aqui tratado fica evidenciado que o inadimplemento apurado é alheio à sua vontade, pois se o repasse ocorresse em dia, as obrigações não estariam em atraso.

Existem casos em que a atuação da fiscalização trabalhista causa inúmeros transtornos às entidades filantrópicas, que têm se pautado pelo trabalho em prol de comunidades carentes e que se vêem, temporariamente, sem condições de cumprir as muitas exigências constantes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Nesse contexto, a proposição que ora apresentamos tem por finalidade minorar os efeitos negativos a que se sujeitam essas instituições, propugnando pela extinção do valor das dívidas oriundas da aplicação de multas para as entidades com mais de 30 anos de atividade e que prestam relevantes serviços à sociedade.

PARLAMENTAR

Deputada Gorete Pereira

MPV - 446

EMENDA ADITIVA

00258

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 446, de 2008

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.

Acrescente-se, onde couber, novo artigo à Medida Provisória nº 446, de 2008:

Art. A entidade beneficente poderá ter escritórios de representação no exterior com objetivos específicos de prestar atendimento às comunidades carentes locais e de captar recursos financeiros para projetos sociais no Brasil.

§ 1º.: As despesas de manutenção destes escritórios serão garantidas com recursos captados nos países onde estiverem instaladas.

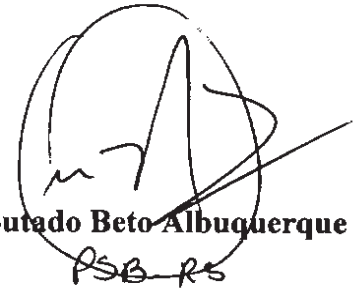
§ 2º.: Os bens constituídos por estes escritórios de representação serão de propriedade da sede da entidade no Brasil.

Justificação

Há inúmeras ofertas de recursos de empresas socialmente responsáveis, fundações e organismos internacionais, além de governos de países ricos, que são destinados ao desenvolvimento das nações pobres ou em desenvolvimento.

A manutenção de escritórios no exterior possibilitará com maior facilidade a obtenção de verbas para bons projetos sociais no Brasil e em países pobres da América Latina e África.

Sala das Sessões, em de novembro de 2008.



Deputado Beto Albuquerque

PSB-RS

MPV - 446

EMENDA ADITIVA 00259

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 446, de 2008

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.

Acrescente-se, onde couber, novo artigo à Medida Provisória nº 446, de 2008:

Art. As entidades beneficentes que tem como principal fonte de renda doações de pessoas físicas através de mecanismos como telemarketing, lançamentos em contas telefônicas, elétricas ou similares, recebimentos de porta em porta, terão descontadas as despesas originadas na captação destes recursos do valor total da receita de onde se obtém o cálculo para os 20% de gratuidade obrigatória no atendimento a pessoas carentes.

Justificação

As despesas com recursos humanos, tarifas telefônicas, prestação de serviços das concessionárias ou pessoas que efetuam o recebimento das doações, representam volume considerável no valor total da receita das entidades e quando do cálculo dos 20% que devem ser destinados obrigatoriamente para o atendimento gratuito às pessoas carentes, distorcem sensivelmente este índice.

Retirando-se do cálculo estes custos de captação, as entidades e os organismos de controle terão visão bastante clara da utilização dos recursos auferidos e será possível constatar que muitas entidades aplicam não somente os 20% obrigatórios, mas percentuais mais elevados em atendimentos gratuitos.

Sala das Sessões, em de novembro de 2008.

Deputado Beto Albuquerque
PSB - RS

MPV - 446
00260

EMENDA ADITIVA

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 446, de 2008

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.

Acrescente-se, onde couber, novo artigo à Medida Provisória nº 446, de 2008:

Art. Em cada um dos Ministérios, Educação, Saúde e Desenvolvimento Social, deverá ser criada uma comissão julgadora com três representantes do ministério equivalente e três representantes da sociedade civil, eleitos pelas entidades detentoras da certificação de entidade beneficente, na área de competência do referido Ministério, que analisarão os processos de certificação e renovação das isenções.

Os membros dessa comissão julgadora terão mandato de 2 anos.

Justificação

É fundamental a participação da sociedade civil, especialmente os especialistas nas áreas de competência de cada ministério, no julgamento dos processos de certificação e renovação do título de entidade beneficente para que não haja eventuais distorções no julgamento dos processos, que podem ocorrer se forem analisados de forma unilateral.

Sala das Sessões, em de novembro de 2008.

Deputado Beto Albuquerque
PSB-RS

EMENDA ADITIVA

MPV - 446
00261

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 446, de 2008

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências.

Acrescente-se, onde couber, novo artigo à Medida Provisória nº 446, de 2008:

Art. Ficam canceladas as multas e juros aplicados sobre débitos fiscais parcelados em programas do governo federal das instituições sem fins lucrativos, portadoras de Utilidade Pública Federal e certificado de Entidade Filantrópica Beneficente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, desde que estas instituições façam a adesão ao parcelamento previsto no § 13 do artigo 4º da Lei 11.345 de 14 de setembro de 2006, cujo prazo de adesão fica reaberto por mais 30 dias a partir da publicação desta lei.

Justificação

As organizações filantrópicas, de utilidade pública e portadoras do CEBAS, prestam inestimáveis serviços ao Estado Brasileiro, assumindo atribuições e encargos que seriam dos poderes constituídos e que nem sempre são supridos por estes.

Muitas participam de programas de parcelamento de dívidas como o REFIS, instituído pelo Governo Federal através da lei 9.964, de 10 de abril de 2000, que permitiu a organização de débitos fiscais de mais de 130 mil empresas e instituições no país. Hoje, por uma série de fatores, apenas 20.060 destas organizações continuam no programa.

Esses parcelamentos, no entanto, criaram um sistema de pagamentos baseado em percentuais da receita destas organizações e na grande maioria dos casos, as cotas são inferiores aos reajustes das dívidas tornado-as cada vez maiores e sem perspectiva de liquidação.

O aumento constante do passivo com o Governo Federal e a falta de um limite de tempo para o término deste, leva as instituições a problemas financeiros sérios que podem resultar até na insolvência destas.

O que se pretende é colocar um limite no prazo de pagamento destes débitos fiscais em no máximo 240 meses, de forma a colocar fim a esses compromissos e tornar as finanças da instituições filantrópicas mais saudáveis e ainda reforçar o caixa do Governo Federal.

Isentando as organizações das multas e juros do período compreendido desde a instituição dos programas de parcelamento até a publicação da lei, o saldo devedor será menor que o atual, que se apresenta na maioria dos caos impagável, injetará novo ânimo aos participantes dos parcelamentos e ainda possibilitará uma entrada de recursos maior ao Estado Brasileiro dentro de um período menor de tempo, visto que as parcelas serão de valor superior ao obtido pela metodologia atual que aplica percentuais sobre a receita bruta das instituições para auferir o valor da mensalidade.

Sala das Sessões, em de novembro de 2008.

Deputado Beto Albuquerque
PSB-RS

EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446

MPV - 446
00262

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências.

Acrescente-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº 446, de 07 de 11 de 2008:

"Art. ... É concedido o perdão integral dos valores tributários decorrentes da aplicação oriunda dos artigos 6º, inciso II, da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, e 56 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, até a presente data.

Parágrafo primeiro. Este perdão abrange o principal, multa e juros, bem como outros acréscimos legais, independentemente do correspondente crédito estar constituído ou não, inscrito em dívida ativa ou não.

Parágrafo segundo. Os valores em curso de cobrança judicial desde que não vinculados à decisão contrária com transito em julgado, estão abrangidos pelo perdão de que trata este artigo, devendo a Procuradoria da Fazenda Nacional certificar-se da inexistência desta condição para a extinção de cada executivo fiscal, o que se dará independentemente do pagamento de custas ou despesas processuais.

Parágrafo terceiro. Os valores depositados em juízo cujos processos não tenham até a presente data transitado em julgado, poderão ser levantados em favor dos contribuintes.

Parágrafo quarto. Os valores pagos até a presente data pelas sociedades de profissionais a que alude o caput deste artigo, poderão ser objeto de restituição e compensação nos termos da legislação vigente."

JUSTIFICATIVA

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em sessão realizada no dia 17 de setembro de 2008, por ocasião do julgamento dos Recursos Extraordinários 377457-PR e 381964-MG que, em sessão empatada de 5 votos a 5 votos, deixou de modular os efeitos no tempo da cobrança da COFINS das sociedades de profissão regulamentada (advogados, arquitetos, contadores, engenheiros, médicos, entre outras profissões liberais) então assegurada a toda a sociedade pela jurisprudência consolidada do STJ através da Súmula 276, fazendo surgir da noite para o dia para estes profissionais um passivo inesperado e até então inexistente, acrescido de juros e multas.

Considerando que as relações entre o Erário e os cidadãos deve ser caracterizada pela segurança e estabilidade de suas relações jurídicas, todos os valores tributários oriundos da aplicação isolada ou conjunta dos artigos 6º da Lei Complementar 70, de 30 de dezembro de 1991 e o artigo 56 da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, até a presente data, passam a estar integralmente alcançados pelos efeitos do artigo 156, inciso IV, do Código Tributário Nacional, que prevê a extinção pela remissão.

Como parcela significativa destes valores tributários nunca chegou a ser arrecadado, o perdão integral e total destes valores (principal, juros e multa) não implica prejuízo aos cofres públicos, consubstanciando o cumprimento desta prescrição a restauração do equilíbrio no relacionamento entre o Fisco e os contribuintes.

Para que os contribuintes que procuraram o Poder Judiciário ou simplesmente pagaram tais valores tenham seus comportamentos incentivados, a redação traz a estes a possibilidade de recuperarem seus pagamentos, desde que observado o respeito à coisa julgada, como bem determina o artigo 5º, incisos XXXV e XXXVI da Constituição Federal. Com isso evita-se a distinção de contribuintes e se prestigia a segurança e estabilidade das relações jurídicas tributárias, semeando-se a confiança na correta interpretação da legislação.

As disposições em questão são de interesse comum de toda a sociedade, que deve encontrar no Poder Judiciário e no Poder Legislativo resposta ao seu anseio por equilíbrio, segurança e transparência em seu relacionamento com os órgãos da Administração Pública.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 2008

Deputado JILMAR TATTO
PT-SP

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00263

2 DATA	3 PROPOSIÇÃO
11/11/2008	Medida Provisória n 446, de 7 de novembro de 2008

4 AUTOR	5 N. PRONTUÁRIO
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	454

6

1- [ ] SUPRESIVA 2- [ ] SUBSTITUTIVA 3- [ ] MODIFICATIVA 4- [X] ADITIVA 9- [ ] SUBSTITUTIVO GLOBAL

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº 446, de 2008

Art. ... As entidades de educação com certificação, nos termos da presente Medida Provisória, poderão participar de Programa de Assistência ao Aluno da Educação Básica e do Ensino Técnico-PROAB, sob a gestão do Ministério da Educação-MEC, destinado à concessão de bolsas de estudo, integrais e parciais e financiamento a estudantes em instituições privadas de ensino, com ou sem fins lucrativos.

§1º Os tributos e contribuições de natureza federal devidos pelas instituições de ensino privadas serão quitados sob a forma de prestação de serviços de concessão de bolsas de estudos em cursos não gratuitos e na concessão de financiamento a estudantes.

§2º São passíveis de financiamento pelo Programa de Assistência ao Aluno da Educação Básica e do Ensino Técnico-PROAB até 100% (cem por cento) dos encargos educacionais cobrados dos estudantes por parte das instituições de ensino devidamente cadastradas para esse fim pelo MEC, em contraprestação aos cursos em que estejam regularmente matriculados.

§3º A instituição privada de ensino poderá aderir ao PROAB, mediante Termo de Adesão específico, informando ao Ministério da Educação o montante dos impostos e contribuições sociais, de natureza federal, devidos pelas instituições de ensino privado, que serão utilizados para a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais e financiamento a estudantes.

§4º. Para a definição do montante de bolsas parciais que serão disponibilizadas pela instituição de ensino, deverão ser considerados todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela instituição, inclusive aqueles dados em virtude de pagamento pontual das mensalidades.

§ 5º. Os valores dos tributos devidos que não forem aplicados no decorrer de um exercício financeiro, nos termos do parágrafo terceiro do presente artigo, poderão ser utilizados pela instituição privada de ensino, cumulativamente, em até dois exercícios subseqüentes.

§ 6º. No Termo de Adesão constará cláusula específica onde a instituição privada de ensino se obriga a gerar um emprego a cada vinte bolsas integrais concedidas, nos termos do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE, criado pela Lei nº 10.748, de 2003

§7º. Fica criado um Comitê Gestor paritário composto por representantes dos governos federal e representantes indicados pelas entidades de ensino privado para acompanhar a execução do PROAB e o cumprimento do disposto no presente artigo.

§8º As instituições de ensino poderão parcelar, mediante comprovação da celebração do instrumento específico, seus débitos vencidos até a data de edição da presente Medida Provisória, com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, inclusive os relativos às contribuições instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

§9º. O parcelamento de que trata o parágrafo anterior será pago em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais com a redução, sob condição resolutória de cumprimento do parcelamento, de 50% (cinqüenta por cento) das multas que incidem sobre os débitos parcelados.

§10º. O total dos débitos parcelados serão transformados em bolsas de estudo, integrais e parciais e financiamento a estudantes em instituições privadas de ensino, com ou sem fins lucrativos, que deverão ser concedidas em prazo idêntico ao do parcelamento previsto no *caput* do presente artigo.

JUSTIFICATIVA

O Programa de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior-FIES tem beneficiado a sociedade e possibilitado que estudantes, em situação menos privilegiadas, possam se matricular e graduar em cursos superiores não gratuitos.

Entretanto, o número de vagas abertas nas entidades de ensino superior não tem sido suprido, uma vez que a quantidade de estudantes que tem concluído os cursos médios e profissionalizantes são insuficientes para atender esta demanda.

A presente iniciativa visa a permitir que as instituições de ensino privada possam conceder bolsas de estudo para os estudantes e, em contrapartida, quitarem as dividas em tributos e contribuições federais que têm se acumulado durante os anos, bem como financiamento aos estudantes com os recursos existentes no Programa.

Tal medida, permite, ainda, o cumprimento integral do art. 205 da Constituição Federal, que assegura a educação como direito de todos e dever do Estado.

Além disso, prevê-se que as instituições de ensino possam quitar suas dívidas em tributos e contribuições federais em até duzentos e quarenta meses, assegurando o seu funcionamento de modo regular para atender os anseios da sociedade.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

(Do Sr. GERALDO MAGELA – PT

MPV - 446
00264

EMENDA Á MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências.

Acrescente-se os seguintes artigos à Medida Provisória nº 446, de 07 de 11 de 2008:

"Art. ... O Art. 41 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41. O dirigente de órgão ou entidade da administração federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, responderá pela multa aplicada por infração de dispositivos desta Lei e do seu regulamento, caso haja comprovação que este agiu concorrendo com fraude, dolo ou simulação."

Art. 41-A. São anistiados os agentes públicos e os dirigentes de órgãos públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, a quem foram impostas penalidades pecuniárias pessoais até a data da publicação e em decorrência do disposto nesta Lei."

JUSTIFICATIVA

O artigo 37, § 6º da Constituição Federal de 1988 assim preceitua:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

Seguindo a mesma linha de raciocínio, o Código Civil, em seu artigo 43 assim determina:

"Art. 43. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo."

Os supracitados artigos prevêem a chamada "Teoria da Responsabilidade Objetiva do Estado".

A referida teoria, objeto de amplo estudo de grandes doutrinadores do direito, determina a obrigatoriedade do Estado em arcar com os prejuízos provocados por sua ação ou inação.

Diferentemente da responsabilidade comum dos particulares, que, no direito privado, está sempre associada à idéia de culpa, em sentido amplo, a responsabilidade no direito público independe de culpa. Nesse sentido, para que surja a obrigação do Estado em ressarcir dano causado a terceiro, basta que se configure o nexo de causalidade entre o dano causado e o comportamento da Administração.

Segundo Carlos Roberto Gonçalves, para que nasça o dever estatal de indenizar, *"não se exige, pois, comportamento culposo do funcionário. Basta que haja o dano, causado por agente público, agindo nessa qualidade, para que decorra o dever do Estado de indenizar."* (grifos nossos). [1]

Desta maneira, como já é cediço por todos, **jamais deverá o agente público, no exercício de suas atribuições, ser responsabilizado por ação ou omissão que, eventualmente, venha a ocasionar dano a terceiro.**

Importante salientar que o agente público, ao praticar determinado ato, no exercício de suas funções, não está simplesmente representando o Estado, ele é o Estado em ação. Quem responde por dano objetivamente causado a terceiro é o Estado, seja ele

[1] GONÇALVES, Carlos Alberto. *Responsabilidade civil.* 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003. P. 171.

representado pelo próprio poder público, ou por quem lhe faça as vezes.

Essa é também a corrente adotada pelo Supremo Tribunal Federal, senão vejamos:

> *"EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO: § 6º DO ART. 37 DA MAGNA CARTA. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. AGENTE PÚBLICO (EX-PREFEITO). PRÁTICA DE ATO PRÓPRIO DA FUNÇÃO. DECRETO DE INTERVENÇÃO. O § 6º do artigo 37 da Magna Carta autoriza a proposição de que somente as pessoas jurídicas de direito público, ou as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços públicos, é que poderão responder, objetivamente, pela reparação de danos a terceiros. Isto por ato ou omissão dos respectivos agentes, agindo estes na qualidade de agentes públicos, e não como pessoas comuns. Esse mesmo dispositivo constitucional consagra, ainda, dupla garantia: uma, em favor do particular, possibilitando-lhe ação indenizatória contra a pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado que preste serviço público, dado que bem maior, praticamente certa, a possibilidade de pagamento do dano objetivamente sofrido. Outra garantia, no entanto, em prol do servidor estatal, que somente responde administrativa e civilmente perante a pessoa jurídica a cujo quadro funcional se vincular. Recurso extraordinário a que se nega provimento."* (Recurso Extraordinário 327904/SP – São Paulo, Ministro Relator Carlos Britto, D.O.J. 08/09/2006)

A Lei precisa dispor de culpa ao agente público apenas se comprovada a existência de dolo ou de culpa no ato praticado pelo agente, ainda assim este não poderia ser responsabilizado, cabendo tão somente a futura propositura de ação regressiva do Estado contra esse agente.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 2008

Deputado GERALDO MAGELA
PT-DF

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00265

data	proposição
13/11/2008	Medida Provisória nº 446 de 2008

autor	nº do prontuário
DEPUTADO ANDRÉ ZACHAROW – PMDB/PR	

1 ☐ Supressiva	2. ☐ Substitutiva	3. ☐ Modificativa	4. X Aditiva	5. ☐ Substitutivo global

Página 4	Artigo 14	Parágrafo 1º	Inciso III	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescentar alínea c)

c) bolsas de estudo integrais ou parciais concedidas em decorrência de Acordos Coletivos de Trabalho – ACT

JUSTIFICATIVAS:

Como o ACT trata de decisão da entidade de classe dos profissionais da educação, cabe à Instituição de Ensino, cumpri-lo integralmente, resultando daí uma redução de suas receitas. Propomos que essas bolsas sejam consideradas como forma de gratuidade para compor os vinte por cento da receita bruta da instituição, mantendo coerência com as regras da Lei 11.096, de 13.01.2005, instituiu o PROUNI que, no Art. 11, incisos I e II, letra c permite a contabilização dos valores gastos com bolsas integrais ou parciais, decorrentes de acordo coletivo de trabalho, para compor os vinte por cento da gratuidade sobre a receita anual recebida.

PARLAMENTAR

ANDRÉ ZACHAROW
DEPUTADO FEDERAL – PMDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00266

data	proposição
17.11.2008	Medida Provisória nº 446 /2008

autor	nº do prontuário
Neucimar Fraga - PR/ES	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

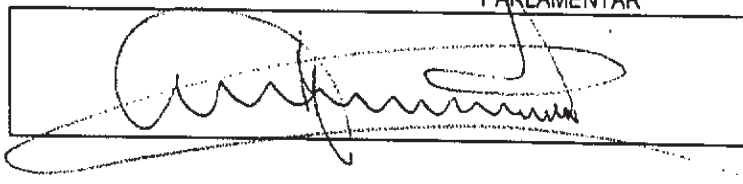
Acrescenta-se artigo às disposições finais da Medida Provisória 446, de 07 de novembro de 2008, a seguinte redação.

Art. As entidades beneficentes de assistência social, especificamente as APAES e PESTALOZZI, ficam anistiadas do cumprimento das obrigações legais junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, tais como prestação de contas, débitos fiscais e tributários, relativos ao período anterior à data da publicação desta lei.

JUSTIFICATIVA

Estas escolas, atendem a alunos portadores de deficiência e face a inadimplência de gestores anteriores, ficam impedidas de receberem recursos federais, estaduais e municipais, penalizando os portadores de deficiências. Essas dividas não conseguem ser sanadas e impedem o recebimento dessas principais receitas.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 446
00267

data	proposição
13.11.2008	Medida Provisória nº 446/2008

autor	nº do prontuário
Deputado Federal Neucimar Fraga – PR/ES	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. X O art. 28 da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e dá outras providências, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 28 .....

.....

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica à cessão de servidores ao Ministério dos Transportes" (NR)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda aditiva tem por objeto acrescer o parágrafo único ao art. 28 da Lei 11.171, de 02 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

O referido dispositivo veda a cessão de servidores da Autarquia para outros órgãos ou entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, trazendo apenas duas excepcionalidades.

A proposta, que ora se apresenta, tem por objeto possibilitar que servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT possam ser cedidos ao Ministério dos Transportes.

A alteração se mostra relevante considerando que este Ministério não tem corpo técnico suficiente a atender as necessidades no âmbito desta Pasta, notadamente quanto à atividade fim que desenvolve, qual seja, de definição da Política Nacional dos Transportes que será executada pelo DNIT.

Assim, para que possa atuar a contento nas demandas que são exigidas, alternativa não há senão poder contar, quando necessário, com a expertise dos servidores do DNIT laborando nesta Pasta, para o que, faz-se necessária a alteração do dispositivo em referência de forma a possibilitar a cessão de servidores para exercer cargos comissionados.

Soma-se a isso, o fato de que o DNIT apesar de se sujeitar ao regime de Autarquia, tem, por força do art. 79 da Lei 10.233/2001, vinculação ao Ministério dos Transportes, com o que mostra-se indispensável que a Entidade supervisora possa contar, quando necessário, com os servidores da Entidade vinculada em seu quadro de pessoal.

Destarte, o que se pretende com a proposta dessa emenda aditiva é possibilitar que o Ministério possa dispor de técnicos, de notório conhecimento na área de transportes, para desempenhar de forma mais célere e eficiente as políticas públicas definidas para este setor.

PARLAMENTAR

CÂMARA DOS DEI

MPV - 446
00268

PROJETO DE LEI Nº 7.225 DE 2002

AUTOR:
(DO SR. LUIZ CARLOS HAULY)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:
Altera o art. 4º da Lei nº 9.429, de 26 de setembro de 1996, que "Dispõe sob prorrogação do prazo para renovação do Certificado de Entidades de Fi Filantrópicos e de recadastramento junto ao Conselho Nacional de Assistênc Social - CNAS e anulação de atos emanados do Instituto Nacional do Segu Social - INSS contra instituições que gozavam de isenção da contribuição soci pela não apresentação do pedido de renovação do certificado em tempo hábil".

DESPACHO:
29/10/2002 - (ÀS COMISSÕES DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II.)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:
AO ARQUIVO, EM 31/10/02

REGIME DE TRAMITAÇÃO
ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	
	/ /	
	/ /	
	/ /	
	/ /	
	/ /	
	/ /	
	/ /	

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____
Comissão de: _____ Em: ____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____

PROJETO DE LEI Nº 7.225, DE 2002

(Do Sr. Luiz Carlos Hauly)

Altera o art.4º da Lei nº 9.429, de 26 de setembro de 1996, que "Dispõe sobre prorrogação de prazo para renovação de Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos e de recadastramento junto ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e anulação de atos emanados do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS contra instituições que gozavam de isenção da contribuição social, pela não apresentação do pedido de renovação do certificado em tempo hábil".

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 9.429, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º São extintos os créditos decorrentes de contribuições sociais devidas, a partir de 25 de julho de 1981, pelas entidades beneficentes de assistência social que, nesse período, tenham cumprido o disposto no art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, observado o seguinte, quanto ao inciso II:

I – até 26 de dezembro de 1996, seja portadora do Certificado ou do Registro de Entidade de Fins Filantrópicos, fornecido pelo Conselho Nacional do Serviço Social, renovado a cada três anos;

II – após 26 de dezembro de 1996, seja portadora do Registro e do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, fornecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, renovado a cada três anos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Reconhecendo a peculiar situação das entidades beneficentes de assistência social, o art. 4º da Lei nº 9.429, de 26 de dezembro de 1996, declarou "a extinção dos créditos decorrentes de contribuições sociais devidas, a partir de 25 de julho de 1981, pelas entidades beneficentes de assistência social que, nesse período, tenham cumprido o disposto no art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991".

Ocorre que a redação do inciso II do art. 55 da Lei nº 8.212/91 foi modificada pela mesma Lei nº 9.429/96, passando a ser cumulativa a exigência do Certificado **e** do Registro de Entidade de Fins Filantrópicos. Pela redação original do dispositivo, era alternativa a exigência: do Certificado **ou** do Registro de Entidade de Fins Filantrópicos, **fornecido** pelo Conselho Nacional de Serviço Social, renovado a cada três anos (grifei), para o gozo da isenção das contribuições.

Em face da alteração do art. 55, II, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS só considerou legítimos os pedidos de remissão, com base no art. 4º da Lei nº 9.429/96, de entidades que fossem portadoras do Certificado e do Registro de Entidade de Fins Filantrópicos, desconsiderando a redação original do dispositivo.

Com tal interpretação, ficaram prejudicada as entidades que não eram portadoras do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, que o CNAS não vinha emitindo desde 1981, segundo informações de Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – APAE.

Visando à correção de tal injustiça, ofereço a presente proposição, para esclarecer que até a data da Lei nº 9.429/96 foram extintos os crédito decorrentes de contribuições sociais devidas, a partir de 25 de julho de 1981, pelas entidades de assistência social que eram portadoras do Certificado ou do Registro de Entidade de Fins Filantrópicos, observadas as demais condições do art. 55 da Lei nº 8.212/91.

Considerando a responsabilidade de legislar em favor das entidades que reconhecidamente prestam serviços à comunidade, manifesto a certeza de que o projeto será aprovado.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2002. – **Luiz Carlos Hauly,** Deputado Federal (PSDB – PR)

PL Nº 7.225/02
Às Comissões: (Art. 24, II, RICD)
Seguridade Social e Família
Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54, RICD)
(Ordinária – Art. 151, III, RICD)
Em 29-10-2002. – **Aécio Neves,** Presidente.

REQUERIMENTO Nº DE 2008

(Do Sr. Luiz Carlos Hauly)

Requer a apensação do Projeto de Lei nº 7.225, de 2002 à Medida Provisória nº 446, de 2008.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência a apensação do Projeto de Lei nº 7.225, de 2002 à Medida Provisória nº 446, de 2008, pelas seguintes razões.

O Projeto de Lei nº 7.225, de 2002 "Altera o art. 4º da Lei nº 9.429, de 26 de setembro de 1996, que "Dispõe sobre prorrogação de prazo para renovação de Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos e de recadastramento junto ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e anulação de atos emanados do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS contra instituições que gozavam de isenção da contribuição social, pela não apresentação do pedido de renovação do certificado em tempo hábil".

A Medida Provisória nº 446, de 2008, por seu turno, "Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências".

Como se depreende das ementas acima, se vislumbra que tratam da mesma matéria, ou seja, a certificação de entidades beneficentes de assistência social.

Neste sentido, sendo idênticas e havendo correlação, conforme determina o art. 142 do Regimento Interno, é imperioso que se promova a apensação das proposições,

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2008. – Deputado **Luiz Carlos Hauly**, PSDB – PR.

OF. Nº 594/2008-CN

Brasília, de novembro de 2008

Exmº Sr.
Deputado Arlindo Chinaglia
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Solicito os bons oficies de V. Exª, no sentido de que seja remetido, a esta Casa, o processado do Projeto de Lei nº 7.225, de 2002, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, que "Altera o art. 4º da Lei nº 9.429, de 26 de setembro de 1996, que dispõe sobre prorrogação de prazo para renovação de Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos e de recadastramento junto ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e anulação de atos emanados do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS contra instituições que gozavam de isenção da contribuição social, pela não apresentação do pedido de renovação do certificado em tempo hábil", tendo em vista requerimento apresentado por S. Exª, dentro do prazo regimental para oferecimento de emendas, para que a referida proposição tramite sob a forma de emenda à Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, conforme disposto no § 2º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de estima e consideração. – Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente do Senado Federal.

Of. nº 1.319/2008/SGM/P

Brasília, 13 de novembro de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Ofício n. 59412008-CN, solicitando a remessa do processado do PL nº 7.225/2002, para que tramite como emenda à MP nº 446/2008.

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício supra, encaminho os autos do PL nº 7.225, de 2002, do Sr. Luiz Carlos Hauly, que Altera o art. 4º da Lei nº 9.429, de 26 de setembro de 1996, que "Dispõe sobre prorrogação de prazo para renovação de Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos e de recadastramento junto ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e anulação de atos emanados do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS contra instituições que gozavam de isenção da contribuição social, pela não apresentação do pedido de renovação do certificado em tempo hábil", para que tramite como emenda à Medida Provisória n. 446, de 7 de novembro de 2008, por força de requerimento do autor da Proposição, nos termos do art. 4º, § 2º, da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Atenciosamente, **Arlindo Chinaglia**, Presidente.

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dezoito do mês de novembro de dois mil e oito, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 445, adotada em 6 de novembro de 2008 e publicada no dia 7 do mesmo mês

e ano, que "Dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal", sem a presença de membros, a reunião não foi realizada.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10.173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2008. – **Sérgio da Fonseca Braga**, Diretor.

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dezoito de novembro do ano de dois mil e oito, terça-feira, às quinze horas, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 446, adotada em 7 de novembro e publicada no dia 8 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências", sem a presença de membros, a reunião não foi realizada.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10.173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2008. – **Sergio da Fonseca Braga**, Diretor.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão
Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará
Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco
Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás
Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso
Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul
Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará
PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba
Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo
Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí
Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas
Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe
Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Amazonas
Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná
Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre
Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal
Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia
Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins
Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá
Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima
Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos
*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) (15)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (8)
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (8)

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) (1)	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) (14)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) (11)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) (4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) (5)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (9)	
Fátima Cleide (PT-RO) (13)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) (2,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Praia (AM) (16)	

PDT/PSOL (10)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:
1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3311-3514
Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)
RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008
Prazo final: 04/08/2008
Designação: 24/03/2008
Instalação: 25/03/2008
Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virginio de Carvalho (PSC-SE) (1)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) (2)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:
1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (2)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Marco Maciel (DEM)

Notas:
1. Em 11.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
2. Em 11.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido
RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008
Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa
Antonio Magalhães Gomes Filho
Eugenio Pacelli de Oliveira
Fabiano Augusto Martins Silveira
Félix Valois Coelho Júnior
Hamilton Carvalhido
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho
Sandro Torres Avelar
Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos
VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro
RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008
Instalação: 10/04/2008
Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)
Senador Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)
Maioria (PMDB)
Senador José Nery (PSOL) (1)

Notas:
1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena
VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello
RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008

TITULARES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)
Senador João Pedro (PT)
Maioria (PMDB)
PSDB

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) (8)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) (6)
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM) (11,13)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (10)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB (4)	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi (9)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

Gim Argello	2.

PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PSDB PMDB (1)	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:
1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)
RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4)	1. João Tenório (PSDB) (2)
Osmar Dias (PDT) (1)	2. Cícero Lucena (PSDB) (2)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO (2)	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (3)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (5)	
Patrícia Saboya (PDT) (3)	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO (1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (9)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM) (12,15)	3. Raimundo Colombo (DEM) (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) (4)
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB (7)	
Mozarildo Cavalcanti (8,11)	1. Ada Mello (14)
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO (2)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO (3)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) [1]	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO [2]	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)
VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (3)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) (13)
Marina Silva (PT) (8)	2. Francisco Dornelles (PP) (1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) (13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) (16)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM) (11,17)	4. Alvaro Dias (PSDB) (3)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) (6)
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB (5)	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias (9)	1. Cristovam Buarque (10)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. Eleito em 8.8.2007.
3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
17. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) (12)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) (5,9)	6. VAGO (15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (11)
Virginio de Carvalho (PSC) (6)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (13)	5. Kátia Abreu (DEM) (14,18)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7)	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (10)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

Notas:
1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. VAGO (1)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) (7)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) (5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO (3)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) (9)
Cícero Lucena (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (4)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello (6)	1.
PDT	
Jefferson Praia (8)	1.

Notas:
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em conseqüência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO (3)	

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)
VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:
1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (2)
RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO (1)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (4)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:
1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (8)	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) (12)
Patrícia Saboya (PDT) (5)	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) (1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (4)	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (6)	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) (10)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) (3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (9)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:
1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (4)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) (2)	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. VAGO (4)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) (2)
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) (17)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
Virginio de Carvalho (PSC) (13)	3. Kátia Abreu (DEM) (18,22)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) (12)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (7)	
Ada Mello (8,9,10,11,20,21)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

Notas:
1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
9. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
VAGO (1)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:
1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. Nº 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. nº 174/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (1,6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
VAGO (3,4,8)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
VAGO (1)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:
1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) (3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO (8,10)
Gilvam Borges (PMDB) (5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (4)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:
1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (8)
Patrícia Saboya (PDT) (3)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (2)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) (5,12)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM) (10,13)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) (7)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) (11)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (6)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia (9)	1. Osmar Dias

Notas:
1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).
12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)
VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO (5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (8)
Kátia Abreu (DEM) (9,11)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (6)	
VAGO (10)	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:
1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

11. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) (4)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (5,8)	3. Gim Argello (PTB) (6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (1)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) (4)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (9)
PTB (3)	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:
1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:
1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (1)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) (2)	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) (1)	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) (3)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) (6)	2. Fátima Cleide (PT-RO) (4)
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) (1)
João Vicente Claudino (PTB-PI) (2)	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) (7)	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (9)
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) (13)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (11)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (10)
Marisa Serrano (PSDB-MS) (12)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO (14)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) (8)	

Atualização: 19/07/2008

Notas:
1. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.
2. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (1)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Marco Maciel (PE) (2)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
PSOL

Atualização: 16/10/2008

Notas:
1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.
2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme OF. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO
18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)
Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton[2] (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz[2] (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO[6] (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR[8] (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS[4] (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. (VAGO) [7]
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO[5] (PPS/RJ)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO[3] (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO[1] (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 05.11.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

[1] Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.
[2] Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.
[3] Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.
[4] Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.
[5] Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.
[6] O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.
[7] Vago tendo em vista que a Deputada Íris de Araújo passou a ocupar a vaga de titular, conforme Of/GAB/I/Nº 928, do Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves, datado de 30.10.2008, lido na Sessão do SF de 05.11.2008.
[8] O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado por 123 (cento e vinte e três) dias, a partir de 10.09.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	**LÍDER DA MAIORIA** VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA[2]

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

[2] Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	**PRESIDENTE** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	**1º SECRETÁRIO** Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	**2º SECRETÁRIO** Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	**3º SECRETÁRIO** Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	**4º SECRETÁRIO** Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**LÍDER DA MAIORIA** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	**GESTÃO – 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru–simples.asp Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX–61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.
Contato internet: 3311-4107

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA–DF
CNPJ: 00.530.279/0005–49 CEP 70 165–900



EDIÇÃO DE HOJE: 746 PÁGINAS